



Carlos Manuel Simões Nolasco

Fintar Fronteiras

Migrações Internacionais no Futebol Português

Tese de Doutoramento em Sociologia
orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Mendes e pelo Prof. Doutor João Peixoto
e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos Manuel Simões Nolasco

Fintar Fronteiras

Migrações internacionais no futebol português

Tese de Doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Produção do Trabalho e do Empresa, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientadores: Prof. Doutor João Peixoto e Prof. Doutor José Manuel Mendes

Coimbra, 2013

Aos meus pais
Manuel Sebastião Nolasco (*in memoriam*)
e Ana Maria Simões

*Si yo fuera Maradona
viviría como él
porque el mundo es una bola
que se vive a flor de piel*

Manu Chao, *La Vida es una Tombola*

*Bem-aventurados os que não entendem nem aspiram a entender de
futebol, pois deles é o reino da tranquilidade.*

Carlos Drummond de Andrade, *Sermão da Planície*

Esta tese de doutoramento foi apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Estado Português, com uma bolsa de Investigação com a referência SFRH/BD/37762/2007.

Agradecimentos

Como no futebol em que se joga em equipa, ou como um fluxo migratório que é feito de muitas pessoas, também um trabalho com as características do que se apresenta, apesar de ser um empreendimento aparentemente solitário, é resultado de muitos contributos generosos e amigos. Agradecer a todos os que contribuíram para a concretização deste trabalho, sendo uma obrigação é mais ainda um reconhecimento.

As primeiras palavras de agradecimento, infelizmente a título póstumo, são para a Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha que acolheu e confiou na proposta inicial desta tese, iniciou a sua orientação e desenhou as linhas estruturais que se mantiveram até ao final. Apesar, de como dizia, nada perceber de *bola* e estar a fazer uma orientação sobre futebol, este trabalho é marcado pelo seu imenso conhecimento, paixão e energia que punha nos seus empreendimentos.

Ao Prof. Doutor José Manuel Mendes e ao Prof. Doutor João Peixoto, a minha gratidão pela generosidade com que se disponibilizaram para orientar um trabalho em curso, e pela confiança que em mim depositaram. Orientação incondicional, crítica e atenta, que me permitiu crescer e aprender. O meu enorme reconhecimento e estima.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia agradeço o apoio financeiro através da atribuição da bolsa de doutoramento (SFRH/BD/18155/2004).

Ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra agradeço a disponibilidade institucional de acolher o meu projeto de doutoramento. Desde sempre espaço de acolhimento, o CES é muito mais do que um centro de investigação de excelência, para mim é também um espaço de aprendizagem, de consciência crítica e de afetos. À Biblioteca Norte/Sul do CES devo um agradecimento particular por ter sido aí que muito do que está nesta tese foi lido, refletido e redigido. À Maria José Carvalho, Acácio Machado e Ana Correia, pela atenção e amizade, e por converterem a biblioteca num lugar especial.

Ao Instituto Piaget agradeço o facto de me ter concedido uma licença laboral que me libertou para os trabalhos de investigação e, por ser o local de encontro com algumas pessoas que foram e são importantes.

A todos os elementos que constituem o Grupo de História e Desporto, que tiveram a ousadia de romper com a inércia das ciências sociais para com o desporto, agradeço o entusiasmo e dinamismo das suas discussões e iniciativas.

O meu agradecimento vai também para as instituições e pessoas que se disponibilizaram para me conceder entrevistas, informações e esclarecimentos fundamentais para o trabalho de investigação. Assim, começo por agradecer ao Dr. André Neves a generosidade da sua biblioteca e a disponibilidade dos seus contactos. Agradeço à Associação Académica de Coimbra - Organismo Autónomo de Futebol, na pessoa do seu Diretor Desportivo, Eng. Luís Agostinho. Agradeço à Federação Portuguesa de Futebol, à Liga Portuguesa de Futebol Profissional e ao Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, as entrevistas concedidas e as informações prestadas. Os meus agradecimentos vão também para os jogadores, agentes de jogadores e demais pessoas que aceitaram ser entrevistadas, e que me narraram as suas vivências e pontos de vista.

Porque os amigos são maiores que o pensamento, e é com eles que a vida é feita, deixo uma palavra de apreço a todos os que direta ou indiretamente me acompanharam: à Ana Raquel Matos, grande amiga que leu e releu o que fui escrevendo; à Elsa Lechner, pelas aventuras no reino das migrações; à Filomena Ferreira, pela simpatia; ao João Paulo Dias, pelas muitas piscinas que fizemos juntos; ao Jorge Lameiras, pelas longas discussões e viagens surrealistas; ao Khalid Fekhari, meu irmão do peito, agradeço o privilégio da sua amizade e o encantamento do seu alaúde; à Margarida Varela, pela perspicácia em perceber as coisas que não se vêem; ao meu irmão Nuno Serra, pela viagem a Genebra; ao Pedro Abreu, pela sua enorme generosidade; ao Pedro Pina, porque é um bom e inteligente amigo; à Sara Araújo, pela partilha de alguns momentos; à Sofia Santos, pelas traduções; a todos os que não estão aqui referidos, mas que estão quotidianamente comigo. Obrigado amigos!

À minha família agradeço a atenção incondicional que sempre me dedicaram. Sem exceção, todos contribuíram com os seus afetos para este trabalho. Obrigado pelo incentivo, pelos sorrisos e carinho que sempre tiveram para comigo.

À Cristina e ao Pedro agradeço o amor de todos os dias.

Resumo

O futebol é um dos mais importantes fenómenos sociais contemporâneos. Atualmente, os resultados desportivos traduzem-se em algo mais do que meras vitórias e derrotas de um jogo, sendo também a expressão de ganhos ou perdas culturais, políticas e económicas. Num contexto de intensa competição, acentuada pelas dinâmicas da globalização, o universo futebolístico procura maximizar desempenhos tornando, por isso, imperativa a procura incessante de jogadores com características físicas, competências técnicas e táticas e mentalidade competitiva, capazes de materializar em vitórias as aspirações dos adeptos, dos clubes e dos investidores. Quando esses jogadores não são encontrados no espaço nacional, ou a relação de procura e oferta sugere outros mercados de trabalho, são procurados fora do país, suscitando processos migratórios. Desta forma, tal como noutras áreas onde se regista uma elevada mobilidade internacional de trabalhadores, também no futebol ocorrem relevantes processos de mobilidade internacional de jogadores. Um volume crescente de futebolistas profissionais tem, assim, vindo a deslocar-se entre países, determinando a forma como as competições decorrem.

O futebol português não ficou indiferente a tais dinâmicas migratórias. Não sendo um processo recente, adquiriu nos últimos anos importância pelo enorme número de jogadores estrangeiros a representar clubes portugueses, bem como pelo elevado número de jogadores portugueses em clubes estrangeiros. É na compreensão das dinâmicas migratórias do futebol português que se centra este trabalho. Assume, como ponto de partida, a relevância sociológica do desporto, e em particular do futebol, enquanto expressivo fenómeno social das sociedades contemporâneas. Parte-se, para tal, da consideração de que as sociedades contemporâneas são marcadas por “turbulências” migratórias, evidentes na diversidade e complexidade dos fluxos de pessoas. Considera que o futebol profissional, enquanto atividade laboral, suscita migrações internacionais de trabalho desportivo que, apesar da sua especificidade, se inserem na dinâmica da “idade das migrações”. Assume como objeto de análise essa entidade de contornos difusos que é o futebol português, a qual engloba todo o futebol praticado em Portugal, incluindo o que é praticado por jogadores estrangeiros em Portugal e por portugueses no

estrangeiro. Propõe como hipótese principal de trabalho que o processo migratório de futebolistas se constitui como um movimento de trabalhadores, num contexto de globalização, onde a sociedade portuguesa, sendo simultaneamente país de imigração e emigração, funciona como “plataforma giratória” de jogadores entre a periferia e o centro.

O trabalho de investigação realizado pressupõe o recurso a uma estratégia metodológica plural, que conjuga abordagens quantitativas e qualitativas enquanto estratégia para abranger, de forma ampla, a realidade em análise.

Através do trabalho empírico constata-se que as migrações do futebol português inserem-se nas dinâmicas migratórias da arena desportiva global, com a particularidade de serem em simultâneo movimentos de entrada e de saída de jogadores, e os clubes portugueses serem espaços de origem e de destino de fluxos migratórios. Estes movimentos seguem duas tendências: por um lado, as características do mercado de trabalho futebolístico que funcionam simultaneamente como fator de atração e repulsão de jogadores; por outro, afinidades históricas e sociais, que inserem as migrações de jogadores no amplo sistema migratório lusófono.

Palavras-chave: migrações internacionais; migrações desportivas; desporto; futebol; globalização.

Abstract

Football is currently one of the most important social events. Nowadays, sport results are not only mere victories and defeats, but also the expression of cultural, political and economical gains and losses. In a context of intense competition, increased by the dynamics of globalization, the football universe seeks to maximize performances, and this demands a never ending search for players with physical features, technical and tactic skills and competitive mentality, able to turn fans, clubs and investors' expectations into victories. When those players can't be found in a Portuguese-based search, or the demand and supply relation suggests other labour markets, they are looked for abroad, prompting migratory processes. Thus, as in other areas where a high international mobility of workers can be detected, relevant processes of international mobility of players also occur in football. An increasing number of professional football players have been moving between countries, determining the way competitions occur.

Portuguese football has not remained indifferent to those migratory dynamics. Although it is not a recent process, it has lately become more important due to the huge amount of foreign footballers who play for Portuguese clubs, and to the high number of Portuguese players in foreign leagues. The thesis aims at understanding the migratory dynamics of Portuguese football. Its bottom line is the sociological significance of sports and particularly of football as an expressive social phenomenon of contemporary societies. The point of departure is the idea that contemporary societies are marked by the "turbulence" of migration which is noticeable in the diversity and complexity of people flows.

Professional football as an occupation is considered to provoke international migrations of sport labour, which, in spite of its peculiarities, is part of the dynamics of the "migration era". The object of analysis is Portuguese football, consisting of any football played in Portugal, including by foreign players in Portugal and by Portuguese players abroad. The main hypotheses presented is that the migratory process of football players is a movement of workers, in a context of globalization, where the Portuguese society, being a country of both emigration and immigration, plays the role of "turntable" of players between the periphery and the centre.

The present investigation work implies the use of a plural methodological strategy, which combines quantitative and qualitative approaches as a strategy to widely cover the reality we are focused on.

Through empirical work, we notice that Portuguese football migrations follow global sport dynamics, but sustaining a particularity: there are simultaneous movements of arrival and departure of players and the Portuguese clubs are therefore origin and destiny of migration flows. These movements follow two trends: on the one hand, football market's characteristics, which simultaneously attract and reject players; on the other hand, historical and social affinities, which make players migrations part of the wide Lusophone migratory system.

Keywords: international migrations; migration in sport, sport, football, globalization

Résumé

Le football est l'un des plus importants phénomènes sociaux contemporains. Actuellement, les résultats sportifs traduisent plus que des victoires et des défaites, ils sont aussi l'expression de gains ou de pertes culturels, politiques et économiques. Dans un contexte d'intense compétition, accentuée par les dynamiques de la globalisation, l'univers footballistique cherche à maximiser ses résultats, devenant ainsi impérative la recherche incessante de joueurs avec des caractéristiques physiques, des compétences techniques et tactiques, et une mentalité compétitive, capables de matérialiser en victoires les aspirations des adeptes, des clubs et des investisseurs. Quand on ne trouve pas ces joueurs dans l'espace national, ou lorsque la relation de l'offre et de la demande suggère d'autres marchés du travail, on va les chercher en dehors du pays, ce qui entraîne des processus migratoires. Ainsi, dans le football, comme dans d'autres domaines où il y a une forte mobilité internationale de travailleurs, se produisent de pertinents processus de mobilité internationale des joueurs. Un nombre croissant de footballeurs professionnels se déplacent entre divers pays, déterminant la façon dont les compétitions se déroulent.

Le football portugais n'est pas resté indifférent à ces dynamiques migratoires. Bien que celles-ci ne soient pas récentes, au cours des dernières années elles ont acquis une grande importance par le nombre de joueurs étrangers qui représentent des clubs portugais ainsi que le nombre élevé de joueurs portugais dans des clubs étrangers. C'est sur la compréhension des dynamiques migratoires du football portugais que se centre ce travail. Il assume comme point de départ la pertinence sociologique du sport, en particulier du football, en tant que phénomène social expressif des sociétés contemporaines. Il part, pour cela, de l'idée que les sociétés contemporaines sont marquées par des "turbulences" migratoires, qui sont manifestes dans la diversité et la complexité des flux de personnes. Il considère que le football professionnel, en tant qu'activité de travail, suscite des migrations internationales du travail qui, malgré sa spécificité, s'insère dans la dynamique de "l'âge de la migration". Il prend comme objet d'analyse cette entité aux contours diffus qu'est le football portugais, qui englobe l'ensemble du football pratiqué au Portugal, y compris celui qui est pratiqué par des

joueurs étrangers au Portugal et des portugais à l'étranger. Il propose comme principale hypothèse de travail que le processus migratoire de footballeurs se constitue comme un mouvement de travailleurs dans un contexte de globalisation où la société portugaise, tout en étant un pays simultanément d'immigration et d'émigration, fonctionne comme "plaque tournante" de joueurs entre la périphérie et le centre.

Le travail de recherche réalisé propose le recours à une stratégie méthodologique plurielle qui conjugue des approches quantitatives et qualitatives comme stratégie pour couvrir plus largement la réalité en question.

Grâce au travail empirique, on constate que les migrations du football portugais s'insèrent dans les dynamiques migratoires de l'arène sportive mondiale, avec la particularité de correspondre à des mouvements simultanément d'entrée et de sortie de joueurs, où les clubs portugais sont des lieux d'origine et de destination des flux migratoires. Ces mouvements suivent deux tendances: d'une part, les caractéristiques du marché du travail du football qui fonctionnent simultanément comme un facteur d'attraction et de répulsion des joueurs, d'autre part, des affinités historiques et sociales qui insèrent les migrations de joueurs dans le système migratoire lusophone.

Mots-clé: migrations internationales; migrations sportives; sport; football; globalisation.

Lista de siglas e abreviaturas

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AFC	Asian Football Confederation
CAF	Confédération Africaine de Football
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEGEA	Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada
CIES	Centre International d'Etude du Sport
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CMMI	Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais
COI	Comité Olímpico Internacional
CONCACAF	Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football
CONMEBOL	Confederación Sudamericana de Fútbol
EUA	Estados Unidos da América
FA	Football Association
FIBA	International Basketball Federation
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IFAB	International Football Association Board
IFFHS	International Federation of Football History & Statistics
IOM	International Organization for Migration
LBAFD	Lei de Bases da Actividade Física e Desporto
LPFP	Liga Portuguesa de Futebol Profissional
MLB	Major League Baseball
NHL	National Hockey League
OFC	Oceania Football Confederation
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PFPO	Professional Football Players Observatory

PNUD	United Nations Development Programme
RJSD	Regime Jurídico das Sociedades Desportivas
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SJPF	Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol
TJCE	Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
UE	União Europeia
UEFA	Union of European Football Associations
UNOSDP	United Nations Office on Sport for Development and Peace
UNWTO	World Tourism Organization
URBSFA	Union Royale Belge des Societes de Football Association

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	ix
<i>Resumo</i>	xi
<i>Abstract</i>	xiii
<i>Résumé</i>	xv
<i>Lista de siglas e abreviaturas</i>	xvii
Índice	xix
Índice de Diagramas	xxii
Índice de Gráficos	xxii
Índice de Mapas	xxiii
Índice de Quadros	xxiii

Introdução	1
-------------------------	---

I Parte

DAS MIGRAÇÕES GERAIS, ÀS MIGRAÇÕES DE TRABALHO DESPORTIVO E O FUTEBOL COMO FENÓMENO SOCIAL

1. Migrações internacionais: conceitos, teorias e tendências	15
1.1. Histórias de migrações	15
1.2. Concetualização e tipologias das migrações internacionais	18
1.3. Leituras teóricas das migrações	27
1.3.1. Olhares clássicos	30
1.3.2. Factores <i>push/pull</i> e a teoria neoclássica	35
1.3.3. Teoria dos mercados de trabalho segmentados	39
1.3.4. Teoria do sistema-mundo	41
1.3.5. Teoria dos sistemas migratórios	43
1.4. As migrações internacionais contemporâneas	45
1.4.1. Processos de globalização e migrações	47
1.4.2. Volume e fluxos das migrações internacionais	53
1.5. Os fluxos migratórios de trabalhadores qualificados	61
1.6. A sociedade portuguesa como espaço de migrações	65
2. Migrações internacionais de trabalho desportivo	73
2.1. Atletas em movimento	73
2.1.1. Os atletas como migrantes	75
2.1.2. Espaços das migrações desportivas	78
2.2. Tipologia das migrações desportivas	83
2.3. Áreas temáticas na abordagem das migrações de atletas	88
2.4. As migrações de trabalho desportivo: uma abordagem teórica	92

2.4.1. Primeiras abordagens: identificação de um novo fluxo migratório	94
2.4.2. A migração de atletas na arena desportiva global	95
2.4.3. Migrações no sistema-mundo desportivo.	98
2.5. Migrações de futebolistas	106
3. Futebol, um jogo de pontapés socialmente emocionados.	111
3.1. O jogo das sociedades modernas	111
3.1.1. A espessura social do futebol	113
3.1.2. Um olhar desde as Ciências Sociais	117
3.2. Diversidade de tipos de futebol	122
3.3. O futebol formal	127
3.4. Estrutura organizacional do futebol	130
3.5. O futebol como profissão	135
3.5.1. Futebolistas pelo mundo.	137
3.5.2. A condição de futebolista	139
3.5.3. O exercício da profissão de futebolista	141
3.6. Os agentes de jogadores	144
3.7. O caso Bosman e as alterações do mundo do futebol	150
3.7.1. O sistema de transferência antes de 1995.	150
3.7.2. O caso Bosman.	152
3.7.3. As consequências do caso Bosman	154
4. Para além das fachadas das migrações e do desporto	157
4.1. Sobre a desconfiança epistemológica.	157
4.2. Modelo analítico: problema, objetivos e hipóteses de investigação	162
4.3. Exercício metodológico.	166
4.3.1. Os dados que se contabilizaram	167
4.3.2. As perguntas que se fizeram.	170

II Parte

O FUTEBOL COMO UM JOGO DE MIGRANTES

5. As migrações internacionais de futebolistas	179
5.1. Breve história das migrações de futebolistas	179
5.1.1. O cosmopolitismo dos primeiros futebolistas estrangeiros.	180
5.1.2. Restrições nacionalistas no período entre guerras.	185
5.1.3. Entre protecionismos e liberaisismos	190
5.2. Novas tendências migratórias no futebol	199
5.3. Os migrantes da UEFA Champions League	211
5.4. Os migrantes do Campeonato do Mundo da África do Sul.	216

6. As migrações no futebol português	229
6.1. A expressão social do futebol português	229
6.2. Os primeiros estrangeiros em Portugal e o primeiro português fora do país	233
6.3. A dinâmica emigratória do futebol português	236
6.3.1. Emigrantes por acaso	238
6.3.2. A regularidade das primeiras saídas	242
6.3.3. Dos emigrantes de sucesso à massificação das saídas	250
6.4. A dinâmica imigratória do futebol português	257
6.4.1. Os primeiros estrangeiros contratados por clubes portugueses ..	258
6.4.2. A assiduidade dos estrangeiros no futebol português	262
6.4.3. “Depois de mim veio tudo”	265
6.5. O fluxo migratório colonial	271
7. O jogo das migrações: estrangeiros que entram, portugueses que saem.....	277
7.1. Histórias de migrações em torno de uma bola de futebol.....	277
7.1.1. Os estrangeiros do futebol português.....	279
7.1.2. Os migrantes do futebol português	282
7.2. A condição migrante dos jogadores de futebol em Portugal	290
7.2.1. Os jogadores como “ativos” que migram	293
7.2.2. Os jogadores como migrantes de “luxo”	296
7.3. Fluxos de entrada e saída de jogadores.....	301
7.3.1. Fatores que atraem os futebolistas estrangeiros.....	302
7.3.2. Fatores que “empurram” os futebolistas portugueses.....	304
7.3.3. A gestão estratégica dos clubes	307
7.4. Entre o <i>feet drain</i> e o <i>feet invasion</i>	313
7.5. O futebol português como placa giratória.....	320
7.5.1. O futebol como “porta de entrada” para a Europa.....	320
7.5.2. O processo distributivo do futebol português	323
7.6. Os futebolistas no sistema migratório lusófono.....	327
Conclusão.....	333
Bibliografia	343
Lista de websites	368

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

1.1. Mapa tipológico das migrações.....	25
3.1. Estrutura organizacional das migrações	130
7.1. Futebolistas portugueses com experiências migratórias.....	284
7.2. Futebolistas estrangeiros que têm Portugal como primeira experiência migratória	285
7.3. Futebolistas estrangeiros, provenientes do país de origem, mas com experiência migratória prévia.....	286
7.4. Futebolistas estrangeiros, provenientes de outros países que não o de origem ..	287
7.5. Futebolistas estrangeiros que iniciaram a sua atividade profissional em Portugal.....	288
7.6. Entrada e saída de jogadores da I Liga Portuguesa, na época de 2010/11	323

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1.1 Número de turistas e migrantes internacionais	54
1.2. Evolução do número de migrantes no mundo e a relação percentual com a população mundial.....	55
1.3. Países com mais imigrantes	58
1.4. Países com mais emigrantes	58
5.1. Número de transferências internacionais de jogadores brasileiros, 1989-2009..	204
5.2. Evolução da percentagem de jogadores estrangeiros por liga	206
5.3. Transferências internacionais de futebolistas por tipo de vínculo	210
5.4. Jogadores por nacionalidade na UEFA Champions League de 2010/11	214
5.5. Relação entre o número de jogadores a jogar no país e no estrangeiro, por seleção	218
5.6. Distribuição percentual do destino migratório, por confederação, dos jogadores migrantes	222

5.7. Destino migratório dos jogadores presentes no Mundial, por país	223
6.1. Jogadores portugueses emigrados em campeonatos estrangeiros, 2010/2011 ...	255
6.2. Evolução da percentagem de jogadores portugueses e estrangeiros na I Liga, 1990/91 a 2010/11	263
6.3. Evolução da percentagem do fluxo brasileiro, europeu e africano na I Liga, 1990/91 a 2010/11	269
6.4. Percentagem dos jogadores estrangeiros nas ligas europeias, 2010.....	271
7.1. Jogadores estrangeiros por nacionalidade	281

ÍNDICE DE MAPAS

5.1. Distribuição do total de transferências internacionais de futebolistas em 2012.	208
7.1. Proveniência dos jogadores estrangeiros por confederações	280

ÍNDICE DE QUADROS

1.1. Evolução do volume percentual de migrantes por regiões do mundo.....	60
3.1. Jogadores de futebol por confederação, 2006 (em milhares)	137
3.2. Ranking das 10 mais valiosas agências de jogadores, dezembro de 2012	149
4.1. Caracterização do perfil dos entrevistados	172
5.1. Transferências internacionais de jogadores por confederação, 1994	201
5.2. Jogadores nacionais e estrangeiros por liga e época	206
5.3. Países com mais transferências de entrada e saídas de jogadores em 2012	208
5.4. Jogadores na fase final do Campeonato do Mundo 2010, por confederação e país.....	214
5.5. Relação entre o número de jogadores a jogar no país e no estrangeiro, por confederação.....	219
5.6. Os clubes com maior representação no Campeonato do Mundo	224
5.7. Jogadores naturalizados por país	226
7.1. Duração dos processos migratórios dos futebolistas da I Liga	289

INTRODUÇÃO

Se o mundo fosse uma bola, seria certamente uma bola de futebol. Não que as bolas de outras modalidades não possam constituir-se como metáforas do mundo contemporâneo, mas a bola de futebol possui características que a tornam na mais adequada representação das contingências e transcendências do mundo. Desde logo pelo volume, consistência e ergonomia, a bola de futebol pode constituir-se como uma imagem física do planeta. Por outro lado, a linguagem futebolística expressa através desta bola é universal, não estando limitada por fronteiras políticas, culturais, religiosas, étnicas, de classe ou de género. E ainda, esta bola é ela própria o mundo, em particular aquando dos grandes jogos, momento em que concentra em si todos os olhares e atenções. Por isso, o universo da bola de futebol é um mundo especial, feito de figuras de estilo, contribuindo para que o mundo real possa também ser estilisticamente imaginado como uma bola.

Neste jogo de metáforas, o futebol constitui-se como o drama filosófico das sociedades modernas (Bromberger, 2005: 22), e ainda que pareça exagerado afirmar que neste jogo cabe o mundo e todas as suas contingências, a verdade é que este jogo tem um significado sociológico único (Giulianotti e Robertson, 2012: 216). Num espaço retangular, duas equipas de onze elementos jogam uma bola, em conformidade com os valores contemporâneos, numa disputa que patenteia as experiências e sentimentos da vida quotidiana, afirmando identidades e pertenças que vão do local ao global, num universalismo que não tem paralelo em nenhuma outra modalidade desportiva, e que ombreia com as mais importantes expressões da cultura popular.

De forma contraditória mas coerente, o futebol decorre numa interação entre o talento individual e a capacidade coletiva, constituindo-se como que uma síntese entre o socialismo e o capitalismo (Boniface, 2002: 19). Ou seja, ao mesmo tempo que no jogo se valoriza a solidariedade e a divisão de tarefas do trabalho em equipa, exalta-se a emancipação e mérito individual de cada jogador. A este propósito, Pelé, Maradona, Cruyff, Beckenbauer, Di Stéfano, Puskas, Eusébio, Garrincha, Müller, Zico, Platini, Gullit, Milla, Matthäus, Van Basten, Romário, Weah, Rivaldo, Figo, Ronaldo, Zidane,

Ronaldinho, Cannavaro, Kaká, Cristiano Ronaldo e Messi, constituem-se como as maiores individualidades do futebol mundial. Foram os futebolistas que melhor expressaram esse equilíbrio entre o virtuosismo individual e o jogo de equipa. Todos correram, fintaram, remataram, fizeram golos. Foram campeões, ganharam troféus, prestígio, admiração e dinheiro. Idolatrados, a sua importância transcendeu os limites dos estádios, superou o espaço local de pertença, as fronteiras nacionais, convertendo-os em heróis globais.

Todos os nomes referidos têm um facto em comum, e que é revelador de que o futebol não é um mundo à parte da realidade que o envolve. Todos esses jogadores foram, e alguns ainda o são, migrantes. Ou seja, em determinado momento da sua atividade laboral, deixaram o país de origem e foram trabalhar para o estrangeiro, para clubes de outros países que os contrataram para desenvolver trabalho desportivo como jogadores de futebol. Por exemplo, o brasileiro Pelé trabalhou nos Estados Unidos da América, o argentino Maradona esteve na Espanha e Itália, o liberiano Weah esteve na Costa do Marfim, Camarões, França, Inglaterra e Emiratos Árabes Unidos, o brasileiro Ronaldo jogou na Holanda, Espanha e Itália, e o português Cristiano Ronaldo já trabalhou em Inglaterra e Espanha. A par destes nomes mediáticos, muitos outros jogadores, uns mais ou menos conhecidos, outros anónimos, migraram para clubes mais modestos e de ambições limitadas.

A história do futebol tem sido feita de todos estes jogadores. Assim, paralelamente a uma história de passes, fintas e golos, iniciada em meados do século XIX, e narrada de forma apologética e inebriante (Brohm e Perelman, 2006: 11), há uma outra história de mobilidade e circulação de futebolistas entre países, e que na sua expressão social se configura como um processo migratório internacional, refletindo muitas das características da “idade das migrações” (Castles e Miller, 2003). Ao longo deste tempo, milhões de pessoas migraram em busca de melhores condições de vida, num processo em que praticamente todos os países foram envolvidos, uns como países de origem e outros de destino, alterando significativamente a composição da população mundial. No futebol sucedeu processo idêntico, inicialmente através da mobilidade cosmopolita de alguns indivíduos que contribuíram para a dispersão do jogo pelo mundo e, depois, através da migração internacional de jogadores em resposta a imperativos competitivos, numa dinâmica que se intensificou e complexificou à escala global (Maguire e Falcoux, 2011: 2). Esta realidade é facilmente constatada: muitas

equipas de alta competição são como que uma sociedade das nações, com a sua legião de jogadores provenientes de uma grande diversidade de países; e as seleções nacionais, que se constituem como entidades representativas da nação, são cada vez mais preenchidas por jogadores de origens geográficas diversas, em muitos dos casos consequência das migrações gerais.

Esta tese de doutoramento tem como ponto de partida a constatação desta realidade: num contexto de intensas migrações, o futebol suscita também processos migratórios significativos. Conjugam-se aqui dois fenómenos sociais importantes, as migrações e o desporto. Dois fenómenos que, apesar da sua relevância, foram inicialmente negligenciados pela Sociologia.

No final do século XIX os fluxos migratórios tinham um enorme impacto nos países ocidentais, não apenas pelas deslocações internas, do espaço rural para o urbano, mas também pelas migrações transocênicas que, com origem na Europa, tinham como destino a América. No entanto, este foi um tema ao qual a Sociologia, na sua origem, não dedicou muita atenção. Os autores clássicos limitaram-se a fazer breves alusões aos fenómenos migratórios, considerando-os como consequência da dinâmica capitalista e da evolução das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas, industrializadas e urbanizadas. O primeiro trabalho a assumir a relevância e autonomia temática do fenómeno migratório foi desenvolvido no final do século XIX por um geógrafo, Ernest George Ravenstein, o qual determinou o marco analítico pelo qual, durante muito tempo, as migrações foram estudadas. Ao longo do século XX, as migrações, pela relevância na vida das sociedades, e pela complexidade que lhe é inerente, converteram-se numa área de conhecimento multidisciplinar (Baganha, 2001: 136; Peixoto, 2004a: 3), com um quadro teórico fragmentado, para o qual a Sociologia contribui em parte.

Também no final do século XIX, já o desporto se constituía como um fenómeno importante das sociedades modernas. Num curto espaço de tempo, o desporto ganhou uma dimensão global, convertendo-se num dos mais bem sucedidos *localismos globalizados* (Santos, 1995:262). Em 1894, Pierre de Coubertin organizou o primeiro congresso olímpico, e dois anos depois decorreram os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas. A FIFA, uma das mais importantes federações desportivas, foi fundada em 1904 e, em 1930, por entre depressões e conflitos, organizou o primeiro campeonato do mundo de futebol. Apesar da relevância social do fenómeno desportivo, a Sociologia não lhe dedicou especial atenção. A causa dessa negligência deve-se a que,

os paradigmas a que a Sociologia aderiu limitaram o seu campo de análise a um conjunto relativamente estreito de atividades sociais. Assim,

o desporto parece ter sido ignorado como um objeto de reflexão sociológica e de investigação, em especial, porque é considerado como algo que se encontra situado no lado que se avalia de modo negativo no complexo dicotómico convencionalmente aceite, como por exemplo, entre fenómenos de trabalho/lazer, espírito/corpo, sociedade/prazer, económico/não económico. Ou seja, segundo o pensamento reducionista e dualista ocidental, o desporto é entendido como coisa vulgar, uma atividade de lazer orientada para o prazer, que envolve o corpo mais do que a mente, e sem qualquer valor social (Elias e Dunning, 1992: 17).

Este olhar preconceituoso da Sociologia para com o desporto, e o futebol em particular, aconteceu de forma mais acentuada com os autores da Escola de Frankfurt. Inserido no domínio da indústria cultural, o futebol foi considerado uma modalidade alienante, instrumentalizada para criar necessidades, anestesiar consciências e sem valor estético. Assim, o futebol, à semelhança de outros fenómenos da cultura de massas, foi estigmatizado, sendo-lhe negada a dignidade dos estudos académicos (Freitas Jr., 2006).

Contudo, o que a realidade mostra é que o futebol se constitui como uma importante dimensão da sociedade, que não pode ser ignorada e menosprezada. É um fenómeno social total e por isso “temos de nos inclinar, diante desta verdade: o futebol é uma realidade indiscutível e quotidiana. Nada saber sobre ele, dificulta-nos a compreensão do mundo que estamos vivendo” (Goñi Zubieta, 2002: 93).

Migrações e futebol são, pois, dois importantes fenómenos contemporâneos, sendo que cada um constitui-se, *per se*, como lugar estratégico de investigação. Um *lugar estratégico de investigação* é uma área temática, ou fenómeno empírico, no qual outros processos sociais se manifestam de forma clara, pelo que é aí possível encontrar evidências que possibilitem a obtenção de respostas consistentes e devidamente fundamentadas para questões mais amplas de investigação, permitindo a progressão do conhecimento (Merton, 1973: 372). As migrações são um desses lugares estratégicos (Portes, 1997: 814), porque manifestam uma intensidade e complexidade que é transversal a todas as sociedades, determinando processos sociais, económicos e políticos (Faist, 2000; Papastergiadis, 2000; Castles e Miller, 2003), com expansão para os estudos demográficos, da família, de género, do trabalho, do direito, das redes sociais, da etnicidade, do multiculturalismo, das políticas sociais e das relações internacionais, entre outros. O lugar estratégico do futebol resulta da forma como acontece à escala global e da sua expressão em cada país (Giulianotti, 2004), sendo que

a partir dele se podem estudar várias áreas, nomeadamente as questões raciais, de género, religiosas, laborais, de cultura, políticas públicas e, entre outras, também a área das migrações (Bale e Maguire, 1994; Lanfranchi e Taylor, 2001, Poli, 2008).

As migrações de atletas é um tema relativamente novo de investigação na área das Ciências Sociais. As primeiras abordagens foram efetuadas a partir de 1969 pelos geógrafos John Ronney e John Bale, que constataram a regularidade de alguns fluxos de atletas estrangeiros no âmbito do desporto universitário. Em 1994, com a publicação de *The Global Sports Arena*, obra organizada por John Bale e Joseph Maguire, esta área de investigação adquire consistência, não apenas por fazer uma abordagem das migrações em várias modalidades desportivas, mas essencialmente por inserir estes processos migratórios no âmbito das migrações gerais, em resultado da globalização do fenómeno desportivo. Desde então, têm sido desenvolvidos vários trabalhos que abordam fluxos específicos, associados a determinados desportos. No entanto, esses trabalhos têm-se caracterizado pela ausência de fundamentação teórica das migrações (Maguire e Falcous, 2011: 2). Esta situação pode dever-se ao facto da investigação relativa a estas migrações ser predominantemente efetuada a partir da Sociologia do desporto, sendo poucos os autores que contextualizaram a mobilidade dos atletas no campo teórico das migrações (Maguire, 1996; Elliot e Maguire, 2008; Taylor, 2006; Darby *et al.*, 2007; Poli, 2008).

Em Portugal a investigação sobre a temática das migrações de atletas é quase inexistente. Há um texto que aborda a migração de jogadores africanos para Portugal (Darby, 2006), e depois algumas referências que de forma indireta fazem alusão à presença de jogadores estrangeiros imigrados no futebol português (Lanfranchi e Taylor, 2001, Ruggi, 2009; Rial, 2009). O trabalho mais desenvolvido sobre futebol e migrações em Portugal decorreu do projeto de investigação *Diasbola* (Tiesler, 2012), o qual não teve, porém, como objetivo estudar as migrações de atletas, mas sim caracterizar o futebol como elemento cultural utilizado pelos emigrantes portugueses como meio de ligação ao país de origem, em processos de construção de comunidade e performance de “portugalidade” (Pereira, 2012; Tiesler e Bergamo, 2012; Sardinha, 2012; Domingos, 2012a).

O futebol português não ficou indiferente aos intensos processos migratórios de futebolistas. Progressivamente foram chegando jogadores estrangeiros que se integraram nos clubes nacionais, tornando-se habitual a sua presença. Em 2011, quando

o FC Porto e SC Braga disputaram a final da Liga Europa, 14 dos 22 jogadores titulares eram imigrantes. Michael Platini, Presidente da UEFA, criticou na altura o excesso de estrangeiros, afirmando que, se os clubes eram portugueses, deviam jogar com jogadores portugueses, e que os brasileiros e argentinos, que integravam as duas equipas, estavam melhor a jogar nos respetivos países.¹ Mas a realidade do futebol português não se reduz a um processo migratório, havendo também uma emigração significativa de jogadores portugueses para clubes estrangeiros. Em 2011, segundo o Professional Football Players Observatory (PFPO, 2012: 12), Portugal era o oitavo país que a nível mundial mais jogadores nacionais exportou para as Ligas europeias.

Assim, em face da magnitude e importância das migrações de futebolistas, esta tese propõe-se investigar e analisar este fluxo migratório, tendo como unidade de análise o futebol português e os seus migrantes, nomeadamente os jogadores estrangeiros imigrados em Portugal, e os jogadores portugueses emigrados em clubes estrangeiros.

O objetivo geral deste trabalho consiste em observar, compreender e explicar o processo migratório de futebolistas que, considerados como mão de obra altamente qualificada, decorre num amplo contexto de mobilidade, centrando a atenção no futebol português, em particular nos processos de saída e entrada de jogadores. Daqui decorrem uma série de objetivos, nomeadamente: apurar a expressão quantitativa e qualitativa da mobilidade migratória dos futebolistas; saber quem são estes migrantes, o que pretendem e como decorre a sua atividade; estabelecer um paralelo entre as migrações gerais e as migrações de futebolistas; analisar os fluxos de entrada e saída do futebol português; contextualizar estes fluxos no âmbito das tendências migratórias da sociedade portuguesa.

Ao longo deste trabalho serão frequentemente narradas histórias individuais de vidas de migrantes, sendo assim que começa e termina. Há uma escala humana que está presente em cada história, e elas não são apenas individuais. Quando se cruzam e relacionam com outras, contam uma história coletiva, uma história social, permitindo um entendimento mais profundo da realidade, e resgatam a expressão humanista da neutralidade das análises.

¹ Público, edição de 17 de junho de 2011.

Importa fazer algumas notas de esclarecimento sobre aspetos que surgirão ao longo do texto: i) apesar dos conceitos de “estrangeiro” e “migrante” não serem idênticos, utilizam-se de forma similar neste trabalho, isto porque no universo do futebol profissional um jogador estrangeiro é sempre um jogador migrante; ii) salvaguardando argumentos gerais que se façam ao futebol, e considerando que há vários futebóis, o “futebol” a que este texto se refere é o das competições profissionais dos escalões seniores, do género masculino; iii) pelo facto dos nomes oficiais dos clubes de futebol serem normalmente extensos e, em alguns casos, não coincidentes com as designações pelas quais são comumente referidos, usa-se nesta tese a referência simplificada pela qual os clubes são designados.

Esta tese está estruturada em duas partes, constituídas por capítulos, numa sequência argumentativa que se inicia com uma reflexão teórica, e conclui numa análise empírica, onde os argumentos iniciais contribuem para a fundamentação dos argumentos finais.

A primeira parte é constituída por quatro capítulos, sendo os três primeiros teóricos, e o quarto, um capítulo metodológico. Em função do tema em causa, considera-se imprescindível fazer uma abordagem teórica prévia às migrações, como forma de estabelecer pontos de referência que permitam uma interpretação das migrações de atletas. Assim, o capítulo um começa por assinalar a diversidade de experiências migratórias como forma de ilustrar a complexidade dos fluxos contemporâneos. Essa diversidade contribui para que haja uma definição consensual do que são migrações, pelo que se expõem as várias possibilidades concetuais e critérios mais frequentes na categorização dos movimentos migratórios. De seguida, sumarizam-se algumas leituras teóricas sobre as causas e consequências das migrações, começando pelos autores clássicos da Sociologia, seguindo-se a teoria neoclássica com os respetivos fatores *push/pull*, depois a teoria dos mercados segmentados, a teoria do sistema-mundo e a teoria dos sistemas migratórios. Não sendo exaustiva, a referência a este elenco de teorias sugere a inexistência de uma teoria geral das migrações, e a necessidade de uma complementaridade de análises. O capítulo prossegue com a caracterização das migrações internacionais contemporâneas, perspetivando-as desde a dinâmica da globalização, fazendo uma descrição do volume e orientação dos fluxos mais expressivos e, ainda, assinalando algumas tendências de mobilidade, nomeadamente: compressão do espaço-tempo migratório; migrantes conetados;

cosmopolitismo funcional; transmigração; feminização; governabilidade. Analisa-se depois o segmento das migrações de trabalhadores altamente qualificados, para que posteriormente se possa estabelecer um paralelo com o estatuto migratório dos futebolistas. O capítulo termina com uma caracterização das migrações portuguesas desde o início do século XX.

O capítulo dois propõe-se abordar as migrações internacionais de trabalho desportivo, partindo da constatação de que os atletas, em todos os desportos, em todos os lugares, estão em movimento. No entanto, a categoria de migrante não é imediatamente evidente quando aplicada a atletas, e por isso se apresenta um conjunto de fatores que contribuem para essa circunstância. Tal como as migrações gerais, também as migrações de desportistas não são experiências uniformes, verificando-se uma significativa diversidade de motivações, percursos e circunstâncias, pelo que, neste capítulo, se apresenta uma síntese das tipologias existentes para caracterizar estes migrantes. De seguida, expõem-se as principais abordagens teóricas, começando pelos trabalhos pioneiros de constatação da existência de atletas migrantes, para depois inserir esses fluxos no contexto das migrações gerais, determinados pela globalização do desporto, e ainda assinalar algumas perspetivas elaboradas a partir de teorias das migrações gerais. O capítulo conclui com uma referência às migrações de futebolistas, apresentando algumas das tendências de análise deste fluxo.

As migrações internacionais de futebolistas comportam as especificidades do universo do futebol, pelo que se torna importante conhecer essa realidade para melhor entender a dinâmica migratória em causa. Assim, o capítulo três começa por assumir o futebol como um jogo que, aparentemente simples, se complexifica com os múltiplos significados sociais que lhe estão subjacentes. Este é um contexto de intensas emoções, pelo que o futebol não pode ser reduzido à sua racionalidade técnica e tática, devendo ser percebido na sua expressividade social. Desde logo, a espessura sociológica do jogo permite distintas interpretações, nomeadamente: uma funcionalista, em que o futebol se constitui como atividade libertadora das tensões sociais e espaço de afirmação de identidades; bem como uma interpretação crítica, em que o futebol surge como elemento integrante do sistema capitalista, vendido como produto que suscita alienação e incentiva ao consumo. Depois desta contextualização teórica, o capítulo prossegue com a descrição do que é o futebol, estabelecendo uma distinção entre várias formas futebolísticas, e caracterizando as normas e práticas da modalidade institucionalizada e

regulamentada pela FIFA. Em seguida caracteriza-se a condição e o exercício da profissão de futebolista. É este o trabalho que os migrantes internacionais, aqui estudados, desempenham. Desde logo, as dinâmicas migratórias suscitadas, sendo determinadas pelo contexto social, são-no igualmente por variações no mercado de trabalho deste setor de atividade. Neste âmbito, torna-se incontornável assinalar o caso Bosman, ocorrido em 1995, por ter revolucionado profundamente todo o processo de transferência de jogadores, e conseqüentemente ter suprimido muitos entraves que se colocavam à livre migração de futebolistas.

O capítulo quatro é um capítulo metodológico, no qual se expõem os pressupostos, objetivos e hipóteses, e ainda as opções de métodos e técnicas a que se recorreu para a implementação do trabalho de investigação. Apesar da abordagem mais empírica ser feita na terceira parte do trabalho, considera-se que esta localização do capítulo na estrutura geral do trabalho é adequada, porque apresenta um conjunto de pressupostos epistemológicos que se consideram pertinentes para a análise temática dos capítulos que se seguem.

A segunda parte é constituída por três capítulos empíricos, que incidem sobre as migrações de futebolistas, sendo o quinto capítulo de caráter global, o sexto e sétimo tomando como unidade de análise o futebol português. As migrações de futebolistas são uma realidade constatada por quem assiste a jogos de futebol. Não apenas porque se percebe a diversidade de origens na constituição das equipas, mas também porque a comunicação social faz alusão aos jogadores estrangeiros, assinalando casos de equipas que são maioritariamente constituídas por jogadores imigrantes. No entanto, sendo esta uma realidade tão facilmente constatada e recorrentemente referida, o conhecimento sobre as dinâmicas migratórias que lhes subjazem quase nunca é tido em conta. Por isso, no capítulo cinco procura-se caracterizar, de forma genérica, os movimentos migratórios de futebolistas, não apenas numa perspetiva histórica, mas também na forma como acontecem na atualidade. Assim, o capítulo começa por retratar os primórdios da mobilidade de jogadores de futebol, pioneiros de um processo que permitiu a expansão da modalidade à escala global. Depois, é feita uma breve abordagem às políticas migratórias de futebolistas no período entre guerras, que, apesar de assumidamente restritivas, permitiram um expressivo fluxo transatlântico. No período que vai dos anos 50 até aos anos 90, os movimentos migratórios dos jogadores alternaram entre momentos de liberdade de circulação e outros de imposições de

restrições impostas pelos países de origem e destino, enquanto forma de proteger o futebol dos países em causa. Dos anos 90 até à atualidade é assinalado um conjunto de fatores que contribuíram para a liberalização e globalização do mercado de transferências, assistindo-se nos últimos anos a intensos fluxos migratórios. O capítulo prossegue com a caracterização de alguns desses fluxos, identificados em diversas provas desportivas. Assim se analisam as cinco mais importantes ligas europeias, bem como a UEFA Champions League, enquanto a mais relevante competição internacional a nível de clubes. O capítulo termina com a caracterização dos jogadores migrantes que integraram as seleções nacionais que participaram no último Campeonato do Mundo de Futebol, realizado em 2010, na África do Sul.

O capítulo sexto assinala as tendências históricas das migrações de futebolistas que, desde o início do século XX até à atualidade, marcam, ainda que com intensidades distintas, o futebol em Portugal. O capítulo inicia-se com uma referência à *futebolização* da sociedade portuguesa, consequência da expressão da modalidade na vida social do país, e ainda a existência de uma entidade de contornos algo difusos que se denomina de “futebol português”. Em seguida faz-se referência aos primeiros estrangeiros que jogaram futebol em Portugal e ao primeiro português que jogou no estrangeiro. Depois, faz-se uma periodização das emigrações de jogadores portugueses, distinguindo um período inicial, em que as migrações foram praticamente acidentais, passando depois pelas saídas, que começaram por acontecer com alguma regularidade a partir dos anos 70, e terminando com a massificação das saídas a partir da década de 90. Periodização idêntica é efetuada para os processos imigratórios de jogadores estrangeiros para Portugal, identificando-se os primeiros que chegaram, e a forma como decorreram os respetivos processos de contratação. Depois dá-se conta da progressiva regularidade na chegada desses jogadores, até que a partir dos anos 80 esses fluxos se intensificaram de forma que os jogadores estrangeiros se sobrepuseram aos nacionais. O capítulo termina assinalando o fluxo africano de jogadores, o qual foi muito importante para o futebol português, sendo no entanto a sua pertinência migratória diluída pelas políticas coloniais.

Por último, no capítulo sétimo apresentam-se os resultados do trabalho empírico mais aprofundado e contextualizam-se as dinâmicas migratórias do futebol português, no âmbito das migrações em Portugal e das tendências migratórias gerais. Assim, o capítulo inicia-se com algumas histórias de percursos de jogadores portugueses e

estrangeiros que integraram plantéis de clubes nacionais, como forma de ilustrar a diversidade de situações migratórias. Com recurso a dados quantitativos recolhidos ao longo de cinco épocas, dá-se conta de quem são os estrangeiros do futebol português, e procede-se a uma categorização dos percursos migratórios de todos os jogadores, portugueses e estrangeiros. De seguida, e com base em dados qualitativos resultantes de entrevistas efetuadas a diversos agentes desportivos, analisam-se algumas das tendências migratórias em causa. Assim, faz-se referência à conceção que os agentes desportivos têm dos futebolistas migrantes, assinalando as suas especificidades num setor de atividade que “compra” e “vende” jogadores. Depois refere-se a inevitabilidade dos processos migratórios, em virtude não apenas de processos de atração e repulsa dos espaços de origem e destino migratórios, mas também na sequência de estratégias de contratação e transferências desenvolvidas pelos clubes portugueses. Por isso se caracteriza em seguida o futebol português como uma placa giratória, que recebe e distribui internacionalmente jogadores. O capítulo conclui com uma análise destes fluxos a partir da teoria dos sistemas migratórios, em particular do sistema lusófono.

Um trabalho académico é inevitavelmente produto do contexto em que é produzido. Este é o tempo das transferências milionárias de jogadores, do mediatismo de Cristiano Ronaldo e de Messi, da conversão dos clubes em sociedades anónimas desportivas, dos jogadores em trabalhadores, dos adeptos em consumidores e do futebol num negócio. Mas é também o tempo do encantamento das jogadas, das fintas e dos golos que o *beautiful game* continua a proporcionar. Não sendo este um trabalho sobre os encantos do jogo, não deixa de estar inspirado nos tempos que por ele são marcados.

I Parte

DAS MIGRAÇÕES GERAIS, ÀS MIGRAÇÕES DE TRABALHO DESPORTIVO E O FUTEBOL COMO FENÓMENO SOCIAL

CAPÍTULO I

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS, TEORIAS E TENDÊNCIAS

1.1. Histórias de migrações

Bhagyawati é o nome de uma mulher que vive na zona rural de Andhra Pradesh, na Índia. Pertencente a uma casta inferior, sem recursos, Bhagyawati e os seus filhos todos os anos vão por 6 meses para a cidade de Bangalore, trabalhar na construção, ganhar uma média de 0,82 euros diários. Enquanto aí estão, os filhos de Bhagyawati não vão à escola porque não falam o idioma local, não têm direito a receber alimentos subsidiados nem apoio à saúde porque não se encontram registados nessa província (PNUD, 2009: 1).

Marta, brasileira, nascida em Goiás em 1977, solteira e empregada de escritório. Entrou na Europa via Madrid, em junho de 2003. Veio para Portugal e foi viver para Setúbal com uma amiga. Posteriormente, a convite de outras mulheres brasileiras, mudou-se para o distrito da Guarda para trabalhar num local onde sabia antecipadamente que iria prostituir-se. Cobrava 35 euros por cada ato sexual e, em média, atendia 3 a 4 clientes por noite, sendo que os responsáveis pela casa ficavam-lhe com 7,5 euros por cliente. Habitou num apartamento com mais três mulheres, sendo duas delas imigrantes ucranianas. No final de 2003, numa ação de fiscalização à casa onde se prostituía foi encontrada em situação ilegal (Santos *et al*, 2008: 156).

Nelea Afanas, médica moldava, comprou numa agência de viagens do seu país, por dois mil euros, um visto Schengen e uma viagem até Lisboa. O trajeto fez-se em duas etapas, primeiro de autocarro até Roma e posteriormente de comboio até Lisboa. Depois de sucessivos roubos e mentiras que dramatizaram a viagem, chegou a Portugal. Começou por trabalhar num restaurante e mais tarde inseriu-se num projeto de apoio à profissionalização e reconhecimento de habilitações de médicos imigrantes. Obteve o reconhecimento da sua formação e começou a exercer medicina em Portugal (Felner e Clifford, 2006: 28-35).

Lazem, natural do Afeganistão, apanhado pela polícia francesa num acampamento clandestino conhecido pela “selva”, perto de Calais. Diz que abandonou o seu país porque não havia segurança. Juntamente com outros compatriotas, deixou o Afeganistão, atravessou o Irão, Turquia, Grécia, Itália e finalmente chegou a França, pretendendo continuar viagem para Inglaterra onde quer iniciar uma vida nova¹.

Euclides Monteiro saiu de Cabo-Verde em 1998 para estudar em Portugal. Na altura tinha 18 anos. Quando chegou foi viver para o Algarve. Conseguiu um primeiro trabalho e um visto de permanência que lhe permitiu estudar. Posteriormente o visto caducou e Euclides esteve 3 anos em situação ilegal. Casou, teve um filho e conseguiu um contrato laboral para poder legalizar-se. A parte mais complicada da sua vida de imigrante é a habitação, vivendo numa barraca de um bairro clandestino nos arredores de Lisboa.²

Mário, natural da província rural de Michoacan, no México, jovem estudante de medicina, emigrou para os Estados Unidos com 18 anos. Começou por trabalhar na construção, único emprego que a rede de contactos familiar lhe conseguiu arranjar. Três anos volvidos, sem deixar de trabalhar, iniciou estudos em engenharia elétrica na Universidade da Califórnia. Concluído o curso foi recrutado por uma companhia tecnológica na área das comunicações (Alarcón, 2000: 311).

Pedro Pauleta, futebolista português natural do arquipélago dos Açores. Assinou o primeiro contrato como futebolista profissional aos 21 anos, e durante duas épocas representou clubes do escalão secundário do futebol português. Aos 23 anos transferiu-se para o estrangeiro, jogando quatro anos em Espanha pelo UD Salamanca e Deportivo de La Coruña, e posteriormente mais oito anos em França representando o FCG Bordéus e o Paris Saint-Germain. Os seus êxitos desportivos no estrangeiro contribuíram para as 88 internacionalizações pela seleção nacional. Quando em 2008 Pauleta terminou a carreira, era o único futebolista internacional português a nunca ter jogado no principal escalão do futebol nacional (Freitas, 2004).

A juntar a estas histórias poderíamos contar muitas outras: Juan, mexicano a trabalhar clandestinamente nos Estados Unidos; Marjorie, filipina que trabalha como

¹ BBC News, 22 de setembro de 2009, http://news.bbc.co.uk/2/hi/talking_point/8269934.stm [consulta a 8 de maio de 2010].

² Público, 8 de novembro de 2009, reportagem intitulada “Em Portugal ‘não há dinheiro mas há sentimentos’”.

enfermeira no Canadá; Farouk, egípcio a trabalhar na construção civil no Dubai; Ibraim, senegalês, migrante clandestino e vendedor ambulante nas Canárias; Edward, britânico a trabalhar numa multinacional na América do Sul; Vicente, moçambicano imigrado na África do Sul; Amrita, indiana a lecionar numa universidade em Inglaterra; Josef, judeu russo a trabalhar num projeto tecnológico em Israel; Isaiás, brasileiro a jogar futebol num clube do Japão. Como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, estes são alguns dos homens e mulheres que “todos os dias, em países por todo o mundo, deixam os seus países em busca de uma vida melhor para si e para as suas famílias”.³ Contabilizados aos milhões, compilados em séries estatísticas, catalogados em tipologias e interpretados por leituras teóricas que os transcendem, os fluxos migratórios são compostos por indivíduos que transportam consigo histórias que evocam a partida, o trajeto, a chegada e inserção nas sociedades de destino (Menezes, 1992: 10). As contingências destas etapas, significando ruturas biográficas nos migrantes (Lechner, 2009: 91) tornam cada história de migração individual numa diáspora singular, em que o migrante antes de ser “um que chega” é “um que sai”, afetado pela dupla condição de emigrante e imigrante (Sayad, 1999). É alguém que deixa “o contexto do seu texto, o contexto da sua narração identitária, das suas referências significativas, deixa os referentes conceptuais nos quais formou as suas crenças e os seus costumes e também o próprio desejo de imigrar” (Piaastro, 2008: 27), para se integrar noutros contextos em que a sua identidade e individualidade é respeitada ou sufocada.

Todas estas histórias das migrações contemporâneas não são passíveis de se encerrar numa única narrativa. Diz João Peixoto que “se considerarmos as diferentes circunstâncias de partida e de chegada, as causalidades, motivações e consequências envolvidas, haverá tantas formas de migrações quantos os indivíduos e as estratégias utilizadas” (1998: 25), por isso

um dos equívocos mais comuns na observação das migrações internacionais é a consideração dos migrantes como um conjunto homogêneo de indivíduos, partilhando características, estratégias e destinos comuns. O desenvolvimento de opiniões e de imagens colectivas sobre migrantes (...) pode tender a formar-se uma categoria abstracta em torno da qual giram as conceções dominantes (Peixoto, 2002: 59).

³ Palavras proferidas por Kofi Annan, em 2003, no dia internacional do migrante, “Secretary-General, in International Migrants Day Message, Underlines Need to Maximize Benefits of Migration,” U.N. Press Release N° SG/SM/9081, OBV/405. <http://www.un.org/News/Press/docs/2003/sgsm9081.doc.htm> [consulta a 19 de novembro de 2010].

Nikos Papastergiadis (2000: 22) afirma que apesar das histórias de migrações terem muito em comum, diferem significativamente umas das outras. Não apenas mudam as coordenadas geográficas de origem e destino, como se altera o significado e as causas da deslocação. Também Stephen Castles e Marlk Miller (2003: 21) referem que cada história de migração, para além da sua expressão individual, mostra as novas dinâmicas e complexidades de processos e fluxos. O elencar de todas as formas migratórias patenteia a pluralidade de experiências migratórias, suscitando problemas novos, novas questões, bem como a necessidade de rever conceitos e tipologias.

1.2. Concetualização e tipologias das migrações internacionais

As migrações são um tema recorrente no âmbito das ciências sociais, nos argumentos políticos e no quotidiano do senso comum. Utilizado para referir um dos fenómenos sociais mais importantes dos nossos dias, o conceito de “migração” bem como as suas derivações, nomeadamente “emigrante” e “imigrante”, banalizaram-se ao ponto de em muitas circunstâncias serem assumidos de forma acrítica e simplista, com a perigosa consequência de reduzir a complexidade do fenómeno migratório a um simples movimento de pessoas. Esta circunstância, segundo Cristina Blanco, suscita duas consequências com efeitos perversos: primeiro, a ausência de objetivação terminológica por parte do meio científico, com a consequente impossibilidade de difusão de conceitos precisos que descrevam o fenómeno migratório, deixa espaço para que o conhecimento comum elabore categorias e termos resultantes da circulação de preconceitos e estereótipos, sendo que a este propósito se pode referir a diferenciação feita no âmbito das sociedades recetoras relativamente aos seus imigrantes, denominando com termos distintos o que constitui uma única categoria⁴; em segundo lugar, a ausência de definições claras e a diversidade de categorias migratórias utilizadas, juntamente com a dificuldade de mesurar as deslocações, são obstáculos à elaboração de diagnósticos que permitam, numa escala global, conhecer e prognosticar a realidade de um momento e lugar (2000: 15 e 16).

⁴ Cristina Blanco refere-se à distinção dos imigrantes, como imigrantes ou estrangeiros. Ou seja, conforme o país de origem ou o estatuto social e profissional do imigrante, os mesmos são denominados pelo senso comum de formas distintas. A autora dá o exemplo, em Espanha, dos imigrantes de países centrais que são designados genericamente como estrangeiros, e dos imigrantes da periferia europeia, africanos ou sul-americanos que são designados como imigrantes, sendo aqui o termo empregue de forma pejorativa.

Sendo todo o exercício de definição de conceitos não mais do que uma tarefa de inclusão e exclusão de características, dimensões e dinâmicas num tipo ideal que se pretende ilustrativo da realidade, esse exercício comporta a dificuldade da elaboração conceptual de fronteiras rígidas que podem ser ilusórias, nomeadamente quando referidas a uma realidade tão maleável como a das migrações. A maleabilidade conceptual de “migrações” varia num intervalo entre dois extremos dicotómicos, em que num dos lados a definição é tão ampla que inclui todas as formas de mobilidade, e no outro, pelo contrário, é tão restrita que exclui da conceção determinados movimentos, por isso,

uma definição rigorosa da noção de ‘migrações’ é mais complexa do que, à primeira vista, poderia parecer. Apesar de ser fácil distinguir, em certos contextos, um ‘migrante’ de um ‘não migrante’, a quantidade de situações ‘mistas’ coloca problemas inesperados a uma definição do termo (Peixoto, 1998: 13).

Por consequência torna-se imperativo precisar conceptualmente do que falamos quando se fala de migração, para mais quando não existe uma definição operativa e consensual que permita diferenciar de forma clara os movimentos populacionais que pertencem a esta categoria e às subcategorias que a partir daí decorrem.

A maioria das definições faz referência a um conjunto de aspetos que de forma genérica consideram as migrações como a deslocação de seres humanos no espaço e tempo, que percorrendo pequenas ou grandes distâncias, no decorrer de um curto ou longo período de tempo, mudam de residência. Por exemplo, Everett Lee considera como migrações todos os movimentos que implicam uma mudança de residência permanente ou semipermanente, não tomando em conta a distância como critério, considerando como migração a simples mudança de habitação num mesmo bairro, bem como a mudança de habitação quando alguém vai viver para outro país (Lee, 1966: 49). Por outro lado, William Petersen define como migração o movimento relativamente permanente de pessoas ao longo de uma distância significativa, dizendo que o tempo mínimo de permanência deverá ser um ano, sendo esse movimento classificado como visita se for inferior, e que por “distância significativa” se podem ter vários entendimentos nomeadamente geográficos e sociais (Petersen, 1968: 286 e 287). A definição das Nações Unidas, ao dizer que um migrante é todo aquele que ao ir para outro país muda a sua residência habitual, afirma que a migração é uma mudança de espaços político-administrativos com alguma duração, por implicar uma consequente mudança de residência, permitindo assim uma distinção entre migrações e outras formas

de mobilidade que não têm implícita essa mudança de residência (United Nations, 1998: 17).

Tratando-se de um fenômeno simultaneamente espacial e temporal, todas as definições do que são migrações, são arbitrárias na medida em que não há consenso relativamente à amplitude geográfica a percorrer, nem à duração da permanência no destino, nem tão pouco às consequências sociais implicadas no movimento para que o mesmo possa ser considerado como migratório. Por consequência, as definições de migrações revelam-se insuficientes na aspiração de cobrir todas as dimensões e facetas de um fenômeno tão heterogêneo.

Relativamente ao espaço, tanto podemos estar a referir-nos a uma simples alteração de residência entre zona urbanas de uma mesma cidade, bem como a uma mudança de um país para outro. Contudo a realidade encarrega-se de mostrar a ilusão dos limites de fronteiras, como sucedeu, por exemplo, na dissolução da União Soviética⁵ e na recomposição desse espaço sob a forma de novas fronteiras em virtude de processos de independência das repúblicas que a compunham, suscitando uma pluralidade de situações envolvendo migrações dentro, para dentro e para fora dos novos Estados, deslocações voluntárias e involuntárias, e situações em que não foram as pessoas que migraram mas sim as fronteiras e as suas nacionalidades.⁶ Situação idêntica foi vivida noutros espaços, nomeadamente no desmantelamento da República da Jugoslávia com a dissolução das fronteiras políticas, sociais e identitárias.⁷

⁵ Em 1989 a inquebrantável cortina de ferro caiu, primeiro abrindo uma brecha na fronteira entre a Hungria e a Áustria para depois se dar a total derrocada do Muro de Berlim. A abertura dos regimes permitiu que os cidadãos dos países da Europa Central, sob tutela do Pacto de Varsóvia, pudessem sair como se verificou com as deslocações de albaneses para Itália, de romenos para a Áustria, ou a ida de judeus russos para Israel e as expectativas que essa situação provocou nos países árabes vizinhos.

⁶ Por exemplo, os 25 milhões de russos que viviam fora do espaço da República russa, e que até aí eram cidadãos soviéticos confrontaram-se de repente com todas estas circunstâncias. Para dar resposta à complexidade da situação, foram estabelecidas novas categorias de migrantes, tais como “povos anteriormente deportados” (comunidades que foram deslocadas à força durante o regime estalinista), “migrantes ecológicos” (populações obrigadas a deslocarem-se em virtude de desastres ambientais), e “reinstalação involuntária de pessoas” (aqueles que se viram obrigados a mudar-se para o país da sua cidadania em consequência de circunstâncias que punham em causa as suas vidas), (CMMI, 2005: 8).

⁷ A Jugoslávia era constituída por sete repúblicas (Sérvia, Croácia, Eslovénia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia e Montenegro), duas províncias autónomas (Vojvodina e Kosovo), seis nações (sérvios, croatas, eslovenos, macedónios, montenegrinos e muçulmanos), várias minorias étnicas (húngaros, checos, albaneses, búlgaros, entre outros), três línguas oficiais (servo-croata, macedónio e esloveno), dois alfabetos oficiais (latino e cirílico). Toda esta diversidade unificada sob o regime totalitário de Tito explodiu violentamente em anseios nacionalistas de recriação de fronteiras, obrigando à redefinição de identidades, de nacionalidades, de espaços de pertença e a processos inesperados de migrações.

Quanto à variável tempo, qual deve ser a duração mínima do movimento migratório para que alguém possa ser considerado como migrante? A recomendação das Nações Unidas (1953) diz que no mínimo o indivíduo deve permanecer no estrangeiro por um período de um ano para que a sua deslocação possa ser considerada como migração. Mas também relativamente ao tempo encontram-se situações muito díspares, em que as considerações sobre migrações acabam por variar entre dois extremos, as migrações permanentes e as temporárias. Alguém que vai viver para outro país, aí estabelecendo residência, integrando-se socialmente, permanecendo sem nunca mais regressar ao país de origem, como aconteceu com inúmeros portugueses que emigraram para o Brasil, continuarão a ser migrantes?⁸ E quem sai do país de origem, por curtos períodos de tempo, coincidentes com tarefas laborais, nunca chegando a estabelecer residência no país de destino, como sucede com muitos trabalhadores da construção ou trabalhadores de tarefas sazonais, não deverão ser considerados como migrantes?

Duração do movimento e distância percorrida são contudo variáveis insuficientes para cobrir todas as possibilidades da realidade migratória. A complementar espaço e tempo adiciona-se a variável social. Assim, a mobilidade no espaço e a sua durabilidade no tempo, para se constituírem como movimento migratório, têm que ter consequências sociais. Consequências para o imigrante ao nível da alteração dos contextos de relacionamento social bem como da modificação do seu estatuto social. Também relativamente às questões sociais, a elaboração de uma definição genérica de migração confronta-se com situações de exceção que dificultam o exercício de generalização.⁹ Contudo, como refere John Jackson, “não deixa de ser significativo que pensemos quase sempre nos migrantes como pessoas que mudam de casa e de local de residência, num processo em que a mudança de local de trabalho surge de braço dado com a quebra de antigos laços sociais e a constituição de novos” (1991: 2). Segundo o referido autor, o fenómeno migratório define-se numa tripla dimensão:

⁸ A este propósito consultar Lobo, 2000.

⁹ Há circunstâncias em que migrações internas implicam uma mais significativa alteração de estatuto e condições sociais do que outras circunstâncias de migrações internacionais. Na China, por exemplo, há processos migratórios internos, onde se tem que percorrer enormes distâncias, o que implica a mudança para contextos culturais estranhos, bem como a convivência com grupos étnicos distintos, como é o caso dos indivíduos da etnia Uigar, originários da província de Xinjiang na parte ocidental da China quando se deslocam para as cidades de leste. Na União Europeia, pelo contrário, há migrações internacionais em que os indivíduos cobrem curtas distâncias, deslocando-se para contextos com os quais mantêm afinidades culturais, e onde o seu estatuto de cidadania se mantêm intacto.

Em primeiro lugar teremos que encarar a migração como (...) uma marcada movimentação através de uma fronteira administrativa bem definida (...). Em segundo lugar, a migração terá de ser um fenómeno contínuo dentro de um dado limite temporal (...). Terceiro, a migração terá de envolver necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social (*ibidem*: 5-6).

Assim entendidas as migrações distinguem-se de outras formas de mobilidades que, por não implicarem mudança de residência, redefinição das relações pessoais, reorganização das atividades vitais, e serem transitórias, não podem ser consideradas como migratórias. Encontrando-se nestas circunstâncias os movimentos turísticos, as viagens de negócios, as deslocações religiosas, entre outros.

Quando se faz referência às migrações internacionais, que implicam a transposição de fronteiras políticas-administrativas, há um outro elemento, para além do espaço, tempo e aspetos sociais, a considerar, que é a questão política. Ou seja,

as migrações internacionais estão sujeitas a um sancionamento político dos Estados envolvidos no sistema migratório, o que altera significativamente a acção das determinantes económicas e sociais, conferindo especificidade aos processos migratórios interestatais (Baganha, 2001: 135).

Assim, para que as migrações internacionais aconteçam não basta que existam disparidades de rendimento entre países, ou vontade de sair e desejo de entrar noutra país. É o exercício do direito de soberania de controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer ao Estado-nação que define as migrações internacionais como um processo social específico. Essa especificidade decorre do seu insuperável carácter político, na medida em que o processo migratório implica não apenas uma realocação física mas também uma mudança de jurisdição e de pertença (Zolberg, 1989: 405).

O exercício de conceptualização das migrações tornou evidentes as distinções entre diferentes tipos de migrantes. A complexidade, pluralidade e multiplicidade das possibilidades migratórias suscitou a necessidade de simplificação do fenómeno através de exercícios de “tipologização”, com o agrupamento dos migrantes em diferentes tipos, de acordo com as suas características mais evidentes. Uma das primeiras tipologias foi elaborada em 1925 por Henry P. Fairchild. Face à necessidade de clarificar formas de deslocação humana, e desde uma perspectiva história, Fairchild distinguiu quatro tipos de mobilidade: *invasão*, exemplificada com a invasão visigoda durante o império romano; *conquista*, cuja mobilidade resulta da iniciativa de povos com cultura superior;

colonização, na qual os países mais fortes descobrem e submetem povos mais débeis; *imigração*, com a deslocação pacífica de indivíduos entre países que têm aproximadamente o mesmo desenvolvimento civilizacional. Segundo o Fairchild, as causas para a existência do movimento migratório têm que ser muito poderosas, porque a tendência do ser humano é permanecer no local ao qual pertence (Fairchild, 1925: 2 e 9).

Em 1958 William Petersen, de forma ambiciosa, elabora uma tipologia geral das migrações. O texto de Petersen começa por assumir uma contestação a alguns dos pressupostos de Fairchild, nomeadamente o mito do sedentarismo, afirmando que num mundo onde ninguém morre no mesmo sítio onde nasceu, esse mundo dificilmente pode ser designado por sedentário (1958: 266). Para Petersen, sedentarismo e nomadismo, não são condições a priori da natureza humana, a mobilidade ou o imobilismo são o produto do contexto social e cultural no qual decorre a vida dos seres humanos, e por isso as migrações são um fenómeno social. A tipologia elaborada por Petersen distingue dois grandes eixos de categorização das várias modalidades de migrações: o primeiro corresponde às forças que determinam a propensão para emigrar, nomeadamente a pressão ecológica, as políticas migratórias, aspirações individuais e o âmbito social; o segundo corresponde à intencionalidade por parte do sujeito migrante, podendo assumir uma atitude conservadora quando se propõe recuperar ou manter determinadas condições de vida, ou uma atitude inovadora quando há um propósito de melhoria com a decisão de migrar. Do cruzamento destes dois eixos, Petersen propõe cinco tipos de migrações: *primitiva*, suscitada por condições ecológicas; *forçada*, determinada pelo Estado ou outra instituição social; *impelida*, os indivíduos têm parcialmente a faculdade de decidir sobre o ato migratório; *livre*, dependente da vontade dos indivíduos, mas reduzida em dimensão; *massiva*, quando a vontade migratória expressa-se numa conduta coletiva (*ibidem*: 266).

Desde que Petersen formulou a sua tipologia, o fenómeno migratório evoluiu de múltiplas formas, adquiriu novas facetas, novas motivações, outros enquadramentos legais, cresceu em complexidade e amplitude, abarcou outras áreas geográficas, pelo que novas tipologias foram sendo concebidas. A este propósito podem referenciar-se

tipologias mais recentes, nomeadamente as de Appleyard (1991)¹⁰, Portes (1999)¹¹ ou Cohen (2005)¹².

Quer sejam elaboradas em função de conceptualizações abstratas, ou referidas a realidades empíricas particulares, constata-se que os esforços de tipologizar as migrações apresentam características comuns. Segundo João Peixoto, os critérios mais frequentes nos processos de categorização dos movimentos migratórios são os seguintes: a) tipo de limites territoriais atravessados, que permitem determinar se as migrações são internas ou internacionais; b) duração ou periodicidade do movimento, que diferenciam as migrações numa escala cronológica que vai das temporárias às definitivas; c) grau de voluntariedade da migração, que categoriza as migrações como “livres”, isto é, sem constrangimentos, ou “forçadas” onde há coação para que a mobilidade aconteça; d) motivações que estão na base da migração, sejam de carácter laboral, político, ambiental, entre outros; e) condição perante o trabalho de migrante ou a consideração sobre a atividade ou inatividade; f) tipo de atividade económica desempenhada, onde se faz referência ao setor de atividade do migrante; g) estatuto profissional do migrante, ou situação na profissão; h) nível de instrução ou qualificação profissional, que distinguem entre trabalhadores indiferenciados ou qualificados; i) estatuto administrativo do migrante, que em conformidade com a forma como migrou pode encontrar-se em situação legal ou ilegal; j) lugar da migração no percurso individual, em que cada migrante se pode encontrar numa migração “primária”,

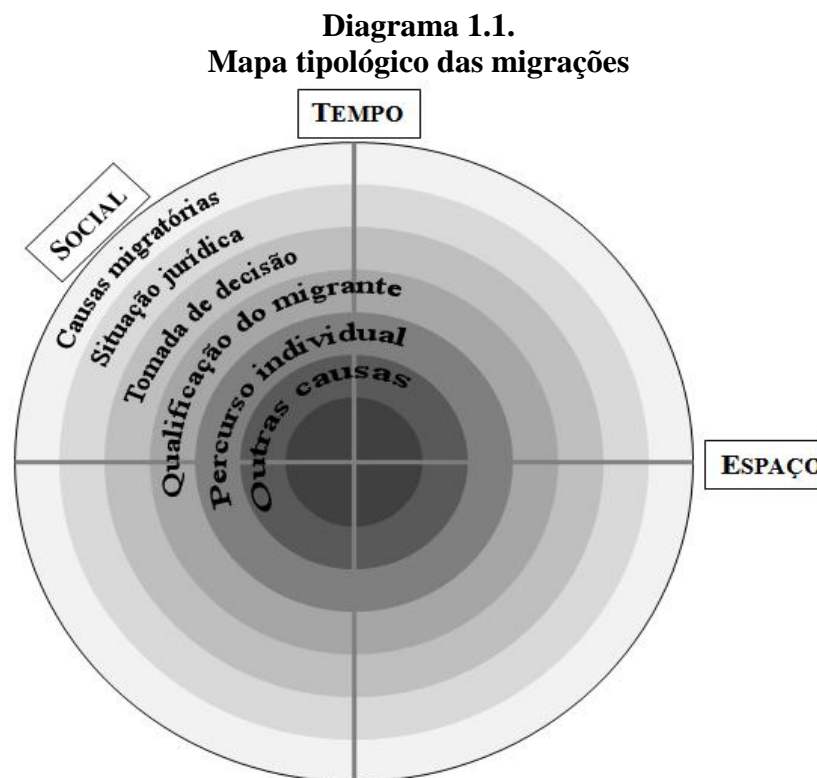
¹⁰ Reginald Appleyard elabora uma tipologia dos migrantes internacionais que compreende seis tipos: 1) migrantes permanentes, de fixação definitiva no local de destino; 2) trabalhadores contratados temporários, com permanência limitada no destino, sendo que alguns podem converter-se em migrantes permanentes; 3) profissionais qualificados de circulação temporária, cuja mobilidade decorre da sua pertença a empresas transnacionais; 4) trabalhadores clandestinos ou ilegais; 5) migrantes demandantes de asilo político; 6) refugiados de circunstâncias onde se conjugam factos políticos e ambientais (1991). Esta tipologia tem das migrações um entendimento mais clássico, centrado essencialmente nas questões laborais e políticas.

¹¹ Alejandro Portes desenvolve uma tipologia dos modos de incorporação do migrante na comunidade de destino, abrangendo três diferentes níveis de receção: tipo de política imigratória desenvolvida pelo governo; atitude da sociedade relativamente à receção de migrantes; comunidade étnica de pertença no país de destino (1999).

¹² Robin Cohen considera que nas últimas décadas, apesar de todas as restrições, controlos e formas de seleção às migrações, estas aumentaram, sendo possível distinguir pelo menos oito tipos: migrações de trabalhadores legais; migração de trabalhadores ilegais ou indocumentados; migração de refugiados e de pessoas deslocadas; migração feminina independente; trabalhadores migrantes especializados passageiros; trabalhadores migrantes especializados de longa duração; movimentos internos em grande escala; turismo (2005: 33-37). Relativamente aos dois últimos tipos, Cohen assinala as diferenças relativamente às migrações internacionais, afirmando contudo o relativismo das fronteiras quando se refere às migrações internas, bem como os efeitos culturais importantes que o turismo tem nas migrações internacionais.

“secundária”, de “retorno”, ou ainda em “migrações múltiplas” (Peixoto, 1998: 26 e 27).

Com o Diagrama 1.1. procura-se representar graficamente a multidimensionalidade das migrações, em resultado da diversidade de elementos e dinâmicas intervenientes nesses processos. Espaço e tempo, sendo os elementos comuns e presentes em todas as referências de migrações, constituem-se como eixos coaxiais das dinâmicas migratórias, que adquirem sentido quando se toma em consideração a espessura social sobre a qual sucedem. Ou seja, o espaço e tempo migratório têm uma expressão social, não apenas nas consequências que a mobilidade implica, mas também nas causas micro e macro que determinam os fluxos migratórios, na condição jurídica de cada migrante, nas condições da tomada de decisão de migrar, no perfil sócio-profissional de quem migra, nos percursos individuais de quem sai do seu país, entre outras formas e condições sociais das migrações acontecerem.



Fonte: elaborado pelo autor

O cruzamento das variáveis espaço e tempo com as várias camadas da espessura social dão origem a inúmeros tipos de migrações. Tendo em consideração a dimensão

espacial, estaremos a referir-nos a migrações internas¹³ se a mobilidade ocorrer dentro de um mesmo Estado, e a migrações internacionais se a mobilidade implicar a transposição de fronteiras políticas e administrativas de países. Quanto ao tempo implicado na migração, se o migrante se encontra numa situação transitória, permanecendo pouco tempo no local de destino, estaremos perante uma migração temporária, por oposição às migrações em que o migrante, no destino, estabelece residência de forma definitiva, sendo que neste caso estamos perante migrações permanentes. Segundo as causas migratórias, os principais tipos são as migrações laborais e de refugiados, isto sem retirar importância a outras categorias, nomeadamente a migrações por motivos familiares, estudo ou outros. Relativamente à situação jurídica, as migrações podem ser legais ou ilegais, ou seja, se a travessia da fronteira é autorizada as migrações são legais, se a migração não é autorizada pelo poder soberano do Estado-nação recetor, então a migração é ilegal, clandestina ou irregular.¹⁴ Quanto à tomada de decisão para migrar, temos essencialmente duas grandes categorias, nomeadamente as migrações voluntárias, em que os indivíduos se disponibilizam para migrar sem qualquer tipo de constrangimento oficial, e as migrações forçadas, onde os indivíduos são obrigados a migrar por motivos políticos, ambientais ou bélicos. Segundo a qualificação dos migrantes há duas grandes categorias: as migrações indiferenciadas, nas quais os migrantes se caracterizam por baixas habilitações académicas ou ausência de especialização, e que por isso se encontram disponíveis para múltiplas atividades laborais; as migrações qualificadas, compostas por migrantes que detentores de graus académicos ou elevada especialização laboral, se inserem em segmentos elevados de trabalho. Quanto ao percurso individual do migrante, está-se a fazer referência ao lugar da migração na história de vida do migrante, distinguindo-se as migrações como primárias, secundárias, ou múltiplas e ainda a movimentos de retorno.

A Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais (CMMI, 2005: 7), dando conta da complexidade dos atuais movimentos migratórios assinala a enorme diversidade de formas, nomeadamente: temporárias; permanentes; legais; irregulares; espontâneas; forçadas; trabalhadores indiferenciados; especialistas altamente qualificados; reagrupamento familiar; mobilidade estudantil; migrantes em trânsito;

¹³ Alguns autores consideram que os movimentos dentro das mesmas unidades políticas e administrativas não são migrações, mas sim relocalizações (Faist, 2000: 18).

¹⁴ De forma a descriminalizar as migrações não autorizadas e atenuar a representação simbólica exercida sobre os imigrantes clandestinos, o conceito de “ilegal” foi sendo substituído pela noção de irregular ou indocumentado.

migrantes retornados, entre outros. Contudo, ainda que um migrante ou processo migratório possa ser considerado desde uma perspectiva unidimensional, sendo tipificado de forma isolada numa categoria em particular, como por exemplo migrações internas ou internacionais, a sua sujeição a uma categoria mais não é do que uma simplificação redutora da realidade. Qualquer migrante ou processo migratório é multidimensional na forma como acontece, sendo transversal a várias categorias. Circunstância que pode ser exemplificada com um jogador de futebol que ao ser contratado por um clube estrangeiro se transforma num imigrante internacional, mas ao mesmo tempo temporário ou permanente conforme a circunstância contratual, laboral, legal e qualificado, entre outras possíveis categorias.

Para além do mais, sendo a maioria das tipologias constituídas por categorias dicotómicas, os migrantes não têm que se localizar exatamente nos extremos opostos e puros de cada uma dessas mesmas categorias, pelo que no *continuum* que vai de um extremo ao outro há múltiplas possibilidades ou intensidades de categorização.

O exercício de definição de migrações, ou de construção de tipologias, revela-se algo inglório na medida em que a realidade, em virtude da diversidade de movimentos migratórios, ultrapassa as conceptualizações que sobre ela são elaboradas. Por isso, aconselha a prudência que não se assumam distinções demasiado rígidas, pois como refere Faist, as migrações são um artefacto produzido pelas fronteiras territoriais, sendo que todas as definições são suspeitas por nada terem de objetivo (2000: 18). Também Castles afirma que “as definições de migração nada têm de objetivo. Tratam-se de resultados de políticas estatais, visando objetivos políticos e económicos, e em resposta às reações públicas” (2005: 18).

1.3. Leituras teóricas das migrações

Todos os processos migratórios internacionais evocam diversas imagens, sendo dominantes a partida, viagem e chegada a um novo destino, numa trajetória com amplas contingências. Daqui deriva um elenco de questões. Quem são os migrantes? Qual o volume das migrações? Porque se emigra? O que motiva as pessoas a migrar através de fronteiras internacionais com custos elevados? Porque é que se emigra mais nuns países do que noutros? Porque é que nem todos os indivíduos emigram? Como emigram? Quais são as estratégias migratórias dos migrantes? Quais são as experiências

migratórias? O que significa ser emigrante? Como se gere a ambivalência de ser emigrante e imigrante em simultâneo? O que se pretende com a migração? Porque é que determinados países recebem mais imigrantes do que outros? Como são recebidos nos países de destino? Que impactos têm os migrantes na vida das sociedades recetoras, na sua cultura e nas suas instituições políticas? Todas estas questões são compendiadas por Alejandro Portes (1997) em três grandes interrogações: que fatores determinam as diferenças entre Estados-nação nos fluxos migratórios internacionais? Que fatores determinam a propensão para a emigração nos países emissores? Que fatores determinam os modos de incorporação dos imigrantes nos países de acolhimento? Segundo o autor, uma teoria geral das migrações deverá ser capaz de gerar hipóteses explicativas a todas as interrogações referidas.

Como é referido por Maria Ioannis Baganha, a necessidade de integrar numa só teoria, coerente e articulada, não apenas os fatores microestruturais, como sejam o contexto de receção ou o capital social dos imigrantes nos diversos modos de incorporação na sociedade de acolhimento, bem como os fatores macroestruturais, nomeadamente o papel que o capitalismo tem a nível global no desencadear de fluxos migratórios ou a regulação estatal desses mesmos fluxos, “tornam muito pouco provável que uma teoria geral das migrações internacionais venha a ser elaborada” (2001: 136). Uma possível teoria geral das migrações internacionais para dar resposta a todas as questões e analisar as forças que subjazem ao fenómeno migratório, caracterizar-se-ia por fraquezas e debilidades, e por isso não há uma teoria geral coerente, consistente e unificada das migrações internacionais, apenas conjuntos teóricos fragmentados que se desenvolveram isoladamente uns dos outros, normalmente segmentados por fronteiras disciplinares (Massey *et al*, 2006: 34; Brettell, Caroline e Hollifield, 2000: 5). Esta “terra de ninguém”, como é designada por João Peixoto (2004a: 3), é ilustrada por Clifford Jansen pela pluralidade de possíveis olhares disciplinares:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura

social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (Jansen, 1969: 60).

A natureza fragmentada das perspectivas teóricas, bem como a segmentação disciplinar das migrações internacionais são sintomáticos de uma dificuldade adicional que consiste na extraordinária flexibilidade do fenómeno migrações.

(...) A complexidade dos fenómenos migratórios e a mobilidade que pressupõem tornam particularmente difícil fixar, num dado momento, um quadro suficientemente estável de referência, na medida em que a variação dos fluxos e da sua intensidade apresenta uma inegável plasticidade e uma assinalável diversidade no plano geográfico e em ciclos de tempo relativamente rápidos (Vitorino, 2007: 21).

Ou seja, a flexibilidade, plasticidade e maleabilidade das migrações internacionais não se compadecem do exercício de contemplação teórica. Alejandro Portes e József Böröcz afirmam que os quadros teóricos das ciências sociais manifestam dificuldade em acompanhar a realidade, porque os fenómenos que retratam evoluem de forma mais célere do que a própria compreensão teórica, sendo que poucos fenómenos possuem maior dinamismo do que as migrações internacionais (1998: 43). As variações geográficas na forma das migrações ocorrerem, bem como as metamorfoses suscitadas pelas múltiplas condicionantes económicas, políticas e culturais tornam muito difícil a existência de uma interpretação das migrações que seja absoluta, exclusiva e exaustiva. Por consequência as elaborações teóricas apenas retratam aspetos particulares ou conjunturais dos movimentos migratórios.

Como refere Joaquín Arango, “as migrações são demasiado diversas e complexas para que uma teoria as possa explicar” (2000: 33), sendo que se porventura uma tal teoria existisse, a mesma seria inútil em virtude do seu elevado nível de agregação. Também Maria Ioannis Baganha afirma que, “mesmo que uma tal teoria viesse a surgir, teria que ser construída a um tal nível de abstracção que a sua operacionalização seria não apenas altamente problemática como, provavelmente, condenada à circularidade” (2001: 136).

Segundo José Carlos Marques, a inexistência de uma teoria geral das migrações apresenta vantagens e limitações:

As primeiras advêm da possibilidade de mobilizar o contributo de diversas perspectivas teóricas para a compreensão de fluxos migratórios particulares, reconhecendo-se que cada uma das abordagens teóricas apenas explica uma

dimensão do fenómeno migratório. As segundas relacionam-se com o desenvolvimento de um abundante volume de teorias, estudos empíricos e conceitos dificilmente abrangíveis na sua totalidade pelos investigadores (2008: 54-55).

Entre vantagens e limitações, segundo João Peixoto, a bibliografia sobre as migrações apresenta múltiplas referências, nomeadamente as que provêm da interdisciplinaridade, bem como as que resultam dos debates internos da sociologia. Se no primeiro caso se encontra uma amálgama de referências provenientes de diversas ciências sociais, no segundo caso verifica-se a coexistência de explicações sociológicas de tipo “micro” e “macro”, em que a migração ora resulta da tomada de decisão racional de indivíduos, ora é produto de “forças” que os transcendem. Para além do mais, estas leituras têm sido desenvolvidas desde um enfoque clássico, sendo que as novas formas das migrações acontecerem “obriga, certamente, a uma conjugação reforçada de perspectivas teóricas” (Peixoto, 2004a: 8).

De seguida sumarizam-se algumas leituras teóricas das migrações, desde as interpretações clássicas às que observam as novas formas de “mobilidade”, e que de forma ampla complementam-se entre micro e macro leituras e pontos de interseção disciplinares.

1.3.1. Olhares clássicos

Na sequência da Revolução Americana de 1776 e da revolução Francesa de 1789, bem como das revoluções agrícolas e industriais desse período, o historiador René Rémond designa o século XIX como o século das revoluções, em que a agitação social suscita fenómenos novos e estranhos à História, nomeadamente o questionamento da ordem estabelecida, a promoção da liberdade, da democracia política, da independência, e ainda novos movimentos sociais como sejam o operário, sindical e socialista (1994: 137-138). Segundo Anthony Giddens é a conjugação dos factos políticos decorrentes da Revolução Francesa, com os factos económicos suscitados pela Revolução Industrial, que originam as principais preocupações teóricas do século XIX, nomeadamente a transição das sociedades tradicionais para as sociedades industrializadas e urbanizadas, o desenvolvimento do capitalismo e os riscos ou possibilidades que esse desenvolvimento comporta (1992: 20 ss), com o conseqüente surgimento da Sociologia e demais Ciências Sociais (Giddens, 2005: 18). O século XIX é um século de intensos movimentos migratórios, não apenas os movimentos internos

do campo para a cidade, bem como os movimentos transoceânicos da Europa para a América. Contudo, não é dedicada particular atenção a este significativo fenómeno social, sendo apenas um exemplo marginal, referido de forma indireta ou superficial para ilustrar outros acontecimentos. Assim, o olhar que os autores clássicos da Sociologia lançam sobre as migrações é o de um fenómeno que acontece em consequência dos processos de desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e industrialização.

Karl Marx não se referindo diretamente às migrações, sugere uma interpretação em que as mesmas decorrem da lógica de acumulação capitalista. Segundo o autor, os processos erráticos de expansão e contração do capital requerem uma constante força de trabalho flexível e elástica, que possa ser esticada ou encolhida de acordo com ciclos de produção. O trabalho migrante é essa força de trabalho flexível que como um exército de reserva pode ser mobilizado ou desmobilizado de forma estratégica em função dos interesses do capital cumprindo duas funções essenciais: colmatar as carências de mão de obra quando a mesma é necessária e permitir a manutenção de salários baixos através do excesso de mão de obra (Papastergiadis, 2000: 63). Por referência a ocorrências em França, Irlanda e Escócia, Marx realçou o papel desempenhado por governos e militares no controlo destes excedentes populacionais, promovendo ou retardando a migração de camponeses e pequenos proprietários, através de processos coercivos ou de assistência aos movimentos. Ou seja, a racionalização do modelo capitalista de produção agrícola deu origem à classe dos trabalhadores agrícolas sem terra, excedentários e disponíveis para serem mobilizados, enquanto “exército de reserva”, em períodos de crescimento ou dispensados em momentos de crise, sendo assim possível regular as flutuações salariais. Consoante as necessidades, esta massa de operários agrícolas seria espacialmente deslocada e convertida em operariado industrial, dando assim resposta às exigências de acumulação capitalista de maximização do lucro. Desenvolvendo este argumento no contexto interno dos países, Marx não o transpõe para um âmbito internacional, embora faça alguma referência à colonização e à forma como acontece (Marx *apud* Cruz, 1989: 77 e seg.)¹⁵.

Émile Durkheim considera o processo migratório como um fator que contribui para a dissolução dos laços de solidariedade mecânica característicos das comunidades tradicionais. Essencialmente da leitura de *A Divisão do Trabalho Social* podem extrair-

¹⁵ Observações efetuadas no XXIV capítulo de *O Capital*, intitulado “A chamada acumulação original”.

se duas referências às migrações: em primeiro lugar, os movimentos migratórios como sendo responsáveis pelo crescimento das cidades e conseqüentemente pela divisão do trabalho já que esta é determinada pelo volume e densidade das sociedades (1991: 82); em segundo lugar, as migrações ao deslocarem os indivíduos dos seus contextos originários contribuem não apenas para a rutura de laços tradicionais bem como para a implementação de outras formas de relacionamento (*ibidem*: 79-80). Ou seja, destas duas referências decorre que as migrações contribuem para a transição das comunidades tradicionais de solidariedade mecânica para as modernas sociedades de solidariedade orgânica, onde o elevado nível de divisão do trabalho social, juntamente com o colapso do sistema de valores comuns, conduz à anomia com possíveis conseqüências patológicas, nomeadamente o suicídio, o crime e o conflito social. Neste âmbito os migrantes estão mais expostos aos perigos da modernidade em virtude da descontextualização relativamente aos seus espaços de pertença (Papastergiadis, 2000: 63).

Max Weber entende a migração como um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos. Na sequência de dois inquéritos relativos ao espaço agrícola alemão, onde se constatava a carência de trabalhadores germânicos em virtude da migração transatlântica, da mobilidade interna, e ainda a sua substituição por trabalhadores sazonais polacos, Weber interpretava estas circunstâncias como decorrentes da penetração do capitalismo nas áreas rurais e a conseqüente proletarização dos trabalhadores. A utilização de trabalhadores polacos pelos proprietários fundiários alemães revelava-se mais rentável pelos baixos salários pagos, bem como pela não obrigação de pagamento de impostos relativos a estes trabalhadores, sendo que esta mão de obra estrangeira se revelava mais passiva relativamente a condições de trabalho. Por outro lado, da parte do trabalhador sazonal, a manutenção desta situação revela-se ilusoriamente rentável, na medida em que, o volume de rendimento obtido num curto período de tempo no âmbito de um trabalho intensivo faz com que o mesmo regresse ao seu lugar de origem com elevado rendimento. Segundo Weber, a substituição progressiva de trabalhadores alemães por polacos, para além de conduzir a uma “polonização” da Alemanha estava a contribuir para a diminuição do seu nível cultural. Estas referências de Weber são meramente circunstanciais, mais dirigidas para a questão agrária alemã do que propriamente para o problema das migrações.

Eventualmente uma das razões para o pouco interesse inicial da sociologia pelas questões das migrações pode dever-se ao tipo de interpretação do social que é desenvolvido por cada um destes campos. Ou seja, enquanto a Sociologia, na sua tarefa de afirmação, faz fundamentalmente uma leitura holista e estruturalista da sociedade, considerando os comportamentos individuais como consequência de forças sociais que os transcendem (Durkheim), de relações sociais inevitáveis (Marx), ou de formas de ação que deixam pouco arbítrio ao indivíduo (Weber), as leituras feitas no campo das migrações privilegiam um raciocínio em que o indivíduo é livre de constrangimentos sociais, capaz de tomar decisões racionais e autónomas. A este propósito, o trabalho de Ravenstein é ilustrativo deste dualismo disciplinar, pelo facto de emancipar a temática das migrações das formas institucionais dominantes de compreensão social do século XIX.

Ernest George Ravenstein, geógrafo inglês, escreveu três textos relativos às leis das migrações,¹⁶ é o inevitável ponto de partida de toda a revisão de literatura teórica sobre migrações, sendo por isso considerado o primeiro e único autor clássico do tema. Constatando a inexistência de qualquer reflexão que refletisse a regularidade do fenómeno migratório, Ravenstein fundamentando-se em dados empíricos,¹⁷ elaborou as “leis das migrações” enquanto conjunto de proposições generalistas que descrevem as relações migratórias. *The Laws of Migration* enunciam um conjunto de princípios que podem ser sumariados da seguinte forma¹⁸: as migrações acontecem essencialmente por disparidades económicas entre áreas, sendo que os grandes centros urbanos, industriais ou de comércio são espaços de atração; existe uma relação entre o movimento migratório e a distância percorrida, na medida em que quanto maior for a distância menor será o número de migrantes a efetuar esse percurso; se a distância a percorrer for

¹⁶ Os três artigos, nos respetivos títulos fazem explicitamente referência às leis das migrações. O primeiro foi publicado em 1876 na *Geographical Magazine* e intitulava-se “The birthplace of people and the laws of migrations”. O segundo e terceiro textos, publicados respetivamente em 1885 e 1889 no *Journal of the Royal Statistical Society*, tinham simplesmente como título “The laws of migrations”.

¹⁷ Os dados são resultantes inicialmente dos recenseamentos ingleses de 1871 e 1881, e posteriormente dos recenseamentos de 20 países do mesmo período.

¹⁸ São 7 as leis apresentadas por Ravenstein em 1885: 1) A maior parte dos migrantes percorre uma curta distância, dirigindo-se de preferência para os centros de comércio e da indústria; 2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento inicia-se pelas suas zonas circundantes, e progressivamente estende-se para lugares mais remotos; 3) O processo de dispersão é o inverso do de atração; 4) Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora; 5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio e da indústria; 6) As pessoas das cidades migram menos do que as das zonas rurais do país; 7) As mulheres são mais migratórias do que os homens (Ravenstein, 1885: 198-199).

grande, o percurso migratório tende a ser feito por etapas; os migrantes são maioritariamente adultos, provenientes do mundo rural que percorrem preferencialmente pequenas distâncias; as migrações tendem a aumentar com o desenvolvimento económico e com o progresso da tecnologia e dos transportes.

As *leis* elaboradas por Ravenstein foram objeto de inúmeras críticas, nomeadamente aquando da apresentação das mesmas, tendo-se afirmado que as migrações se distinguem pela sua “alegalidade”, não sendo determinadas por nenhuma regularidade, o que torna impossível a determinação de leis.¹⁹ O excessivo positivismo que fundamenta as leis, a interpretação simplista, a ausência de um enquadramento teórico e ainda a pretensão generalista das leis são outras das críticas frequentemente apontadas. A estas críticas, o próprio Ravenstein responde, reconhecendo que as suas “leis” não têm o mesmo estatuto das “leis” das ciências exatas em virtude de estarem sujeitas à constante intervenção da ação humana. Para além do mais, o autor reconhece que as suas “leis” não têm um carácter mecânico determinante de comportamentos migratórios independentemente do espaço e tempo, antes pelo contrário, as “leis migratórias” resultam de contextos particulares que necessitam sempre de ser considerados. Na medida em que o fenómeno migratório enquanto fenómeno social não tem a rigidez do mundo físico, resulta das contingências da intervenção humana, e por consequência é historicamente situado, fica implícito nos argumentos de Ravenstein a impossibilidade de uma teoria geral das migrações que interprete e determine de forma absoluta como as migrações ocorrem.

Entre os méritos do trabalho de Ravenstein encontra-se o facto de ser ele o precursor do estudo das migrações, esboçando um conjunto de procedimentos metodológicos que irão ser aperfeiçoados posteriormente, para além de ter efetuado classificações de migrações e migrantes numa tarefa que se prolonga até à atualidade. O pioneirismo do autor encontra-se também no reconhecimento de que as migrações se devem essencialmente a fatores económicos, na medida em que as motivações para emigrar encontram-se nos níveis relativos de desenvolvimento das áreas de origem, marcadas pela pobreza, ruralidade e escassez de oportunidades, por comparação com os contextos de destino, caracterizados pela urbanização, industrialização e possibilidade de oportunidades. Ao assinalar que os indivíduos se deslocam em busca de melhores

¹⁹ Crítica efetuada na *Statistical Society*, quando Ravenstein apresentou em 1889 o segundo texto *The Laws of Migrations* (Arango, 1985: 8).

empregos, salários e condições de vida, Ravenstein deixa implícita nas suas “leis” o marco analítico “atração vs. repulsão”, o que teve como consequência que as teorias dominantes, durante muito tempo, decorressem sob essa lógica interpretativa do modelo *push-pull*.

1.3.2. Fatores *push/pull* e a teoria neoclássica

O modelo dos fatores *push-pull* coloca em confronto dois lugares com patamares de desenvolvimento socio-económico desiguais. A noção de *push* aplica-se ao local de origem do migrante, e tem subjacente a ideia de que as condições de vida aí existentes são precárias ou de baixa qualidade, empurrando os indivíduos para fora do seu país. Por outro lado a noção de *pull* aplica-se ao local de destino, referindo-se às condições de vida satisfatórias e atrativas existentes noutros países, capazes de compelir os indivíduos para esses mesmos destinos.

As conceções implicadas no modelo *push-pull*, baseiam-se em duas noções essenciais: a) em primeiro lugar oferecem uma imagem do mundo dividida por fronteiras nacionais, sendo a migração um acontecimento que se realiza entre atores políticos que se autocontrolam; b) em segundo lugar, tendem a atribuir às áreas emissoras características opostas às que se observam nos países recetores. Assim, em face da atração dos salários mais elevados nos países de receção deve corresponder a pobreza generalizada nos países de origem, ao mesmo tempo que perante a existência de uma procura de mão de obra emigrante deve corresponder um volume de oferta de potenciais migrantes sedentos de trabalho.

Em 1966 Evertt Lee reformulou a interpretação de Ravenstein relativamente aos fatores *push* e *pull*, considerando que para além dos fatores de repulsão e atração enumerados, há um conjunto de outros fatores, que ele designa como fatores intervenientes, presentes nos países de origem e de destino, que podem impelir ou prevenir fluxos migratórios, nomeadamente: as leis nacionais migratórias; as fronteiras políticas; os custos das viagens; as barreiras físicas; a distância. Para além do mais, o autor considera ainda um conjunto de outros fatores individuais, em que variáveis como a idade, género, classe social, educação, capacidades pessoais de inteligência e/ou sensibilidade permitem avaliar os benefícios ou prejuízos entre permanecer ou emigrar, bem como a capacidade de adaptação a um novo meio social. Fatores pessoais, como

sejam a educação, informação sobre a população nos locais de destino e laços familiares, podem facilitar ou retardar a emigração (Lee, 1966: 48)

Assim esboçado, o modelo de “atração vs. repulsão” resultante da disparidade económica entre países como condição para a existência de migrações, concebido por Ravenstein, tem múltiplos desenvolvimentos, sendo como que um alicerce sobre o qual se erige o *corpus* teórico das migrações. Herdando as leis migratórias elaboradas por Ravenstein, e partindo do modelo *push-pull*, a teoria neoclássica interpreta as migrações desde um enfoque advindo da economia política, onde racionalismo, individualismo e liberalismo se constituem como uma tríade de princípios que concebe o homem como um ser livre e racional, capaz de optar entre distintas alternativas de forma a conseguir os melhores resultados com os menores custos.

A perspetiva neoclássica das migrações internacionais privilegia o indivíduo como unidade de análise. Parte da consideração de que o processo migratório decorre de indivíduos racionais que, conscientes da sua circunstância individual e social, e na posse de informação relativa às características de duas ou mais regiões com características económicas distintas, ponderam os custos de emigrar com o objetivo de maximizar rendimentos. Os indivíduos tornam-se emigrantes se depois de ponderados os custos migratórios, bem como a oferta alternativa de destinos, consideram que é mais rentável, em função das suas expectativas, deixarem o seu país de origem. Na equação racional desenvolvida pelo migrante, este leva em consideração os custos que estão associados ao movimento migratório por relação ao rendimento que irá auferir num determinado período de tempo. Por norma o resultado desta equação é de que no curto prazo os custos sejam superiores aos ganhos, em virtude dos dispêndios pecuniários da viagem e da sua manutenção no local de destino antes e depois de encontrar trabalho, para além dos custos emocionais resultantes da rutura com laços sociais e familiares no país de origem e do relacionamento com uma língua estranha, e a inserção num mercado de trabalho com outras exigências. Contudo, num tempo mais dilatado os ganhos tendem a superar os custos em virtude da melhoria da situação laboral e salarial, da progressiva integração na sociedade de destino, da recomposição das relações sociais e do maior equilíbrio emocional (Blanco, 2000: 649)

Da interpretação das migrações enquanto decisão micro individual, decorre uma interpretação macro da teoria neoclássica das migrações internacionais enquanto leitura estrutural da existência de países com desiguais níveis económicos como condição para

o processo migratório. O mercado de procura e oferta de trabalho é o mecanismo primário que induz os movimentos migratórios. Ou seja, em circunstâncias em que os países apresentam salários baixos em virtude do excesso de oferta de trabalho por relação ao capital, por contraste com outros países em que os salários são altos devido à escassez de oferta de trabalho em relação ao capital, então as migrações são despoletadas. Ou seja, nesta perspectiva as migrações acontecem por disparidades no pagamento salarial do trabalho entre vários países, num processo diferencial de fatores de atração e repulsão, com os trabalhadores a deslocarem-se dos países onde a relação trabalho/salário é menos rentável para outros países onde esta relação é mais recompensadora. Desta circunstância decorre uma outra que é o facto de nos países de origem dos migrantes diminuírem os custos com o trabalho e aumentarem o rendimento dos salários, enquanto nos países de destino dos migrantes os custos com o trabalho aumentaram e os salários baixaram. Pressupondo um cenário de pleno emprego, a conceção macroeconómica neoclássica das migrações vê neste processo de transação de trabalhadores um mecanismo tendente ao equilíbrio internacional de salários e trabalho, e quando atingido esse equilíbrio a migração cessará.

Segundo esta perspectiva, considerando que os mercados de trabalho são a razão primária de indução dos fluxos migratórios, então a forma dos governos controlarem esses mesmos fluxos passa por regular ou influenciar os mercados laborais nos países de origem e destino (Massey *et al.*, 2006: 37). São várias as sugestões de regulação desses mercados laborais: Harris e Todaro (1970) propõem a fixação política de um salário mínimo nas regiões de origem e de uma taxa de desemprego nas regiões de destino, para que através destas duas variáveis se atenuassem os efeitos de repulsão e atração entre as regiões; Bhagwati e Strinivasan (1974) sugerem uma intervenção nos mercados através de mecanismos de subvenções salariais e de produção; Calvo (1978) e mais tarde Schmidt *et al.* (1994) referem a forma como a intervenção dos sindicatos é importante na determinação salarial.

Em ambas as perspectiva micro e macro, o modelo neoclássico ao assentar a sua leitura analítica das migrações em determinantes económicas suscitam várias críticas que podem ser sumariadas da seguinte forma: primeiro, o modelo neoclássico parte da consideração de que os indivíduos são livres de constrangimentos na sua decisão de emigrar, não tomando em consideração a existência de fronteiras políticas e administrativas que cerceiam essa liberdade; segundo, o modelo pressupõe que serão os

indivíduos mais pobres e com menores condições os que emigram, no entanto o que a realidade se tem encarregado de mostrar é que são os indivíduos que possuem alguns recursos capazes de financiar os custos materiais implicados na migração os que efetivamente saem; terceiro, a análise neoclássica parte da conceção do indivíduo como *homo economicus*, um sujeito racional capaz de ponderar custos e ganhos, decidindo emigrar depois dessa ponderação, ignorando que essa racionalidade pode ser condicionada ou limitada por outros fatores nomeadamente emocionais, para além de a racionalidade do sujeito poder não ser uma racionalidade individual mas coletiva; quarto, a teoria neoclássica considera que os indivíduos recebem e tratam a informação relativa às condições salariais ou às condições de vida no país de destino de forma não problemática, quando na verdade essa circunstância apenas se verifica em algumas formas específicas de migração; quinto, o modelo neoclássico centra a sua análise no mercado de trabalho, considerando que são as flutuações e ponderações nesse mercado que determinam as migrações, desprezando a influência exercida por outros mercados sobre a decisão de migrar (Marques, 2008: 64).

Segundo Alejandro Portes e József Böröcz (1998: 69) a realidade, com os seus múltiplos exemplos, encarregou-se de mostrar que as considerações teóricas deste modelo não são evidentemente adequadas para retratar o fenómeno das migrações internacionais. A enorme diversidade de fluxos, bem como o facto de apenas parte das migrações internacionais acontecer dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, mostram que para que se produzam migrações internacionais não são suficientes as profundas desigualdades entre países. Ou seja, para sair de um país e ir residir noutro não basta querer ou ter motivos para o fazer, é necessário também poder fazê-lo, sendo que as múltiplas barreiras à circulação de pessoas, erguidas pelos países recetores, são uma explicação para a limitada mobilidade internacional entre zonas pobres e ricas do globo. Outra crítica, o modelo *push* pode funcionar isoladamente, ou seja, as condições de vida nos países de origem são de tal forma precários que os migrantes em potência, mesmo que não sejam atraídos por outros espaços sentem-se essencialmente impelidos a sair. Da mesma forma, o modelo *pull* pode funcionar sozinho, ou seja, os indivíduos no seu lugar de origem já gozam de boas condições de vida, tornando-se emigrantes porque as condições de vida que lhe são oferecidas noutros países são muito superiores. Com isto quer dizer-se que para haver repulsão não

tem que haver forçosamente atração e que para haver atração não tem que haver repulsão.

1.3.3. Teoria dos mercados de trabalho segmentados

A teoria do mercado de trabalho segmentado, ou mercado de trabalho dual, surgiu no final da década de 60, por intermédio de Peter Doeringer e Michael Piore. Desde uma perspectiva económica, estes autores consideraram que o mercado de trabalho está segmentado em dois níveis: primário e secundário. No segmento primário o trabalho caracteriza-se pela qualificação, estabilidade, salários elevados, progresso técnico, mobilidade profissional e diversas regalias sociais que previnem a insegurança, sendo que estas circunstâncias ocorrem em contextos empresariais com elevada relação capital/produção. Pelo contrário, no segmento secundário o trabalho torna-se desqualificado, precário, mal remunerado, sem inovação tecnológica, sem perspectivas de mobilidade, níveis altos de desemprego, ocorrendo essencialmente em contexto empresariais de difícil acesso ao capital e com dificuldades em gerar lucros. São as características pessoais dos trabalhadores, nomeadamente etnia, sexo, escolaridade, experiência profissional, entre outras, que determinam o tipo de mercado em que serão alocados (Silva, 2006: 134).

As questões do mercado de trabalho segmentado, aplicadas às migrações, decorrem do facto de se considerar que é o fator trabalho nas sociedades de acolhimento a causa determinante dos fluxos. Segundo Piore (1979), quando uma sociedade se encontra num processo de expansão económica e necessita de incrementar o fator trabalho, se não encontrar a mão de obra adicional entre os seus cidadãos, procura através de processos imigratórios suprir as carências laborais. Desta forma o trabalho constitui-se como uma atracção de imigrantes, e a imigração surge como uma resposta positiva à escassez do fator trabalho. Por outro lado, tendo em consideração a existência, em cada sociedade, de uma hierarquia de profissões, são aquelas que se encontram na base da pirâmide social, e que constituem os trabalhos menos relevantes e com menor estatuto social, que são ocupadas pelos imigrantes. Os trabalhadores locais normalmente recusam essas profissões em razão do baixo estatuto social que lhe está associado, pelo contrário, os imigrantes veem na ocupação das vagas deixadas nessas profissões a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho do país de

acolhimento. Considerando que o mercado de trabalho está estruturado em dois segmentos, o primário e o secundário, os imigrantes são predominantemente direcionados para os trabalhos do segmento secundário, caracterizados por baixas remunerações, precariedade, reduzidas possibilidades de mobilidade, insegurança, exploração, entre outros aspetos negativos. Havendo escassos canais de comunicação entre os dois segmentos do mercado de trabalho, a mobilidade do nível secundário para o primário revela-se muito difícil.

A teoria do mercado segmentado enquadra-se nas abordagens estruturais que determinam o início dos movimentos migratórios. Ao afirmar a preponderância das questões estruturais da economia como motivo das migrações, esta teoria afasta-se das interpretações baseadas nas escolhas racionais dos indivíduos. Por outro lado, ao explicar que os fluxos migratórios são originados pela procura de mão de obra do mercado de trabalho nos países desenvolvidos, bem como ação de recrutamento dos seus Estados, e não tanto por fatores de repulsão nos países de origem, coloca em causa a argumentação da teoria neoclássica que considera os trabalhadores e os salários como as variáveis determinantes do processo migratório. Assim exposta, a teoria do mercado segmentado revela-se adequada à compreensão dos fluxos intraeuropeus das décadas de 60 e 70 do século passado, em particular à migração de portugueses para vários países europeus:

os portugueses que se dirigiram para a Europa integraram-se nas ocupações “sujas, mal pagas e de baixo estatuto social”, características do mercado de trabalho secundário, substituindo nessas ocupações, não já os trabalhadores autóctones, mas os imigrantes que se tinham integrado numa fase anterior nesses mesmos sectores de emprego [...]. Uma parte do movimento assentou no recrutamento directo promovido pelos Estados ou empresas interessados em obterem mão-de-obra portuguesa e em acordos de recrutamento assinados com estes países (Marques, 2008: 74).

As observações feitas à teoria do mercado segmentado assentam, essencialmente, na diversificação de modos de incorporação da população imigrante no mercado de trabalho. Apesar da uniformidade, os imigrantes não são todos iguais, nem se encontram em igualdade de circunstâncias, pelo que não é tão previsível a sua incorporação no segmento secundário do mercado de trabalho. Segundo Alejandro Portes (1999: 44), se as necessidades de uma economia forem de mão de obra qualificada, os imigrantes que suprirão essa carência incorporar-se-ão no primeiro segmento do mercado de trabalho. Por outro lado, os fluxos de migração clandestina

tendem a criar esquemas informais de trabalho que escapam à regulamentação das atividades económicas, possibilitando formas de mobilidade social e laboral. E ainda, o mercado de trabalho não tem que ser dual, podendo haver vários segmentos que possibilitam a integração diferenciada dos imigrantes.

Independentemente das críticas, a teoria do mercado segmentado tem o mérito de afirmar que não existe imigração sem uma procura económica específica (Peixoto, 2004a: 23), e que os Estados têm um papel ativo no processo de recrutamento de imigrantes.

1.3.4. Teoria do sistema-mundo

A teoria do sistema-mundo enquanto perspetiva macro-estrutural, explica o mundo como um único sistema de natureza capitalista, onde estão integrados todos os espaços nas suas múltiplas manifestações económicas, políticas e culturais. Com inspiração na leitura marxista de conflito social e acumulação capitalista, nos trabalhos de Fernand Braudel relativos ao tempo histórico, em particular à longa duração, e ainda na interpretação neo-marxista do desenvolvimento e dependência, surge o trabalho de Immanuel Wallerstein como a mais importante conceptualização teórica do sistema-mundo.

A unidade de análise é o sistema-mundo, no qual tudo e todos estão incluídos, ainda que de formas e em condições distintas. Contudo, esta conceção teórica tem do mundo uma imagem heterogénea. Apesar da integração total proporcionada pelo sistema capitalista, os países encontram-se em condições diferenciadas, em função de discrepâncias na divisão do trabalho, na acumulação de capital, no poder político e no desenvolvimento civilizacional, proporcionando do sistema-mundo uma imagem tripartida em centro, semiperiferia e periferia. O centro é composto por países poderosos, com esmagador poder político e militar, elevado nível de desenvolvimento social, grande investimento tecnológico, e com um avassalador sistema económico e financeiro. A periferia caracteriza-se por uma posição diametralmente oposta, sem poder, sem desenvolvimento e sem capacidade económica, limitando-se a produzir matérias-primas, produtos agrícolas e fornecer mão de obra barata ao centro. Numa relação de trocas desiguais, o centro impõe-se e domina a periferia. A semiperiferia funciona como um espaço intermédio no contínuo dicotomizado centro/periferia,

possuindo em simultâneo características do centro que a impedem de ser caracterizada como periferia, e características da periferia que a impedem de ser considerada como centro. A semiperiferia, participando em parte da riqueza do centro, previne-se que caia na polarização em favor da periferia, não lhe sendo contudo dados incentivos e possibilidades suficientes para que adquira poder político, económico e militar que lhe permita competir com o centro. Nesta posição híbrida, a semiperiferia funciona como que uma “correia de transmissão” ou “atenuador de tensões” entre o centro e a periferia.

Num quadro de acentuadas assimetrias entre centro e periferia, ou entre as economias capitalistas desenvolvidas e os países pobres subdesenvolvidos, com relações de dependência destes face aos primeiros, a interpretação das migrações internacionais passa pelo entendimento de que os fluxos migratórios estão associados a dinâmicas estruturais do sistema na sua totalidade. Partindo da premissa da progressiva inclusão de todos os espaços no sistema-mundo, Elizabeth Petras (1981: 45) considera que um dos traços distintivos desse mesmo sistema mundo é a existência de um mercado de trabalho global onde a mercadorização do trabalho humano acontece a uma escala que transcende as fronteiras nacionais e, por isso, a “migração internacional é uma consequência natural da formação e desenvolvimento mundial do mercado capitalista” (Massey *et al.*, 2006: 42). A forma como o sistema capitalista penetra nas sociedades periféricas de capitalismo imperfeito ou débil, alterando o equilíbrio das relações de produção, origina um excesso de mão de obra relativamente às necessidades produtivas das periferias, permitindo que esse excesso se constitua como um contingente de reserva no recrutamento de mão de obra para as necessidades laborais dos países do centro. Assim, as migrações resultam simultaneamente da variável necessidade de força de trabalho que a economia capitalista no seu processo de acumulação tem, e da ação dos trabalhadores em busca de trabalho, ou de melhores condições salariais e laborais.

Segundo Massey *et al* (2006: 42), a forma das migrações internacionais acontecerem está intimamente relacionada com o passado colonial, não apenas na forma neocolonialistas como as anteriores metrópoles se impõem às antigas colónias, como também através de reminiscências de afinidades culturais e linguísticas, bem como de carácter administrativo, investimento, transportes e comunicações, permitindo a formação de específicos mercados transnacionais e sistemas culturais. Também Stephen Castles e Mark Miller (2003) consideram que as migrações internacionais, enquanto

movimento de mão de obra de espaços subdesenvolvidos para espaços desenvolvidos, reproduzem as formas de recrutamento das antigas colónias, perpetuando os processos de periferização e centralização, contribuindo com que os países das periferias sejam cada vez mais pobres e os países do centro cada vez mais ricos.

Um outro aspeto, mais recente, no quadro teórico do sistema-mundo, consiste em considerá-lo como um sistema multipolar, funcionando em rede, ancorado em *ciudades globais* (Sassen, 1994: 20). Estas cidades, que se constituem como centros de poder e espaços de conceção das atividades produtivas, são pólos de atracção de fluxos migratórios de mão de obra dual, constituídos por trabalhadores indiferenciados e trabalhadores altamente qualificados.

As críticas dirigidas à teoria do sistema-mundo, incidem no facto de esta ser uma perspectiva que considera o migrante como um agente passivo que satisfaz os requisitos do desenvolvimento do capitalismo mundial, sem qualquer capacidade de decisão sobre o seu percurso migratório. Esta crítica resulta precisamente do facto de haver migrações que não seguem o percurso da estrutura hierárquica do sistema-mundo. Esta teoria, também é criticável pelo facto de não considerar os aspetos políticos, nomeadamente o desempenho dos Estados no exercício do seu poder de soberania de regulador dos fluxos nas suas fronteiras.

1.3.5. Teoria dos sistemas migratórios

Uma outra abordagem teórica, que merece destaque pela síntese interdisciplinar que apresenta, é a teoria dos sistemas migratórios. Esta teoria parte da constatação de que um conjunto de países, com afinidades diversas e vínculos que perduram no tempo, estabelecem entre si um sistema de trocas variadas, nas quais estão incluídos os movimentos migratórios. Esses vínculos normalmente resultam da partilha de elementos culturais e de contextos históricos específicos, o que confere à relação de trocas entre países as características de um sistema (Peixoto, 2004a: 27).

Nesta perspectiva teórica, os fluxos migratórios caracterizam-se pela estabilidade, e com tendência a intensificarem-se à medida que se prolongam no tempo. Entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, não tem que existir uma proximidade geográfica, verificando-se até em algumas situações uma significativa distância. O que aproxima os países são ligações diversas, nomeadamente processos

resultantes de um passado colonial comum, ou outros aspetos de índole cultural, político, económico, tecnológico, entre outros. Assim, os fluxos migratórios ocorrem em paralelo com outros fluxos, podendo até verificar-se que o movimento de pessoas é concomitante com movimento de formas de expressão cultural, de relacionamento político ou de produtos, contribuindo para a intensificação dos laços que aproximam os países. Inicialmente, os movimentos migratórios são pouco relevantes, mas com o passar do tempo há tendência à criação de redes, em que os migrantes iniciais dão as informações e criam as condições no país de destino para a receção de novos migrantes. É importante referir que, apesar das afinidades entre os países que constituem o sistema migratório, as relações entre eles não têm que ser forçosamente harmoniosas, podendo em várias circunstâncias ser tensas e conflituosas. Também não tem que haver exclusividade na pertença dos países a um determinado sistema, sendo que, quase sempre, os países estão implicados em mais do que um, de acordo com a complexidade ou densidade das suas relações internacionais. A estrutura dos sistemas migratórios caracteriza-se pela existência de um ou mais países centrais, que constituem pólos de atracção, e por outros países que são emissores de migrantes. No entanto cada sistema constitui um caso particular, devendo ser analisado nas suas especificidades (Kritz e Zlotnik, 1992).

O sistema migratório lusófono, por exemplo, na forma como foi descrito por Maria Ioannis Baganha (2009), apresenta características específicas que resultam da relação entre os países que o compõe. Um sistema consolidado ao longo de séculos, que envolveu inicialmente dois países, Portugal e o Brasil, e que nas últimas décadas implicou outros países de língua oficial portuguesa. Os fluxos migratórios são acompanhados pela mobilidade de capitais, cultura, matérias-primas entre outros elementos. Cada país que pertence a este sistema, está por sua vez integrado noutros, como acontece com Portugal que fazendo parte do sistema lusófono não deixa de estar também integrado no sistema europeu.

A teoria dos sistemas migratórios, pelo facto de se apresentar como uma teoria ampla de análise das micro e macro dimensões e implicações das migrações, surge como uma síntese de outros enquadramentos teóricos. A explicação de cada sistema migratório não pode ser feita atendendo exclusivamente aos fatores de atracção e repulsão, ou às características estruturais dos mercados de trabalho na origem e no destino, nem tão pouco às consequências que a economia capitalista tem em cada país.

Os sistemas têm que ser explicados de forma abrangente, pelo que a teoria dos sistemas migratórios capitaliza as leituras de outros campos de interpretação. Esta circunstância serve para criticar a teoria dos sistemas migratórios, considerando não como uma teoria mas como súpula de outras, às quais recorre para descrever e caracterizar sistemas, e não tanto para os analisar.

1.4. As migrações internacionais contemporâneas

Toda a história da humanidade está profundamente determinada por deslocações espaciais, sendo seguro assumir que “quando os nossos antepassados se tornaram totalmente humanos, eles já eram migrantes” (McNeill, 1978 e 1984). As evidências empíricas de que os primeiros homínídeos terão tido origem em África e depois se terão deslocado por imperativos de sobrevivência associados à alimentação e ao clima, numa cadência de não mais do que alguns quilómetros por geração, tornaram essa expansão num imparável movimento migratório de disseminação da humanidade pela superfície do globo (Coppens, 2004). Não sendo necessário recuar até aos primórdios da humanidade para ilustrar a expressão dos processos migratórios, não deixa contudo de ser pertinente referir que a história das migrações é tão velha como a história da humanidade, ou a história da humanidade é uma história de migrações sucessivas e continuadas de que todas as regiões do mundo guardam traços. Por esta razão se pode afirmar que a migração é talvez a mais antiga e primordial forma de globalização (Cheney, 2009: 99), sendo que no longo arco da história é possível esboçar mapas de configurações distintas dos atuais, onde os homens que então ocupavam determinados espaços, mudaram de lugares e os lugares trocaram de homens.

Não havia alemães em Berlim, nem russos em Moscovo, e poucos turcos naquilo que é hoje a Turquia. A Espanha era maioritariamente muçulmana. O sul da Ucrânia foi habitado por tribos turcas, e muitos búlgaros viviam na Ásia Central. Não havia tailandeses em Bangucoque, ou malaios em Singapura, e muito daquilo que é hoje o Vietname era ocupado pelos antepassados dos atuais cambojanos. Em África, os povos de língua Bantu, que atualmente ocupam a maior parte da África subsariana, estavam confinados à costa ocidental do continente. O Novo Mundo era habitado apenas por índios nativos americanos (Dowty, 1987: 21).

Sendo as deslocações de população uma constante na história da humanidade, em cada época os movimentos migratórios foram diferentes pelas causas que os motivaram, pela forma como ocorreram, pelas consequências que implicaram, e pelas

narrativas que suscitaram, como é ilustrado pelos movimentos que conduziram ao aparecimento das primeiras civilizações, ao desenvolvimento dos grandes impérios, às invasões dos povos do norte e do sul, às expulsões religiosas, às deslocações no *dar-al-islam*,²⁰ entre outros (Moses, 2006: 37 e seg.). Segundo Douglas Massey *et al* (1998: 1 e ss.) as migrações modernas iniciaram-se em 1500, e até a atualidade forma marcadas por quatro grandes períodos. De 1500 a 1800 as migrações caracterizaram-se por fluxos com origem na Europa, e por efeito dos processos de colonização e mercantilismo capitalista, tiveram essencialmente como destino as possessões ultramarinas dos impérios europeus. Inserido nesta lógica, o único fluxo não europeu é o da migração forçada de escravos de África para as Américas. De 1800 a 1914 ocorre o segundo período, marcado pela migração massiva de europeus que procuram uma vida nova em países como os Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil, Austrália e Nova Zelândia. A conjugação das transformações produtivas e das más condições de vida na Europa, com as novas oportunidades proporcionadas pelo Novo Mundo, juntamente com os progressos da navegação a vapor, fazem com que neste período cerca de 48 milhões de pessoas deixem a Europa. O terceiro período situa-se entre as duas guerras mundiais, é marcado pelas tensões bélicas e pela grande depressão de 1929 e, por consequência os fluxos migratórios tornam-se pouco significativos, sendo que as mobilidades mais relevantes são as de refugiados. O quarto período, designado como pós-industrial, começa a esboçar-se após a II Guerra Mundial e adquire forma na década de 60, caracterizando-se por uma rutura com as tendências migratórias do passado. A migração torna-se um fenómeno verdadeiramente global, com enorme diversidade de países envolvidos, e em muitas circunstâncias a inversão da duplicação de posições na dicotomia de países de origem e destino. A Europa deixa de ser local de origem de fluxos e torna-se essencialmente destino migratório, inicialmente dos próprios países europeus mediterrânicos e posteriormente de países menos desenvolvidos, nomeadamente das ex-colónias europeias.

A história das migrações mostra que pelo volume, intensidade e complexidade, as migrações contemporâneas não são um fenómeno novo. Contudo, não sendo uma novidade, há um conjunto de circunstâncias que tornam os atuais movimentos migratórios distintos de todos os movimentos que os antecederam. Segundo Stephen

²⁰ Termo árabe que significa “terra do islão”, terra onde impera a *charia*, a lei islâmica, e que sendo uma terra livre, os movimentos dos homens constituem-se como condição da unidade do mundo islâmico.

Castles e Mark Miller, o que é distinto nesta nova “idade das migrações” é a sua expressão global, não apenas porque as atuais tendências das migrações ocorrem em simultâneo com outros processos de globalização, mas essencialmente porque os movimentos migratórios internacionais constituem a chave dinâmica dentro da própria globalização, sendo um dos mais importantes fatores da mudança global (2003: 1 e ss).

Segundo Georges Tapinos e Daniel Delaunay (2000: 35), se num primeiro momento a globalização das migrações decorre do aumento do número de migrantes no mundo, da diversificação de fluxos e do envolvimento de praticamente todos os países nas dinâmicas migratórias, num segundo momento a globalização das migrações traduz-se nas transformações estruturais que operam metamorfoses na forma como as migrações ocorrem. Os discursos de surpresa ou perplexidade sobre a constatação do que são na atualidade as migrações, bem como as tentativas de as interpretar são bastantes elucidativos dessas metamorfoses: Massey *et al* refere a surpresa com que os cidadãos, políticos e cientistas sociais se confrontam com as novas forças migratórias, e a impreparação das ciências sociais para as abordar (2006: 34); Stephen Castles e Mark Miller afirmam que as migrações internacionais nunca foram tão penetrantes, ou significantes ao nível sócio-económico e político como o são atualmente (2003: 278); Stephen Castles fala da nova lógica transnacional das migrações globais (2005: 8); Thomas Faist referência o “desconcertante puzzle das migrações internacionais” (2000:1); Papastergiadis refere-se ao turbilhão de fluxos (2000: 23), Peter Stalker assinala a diversidade e complexidade de fluxos numa nova era de migrações (2000, 21).

1.4.1. Processos de globalização e migrações

O que há de distinto nos tempos que correm? Constatamos a globalização dos sistemas de produção, a circulação financeira, a difusão de informação à escala mundial, a criação de redes globais de interação, as novas tecnologias que ligam o mundo em tempo real, as questões ambientais à escala do planeta, a mobilidade em massa de pessoas na qualidade de turistas, trabalhadores migrantes ou refugiados, contudo verificamos que as novidades anunciadas pelo conceito de globalização estão longe de ser originais ou inéditas (Hatton e Williamson, 1998). Segundo Roland Robertson a globalização não é algo de novo, tendo mesmo antecedido a modernidade e

o capitalismo e, sob efeito destes dois processos, foi evoluindo para um nível mais elevado de consciencialização nos nossos dias (Robertson, 1994).²¹ Também Anthony Giddens considera que os fenómenos implícitos no conceito de globalização não são novos, são-no apenas e só a radicalização e universalização das consequências da modernidade, nomeadamente o esvaziamento do tempo e do espaço com a consequente descontextualização das relações sociais dos locais de interação (1992: 16). Posição semelhante tem Fernand Braudel quando afirma que a roda do mundo girou, mas na lei que rege o mundo nada mudou (1989: 84).

Contudo, o tempo presente é bastante distinto do tempo passado. Para Boaventura de Sousa Santos, a novidade está na intensificação dramática e na extraordinária amplitude das interações transnacionais que parecem,

combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como condição política para a assistência internacional, etc. (2001: 32).

Segundo Anthony Giddens, a novidade inerente à globalização reside na radicalização e universalização das consequências da modernidade de tal forma que a globalização se constitui como “a intensificação das relações sociais de escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa” (1992: 16). A globalização é assim a consciencialização do mundo como um todo (Robertson, 1994: 8), que “reflete o sentido de um imenso alargamento da comunidade mundial, assim como do horizonte de um mercado mundial, parecendo ambos muito mais tangíveis e imediatos do que nas primeiras fases da modernidade” (Jameson, 2003: xi). Assim a realidade social é simultaneamente atravessada por uma economia mundial, por uma cultura cosmopolita e por movimentos sociais internacionais que corporizam uma

²¹ Essa evolução é esboçada em termos históricos, através de um *modelo mínimo de globalização*, onde se expõem as circunstâncias que estão na origem da grande complexidade da globalização. Robertson identifica cinco fases, com início no século XV, quando se manifestam os primeiros indícios dum mundo global, até ao final do século XX, caracterizado pela incerteza e perplexidade de um mundo efetivamente globalizado (Robertson, 1994: 58).

transformação na organização espacial das relações sociais e das transações (Held *et al*, 1999: 348), afetando, de uma ou de outra forma, as nossas atividades, as nossas condições, o que sabemos, aquilo em que cremos, a que respondemos ou reagimos (Smart, 1993: 160). Segundo este entendimento de globalização, o mundo é visto como um espaço singular (McGrew, 1994: 65), em que as nossas vidas são condicionadas e condicionam outras vidas, em virtude da circulação de entidades económico-financeiras, forças sócio-políticas e objetos culturais.

A conceptualização do mundo, inicialmente esboçada em metáforas como *aldeia global*,²² *fábrica global*, *nave espacial*, *nova babel*, *shopping center global*, *disneylandia global*, *cidade global* ou *tecnocosmos* (Ianni, 1994: 10 e Pureza, 1995: 56 a 68), bem como alguns dos entendimentos de globalização do mundo como espaço uniforme, remetem para um processo homogéneo, linear e essencialmente consensual. Segundo Boaventura de Sousa Santos, esta conceção de globalização, sendo a dominante, e ainda que com alguma verdade, é uma verdade falsa, alicerçada em quatro consensos resultantes do grande consenso neoliberal. Em seguida, com base no texto do referido autor caracterizam-se esses quatro consensos (Santos, 2001: 33 e ss).

O primeiro desses consensos é o da globalização económica, cujas características são as seguintes: o facto de a economia ser dominada pelos sistemas financeiros e pelos investimentos à escala global; a existência de processos de produção flexíveis e facilmente deslocalizáveis; a desregulação das economias nacionais; a preeminência das agências financeiras; e ainda a emergência de três capitalismos transnacionais, nomeadamente o americano, o europeu, e o asiático, cada um com os seus centros e áreas de influência.

O segundo consenso é o da globalização social, marcado pela emergência de uma classe capitalista transnacional, cuja principal forma institucional são as empresas multinacionais, sendo que magnitude das transformações provocadas por esta classe está patente na crescente iniquidade da distribuição da riqueza mundial. O argumento invocado neste consenso é de que o crescimento e estabilidade económicos assentam na redução dos custos salariais, sendo para isso necessário liberalizar os mercados de trabalho, reduzir os direitos laborais e impedir a indexação dos salários aos ganhos de

²² *Aldeia global* terá sido a primeira das metáforas da globalização, elaborada em 1964 por Marshall McLuhan, que remete para uma ideia de mundo como uma comunidade em virtude dos progressos tecnológicos no domínio da comunicação, em concreto da televisão.

produtividade e inflação. Estes argumentos são impostos aos países periféricos e semiperiféricos através do controlo da dívida externa efetuado pelo FMI e pelo Banco Mundial, o que contribui para a globalização da pobreza.

O terceiro consenso é o da globalização política. Os traços principais desta nova política mundial são: compressão da autonomia política e da soberania efetiva dos Estados periféricos e semiperiféricos pelos Estados centrais, bem como por agências financeiras internacionais e empresas multinacionais; a tendência para acordos políticos interestatais, de que são exemplos a União Europeia ou o Mercosul; a perda de centralidade dos Estados-nação na iniciativa económica, social e política. A imagem que resulta do consenso político é a de um Estado fraco, ou tendencialmente mínimo, que permita a autonomia da sociedade civil dentro dos cânones políticos da democracia liberal, onde a par da liberdade política exista liberdade económica, eleições livres e mercado livre, e que este modelo seja enquadrado pelo primado do direito e do sistema judicial, que permita as condições para as infinitas interações entre os cidadãos, os agentes económicos e o próprio Estado.

O quarto consenso é o da globalização cultural. Desde uma perspetiva neoliberal, os fenómenos culturais só se tornam interessantes desde que convertidos em mercadorias e inseridos nos circuitos da globalização económica, assistindo-se assim à industrialização dos produtos culturais através das novas tecnologias e da sua difusão através de novos canais de comunicação e informação, o que suscita novos imaginários homogeneizadores de paisagens globais.

Os traços gerais da globalização económica, social, política e cultural, não deixando de ser referências concretas e objetivas da globalização, são no entanto incompletos, pois não são mais do que facetas dominantes e hegemónicas, omissos em relação a outras expressões da globalização. Segundo Maria Ioannis Baganha,

o que existe são processos de globalização imbricados e contraditórios, uns de carácter hegemónico outros de carácter contra-hegemónico, e conseqüentemente de evolução não determinística. Não se nega a existência de processos de globalização interligados pela sua filiação ideológica neoliberal, o que se lhe acrescenta é a capacidade de indivíduos e grupos se adaptarem e utilizarem os processos de globalização motivados por racionalidades diversas da neoliberal, alterando evoluções e provocando desfechos inesperados, frequentemente contrários à racionalidade que esteve na origem destes mesmos processos (2001: 140)

Segundo Boaventura de Sousa Santos, estamos “perante um fenómeno multifacetado, em que as dimensões económicas, social, política, cultural, religiosa e jurídica se entrelaçam das mais diversas formas” (1995), sendo que o que se designa por globalização são conjuntos diferenciados de relações sociais que suscitam diferentes fenómenos de globalização. Assim, não existe estritamente uma entidade única denominada globalização, existem, em vez disso, globalizações, sendo que em rigor este termo deveria ser usado no plural (Santos, 1997: 107). O processo da globalização pode então ser considerado como uma sucessão de globalizações resultantes de combinações contraditórias entre o global e o local, ou seja, "globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade social" (*ibidem*: 108). Daqui resultam duas implicações: a primeira é que não existe uma globalização genuína, pois todas elas resultam da globalização bem sucedida de determinado localismo, ou seja, de um *localismo globalizado*; a segunda implicação, é que para se falar em globalização tem que se pressupor a sua localização, tem que se considerar o efeito específico do poder da globalização nas condições locais e, a isso o autor chama *globalismo localizado* (Santos, 1995: 263 e ss.; 1997: 108). A estas duas formas de produção de globalização hegemónica, contrapõem-se duas outras formas de globalização contra-hegemónica: o *património comum da humanidade*, enquanto movimento transnacional de proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos e ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade, e cuja sustentabilidade apenas pode ser garantida à escala planetária; o *cosmopolitismo* resulta das ações de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais e valores hegemónicos, que utilizam os recursos transnacionais, nomeadamente as tecnologias da informação e comunicação, como forma de resistência (Santos, 1995: 263).

A amplitude das interações globais inevitavelmente reflete-se nas migrações internacionais, fazendo com que o volume, direcionalidade e as tendências migratórias atuais, como veremos adiante neste trabalho, defiram dos vários aspetos que foram característicos da história recente das migrações, e que inspiraram as teorias clássicas. Num contexto marcado pela fluidez e porosidade das fronteiras (Bauman, 2001), tudo circula, das coisas mais etéreas às mais consistentes. Circulam as ideias, valores, medos, políticas, capitais, mercadorias e pessoas, contudo nem todas as pessoas circulam. Os

turistas, as elites económicas e políticas, os homens de negócios, os executivos, os trabalhadores altamente qualificados estão disponíveis para se deslocarem, sendo-lhes permitido movimentarem-se à escala planetária, contudo os migrantes sem habilitações e desqualificados, os refugiados, todos aqueles que tentam deslocar-se no sentido sul-norte, apesar de disponíveis, são limitados nos seus movimentos, impedidos de circular, sendo as suas pretensões consideradas inaceitáveis (Castles, 2003: 16).²³

Liberdade de circulação, mas ao mesmo tempo fronteiras proibitivas configuram um paradoxo entre globalização e migrações internacionais. Enquanto os países procuram promover os mercados através da liberalização dos negócios e investimentos, resistem à liberalização das políticas migratórias erigindo barreiras legais que previnem a entrada de estrangeiros em busca de residência e trabalho. O argumento pelo consenso político neoliberal de que o poder soberano dos Estados-nação foi coartado por instâncias económicas e políticas transnacionais, contradiz-se com o poder de soberania efetiva que os Estados exercem sobre as suas fronteiras ao nível do controlo de quem pode entrar e permanecer no seu território. Efetivamente, o ideário liberal do indivíduo ter direito a direitos retrai-se quando se referencia o direito individual à mobilidade externa. Conforme o número 2 do artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, “Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”, contudo, em momento algum é referido o direito a entrar em qualquer país, sendo que ao direito individual de saída não correspondente o direito individual de entrada. Esta tensão resulta da indisponibilidade dos Estados-nação abdicarem do direito de controlo das suas fronteiras, baseado no princípio da soberania institucionalizado no direito internacional e na lei constitucional interna (Lahav e Messina, 2006:1).

A conceptualização do mundo como um sistema internacional baseado nos direitos soberanos dos Estados-nação é ainda aquela que melhor permite compreender os actuais processos migratórios internacionais. Consequentemente, da forma como as democracias capitalistas manipularem o controlo e regularem os fluxos migratórios nas suas fronteiras depende a evolução dos fluxos migratórios internacionais e o acentuar ou atenuar dos desequilíbrios geo-económicos existentes (Baganha, 2001: 156).

²³ Castles ilustra este argumento com o exemplo do Serviço Nacional de Saúde Britânico que recruta médicos e enfermeiros em África e Ásia, ou a Alemanha que em 2002 produziu legislação explicitamente vocacionada para admitir especialistas em tecnologia provenientes da Índia. Em contrapartida, a imigração para estes países de pessoas sem qualificações ou competências é vista como inaceitável pelas políticas migratórias.

Segundo Georges Tapinos e Daniel Delaunay o paradoxo entre globalização e migrações internacionais acentua-se pelo facto da globalização suscitar os mecanismos que motivam à migração indesejada para os países do Norte (2000: 48). Ou seja, os movimentos migratórios são impulsionados por um conjunto de fatores que se alimentam dos desníveis de desenvolvimento económico, da globalização comunicacional e da difusão de uma visão, muitas vezes idílica, da situação dos países de destino, do desejo de fuga ao autoritarismo, à fome, à doença e à miséria, dos desequilíbrios demográficos e das oportunidades de trabalho oferecidas nesses países, mesmo nos casos onde se registam elevados índices de desemprego, fatores que se misturam entre si e que são, sem dúvida, impulsionadores das migrações em direção aos países desenvolvidos.

Os migrantes em situação irregular vivem em condições de extrema vulnerabilidade, estando sujeitos a variados tipos de abuso. Por receio de serem descobertos e expulsos não recorrem aos serviços a que têm direito nos países para onde migraram. A receção de imigrantes nos países do hemisfério Norte é puramente instrumental, pois eles preenchem vazios do mercado de trabalho, porém não são incluídos na sociedade do país de chegada. Assim, a presença de clandestinos passíveis de exploração é tolerável desde que funcional ao crescimento da economia.

Em virtude dos fatores que impulsionam à migração, as políticas migratórias restritivas não impedem a existência de fluxos migratórios para os países que as implementam. Ou seja, a rigidez e restrição das leis migratórias servem para tornar a migração irregular e clandestina, mas não a impedem. Segundo Castles e Miller (2003: 3), uma das características da era das migrações é mesmo o desafio que as migrações internacionais colocam à soberania dos Estados, em particular a sua capacidade de regular os movimentos de pessoas através das suas fronteiras, e em particular o controlo de fluxos de migrantes irregulares.

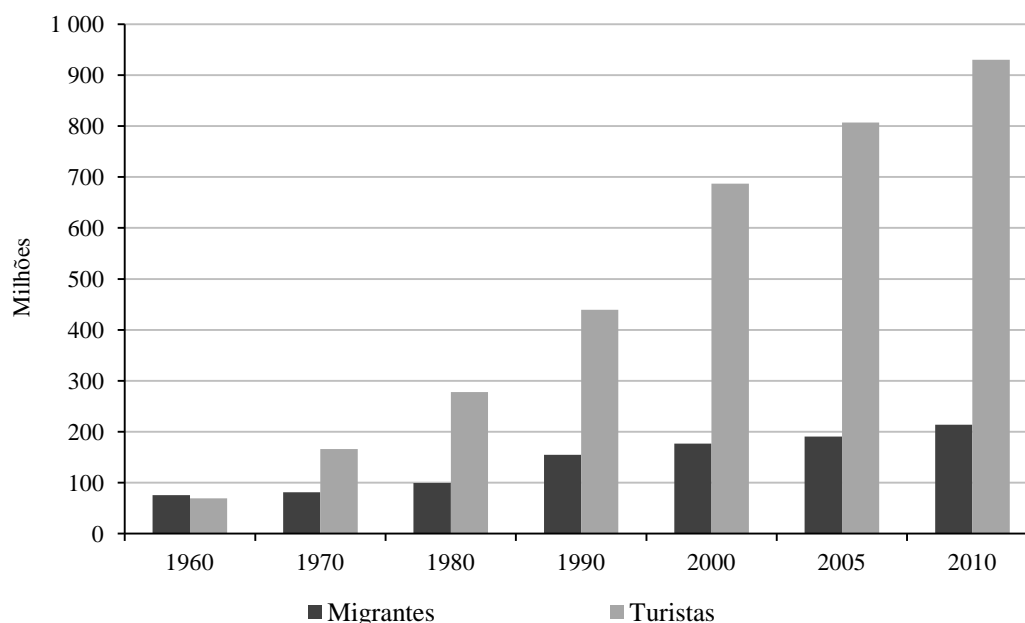
1.4.2. Volume e fluxos das migrações internacionais

De acordo com Zigmund Bauman, em tempos de globalização, as pessoas tornam-se nómadas mesmo quando fisicamente paradas, arrastadas à condição de turistas ou de vagabundos, porque a mobilidade deixou de ser um fenómeno à parte e estendeu as suas malhas e estruturas a todo o tecido social. Os turistas são aqueles que

têm a possibilidade de consumir o espaço, deslocando-se entre lugares em busca de experiências, tendo a frustração consumista de pensar que pelo facto de estar aqui, neste lugar, não podem estar noutra local. Os vagabundos, são aqueles a quem é recusado o direito de serem turistas, e com escassos recursos são consumidos pelo espaço, empurrados pela necessidade a um vaguear errático, sendo que entre estes excluídos destacam-se os refugiados e os migrantes. Separados mas próximos, turistas e vagabundos cruzam-se nas respetivas rotas, gerando as suas frustrações perceções distintas do mundo (Bauman, 1998: 72 e ss.).

Considerando os turistas e os migrantes como os dois principais grupos de nómadas que deambulam à superfície do planeta em movimentos internacionais, verificamos que o volume total das suas deslocações tem progressivamente adquirido enormes proporções (Gráfico 1.1.). Em 1960 estes movimentos traduziam-se em 69 milhões de turistas e 74 milhões de migrantes internacionais. Em 2010 o número de turistas aumentou para 930 milhões e os migrantes para 214 milhões, o que significa que no espaço de 50 anos se passou de um total de 143 milhões para 1,1 bilião de indivíduos implicados nestes dois movimentos internacionais.

Gráfico 1.1.
Número de turistas e migrantes internacionais

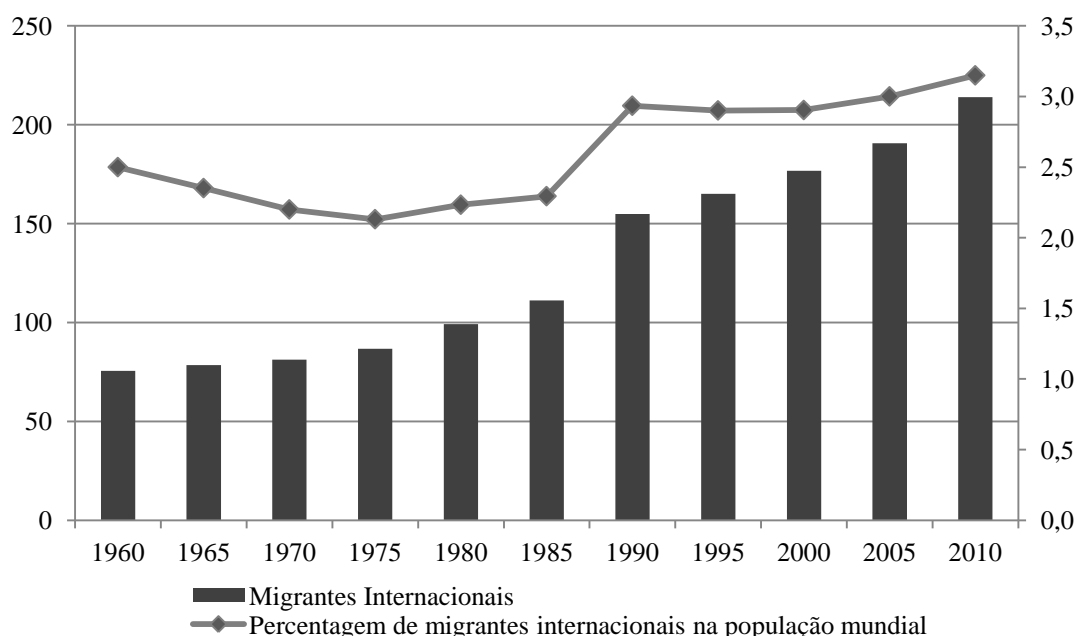


Fonte: UNWTO, <http://www2.unwto.org/en> [consulta a 23 janeiro de 2011] e UN, Department of Economic and Social Affairs <http://esa.un.org/migration/index.asp?panel=1> [consulta a 10 de fevereiro de 2011]

Para 2010, se adicionarmos ao valor da soma dos movimentos turísticos e migratórios internacionais o volume das migrações internas, que em 2009 foi de 740 milhões de indivíduos (PNUD, 2009: 1),²⁴ obtém-se o extraordinário número de 1,9 bilhões de indivíduos em movimentos nesse ano. Tendo em consideração que em 2010 a população mundial se cifrava em 6,9 bilhões de habitantes, então 27,2% da população mundial deslocou-se na superfície do planeta por motivações tão díspares como sejam questões laborais, económicas, políticas, religiosas, ecológicas ou lúdicas, entre outras, percorrendo pequenas ou grandes distâncias, transpondo ou não fronteiras, em processos de longa ou curta duração.

Contabilizar as migrações internacionais é um exercício árduo, não apenas pela complexidade conceptual do fenómeno, pelos diferentes critérios de registo estatístico, pela constante mobilidade espacial dos migrantes, pela pluralidade de movimentos considerados, e ainda pela invisibilidade de alguns desses movimentos. Assumindo os números da Divisão da População das Nações Unidas como os mais viáveis à escala global, construiu-se o Gráfico 1.2. que permite observar a evolução das migrações internacionais nos últimos 50 anos.

Gráfico 1.2.
Evolução do número de migrantes no mundo e a relação percentual com a população mundial



Fonte: UN, Population Division, <http://esa.un.org/migration/> [consulta a 10 de fevereiro de 2011].

²⁴ Por aproximação, e considerando que o valor das migrações internas não se alterou de forma significativa na transição de um ano para outro, assume-se o volume de 2010 como idêntico ao de 2009.

Desde logo se constata que no período de 50 anos, que medeiam entre 1960 e 2010, verificou-se um incremento de 138 milhões de migrantes. Este aumento no volume de migrantes, apesar de continuado não tem decorrido numa progressão constante. Até aos anos 80 o crescimento ocorreu a um ritmo lento, em razão da crise económica e petrolífera da década de 70, assistindo-se à contenção ou encerramento de alguns dos destinos de migrações laborais que se tinha inaugurado no pós-guerra, nomeadamente na Europa.

No início dos anos 90 houve um aumento brusco com o incremento de 44 milhões de novos migrantes. Esta circunstância deve-se à emergência de novos países nesse lapso de tempo, nomeadamente com a desintegração da União Soviética e a independência das suas repúblicas, muitos milhões de indivíduos que permaneceram nos seus lugares de residência foram contabilizados como migrantes internacionais, pelo facto do critério utilizado para determinar as migrações ser o de viver num lugar distinto daquele onde se nasceu. Também a abertura de fronteiras a Leste permitiu uma migração massiva para Ocidente. Para além de que a descolagem económica dos países produtores de petróleo, nomeadamente os países do Golfo Pérsico, a Líbia, a Nigéria e a Venezuela, bem como o desenvolvimento industrial de alguns países do sudoeste asiático, se tornarem destinos atrativos para as populações circundantes (Papastergiadis, 2000: 38). A transição do século XX para o século XXI assinala valores de crescimento significativos dos fluxos, mas não tão bruscos como o que se verificou no início dos anos 90. Em 2010 assinala-se um crescimento de 23 milhões de novos migrantes relativamente ao quinquénio anterior, resultando estes números das dinâmicas de globalização nomeadamente a diversificação de destinos em virtude da deslocalização das ofertas de trabalho, as facilidades proporcionadas pelo embaratecimento dos transportes, os avanços nas tecnologias da comunicação, e o surgimento de novos perfis de migrantes, em concreto uma intensa feminização dos fluxos (Castels e Miller, 2003).

Os valores comparados do volume das migrações entre 1960 e 2010 mostram-nos que no espaço de 50 anos, esse valor quase que triplicou, sendo que nos últimos 25 anos o crescimento foi mais intenso, assistindo-se à quase duplicação de migrantes no mundo.

A percentagem de migrantes internacionais por referência à população mundial mantém-se estável, numa progressão que de 1990 para 2010 evoluiu de 2,9% para 3,1%. Apesar de vários fatores que poderiam contribuir para incrementar esta relação

percentual, nomeadamente o envelhecimento demográfico dos países do norte, as possibilidades de transporte e comunicação, e os indicadores de desenvolvimento social e económico em algumas regiões do mundo, verifica-se que as pretensões de migrar confrontam-se cada vez mais com obstáculos políticos e administrativos, erigidos com a intenção de evitar as deslocações, o que se traduz em termos absolutos num número de migrantes relativamente modesto por comparação com a totalidade da população mundial.²⁵ Apesar de apenas cerca de três em cada cem pessoas no mundo serem migrantes, a diversidade e complexidade que está implícita neste valor é muito significativa. Por exemplo, nas grandes metrópoles do mundo, a diversidade étnica, manifesta na babel de línguas, credos, vestuário, comportamentos, atingiu uma intensidade cosmopolita inusitada. No atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos faleceram pessoas de 60 nacionalidades²⁶, em 11 de março de 2004 em Madrid entre as 192 vítimas dos atentados encontravam-se indivíduos de 14 nacionalidades²⁷.

As migrações estão a mudar o perfil económico, cultural e político das sociedades, sejam elas de emissão ou receção de migrantes. Em muitos países do mundo a percentagem de população estrangeira com residência alcança valores muito superiores à população doméstica, nomeadamente no Qatar com 86,5%, Mónaco 71,6%, Emiratos Árabes Unidos 70%, Kuwait 68,8% ou Andorra com 64,4%. Em sentido inverso, há inúmeros países onde a percentagem da população emigrada por relação com a população total atinge valores bastante elevados, como seja West Bank and Gaza 68,3%, Samoa 67,3%, Granada 65,5%, St. Kitts and Nevis 61% e Guyana 56,8%.²⁸

Nos Gráficos 1.3. e 1.4. podemos observar os países que no mundo mais imigrantes recebem, e os países que mais emigrantes enviam para o estrangeiro. Os Estados Unidos mantém a posição que vem desde o século XIX, enquanto o grande país de destino de fluxos migratórios, sendo que em 2010, com 43 milhões de migrantes, era destino de 20,1% do total de migrantes mundiais. Pelo contrário, o México, com 12

²⁵ Atendendo a que 97,9% da população mundial permanece no país em que nasceu, essa circunstância, segundo Tomas Hammar e Kristof Tamas, poderia determinar que os estudos das migrações se fizessem ao contrário, ou seja, em vez de serem centrados em quem sai do país, poderiam ser feitos sobre quem fica e porque é que fica (1997: 14)

²⁶ “September 11, A Memorial”, in <http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/memorial> [consulta a 17 de novembro de 2009].

²⁷ 11-M Masacre en Madrid, <http://www.elmundo.es/documentos/2004/03/espana/atentados11m/hechos.html> [consultado a 17 de novembro de 2009].

²⁸ Fonte: World Bank, 2009: 6-8

milhões de emigrantes, é o país que mais pessoas envia para o estrangeiro, indo a esmagadora maioria para os Estados Unidos. A observação comparada dos dois gráficos permite ainda outras constatações, nomeadamente o facto de alguns dos países com mais imigrantes no seu território serem países de regiões em desenvolvimento, nomeadamente Arábia Saudita, Índia, Paquistão, Emiratos Árabes Unidos, Cazaquistão, Jordânia, Costa do Marfim e Malásia, ao mesmo tempo que países considerados desenvolvidos são dos países que em termos absolutos mais emigrantes possuem, como sejam Rússia, Reino Unido, Alemanha, Itália, Polónia e Estados Unidos.

Gráfico 1.3.
Países com mais imigrantes

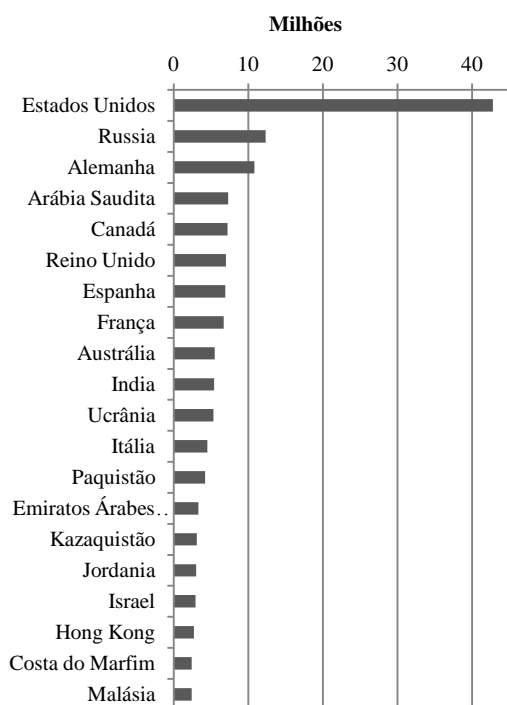
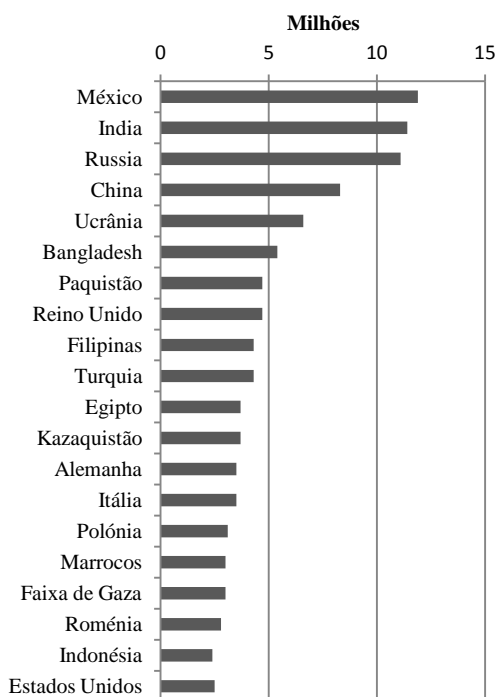


Gráfico 1.4.
Países com mais emigrantes



Fonte: World Bank, 2009: 1-3.

Outra constatação possível de ser retirada da comparação dos gráficos tem a ver com a existência em simultâneo de fluxos de entrada e saída de migrantes nos mesmos países. Situação que se verifica por exemplo nos Estados Unidos, Rússia, Itália, Cazaquistão, Paquistão, Ucrânia e Índia, sendo que estes são em simultâneo países que tem mais imigração e emigração no mundo.²⁹

²⁹ A este propósito, e como constataremos mais à frente, Portugal é um dos países que se encontra nesta circunstância (Baganha, 2001). Cada país terá as suas próprias determinantes para se encontrar nesta circunstância anómala.

Segundo Papastergiadis “a turbulência das migrações é evidente não apenas na multiplicidade de trajetórias, mas também na imprevisibilidade das mudanças associadas a esses movimentos” (2000: 7). As migrações internacionais afetam países em todo o mundo, em todos os níveis de desenvolvimento, em todos os quadrantes ideológicos e culturais, tornando-se cada vez mais difícil fazer a distinção entre países de origem, de trânsito e de destino, para além de que muitos Estados são hoje classificados em simultâneo nestas três categorias.

A diversificação de rotas e conexões de origem e destino, obriga a desenhar uma nova cartografia das migrações. Os mapas iniciais dos modernos movimentos migratórios, tais como os fluxos transatlânticos de escravos, ou as migrações internacionais de trabalho numa primeira fase de industrialização da Europa, podiam facilmente ser desenhados através de setas de grande volume que partiam do velho continente para desembocar no Novo Mundo. O desenho atual é feito de uma multiplicidade de linhas que se cruzam, tocando praticamente todos os pontos do globo. “Algumas destas conexões origem-destino seriam inteiramente impensáveis até há pouco tempo. Em vão se procura na história ou na geografia a explicação de muitas delas. Os exemplos poderiam multiplicar-se até dar a impressão de que se paga tributo ao exotismo” (Arango, 2007: 10). Como é referido por dois sociólogos italianos, Pugliese e Maciotti, os fluxos ocorrem em todas as direções e qualquer exercício de representar graficamente o fenómeno migratório contemporâneo resulta em algo que mais se assemelham um prato de *spaghetti* pela anarquia das direccionalidades (2003: 17).

A nova expressão geográfica das migrações pode ser constatada pela observação do volume percentual de migrantes por regiões mundiais (Quadro 1.1.). No espaço de 20 anos verificou-se que as regiões mais desenvolvidas atraíram ainda mais migrantes, sendo que em 2010 a percentagem de migrantes nessas regiões era de 59,9%, ou seja, mais 6,7% do que em 1990.

Normalmente considera-se que as correntes migratórias acontecem dos países em desenvolvimento em direção aos países desenvolvidos da Europa, América do Norte, Ásia e zona Austral, naquilo que se domina de forma pouco precisa de fluxos “Sul/Norte”. Contudo, a deslocação de pessoas dos países em desenvolvimento para países desenvolvidos apenas explica uma parte de todo o volume de pessoas deslocadas. Apesar das regiões menos desenvolvidas perderem migrantes, há um significativo

número de pessoas que continua a efetuar migrações “sul-sul”, deslocando-se de países em desenvolvimento para outros na mesma situação (CMMI, 2005: 6).

Quadro 1.1.
Evolução do volume percentual de migrantes por regiões do mundo³⁰

<i>Regiões</i>	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>	<i>2010</i>
Mundo (milhões)	155	165	177	191	214
Regiões mais desenvolvidas	53,2	57,5	59,4	60,5	59,9
Regiões menos desenvolvimento	46,8	42,5	40,6	39,5	40,3
Países com menor desenvolvimento ³¹	7,1	7,4	5,8	5,5	5,4
África	10,6	10,9	9,3	9,0	9,0
Ásia	32,2	28,6	28,5	28	27,7
Europa	31,9	33,5	32,9	33,6	32,6
América Latina e Caribe	4,5	3,7	3,6	3,5	3,5
América do Norte	17,8	20,3	22,9	23,3	23,4
Oceânia	3,1	3,1	2,9	2,6	2,8

Fonte: UN, Department of Economic and Social Affairs <http://esa.un.org/migration/index.asp?panel=1> [consulta a 10 de fevereiro de 2011]

Verifica-se que a grande maioria das migrações internacionais ocorre entre países vizinhos. Segundo o PNUD (2009, 24), a proximidade entre países de origem e de destino não é apenas geográfica. Quase 6 em cada 10 migrantes vão para um país onde a religião dominante é a mesma que no seu país de origem, e quatro de cada 10, para um país onde o idioma seja o mesmo.

Em busca de melhores condições de vida, paradoxalmente são os habitantes dos países pobres os que menos emigram. Por exemplo, menos de 1% dos africanos deslocam-se para a Europa. Em média, nos países com nível de desenvolvimento humano baixo, a taxa média de emigração é inferior a 4%, em comparação com os 8% dos países com nível de desenvolvimento mais elevado (PNUD, 2009: 2).

As formas da migração acontecer variam consideravelmente consoante a parte do mundo em que sucedam. Na sequência dos trabalhos da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais (CMMI, 2005: 7 e ss.) foram identificadas várias diferenças regionais. Na Ásia, os migrantes têm predominantemente contratos temporários de trabalho, enquanto em muitos países da América e África prevalecem as migrações

³⁰ Segundo a Divisão de População das Nações Unidas, nas regiões mais desenvolvidas estão incluídas a Europa, Japão, Austrália, Nova Zelândia e América do Norte. Nas regiões menos desenvolvidas estão compreendidas a África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Malénesia, Micronésia e Polinésia. Os países com menor desenvolvimento são o conjunto dos 49 países mais pobres do mundo.

³¹ Os países com menor desenvolvimento estão incluídos nas regiões com menor desenvolvimento.

irregulares. Determinados países com grande tradição imigratória, nomeadamente Austrália, Canadá, Nova Zelândia e EUA, continuam a aceitar imigrantes a título definitivo, com concessão de cidadania, enquanto os países do Médio Oriente são mais propensos a receber imigrantes por períodos fixos sem quaisquer expectativas de integração. A Europa confronta-se com a chegada de requerentes de asilo de outras partes do mundo, sendo que a maioria não justifica o estatuto de refugiado. Muitos países caracterizam-se hoje por uma cultura de emigração, segundo a qual ir para o estrangeiro numa base temporária ou duradoura se tornou a norma em vez da exceção

1.5. Os fluxos migratórios de trabalhadores qualificados

No atual contexto das migrações internacionais, uma das tendências mais significativas tem sido a seletividade dos migrantes. Ou seja, tem-se procurado a adequação do perfil dos migrantes às necessidades e exigências dos países de destino, tendo em consideração a mais-valia que esses migrantes podem aportar. Os países mais desenvolvidos ao nível industrial e de serviços necessitam, sistematicamente, de mão de obra qualificada que potencie através das suas competências, a qualidade e rendimento das produções nacionais. Quando esses trabalhadores qualificados não se encontram dentro do território nacional, então, são intensamente procurados no estrangeiro, dando origem a fluxos migratórios específicos (Salt, 1997: 4).

À importância crescente das migrações qualificadas, não tem contudo sido dedicada a mesma atenção que a outros fluxos migratórios, nomeadamente os fluxos compostos predominantemente por trabalhadores indiferenciados ou não qualificados, ou os movimentos de migração ilegal, e outros segmentos desprotegidos do mercado de trabalho. Desde logo, uma das razões para a subalternização das migrações altamente qualificadas é de ordem quantitativa, na medida em que se reproduz na globalidade das migrações a reduzida expressão que os trabalhadores qualificados têm na estrutura social (Peixoto, 1999: 4). Outra razão resulta da “invisibilidade” destes migrantes, na medida em que pertencendo a classes bem remuneradas, facilmente se integram e diluem nas sociedades de destino (Salta, 1997: 4). E ainda, porque a literatura sobre migrações qualificadas ao concentrar a sua atenção em ocupações ligadas ao domínio das ciências e tecnologias, criou deste segmento migratório uma imagem muito

particular que não se adequava às lógicas migratórias convencionais (Riaño e Baghdadi, 2007: 166).

Em termos conceituais, a abordagem às migrações altamente qualificadas, teve início nos anos 60 do século passado, sendo efetuada a partir da perspectiva económica, onde o conceito de *brain drain*, ou fuga de cérebros, se constituiu como a representação mais recorrente da realidade em causa. O conceito foi inicialmente utilizado para dar conta da migração de engenheiros, cientistas e outros técnicos qualificados do Reino Unido para os Estados Unidos, expressando o lamento pela fuga de cérebros e a consequente perda de população qualificada. O conceito tornou-se entretanto mais abrangente e passou a representar os fluxos de profissionais qualificados que se deslocam dos países menos para os mais desenvolvidos (Cervante, 2002]. Assim, *brain drain* traduz a perda, ou prejuízo económico por parte dos países de origem desses profissionais qualificados (Peixoto, 1999: 18). As entidades públicas e privadas que investiram, através da educação, na criação desse capital humano e que dele esperavam o retorno quando os indivíduos fossem economicamente ativos, colocando ao serviço da sociedade as competências que esta lhe proporcionou, interpretam sempre a saída desses indivíduos como uma perda pela não rentabilização do capital que lhe foi proporcionado para a sua formação. Se a saída deste capital humano representa uma perda para os países de origem, traduz-se num benefício para os países recetores que assim podem potenciar as competências destes migrantes em proveito próprio, perpetuando-se desta forma as desigualdades entre países. A popularização do termo decorreu rapidamente como forma de representar o fenómeno de perda de recursos humanos qualificados por parte dos países pobres a favor dos países ricos (Gaillard e Gaillard, 1997: 195).

Para além da interpretação algo redutora de subtração e adição de ganho e perdas do *brain drain*, a partir dos anos 70 foi apresentada uma outra leitura teórica das migrações qualificadas que se traduz no conceito de *brain gain*. A concetualização inerente a este conceito assume que estas migrações não têm que ser negativas, e que a saída do país de profissionais qualificados se pode posteriormente traduzir num retorno financeiro através das suas remessas, bem como na captação de investimento. Ou seja, o regresso desses migrantes ao acontecer depois de uma experiência profissional enriquecedora pode ser rentabilizada em proveito do país, ou seja, o *brain drain* é convertido em *brain gain* (Meyer, 2001). Nesse sentido, muitos países em processos de

desenvolvimento, implementaram políticas de atração no sentido de motivarem o regresso dos seus emigrantes altamente qualificados.

A partir dos dois conceitos referidos, outros se formaram para ilustrar a dinâmica inerente às migrações de trabalhadores altamente qualificados. Assim o conceito de *brain exchange* ilustra o processo temporário de mobilidade dos migrantes entre os países de origem e de receção, em que aparentemente ambos os pólos do movimento migratório são beneficiados. *Brain circulation* refere-se a uma noção transnacional da mobilidade, com os migrantes a estarem envolvidos em redes, através das quais se deslocam em função de domínios de especialização laboral, sendo que o destino do percurso migratório não tem que ser um país, podendo em muitos casos ser uma entidade empresarial transnacional com implantação em vários países, ou um projeto internacional desenvolvidos em países distintos. O *brain drain indireto* identifica o processo através do qual, os países desenvolvidos atraem os estudantes dos países em desenvolvimento, num processo precoce de “fuga de cérebros”. O conceito de *brain hunting* refere-se à implementação de políticas agressivas que procuram atrair migrantes altamente qualificados, em função de necessidades concretas para os Estados, empresas ou outras instituições. Finalmente, o conceito de *brain waste*, que se traduz no desperdício das competências destes migrantes pelos países de receção, na medida em que não havendo um reconhecimento das habilitações académicas, ou o país não oferecendo domínios laborais específicos, os migrantes vão ocupar empregos para os quais estão sobrequalificados (Góis e Marques, 2007: 39 e ss).

A utilização recorrente da palavra *brain* para concetualizar as várias dinâmicas dos migrantes altamente qualificados, deixa implícito que todos estes migrantes ocupam funções de elevado desempenho intelectual. Efetivamente, nos anos 60, quem estava em causa com a “fuga de cérebros” eram cientistas, engenheiros, professores e outros intelectuais. As habilitações académicas foram o elemento discriminador de quem é ou não altamente qualificado. Contudo, este critério exclui muitas situações ou qualificações que não as académicas, e que também não se traduzem num trabalho intelectual, mas que apesar disso não deixam de ser altamente qualificadas (Mahroum, 2000: 24). Torna-se assim importante clarificar o perfil destes migrantes, para que não sejam considerados de forma redutora.

A definição de trabalhador qualificado pode variar significativamente consoante a perspetiva teórica. Quando o migrante é visto na perspetiva do capital humano é

considerado qualificado desde que tenha concluído com êxito a educação terciária. Quando o enfoque é feito no âmbito da ocupação são considerados migrantes qualificado aqueles que são profissionais, técnicos ou afins (Becerril, 2005: 89). Na perspectiva dos ingressos são considerados qualificados aqueles que fazem contributos críticos para a economia, sendo esta a definição mais difusa. John Salt (1997: 7) ao definir de forma ampla as mais importantes categorias de migrantes altamente qualificados, identificou os seguintes tipos: trabalhadores corporativos em empresas transnacionais; técnicos em domínios variados, por exemplo bombeiros, que trabalham em função de crises ou necessidade imediatas; profissionais da saúde, em concreto médicos e enfermeiros; especialistas em projetos de construção; consultores de empresas; trabalhadores individuais com projetos de estágio; clérigos e missionários; desportistas, artistas e *entertainers*; empresários; académicos, incluindo professores, investigadores e estudantes; os cônjuges e filhos que acompanham os migrantes altamente qualificados.³²

As motivações dos migrantes altamente qualificados são complexas, estando implicados motivos individuais, e fatores relacionados com as características dos países de origem e destino. Desde a perspectiva micro do migrante, as diferenças salariais, as condições de trabalho, a valorização profissional, o reconhecimento social, a posição no ciclo de vida são os motivos ponderados. Cada uma destas motivações tem intensidades diferentes consoante o migrante seja originário de um país desenvolvido ou em desenvolvimento. Em termos macro estruturais, estes fluxos são motivados pelas assimetrias criadas entre países centrais e periféricos no sistema-mundo; pelas estruturas sociais dos países de origem incapazes de proporcionar a empregabilidade adequada aos profissionais qualificados; e ainda a estrutura das redes de relações e influência individuais entre países (Peixoto, 1999: 23 e ss.).

As implicações que estas migrações causam são diversas,

nomeadamente, de índole económica, social, cultural e política e, em virtude do efeito multiplicador que provocam, têm consequências de curto, médio e longo prazo, revelando de forma clara a existência de interdependências entre os países” (Góis e Marques, 2007: 31).

Se a economia mundial já revelava uma procura por mão de obra migrante indiferenciada, nas migrações qualificadas essa procura apesar de mais discreta é voraz

³² John Salt refere a inclusão desta última categoria é questionável na medida em que estes elementos não integram o mercado de trabalho.

e feroz. A imagem bimodal desta procura é dada por Wayne Cornelius e Thomas Espenshade quando afirmam que os governos deixam a porta das traseiras aberta para as migrações de baixa qualificação, ficando a porta de frente aberta para a migração legal e temporária de trabalhadores altamente qualificados (2001: 3).

1.6. A sociedade portuguesa como espaço de migrações

A sociedade portuguesa desde sempre foi marcada por processos migratórios, sendo a emigração uma tendência estrutural da história do país, pelo não podia deixar de estar implicada na complexidade das migrações contemporâneas. Vitorino Magalhães Godinho faz referência a essa constante estrutural, que terá começado no século XV com a colonização da Ilha da Madeira e que evoluiu com a colonização do Brasil. Por volta de 1720, aquando da descoberta do ouro brasileiro, o volume de saídas era de tal forma significativo, rondando as 8 a 10 mil pessoas por ano, que o Rei teve que intervir no sentido de as limitar (Godinho, 1978: 9). Virá, assim, desses tempos a predisposição para os portugueses emigrarem. Esta predisposição configura-se como um sistema de valores legitimado socialmente.

Os movimentos de saída para o exterior que desde o século XV se detetam na sociedade portuguesa foram progressivamente integrados nos modos de vida de vários grupos sociais nacionais, os quais desenvolveram sistemas de valores em suporte desses mesmos modos de vida. [...] sistema de valores que sanciona e legitima o ato de emigrar, o qual tenderá, por essa mesma razão, a ocorrer na ausência de fatores exógenos que impeçam a sua concretização (Baganha e Góis, 1999: 231-232).

A existência, na sociedade portuguesa, de uma intrínseca motivação migratória, e de valores que a legitimam, não significa que a incidência do fenómeno tenha sido constante ao longo do tempo. Desde o final do século XIX até à atualidade, o país foi marcado por distintos processos emigratórios, verificando-se uma variabilidade na intensidade e direção dos fluxos, em conformidade com as circunstâncias do contexto internacional. Por outro lado, há um conjunto de circunstâncias nacionais que determinam a persistência da emigração portuguesa, nomeadamente os desequilíbrios económicos entre os países de acolhimento e Portugal, bem como a reduzida mobilidade interna das forças de trabalho e ainda os diferentes ritmos de crescimento dos diversos setores produtivos nacionais (Marques, 2008: 226). Em função das tendências de abertura ou restrição dos mercados internacionais de trabalho, bem como das

circunstâncias nacionais mais ou menos repulsivas ou cativantes para os potenciais migrantes, assim se verificaram variações nas tendências migratórias.³³

Entre o século XIX e meados do século XX viveu-se um ciclo emigratório transatlântico. Mais de 80% das saídas verificadas até 1960 tiveram como destino as Américas, sendo que o Brasil absorveu 80% desse fluxo até 1949 e 68% na década seguinte. Os Estados Unidos constituíram-se também como um destino relevante, representando 18% das migrações transoceânicas até à Primeira Guerra Mundial. Durante este ciclo terão saído do país mais de dois milhões de portugueses (Baganha, 1994: 960). O perfil demográfico dos que saíram era predominantemente masculino, com idades entre os 20 e 40 anos, maioritariamente analfabetos, com ligações ao setor primário e oriundos das províncias do Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes, bem como dos Açores e da Madeira (Marques, 2008: 206).

A partir de meados do século XX, e ainda com o ciclo transatlântico em curso, teve início um novo ciclo que perdurou até 1974. Estima-se que, entre 1950 e 1974, tenham saído do país cerca de 1815 mil emigrantes, sendo que, entre 1965 e 1974, a média anual de saídas se cifrou nos 122 mil emigrantes. O início deste segundo ciclo esteve diretamente relacionado com o recrutamento de mão de obra que alguns países europeus, em particular a França e Alemanha, fizeram nos países do sul. Numa primeira fase, o padrão da emigração portuguesa era muito idêntico ao padrão tradicional da emigração transatlântica, mas a partir de finais dos anos 60 a reunificação familiar caracterizou o fluxo (Baganha e Góis, 1999: 236). Neste ciclo, a emigração ilegal teve uma expressão muito significativa, sendo que as saídas clandestinas representaram cerca de um terço do volume total de emigração, de tal forma que, na fase final do ciclo, chegaram a ser superiores às saídas legais (Baganha, 1994: 174). O encerramento do ciclo intraeuropeu deveu-se às políticas restritivas de imigração por parte dos países de destino, em consequência da crise petrolífera de 1973/74 e da recessão económica que daí resultou.

³³ Segundo Maria I. Baganha e Pedro Góis, a emigração portuguesa enquanto movimento internacional de trabalho, ou emigração económica, até ao final do século XX, foi marcada por três ciclos distintos: o primeiro é transatlântico, iniciado ainda no século XIX e que se prolongou até meados do século XX; o segundo é predominantemente europeu, com início nos anos 50 e término em 1974; o terceiro começou em 1985 (1999: 231).

Em simultâneo com a corrente migratória intraeuropeia, decorreram ainda duas outras correntes emigratórias: uma em direção à América, com destino ao Canadá, Estados Unidos e Brasil, e com origem sobretudo nos arquipélagos dos Açores e Madeira; outra em direção às possessões ultramarinas, em particular para Moçambique e Angola, as duas colónias de povoamento, num volume que chegou a ser de 30 mil emigrantes por ano, entre 1959 e 1969 (Marques, 2008: 211).

Após a diminuição do volume emigratório nos anos que se seguiram à recessão internacional, voltou a verificar-se um recrudescimento da emigração, sobretudo em meados da década de 80. Este terceiro ciclo emigratório surge, contudo, em circunstâncias distintas e apresenta características diferentes das do anterior ciclo emigratório.

O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos emigratórios pós-descolonização. Numa primeira fase, até final do século XX, estes fluxos emigratórios continuaram a privilegiar os destinos integrados no sistema migratório europeu e os tradicionais destinos de ligação mais regionalizada (EUA para os açorianos e África do Sul e Venezuela para os madeirenses). Durante os primeiros anos do presente século, os destinos migratórios dos portugueses tornaram-se mais diversificados, completando a integração no sistema migratório europeu com a intensificação da participação como país de origem no sistema migratório lusófono (Marques e Góis, 2012: 220).

A existência deste terceiro ciclo emigratório em Portugal constitui uma situação particular entre os países do sul da Europa. Esta circunstância é reveladora da condição periférica de Portugal entre os países da União Europeia que, com exceção da Irlanda, quase deixaram de ser países de origem de emigração (Baganha e Peixoto, 1997: 17). Neste novo ciclo, a Europa continua a ser o destino privilegiado e a Suíça o principal pólo de atração em detrimento da França. Em muitos países, como, por exemplo, Andorra, Bélgica, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido, o número de portugueses duplicou num período de tempo relativamente curto. Os Estados Unidos e o Canadá continuam também a ser destino privilegiado dos portugueses. Entre as tendências deste novo ciclo, verifica-se ainda a diminuição acentuada das emigrações permanentes e o aumento das temporárias. Em 2004, a proporção dos que emigraram temporariamente era 70% do volume total de saídas. Até meados dos anos 90 considerou-se que esses emigrantes temporários eram uma forma disfarçada de emigração permanente, na

medida em que recorriam ao trabalho temporário como forma legal de acederem ao mercado de trabalho dos países de destino. Posteriormente, estes emigrantes temporários ter-se-ão tornado em verdadeiros temporários, com curtas saídas do país e períodos de trabalho no exterior (Peixoto, 2004: 5).

Apesar da continuidade dos fluxos emigratórios, a sociedade portuguesa assistiu também, desde o final dos anos 80, a uma inédita tendência imigratória. Tendo sido desde sempre um país de emigração, o fenómeno imigratório era quase desconhecido em Portugal. Em 1950 residiam no país cerca de 21 mil estrangeiros, a maioria dos quais de origem europeia, situação que pouco se alterou até à revolução de 25 de abril de 1974. Entre 1975 e 1980, a população estrangeira em Portugal passou de cerca de 32 mil para 58 mil, sendo maioritariamente constituída por africanos, grande parte dos quais provenientes das antigas colónias portuguesas. Nos anos 80 e 90 continuou a assistir-se ao aumento dos imigrantes no país: em 1989 eram 101 mil e em 1999 cifravam-se em 200 mil (Marques, 2008: 235). Em 1999, 55% da população estrangeira a residir em Portugal era proveniente de países de língua portuguesa, “o que constitui um importante indicador do significado do passado colonial português e da manutenção de contactos sociais e culturais entre estes países e Portugal, na constituição e consolidação deste fluxo migratório” (Marques e Góis, 2012: 217).

Assim, o panorama das migrações internacionais em Portugal, na transição do novo século, era marcado pela coexistência de fluxos de entrada e saída de migrantes. Como referiu Maria I. Baganha,

o que melhor caracteriza os atuais processos migratórios em Portugal é a existência em simultâneo de fluxos de entrada e de saída de migrantes com perfis económicos semelhantes, que se vão incorporar economicamente em Portugal ou nos diversos países de destino essencialmente nos mesmos segmentos do mercado de trabalho. Ora, como é sabido, a ocorrência simultânea de fluxos migratórios de saída e de entrada similares na sua composição e inserção económica de e para um mesmo país é uma anomalia teórica (2001: 142).

Anomalia teórica que é percecionada na metáfora da *placa giratória*, ou seja, no facto de Portugal se constituir como um país que importa e exporta mão de obra consoante a estrutura institucional em que opera.

Os factos que estavam então a ocorrer justificavam essa interpretação. Na viragem do século assistiu-se, com surpresa, ao inédito aumento dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal. Até essa altura, 77% dos imigrantes em Portugal eram

provenientes de países lusófonos e a proveniência dos restantes 23% era diversificada. Contudo, este quadro foi subitamente alterado com a entrada no país de milhares de imigrantes provenientes de países da Europa de Leste. Em 1999 eram 2373. Em 2001, no âmbito de um processo de legalização,³⁴ foram concedidas 70.430 autorizações de permanência a imigrantes de Leste, 36% das quais a cidadãos ucranianos. Esta circunstância fez como que, inusitadamente, em 2002, a nacionalidade de imigrantes com mais representatividade em Portugal fosse a ucraniana, com 62 mil residentes, seguida da cabo-verdiana e brasileira, ambas com aproximadamente 60 mil.

Este aumento exponencial de imigrantes de Leste resultou da conjugação da pressão emigratória existente nos países de origem, com a escassez de mão de obra em determinados setores de atividade em Portugal, e ainda a eventual facilidade em obter em Portugal um estatuto de residência legal (Baganha *et al.*, 2004: 97 e ss). A forte intensidade deste fluxo de leste foi de curta duração, tendo-se verificado o seu esmorecimento com o passar do tempo. Com os desenvolvimentos internacionais e nacionais, o número de estrangeiros em Portugal continuou a aumentar até 2009, altura em que atingiu os 454 mil. Em 2011, esse número de imigrantes sofreu uma quebra, cifrando-se em 437 mil. Deste universo, 47,9% eram originários de países de língua portuguesa, destacando-se o Brasil (25,5%), Cabo Verde (10,1%), Angola (4,9%) e Guiné-Bissau (4,2%). Ucrânia e Roménia, respetivamente com 11% e 9%, foram os países que mais se destacaram entre as demais nacionalidades (SEF, 2012: 15).

Importa assinalar que muitas das migrações da sociedade portuguesa, decorrem do facto do país pertencer a diversos sistemas migratórios, nomeadamente: o sistema intraeuropeu, através do qual se processaram as saídas ocorridas para a Europa a partir dos anos 60, tal como muitas entradas a partir de finais dos anos 90; o sistema do sul da Europa, ao qual Portugal pertence como país de receção; o sistema lusófono, enquadra os diversos fluxos migratórios transatlânticos entre o Brasil e Portugal, bem como as migrações dos países africanos de língua portuguesa.

O sistema migratório lusófono será o mais relevante. Existe desde há séculos, está consolidado, tem instituídos vínculos relacionais fortes entre os países que o compõem, e a par das trocas migratórias, há também um intercâmbio cultural, político e económico. Assim,

³⁴ Processo que decorreu do artigo 55º do Decreto-Lei 4/2001.

Portugal, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Brasil, formam um sistema porque constituem-se como um grupo de países que trocam um elevado número de migrantes entre si ao longo de um largo período de tempo. Em segundo lugar, as trocas entre Portugal, os PALOP's e o Brasil, não apenas envolve migrantes, mas também outros tipos de fluxos, tais como bens, investimento estrangeiro, remessas, ajuda ao desenvolvimento, cartas, chamadas telefónicas, ligando estes países num sistema. Em terceiro, uma densa rede histórica, de relações coloniais e culturais, entre estes países e Portugal, fortalecem e estruturam o sistema. Finalmente, uma série de acordos bilaterais entre Portugal, os PALOP's e o Brasil, e desde a perspetiva portuguesa, uma política migratória comum aos países Lusófonos dá especificidade a este sistema migratório (Baganha, 2009: 6).

O sistema foi passando por várias fases, havendo uma variação no volume e orientação dos fluxos consoante os momentos históricos. Por exemplo, na altura do processo de descolonização houve um significativo fluxo dos países africanos para Portugal. Nos anos 80 começaram a chegar alguns brasileiros, contingente que se avolumou nos anos 90, até se converter no maior contingente de estrangeiros presente sem Portugal (Malheiros, 2007: 16). Em face das circunstâncias económicas e sociais que Portugal atravessa, outras tendências no sistema lusófono de verificam, nomeadamente com muitos portugueses emigram para o Brasil.

Em face do significativo aumento do número de imigrantes provenientes maioritariamente de países periféricos e do facto de Portugal se imaginar como um país do centro, equiparável aos países desenvolvidos da Europa, os fluxos de saída de portugueses foram quase que esquecidos. No entanto, a emigração na sociedade portuguesa continua a existir e os desenvolvimentos recentes motivados pela crise financeira e económica do país, juntamente com o aumento da taxa de desemprego, potenciaram essa característica estrutural. Embora não existam ainda dados concretos sobre as saídas recentes, a imprensa vai dando notícia de um volume crescente de emigração: o Secretário de Estado das Comunidades dava conta de cerca de 100 mil saídas em 2012, para destinos na Europa, América e África, em concreto para países como a Suíça, Brasil e Angola.³⁵ O Instituto de Emprego e Formação Profissional informou que, nos primeiros quatro meses de 2012, cerca de 10 mil desempregados anularam a sua inscrição nos Centros de Emprego por motivos de emigração, o que

³⁵ Jornal O Público, edição de 25 de janeiro de 2013, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/200-mil-portugueses-sairam-do-pais-nos-dois-ultimos-anos1582063> [29 de abril de 2013].

corresponde a uma média de 85 desempregados que, por dia, deixam o país.³⁶ Indicativo deste aumento de emigrantes são as suas remessas para o país que, em 2012, alcançaram os 2.749 mil euros, o valor mais elevado desde 2001.³⁷ Perante as circunstâncias sociais, económicas e demográficas que o país enfrenta, não é fácil conhecer a dimensão da emigração em Portugal. Por isso, “como sucede em períodos de grande turbulência, só passados alguns anos se poderão ver mais claramente as linhas de fundo que percorremos” (Peixoto, 2012: 10).

³⁶ Diário Económico, edição de 18 de maio de 2012, http://economico.sapo.pt/noticias/mais-de10-mil-portugueses-abandonaram-o-pais-nos-ultimos-quatro-meses_144840.html, [29 de abril de 2013].

³⁷ Dados recolhidos no portal PORTADA, cuja fonte é o Banco de Portugal, <http://www.pordata.pt/Portugal/Remessas+de+emigrantes+total-135>, [29 de abril de 2013].

CAPÍTULO II

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DE TRABALHO DESPORTIVO

2.1. Atletas em movimento

Em 2012 o Tour de France foi ganho pela equipa britânica Sky Proccycling, composta por três ciclistas britânicos, dois australianos, um norueguês, um alemão, um austríaco e um bielorusso.¹ Também em 2012, o Olympiacos de Pireu, da Grécia, venceu a Euroliga de Basquetebol, a mais importante competição europeia de clubes, com uma equipa de 12 jogadores, na qual, para além de seis gregos, jogavam três estadunidenses, um macedónio, um sérvio e um lituano.² A Euroliga feminina de Basquetebol 2011/12 foi ganha pelo Ros Casares Valência, de Espanha, com um plantel constituído por seis jogadoras espanholas, duas estadounidenses, uma portuguesa, uma checa, uma húngara, uma bielorrussa, uma australiana, uma granadina com nacionalidade espanhola e uma jogadora beninense com nacionalidade francesa.³ O vencedor da Heineken Cup 2011/12, o mais importante troféu europeu de rãguebi a nível de clubes, foi o Leinster da Irlanda, que no jogo da final utilizou 22 jogadores, sendo 17 irlandeses, três neozelandeses e dois sul-africanos.⁴ O campeão 2011/12 da NHL, a liga profissional conjunta dos Estados Unidos e Canadá de hóquei no gelo, foi o Los Angeles Kings da Califórnia, uma equipa formada por oito estadunidenses, 16 canadianos, dois russos e um eslovaco.⁵ Györi Audi Eto KC, a equipa húngara que venceu a Liga dos Campeões Europeus de Andebol feminino em 2012, era composta por 15 jogadoras húngaras e seis estrangeiras, sendo duas norueguesas, uma brasileira, uma eslovena, uma sérvia e uma montenegrina.⁶ O campeão da UEFA *Champions League*, na época 2011/12, foi o clube londrino Chelsea FC, que no jogo da final

¹ <http://www.letour.fr/le-tour/2012/us/teams.html#sky> [consulta a 27 de novembro de 2012].

² <http://www.euroleague.net/final-four/istanbul-2012/main-page> [consulta a 27 de novembro de 2012].

³ <http://www.fibaeurope.com> [consulta a 27 de novembro de 2012].

⁴ <http://www.ercrugby.com/eng/matchcentre/18304.php> [consulta a 27 de novembro de 2012].

⁵ <http://kings.nhl.com/club/stats.htm> [consulta a 27 de novembro de 2012].

⁶ <http://www.eurohandball.com/ec/cl/women/2011-12/clubs/> [consulta a 27 de novembro de 2012].

apresentou uma equipa constituída por quatro ingleses, dois costa-marfinenses, um checo, um brasileiro, um nigeriano, um espanhol e um português.⁷ O Campeonato do Mundo de Futsal 2012 foi ganho pelo Brasil com uma seleção composta por 14 jogadores dos quais cinco jogavam em clubes estrangeiros. Simultaneamente havia mais 16 jogadores brasileiros naturalizados a representar outros países, designadamente sete em Itália, cinco na Rússia, dois em Espanha, um na Austrália e um em Portugal.⁸

Em todos os desportos, em todas as competições e em todos os espaços, os atletas estão em movimento (Bale e Maguire, 1994: 1). Esta não é uma situação nova, pois toda a história do desporto tem sido marcada por intenso cosmopolitismo e por processos de deslocação de atletas, sendo que nos últimos anos esta dinâmica se intensificou à escala global e se complexificou com a diversificação das origens e dos destinos migratórios (Maguire e Falcous, 2011: 2). Ao contrário de há anos atrás, quando as equipas de qualquer modalidade surgiam como nacionalmente genuínas, com quase todos atletas, ou mesmo todos, com idêntica visão do mundo, as mesmas referências culturais e origem étnica comum, atualmente assiste-se à composição de equipas heterogéneas, com distintas proveniências, identidades, oralidades e etnicidades. Sucede até que, em muitas circunstâncias, os atletas nacionais são minoritários, ou quase ausentes, na constituição dos plantéis das equipas.

Tendo em conta os intensos movimentos migratórios do século XX e início do século XXI, uma parte significativa desta *mestiçagem desportiva* é resultado de fluxos migratórios gerais.⁹ No entanto, o próprio desporto suscita e alimenta fluxos migratórios próprios em resultado da sua atividade. Por isso, estranho é não encontrar atualmente atletas a representar clubes que não os da sua nacionalidade,¹⁰ ou a representar equipas

⁷ <http://www.uefa.com/uefachampionsleague/season=2012/matches/> [consulta a 27 de novembro de 2012].

⁸ <http://pt.fifa.com/futsalworldcup/teams/index.html> [consulta 27 a de novembro de 2012].

⁹ O exemplo mais recorrente, e que melhor ilustra a mestiçagem desportiva resultante das migrações gerais, é o da seleção francesa, vencedora do Campeonato do Mundo de Futebol de 1998. Entre os jogadores que a compunham encontravam-se descendentes de imigrantes portugueses (Robert Pires), bascos (Lizarazu), espanhóis (Candela), argentinos (Trezeguet), guianenses (Lama), neocaledónios (Karembou), arménios (Youri Djorkaeff e Boghossian) e argelinos (Zidane), sendo que havia ainda um jogador de origem ganesa (Desailly) e três de origem guadalupense (Thuran, Henry e Diomede). Esta equipa, que ficou conhecida como *Blak, Blanc et Buer*, símbolo de uma França multicultural, é reflexo da vocação migrante da sociedade francesa, em simultâneo com a relação colonial para com regiões distantes que foram, ou continuam a ser, territórios gauleses (Béal, s.d.; Lobo, 1999; Carrad, 2002).

¹⁰ Por exemplo, no futebol contemporâneo é estranha a condição do Athletic de Bilbao, cujas equipas são constituídas exclusivamente por atletas com naturalidade basca ou descendentes de bascos (<http://www.athletic-club.net> acedido a 4 de junho de 2010).

nacionais distintas das dos países de onde são naturais. A migração de talento desportivo constitui pois uma característica evidente e uma realidade importante no mapa global do desporto, sendo resultado de “uma cultura desportiva contemporânea, onde o crescente trabalho atlético atravessa fronteiras políticas, culturais, étnicas e económicas” (Elliott e Maguire, 2008: 482). Ao mesmo tempo é parte integrante do amplo fluxo migratório de pessoas que ocorre nas paisagens mediáticas globais (Appadurai, 1990).

2.1.1. Os atletas como migrantes

Os atletas que deixam o seu país e vão para outro, mudando de residência e aí permanecendo por um determinado período de tempo, que normalmente corresponde à duração do contrato de trabalho, são migrantes. Contudo, sendo migrantes, raramente são designados como tal, havendo como que um encobrimento ou desconhecimento da sua condição (Maguire, 1996; Maguire e Pearton, 2000: 175). São vários os factos que contribuem para essa circunstância, desde logo a forma como socialmente são percebidos, o facto de não se lhes aplicarem os mesmos estereótipos que caracterizam a generalidade dos migrantes, as circunstâncias em que desempenham a sua atividade profissional, e ainda a expressão quantitativa que têm na totalidade dos fluxos migratórios.

Não sendo designados como “migrantes”, esses atletas são referidos como estrangeiros.¹¹ George Simmel (1986) caracterizou o estrangeiro como uma figura ambivalente, já que estando presente numa sociedade não o está efetivamente. O estrangeiro é distinto do viajante, que chega “hoje” e vai embora “amanhã”, não tendo qualquer intenção de se fixar. O estrangeiro, esse, chega com a intenção de ficar, independentemente da sua permanência ser de curta ou longa duração. A relação do

¹¹ A título ilustrativo pode referir-se que a Federação Internacional de Basquetebol (FIBA) designa como jogador estrangeiro “o jogador que não tem a mesma nacionalidade da federação pela qual está licenciado” (2010: 8). O PFPO (2009: 5) designa os jogadores que jogam noutra país que não o da sua nacionalidade como “expatriados”, e a UEFA, ao divulgar os dados do PFPO, designa esses jogadores como “estrangeiros”. Também o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol se refere aos futebolistas não portugueses que jogam no campeonato nacional como “estrangeiros” (SJPF, 2011: 27). O selecionador nacional de futebol, Paulo Bento, referindo-se ao facto dos clubes portugueses estarem a contratar jogadores de outras nacionalidades, também costuma designar esses jogadores de “estrangeiros” (A Bola, edição de 9 de agosto de 2011). Toda a comunicação social, ao referir-se aos atletas não portugueses que desenvolvem a sua carreira desportiva em Portugal, os designa como “estrangeiros”. Ou seja, os atletas de outras nacionalidades que não aquela do país onde competem são sempre referidos como “estrangeiros” e nunca como “migrantes”.

estrangeiro com a sociedade de acolhimento é também ela ambígua, na medida em que, fazendo parte dela não é, em muitas circunstâncias considerado como membro ou não se sente membro dessa sociedade. Ou seja, o estrangeiro tem, em simultâneo, uma relação de proximidade e envolvimento com os grupos ou as comunidades onde se encontra assim como uma relação de distância e afastamento que resulta do seu reconhecimento e aceitação por parte dos autóctones. Vive, portanto, numa fronteira simbólica marcada por sinais de diferenças étnicas e culturais que facilitam a sua saída da sociedade em que se encontra. Os atletas a exercer a sua atividade profissional noutro país que não o da sua nacionalidade são estrangeiros. Deslocam-se para clubes dos quais pouco ou nada sabem, permanecem aí durante um determinado período de tempo, assumindo a identidade dos clubes que representam e da comunidade onde se localizam. Contudo, a assunção dessa identidade é precária, sobretudo pelo facto da sua presença ser efémera, ter a duração do contrato de trabalho e a transferência para outro lugar, dentro ou fora do país, ser algo iminente. Estes jogadores estrangeiros, que são migrantes, são os *homens marginais* de que falava Robert Park (1928),¹² ou seja, são o produto da encruzilhada de identidades entre o lugar de origem e o cosmopolitismo do movimento migratório (Santamaría, 1994).

A concetualização da categoria “migrante” incide sobre alguém que, por motivos laborais, muda de residência quando se desloca de um país para outro. Contudo, o facto do trabalho desportivo não ser imediatamente percecionado como atividade laboral dificulta tem dificultado a consideração dos atletas como migrantes. John Bale e Joseph Maguire referem que “não é habitual pensar os desportistas como trabalhadores (...) e eles, de facto, não são como os trabalhadores de outros setores laborais, que por várias razões têm que trabalhar em espaços nacionais, continentais ou transcontinentais” (1994: 1). A este propósito Goñi Zubieta afirma que “já não há jogadores locais, que defendam a equipa da sua terra ou da sua cidade, mas empregados do futebol, cuja procedência geográfica é indiferente” (2002: 38). Os atletas migrantes são profissionais de uma atividade materialmente não produtiva, associada à prática lúdica do jogo, e são sujeitos de algum privilégio resultante da exposição mediática de que são alvo, bem como do usufruto de condições privilegiadas de acesso a diferentes serviços que lhe são proporcionados pelos clubes de destino. Por isso Carmen Rial (2006: 6), a propósito dos

¹² Mais tarde Robert Park dará uma conotação negativa ao “homem marginal”, ou seja, o imigrante que vive à margem da sociedade de acolhimento.

futebolistas brasileiros emigrados, afirma que a utilização da categoria de “imigrantes” para designar os jogadores não pode ser idêntica à categoria de “imigrante” utilizada para referir os trabalhadores que desempenham atividades pouco qualificadas ou ocupam posições subalternas nas sociedades de acolhimento.¹³ Não considerando o trabalho desportivo como uma atividade laboral convencional, apesar de assumirem a condição de profissionais e usufruírem de condições de exceção por comparação com os demais migrantes, os atletas não se assumem como tal, vendo-se antes como profissionais que atuam fora do seu país por um determinado período de tempo, mas que posteriormente retornarão ao país de origem ou se deslocarão para outro (Rial, 2008: 56).

Noutra perspetiva, os atletas envolvidos em processos migratórios, ao serem transacionados entre clubes, convertem-se em mercadorias, o que também contribui para o encobrimento da sua condição migrante. Ou seja, os atletas, ao serem contratados por clubes, estão a vender a sua força de trabalho a troco de um salário, convertendo essa força de trabalho em mercadoria a partir do momento em que o trabalho desportivo é utilizado para satisfazer necessidades.¹⁴ Esta é uma mercadoria particular na medida em que é uma fonte de valor e, principalmente, com um treino adequado, uma mais-valia superior à que ela própria possui. Assim, também esta mercadoria é transacionada em função das leis da oferta e da procura. Por esta razão, Carmen Rial refere que os atletas e, em particular os futebolistas, são migrantes especiais que, transacionados, circulam como mercadorias, sendo eloquente a forma como a sua mobilidade migratória é descrita como um ato de compra e venda (*ibidem*: 29).¹⁵

Por outro lado, o reduzido volume das migrações de desportistas no âmbito das migrações gerais contribui igualmente para a invisibilidade das migrações de atletas. Apesar do mediatismo proporcionado pela comunicação social e do volume de atletas envolvidos em processos migratórios, as migrações de desportistas constituem um

¹³ Contudo, como refere a antropóloga brasileira, os futebolistas são migrantes como os outros, nomeadamente porque, como os outros, também mantêm relações de proximidade relativamente ao país de origem, investem e sonham regressar ao Brasil (Rial, 2006: 6).

¹⁴ No primeiro volume de *O Capital*, Marx refere que essas necessidades podem ser de qualquer espécie, ou seja, que as necessidades, tenham elas origem no estômago ou na fantasia, em nada altera a essência da questão.

¹⁵ A título ilustrativo, o jornal *Público*, na sua edição de 31 de agosto de 2011, assinalando o encerramento do mercado futebolístico de transferência de jogadores, dizia que aquela era a “última oportunidade de comprar e vender jogadores” e, a esse propósito, dava a seguinte notícia “Sporting vende Postiga ao Saragoça por um milhão”.

segmento de dimensões pouco significativas quando considerado no âmbito do volume global das migrações. Por exemplo, a propósito das migrações de “topo” ou de quadros altamente qualificados, João Peixoto refere que este segmento migratório, apesar de se revestir de enorme importância nas atividades económicas e nas estruturas sociais, não é significativamente considerado no âmbito dos estudos sobre migrações, sendo que “o principal motivo para a subalternização geral é de ordem quantitativa: os migrantes de ‘topo’ são (como de resto, o grupo correspondente na estrutura social) minoritários à escala global” (1999: 4). Joseph Maguire (2011: 73), ao comparar as migrações de atletas com os artistas, músicos e académicos, ou Carmen Rial (2006: 6), ao dizer que os futebolistas se enquadram na categoria de especialistas, atribuem aos atletas um estatuto particular, inserindo-os num segmento específico das migrações. Assim assumidos, a soma das migrações internacionais de todos os atletas, em todas as modalidades, acaba por se diluir entre a massa de trabalhadores menos qualificados ou no mediatismo das migrações clandestinas, retirando-lhe visibilidade no âmbito de um processo do qual também fazem parte.

O desporto, apesar dos múltiplos desenvolvimentos que o converteram numa atividade económica, não deixa de ser uma atividade lúdica, com todas as características inerentes ao jogo (Nolasco, 1999: 13). Esta circunstância permite que o desporto decorra num universo onde as ações suscitam um alheamento relativamente ao mundo concreto, desfrutando da autonomia resultante do carácter de exceção temporal e espacial do próprio jogo (Huizinga, 1972: 26). Assim, reivindica-se o desporto como um mundo à parte, onde os atletas surgem como indivíduos com uma condição particular, com um trabalho especial, figuras públicas que têm a atenção da comunicação social, adjetivados superlativamente pelas suas características, e quando migram, sendo migrantes como os outros, são paradoxalmente migrantes distintos dos outros (Marivoet, 2007: 167).

2.1.2. Espaços das migrações desportivas

Encontrando-se as sociedades contemporâneas na era das migrações (Castles e Miller, 2007), nas quais a mobilidade espacial dos indivíduos é uma inevitabilidade, a migração de atletas constitui-se como uma consequência do competitivo universo do trabalho desportivo. Normalmente, os atletas iniciam-se na prática desportiva em clubes do local onde nasceram ou onde residem, sendo depois obrigados à mobilidade espacial

por consequência de diversas circunstâncias: deslocações para competirem com outros atletas;¹⁶ procura, noutras lugares, de melhores infraestruturas desportivas, bem como recursos materiais e humanos que lhes permitam a prática de uma determinada modalidade; participação em torneios e campeonatos com níveis competitivos mais elevados; procura de outras entidades que remunerem melhor a sua prática desportiva. Posteriormente, quando a prática competitiva se profissionaliza, as migrações tornam-se, quase sempre, inevitáveis na sequência de processos de contratação por parte de outros clubes, associando ao desportivo da alta competição processos migratórios que tendem a deixar de ser internos para se tornarem internacionais.

Segundo John Bale e Joseph Maguire (1994: 2), a migração de atletas pode ocorrer a três escalas: dentro dos países, entre países do mesmo continente e entre continentes.¹⁷ A referência às migrações dentro dos países não é a referência às migrações internas convencionais tal como são identificadas na literatura geral desta área de conhecimento. Dirige-se mais concretamente às migrações de atletas entre os distintos espaços políticos e administrativos de um mesmo Estado, sendo o exemplo recorrente neste sentido as migrações entre as quatro federações nacionais do Reino Unido.¹⁸ Não existindo barreiras políticas e administrativas à mobilidade entre estas federações, verificam-se intensos fluxos migratórios de atletas, em concreto de jogadores de rãguebi do País de Gales e Escócia para Inglaterra (Williams, 1994; Moorhouse, 1994), ou de futebolistas da Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales também para Inglaterra (McGovern, 2000 e 2002). Segundo Bale e Maguire (1994), situação relativamente semelhante pôde ser constatada na União Soviética e Jugoslávia, com as deslocações de atletas entre as repúblicas de cada um desses países.¹⁹

De forma controversa, Bale e Maguire consideram que as migrações de atletas nos Estados Unidos da América não são migrações internas, mas migrações entre Estados e, por consequência, referenciam-nas como migrações “dentro do mesmo

¹⁶ As deslocações por imperativos competitivos, em que os atletas têm de viajar para competir no local onde estão sedeados os adversários, ou para participar em torneios, foi uma das causas que conduziu ao profissionalismo desportivo na transição do século XIX para o século XX (Elias e Dunning, 1992).

¹⁷ Eventualmente pela débil interdisciplinaridade existente neste campo de estudo, bem como por ser um fenómeno de análise relativamente recente, os autores não recorrem à designação da clássica dicotomia espacial de migrações internas e internacionais.

¹⁸ As federações desportivas internacionais de futebol e rãguebi reconhecem a existência de quatro federações nacionais no Reino Unido, nomeadamente Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales.

¹⁹ Importa referir que as federações desportivas internacionais não reconheceram a nenhuma república da União Soviética ou da Jugoslávia o direito de constituir federações próprias.

continente”. Contudo, trabalhos relativos à migração de atletas entre universidades norte-americanas (Rooney, 1969; McConnell, 1983), ou de jogadores de basebol entre clubes dos Estados Unidos (Shelley e Shelley, 1993), consideram estas migrações como internas.

Para as migrações internacionais, Bale e Maguire estabelecem uma distinção entre o que são migrações intracontinentais e intercontinentais, não fazendo contudo qualquer diferenciação qualitativa entre as duas escalas migratórias para além dos exemplos que as ilustram. Os fluxos migratórios intracontinentais têm sido estudados no continente americano e europeu, sendo escassos os estudos noutros espaços continentais. Na Europa, os fluxos estudados incidem essencialmente sobre o futebol, como é o caso do trabalho que examina as migrações de futebolistas escandinavos para a *Premier League* inglesa (Maguire e Stead, 1998), ou a migração de jogadores magiares para outros países europeus depois do colapso do comunismo (Molnar, 2006 e 2011). Noutras modalidades também se verificam fluxos migratórios, nomeadamente as migrações de mulheres andebolistas para a Dinamarca (Agergaard, 2008). No continente americano, os fluxos observados decorrem essencialmente dos desportos dominantes na América do Norte, sendo a este propósito de assinalar os textos relativos à migração de jogadores de basebol da República Dominicana para os Estados Unidos (Klein, 1994). Nos restantes continentes as referências são esporádicas, como as migrações de futebolistas entre países africanos (Cornelissen e Solberg, 2007) ou a migração de jogadores de rãguebi neozelandeses para países da Oceânia (Grainger, 2011). Estas referências vêm ilustrar o facto das tendências migratórias intracontinentais de trabalho desportivo resultarem das modalidades dominantes e mais populares em cada um desses espaços, sendo por isso evidentes os fluxos de futebolistas na Europa, de jogadores de basebol e hóquei no gelo na América do Norte, de jogadores de hóquei em campo na Ásia e de jogadores de rãguebi na Oceânia.

Os fluxos migratórios intercontinentais reproduzem a lógica global do trabalho desportivo e das migrações em geral, identificando-se uma multiplicidade de movimentos envolvendo um número significativo de países em distintas modalidades. Neste âmbito, os fluxos do continente americano para a Europa, da Europa para a América, bem como da África para o continente europeu, são muito intensos, sem contudo deixarem de ser expressivas outras rotas migratórias. No futebol, a Europa constitui-se como a maior atração de africanos (Rial, 2006 e 2008; Darby *et al.*, 2007;

Darby, 2011; Poli, 2006; Poli e Besson, 2011), sul-americanos (Carniel e Ruggi, 2007) e asiáticos (Yoshio e Horne, 2004). Também noutras modalidades se configuram relevantes fluxos migratórios que têm a Europa como destino, nomeadamente de hoquistas no gelo do Canadá e Estados Unidos para as ligas de países do norte da Europa (Maguire, 1996; Elliot e Maguire, 2011), de basquetebolistas norte-americanos para o Reino Unido (Maguire, 1988; Falcous e Maguire, 2011), de jogadores australianos de rãguebi para Inglaterra (Collins, 2000) e de sul-africanos para o País de Gales (Magee, 2006).

Nessa escala intercontinental outros fluxos são ainda considerados: jogadores de cricket britânicos para campeonatos de países anteriormente colonizados (Hill's, 1994); jogadores de basebol japoneses para os Estados Unidos (Chiba, 2004; Yoshio e Horne, 2006 e 2011); jogadores de rãguebi neozelandeses para o Japão (Chiba e Jackson, 2006); jogadores brasileiros de futsal para diversos países europeus (Dimeo e Ribeiro, 2009); atletas quenianos para distintas partes do mundo (Bale e Sang, 1996).

Apesar dos fluxos migratórios intercontinentais revelarem uma complexa malha de direcionalidades, constatam-se também algumas regularidades. Segundo Wladimir Andreff (2011), a partir de uma abordagem económica, considera que são duas as direções mais relevantes: Norte/Norte e Sul/Norte. O fluxo Norte/Norte é determinado por três condições: a) a diferenciação salarial entre mercados de trabalho desportivo, o que faz com que o exercício desportivo profissional em alguns países seja mais atrativo do que noutros; b) a capacidade competitiva dos clubes de determinados países, com a possibilidade de participação em importantes provas internacionais e consequente valorização do trabalho dos atletas, o que converte esses países em pólos de destino migratório; c) o grau desigual de regulação e taxação da economia entre os países de origem e de destino migratório, sendo que os atletas tendem migrar para onde os impostos e taxas são menores. Para ilustrar esta tendência, o autor recorre à emigração de futebolistas franceses para Inglaterra, afirmando que mesmo uma liga de futebol importante, como a francesa, acaba por ser afetada por outra ainda mais poderosa, como a inglesa.

O fluxo Sul/Norte é determinado por duas situações: a) a enorme diferença salarial entre as entidades desportivas empregadoras em cada um dos pólos do fluxo; b) e o subdesenvolvimento económico dos países do Sul, implicando a ausência de condições materiais para a prática de determinadas modalidades, bem como a ausência de competições desportivas atrativas, que acabam por determinar a ambição dos atletas

de emigrarem preferencialmente para países do Norte. O exemplo referido por Andreff para ilustrar a direção deste fluxo migratório é o dos futebolistas sul-americanos e africanos seduzidos pelo futebol dos países do Norte, em particular o das cinco principais ligas europeias.

Para além destes dois sentidos, há outros passíveis de identificar em evidências empíricas. Por exemplo, o movimento migratório de futebolistas entre países da América Latina, nomeadamente do Peru, Bolívia e Paraguai para a Argentina, Uruguai ou Brasil (Arbena, 1994), ou a migração de futebolistas de vários países africanos para a África do Sul (Cornelissen e Solberg, 2007; Solberg: 2008) ou Egito (Groves, 2011), revelam a existência de um movimento Sul/Sul. Ainda que de forma pouca expressiva, regista-se igualmente um fluxo migratório Norte/Sul, que se manifesta pela presença de capoeiristas oriundos dos países do Norte para escolas de capoeira no Brasil (Aula, 2012: 115), ou de jogadores de basquetebol norte-americanos em países da América Latina (CIES Observatory, 2012: 9). Também nos últimos anos, a migração de muitos futebolistas europeus, em final de carreira, que vão para países do golfo arábico e sudoeste asiático configuram um movimento Norte/Sul.

À semelhança do que se passa com outros fluxos migratórios internacionais contemporâneos, em que não há países à margem das dinâmicas migratórias, também no universo desportivo praticamente todos os países são afetados pela mobilidade de atletas, seja como países de origem, destino ou ainda como países que com aqueles têm que competir, não há espaços que não sejam afetados e condicionados por estas migrações.

As dimensões espaciais em que decorrem as migrações de atletas suscitam um complexo de interdependências e relacionamentos que não resultam apenas do desporto (Maguire e Pearton, 2000: 175). Por exemplo, Yoshio e Horne (2004 e 2006), a propósito da migração de futebolistas japoneses para a Europa e de basebolistas para a América, assinalam que esses jogadores acompanham os investimentos de capital nipónico no patrocínio de clubes dessas regiões, ao mesmo tempo que o capital se apoia nesses jogadores para investimentos desportivos, turísticos e de outros negócios variados. Para além da argumentação de pendor económico, outras dimensões devem ser levadas em consideração no mapeamento destes fluxos migratórios, até porque as migrações desportivas, sendo afetadas pelo “complexo industrial desportivo” (Maguire e Falcous, 2011), são-no também por variáveis históricas, políticas, culturais,

geográficas ou étnicas, entre outras (Lanfranchi e Taylor, 2001; McGovern, 2002; Taylor, 2006; Poli e Besson, 2011).

2.2. Tipologia das migrações desportivas

Comummente, as migrações internacionais de trabalho desportivo processam-se de forma relativamente previsível: os atletas, enquanto trabalhadores, são contratados por clubes estrangeiros, em cujos países vão competir, aí permanecendo por um período de tempo variável para, posteriormente regressarem ao país de origem, ou emigrarem para outro. No entanto, estas experiências migratórias não são uniformes, verificando-se uma significativa diversidade de motivações, percursos e circunstâncias (Maguire e Pearton, 2000: 177). As situações podem variar em função do tempo, entre o atleta que permanece no estrangeiro por um curto período e aquele que fica durante um longo período de tempo, por vezes adquirindo a nacionalidade desse país e passando a representá-lo em competições internacionais. Sobre as experiências migratórias, as situações podem variar entre atletas que apenas tiveram um país de destino e atletas *globetrotters* que, ao longo da sua carreira, passaram por numerosos países e/ou continentes. Relativamente às motivações, encontram-se atletas que emigram por questões económicas e aqueles que procuram outros países onde a modalidade que praticam é mais competitiva como estratégia para evoluírem nessa prática desportiva.

Para além das lógicas migratórias individuais e coletivas, é também importante considerar as características das modalidades desportivas que se praticam. Assim, há desportos nos quais o processo migratório é já convencional, ou seja, os atletas migram durante uma ou várias temporadas em conformidade com o contrato de trabalho que assinaram, como por exemplo no futebol, basquetebol, basebol ou rãguebi. Por outro lado, há desportos em que os atletas são por natureza nómadas, como por exemplo os tenistas, golfistas, ciclistas, pilotos de corridas, que, inseridos em circuitos globais de competição, deslocam-se à escala planetária em conformidade com os calendários das provas dessas modalidades.

O primeiro trabalho de tipificação dos atletas como migrantes foi da autoria de Joseph Maguire (1996). Analisando as vivências e experiências de jogadores canadianos de hóquei no gelo em Inglaterra, o autor concebeu uma tipologia das migrações desportivas organizada em torno de cinco categorias: *pioneiros*, *colonos*, *mercenários*,

retornados e nómadas cosmopolitas. Apesar desta tipologia ter sido elaborada tendo em consideração uma modalidade específica, um fluxo singular e um contexto particular, Maguire salvaguarda a sua categorização ao inserir os migrantes canadianos num amplo processo migratório global. Pierre Lanfranchi e Matthew Taylor (2001), trabalhando sobre a história dos mais significativos fluxos migratórios de futebolistas, apresentam também uma distinção entre três tipos de jogadores migrantes: *colonos*, *mercenários* e *itinerantes*. Também Jonathan Magee e John Sugden (2002), ao estudarem a presença de futebolistas estrangeiros na *Premier League* inglesa, elaboraram uma tipologia com seis perfis de migrantes: *colonos*, *mercenários*, *ambiciosos*, *exilados*, *expulsos* e *nómadas cosmopolitas*. Além destas, os autores sugerem ainda um outro tipo de migrante, a *celebridade superstar*, que não integra a tipologia por ser recente no panorama desportivo e não ter emergido no trabalho empírico que sustentou a identificação dos tipos ideais assinalados. As três tipologias referidas são relativamente complementares, apresentando categorias de atletas migrantes que apresentam muitos pontos de interseção. São estas as tipologias que recorrentemente se utilizam para categorizar os migrantes em distintos trabalhos empíricos.

Considerando que os tipos ideais são uma abstração de inclusão e exclusão de características, a diversidade de tipos deve ser considerada na sua variedade e complementaridade de perfis. Assim, numa síntese das tipologias acima referidas, apresentam-se nove tipos ideais de atletas migrantes.

Pioneiros são os atletas migrantes que possuem “um zelo quase evangélico na exaltação das virtudes do seu desporto” (Maguire, 1996: 338). Por considerarem que a modalidade que praticam não está suficientemente divulgada, ou que a sua prática não atingiu ainda um determinado patamar de sofisticação, estes atletas iniciam um processo imigratório associado a um caráter missionário de divulgação do *habitus* corporal e da sua cultura desportiva. No século XIX, os ingleses que emigraram por questões laborais levando consigo o futebol, difundindo-o, incluem-se nesta categoria. Na atualidade podem referir-se como pioneiros atletas que fazem a divulgação de determinadas artes marciais oriundas do oriente, ou atletas que tentam dar expressão na Europa a modalidades desportivas populares nos EUA, como o futebol americano ou o basebol.

Mercenários são os atletas cuja motivação para emigrar reside nos ganhos económicos passíveis de obter com a sua deslocação. Estes atletas consideram a sua atividade desportiva como um trabalho remunerado, estando disponíveis para a

desempenhar em representação de quem mais lhes pagar, emigrando se houver uma proposta salarial mais atraente do que aquela que auferem no próprio país. Segundo Maguire (1999: 105), este tipo de migrante não estabelece laços de afinidade com o espaço de pertença, nem tampouco com o local para onde emigra, estando sujeito a ganhos de curta duração em função dos contratos celebrados. Por exemplo, a recente tendência de alguns futebolistas internacionais serem contratados por clubes da Europa de Leste é justificada pelos elevados salários que lhes são pagos, como forma de os atrair para torneios que em princípio são pouco apelativos. O mesmo se passa com alguns países do golfo pérsico, que suportam custos elevados para conseguirem ter a prestação de atletas que os representem em provas internacionais.

Colonos são os atletas que emigram para um determinado destino, aí permanecendo por um longo período de tempo, geralmente de quatro ou mais épocas, sendo que chegam a permanecer nesse país quando terminada a carreira desportiva (Magee e Sugden, 2002: 432). Alguns destes atletas adquirem mesmo a nacionalidade do país que os acolhe, sendo também, por vezes, chamados a integrar as seleções nacionais desses países. Por exemplo, os futebolistas brasileiros que nos últimos anos têm integrado seleções nacionais de futebol de outros países fazem parte desta categoria.

Ambicioso é uma categoria que pode, englobar três perfis distintos de atletas migrantes: a) o atleta que deseja ter uma carreira desportiva em qualquer país, em virtude de no país de origem não o poder fazer; b) o atleta que emigra porque ambiciona exercer a sua atividade desportiva no estrangeiro, experimentando realidades distintas das que conhece; c) e o atleta que ambiciona emigrar para países onde a modalidade que pratica é mais competitiva e sofisticada, colocando-lhe novos desafios e permitindo-lhe evoluir desportivamente. Joseph Maguire (2004: 481) contestou esta categoria apresentada por Magge e Sugden, pelo facto de considerar que “ambicioso” é uma característica comum às outras categorias, não se justificando que tenha um destaque particular. Nesta categoria podem enquadrar-se, por exemplo, os atletas africanos que assinam por clubes europeus ou norte-americanos, porque nos seus países de origem não têm infraestruturas que lhes permitam praticar determinadas modalidades, os basquetebolistas europeus que ambicionam jogar na NBA, ou ainda os praticantes de determinados desportos orientais, por exemplo, sumo, que tem a sua máxima expressão

no Japão, e que para aí desejam emigrar por forma a evoluírem na sua prática desportiva.

Retornados são, como o nome indica, os atletas que, depois de terem estado emigrados, regressam ao país de origem. Nesta categoria de atletas, podem encontrar-se aqueles que regressam ainda numa fase intermédia da carreira desportiva, aqueles que regressam para terminarem a sua atividade desportiva no país de origem, e ainda os atletas que regressam ao país de origem depois de terem terminado no estrangeiro a sua carreira. Em qualquer das situações, o retorno, segundo Maguire, é a manifestação da força que o país de origem exerce sobre os atletas (1996: 339). O exemplo dos futebolistas brasileiros pode mais uma vez ser utilizado para ilustrar este tipo ideal. Depois de saírem do Brasil e desenvolverem todo o seu percurso profissional no estrangeiro, os jogadores brasileiros tendem, assim, a retornar ao país de origem.

Exilados são os atletas que, por razões desportivas, políticas ou meramente pessoais, consideram que têm a sua atividade posta em causa, optando voluntariamente por emigrar para um destino que lhes permita continuar a praticá-la. Por exemplo, a vaga migratória de atletas oriundos das várias repúblicas da Jugoslávia durante a guerra no início dos anos 90, é disso exemplo. O boicote desportivo a que a África do Sul foi sujeita durante o período do *apartheid* deu origem a que muitos atletas sul-africanos emigrassem e assumissem outras nacionalidades, para continuar a praticar desporto de alta competição.

Expulsos são os atletas que, pela elevada exposição mediática a que estão sujeitos, a problemas comportamentais, ou outras circunstâncias, são suspensos da prática desportiva e que, considerando não estarem reunidas as condições para o seu exercício, são compelidos a emigrar. A distinção entre a categoria de “exilado” e a de “expulso” reside no facto da primeira estar relacionada com questões sociais exteriores ao atleta, enquanto a segunda é produto da conduta social/desportiva do próprio atleta. Os exemplos relativos a esta categoria dizem respeito a atletas que tiveram comportamentos violentos, ou que têm problemas que os penalizam desportivamente, ou que por estarem muito expostos à comunicação social nos seus países não consideram estar reunidas as condições para o seu bom desempenho desportivo, emigrando por isso.

O *nómada cosmopolita* é um atleta que está motivado pelo desejo de experimentar outras realidades, outras culturas, outros países, e por isso está disponível para iniciar um percurso migratório (Magee e Sugden, 2002: 432). Joseph Maguire (1996: 339) diz que estes atletas *nómadas* utilizam a sua carreira desportiva para viajarem, para conhecerem outras culturas e outras pessoas, para serem eles próprios “outros”. Os surfistas, os *snowboarders*, e os praticantes de desportos radicais, de uma forma geral, são os melhores exemplos de atletas que têm o desejo de explorar a diferença e a diversidade.²⁰

Celebridade superstar corresponde ao tipo de atleta que pondera a migração em função da imagem e projeção mediática. A sua vida pessoal concorre com o seu desempenho desportivo pela intensa exposição pública nos meios de comunicação social. O destino migratório é cosmopolita e normalmente composto por outras celebridades que contribuem para alimentar o *status* de “estrela”. O melhor exemplo deste tipo de migrantes é o de David Beckham e, mais recentemente, Cristiano Ronaldo, quando se transferiram do Manchester United para o Real Madrid, integrando uma equipa de superestrelas que foi apelidada de *galácticos*.²¹ Esta categoria, sugerida por Magee e Sugden (2002:433), surge como um desenvolvimento recente do universo desportivo, ainda não fundamentada empiricamente, pelo que os autores não a incluíram no elenco da tipologia acima referida.

As várias categorias tipológicas das migrações de atletas não são exclusivas nem rígidas, ou seja, um atleta não tem de corresponder exclusivamente a uma das categorias assinaladas, nem tão pouco as categorias devem impedir combinações dos vários tipos, possibilitando assim que surjam outras categorias (Maguire, 1996: 337). Para além do mais, confrontadas com a realidade, as várias categorias podem não corresponder à pluralidade de situações existentes, sendo por isso importante testar os limites destas tipologias (Lanfranchi e Taylor, 2001: 6; Maguire, 2004: 480; Love e Kim, 2011: 90). A este propósito, Sine Agergaard e Vera Botelho (2011) testaram algumas das categorias referidas num trabalho sobre as migrações de mulheres futebolistas para a Dinamarca, verificando que, em virtude da especificidade dos contextos e das protagonistas, as

²⁰ Maguire tipifica o francês Eric Cantona e o alemão Jurgen Klinsmann como dois futebolistas cosmopolitas na forma como se relacionaram com o futebol inglês (1996: 339).

²¹ Esta categoria, sugerida por Magee e Sugden (2002: 433), surge como um desenvolvimento recente do universo desportivo, ainda não fundamentada empiricamente, pelo que os autores não a incluíram no elenco tipologia acima referido.

categorias tal como foram apresentadas não eram exatamente representativas da realidade.

É também importante não pessoalizar os diversos tipos apresentados (Poli, 2010: 494). As categorias tipológicas apresentadas focam-se essencialmente em experiências individuais, nos motivos, experiências e contingências dos atletas no seu percurso migratório, o que implica o risco de atomizar os argumentos de investigação, perdendo-se o sentido estrutural de uma dinâmica que é social.

2.3. Áreas temáticas na abordagem das migrações de atletas

No âmbito desportivo, as questões suscitadas pelas migrações internacionais de trabalho não são novidade. Já no início do século XX, em determinadas modalidades, a migração de atletas suscitou problemas relacionados com estatutos profissionais, duplicidade na representação de clubes e países, e até questões jurídicas relativas à legítima migração desses atletas em função da sua nacionalidade (Dietschy, 2006). Com a intensificação destas migrações, o mundo do desporto foi progressivamente confrontado com questões que já anteriormente haviam sido suscitadas pelas migrações gerais, nomeadamente: as consequências para os países de origem da saída destes trabalhadores e o seu impacto nos sistemas desportivos dos países de destino; a regulação destes fluxos migratórios por parte das organizações desportivas nacionais e internacionais; os critérios de permanência e exercício laboral nos países de destino; os direitos de cidadania dos atletas nos espaços geopolíticos para onde migram e no âmbito das modalidades desportivas que praticam.

Nos anos 90, com o aumento de trabalho de investigação sobre as migrações de trabalho desportivo, o tema enriqueceu-se com novas abordagens tendo-se desenvolvido em múltiplas direções: identificaram-se os desportos mais envolvidos nos processos migratórios; analisou-se como as distintas modalidades desportivas foram afetadas pelas migrações de atletas; sinalizaram-se os padrões e modelos globais de migrações desportivas; avaliou-se a perceção que os adeptos têm das suas equipas enquanto espaços de circulação migratória e as relações identitárias que daí resultam; descreveram-se os impactos dos fluxos migratórios nos países de origem e nos países de destino; analisou-se a dinâmica que converte os atletas profissionais em trabalhadores migrantes; descreveu-se a experiência dos atletas ao longo da jornada migratória;

percecionou-se a forma como estes movimentos migratórios refletem ou reproduzem os movimentos migratórios de mão de obra altamente qualificada; e identificaram-se as implicações que estas migrações têm na política desportiva dos países, ou de forma mais ampla, na política migratória dos Estados (Maguire & Falcous, 2011: 1).

As abordagens efetuadas podem, assim, ser agregadas em quatro áreas temáticas, que determinam a agenda de investigação no campo das migrações de atletas: a) a questão dos direitos laborais; b) a desqualificação dos países de origem dos migrantes; c) o impacto cultural nas migrações na vida dos atletas e das sociedades de acolhimento; d) a influência que as migrações têm no desempenho das equipas nacionais (Maguire, 2011: 76-79).

Relativamente aos direitos de que usufruem os atletas migrantes, verifica-se uma variação considerável entre modalidades desportivas e espaços geográficos. Os direitos de que usufruem os jogadores de desportos coletivos são mínimos quando comparados com os direitos de que gozam os jogadores de alguns desportos individuais. Estes últimos dispõem de um amplo controlo sobre a sua atividade profissional, tendo a possibilidade de decidir sobre os seus ritmos competitivos, as competições em que participam ou a forma como desenvolvem o seu trabalho, enquanto nos desportos coletivos os jogadores estão condicionados pelos clubes que, na qualidade de entidades empregadoras, determinam a sua atividade profissional. Nos desportos de equipa os direitos laborais dos jogadores variam de acordo com os espaços internacionais em que o trabalho desportivo é exercido. Por exemplo, na América do Norte, apesar dos jogadores de modalidades como hóquei no gelo, basquetebol ou basebol se terem sindicalizado e desenvolvido negociações coletivas com os clubes, não conseguiram obter ganhos significativos nos seus direitos laborais. Por comparação, na Europa, os jogadores conseguiram uma significativa margem negocial a partir de 1995, na sequência do acórdão Bosman, permitindo-lhes reivindicar direitos até então inexistentes. Este ganho negocial surgiu inicialmente no futebol, mas foi progressivamente abrangendo atletas de outras modalidades e estendeu-se também a atletas originários de países não comunitários com os quais a União Europeia tem acordos. Relativamente aos direitos de trabalho desportivo existentes noutros continentes não há investigação desenvolvida. Contudo, a motivação migratória de futebolistas da América do Sul ou África para a Europa permite concluir que as circunstâncias laborais em que esses atletas exercem a sua profissão são profundamente

assimétricas. Ou seja, “a migração laboral desportiva não é uma experiência uniforme. É altamente diferenciada ao nível político e económico” (*ibidem*: 77).

O segundo tema referenciado envolve o processo de desqualificação ou de perda de qualificações por parte dos países de origem dos atletas que emigram. A generalidade dos países do Sul, em particular da África, América Central e América do Sul, são espaços explorados até à exaustão, onde qualquer atleta que se destaque, independentemente da modalidade que pratique, é imediatamente cooptado pelas instâncias desportivas dos países do Norte, em particular da América do Norte e da Europa. Assim, o processo migratório retira capacidade competitiva aos clubes dos países de origem dos atletas, em benefício dos clubes dos países de destino. Em muitas circunstâncias, esses atletas chegam a mudar de nacionalidade, passando a competir em representação de outra bandeira nacional. A deslocação de jogadores de basebol dos países latino americanos para os Estados Unidos ou de futebolistas de África para os clubes das Ligas europeias são os exemplos mais evidentes nesse sentido. Nos últimos anos têm-se verificado situações idênticas noutras modalidades, como atletas africanos para os países do golfo arábico, jogadores chineses de ténis de mesa a representar clubes de todo o mundo, ou jogadores brasileiros de voleibol de praia a competir por outras nacionalidades. Carmen Rial (2006: 10), a propósito da migração de futebolistas brasileiros, diz que o *roubo de pés* é idêntico ao da *fuga de cérebros*, sendo a saída dos jogadores vivenciada como uma perda por parte dos adeptos,²² numa tendência que se acentua com a saída cada vez mais precoce dos jovens futebolistas e com a mudança de nacionalidade.

A terceira área temática tem a ver com as consequências do processo migratório, a nível individual e coletivo. A nível individual coloca-se desde logo a questão do choque cultural que os atletas migrantes sofrem quando chegam a um novo país e as implicações que essa situação comporta para o seu desempenho desportivo. O país de destino pode significar o confronto com uma língua distinta, religiões diferentes, hábitos específicos, novos espaços urbanos, organizações e métodos de trabalho desconhecidos, o que condiciona, inevitavelmente, o rendimento desses atletas. O facto de muitos atletas ingressarem assiduamente em processos migratórios, chegando a circular entre vários países, obriga-os a desenvolver formas de orientação e flexibilidade pessoal que lhes permitem quase sempre adaptar-se com rapidez e facilidade a novos contextos. Nos

²² O movimento “Fica Robinho” e “Racha Robinho” é exemplo desta situação.

desportos coletivos, onde há equipas que mais parecem sociedades das nações, tal é a diversidade de origem dos jogadores, a análise das questões da adaptação é ainda mais premente pela necessidade de entrosamento.

A nível coletivo, as consequências do processo migratório no país de destino manifestam-se sob a forma de hostilidade mais ou menos manifesta conforme os países. Sendo a presença de atletas estrangeiros, em alguns casos, considerada uma forma de ocupação limitadora do acesso dos atletas locais aos postos de trabalho existentes, por vezes, geram-se reações de defesa que levam à imposição de quotas para a presença desses estrangeiros. Entre os argumentos justificativos para a imposição de quotas, está o de que o recurso a atletas imigrantes limita a possibilidade de utilização de atletas nacionais jovens, impedindo-os de evoluírem na modalidade, limitando as possibilidades de escolha dos jogadores nacionais para integrarem as seleções nacionais desses países. No entanto, as exigências de competitividade tornam inevitável o recurso crescente a atletas estrangeiros, inclusive ao nível das próprias seleções nacionais, o que suscita questões relativas à representatividade dessas equipas (Maguire, 2011: 78).

A quarta área temática resulta dos processos de globalização do desporto e da liberalização dos mercados de trabalho. As migrações internacionais de atletas ocorrem em função de exigências competitivas que estão relacionadas com interesses financeiros, comerciais e industriais das entidades empregadoras, quer nos países de origem, quer nos de destino. Apesar de regulamentadas por normas criadas por federações desportivas internacionais, as migrações de atletas são liberalizadas por normas exteriores ao universo desportivo, promovidas por contingentes de atores que incluem consultores, financeiros e agentes que colocam os atletas em mercados de transferências com o objetivo de maximizar rendimentos. Em resultado, as questões da identidade e ética desportiva são subalternizadas ou mesmo ignoradas em favor dum conceito de espetáculo elitista (*ibidem*: 78).

Emergindo de um processo global de celebração do fenómeno desportivo, o fenómeno migratório de atletas acaba muitas vezes por ser considerado um fenómeno não problemático. Constata-se, contudo, que este fluxo migratório resulta de um conjunto de verdades inconvenientes, como o complexo processo de industrialização do trabalho desportivo, da comercialização da força laboral desportiva e da luta pelo poder que caracteriza o desporto global.

O ato de migrar como parte de um processo global do desporto, é representado como algo a celebrar, algo que mostra o direito dos indivíduos se movimentarem, e é visto em termos não problemáticos. Contudo, a migração no desporto está ligada ao complexo desportivo industrial, que está ele mesmo imerso na luta de poder que caracteriza o sistema desportivo global. A migração está marcada por uma série de temas e pressões relacionadas com a política, a cultura, a economia e a geografia, sobre as quais, os proprietários, administradores, agentes e os meios de comunicação têm um papel proeminente na estruturação da vida dos migrantes. Tais temas e pressões variam entre desportos, segundo se jogue em distintos continentes ou países (Maguire: 2011a).

A este propósito, deve observar-se a estratégia de gestão dos grandes clubes, seja o futebolístico Manchester United ou o basquetebolista New York Knicks, bem como as lógicas de desenvolvimento das federações internacionais, nomeadamente a FIFA e a NBA, entre outras.

2.4. As migrações de trabalho desportivo: uma abordagem teórica

As migrações de trabalho desportivo, enquanto tema de investigação no campo das Ciências Sociais constituem uma área recente, cujo trabalho se desenvolveu, essencialmente, a partir de 1990 (Yoshio e Horne, 2011: 46). A crescente captação de atletas estrangeiros por parte de instituições universitárias, a intensificação da presença de jogadores estrangeiros em plantéis de equipas de outras nacionalidades, e ainda o aumento de processos de naturalização destes trabalhadores desportivos para efeitos de representação de seleções nacionais, chamou a atenção para uma realidade que, sendo constatada, era praticamente ignorada como objeto de estudo.²³

A investigação desenvolvida sobre movimentos migratórios de atletas tem incidido, sobretudo, na sua dimensão desportiva. Tem sido, por isso, no âmbito da sociologia do desporto que as análises das migrações de atletas têm sido efetuadas, sendo raros os esforços de contextualização desses fluxos no âmbito das migrações gerais (Elliot e Maguire, 2008: 483). Por outro lado, a investigação no campo das migrações apenas de forma esporádica se refere às migrações desportivas, considerando-as no conjuntamente com o dos outros fluxos migratórios, nomeadamente de artistas (Salt, 1997), mas sem proporcionar nenhum entendimento consistente do

²³ A este propósito, Yoshio e Horne (2006: 80) referem que o interesse académico dos japoneses sobre o estudo das migrações de atletas foi despoletado quando, em 1995, Nomo Hideo se tornou o primeiro jogador de basebol nipónico a emigrar para a Major League Baseball dos EUA.

fenómeno. Por consequência, da mesma forma que as análises feitas desde a sociologia do desporto não beneficiam do património teórico da sociologia das migrações, também este campo não é enriquecido pela abordagem de um fluxo com a especificidade do fenómeno desportivo. Assim, são poucas as abordagens que procuram estabelecer relação entre as migrações de desportistas e as migrações gerais, indo para além dos limites da sociologia do desporto, ou conseguindo ultrapassar discursos simplistas e lineares de causa e efeito na ocorrência destas migrações.

A investigação relativa às migrações de trabalho desportivo decorre pois num espaço híbrido, podendo ser efetuada em simultâneo desde a perspetiva das migrações, como desde a perspetiva do desporto. Um olhar combinando as duas perspetivas não ocorreu ainda, desde logo por um conjunto de questões epistemológicas das ciências sociais que demoraram a encarar o desporto como fenómeno social suficientemente digno de estudo (Elias e Dunning, 1992: 17)²⁴ e, por outro lado, porque este é um fluxo pouco evidente no âmbito das migrações gerais, com os seus próprios protagonistas, as suas regras, lógicas e tendências que decorrem à margem dos fluxos migratórios convencionais. Contudo, num trabalho de síntese, é possível e desejável equiparar as migrações de trabalho desportivo às migrações gerais (Elliott e Maguire, 2011: 111).

Os trabalhos de investigação sobre as migrações de atletas, enquanto área de estudo relativamente recente, têm tido como objetivos a caracterização dos fluxos em causa, nomeadamente quem são os sujeitos envolvidos, as suas motivações e quais as consequências destes movimentos, recorrendo a metodologias quantitativas para descrever volumes e tendências ou a metodologias qualitativas para explicar motivos e criar tipologias desta realidade migratória. Apesar da crescente produção teórica e empírica sobre as migrações de trabalho desportivo, a investigação desenvolvida encontra-se ainda numa fase incipiente, assente em abordagens ainda superficiais e limitadas, dirigidas para fluxos específicos ou episódicos (Maguire: 2004: 477; Elliott e Maguire, 2008; Maguire e Falcous, 2011: 2). Contudo, alguns autores têm ido para além de interpretações lineares e simplistas, desenvolvendo abordagens teóricas de síntese, em que as migrações de atletas são contextualizadas nas dinâmicas de globalização, com as relações de força do sistema-mundo.

²⁴ A alusão a estas questões epistemológicas é efetuada na introdução deste trabalho.

2.4.1. Primeiras abordagens: identificação de um novo fluxo migratório

As primeiras referências não acidentais à mobilidade de atletas e à sua interpretação como movimentos migratórios foram desenvolvidas no âmbito da geografia, pelo americano John Rooney e depois pelo britânico John Bale.

John Rooney, num texto de 1969,²⁵ foi o primeiro autor a referir-se à migração de atletas. O autor analisou o modo como o futebol americano se implantou nos Estados Unidos, se dispersou pelo território em função de critérios espaciais e como as universidades criaram equipas de futebol em representação de interesses locais. Ao estabelecer uma relação entre o número de universidades e o volume populacional das cidades e Estados, Rooney constatou que muitas equipas universitárias eram constituídas por jogadores provenientes de outros locais que não aqueles onde os colégios estavam implantados. O facto desses jogadores serem predominantemente oriundos dos grandes centros urbanos e industriais do país e se deslocarem-se para pequenas cidades levou o autor a concluir sobre a existência de um processo migratório. Posteriormente, Rooney (1974 e 1980) voltou a referir-se à mobilidade dos jogadores de futebol americano, analisando os processos de recrutamento das universidades.

John Bale, com trabalhos efetuados no campo da geografia do desporto, publicou em 1991 *The Brawn Drain: Foreign Student-Athletes in American Universities*, livro que caracteriza o recrutamento internacional de atletas pelas universidades norte-americanas. Apesar de abordar a mesma temática que Rooney, Bale desenvolveu uma análise teórica mais consistente, contextualizando os processos migratórios no âmbito dos processos de globalização e das dinâmicas capitalistas internacionais. O autor assinala, em três escalas distintas, as condições reunidas pelos Estados Unidos para a mobilidade dos atletas universitários: a nível global, a existência de um contexto concorrencial que incentiva à competição; a nível nacional, a manutenção de uma ideologia política e social de individualismo e liberdade que incentiva ao triunfo; a nível local, a vitória como um imperativo face à necessidade das universidades publicitarem e justificarem os patrocínios que auferem. Transversal a estas três escalas é a ideologia competitiva, incentivadora da livre iniciativa e valorativa do triunfo, promovendo um *ethos* desportivo que legitima e torna viável o recrutamento

²⁵ Este texto, intitulado *Up from the mines and out from the prairies: Some geographical implications of football in the United States*, é também considerado como o primeiro texto americano de geografia do desporto (Bale e Dejonghe, 2008: 158).

de atletas estrangeiros com perfil vencedor. Segundo Bale, o poder de sedução dos Estados Unidos, juntamente com a sua capacidade remuneratória, as condições para a prática desportiva e o contexto de intensa competição, tornaram o país num destino inevitável dos fluxos migratórios de atletas, frustrando as tentativas, por parte dos países de origem, de manter os seus melhores atletas.

Bale não se limita a uma observação tipicamente geográfica, centrada na descrição espacial das relações sociais. Procura também contextualizar e problematizar as relações a nível social, cultural e político. Esta intenção que é evidente quando o autor aborda a controvérsia relativa ao recrutamento de atletas estrangeiros desde a dupla perspetiva dos locais de origem e destinos. O autor refere-se à forma como os atletas estrangeiros ocupam vagas e posições que seriam naturalmente ocupadas pelos atletas nativos, bem como ao impacto negativo que o recrutamento de atletas estrangeiros, efetuado pelas universidades norte-americanas, tem nos países de onde esses atletas são originários. Bale assume também um olhar prospetivo, afirmando que os movimentos migratórios de atletas talentosos viriam a ser um tema de estudo premente, nomeadamente porque esses movimentos tendiam a intensificar-se com a aproximação entre os blocos geopolíticos de Leste e Ocidente, bem como a suscitar questões relativas ao impacto que essas migrações terão no movimento olímpico e nas competições internacionais.

Os trabalhos de Rooney e Bale, sendo importantes na aproximação da geografia ao fenómeno desportivo, são relevantes pela abordagem pioneira que fazem às migrações desportivas, permitindo identificar este novo fluxo migratório (Ravanel, 1997: 11). O contributo de John Rooney vai mais além das análises de distribuição geográfica do fenómeno desportivo, procurando padrões espaciais que determinem a relação entre o espaço e os fluxos que nele decorrem. John Bale contribui com novas abordagens teóricas do desporto, nomeadamente uma leitura informada pela história, cultura e economia e em que as dinâmicas espaciais de globalização suscitam processos de mobilidade espacial de atletas.

2.4.2. A migração de atletas na arena desportiva global

Em 1994 foi publicado *The Global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*, obra organizada por John Bale e Joseph Maguire, que se veio a

constituir como a referência fundadora dos estudos das migrações de trabalho desportivo. A sua importância reside, numa primeira instância, no facto de reunir o contributo de autores que abordam o fenómeno desportivo a partir de distintas perspectivas disciplinares, observando as migrações em diversas modalidades, em diferentes espaços e escalas geográficas. Num segundo momento, a obra é também importante pela afirmação das migrações desportivas como um segmento das migrações contemporâneas determinado pelas tendências de globalização desportiva (Bale e Maguire, 1994: 5). A sua publicação, bem como a liberalização dos mercados contratuais de atletas na Europa, na sequência da deliberação de 1995 do Tribunal Europeu relativamente ao denominado caso Bosman, proporcionaram as condições necessárias para despertar a atenção da academia e conseqüente proliferar de abordagens aplicadas às migrações de atletas.

Para Bale e Maguire, as migrações de atletas inserem-se na ampla dinâmica de mobilidade social e geográfica da força de trabalho característica das modernas sociedades industriais (*ibidem*: 2). É importante esta afirmação pois assume o desporto como fenómeno social, condicionado e condicionante da realidade em que se encontra inserido e não como fenómeno autónomo e independente do contexto que o produz. O progressivo aumento de agências internacionais, o desenvolvimento de formas de comunicação global, o exacerbar da concorrência económica à escala planetária, bem com o desenvolvimento de formas de direito e cidadania que se uniformizam e normalizam a nível internacional têm conseqüências no desporto, nomeadamente com a criação de organizações desportivas internacionais, a standardização e universalização das regras das várias modalidades, o incremento da competição individual, nacional e internacional, e a criação de mega eventos desportivos globais, sendo que todos estes fatores promovem a mobilidade e circulação migratória de atletas. Nesta perspectiva, as migrações de trabalho desportivo ocorrem na sequência da industrialização e mercadorização do desporto, bem como da constituição de um sistema desportivo global, o qual, por sua vez se encontra inserido no mais abrangente processo de globalização (*ibidem*: 5). Assim, as migrações de trabalho desportivo, ocorrendo em paralelo com outros fluxos, nomeadamente de tecnologia, economia, imagens e ideias, estão intimamente associadas às paisagens globais sugeridas por Appadurai (1990), sendo na categoria *ethnoscape* que a mobilidade de atletas, jogadores, treinadores e

outros profissionais ligados ao desporto adquire mais significado (Bale e Maguire, 1994: 6).

O argumento da globalização, apresentado em *The Global Sports Arena*, serviu para invocar as noções do mundo como um todo, da interdependência, da compressão do espaço e tempo (Giddens: 1992), aplicadas ao mundo do desporto, em particular às migrações de trabalho desportivo. A interpretação de uma “arena desportiva global” tendeu assim a seguir a tendência linear e homogênea do conceito hegemónico de globalização. Os vários estudos de caso apresentados na obra de Bale e Maguire tendem a variar apenas na especificidade de cada caso em apreço, seguindo uma linha argumentativa que remete para uma standardização de processos. Apesar de serem sugeridas diferentes abordagens teóricas sobre as migrações de atletas, que vão desde a modernização ao imperialismo, passando pela teoria da dependência e pelo sistema-mundo de Wallerstein, a ampla sugestão teórica é a de que os processos de globalização determinam os fluxos migratórios.

Em obra posterior, Joseph Maguire *et al.* (2002: 4) reforçam a ideia de arena desportiva global, afirmando que o mundo do desporto é um campo competitivo, marcado por relações de poder, no qual ocorrem lutas dentro e fora do terreno de jogo. Essa competição global manifesta-se em cinco dimensões: migratórias; económicas; tecnológicas; comunicacionais e ideológicas. A migração de pessoas surge, mais uma vez, como uma característica do cenário desportivo global. Sejam atletas, treinadores, *managers*, agentes, preparadores físicos, entre outros, todos circulam nas paisagens globais a par de mercadorias ou *merchandising* desportivo, de aparatos tecnológicos que potenciam desempenhos, de formas de comunicação que difundem as competições e os atletas e de concepções ideológicas liberais que promovem a mobilidade de circulação de pessoas e bens. Ping-Chao Lee e Chien-Yu Lin (2007) identificam estas dimensões no fluxo de jogadores profissionais de basebol que migram para os EUA para jogarem na MLB.

Raffaele Poli (2010: 492), desde uma perspectiva crítica, diz que as abordagens às migrações de trabalho desportivo efetuadas no campo conceptual da globalização reproduzem, ainda que com algumas diferenças, a ideia de interconexão política e económica, do desaparecimento de fronteiras, da existência de um espaço partilhado e de novas relações sociais. São de três tipos as interpretações das migrações desportivas

no âmbito da globalização.²⁶ Em primeiro lugar, os *céticos* afirmam que a globalização não é algo de novo, mas sim uma fase que corresponde à intensificação de processos que se originaram com a difusão do capitalismo. Por isso o intenso processo migratório de desportistas que ocorre desde os anos 80/90 do século XX teve origem ainda no século XIX, não se podendo criar uma rutura nessa continuidade histórica como se anteriormente não houvesse migrações de atletas (Lanfranchi e Taylor, 2001). Em segundo lugar, os *hiperglobalistas* apresentam a globalização como o quadro concetual primordial de entendimento do mundo contemporâneo, em que todas as relações são integradas à escala global, transcendendo os Estados. Este olhar, aplicado à interpretação das migrações de trabalho desportivo remete para a novidade implícita no volume inusitado de atletas que nas últimas décadas compuseram os fluxos, na forma como esta novidade aconteceu em distintas modalidades, afetou diferentes espaços e determinou o perfil das competições, como se de uma inevitabilidade se tratasse. Finalmente, em terceiro lugar, os *transformacionistas*, que consideram a globalização como consequência e não como causa de transformações ocorridas a nível tecnológico, económico, político e cultural, sendo que essas mudanças não convergem para uma integração homogeneizadora das sociedades, mas para novas formas de estratificação das sociedades e para uma nova sociedade mundial. Assim, esta perspetiva transformacionista, aplicada às migrações de atletas, remete para um entendimento de que os espaços desportivos nacionais estão integrados num todo subordinado a uma lógica mundial de competitividade predominantemente económica e financeira, sendo a mobilidade migratória percebida como funcional para um sistema que se metamorfoseou de desporto em empresa.

As migrações de trabalho desportivo ocorrem efetivamente numa *arena desportiva global*, são uma característica pronunciada da cultura global e estão relacionadas com a mercantilização do desporto dentro da economia capitalista mundial (Maguire, 2011: 73).

2.4.3. Migrações no sistema-mundo desportivo

Quase 20 anos passados desde a publicação do *The Global Sports Arena*, constata-se que a produção académica sobre a migração de atletas diversificou as

²⁶ Raffaele Poli segue a classificação de David Held *et al.* (1999).

abordagens conceptuais. Reconhece-se que o aumento dos fluxos internacionais de atletas migrantes não ocorre espontaneamente como consequência natural da globalização. Essas migrações, longe de serem absorvidas por uma globalização sem fronteiras, são fortemente tributárias de relações instauradas entre Estados, relações culturais, históricas e jurídicas que obrigam a uma interpretação relacional entre espaços de origem e de destino (Poli, 2008 e 2010).

À semelhança dos estudos das migrações gerais, a investigação sobre migrações de desportistas passou, nos últimos anos, a assumir como dimensão analítica as desigualdades entre países, realçando mecanismos políticos e económicos de dominação. O facto de muitos trabalhos dedicarem particular atenção aos fluxos migratórios Sul/Norte, com origem em África ou na América Latina e destino na Europa ou América do Norte (Darby, 2000; Darby *et al.*, 2007; Poli, 2004a; Poli, 2008; Poli e Roger, 2011), motivou interpretações de pendor marxista, em que esses fluxos são vistos como formas de exploração do Sul pelo Norte.

Neste âmbito, emergiram interpretações partindo da teoria do sistema-mundo e do desenho conceptual de Immanuel Wallerstein. Na teoria do sistema-mundo, as clivagens entre espaços são estruturantes e os países são distribuídos numa escala que vai do centro à periferia, em função dos poderes, capacidade e recursos que detêm.²⁷ É importante assinalar que o centro e a periferia no desporto não são exatamente coincidentes com o centro e periferia convencionais (Taylor, 2006: 16). Por exemplo, a América do Norte, enquanto centro de poder político e económico, corresponde a uma periferia em termos futebolísticos.²⁸ Por outro lado, países da periferia ou semiperiferia económica constituem-se como potências do futebol mundial, nomeadamente o Brasil e a Argentina, conseguindo rivalizar em termos desportivos com os clubes europeus. Por outro lado, no espaço europeu, as habituais rotas migratórias dos países do Sul em direção ao Norte invertem-se no domínio futebolístico, verificando-se que países como Espanha, Itália, Turquia e até Portugal são mais atrativos do que muitos países nórdicos. Assim, o sistema-mundo desportivo não é uniforme e coerente, havendo variações nos espaços estruturais de poder em conformidade com as modalidades desportivas em apreço. Por exemplo, Ping-Chao Lee e Chien-Yu Lin (2007) identificam os EUA como

²⁷ A este propósito ver o ponto 1.3.4. do capítulo I.

²⁸ Apesar dos EUA serem uma potência do futebol feminino, com dois títulos mundiais ganhos <http://pt.fifa.com/tournaments/archive/tournament=103/awards/index.html> [consulta a 12 de fevereiro de 2012].

espaço central no basebol, sendo a Europa uma área externa, enquanto Jonathan Magee e John Sugden (2002) apontam a Europa como centro do futebol mundial e os EUA surgem como periféricos. No basquetebol os Estados Unidos são o centro, mas no andebol o centro já corresponde aos países europeus. Por isso, consoante o desenvolvimento dos desportos é possível falar em *americanização*, *europização*, *japoneização*, *asianeização* e até *hispanização* e *africanização* (Maguire, 2011: 85).

Jonathan Magee e John Sugden (2002) analisam a migração de futebolistas para Inglaterra, recorrendo ao modelo do sistema-mundo. A Europa ocupa a posição central, correspondendo a semiperiferia à América Central e do Sul, a periferia a África, enquanto a Ásia, América do Norte e Oceânia são áreas externas.²⁹ Esta concetualização baseia-se na origem e difusão do futebol que, ocorrendo na Europa urbanizada e industrializada, se dispersou para a semiperiferia da América Latina, depois para a periferia africana, e posteriormente para áreas exteriores que só mais tarde adotaram a modalidade. O futebol é aqui entendido como veículo de valores, ideologias e modos de vida ocidentais, característicos dos países dominantes do centro, que, ao dispersar-se pelo mundo, contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Os movimentos migratórios de atletas decorrem em sentido inverso, ou seja, devido à industrialização do desporto e das exigências competitivas nos países do centro, os atletas originários dos países periféricos que revelem talento e competências desportivas migram para os países centrais. Também Matthew Taylor (2006: 16) considera que a forma adequada de conceptualizar todos os processos migratórios de atletas é considerá-los como movimentos de trabalho desportivo da periferia para o centro.

Em muitos desportos, a observação das migrações de atletas tem o sentido periferia/centro, ou seja, das zonas mais carenciadas para as mais desenvolvidas. No futebol esses movimentos têm ocorrido da periferia europeia para os países europeus do centro e da América Latina e África para a Europa (Lanfranchi e Taylor, 2001; Taylor, 2006). Carmen Rial (2008: 47), a propósito das migrações de futebolistas brasileiros, diz que mesmo quando o movimento os leva para uma cidade vizinha maior, ou para

²⁹ Os espaços não incorporados na economia capitalista são designados como zonas externas ao sistema-mundo. Contudo, em muitas circunstâncias, essas zonas são incorporadas como periferias, assumindo posições de subordinação no sistema. No futebol, as zonas externas da América do Norte e Ásia foram progressivamente incorporadas com a realização dos Campeonatos do Mundo de Futebol dos Estados Unidos em 1994 e da Coreia/Japão em 2002. A Oceânia continua a ser um espaço externo, contudo, subordinado.

outro Estado, seguem uma orientação no sentido da periferia para o centro. Eduardo Galeano, de forma simples, desenha esse itinerário:

Ao sul do mundo, este é o itinerário do jogador de futebol com boas pernas: da sua aldeia passa para uma cidade do interior; da cidade do interior passa para um pequeno clube da capital do país; na capital, o clube pequeno não tem outro remédio que não seja vendê-lo a um clube grande; o clube grande, asfixiado em dívidas, vende-o a outro clube mais grande de um país maior; e finalmente o jogador coroa a sua carreira na Europa (2006: 19).

As razões para este tipo de ocorrência são relativamente fáceis de identificar e já tinham sido assinaladas pelo modelo *push-pull* quando se confrontavam dois lugares com indicadores de desenvolvimento distintos: do lado dos fatores repulsivos está a fraqueza das economias nacionais de pertença, as crises financeiras, a debilidade das estruturas que organizam o desporto, a precariedade das instalações desportivas; do lado da atração estão os fatores inversos, ou seja, a pujança económica, a estabilidade financeira, a fortaleza das organizações, a qualidade das infraestruturas desportivas, a existência de torneios e campeonatos mais competitivos e mediáticos.

A sistemática orientação migratória de atletas do Sul para o Norte e ainda o facto de a muitos desses atletas ser atribuída a nacionalidade do país de destino (Merêncio, 2013) tem sido interpretada como uma fuga de recursos humanos por parte dos países de origem. À semelhança do que se passou com o conceito de *brain drain*, utilizado nos anos 1960 para expressar a “fuga de cérebros” dos países da Europa, inicialmente para os Estados Unidos e que posteriormente se generalizou para outras origens (a Sul) e destinos (a Norte) (Peixoto, 1999: 17), também se recorreu a conceitos como *brawn drain* (Bale, 1991), *muscle drain* (Andreff, 2009; Connor e Griffin, 2009), *feet drain*, *feet exodus*, *fuga de pés* (Elliot e Weedon, 2010; Rial, 2006) ou *muscle exodus* ou *slave trade* (Hoberman, 2007) para caracterizar o processo migratório de atletas como uma perda. Os conceitos têm sido utilizados consoante a modalidade desportiva, sendo que no futebol se recorre mais ao conceito de *feet drain* ou *fuga de pés* (Rial, 2006: 10). Wladimir Andreff (2009: 10) recorre ao conceito de *muscle drain* por ser mais abrangente, pois o *feet drain* restringe-se ao futebol, não sendo adequado para modalidades como o atletismo, basquetebol, andebol ou boxe, entre outras. Diz o autor que também se poderia utilizar o conceito de *brain drain*, na medida em que o cérebro também é um músculo e os atletas também migram graças ao seu talento.

Esta “fuga” migratória de atletas da periferia para o centro também pode ser interpretada a partir da teoria da dependência (Darby, 2000 e 2006). Este quadro conceptual foi trabalhado por Andre Gunder Frank, cujo argumento principal foi que o sistema capitalista, dominado pelos países industrializados do centro, é o principal motor de subdesenvolvimento dos países periféricos e enquanto este sistema se manter é irrealista ponderar o desenvolvimento do “terceiro mundo”. Para a superação do subdesenvolvimento das periferias será necessária uma rutura com as condições de manutenção da dependência, subvertendo a lógica capitalista. Uma das vantagens em utilizar a teoria da dependência no âmbito dos estudos sobre desporto, é que esta permite perceber a natureza das relações entre o primeiro e o terceiro mundo desportivo a partir de uma perspetiva histórica (Darby, 2000: 49). Olhando em particular para o futebol africano, pode assinalar-se que a posição dominante do futebol dos países europeus criou condições, com a cumplicidade da FIFA, para manter o futebol africano numa situação de dependência. O principal beneficiário da condição dependente do futebol africano é o futebol europeu, que assim consolidou a condição de futebol central no sistema-mundo futebolístico. Essa posição dominante é possível de ser constatada na forma desproporcionada como a Europa é representada nas competições mundiais, bem como na forma quase monopolista como gere a dimensão económica e política do futebol mundial (*ibidem*: 51). Assim, a sistemática desqualificação do futebol africano através da emigração de futebolistas para os clubes europeus exemplifica a forma como funciona o desenvolvimento dependente. A este propósito o autor cita as palavras de ex-presidente da CAF, Issa Hayatou, em 1998:

Após a fuga de cérebros, África é confrontada com o êxodo de músculos. [...] A elite do futebol africano está fora do continente, daí o empobrecimento dos clubes o que tem como efeito o decréscimo de qualidade do jogo e de muitos dos campeonatos nacionais. Clubes prestigiados são regularmente privados dos seus melhores jogadores, e mesmo os juniores não escapam à voragem de recrutamento dos agentes que se aproveitam da venalidade dos dirigentes (*apud* Darby, 2000: 48).

A expropriação de África dos seus jogadores por parte dos clubes europeus para utilização nas competições internas e internacionais é um exemplo claro de como, de forma imperialista e colonial, os países centrais mantêm um sistema de subdesenvolvimento e exploração noutras partes do mundo. Os jogadores das colónias francesas, portuguesas e belgas eram incentivados a migrar para os países colonizadores, para jogarem pela equipa nacional ou integrarem os clubes nacionais,

num claro aproveitamento em benefício próprio das potencialidades desses jogadores (Lanfranchi e Taylor: 2001). Esta situação intensificou-se nos anos 90 com as exigências competitivas do futebol europeu, agora num contexto pós-colonial. Apesar de algumas tentativas de resistência, o processo de exploração não terminou. Antes pelo contrário, reforçou-se com a proliferação de agentes desportivos, com o *scout* de busca de novos talentos e a criação de escolas de formação futebolística patrocinadas por clubes europeus.

Trabalhando também sobre as migrações de atletas das periferias para o centro, em particular os fluxos de futebolistas sul-americanos e africanos para a Europa, Raffaele Poli (2006 e 2008) analisa esses movimentos à luz da teoria das vantagens comparativas. Esta teoria foi desenvolvida essencialmente para explicar as relações comerciais internacionais, afirmando que apesar de os países poderem produzir distintos bens, devem especializar-se naquele que lhe traz mais vantagens, combinando as vantagens comparativas de produzir ao menor custo e de forma mais eficiente um produto de melhor qualidade, daí retirando benefícios quando esse produto é transacionado nos mercados internacionais. Ou seja, os países exportam o que produzem internamente de forma eficiente, importando o que o trabalho interno é ineficiente a produzir, havendo assim um padrão de produção que é determinado pelas vantagens comparativas. Assim, o conceito de vantagens comparativas permite determinar padrões de especialização e eficiência produtiva de determinados bens ou serviços.³⁰ A teoria das vantagens comparativas é aplicada às migrações de trabalho desportivo por Raffaele Poli, quando o autor refere que determinados países são detentores de um conjunto de recursos que lhes permite estabelecer um rácio qualidade/custo que lhes é favorável. Esses recursos são essencialmente a mão de obra barata e um elevado contingente de jovens atletas desejosos de jogarem na Europa (2006: 409).

As estratégias de potenciar as vantagens comparativas contribuem para que, por exemplo, países como o Brasil ou a Nigéria se tenham especializado na produção de futebolistas, que posteriormente exportam para a Europa ou a Ásia, gerando elevados rendimentos (Poli e Besson, 2011: 16). Para os clubes europeus é mais vantajoso não investir na formação, nomeadamente pelos custos e riscos implícitos, e contratar

³⁰ Foi David Ricardo quem, em 1817, formulou a *Teoria das Vantagens Comparativas*, dando como exemplo as vantagens comparativas na produção de tecidos e vinhos entre Inglaterra e Portugal.

jogadores que, apesar de jovens, já apresentam indicadores de bom desempenho desportivo e com os quais é possível especular no mercado internacional de transferências. Esta estratégia de recrutamento por parte dos clubes europeus é mantida por uma densa rede de agentes de jogadores, investidores, clubes e treinadores que laboram numa vasta escala geográfica.

Da periferia para o centro os jogadores adquirem valor no seu movimento migratório (Poli, 2007:10). Assim, a análise dos processos migratórios dos futebolistas africanos identifica um trajeto inicial, que leva os jogadores dos clubes dos seus países de origem para clubes europeus de pequena ou média dimensão. Posteriormente, em função do desempenho dos atletas, estes poderão ser transferidos para clubes maiores, e assim sucessivamente. Neste contexto identificam-se três espaços: os *espaços plataforma*, que definem os países aos quais os jogadores chegam num primeiro momento; os *espaços trampolim*, correspondentes aos países pelos quais os jogadores passam para aceder aos campeonatos melhor remunerados; e os *espaços de resultados*, correspondentes aos países onde são oferecidas as melhores condições salariais (*ibidem*: 10). Estes distintos espaços são postos em contacto por uma multitude de intermediários que se valem do seu capital relacional para fazer circular os jogadores.

Apesar das abordagens efetuadas no âmbito da teoria do sistema-mundo e das aproximações neoclássicas às escolhas dos atletas enquanto migrantes, é preciso ter em consideração que cada fluxo migratório tem especificidades que estão para além de determinações macroeconómicas e das leis de procura e oferta do mercado (Meyer, 2001: 96). A ênfase colocada na questão económica pode encobrir outras dimensões e expressões do processo global de circulação de atletas (Maguire, 2004: 478).

As relações que decorrem entre centro e periferia não podem ser interpretadas de forma estática, subordinadas exclusivamente à existência diferenciada de recursos, devendo-se privilegiar uma abordagem relacional entre protagonistas que atuam em função de variáveis históricas, políticas e culturais (Poli, 2010). Assim, de forma geral, os jogadores naturais de países onde os clubes não são financeiramente bem dotados, emigram para clubes europeus mais ricos, sendo esse processo migratório, contudo, seletivo em função de aspetos relacionais.

Quando se observam os contingentes migratórios de futebolistas na Europa, é possível perceber, através da sobrerrepresentação de jogadores de determinadas

proveniências, o caráter relacional e seletivo do processo migratório de atletas. Assim, os clubes ingleses, quando recrutam jogadores estrangeiros, fazem-no predominantemente nos outros espaços nacionais do Reino Unido, nomeadamente na Irlanda do Norte, Escócia e Gales, privilegiando também os países vizinhos do norte da Europa e ainda países com os quais têm particular afinidade, como os Estados Unidos ou a Austrália. Os clubes alemães quando contratam jogadores estrangeiros fazem-no predominantemente junto dos seus vizinhos da Europa de Leste. A França privilegia fundamentalmente jogadores de origem africana, em particular das suas ex-colónias. Os clubes espanhóis e italianos têm como jogadores estrangeiros futebolistas provenientes predominantemente da América Latina, em particular argentinos e uruguaios (Poli, 2010; Poli e Besson, 2011). Por sua vez, os clubes portugueses privilegiam a contratação de jogadores brasileiros (Nolasco, 2010). Estas preferências não anulam a tendência cosmopolita da constituição dos plantéis, contudo, revelam a existência e manutenção de vínculos históricos e culturais que determinam os fluxos migratórios de trabalho desportivo (Maguire e Stead, 1998).

Esta preferência ou seletividade migratória pode ser interpretada como uma das características da *colonialidade global*. Segundo Ramón Grosfoguel, a *colonialidade* é uma forma colonial contemporânea em que, apesar da ausência de administração colonial, há uma continuidade nas práticas coloniais de relacionamento:

Embora as administrações coloniais tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias *versus* não-europeias, continuam arreigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial (*ibidem*: 126).

As análises aos processos migratórios de atletas que estabeleçam uma relação de força entre o centro e a periferia, em que os países centrais dominam e controlam os fluxos através de múltiplos agentes e processos, remete para esta relação colonial sofisticada. Apesar da ausência de uma administração colonial, verifica-se o exercício de poder por parte das instituições que administram globalmente o desporto, que tolera ou promove o *deskilling* das semiperiferias e periferias nos termos e condições determinadas pelos países centrais. Os mais talentosos, qualificados e competentes trabalhadores, nos quais as periferias e semiperiferias investiram tempo e recursos na sua formação, são atraídos para o centro, cuja riqueza deriva precisamente do controlo

sobre o trabalho atlético no sistema de produção de desporto e lazer (Maguire, 1999: 19; Maguire & Pearton, 2000; Magee e Sugden, 2002; Connor e Griffin, 2009).

2.5. Migrações de futebolistas

O futebol constitui a modalidade mais referida no âmbito das investigações sobre migrações de trabalho desportivo. É o exemplo mais usado para ilustrar fluxos, tendências, dinâmicas. Tal situação não é de estranhar, tendo em consideração a importância e a visibilidade que o futebol tem no universo desportivo.

Num contexto de intensa competição, o universo do futebol busca incessantemente jogadores com características físicas, capacidades competitivas, competências técnicas e espírito vencedor que materializem em vitórias as aspirações de adeptos, clubes e patrocinadores. Inicialmente esses jogadores são procurados no espaço nacional; contudo, quando não são aí encontrados ou a relação de procura e oferta sugere outros mercados, os jogadores são procurados no estrangeiro. Assim, tal como noutras áreas da atividade económica, onde se verifica uma elevada mobilidade internacional de trabalhadores, também o futebol é alimentado por uma intensa migração internacional de jogadores. Para ilustrar esta realidade podemos dar o exemplo, ocorrido em 2008, do jogo entre dois clubes históricos e representantes de países com longa tradição futebolística: o inglês Liverpool e o italiano Inter de Milão.³¹ Na equipa inicial do Liverpool apenas dois dos onze jogadores eram ingleses, sendo que os restantes eram dois brasileiros; dois espanhóis; dois holandeses, um finlandês; um argentino e um irlandês. No banco de suplentes estavam ainda um norueguês, um israelita, um espanhol, um francês e dois ingleses. Por parte do Inter de Milão, apenas um jogador era italiano, sendo a restante equipa constituída por três brasileiros, três argentinos, um colombiano, um romeno, um sérvio e um sueco. No banco de suplentes constavam dois portugueses, dois argentinos, um hondurenho, um francês e apenas um jogador italiano. A metamorfose do futebol traduziu-se assim em equipas inglesas sem ingleses e italianas sem italianos. “A migração de uma elite laboral é agora uma característica da ‘aldeia global’ desportiva” (Maguire e Pearton, 2000: 175), sendo que

³¹ Jogo realizado a 19 de fevereiro de 2008, correspondente à primeira mão dos oitavos de final da UEFA Champions League.

nas ligas europeias “os jogadores estrangeiros tornaram-se um elemento natural das paisagens futebolísticas” (Ben-Porat, 2002: 54).³²

Desde os anos 1990, o fluxo migratório de futebolistas intensificou-se à escala global. Para essa situação contribuíram vários fatores. Primeiro, a formalização por parte da FIFA do estatuto de agente de jogador, que ao representar os interesses do futebolista junto dos clubes, se torna um promotor da sua mobilidade e facilitador do processo migratório (Lanfranchi e Taylor, 2001: 5). Segundo, a resolução, em 1995, do caso Bosman, que terminou com as limitações de futebolistas comunitários no espaço da União Europeia e colocou termo às indemnizações de desvinculação sempre que um jogador em final de contrato mudava de clube (Maguire e Stead, 1998: 61). Esta circunstância também se verificou no Brasil com a Lei Pelé (Ruggi, 2009), libertando os jogadores para negociarem os seus próprios processos de transferências. Terceiro, a reorganização das competições futebolísticas na Europa, nomeadamente com o novo modelo da *Champions League*, que gerando receitas milionárias, aumentou as exigências competitivas e a consequente contratação de jogadores estrangeiros. O rápido crescimento dos ganhos financeiros advindos de patrocínios, publicidade, *merchandising* e transmissões televisivas de jogos, converteu o futebol num negócio que necessita de ser sistematicamente alimentado por novos futebolistas (Magee e Sugden, 2002: 421-422).

Como foi referido, a interpretação dos processos migratórios dos futebolistas foi feita inicialmente a partir da abordagem da globalização. Inspirados nos argumentos de John Bale e Joseph Maguire (1994), considerou-se que as migrações de futebolistas decorriam numa arena desportiva global, em que a transcendência das dinâmicas da globalização, que convertiam o mundo num todo, empurravam os jogadores para processos migratórios. Trabalhos posteriores, nomeadamente de Magee e Sugden (2002), Paul Darby (2000), Matthew Taylor (2006), Raffaele Poli (2008, 2010), Yoshio e John Horne (2004), Carmen Rial (2008), Lenita Ruggi (2009) e o próprio Joseph Maguire (2008, 2011), entre outros, assumem uma posição crítica contextualizando as migrações internacionais de futebolistas num sistema-mundo, em que os fluxos migratórios têm origem nas periferias ou semiperiferias e fluem para o centro, em particular para as ligas mais competitivas e ricas da Europa. Segundo Maguire e Pearton

³² Segundo um estudo demográfico do futebol europeu, na época 2010/2011, todas as 36 ligas em análise tinham jogadores migrantes, variando o seu volume entre os 72,3% na liga cipriota e os 11,5% na liga sérvia (Poli *et al.*, 2011).

(2000: 184), era na Europa que se encontrava a maior parte dos futebolistas emigrantes selecionados pelas respetivas equipas nacionais para participar na fase final do Campeonato do Mundo de Futebol de 1998. Esta situação confirma a Europa como o centro do sistema-mundo futebolístico. Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália, as *big five* ligas europeias, são as ligas mais mediáticas, mais ricas, mais competitivas, o destino desejado de todos os futebolistas, inclusive dos europeus (Cornelissen e Solberg, 2007: 296).

Estes movimentos das periferias para o centro podem ser encarados como resultado de relações de poder e lógicas de mercado. Darby (2000, 2011) invoca a situação de dominação e dependência suscitada pelas instâncias que controlam o futebol mundial, que não permitem o desenvolvimento das periferias, nomeadamente a africana, tornando-a uma reserva de mão de obra futebolística que é explorada a baixos custos pelo futebol europeu. Por outro lado, Raffaele Poli entende que as migrações de futebolistas a partir de África e América Latina resultam de uma estratégia, para retirar vantagem de um conjunto de circunstâncias, conhecimentos e recursos humanos, formando futebolistas que são posteriormente “exportados”. Esta vantagem também pode ser interpretada como uma mais-valia por parte da Europa, pois esses jogadores aproveitam quase exclusivamente aos clubes europeus. Estas situações refletem um processo de *deskilling*, em que os clubes dos países centrais exploram as semiperiferias menos evoluídas e as periferias subdesenvolvidas, as quais investiram tempo e recursos na produção de talento futebolístico que depois terão dificuldade em rentabilizar em proveito próprio (Darby, 2000, 2011; Darby *et al.* 2007; Dimeo e Ribeiro, 2009; Maguire 2004). Segundo Oliveira *et al.* (2007: 2), “constata-se que esses jogadores são exportados cada dia mais novos, circulando muitas vezes por diversos países, favorecendo a aquisição de outras nacionalidades”.

Apesar da dimensão económica ser dos aspetos mais relevantes na determinação dos processos migratórios dos jogadores, é importante ter em consideração que há outras dimensões cruciais que não podem ser menosprezadas, como a política, história, geografia e cultura (Maguire e Pearton, 2000: 188). Apesar da diversificação das rotas migratórias de futebolistas, através da integração de novos espaços no mercado internacional de transferências, as velhas afinidades resultantes de relações coloniais revelam-se como muito importantes na determinação dos modelos migratórios de determinados países. “As antigas potências coloniais, como França, Portugal e Espanha,

continuam amplamente a beneficiar do reservatório de talento dos países que foram suas antigas colónias (Costa do Marfim, Camarões, Senegal, Mali, Brasil, Argentina e Uruguai)” (*ibidem*). Não é por acaso que Portugal é o maior importador de jogadores brasileiros, facto que não se deve apenas à existência de uma língua comum ou a aspetos culturais, mas também à continuidade do ciclo colonial (Ruggi, 2009: 44).

As experiências migratórias dos futebolistas são diversas. Lanfranchi e Taylor (2001) e Magge e Sugden (2002) apresentam uma tipologia sobre as razões das migrações e as experiências que lhe estão associadas. As situações são diversas, podendo variar entre os futebolistas *mercenários* que emigram exclusivamente por questões financeiras, e os futebolistas *ambiciosos* que emigram para destinos onde o futebol é mais sofisticado e competitivo com a intenção de vencerem troféus. Em muitos dos casos os futebolistas podem ser associados a mais de uma categoria, nomeadamente porque, como sugerem Maguire e Pearton (2002) as razões para emigrar resultam de uma combinação de fatores.

Aparentemente simples, as migrações, para alguns jogadores, podem ser agradáveis e resultar em experiências positivas. Contudo, em muitas situações, os futebolistas confrontam-se com problemas resultantes da precária integração em contextos sociais e culturais distintos (Magge e Sugden, 2002; Dimeo e Ribeiro, 2009; Elliot e Weedon, 2010). A língua, a religião, a alimentação, para além das questões étnicas, são, algumas vezes, fatores de inadaptação no país de destino. Por outro lado, a sua condição de imigrantes e estrangeiros num segmento de mercado fortemente concorrencial e em grupos de trabalho reduzidos e muitos competitivos pode suscitar formas de discriminação que condicionam o desempenho desportivo.

Enquanto fenómeno social total, com abrangência global, o futebol constitui-se como uma das entidades privilegiada para discutir as dinâmicas sociais contemporâneas. Por exemplo, a vitória da seleção francesa no campeonato do mundo de 1998, com base numa equipa multiétnica, serviu para questionar os processos migratórios e as políticas de integração da sociedade francesa. A naturalização seletiva de jogadores imigrantes para efeitos de representação de seleções nacionais suscita ainda discussões sobre a questão da identidade nacional. Os processos de recrutamento de atletas africanos, seja no atletismo ou no futebol, suscita, para além disso, o eterno problema da exploração do Sul pelo Norte.

Em todas as situações assinaladas sobre a migração de futebolistas está em causa o movimento de recursos humanos altamente qualificados. Os futebolistas, em particular aqueles que se inserem em competições profissionais, são trabalhadores altamente qualificados (Elliot e Maguire: 2008: 483), com uma intensa formação especializada, na qual desenvolveram habilidades específicas. À semelhança de outros setores de atividade, no futebol há uma intensa competição internacional pela apropriação destes jogadores altamente qualificados. Entre a procura e a oferta, estabelece-se um equilíbrio de mercado que se traduz nos valores das transferências. Os clubes mais poderosos, com maior capacidade financeira, conseguem formar equipas constituídas pela elite do futebol mundial, perpetuando a sua condição de campeões, não apenas ao nível desportivo, mas também económico. Os jogadores veem-se assim enredados em estratégias de poder e lógicas de mercado, transacionados entre fronteiras como se de mercadorias se tratassem, ocultando-se a condição de migrante na condição de estrangeiro.

CAPÍTULO III

FUTEBOL, UM JOGO DE PONTAPÉS SOCIALMENTE EMOCIONADOS

3.1. O jogo das sociedades modernas

Pontapear algo que se encontra no caminho, ainda que seja uma pedra, é dos gestos mais naturais da humanidade (García Candau, 1996: 17). Quando o objeto pontapeado é uma bola, detentora de enorme simbolismo cósmico¹ (Thomas *et al.*, 1991: 4), o pontapé adquire um sentido cultural que transcende o reflexivo gesto biomecânico. O que melhor caracteriza o futebol é, assim, o gesto de pontapear uma bola, sentido expresso pelo termo inglês *football*.² A combinação do pé que pontapeia com o objeto pontapeado remete para jogos ancestrais comuns a muitas civilizações: *tsu chu*, na China; *kemari*, no Japão; *episkyros*, na Grécia; *harpastum*, no império romano; *tlachtli*, na América pré-hispânica, *soule*, em França; *hurling at goal* e *hurling in the country*, na Inglaterra; *gioco del calcio*, em Itália; *hormusse*, na Suíça; *lapta*, na Rússia; e *kalagut*, entre os esquimós (Thomas *et al.*, 1991: 6; Elias e Dunning, 1992: 257; Murad, 1996: 84; Lanfranchi e Taylor, 2001: 16; Goldblatt, 2008).

O futebol dos tempos modernos surgiu a 26 de outubro de 1863. Nesse dia, na Freemasons Tavern, em Londres, representantes de clubes ingleses iniciaram uma série

¹ Segundo a conceção clássica, a circunferência da bola seria a forma geométrica perfeita, enunciando a ética da igualdade de oportunidades pela característica de equidistância, na medida em que todos os pontos se encontram à mesma distância do centro (Murad, 1996: 91).

² A palavra inglesa *football* é a que melhor exprime a forma como o jogo acontece. Outro termo utilizado é a palavra inglesa *soccer*, que mais não é do que a segunda sílaba da palavra *association* acompanhada do prefixo "er". A *association* é a forma simplificada de designar a *Football Association*, a primeira entidade oficial a organizar competições futebolísticas em Inglaterra, rapidamente alcunhada de *assoccer*. Mais tarde, *assoccer* foi simplificado para *soccer*, tendo passado a ser esta a forma de referir a *Football Association* e, deste modo, estabelecer a distinção com a *Association Football*, a entidade que pela mesma altura organizava a outra variante do futebol, o *rugby*, ou *rugger*, como também foi alcunhado (Elias e Dunning, 1992: 190). Na atualidade, a palavra *soccer* é utilizada em países onde o futebol convive com outras modalidades derivadas, não sendo a modalidade mais popular. Por exemplo, nos Estados Unidos e Canadá, aquilo que é denominado por *football* é uma variante do futebol europeu e do *râguebi*, enquanto que o futebol jogado segundo as regras da FIFA é denominado por *soccer*. A designação que a FIFA e o COI fazem deste desporto é *football*, sendo essa também a designação estabelecida nesta tese, salvaguardando a tradução para português.

de reuniões que culminariam com o estabelecimento das regras pelas quais o futebol viria a ser jogado. Esse momento significou um cisma entre os que achavam que o jogo devia ser disputado exclusivamente com os pés e os que defendiam a utilização tanto dos pés como das mãos. Se os primeiros se juntaram na *Football Association*, os segundos fundaram a *Rugby Union*, dando origem, respetivamente, ao futebol e ao rãguebi tal como hoje são conhecidos. A questão da regulamentação na utilização exclusiva dos pés ou também das mãos, parecendo um narcisismo, teve enorme importância na afirmação do futebol, pois quando se normalizam as suas regras, o jogo passou a ser disputado de forma uniforme em todos os locais, permitindo a sua globalização (Hödl, 2006).

Ao longo de 150 anos o futebol passou por uma enorme metamorfose (Proni, 2000). Tornou-se um jogo mais sofisticado, com elevados índices de preparação física e psicológica dos seus jogadores, associado a uma metodologia técnica e tática (Trifari e Miers, 1994: 28). Os jogadores e equipas converteram-se em símbolos de identidades coletivas, sujeitos a uma pressão crescente no sentido da obtenção do sucesso (Wong e Trumper, 2002). O jogo converteu-se num argumento político, disputado e instrumentalizado para legitimar ações, posições e contestações de poderes. Transformou-se também numa atividade económica, visando, para além das vitórias desportivas, o lucro financeiro (Murphy *et al*, 1994: 10; Horne e Manzenreiter, 2010; 3).

Apesar da enorme racionalização técnica e tática do jogo e dos interesses materiais que lhe estão associados, a irracionalidade das paixões e das emoções está intensamente presente na forma como o futebol acontece (Mignon, 1998). Arthur Hopcraft, jornalista desportivo, dizia em 1968 que "o que acontece nos campos de futebol é importante, importância esta que não é do género das questões relacionadas com a subsistência, mas sim com aquilo que a poesia faz a certas pessoas e o álcool a outras, mexe com a nossa personalidade" (2006: 1). Bill Shankly, futebolista escocês e lendário treinador do Liverpool entre 1959 e 1974, afirmava que "o futebol não é uma questão de vida ou de morte. É muito mais importante que isso".³ Albert Camus, prémio Nobel da literatura em 1957, e que na sua juventude fora futebolista, dizia que "depois de muitos anos durante os quais vi muita coisa, o que eu sei com toda a certeza sobre a

³ Frase proferida durante uma entrevista, quando comentava a relação entre os adeptos do Liverpool e do Everton. Cf. "Own words", em <http://www.shankly.com/article/2517> [consulta a 6 de novembro de 2012].

moralidade e as obrigações do homem, devo-o ao futebol”.⁴ O também prémio Nobel da literatura em 2010, Mário Vargas Llosa (2004), escreveu:

o futebol não é uma operação matemática de resultados previsíveis, mas um encontro de seres vivos que jogam mais para divertir-se e gozar do que para um salário ou uma taça. Essas tardes, em que é o coração que mete golos e não os pés, recordam-se depois como uma dessas experiências que nos reconciliam a nós adeptos, pobre diabos, com a vida.

Os apreciadores do futebol remetem, assim, para uma certa transcendência do gesto desportivo e que radica na expressão ética, estética e política do próprio jogo. Há ainda os que não veem no futebol qualquer significado a não ser o do desperdício de energia que resulta do esforço físico, da alienação do público, da mercadorização dos jogadores, da adulteração desportiva pelo doping. Não deixando ninguém indiferente, o futebol, de um jogo popular praticado por estudantes e operários britânicos em meados do século XIX, converteu-se num fenómeno universal, capaz de suscitar paixões planetárias.

3.1.1. A espessura social do futebol

O presidente da FIFA, Joseph Blatter, a propósito da disseminação do futebol pelo mundo, afirmava: “o futebol é imensamente popular porque é um jogo simples. Consiste em dar pontapés numa bola e introduzi-la entre dois postes. Por isso é universal” (FIFA, 2007). Essa simplicidade traduz-se, portanto, na existência de dois grupos de indivíduos que disputam uma bola com o intuito de a introduzir na baliza adversária, estando patente na espontaneidade com que o jogo decorre nas ruas de qualquer cidade ou nos estádios formalmente reconhecidos pelas instâncias que regulam o futebol.⁵ Mas a realidade também tem vindo a revelar um futebol que se constitui como um fenómeno complexo, condensando uma multiplicidade de dimensões que importa analisar e compreender.

No cenário futebolístico cantam-se hinos e exibem-se bandeiras em rituais nacionalistas, indivíduos gritam na eufórica soberba do golo ou deprimem face à derrota, discutem-se méritos e deméritos das equipas como se de uma questão de vida

⁴ Albert Camus fez esta afirmação durante uma entrevista realizada nos anos 50 a propósito da sua experiência como guarda-redes no Racing Universitaire da Argélia. Cf. <http://www.camus-society.com/camus-football.html> [consultado a 6 de novembro de 2012].

⁵ A este propósito, ver Yapp (2000), Kuper (2005) e Biss e Rushin (2006).

ou morte se tratasse. Tendo observado estes cenários em Turim, Nápoles, Marselha, Lens e Teerão, Christian Bromberger (1998) considera o futebol uma metáfora da vida e, por isso, designa-o como a mais séria bagatela do mundo.⁶ A transcendência do futebol sintetiza-se num momento:

De todos os acontecimentos da história humana, aquele que atraiu maior audiência não foi um grande momento político nem a celebração especial de um feito extraordinário nas artes ou nas ciências, mas um simples jogo de bola – um desafio de futebol. Num dia de Junho de 1978, mais de mil milhões de pessoas viram a final da Taça do Mundo entre a Argentina e a Holanda. Quer isto dizer que qualquer coisa como um quarto da população mundial interrompeu o que estava a fazer e centrou a sua atenção num pequeno retângulo de relva na América do Sul, onde vinte e duas figuras, envergando roupas vistosas, passaram noventa minutos a pontapear uma bola, num delírio de esforço e concentração (Morris, 1981: 7).

O significado social do futebol é como que uma recreação de práticas ancestrais (*ibidem*: 8). Como se de uma atividade tribal se tratasse, cada clube equipara-se a uma pequena tribo, com territórios, chefes, feiticeiros, heróis e rituais, entoados cânticos guerreiros a cada jogo, exibindo vistosas indumentárias, manifestando-se superstições primitivas e perpetuando-se misteriosos costumes. Com variações de intensidade, o futebol jogado em Inglaterra ou nos Camarões, no Brasil ou no Japão, apresenta em comum várias facetas que lhe permitem ser perspetivado como algo mais do que um simples jogo. Essas facetas do futebol são as seguintes: a) uma caçada ritual, preenchendo o vazio deixado pelo declínio da mais antiga atividade do homem, em que a arma se torna a bola e a presa a baliza; b) uma batalha estilizada, com elementos guerreiros que libertam pulsações agressivas ainda que socialmente permitidas; c) uma exibição da posição social, em que as várias divisões futebolísticas são como que uma paródia ao sistema de classes sociais e em que uma vitória no estádio equivale a uma vitória social; d) uma cerimónia religiosa, onde os jogos substituíram as festividades religiosas, sendo a ida aos estádios o equivalente da ida às igrejas; e) uma droga social, como que um escape das tensões que poderiam ser canalizadas para contextos políticos; f) uma representação teatral, um entretenimento de massas, que possui grandes estrelas, atuações virtuosas e grandes galas, em suma, um grande espetáculo; g) um negócio,

⁶ De tal forma séria que em 1969 suscitou uma guerra entre as Honduras e El Salvador. “A Guerra do Futebol”, como ficou conhecida, teve origem em causas profundas, em concreto na relação conflituosa resultante da expulsão de imigrantes salvadorenhos das Honduras. A situação agudizou-se com a realização de três jogos entre os dois países, na qualificação para o Campeonato do Mundo de Futebol de 1970. O futebol serviu como justificação para a exaltação de nacionalismos e a exacerbação da violência, tendo na altura sido assassinados mais de dois milhares de pessoas. Na sequência, os dois países entraram em confrontos militares junto à fronteira, numa guerra que durou quatro dias.

uma atividade económica onde se procura o lucro a todo o custo, quer através de venda de publicidade, quer da transmissão de jogos e da aquisição e venda de jogadores, em que estes são vistos como mercenários, jogando por quem lhes paga mais. É a conjugação destas sete facetas que patenteia a glória da tribo do futebol, não podendo por isso ser vistas independentemente, pois só fazem sentido quando interrelacionadas umas com as outras (*ibidem*: 15 e ss.).

O futebol tem a capacidade de simbolizar as características salientes da sociedade industrial, da qual, aliás, é produto (Bromberger *et al.*, 1987: 174; Bromberger, 1995: 5). Entre essas características encontram-se a divisão de tarefas e o trabalho de equipa que envolve todos os jogadores, a igualdade teórica de possibilidades de vitória, a competição constante para se vencer, os castigos ou as recompensas correspondentes aos desempenhos competitivos, o status incerto inerente a quem ganha e a quem perde e a exaltação do mérito. Condensado no *ethos* do mundo industrial, o futebol oferece um espaço extraordinariamente variado de possibilidades de identificação, nomeadamente a equipa enquanto coletivo de jogadores que determinam uma identidade e destino comuns e o jogo como um ritual de envolvência.

Tomando como objeto de estudo duas cidades, Marselha e Turim, e os respetivos clubes de futebol, o Olympique e a Juventus, Bromberger *et al.* (1987: 14 ss.) mostra como se processam as variações etnológicas de identificação dos clubes com o contexto que os rodeia. O Olympique dá a imagem exuberante e movimentada da cidade de Marselha, baseando a sua filosofia de jogo na divisa dos três “R’s” – *rêve*, *risque* e *rire* –, suscitando um futebol arrebatado no qual se privilegia o espetáculo. O estilo da Juventus não se identifica com a cidade de Turim, mas sim com a empresa que o fundou e financia o clube, a Fiat. Já o modelo de jogo da Juventus reproduz a estratégia empresarial da família Agnelli, que presidiu em simultâneo aos destinos da empresa e do clube, fundando-se na filosofia dos três “S’s” – *simplicità*, *serità* e *sobrietà* –, o que reflete um rigor em que mais importante que o espetáculo é a vitória.

A íntima relação entre o futebol e a sociedade que o pratica foi particularmente analisada no Brasil, país popularmente conhecido como a “pátria das chuteiras”.⁷

⁷ Expressão que resulta dos textos onde o cronista brasileiro Nelson Rodrigues caracteriza a seleção nacional. Numa crónica de 2 de junho de 1976, intitulada “A pátria em Chuteiras”, Nelson Rodrigues escrevia: “Amigos, a vitória de anteontem justifica uma meditação sobre o escrete. Pergunto: Para nós, o que é o escrete? Digamos: É a pátria em calções e chuteiras, a dar rútilas botinadas, em todas as direções. O escrete representa os nossos defeitos e nossas virtudes” (*apud* Souza, 2008: 17).

Gilberto Freyre (1938) afirmou mesmo a existência de um jeito brasileiro de jogar futebol, caracterizado pela espontaneidade, improviso e arte gingada, como que uma dança, que contrastava com a expressão rígida, previsível e padronizada do futebol europeu. Essa expressividade era conseguida através da miscigenação racial das equipas de futebol, resultando daí a noção da “democracia racial brasileira”, uma tradição inventada e sustentada pelo futebol, cujo papel é inegável na construção de uma subjetividade coletiva da nação (Maranhão, 2006: 442). Também Roberto DaMatta (1994:16) recorre ao futebol para retratar a sociedade brasileira, afirmando-o como um ritual de dramatização do social através do qual o Brasil narra a sua existência.

São diversas as expressões sociais do ritual futebolístico no Brasil: forma de integração social numa sociedade profundamente assimétrica, contribuindo para um sentimento de unicidade nacional; elemento que proporciona ao povo pobre e despossado a sensação de vitória e de sucesso; transmitir uma experiência de justiça e de igualdade em que, através de regras simples e que valem para todos os jogadores e equipas, se reproduz a ideia meritocrática do sucesso. “É precisamente por ter essa capacidade de juntar o formal com o informal, as leis com a realidade que, no Brasil – e, de resto, em todo o chamado Terceiro Mundo –, o futebol se transformou num campo imbatível de todo o tipo de emoções” (*ibidem*: 17).

Há algo na estrutura do futebol que lhe confere uma grande atração no mundo moderno e que é relativamente independente do nível de desenvolvimento dos países e das suas condições sociais e políticas. Essa atração resulta da conjugação de um amplo leque de características: a possibilidade do futebol ser praticado em qualquer situação desde que haja uma bola; ser um desporto barato e acessível; poder ser praticado de forma informal por mais ou menos jogadores; ajustar-se a vários tipos de terrenos, desde a rua empedrada ao campo relvado; haver permanência das regras básicas do futebol desde 1863; existir um estreito equilíbrio das regras entre rigidez e elasticidade, ou seja, entre regras que determinam o que é e não é permitido no jogo e regras que proporcionam um campo fértil para as inovações técnicas e táticas; a evolução das regras ter-se processado em redor dum delicado equilíbrio entre polaridades interdependentes como força/técnica, jogo de equipa/jogo individual e emoção/razão; e, por fim, o modo como as competições são organizadas, de forma a potenciar competitividade e rivalidade (Murphy *et al.*, 1994: 8).

Por muitos aspetos ou particularismos que se atribuem ao futebol, nenhum será exclusivo desta modalidade. O processo civilizacional que permitiu a emergência do futebol permitiu igualmente o aparecimento do desporto enquanto actividade humana, num processo de emancipação a dadas condições sociais e adaptação a um novo contexto sociocultural (Elias e Dunning, 1992). Então, se muitas das características que se identificam no futebol são comuns a outras modalidades, o que faz com que o futebol seja o mais popular dos desportos em vastas zonas do mundo?

Segundo Patrick Murphy *et al.* (1994: 8), a especificidade do futebol está na forma global como abrange e mistura todas as características inerentes ao desporto, enquanto outras modalidades só parcialmente o conseguem. O resultado desse arranjo global consiste numa constante tensão-excitação que permite ao espetador viver de forma controlada e socialmente aceitável, durante um curto período de tempo, todo um conjunto de sentimentos poderosos, ao mesmo tempo que se constitui como o cenário privilegiado onde se representam as ilusões e frustrações da contemporaneidade.

3.1.2. Um olhar desde as Ciências Sociais

Afirmar a importância do futebol nas sociedades contemporâneas é um truísmo repetido à exaustão, aceitando-se com excessiva facilidade o seu carácter óbvio (Bourdieu, 2003: 182). Contudo, pelas emoções, poder e simbolismo que contém, o futebol é um fenómeno social complexo e contraditório, determinado e determinante das sociedades onde é jogado. Não sendo um fenómeno consensual, a compreensão plena da sua expressividade social sugere que seja perspectivado desde distintos campos teóricos (García Ferrando, e Lagardero Otero, 1998: 32).

Enquanto fenómeno social e historicamente produzido, o futebol, na sua metamorfose de jogo em desporto, acompanhou o devir civilizacional tal como foi descrito por Norbert Elias. Desde tempos imemoriais, os antigos jogos, antepassados do moderno futebol, foram disputados em conformidade com modos de violência individual e coletiva, encerrando em si todas as contingências que se podem atribuir aos jogos com bola. Eram jogos informais, espontâneos, turbulentos, sem organização, jogados de muitas formas consoante as circunstâncias (García Candau, 1996: 17). A passagem destes jogos pré-modernos para o desporto contemporâneo não é marcada por uma rutura, ou por factos cronológicos específicos, mas sim por um progressivo

processo de desportivização (Elias e Dunning, 1992). O conceito de *desportivização* é aqui utilizado em paralelo com o de *processo civilizacional*, para afirmar que do mesmo modo que a sociedade abdicou da violência física na resolução dos seus diferendos políticos, também essa sensibilidade se refletiu nas práticas lúdicas do quotidiano, cada vez mais regulamentadas para evitar práticas violentas de jogo. É dessa forma que se justifica a transição de antigos jogos medievais, como o *hurling at goal* e *hurling in the country*, para o futebol contemporâneo (*ibidem*: 59 e 265).

A emergência do futebol pode, pois, ser vista como uma manifestação da grande transformação das sociedades tradicionais para as modernas sociedades industriais (Jarvie e Maguire, 1994: 12). Pode até ver-se nesta transformação o mesmo processo evolutivo que Durkheim viu na passagem das sociedades de *solidariedade mecânica* para as sociedades de *solidariedade orgânica* (Aron, 1987: 297). Sendo as primeiras essencialmente agrícolas, sem qualquer divisão do trabalho social e onde a ordem se baseava na tradição e religiosidade, as segundas são predominantemente industriais, altamente diferenciadas em termos de trabalho social e a ordem mantida por um aparelho estatal burocratizado e coercivo. Do mesmo modo, os antigos jogos populares, localizados, desorganizados, sem regras escritas nem qualquer entidade organizadora, intimamente associados às festividades religiosas e aos calendários agrícolas, deram progressivamente lugar ao futebol enquanto jogo organizado, estruturado, regulado, especializado, codificado e burocratizado, em sintonia com o contexto socioeconómico do processo industrial. Assim, o futebol surgido em Inglaterra no século XIX é distinto de todas as formas anteriores de jogo, traduz uma nova prática corporal, disciplinada e racionalizada, que ocorre num contexto inusitado de tempo livre proporcionado pela industrialização e urbanização, sendo por isso uma inovação peculiar (Mascarenhas, 2000).

A peculiaridade do futebol, enquanto desporto moderno, não é marcada pela oposição às práticas lúdicas tradicionais, mas pela afirmação de um conjunto específico de características: a secularização das práticas; a igualdade na possibilidade de participação; a burocratização na administração e organização das práticas; a especialização no sentido da diferenciação consoante as aptidões e as estratégias; a racionalização do desempenho físico com vista a uma maior rentabilidade e espetacularidade; a quantificação que permite comparar marcas, resultados e desempenhos; a obsessão pelo recorde e o desafio em superá-lo (Guttmann, 1994: 3).

Nestas características estão os elementos da racionalização que Max Weber identificou na sociedade capitalista, em concreto nos estudos sobre burocracia e na classificação das formas de autoridade (Aron, 1987: 515).

Desde uma perspectiva funcionalista, o futebol acontece nas sociedades contemporâneas cumprindo funções que contribuem para a harmonia orgânica do sistema social. Tendo em conta que o “desporto transforma-se por relação ao contexto social no qual se insere, e que pelas suas metamorfoses se descobrem novas funções quando o sistema social evolui” (Thomas, 1993: 68), então, ao olhar-se o futebol pode elencar-se um vasto elenco de funções. Desde uma função física, onde está implícita uma função médico-sanitária, passando por um desempenho lúdico de alívio das tensões do quotidiano, uma função simbólica de construção de identidades coletivas através de figuras heroicas até aos desempenhos políticos, económicos, educacionais, de socialização e integração, o futebol assume a sua funcionalidade social (Defrance, 1995: 68). Contudo, essas funcionalidades nem sempre são declaradas, havendo funções evidentes e outras encobertas. Recorrendo à distinção concetual de Merton, entre *funções manifestas* e *funções latentes*, no futebol são assumidas como evidentes as funções de bem-estar individual e social, económicas e lúdicas, sendo latentes as funções simbólicas da simbiose de identidades entre clubes, comunidades e cidadãos, e ainda a função de veicular a ideia meritocrática de sucesso.

Num quadro teórico onde as sociedades são concebidas como um sistema de partes interrelacionadas, em que cada uma desempenha funções que permitem a adaptação do sistema como um todo, o futebol constitui-se como uma instituição que veicula valores (Jarvie e Maguire, 1994: 9). Assim, no âmbito dos quatro sistemas de ação definidos por Talcott Parsons, o futebol insere-se no sistema cultural, por ser aquele que fornece os símbolos e conhecimentos indispensáveis à ação.

O futebol perspectivado pela abordagem marxista torna-se criticado pelo papel que detém nas sociedades contemporâneas. Partindo da leitura de Karl Marx de que o sistema capitalista suscita fenómenos tendentes a absorver o potencial emancipatório do proletariado, evitando que o mesmo seja canalizado para a luta de classes (Aron, 1987: 162), o futebol, tal como a religião, equipara-se a ópio do povo. Assim, constatando que o futebol que funciona como escape para as tensões do quotidiano é o mesmo que prepara os indivíduos para mais trabalho, o olhar marxista realça o potencial de alienação que a atividade desportiva contém, bem como o seu caráter funcional na

reprodução ideológica do sistema capitalista (Cashmore, 1996; Brohm, 1992; Brohm e Perelman, 2006).

Esse caráter do desporto é também identificado por Fredric Jameson, quando afirma que a lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo é cultural. Através da produção e conversão de bens culturais em bens de primeira necessidade, o sistema capitalista, para além de estimular o consumo evitando uma crise de superprodução, veicula através desses bens uma lógica e valores que servem os interesses do próprio sistema (Jameson, 2003). Neste âmbito, “nada se presta melhor a vender não somente os produtos, mas até mesmo os valores dominantes do capitalismo contemporâneo, do que o desporto” (Alvito, 2007: 527). O futebol é, neste aspeto, uma modalidade exímia na criação de necessidades, suscitando uma *busca de excitação* (Elias e Dunning, 1992) em torno da incerteza do resultado final, da afirmação de identidades e do incentivo a rivalidades que não têm paralelo nas sociedades contemporâneas, intensamente previsíveis na sua organização. Assim considerado, o futebol está inserido no *processo de produção desportivo*, tal como foi definido por Jean-Marie Brohm, ou seja, um sistema desportivo que “é dependente de um dado modo de produção e, por outro lado, um sistema desportivo que produz também mercadorias particulares: os campeões, os espetáculos, os recordes e as performances” (1992: 60).

John Hargreaves (1986: 53), ao analisar o papel do desporto nas sociedades capitalistas, assinala quatro desempenhos que o comprometem ideologicamente: o desporto institui uma força de trabalho dócil, necessária à disciplina laboral da produção moderna; o desporto constitui uma mercadoria comercializada e dominada pelas forças de mercado, em que os eventos desportivos e os desempenhos dos atletas são transacionados num mercado de consumo de massas; a existência de uma coincidência expressiva do desporto com a sociedade capitalista, em que se fomentam os valores da agressividade, competitividade, igualdade de oportunidades, elitismo, chauvinismo, nacionalismo e sexismo; por fim, a intervenção do Estado no fenómeno desportivo, entendida como uma forma de manutenção, através do desporto, dos requisitos necessários ao sistema capitalista. Em síntese, a perspetiva marxista sobre o desporto, sendo extensível ao futebol, critica essencialmente o sistema social que o produz e consome.

Também o trabalho de Pierre Bourdieu é importante para uma análise sociológica do futebol. Através do conceito de *campo*, Bourdieu (2003: 182) afirma a

existência de um espaço desportivo específico, dotado de uma lógica e história próprias, onde se engendram práticas e consumos específicos. Contudo, porque o desporto acontece em contextos sociais, também o conceito de *habitus* é relevante para o entendimento das condições da produção do “gosto” desportivo. O futebol, com as suas estruturas organizativas, com as suas histórias de campeões e campeonatos, com as suas regras próprias, que não são apenas as do jogo, mas também da forma como disciplinam o corpo e as práticas dos jogadores, os códigos de conduta, e todo um vasto leque de agentes que rodeiam a modalidade, configura-se como um campo específico, que pelo seu carácter global pode constituir-se como um *campo desportivo planetário* (Alvito, 2006: 454). Por outro lado, as condições em que futebol surge massivamente na comunicação social, e como é vendido enquanto espetáculo de emoções quase sempre associado a formas de identidade, gera um *habitus* amplo e generalizado, como se pode constatar nas elevadas audiências e no enorme número de espetadores.

Em conformidade com o mapa do processo de globalização elaborado por Roland Robertson (1994: 58), o desporto ter-se-á globalizado algures entre 1870-1920 com o aparecimento de competições globais, nomeadamente os Jogos Olímpicos. O futebol, que teve a sua organização mundial, a FIFA, criada em 1904, e organizou a primeira competição mundial em 1930,⁸ tinha já desde as últimas décadas do século XIX uma prática competitiva por todo o mundo. A Inglaterra industrializada, capitalista e colonial, foi o epicentro deste desporto que rapidamente se dispersou pelo mundo (Bale, 1989: 50). Assim, o futebol enquanto fenómeno global foi num primeiro momento um *localismo globalizado* para posteriormente ser um *globalismo localizado* (Santos, 1995). O primeiro conceito refere-se ao processo “pelo qual um determinado fenómeno local se expande com êxito por todo o globo, que se trate do funcionamento das empresas transnacionais ou da transformação do inglês em língua franca” (*ibidem*: 262), para em seguida se constituir como uma específica forma de globalização que ao acontecer localmente destrutura as relações sociais aí decorrentes, sendo que neste

⁸ Uma competição mundial mitigada, pois as 13 seleções nacionais presentes na prova eram provenientes apenas da América e da Europa. O país anfitrião, o Uruguai, em ano de comemorações do centenário da sua independência, ofereceu-se para pagar as despesas de viagem e alojamento a todos os participantes, mas a dois meses do início da prova ainda nenhuma federação europeia se tinha inscrito. Estas argumentavam com o facto da viagem entre as duas margens do Atlântico demorar 3 semanas para cada um dos lados. As federações sul-americanas interpretaram essa recusa dos europeus como um ato de sobrançeria e ameaçaram abandonar a FIFA. No final, e por pressão da FIFA, tudo acabaria por se resolver com a participação da França, Bélgica, Jugoslávia e Roménia.

segundo momento se está perante um *globalismo localizado*. Como diz Ignacio Ramonet:

das favelas do Brasil, aos campos improvisados do Soweto, passando pelos bairros populares de Rabat, São Petersburgo, Nápoles, Lagos, Beirute, Marselha, Teerão, Buenos Aires, ou Liverpool, todos repetem o mesmo gesto e as regras deste desporto nascido há um século em Inglaterra (1998: 6).

O futebol é um desses localismos bem-sucedidos que, tendo origem num espaço local concreto, depressa se expandiu por todo o mundo de forma avassaladora. De facto, a expressão global que o fenómeno tem nas sociedades contemporâneas condiciona outras manifestações desportivas e culturais locais. Também Richard Giulianotti e Roland Robertson (2004), através do conceito de *glocalização*, ao ilustrarem o contínuo que vai dos clubes locais até à FIFA, ou ao assinalarem a especificidade do futebol em cada país, cidade ou estádio, realçam a continuidade relacional entre o “particular” e o “universal”, sendo o futebol o recurso conceptual que ilustra a realidade da globalização.

Mais do que a qualquer outro desporto, ao futebol aplica-se o conceito de *fenómeno social total*. Um fenómeno que coloniza a vida social e em que, através da observação dos seus constituintes, se identificam os valores e contradições que compõem o quotidiano (Ramonet, 1998: 7). “O futebol constitui-se como uma espécie de referência universal, um dos raros (senão mesmo o único) elementos de uma cultura masculina mundial, compreendida por todos, transgredindo a diversidade de regiões, de nações, de gerações” Bromberger *et al.* (1987:7).

A pluralidade de olhares sobre o futebol revela a sua complexidade, sendo que para um entendimento global da sua expressividade não se pode ficar refém de um só quadro teórico previamente determinado. Assim, é entre funções mais ou menos latentes ou manifestas, denunciadas e criticadas, que o futebol continua a acontecer.

3.2. Diversidade de tipos de futebol

A prática do futebol não se reduz a uma forma única de jogo, havendo significativa variedade de modalidades futebolísticas. Há jogos designados como futebol, mas que na realidade não o são, sendo derivações de um tronco de jogo comum, com afinidades com o futebol popular e convencional. São exemplos o futebol gaélico,

o futebol australiano e o futebol americano.⁹ Estes jogos são expressões culturais nacionais, muito particulares na forma de acontecer, em virtude das regras, do número de jogadores, das dimensões do terreno de jogo, da forma da bola e da própria lógica de disputa do jogo.

Por outro lado, existem jogos de futebol adaptados, ou seja, que reproduzem em condições distintas, quer pelo espaço em que são praticados, quer pelo número de elementos por equipa, a lógica e os objetivos genéricos do futebol. O *futsal*, o futebol de praia, o futebol de sete ou o futebol de cinco são exemplos de jogos que, na essência, têm as mesmas regras convencionadas de jogar uma bola com os pés com o objetivo de obter golos, sujeitos a regras particulares resultantes das condições específicas de disputa de cada um desses jogos.

No futebol convencional, tal como é disputado em conformidade com as regras de jogo estipuladas pela FIFA, não há propriamente diferentes formas de jogar, havendo no entanto uma categorização dos praticantes em distintos níveis de competição. Há uma distinção em função da intensidade competitiva entre futebol profissional e amador, uma distinção em função do sexo dos praticantes entre futebol feminino e masculino e uma distinção em função de escalões de idade que pode ir dos infantis aos seniores. O facto de estas categorias decorrerem todas de uma mesma unidade de jogo permite que, em determinadas circunstâncias, os praticantes de cada um dos escalões possam competir entre si. Por exemplo, há competições que permitem a participação de equipas profissionais e amadoras, assim como é permitida a utilização de jogadores juniores em competições de seniores.

As práticas do futebol convencional possuem em comum uma estrutura a partir da qual são socialmente reconhecidas e nomeadas como tal. Essa estrutura é uma espécie de essência futebolística constituída pela presença de características essenciais: duas equipas; o mesmo objetivo ainda que antagónico; confronto mediado pelo corpo; disputa em conformidade com regras previamente estabelecidas. A partir desta unidade futebolística identificam-se quatro matrizes principais, resultantes das diferentes formas como esses elementos se articulam entre si (Damo, 2005: 36).

⁹ Em todos estes jogos há duas equipas que disputam uma bola com os pés e as mãos, sendo permitido um intenso e agressivo contacto físico. Para mais informações relativas a cada uma destas modalidades, ver <http://www.gaa.ie/> para o futebol gaélico, <http://www.afl.com.au/> para o futebol australiano, e <http://www.nfl.com/> para o futebol americano.

O *futebol bricolado*¹⁰ é o futebol das “futeboladas”,¹¹ o futebol de rua ou praia, caracterizado pela espontaneidade e liberdade. Não estando esta matriz sujeita a nenhuma instância formal de controlo, a “unidade futebolística” está disponível para as mais diversas variações e improvisações, sendo o termo bricolagem o mais apropriado por remeter para uma ideia de recreação. O futebol bricolado é, assim, um futebol liberto do constrangimento das regras formais do jogo, disponível para se recrear em função do espaço, do tempo e dos recursos materiais existentes.¹² O tempo deste futebol é o tempo social do não-trabalho, do lazer, ainda que os seus praticantes se empenhem intensamente no decurso do jogo. A divisão de tarefas é quase inexistente, não indo muito além da distinção entre atacantes e defensores. O facto de o jogo decorrer à margem de qualquer agenciamento torna as regras do jogo arbitrárias e determinadas pelos próprios praticantes. Situações de tensão e conflito resultantes de interpretações diferenciadas são resolvidas através de recursos que excedem o próprio espectro do jogo.¹³ Considerando que a sociabilidade dos jogadores excede a temporalidade do jogo propriamente dito, o espaço e o tempo do jogo são utilizados para mostrar afetos ou hostilidades, tornando-se necessário ter especial cuidado na forma como se gerem as tensões para evitar suscetibilidades sociais. “Além da relativização da performance, da ausência de espetadores, da distorção do *football association*, das dramatizações de género, a bricolagem torna-se um dos espaços privilegiados onde são socializados os

¹⁰ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciência, *bricolagem* refere-se à execução de pequenos trabalhos, com técnicas e materiais improvisados, e por isso, neste contexto, *bricolado* refere-se àquilo que é improvisado ou recreado.

¹¹ Os brasileiros chamam-lhe *peladas*, expressão igualmente utilizada em Portugal. Para a origem do termo são referidas várias declinações: o facto de até há algum tempo atrás estes jogos serem disputados em terrenos baldios, sem relva, e por isso “pelados”; os jogadores jogarem de dorso nu, ou seja, jogarem “pelados”. Contudo, o mais provável é que o termo “pelada” derive da expressão “jogo da *pella*”, sendo que *pella* seria a bola, termo próximo ao espanhol “pelota”. *Peladas, jogar à bola* ou *futebolada* serão assim expressões com um mesmo sentido, que remetem para uma ideia informal ou popular do jogo de futebol.

¹² Entre múltiplos exemplos pode ilustrar-se esta situação com o facto de um grupo de amigos estar a brincar com uma bola na praia, ao qual se vão juntando outros indivíduos. Quando se verifica que há um número suficiente de jogadores para formar duas equipas, decidem-se por um jogo de futebol, mesmo que numa das equipas haja menos jogadores, situação normalmente compensada com o facto da outra equipa ter jogadores menos habilidosos no controlo da bola. As regras estão subentendidas, não sendo necessário afirmar a forma como o jogo tem que decorrer. Não há necessidade de árbitros, sendo que as infrações são diplomaticamente sancionadas. O jogo decorre num espaço improvisado, em que os limites do terreno são subentendidos por referência a determinados objetos e as balizas são pequenos montes de areia que insinuam os postes de uma baliza convencional. O tempo de jogo tem várias durações, podendo-se estabelecer que o mesmo decorre até um determinado número de golos e quem primeiro o atingir, ganha, ou até uma determinada hora, ou pura e simplesmente porque o dono da bola se vai embora e leva a bola consigo, pondo termo à partida.

¹³ Por exemplo, na eventualidade de se considerar que a atitude de intransigência, autoritarismo e violência de um dos jogadores é inconveniente à dinâmica de sociabilidade como um todo, esse indivíduo é excluído do grupo.

fundamentos do jogo” (Damo, 2005: 38). No Brasil, o futebol-arte ou o estilo brasileiro de jogar, exibido por muitos profissionais que atuam nos mercados futebolísticos, são produto deste contexto bricolado de socialização primária.

O *futebol espetacularizado* é o futebol oficial das competições nacionais e internacionais, jogado em estádios, transmitido pela televisão, e que se distingue por três características. A primeira é a sua organização global sob a forma de monopólio centralizado na FIFA e delegado nas confederações continentais e federações nacionais. Estas instâncias, estruturadas de forma piramidal, impõem as regras do jogo, a sua organização, bem como as relações entre os atores futebolísticos. Assim, em todos os locais do mundo, e independentemente de quaisquer variações locais, os clubes que fazem parte do sistema FIFA praticam a mesma modalidade de regras e conseqüentemente de lógicas de jogo e usos do corpo. A segunda característica é a da divisão social do trabalho dentro e fora de campo, em que dirigentes, gestores, preparadores físicos, treinadores e jogadores, têm funções específicas para a manutenção do espetáculo futebolístico. A terceira característica é a da excelência performativa enquanto exigência que se impõe de fora para dentro, na sequência dos interesses do público, dirigentes, críticos e patrocinadores, o que exige um elevado nível de profissionalização e remuneração. Aos jogadores exige-se uma preparação específica e especializada em relação a competências técnicas de instrumentalização do corpo e competências táticas de inteligibilidade do jogo. Este tipo de futebol traduz-se no confronto espetacularizado e dramatizado, tendente à determinação de um vencedor e de um derrotado, capaz de produzir emoções antes, durante e depois do espaço-tempo da partida. A matriz do futebol espetacularizado é aquela que contém maiores potencialidades de tensão e conflito, sendo que, quanto maiores forem as possibilidades de vitória ou de derrota, maior é a tensão e a probabilidade de ocorrerem confrontos. Conseqüentemente, esta matriz é a de maior intervenção dos poderes públicos que procuram controlar as tensões do jogo através da intervenção de aparatos repressivos, como também procuram gerir as expressões simbólicas do jogo em proveito próprio.

A terceira matriz é a do *futebol comunitário*. Um futebol local, associado aos tempos de lazer dos seus praticantes e jogado em conformidade com regras formais. Situado algures entre a espontaneidade do futebol bricolado e o formalismo do futebol espetacularizado, o futebol comunitário tem todos os ingredientes e elementos caracterizadores do futebol profissional, mas geridos numa escala diferente, que permite

recreações. Este é o futebol dos pequenos clubes de bairro, dos clubes de trabalhadores, dos veteranos, das pequenas comunidades que, numa perspectiva pouco mais que lúdica, agremiam indivíduos para jogarem futebol numa lógica regrada pelos princípios competitivos da FIFA, mas também de acordo com lógicas de amadorismo e comunitarismo.¹⁴ Tendo este futebol essencialmente um alcance local e comunitário, são os órgãos de comunicação locais ou regionais que dão eco aos factos a ele associados. Os meios de comunicação a nível nacional tendem a ignorá-lo ou assinalam-no por meio dos seus subprodutos, nomeadamente naquilo que têm de mais negativo, como violência e corrupção. Este futebol possui muitas das características do futebol espetacularizado, só que numa escala menor, como: as vedetas locais, a publicidade dos pequenos empreendedores locais, a interferência dos autarcas, a ambição das figuras públicas locais para ocuparem cargos administrativos nos clubes. Esta é uma matriz rica pela diversidade de personagens, formas de organização e de significados atribuídos à prática futebolística e à sociabilidade.

A quarta matriz referida é a do *futebol escolar*. Um futebol plural, que tanto é um futebol informal e improvisado, jogado no espaço dos recreios, como um futebol formal, feito de regras convencionais, jogado no espaço das aulas de educação física. Esta é a dicotomia entre os currículos formais e ocultos existentes no espaço educativo, entre os legítimos ensinamentos dos programas curriculares superiormente determinados e as aprendizagens espontâneas das vivências escolares. A escola procura não apenas ensinar o *habitus* desportivo, mas essencialmente disseminá-lo em conformidade com as políticas educativas do Estado, com vista a formar um determinado tipo de cidadão. Alguns princípios, valores e práticas que caracterizam o universo educativo são adotados pelos clubes ou empresários do futebol, em que num trabalho de prospeção através das suas “escolinhas de futebol” propõem uma pedagogia no campo da educação física e uma formação direcionada para o mercado futebolístico.

De acordo com esta tipologia, a final do Campeonato do Mundo de Futebol, um jogo da *Champions League*, da I Liga do Campeonato Nacional, dos campeonatos distritais, de um torneio de trabalhadores de uma empresa, ou um jogo de crianças na rua, fazem parte do universo do futebol. A distinção entre estas quatro matrizes futebolísticas é, no entanto, importante para perceber a formalidade de cada um dos

¹⁴ Em Portugal podem, por exemplo, ser assinalados os campeonatos do INATEL ou as equipas formadas no âmbito do lazer laboral (Domingos, 2004).

jogos, o investimento efetuado por cada jogador, o sentido que cada protagonista atribui às ações (Damo, 2005: 36). Assim, o futebol enquanto jogo pode ter implícita uma pluralidade de significados e práticas, não tendo que decorrer segundo a fórmula hegemónica determinada pela FIFA.

3.3. O futebol formal

O futebol formal, aquele que atualmente se joga nas competições oficiais organizadas pela FIFA ou outras entidades por ela reconhecidas, começou a definir-se em 1863. Nesse ano, o jogo foi uniformizado através da codificação em 14 regras. Este foi um momento importante na passagem dos polimorfos jogos populares britânicos para jogos regulados pela lógica dos tempos modernos (Elias e Dunning, 1992: 189). Progressivamente, com a popularização, institucionalização e internacionalização do jogo, as regras foram revistas¹⁵, culminando em 1938 com a fixação das 17 leis¹⁶ que se ainda se mantêm. Em 1991 o International Football Association Board (IFAB),¹⁷ organismo máximo que superintende as regras do jogo, fez uma revisão geral ao estilo, tamanho e redação dessas normas, definindo-as tal como se apresentam na atualidade.

Em conformidade com o formalismo das leis do jogo determinadas pela FIFA (2012a), o futebol é um jogo disputado por duas equipas, compostas por um máximo de 11 jogadores e um mínimo de sete. Para além dos jogadores que iniciam a partida, cada equipa poderá ter até sete jogadores suplentes, podendo efetuar três substituições ao longo do tempo de jogo. Os jogadores disputam uma bola como o objetivo de a introduzir na baliza do adversário, marcando golos quando o fazem. A equipa que

¹⁵ Alguns exemplos importantes de revisão às regras do futebol: em 1891 foram criadas as equipas de arbitragem tal como hoje as conhecemos, constituídas por um árbitro principal que se desloca por todo o espaço de jogo, e dois árbitros assistentes, colocados junto às linhas laterais; criação, em 1902, da marca da grande penalidade; criação, em 1925, da lei do fora de jogo.

¹⁶ As 17 regras do futebol que incidem sobre os vários elementos e dinâmicas inerentes ao jogo são as seguintes: regra 1, terreno de jogo; regra 2, a bola; regra 3, o número de jogadores; regra 4, equipamento dos jogadores; regra 5, o árbitro; regra 6, os árbitros assistentes; regra 7, a duração do jogo; regra 8, início e reinício do jogo; regra 9, a bola em jogo e fora de jogo; regra 10, o golo; regra 11, o fora de jogo; regra 12, faltas e incorreções; regra 13, livre diretos; regra 14, penalties; regra 15, lançamento lateral; regra 16, pontapé de baliza; regra 17, pontapé de canto (FIFA, 2012a).

¹⁷ O IFAB, também designado simplesmente por Board, foi criado em 1886 pela Football Association (Inglaterra), a Scottish Football Association, a Football Association of Wales e a Irish Football Association. Em 1913 a FIFA tornou-se também membro do Board. A constituição deste órgão é de oito elementos, um por cada uma das associações nacionais e quatro pela FIFA. A finalidade do Board é discutir e decidir modificações às regras de jogo e outros assuntos que afetem o futebol, cabendo-lhe em exclusivo o poder de introduzir novas leis ou alterar as existentes.

marcar mais golos ganha o jogo, ou na eventualidade de nenhuma marcar golos, ou marcarem número idêntico, o jogo terminará empatado. Nas suas ações sobre a bola, os jogadores só podem utilizar os pés ou a cabeça, podendo excepcionalmente usar as mãos para repor a bola quando a mesma sai pela linha lateral. O único jogador que goza da prerrogativa de poder jogar com as mãos, dentro da sua área de grande penalidade, é o guarda-redes. O jogo decorre num terreno quadrangular, com medidas variáveis entre os 90 e 120 metros de comprimento e os 45 e 90 metros de largura. Nesse terreno, os jogadores de ambas as equipas disputam uma bola, feita de couro ou qualquer outro material adequado, a qual deve ter uma circunferência que pode variar entre um mínimo de 68 cm e um máximo de 70, com um peso entre 410 e 450 gramas. Em cada jogo existe uma equipa arbitral, composta por um árbitro principal e dois assistentes que, com a máxima autoridade, fazem cumprir as regras, sendo as suas decisões definitivas e sem possibilidade de recurso. O jogo tem a duração de 90 minutos, divididos em duas partes de 45, separadas por um intervalo de 15 minutos, durante o qual os jogadores podem descansar e cada equipa rever a sua estratégia. No final de cada uma das partes fica ao critério do árbitro conceder ao jogo algum tempo extra, por motivo de contingências ocorridas durante a partida.¹⁸ A disputa da bola tem que decorrer dentro de regras e sempre que as mesmas não forem respeitadas haverá lugar à marcação de penalizações, que podem ir da simples reposição da bola em jogo até às grandes penalidades. Se os jogadores praticarem ações violentas ou assumirem atitudes incorretas para com o adversário, árbitro ou público, serão sancionados disciplinarmente, podendo a sanção consistir numa simples admoestação verbal, expulsão do jogo, ou até mesmo proibição de participarem em próximos jogos.

As 17 leis do futebol, sendo apresentadas como um todo homogéneo e universais, que proporciona a coerência do jogo e a apreensão do seu sentido, são contudo heterogéneas quanto à sua harmonia. Luiz Toledo, recorrendo à metáfora das sociedades *frias* e *quentes* de Lévi-Strauss,¹⁹ apresenta as 17 regras do futebol com uma clivagem dicotómica: as *regras frias*, que vão da primeira à oitava regra, fazem referência a alguns indivíduos, incluindo os árbitros, uma bola, um espaço-tempo, ou

¹⁸ Por exemplo, lesões de jogadores que requeiram paragens para que os mesmos possam ser assistidos, substituições de jogadores, ou os jogadores terem atitudes antidesportivas, entre outras situações.

¹⁹ As sociedades *frias* são as sociedades primitivas, fundadas em narrativas mitológicas, não necessitando da história para se justificarem. As sociedades *quentes* correspondem às sociedades contemporâneas, valorizadoras da história como narrativa de progresso. Em 1952 Lévi-Strauss apresentou estes conceitos como abstrações teóricas, funcionando como tipos ideais para ilustrar estruturas de pensamento (Lévi-Strauss: 2008).

seja, aludem a uma dimensão mecânica e estrutural do jogo; as *regras quentes*, que vão da nona à décima sétima, legislam sobre as várias interações possíveis entre jogadores, assumindo a complexidade do jogo resultante da criatividade de quem joga para a enquadrar normativamente (Toledo, 2008: 197-203). O primeiro conjunto de regras é estrutural e objetivo, permanece no tempo sem modificações, determina as específicas características do jogo. O segundo conjunto é flexível e subjetivo, permite uma variação histórica em função das contingências do jogo. Assim, as *regras quentes* fundam-se e recriam-se sobre as *regras frias*, sendo expressão da complexidade das sociedades que abrigam o futebol como modalidade desportiva.

As leis do jogo, determinando as condições sob as quais o futebol deve ser praticado, apenas o explicam parcialmente. As regras

nada dizem sobre a disposição dos jogadores no terreno, processo de jogar, a existência [...] de defesas, médios, avançados, o número de jogadores a colocar em cada linha, a sua colocação e movimentação no terreno, o sistema de jogo, pelo chão ou pelo ar, em passe curto ou em passe largo, as manobras de ataque e de defesa (Oliveira, 1947: 223).

Ou seja, as regras que determinam a forma como se deve jogar, “delimitando um conjunto de ações possíveis de realizar, não explicam, no entanto, como é que o gesto individual do jogador e o movimento coletivo da equipa contribuem, durante um jogo, para a vitória” (Domingos, 2004: 23). Assim, o futebol não é definido como um corpo de regras, mas como uma configuração dinâmica de jogadores em campo. A forma como estes interpretam e atuam em cada momento permite múltiplas possibilidades de configurações coletivas:

cada equipa pode ter planeado a sua estratégia de acordo com o conhecimento que possui de si própria e das competências técnicas e pontos fracos dos seus opositores. Todavia, no decurso do jogo, produzem-se, com frequência, configurações que não foram intencionais ou previstas por cada um dos lados. De facto, o modelo dinâmico formado pelos jogadores e bola num jogo de futebol pode servir como explicação gráfica não só do conceito de ‘configuração social’ mas, também, do conceito de ‘processo social’ (Elias e Dunning, 1992: 87).

Enquanto configuração social, os jogadores estabelecem entre si relações de cooperação ou antagonismo, desempenham papéis atribuídos previamente, trabalham coletiva e individualmente, representando um processo social em miniatura. As regras, possuindo uma plasticidade simbólica, são entendidas e geridas pelos jogadores em conformidade com o contexto em que o jogo ocorre. Havendo variações nesse contexto,

Seguem-se as confederações continentais, produto da associação das organizações nacionais de cada continente. Gozando de autonomia, têm a incumbência de gerir o futebol no seu espaço de competência internacional, em conformidade com os regulamentos da FIFA. Desde a perspectiva do futebol português, é à Union des Associations Européennes de Football (UEFA) que cabe a responsabilidade de tutelar o futebol na Europa.

No patamar nacional, a organização do futebol pode variar em conformidade com a legislação específica de cada país, sendo que o futebol português segue um modelo relativamente comum aos seus congéneres europeus. Assim, a nível nacional, é a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) que tem a incumbência de organizar o futebol em Portugal, reconhecendo e aceitando o que é estatuído pela FIFA e UEFA, seguindo também determinações legais impostas pelo Estado (FPF, 2012). No caso português, estas determinações obrigam à criação de uma liga profissional que, apesar de estar integrada na federação, é autónoma na organização do futebol profissional. Depois, já na base da pirâmide, estão os clubes sobre os quais se impõe esta estrutura hierarquizada.

Nesta estrutura há um contínuo entre o espaço global e local, que vai desde o mais modesto e anónimo dos clubes, até à poderosíssima FIFA. Este contínuo é determinado pelos Estatutos da FIFA (2012) que, para além de subordinarem todas as instâncias que lhe sucedem, impõem as regras de jogo e conduta pelas quais se deve pautar a prática e organização do futebol.

A FIFA foi fundada em 1904, por sete países,²⁰ procurando responder à necessidade organizativa resultante do número crescente de jogos internacionais, bem como da necessidade de regulação das relações entre associações nacionais. À semelhança de muitas outras federações desportivas internacionais surgidas por essa altura, a FIFA procurou obter um nível de harmonização desportivo que superasse os condicionamentos e restrições inerentes aos espaços nacionais, criando uma administração futebolística de escala mundial²¹ que se constituísse como a autoridade

²⁰ Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Suécia e Suíça foram os países fundadores. Nenhuma das quatro associações britânicas participou na fundação da FIFA, em parte devido ao isolacionismo britânico de considerarem o seu futebol superior às relações internacionais que a FIFA estabeleceu com associações de países com os quais a Grã-Bretanha estava em conflito (Sugden e Tomlinson, 1998: 18).

²¹ Fonte: <http://www.fifa.com/classicfootball/history/fifa/historyfifa1.html>. Por comparação, as Nações Unidas têm 193 Estados membros, fonte: <http://www.un.org/es/members/growth.shtml#2000> [4 de outubro de 2012].

funcional do futebol (Dietschy, 2006: 31). Enquanto organização desportiva internacional, a FIFA é constituída pelas associações nacionais que lhe estão filiadas e por ela reconhecidas,²² propondo-se promover globalmente o futebol, organizar competições internacionais, regulamentar a atividade futebolística, sujeitar as associações nacionais ao respeito pelos regulamentos, de forma a evitar abusos ou violações da integridade do jogo, e manter a unicidade da sua prática (FIFA, 2012: 4). Relativamente aos seus membros, a FIFA impõe a todas as associações uma declaração obrigatória de submissão aos seus estatutos, regulamentos e decisões, bem como aos das confederações continentais, facto que pode ser constatado nos estatutos de cada associado.

Até 1909 a FIFA foi constituída apenas por associações europeias. O primeiro membro não europeu foi a África do Sul, em 1909, seguido da Argentina e Chile, em 1912, e dos EUA em 1913. Foi o início de um crescimento imparável que a converteu numa das mais importantes organizações internacionais, com 210 associações,²³ que regula a prática desportiva de cerca de 4% da população mundial (Kunz, 2007: 10), sendo também responsável pela organização do Campeonato do Mundo de Futebol, um dos mais mediáticos acontecimentos mundiais.

As associações membro da FIFA, localizadas num mesmo continente, formam as confederações,²⁴ entidades com competência para dirigir e controlar o futebol no respetivo âmbito geográfico. A FIFA reconhece as seguintes confederações: Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL); Asian Football Confederation (AFC); Union des Associations Européennes de Football (UEFA); Confédération Africaine de Football (CAF); Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF); Oceania Football Confederation (OFC).²⁵ O

²² De acordo com os Estatutos da FIFA, art. 10, n° 1, 5 e 6, é reconhecida uma federação por país, com a exceção das quatro associações britânicas (Escócia, Gales, Inglaterra e Irlanda do Norte) que são reconhecidas individualmente, bem como das situações em que uma associação nacional autorize o reconhecimento de uma associação representante de um território político ainda não constituído em Estado, como foi o caso da Bósnia Herzegovina ou da Palestina (FIFA, 2012).

²³ <http://www.fifa.com/aboutfifa/organisation/confederations/index.html> [consulta a 4 de outubro de 2012].

²⁴ Apenas em situações excecionais a FIFA autoriza que uma federação nacional localizada no âmbito geográfico de uma determinada confederação possa integrar outra confederação. Por exemplo Israel, que geograficamente pertence ao espaço de influência da AFC, a confederação asiática, em virtude das relações tensas que mantém com os países vizinhos, foi autorizado pela FIFA a integrar a UEFA, a confederação europeia.

²⁵ De forma a facilitar a leitura dos espaços que compõem a geografia do futebol, e quando se considerar pertinente, em vez de fazer referência à designação das confederações pode referir-se o nome próprio

elenco das seis confederações é significativamente heterogéneo, desde logo em virtude das características demográficas, sociais, políticas e culturais de cada continente, mas também em virtude da popularidade da modalidade, bem como da competitividade e capacidade financeira dos clubes.

A UEFA, fundada em 1954, é a confederação que engloba todas as associações nacionais europeias filiadas na FIFA, reconhecidas como responsáveis pelo futebol nos respetivos países. O princípio que orientou a fundação desta entidade foi a criação e desenvolvimento de um espírito de união e solidariedade europeia, algo muito idêntico ao espírito que esteve na base da criação da Comunidade Económica Europeia. Atualmente, a UEFA assume também o “papel de ‘guardiã’ do futebol na Europa, protegendo e sustentando o bem-estar da modalidade a todos os níveis, desde a elite aos milhares de amadores que adotaram o futebol como passatempo”.²⁶ Fundada inicialmente por 25 federações, teve um aumento inesperado de adesões quando, nos anos 90, as circunstâncias políticas na Europa de Leste e a fragmentação da União Soviética originaram novas federações, contabilizando atualmente 53 federações filiadas. Relativamente às competições futebolísticas na Europa, a UEFA impõe as condições de participação, não podendo acontecer qualquer jogo internacional sem a autorização do seu Comité Executivo, nem a sujeição aos regulamentos por ela instituídos (UEFA, 2010: 20). De todas as confederações, a UEFA é a mais poderosa, facto que pode ser constatado pelo número de países europeus que participam nas fases finais dos campeonatos do mundo, pela pujança económica dos clubes europeus e pela atração que eles exercem sobre os jogadores das outras confederações.

A parte inferior da pirâmide organizacional do futebol é constituída pelas entidades nacionais. Tendo em consideração o futebol português, a sua atual estrutura resulta das disposições da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD)²⁷ e do Regime Jurídico das Sociedades Desportivas (RJSd). Assim, e segundo a LBAFD, no seu artigo nº 14, cabe à Federação Portuguesa de Futebol (FPF) o papel aglutinador dos atores do universo futebolístico nacional, bem como a responsabilidade na promoção, prática e desenvolvimento da modalidade. Assim, a FPF integra as 22

dos continentes correspondentes a essas confederações, situação a que a própria FIFA recorre, nomeadamente no último relatório sobre a transferência internacional de jogadores (2013: 14).

²⁶ UEFA, “Visão geral” <http://pt.uefa.com/uefa/aboutuefa/organisation/history/index.html> [consulta a 16 de outubro de 2012].

²⁷ Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro.

associações regionais de futebol, a Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), as associações de classe, os clubes ou sociedades desportivas, os jogadores, treinadores, árbitros e demais agentes desportivos. Em função das incumbências que lhe são atribuídas, a FPF propõe-se:²⁸ representar o futebol português a nível nacional e internacional; assegurar a participação competitiva das seleções nacionais; fazer respeitar os estatutos, leis do jogo e demais diretivas da FIFA e UEFA; organizar competições de futebol em todas as suas modalidades e variantes, sem prejuízo das competições reconhecidas às associações regionais e à LPFP; desenvolver o futebol no território português de acordo com o espírito desportivo, valores educacionais, materiais, culturais e humanitários; prevenir as práticas que possam afetar a integridade dos jogos ou competições, ou prejudicar o futebol. Importa aqui referir o duplo reconhecimento de que a FPF carece para se legitimar: por um lado, das instâncias desportivas internacionais, em concreto da FIFA; por outro lado, da administração pública desportiva, ao lhe reconhecer o direito de organizar o futebol português e as respetivas seleções nacionais.

A outra entidade relevante na organização do futebol nacional é a LPFP. Em 1990 a Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD) determinou que no seio das federações em que houvesse competições profissionais se constituísse uma liga de clubes, integrada obrigatoriamente pelos clubes que disputassem essas competições, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.²⁹ Assim, a Liga constituiu-se como órgão autónomo, ainda que integrado na FPF, com a incumbência de organizar e regulamentar as competições de futebol de natureza profissional.³⁰ Apenas na época de 1995/96 a LPFP começou a organizar as competições do futebol profissional em Portugal, nomeadamente o campeonato nacional da I Divisão e da Divisão de Honra, atualmente designadas como I Liga e II Liga. Na época de 2012/13, a LPFP organiza três competições, nomeadamente a Liga

²⁸ Artigo 2º dos Estatutos da FPF (2011).

²⁹ Artigo 24º da Lei nº 1/90, de 13 de janeiro.

³⁰ Em 1978 foi criada a Liga Portuguesa de Clubes de Futebol Profissional, associação de âmbito exclusivamente patronal, em reação ao Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol, que havia sido criado em 1972. Após um período de inatividade, foi reativada na década de 1980. Inicialmente foi um “Movimento dos Presidentes”, no âmbito do qual se discutiam as transferências de jogadores. Este movimento deu depois origem à Associação Nacional de Clubes e à Confederação Portuguesa de Clubes de Futebol. Porque ambas as associações prosseguiram fins em tudo idênticos, os presidentes dos clubes decidiram-se em 1988 pela fusão das associações e revitalização da Liga de Clubes. A então redenominada Liga Portuguesa de Futebol Profissional assumiu como objetivos a promoção e defesa dos clubes, bem como a organização do futebol profissional. Este último objetivo só viria a ser alcançado na época de 1995/96.

Zon Sagres, Segunda Liga e Taça da Liga, com a participação de 32 clubes profissionais mais seis equipas B.³¹

Por fim encontram-se os clubes, entidade sobre os quais assenta toda a estrutura organizativa do futebol. São a primeira expressão do associativismo, congregando a vontade daqueles que em primeira instância querem jogar futebol e necessitam de algum enquadramento. Os clubes de futebol portugueses, segundo a LBAFD, são pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, e que têm o propósito de fomentar a prática da modalidade.³² Contudo, este entendimento do que é um clube não se adequa à realidade contemporânea do futebol, em particular do profissional. O futebol interessa à economia, como a economia interessa ao futebol; por isso os clubes assumem lógicas e práticas empresariais, gerindo avultados orçamentos e movimentando-se em áreas que estão para além da prática desportiva. Face às novas exigências do desporto, a LBSD determinou em 1990 que os clubes que participassem em provas profissionais deviam assumir o figurino de sociedades desportivas com fins lucrativos, ou adotar um regime especial de gestão.³³ São estes clubes, convertidos em sociedades anónimas desportivas, ou com regime especial de gestão relativamente às suas equipas profissionais, que integram a LPFP e participam nas competições nacionais de carácter profissional.

3.5. O futebol como profissão

Desde o início da história do futebol moderno que os jogadores se tornaram figuras fascinantes. Envergando as cores de um clube, que em muitas ocasiões são as cores de uma comunidade ou de uma nação, de emblema ao peito, os jogadores entram em campo para disputar uma bola, num jogo que é mais do que um jogo. Os seus feitos em campo tornam-se epopeias líricas, exaltadas pelo fervor dos adeptos e empoladas pela comunicação social. Já em 1898, o jornal *O Sport*, ao dar conta da vitória dos portugueses da Casa Pia sobre os ingleses do Carcavelos, falava nos “valentes jogadores” e no “valente *team*” (Coelho e Pinheiro, 2002: 66). Em 1964, a propósito da forma como os jornalistas relatavam o trabalho dos jogadores, António Osório dizia:

³¹ A este propósito, consultar o website da LPFP, <http://www.lfpf.pt> [consulta a 8 de março de 2013].

³² N° 1 do artigo 26° da LBAFD.

³³ Artigo 20° da Lei n° 1/90, de 13 de janeiro.

História que aparece sempre esmaltada pelo fulgor do gênio. De tudo acaba por ressaltar, numa escala superlativa, a “codícia”, o “brio”, a “combatividade”, o “espírito de sacrifício”, a “classe” dos Astros que mais se distinguiram; memoram-se com hipérboles as jogadas dignas de “antologia”, as defesas “colossais”, o virtuosismo das fintas e dos desarmes, a precisão dos passes, o ímpeto prodigioso das arrancadas; e, acima de tudo, destaca-se a violência retumbante dos “tiros” ou das “brasas”, definitivos como o raio jupiteriano, pois o “chuto” constitui, de longe, a virtude por excelência, a pinta da categoria demiúrgica. (Osório, 2000, 80).³⁴

Muitos jogadores, em virtude das suas façanhas desportivas, deixam de ser pessoas comuns e adquirem o estatuto de figuras públicas, vivenciando todo um conjunto de privilégios proporcionados pela fama (Corrêa *et al.*, 2002: 447). Assim, ser futebolista converte-se numa representação social cheia de *glamour* e reconhecimento, para além de ser uma categoria profissional economicamente relevante (Ruggi, 2009: 67). Alguns desses jogadores adquirem o estatuto especial de vedetas *sporno*³⁵ (Simpson, 2010), ou seja, atletas que pelos seus atributos físicos e desempenhos desportivos se tornam estrelas da publicidade, sendo que na atualidade David Beckham e Cristiano Ronaldo são o paradigma dessas estrelas. Por isso também não é de estranhar que estes dois futebolistas sejam os mais bem remunerados do mundo.³⁶

Pelas razões aludidas, ser futebolista, quer pelas recompensas financeiras, quer pelo *status* que lhe é inerente, suscita o desejo de uma carreira profissional no futebol, considerando-se que para tal basta ter talento, saúde e sorte (Bourke, 2003, 399). No entanto, esta é uma profissão exigente, com longo período de formação, sujeita a muitas contingências e riscos, o que faz com que a maioria dos aspirantes a jogadores profissionais abandone precocemente essa pretensão, sendo uma minoria os que se tornam profissionais e muito poucos os que alcançam o estrelato. Como diz Eduardo Galeano

O bairro inveja-os: o jogador profissional salvou-se da fábrica ou do escritório, pagam-lhe para se divertir, ganhou a lotaria. E ainda que tenha que transpirar muito,

³⁴ Texto inicialmente publicado na revista *Seara Nova*, em outubro de 1964.

³⁵ Conceito da autoria do jornalista britânico Mark Simpson, o responsável pelo conceito “metrossexual”.

³⁶ Segundo a revista *Forbes*, em 2012 Beckham teve um rendimento de 46 milhões de dólares (9 milhões em salários e 37 milhões em publicidade) e Cristiano Ronaldo de 42,5 milhões (20,5 milhões em salário e 22 em publicidade). Na lista dos 100 atletas mais bem pagos em 2012, David Beckham está em 8º lugar e Cristiano Ronaldo em 9º, Messi encontra-se em 11º lugar. Nesta lista, que é liderada pelo boxista estado unidense Floyd Mayweather, com 85 milhões, há 10 futebolistas, sendo que, para além dos nomes já referidos, em 37º está Wayne Rooney (24,3 milhões), 59º Kaká (20,8 milhões), 65º Sérgio Agüero (20,1 milhões), 68º Fernando Torres (19,6 milhões), 73º Yaya Touré (19,1 milhões), 88º John Terry (17,5 milhões) e em 97º Steven Gerrard (17 milhões), fonte: <http://www.forbes.com/athletes/list/> [consulta a 1 de Março de 2013].

sem direito a cansar-se nem a enganar-se, ele aparece nos jornais e na televisão, as rádios dizem o seu nome, as mulheres suspiram por ele, e as crianças querem imitá-lo. Mas ele, que havia começado jogando pelo prazer de jogar, nas ruas de terra dos subúrbios, agora joga nos estádios pelo dever de trabalhar, e tem a obrigação de ganhar (2006: 14).

Assim referidos, os futebolistas parecem constituir uma massa uniforme, contudo, é um universo heterogêneo constituído por sujeitos de distintas origens geográficas e sociais, com hábitos culturais e religiosos específicos, e ainda com diferentes entendimentos sobre o corpo. Um universo que tende a ser cada vez mais heterogêneo em resultado dos processos migratórios que decorrem no futebol.

3.5.1. Futebolistas pelo mundo

Nos últimos censos realizados pela FIFA, em 2006, o número de jogadores de futebol em todo o mundo era de 265 milhões (FIFA, 2007a: 10). Este valor aumentou em 9% relativamente a 2000, quando foram assinalados 242 milhões de jogadores. A totalidade de futebolistas contabilizados contemplou jogadores registados/federados e não registados, profissionais e amadores, menores e maiores de 18 anos, homens e mulheres, bem como jogadores de várias matrizes futebolísticas, nomeadamente do futebol de rua, militar, escolar, universitário, laboral e de praia. Assim, segundo os dados de 2006, cerca de 4,1% da população mundial jogava futebol.

A distribuição geográfica dos jogadores, em percentagem da população, pelas confederações continentais, mostra que a prática do futebol não acontece de forma homogênea no mundo (Quadro 3.1.).

Quadro 3.1.
Jogadores de futebol por confederação, 2006 (em milhares)

	Jogadores			Sexo				Profissionais		Outros
				Homens		Mulheres		n	%	
	n	%	% pop.	n	%	n	%			
AFC	85176	32,2	2,2	80075	94,0	5102	6,0	11	9,7	673
CAF	46300	17,5	5,2	44940	97,1	1361	2,9	7	6,2	630
CONCACAF	43109	16,3	8,3	33071	76,7	10038	23,3	9	8,0	1133
CANMEBOL	27778	10,5	7,5	24703	88,9	3074	11,1	25	22,1	168
OFC	542	0,2	4,4	486	89,7	56	10,3	0	0,0	32
UEFA	61647	23,3	7,3	55283	89,7	6364	10,3	60	53,1	2422
Mundo	264522	100,0	4,1	238557	90,2	25995	9,8	113	100,0	5058

Fonte: FIFA, 2007a.

Nota: Os valores “% pop.” são relativos à expressão dos jogadores de futebol em percentagem da população. Os “outros” correspondem a árbitros, administradores, treinadores e demais pessoal técnico e médico.

A CONCACAF, a confederação da América do Norte, Central e Caribe, com 8,3% da população a praticar futebol, é o espaço continental com maior percentagem de pessoas envolvidas neste desporto, apesar de apenas lhe corresponder 16,3% da totalidade dos futebolistas no mundo. Uma justificação para a relevante adesão populacional à prática do futebol encontra-se na participação feminina, uma vez que é nesta confederação que há a maior percentagem de mulheres a praticar futebol. Pelo contrário, a AFC, a confederação asiática, é a região onde a percentagem de jogadores é menor, apenas 2,2%, mas onde o número de jogadores no cômputo total de futebolistas é maior, com 32,2%, sendo esta situação explicada pelas características demográficas do espaço em causa. A OFC, a confederação da Oceânia, é aquela onde o futebol tem menor expressão; apesar de 4,4% da população praticar a modalidade, o peso dos futebolistas da Oceânia na totalidade de futebolistas a nível mundial é apenas de 0,2%, sendo praticamente inexistente o futebol com estatuto profissional. A CAF, confederação africana, com 17,5%, é a terceira com mais futebolistas no cômputo mundial, sendo que os 5,2% da população que praticam a modalidade estão acima da média mundial. A CONCACAF e a UEFA, respetivamente, a confederação sul-americana e a europeia, têm percentagens quase idênticas de futebolistas em relação à população em geral. Contudo, em relação ao volume total de futebolistas, a UEFA é das confederações com mais jogadores. A importância da UEFA no universo futebolístico é constatável no facto de mais de metade dos jogadores profissionais no mundo serem europeus, bem como quase 50% das outras pessoas envolvidas no futebol serem igualmente europeus.

Numa análise mais particularizada, as dez federações com maior percentagem de jogadores são: Costa Rica, 27%; Alemanha, 20%; Ilhas Faroe, 17%; Guatemala, 16%; Chile, 16%, Paraguai, 16%; Aruba, 15%; Barbados, 13%; Vanatu, 13%; e Mali, 12%. Em termos absolutos, os países com mais jogadores registados são: Alemanha, com 6.3 milhões; Estados Unidos, 4.1 milhões; Brasil, 2.1 milhões; França, 1.7 milhões; e Itália, 1.5 milhões (FIFA, 2007b).

Dos 265 milhões de jogadores no mundo, apenas 38.3 milhões estão registados, ou seja, têm algum tipo de vínculo com as federações nacionais de futebol, correspondendo a 14,5% do total de jogadores. Desses 38.3 milhões, 99,3% são homens e apenas 10,7% são mulheres. O registo destes jogadores pode ter vários estatutos, nomeadamente serem profissionais ou amadores, maiores ou menores de 18 anos, entre

outros. Os dados da FIFA referem que o número de jogadores profissionais a nível mundial é de 113 mil, sendo 110 mil do sexo masculino e somente 3 mil do sexo feminino.

3.5.2. A condição de futebolista

Futebolista é aquele que joga futebol.³⁷ E aquele que joga futebol é o primeiro intérprete do jogo. As suas ações consistem em correr, receber a bola, passá-la e chutar, em conformidade com as regras e a dinâmica configuracional do jogo (Damo, 2005: 47). Estas ações, que todos os futebolistas efetuam, variam em intensidade conforme o estatuto competitivo do jogador.

Segundo Salomé Marivoet (2002: 19), a forma intensa e agressiva como decorre um jogo de futebol “exige dos jogadores que estão no terreno uma ação marcada pela coragem, audácia e resistência”. De acordo com Gabriel Poch (2008), ao longo dos 90 minutos, o desempenho físico de um futebolista profissional, em média, caracteriza-se por percorrer aproximadamente 10,5 a 11 quilómetros numa velocidade média de 7,3Km/h. Durante o tempo do jogo, apenas 60 minutos são de jogo efetivo, sendo que os jogadores, dependendo da sua posição no campo, correm 20% a 40% do tempo. O número de *sprints* curtos de 10 a 15 metros, entre 2 e 3 segundos, é de 195 ao longo de todo o jogo. Para além de correr, os jogadores realizam outras atividades físicas, como acelerações, mudanças de direção, saltos, contrações musculares, corridas laterais e para trás, quedas, levantamentos e caminhadas.

Para além das capacidades físicas que lhes permitam ter os desempenhos acima referidos, é necessário que os futebolistas profissionais desenvolvam os mecanismos perceptivo, decisório e executório. Através do mecanismo perceptivo o jogador deverá atender seletivamente aos estímulos dos companheiros, dos adversários, da bola, às relações espaciais que se desenrolam no terreno do jogo em função de uma sucessão de factos. Através do mecanismo de decisão, o jogador tem de tomar decisões e conceber soluções para os problemas com que se confronta ao longo do jogo, recorrendo à sua técnica individual e à tática coletiva. O mecanismo de execução está associado às competências físicas (força, resistência, velocidade) e às habilidades técnicas

³⁷ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, futebolista também pode ser aquilo que é relativo, ou aquele que é versado em, ou apaixonado por futebol (Houaiss, 2003: 1827).

(interceção, condução da bola, finta, remate, passe), na execução da decisão tomada pelo jogador na sequência da leitura efetuada em função das contingências do jogo (*ibidem*: 2008).

As competências perceptivas, decisórias e executórias de um futebolista profissional são adquiridas em muitas horas de preparação prévia. Segundo Arlei Damo, “só o treino prolongado, metódico e extenuante, à volta de 5 mil horas, ao longo de aproximadamente 10 anos, cria as disposições para o jogo em forma de espetáculo” (2005: 14). Também dessa forma se incorporam os valores que são expetáveis ao futebol profissional, nomeadamente os da eficácia e rendimento (Azevedo, 2008).

A preparação e treino do jogador têm como objetivo a aquisição de um *capital futebolístico*, entendido como “uma modalidade de capital corporal que, combinada aos capitais convencionais – social e simbólico –, é requerida para a inserção legítima no campo do profissionalismo” (*ibidem*: 105). Esse capital consiste na soma de conhecimentos particulares, sejam eles corporais (relativos à utilização do corpo nas *performances* futebolísticas), sociais (relativos às relações com outros indivíduos do campo futebolístico) ou ainda conhecimentos económicos (relativos à capacidade de administrar a própria carreira e todos os aspetos económicos e jurídicos que lhe estão associados) (Rial, 2006: 16). É a este *capital futebolístico* que os jogadores de futebol recorrem sistematicamente, não apenas quando estão a treinar ou a jogar, mas também na relação com os adeptos, a comunicação social, os dirigentes, os agentes, os patrocinadores, entre outros. A afirmação deste *capital futebolístico* é também importante na desmistificação do carácter inato das qualidades futebolísticas. Ou seja, ao contrário da crença do talento como uma qualidade natural, um dom que já nasce com o jogador, e que pelo facto de já existir não carece de esforço para a sua aquisição, o *capital futebolístico* é adquirido através de intensos processos de aprendizagem e treino de técnicas, táticas, expressividades corporais e valores comportamentais. É a capacidade de aprendizagem desses conhecimentos, bem como a sua posterior utilização, que marca a diferença entre os futebolistas, permitindo distinguir os bons jogadores dos outros. Um momento privilegiado para observar a expressividade desse capital futebolístico ocorre nas fases finais de grandes competições internacionais, nomeadamente nos campeonatos do mundo, quando as equipas nacionais procedem à seleção dos jogadores que melhor expressam essas competências profissionais.

3.5.3. O exercício da profissão de futebolista

O percurso de um futebolista inicia-se precocemente quando, ainda criança, começa a jogar futebol. Pode fazê-lo informalmente nos jogos de rua ou no recreio da escola, ou formalmente no âmbito da disciplina de educação física, em escolas específicas de futebol ou em clubes. A sua evolução como futebolista implica que se vincule a um clube, através do qual se insere no sistema de futebol federado. Enquanto jovem jogador, participa em competições que estão categorizadas em conformidade com o seu escalão etário. À medida que progride nas várias categorias etárias, maior é a exigência competitiva, começando a definir-se uma possível via profissional ou o seu abandono em função das suas aptidões futebolísticas.

Segundo a FIFA (2012b: 9), um jogador profissional é aquele que tem contrato escrito com um clube, do qual recebe um pagamento superior aos gastos que tem com a sua atividade. Os outros jogadores são considerados amadores.³⁸ A idade mínima para celebrar um contrato de trabalho no universo do futebol é variável entre países, sendo que a FIFA remete para a legislação nacional a regulamentação dessa situação, aceitando, contudo, que atletas com menos de 18 anos tenham já estatuto profissional.³⁹

Como profissional, o jogador só poderá exercer a sua atividade desde que esteja inscrito numa associação. A partir desse momento está obrigado a aceitar os estatutos e regulamentos da FIFA, bem como os demais regulamentos das organizações que o enquadram. Essa inscrição é associada a um clube, sendo que numa temporada o jogador não pode ter mais do que três inscrições em clubes distintos, podendo apenas fazer jogos oficiais por dois deles. Normalmente há dois períodos de inscrição: um antes do início de uma nova temporada futebolística e outro sensivelmente a meio. A associação que realiza a inscrição tem de entregar, ao clube que inscreveu o jogador, um documento com todos os seus dados relevantes do, inclusive o clube ou clubes em que esteve inscrito desde os 12 anos.

Os futebolistas profissionais tornam-se assim trabalhadores por conta de outrem. Trabalham para o clube com o qual celebraram contrato de trabalho e que lhes paga o

³⁸ A FPF designa como amador o “praticante de futebol que exerce a atividade desportiva mediante a celebração de um compromisso desportivo sem remuneração ou sem auferir, direta ou indiretamente, qualquer outro proveito material ou financeiro, com exceção do montante recebido a título de reembolso de despesas” (2012: 4).

³⁹ Em Portugal, em conformidade com o n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, a idade mínima para celebrar um contrato de trabalho desportivo é de 16 anos.

salário. Em conformidade com a FIFA (*ibidem*: 17), a duração mínima de um contrato é variável consoante a data em que é assinado, podendo durar até ao fim dessa época, sendo a duração máxima de 5 anos. Os jogadores profissionais menores de 18 anos apenas podem celebrar contratos com a duração máxima de 3 anos. A FIFA aceita outros tempos de vigência dos contratos, desde que essas situações estejam contempladas na legislação dos respetivos países.

O contrato de trabalho apenas estabelece um vínculo laboral entre o jogador e o clube, não significando necessariamente que ele venha a integrar o elenco de 11 jogadores que entram em campo para jogar. Na eventualidade de não integrar a equipa principal, o jogador pode ser convocado para os jogos na condição de suplente, disponível para substituir os colegas de equipa ou limitar-se a treinar e estar disponível para quando o treinador entender convocá-lo. Os jogadores gozam assim de estatutos diferenciados consoante as suas aptidões competitivas e experiência profissional. Em função desses estatutos, os jogadores auferem salários distintos, sendo que normalmente os melhores jogadores são melhor remunerados e os jogadores com menos recursos têm remunerações mais baixas.

A ilustrar essa discrepância salarial pode referir-se a realidade do futebol português na época de 2008/09. Nesse ano a média salarial dos jogadores a atuar na I Liga era de 14.500 euros, caindo para os 6.500 euros quando se deixava de considerar os salários do FC Porto, SL Benfica e Sporting CP. Este valor era no entanto superior à média de 2.500 euros pagos aos futebolistas da Liga de Honra. Nessa mesma época, a média salarial paga na Série A italiana foi de 87.200 euros e na Premier League inglesa de 91.300 euros.⁴⁰ No início da época de 2012/2013, o valor do salário mínimo dos jogadores da I Liga portuguesa, negociado entre a LPFP e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, foi de 1.455 euros;⁴¹ no outro extremo, o FC Porto pagou o valor de 4,799 milhões de euros de salário anual ao jogador Hulk, o SL Benfica pagou 2,2 milhões a Aimar e o Sporting CP pagava 1,4 milhões a Elias.⁴² A questão salarial é importante, pois determina o valor do vínculo entre o jogador e o clube, sendo critério

⁴⁰ <http://expresso.sapo.pt/futebol-salarios-medios-na-liga-sao-14500-eurosmes-6500-sem-os-tres-grandes=f51618> [consultado a 12 de novembro de 2012].

⁴¹ O salário mínimo para a II Liga foi estabelecido em 848,75€, para a II Divisão foi de 727,50€, e para a III Divisão foi de 606,25€: <http://www.ionline.pt/desporto/ligas-futebol-tem-novos-salarios-minimos> [consulta da 12 de novembro de 2012].

⁴² http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=2715584&especial=Revistas+de+Imprensa&seccao=TV+e+MEDIA [consultado a 12 de novembro de 2012].

de avaliação na determinação do valor de desvinculação do jogador numa possível transferência para outro clube.

A partir do momento em que os jogadores integram uma equipa de futebol, o seu quotidiano é relativamente previsível e uniforme. Carmem Rial, ao observar os jogadores brasileiros que atuam em vários clubes europeus, descreve o seu dia-a-dia, realçando a homogeneidade dos espaços que frequentam e das práticas:

... todos devem treinar ao menos uma vez por dia nos centros de treinamento ou no próprio estádio, muito semelhantes uns com os outros, todos devem apresentar-se para os jogos, todos devem viajar e hospedar-se em hotéis, todos freqüentam salas de ginásticas, *halls* de aeroportos, salas de imprensa – ou seja, passam de um *não-lugar* [...] a outro. Devem, sobretudo, respeitar uma rígida regulamentação de conduta que, em alguns casos [...] dificilmente encontra paralelo entre outras profissões, senão na carreira militar. Horários rígidos pontuando o tempo de trabalho (e o do não-trabalho), disciplina vestimentária (ir ao estádio de terno e gravata, ter uma roupa para os deslocamentos antes dos jogos no seu estádio e outra nos jogos fora de seu estádio, ausência de telefones celulares durante o deslocamento de ida – mas não no de volta - e nos vestiários, lugares fixos na mesa, ordem fixa de quem se serve durante as refeições, não-troca de camisas após os jogos com os adversários, pontualidade absoluta na chegada aos treinamentos e em todas as reuniões previstas, etc.), fazem o dia-a-dia dos jogadores ser absolutamente controlado, e as penalidades previstas para os casos de transgressões, monetárias e de exclusão da equipe fazem com que tenham interesse em aceitar o controle (Rial, 2008: 52).

Sendo um quotidiano rotineiro, a vida profissional de um futebolista está longe de ser estável e segura. Segundo Martin Roderick (2006a: 245), por várias razões, a incerteza é um aspeto constante da carreira de um jogador. Uma carreira curta, de grande mobilidade entre clubes, com dependência relativamente a vontades alheias (de treinadores, dirigentes e adeptos) e de elevado risco de contrair lesões que condicionem as suas aptidões físicas. Estes são fatores que tornam a profissão de futebolista numa atividade muito precária (Roderick, 2006).

Numa curta carreira profissional, que raramente alcança a duração de duas décadas, começando por volta dos 18 e terminando em média por volta dos 35 anos, os jogadores podem vivenciar experiências diversas. Se inicialmente têm a expectativa de virem a ser grandes jogadores, acalentando o sonho de representar grandes clubes e eventualmente a seleção nacional, ambicionam depois realizar o contrato das suas vidas, que lhes assegure segurança financeira, e finalmente sentem a frustração da limitação das suas capacidades físicas, até ao dia em que abandonam a carreira. Durante esse tempo estiveram quase sempre em movimento, comprados e vendidos entre clubes,

emigrando em busca de outras experiências ou apenas de melhores condições salariais.⁴³ São poucos os profissionais que atingem o estrelato, tornando-se ídolos, auferindo grandes fortunas, constituindo-se como modelos que alimentam o sonho de todos aqueles que ambicionam ter o futebol como profissão. No fim da carreira como futebolistas, uma parte significativa destes profissionais continua ligada ao futebol como treinadores, empresários ou outras funções administrativas no seio dos clubes. No entanto, em muitos casos, do futebol apenas se conhecem os triunfos; desconhecem-se os finais desses velhos prematuros que conheceram a glória e que agora ninguém reconhece (García Candau, 1996: 328).⁴⁴

3.6. Os agentes de futebol

O futebol não é feito só de jogadores. Para que o jogo aconteça, a nível profissional, são necessários vários protagonistas com desempenhos distintos e importância variável, designadamente dirigentes, diretores desportivos, treinadores, médicos, agentes, entre outros. Estes, apesar de não estarem diretamente envolvidos no jogo, têm especial relevância, pois são figuras centrais na mobilidade dos jogadores.

No futebol sempre existiram agentes que atuaram como intermediários em processos de transferência de jogadores, contudo, o seu reconhecimento oficial só aconteceu em 1991 quando a FIFA estabeleceu o primeiro sistema oficial de licenciamento de agentes (Poli e Rossi, 2012: 2). Procurava-se, dessa forma, controlar uma atividade que, sendo importante, decorria à margem da FIFA. A partir de 1991, para que a intermediação dos agentes em processos de transferência pudesse ocorrer, tornou-se necessário o seu reconhecimento pela FIFA e que os mesmos tivessem uma garantia bancária. Progressivamente, a regulamentação da atividade de agente tornou-se mais severa, com exigências de exame escrito, boa reputação, seguro de responsabilidade profissional, remetendo para as federações nacionais a atribuição das respetivas licenças (FIFA, 2008). Por seu lado, os agentes, na década de 90, aproveitaram as reformas do mercado de trabalho futebolístico na Europa, bem como o

⁴³ Ver a este propósito a tipologia das migrações desportivas no ponto 2.2. do capítulo II.

⁴⁴ A este propósito importa referir o que se passou com os futebolistas portugueses que venceram os campeonatos do mundo de sub-20, em 1989 e 1990. Alguns tornaram os seus sonhos realidade, convertendo-se em estrelas do futebol nacional e mundial, mas a maioria teve uma carreira discreta, tal como discreto foi o seu abandono do futebol.

crescimento económico dos clubes e, através da criação de redes transnacionais de mobilidade de jogadores, converteram-se em figuras centrais da indústria do futebol.

O agente de jogadores “é uma pessoa singular que, mediante retribuição, apresenta, com regularidade, jogadores a clubes visando a sua contratação, ou apresenta dois clubes visando a assinatura de um contrato de transferência entre ambos”.⁴⁵ Assim, os agentes têm de ser sempre sujeitos individuais licenciados pelas federações nacionais de futebol, não obstante terem a sua atividade profissional organizada sob a forma de sociedade.⁴⁶ Estão dispensados da licença federativa, não sendo cobertos pelos regulamentos da FIFA, os indivíduos que, na qualidade de pais, irmãos ou cônjuges dos jogadores, os representem na relação com as entidades patronais, bem como os advogados legalmente constituídos como representantes de jogadores ou clubes.⁴⁷ Assim, qualquer indivíduo que tenha a pretensão de exercer a atividade de agente de jogadores e não esteja contemplado numa das situações de exceção referidas, deverá efetuar o pedido para agente à federação nacional do seu país ou do país onde reside.⁴⁸ Se o pedido for considerado admissível, querendo isso significar que o indivíduo em causa tem uma “reputação impecável”,⁴⁹ a federação em causa convocará o requerente para um exame escrito.⁵⁰ Se o candidato obtiver a nota mínima de aprovação no exame escrito, a federação nacional solicitar-lhe-á que celebre um contrato de seguro de responsabilidade civil com uma companhia de seguros do país em causa. O objetivo do seguro é garantir a cobertura de qualquer pedido de indemnização por parte de um jogador, clube, ou de outro agente de jogadores, resultante da ação do agente no desempenho da sua atividade profissional, que na opinião da federação nacional e da FIFA viole os princípios deste regulamento e/ou do regulamento da federação nacional. A apólice deve assim ser redigida de modo a cobrir todo e qualquer eventual risco inerente à atividade de um agente de jogadores. Se não for possível ao agente efetuar a

⁴⁵ Definição constante do preâmbulo do Regulamento de Agentes de Jogadores (FIFA, 2008).

⁴⁶ Artigo 3º do Regulamento de Agentes de Jogadores.

⁴⁷ Artigo 4º do Regulamento de Agentes de Jogadores.

⁴⁸ Um indivíduo estrangeiro pode efetuar o pedido à federação nacional do país onde tem o seu domicílio, desde que resida permanentemente nesse país há pelo menos dois anos (nº1 do artigo 2).

⁴⁹ Por reputação impecável a FIFA entende que o sujeito em causa não esteve envolvido em crimes financeiros ou violentos (nº 1 do artigo 6º do Regulamento de Agentes de Jogadores).

⁵⁰ As federações nacionais realizarão exames escritos duas vezes por ano, em datas comuns a todas e marcadas pela FIFA. Cada exame será constituído por 20 questões, sendo quinze relativas a regulamentos internacionais e cinco sobre regulamentos nacionais. As questões incidem sobre as regras de transferência de jogadores e sobre noções de direito civil, nomeadamente direitos individuais e direitos contratuais.

apólice de seguro, poderá depositar uma garantia bancária no valor de 100 mil francos suíços, devendo a garantia ser emitida por um banco suíço, sendo a FIFA a única entidade a ter acesso a essa garantia bancária. Se a garantia for inferior ao montante referido, a licença do agente ficará suspensa até que o montante em causa seja repostos. Acresce que qualquer candidato que passe no exame terá que assinar um Código Deontológico, no qual se compromete a respeitar os princípios básicos aí expressos, em todas as circunstâncias em que atue como agente de jogadores. Após o candidato ter entregue a apólice de seguro de responsabilidade civil ou a garantia bancária, dependendo da situação, bem como o compromisso assinado relativamente ao Código Deontológico, a federação nacional deverá emitir a licença de agente de jogadores. Essa licença é pessoal e intransmissível e autoriza o agente a trabalhar a nível mundial.⁵¹

A partir do momento em que passa a usufruir do título de agente de jogadores licenciado pela federação nacional do país de pertença, o mesmo adquire diversos direitos, nomeadamente: contactar qualquer jogador que não se encontre vinculado a um clube por meio de contrato; representar os interesses de qualquer jogador ou clube que recorra aos seus serviços para negociar ou concluir contratos em seu nome; gerir os interesses de qualquer jogador ou de qualquer clube quando lhe for solicitado. Para poder representar ou gerir os interesses de um jogador ou clube, o agente terá que celebrar um contrato escrito. Esse contrato não pode ter uma duração superior a dois anos, podendo contudo ser renovado com acordo expresso de ambas as partes. O montante da remuneração devida a um agente de jogadores que tenha sido contratado para atuar em nome de um jogador é calculado com base no rendimento base anual ilíquido do jogador. Pelo facto de os agentes serem remunerados em função do rendimento do jogador, ou com base no valor do contrato do mesmo, os agentes são proativos na busca de melhores condições salariais para os seus clientes, sendo responsáveis pela elevada circulação de jogadores entre clubes e do conseqüente processo migratório.

A atividade do agente não se restringe a representar os seus clientes em processos negociais de contrato de trabalho, podendo oferecer múltiplos serviços.

⁵¹ É importante assinalar que a FIFA faz questão de frisar que os agentes de jogadores não são agentes FIFA, mas agentes de jogadores das federações a que se encontram afetos, <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/footballgovernance/playeragents/list.html> [consulta a 15 de outubro de 2012].

Assim, os agentes podem ser representantes dos jogadores em negociações com empresas de publicidade e marketing, fazer aconselhamento jurídico na resolução de conflitos, planejar a carreira do jogador, gerir o quotidiano do jogador e as suas finanças. Por outro lado, quando os clientes dos agentes são os clubes, as tarefas dos agentes podem consistir em transferir jogadores para outros clubes, procurar jogadores profissionais com o perfil pretendido, fazer *scouting* de jovens jogadores e organizar eventos (Poli e Rossi, 2012: 56 e ss.).

Em março de 2013 contabilizavam-se 6703 agentes de futebol formalmente reconhecidos em todo o mundo.⁵² As cinco grandes ligas europeias concentravam em si 41,7% dos agentes, sendo que a Itália, com 1047 agentes, era o país mais representado, seguido da Espanha, com 575, e Inglaterra, com 481 agentes. O primeiro país não europeu com mais agentes era o Brasil, com 280. Portugal encontrava-se em 17º lugar, com 71 agentes.

Apesar do elevado número de agentes, nem todos têm o mesmo protagonismo. Num estudo realizado sobre os agentes de futebol, nas cinco grandes ligas europeias, na época de 2010/11, Raffaele Poli e Giambattista Rossi (2012: 17) assinalam a elevada concentração de jogadores representados por um número reduzido de agentes. Um total de 1945 jogadores é representado por 694 agentes, sendo que metade desses jogadores é representada por apenas 83 agentes e um quarto por 24 agentes. A perspetiva da concentração do mercado ainda adquire mais relevo quando se tem em consideração que eram 2400 os agentes licenciados que, nessa época, estavam domiciliados nesses cinco países. A concentração de jogadores indicia a existência de barreiras à entrada de novos agentes nas competições mais relevantes, sendo que os jogadores e os clubes apenas estão disponíveis para serem representados por determinados agentes. Por outro lado, o mesmo estudo assinala também uma segmentação por país na representação dos jogadores, sendo que agentes provenientes de associações estrangeiras têm dificuldade em trabalhar noutras que não a sua. Em muitos casos, os jogadores estrangeiros, quando chegam a um novo país, optam por trocar de agente, substituindo-o por um que seja do país onde estão a jogar, na expectativa de que o conhecimento natural desse agente sobre o mercado lhes proporcione melhores condições contratuais (*ibidem*: 19). Por forma a contornar essas dificuldades, muitos agentes estrangeiros estabelecem parcerias com

⁵² <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/footballgovernance/playeragents/list.html> [consulta a 18 de outubro de 2012].

agentes domiciliados nos países onde querem colocar os seus jogadores, potenciando a criação de redes de influência e de trânsito de jogadores.

A percepção sobre a importância crescente destes agentes no universo do futebol pode ser constatada quando se tem em consideração o volume de negócios realizado. Na época de 2007/08, 200 milhões de euros resultaram da atividade dos agentes de futebol na Europa (KEA *et al.*, 2009: 55), valor que duplicou na época de 2010/11 (Poli e Rossi, 2012: 16). Os agentes radicados na Inglaterra, com 86.2 milhões de euros, foram os que obtiveram maiores rendimentos, seguidos pelos italianos, com 57.9 milhões, e pelos espanhóis, com 45.9 milhões. O total de ganhos obtidos pelos agentes das cinco grandes ligas europeias foi de 263.4 milhões de euros, valor que corresponde a 68,5% do total de rendimentos dos agentes na Europa. Nessa época, os agentes de Portugal tiveram ganhos de 10.3 milhões de euros.

Dos 6703 agentes de jogadores existentes em 2013, poucos têm a sorte ou a capacidade de representar jogadores muito valiosos, ficando com a representação de jovens jogadores ou jogadores discretos. Os jogadores mais procurados do panorama futebolístico são representados por agentes inseridos em grandes agências, que não ficam restringidas às suas fronteiras nacionais. O *ranking* das 10 maiores agências (Quadro 3.2.) deixa isso evidente, quando se constata que as nacionalidades dos jogadores que constam da carteira de clientes não são coincidentes com a nacionalidade das agências. A agência que surge em primeiro lugar é a Mondial Sport, de Constantin Dumitrascu, que registou um aumento de rendimentos de 294% em 2012, graças a uma carteira de 67 jogadores, como Aguero, Witsel e Ramires, que no total representam 635 milhões de euros. A Gestifute, do português Jorge Mendes, que nos últimos anos liderava este ranking, fica em 2º lugar, representando 69 nomes do futebol, tais como Cristiano Ronaldo, Falcão, Nani ou José Mourinho, avaliados em 525 milhões de euros, menos 2% em relação a 2011. Na terceira posição está a empresa inglesa Stellar Football, responsável por Bale, Hart, Bent, Ashley Cole, com 172 atletas que valem 366 milhões, o que representa um aumento de 34% em relação a 2011. A lista dos 20 maiores agentes e respetivas empresas do mundo reúne um total de 1854 jogadores, com um valor de mercado total de 4.9 mil milhões de euros.

Quadro 3.2.
Ranking das 10 mais valiosas agências de jogadores, dezembro de 2012

Empresa	País	Nº de jogadores	Avaliação da carteira	Valor médio de jogador	Jogadores
Mondial Sport Management & Consulting	França	67	635.1	9.5	Aguero, Cavani, Witsel, Ramires, Llorente, De Gea, Lucas Leiva, Ganso
Gestifute	Portugal	69	524.9	7.6	C. Ronaldo; Falcão, Di Maria, Pepe, Nani, Fábio Coentrão, José Mourinho
Stellar Football Ltd.	Inglaterra	172	366.2	2.1	Gareth Bale, Joe Hart, Darren Bent, Ashley Cole, Glen Johnson, Rafael
GoalKick Sportmanagement	Espanha	63	359.4	5.7	Juan Mata, Dzagoev, Santi Carzola, Jonas
Firsteleven ISM	Alemanha	87	333.7	3.8	Hazard, Yayá Toure, Demba Ba, Fred
Europe Sports Group	Brasil	393	311.1	0.8	Cristian, Arouca, André Santos, Montillo, Jean, Réver
Kick & Run Sports Management	Alemanha	45	234.1	5.2	Daniel Alves, Alex Song, Thiago Alcântara, Renato Augusto, Rhodolfo
Bahía Internacional	Espanha	70	227	3.2	Fernando Torres, Javi Martinez, Pedro, Jesús Navas
ProSoccer24	Alemanha	78	193.8	2.5	James Rodríguez, Cardozo, Gaitán, Palácio, Reyes, Gago, Vicente del Bosque
Base Soccer Agency Ltd	Inglaterra	99	190.1	1.9	Wilshere, Baines, Cahill, Lennon, Ramsey

Fonte: Pluri Consultoria⁵³

Nota: os valores relativos à carteira e valor médio dos jogadores são em milhões de euros.

Como este *ranking* deixa entender, este é um campo de intensa competição pela representação de jogadores, em especial dos mais prometedores, mais mediáticos e mais talentosos. Ter certos jogadores em carteira traduz milhões de euros. Por isso os agentes, para além de os tentar cativar para fazerem a sua representação, exercem vários tipos de pressão para que os jogadores que representam tenham visibilidade nos clubes onde se encontram, de forma a valorizá-los. Contudo, nem todos os jogadores são representados por agentes, existindo um número relevante de profissionais que prefere que sejam familiares a gerir as suas carreiras, como é o caso de Leonel Messi, Arien Robben ou Sergio Ramos.

Apesar de serem elementos centrais na forma como o futebol moderno acontece, alimentando um mercado insaciável de novos jogadores, para muitos, e dado não

⁵³ <http://www.pluriconsultoria.com.br/>, [consulta a 18 de março de 2013].

intervirem diretamente no jogo, os agentes também são considerados dispensáveis no universo do futebol.

3.7. O caso Bosman e as alterações no mundo do futebol

Em 15 de dezembro de 1995, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE), através do acórdão c-415/93, conhecido como acórdão Bosman, ao tornar a lei desportiva conforme com o direito comunitário, revolucionou o universo desportivo, alterando a lógica de mobilidade de atletas. Esta “revolução” foi empreendida por um anónimo jogador belga, Jean-Marc Bosman, que ao afrontar as poderosas estruturas futebolísticas, colocou em causa os pilares que regulavam o sistema de transferências de jogadores, nomeadamente os constrangimentos à liberdade de celebrar contratos, bem como a limitação na contratação de jogadores estrangeiros (Alonso Martínez, 2000).

A descrição dos factos que conduziram ao processo, bem como a decisão do TJCE, permite ilustrar os trâmites das transferências internacionais de jogadores antes e depois do acórdão de 1995.

3.7.1. O sistema de transferências antes de 1995

As regras da FIFA, relativas à transferência de jogadores de futebol antes do acórdão Bosman, determinavam que a transferência de um clube para outro, apenas ocorreria desde que houvesse acordo entre ambos os clubes, sendo ignorada a vontade do jogador no processo. Os clubes celebravam com os jogadores contratos onde estavam previstas remunerações e prémios mínimos a atribuir. Todos estes contratos deveriam ter uma duração mínima de um ano, até um máximo de cinco.

Antes do termo do contrato, o clube tinha de propor ao jogador novo contrato. Se assim não acontecesse, o jogador seria considerado, para efeitos do regulamento de transferências, jogador amador. O seu nome seria inscrito numa lista de transferências que era ser transmitida à respetiva federação. O jogador, cujo nome fosse inscrito nessa lista, teria durante o mês de maio a possibilidade de transferência obrigatória, ou seja, poderia ser transferido sem o acordo do clube precedente, desde que o clube interessado pagasse a indemnização de desvinculação prevista. O montante calculava-se mediante a multiplicação do rendimento bruto do jogador por um coeficiente dependente da sua idade. A partir do momento em que um jogador fosse colocado na lista, os clubes

nacionais ou estrangeiros estavam então autorizados a sondar o jogador em causa, assim como o respetivo clube. Relativamente à possibilidade da transferência. Em junho decorria entretanto o período de transferências livres. Neste caso, a indemnização de desvinculação seria livremente negociável. Assim, uma transferência apenas poderia acontecer se o antigo e o novo clube estivessem de acordo quanto ao seu valor. Na eventualidade de não se verificar a transferência, o clube a que o jogador pertencia, deveria propor-lhe novo contrato por uma época, nas mesmas condições oferecidas anteriormente. Se o jogador recusasse, seria suspenso ou então, adquiria o estatuto de amador, só podendo transferir-se com esse estatuto ao fim de dois anos.

Antes de Bosman, o sistema de transferência de jogadores decorria através do princípio do passe, em que o jogador permanecia vinculado ao clube que o contratasse, independentemente do contrato estar ou não em vigor. Assim, se um jogador tivesse findo o seu contrato, só seria transferido para outro clube desde que esse pagasse o valor do seu passe. O atleta era, portanto, uma mercadoria que ficava à mercê da vontade dos clubes. Por isso, o mercado europeu de transferências mais não era do que uma lista onde constavam os futebolistas profissionais disponibilizados pelos clubes para serem transacionados e o valor pelo qual deveriam ser pagos (Brownstone, 2010: 5).

A indemnização de desvinculação era definida como uma contrapartida para o clube que transferia, pelas despesas efetuadas com a formação e promoção do jogador, bem como uma compensação pelos conhecimentos ministrados e os custos da sua substituição. Esta indemnização de desvinculação, ou de transferência, era comum a todas as federações, variando apenas a filosofia de base ou a modalidade de pagamento. Por exemplo, na Áustria, a indemnização por transferência constituía uma compensação financeira pelas incidências negativas que a saída do jogador implicava na competitividade do clube; na Alemanha, a indemnização devia ser distribuída entre os clubes nos quais o jogador tivesse estado nos últimos sete anos; em Espanha, o jogador teria direito a 15% do montante da indemnização; e em Itália, a indemnização deveria ser aplicada em fins desportivos (Lenz, 1995: 12).

Estes princípios aplicavam-se também às transferências internacionais. A única diferença residia na emissão, pela federação do anterior clube, de um certificado internacional onde se atestava o cumprimento de todas as obrigações profissionais, incluindo uma eventual indemnização de desvinculação. Nenhuma federação nacional podia passar uma licença desportiva a um jogador proveniente de outra federação para

ele atuar em competições por si organizadas sem que previamente tivesse recebido da sua congénere o certificado internacional. Este certificado internacional é ainda uma obrigatoriedade em processos de transferência internacional de jogadores.

Relativamente às cláusulas de nacionalidade, que determinavam limitações à inscrição de jogadores estrangeiros nas equipas, a UEFA estabeleceu em 1991 a regra “3+2”, que significava a possibilidade de uma equipa poder alinhar com três estrangeiros, mais dois outros estrangeiros que jogassem no país há cinco ou mais anos consecutivos. Por virtude desta regra, os plantéis eram largamente compostos por jogadores nacionais. Contudo, verificavam-se significativas variações entre países, isto porque a UEFA permitia que cada federação nacional estabelecesse um número específico de estrangeiros e que, em função da nacionalidade, houvesse jogadores que tivessem estatuto de nacionais. Por exemplo, a federação espanhola adotou a opção da UEFA, mas a belga e a holandesa permitiram a utilização de um maior número de estrangeiros; a escocesa não impôs qualquer limitação; a inglesa não considerou os galeses, escoceses, e irlandeses como estrangeiros; e a francesa não considerou estrangeiros os jogadores das suas antigas colónias. Também em Portugal os jogadores brasileiros não entravam na contabilidade dos estrangeiros o que, a par das naturalizações por conveniência, contribuía para que os clubes nacionais tivessem, antes de 1995, plantéis com bastantes estrangeiros.

3.7.2. O caso Bosman

Jean-Marc Bosman assinou em maio de 1988 um contrato de trabalho com o RC de Liège,⁵⁴ contrato que tinha a duração de dois anos, expirando a 30 de junho de 1990, e que estipulava que o jogador receberia um salário mensal de 120 mil francos belgas. Passados os dois anos, e quando faltava um mês para o término do contrato, o RC de Liège fez nova proposta por uma época, um salário de 32 mil francos mensais. Não aceitando os termos da proposta, Bosman foi inscrito na lista de transferências do clube. A indemnização de desvinculação por transferência foi fixada em 11 milhões, 743 mil francos belgas. Segundo a lógica de transferências da altura, o RC de Liège, não estando interessado no jogador, necessitava de o reter para o poder negociar (Schimdt, 2008:

⁵⁴ Bosman era jogador profissional desde 1986, altura em que assinara contrato com o Standard de Liège. Quando em 1990 foi contratado pelo RC de Liège, este clube pagou ao Standard 3 milhões de francos belgas como indemnização de desvinculação por transferência.

16), prática que era legitimada pelos regulamentos de transferências da Federação Belga de Futebol (URBSFA) e da UEFA.

Apenas o US Dunkerque, clube da 2ª divisão francesa, se interessou pelo jogador e o negociou com o RC Liège. Nos termos desse negócio, Bosman seria cedido por uma época ao US de Dunkerque, contra o pagamento de uma indenização de 1 milhão e 200 mil francos belgas, ao mesmo tempo que o clube francês ficava com a opção sobre a transferência definitiva do jogador mediante a importância de mais de 4 milhões e 800 mil francos belgas. No entanto, para que a transferência se efetivasse era necessária a emissão do certificado internacional de transferência pela URBSFA para a sua congénere francesa. O RC de Liège, invocando dúvidas sobre a capacidade de o US de Dunkerque proceder ao pagamento, não libertou o passe internacional do jogador, ficando o acordo sem efeito. Frustrado o negócio, o clube belga reincidiu na proposta ao jogador, a qual voltou a recusar. Em consequência o RC de Liège suspendeu Bosman, impedindo-o de jogar a nova época.

Considerando-se injustiçado, Bosman recorreu judicialmente. Solicitou que o RC de Liège o indenizasse, que conjuntamente com a URBSFA lhe fosse pago um salário até encontrar novo clube, e que ambas as entidades não lhe prejudicassem qualquer possibilidade de uma nova contratação mediante exigência ou aumento do valor da indenização. Formulou ainda um pedido para que fosse apresentado ao TJCE uma questão sobre a compatibilidade do regime de transferências no âmbito do futebol, com o art. 3º, alínea C, e art. 48º do Tratado CEE. A resposta jurídica correspondeu aos pedidos efetuados por Bosman, que ficou livre para outro clube que o desejasse contratar sem indenização. Na consequência desta decisão, o TJCE cancelou o processo com a questão que lhe tinha sido colocada.

Como jogador livre, Bosman foi sucessivamente contratado por equipas das divisões secundárias da Bélgica e da França, com contratos rapidamente rescindidos pelos clubes. Sentindo-se perseguido, em abril de 1992, o jogador iniciou novo processo judicial onde, para além de manter a ação contra o RC de Liège e a URBSFA, ampliou o pedido contra a UEFA. Solicitava que estas três entidades deixassem de lhe restringir a liberdade de celebrar novos contratos, e que fossem condenadas a pagar-lhe um montante em compensação pelos prejuízos sofridos. Solicitou também que a regulamentação das transferências e as cláusulas de nacionalidade da URBSFA e da UEFA não lhe fossem aplicadas, e que o TJCE se pronunciasse sobre a questão da

obrigatoriedade de uma indemnização depois de findo o contrato e sobre as limitações à contratação de jogadores comunitários por clubes da CEE.

Em sentença, de outubro de 1993, o tribunal recurso de Liège reconheceu que o RC de Liège agiu ilegalmente ao frustrar as possibilidades de transferência de Bosman e que deveria reparar os danos daí emergentes. Decidiu-se também pela apresentação ao TJCE de um pedido de decisão sobre a interpretação dos artigos 48º, 85º e 86º do Tratado CEE, relativamente ao regime de transferências.⁵⁵ Seria relativamente a este processo que o TJCE se pronunciará a 15 de dezembro de 1995, revolucionando toda a estrutura do futebol europeu.

3.7.3. As consequências do caso Bosman

O pedido que Bosman formulou ao Tribunal de Liège, e que este posteriormente apresentou ao TJCE, levantava duas questões de compatibilidade com os artigos 48º, 85º e 86º do Tratado de Roma: a primeira tinha a ver com a compatibilidade entre o direito comunitário de liberdade contratual e a norma do universo futebolístico que determinava que um jogador ficasse dependente da vontade do anterior clube, mesmo depois de findo o contrato laboral entre ambos, e que uma nova contratação estava dependente do pagamento de uma indemnização; a segunda questão era relativa à compatibilidade das normas das federações nacionais, que limitava o acesso de jogadores estrangeiros, cidadãos comunitários, às competições que organizavam, com o direito de livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário.

Face à contestação das entidades futebolísticas, que colocaram em causa a legitimidade das questões colocadas por Bosman e a admissibilidade das mesmas pelo TJCE, o advogado geral do processo, Carl Otto Lenz, argumentou que, sendo o futebol profissional uma atividade económica, e constituindo-se o trabalho futebolístico como uma atividade remunerada, então, as questões colocadas ficariam sob a alçada do direito comunitário (Lenz, 1995: 4971). Assim, em acórdão de 15 de dezembro de 1995, o TJCE considerou que, tanto as cláusulas de nacionalidade como as indemnizações de transferências eram contrárias ao direito comunitário, pelo que tinham que ser abolidas (Musumarra, 2005: 39).

⁵⁵ Processo que recebeu no TJCE o número C-415/93.

Desde logo as reações não se fizeram esperar. Para muitos, o acórdão do TJCE foi meritório na medida em que, "o desporto não pode ser, pois, uma espécie de zona franca, qual no *man's land* para o ordenamento jurídico, onde as regras fundamentais da Comunidade não logram aplicar-se" (Amado, 1998: 365). Por outro lado, os grandes clubes da Europa remeteram-se a um silêncio significativo, pois:

o caso Bosman foi o detonador de um processo que consolida a indústria capitalista no desporto e em que, claramente, as grandes empresas do futebol começam a ditar as suas regras (...). Os grandes clubes equiparam-se às grandes empresas do espaço europeu (...) em que a maximização do lucro é o seu fim principal: são empresas que pouco se preocupam em saber a nacionalidade do quadro do seu pessoal (Seara, 1996).

Para a generalidade dos clubes, a decisão do TJCE foi vivida com mais dramatismo, catalogando-se o acórdão como um sismo que veio destruir a essência do desporto, e em particular do futebol, já que

os juízes de Estrasburgo ignoraram por completo é que o futebol não é apenas um espectáculo e uma profissão, ou não o é como outro espectáculo ou outra profissão qualquer. O futebol vive do público é alimentado não apenas pela qualidade do espectáculo, mas também por aquilo a que se chama o amor clubista e o amor nacional (...). Não é indiferente ao público quem veste essa camisola. O Benfica não seria o mesmo se o Eusébio, em lugar de ter jogado 15 anos no Benfica, tivesse lá jogado dois anos e mais 13 em cinco ou seis equipas diferentes. Entre o sistema de quase escravatura contratual que vigorava entre nós, antes de 1974, e o sistema de mercenarismo puro e simples, que o tribunal Europeu acaba de estabelecer, há toda uma diferença, em grande parte, que alimenta a paixão pelo futebol (Tavares, 1996).

A reação inicial da UEFA foi tentar alcançar um acordo com a Comissão Europeia de modo a regular a aplicação da sentença. Encetou depois toda uma série de contactos com entidades governamentais, pretendendo que, numa próxima conferência intergovernamental, houvesse uma revisão do Tratado de Maastricht que consagrasse cláusulas de exceção para o desporto, semelhantes às que o Tratado de Roma já previa em relação à cultura.

Nos distintos campeonatos de futebol, face à possibilidade de se embarcar num novo regime de contratação de jogadores, os clubes optaram pelos denominados "pactos de cavalheiros". Em Itália, esse pacto envolveu os cinco clubes mais poderosos, que se comprometeram entre si a não se aproveitarem da situação, ou seja, a não irem buscar a outros clubes jogadores que estivessem em final de contrato, e pelos quais não teriam de pagar qualquer indemnização. Em Espanha, com o argumento de que não se devem alterar as regras do jogo quando este está a decorrer, os clubes também estabeleceram

entre si acordos onde se comprometiam a respeitar as regras da UEFA, pelo menos até ao final da temporada 1995/96. É claro que a UEFA sempre reconheceu de forma positiva estes acordos informais entre os clubes, pois no seu entender só assim se conseguiria momentaneamente evitar a turbulência que resultaria da livre circulação de futebolistas na União Europeia (Moreras Martin, 1997).

O primeiro campeonato a aceitar as imposições do acórdão do TJCE, foi o inglês. Num simples mas explícito comunicado, os responsáveis da *Premier League* afirmaram que "as restrições que afetam os jogadores estrangeiros não podem ser aplicadas por mais tempo aos cidadãos da União Europeia. Os clubes, portanto, são livres de alinhar com quantos jogadores da União Europeia desejem".⁵⁶

Nos anos que se seguiram, em virtude de novos casos⁵⁷ motivados pela decisão inicial do acórdão Bosman, os princípios da livre contratualização e livre circulação de atletas no espaço europeu, alargaram-se a outras modalidades e a outras cidadanias. A invocação dos Acordos de Associação com a União Europeia tornaram possível que atletas de outras nacionalidades, envolvidos em processos migratórios em clubes europeus, reivindicassem estatutos idênticos aos atletas comunitários, apesar de permanecerem diferenças em função da nacionalidade (Hendrickx, 2005; Gil Araújo, 2002: 56).

⁵⁶ *El País*, edição de 23 de dezembro de 1995.

⁵⁷ Por exemplo, os casos Lethonen (C-176/96), Kolpak (C-438/00) e Simutenkov (C-265/03).

CAPÍTULO IV

PARA ALÉM DAS FACHADAS DAS MIGRAÇÕES E DO DESPORTO

4.1. Sobre a desconfiança epistemológica

O paradigma das ciências modernas, iniciado com a revolução científica do século XVI, tornou-se dominante através da confiança epistemológica que, entre os seus pressupostos, assumiu a desconfiança para com as evidências da experiência imediata como a atitude que denuncia o caráter ilusório da realidade. É isso que fazem os pioneiros da revolução científica do século XVI, Copérnico, Kepler, Galileu e Newton, com o questionamento da teoria geocêntrica e a afirmação da teoria heliocêntrica do mundo, em que para além de destronarem o pensamento dogmático religioso que colocava a Terra no centro do Universo, denunciam a ilusão dos sentidos que sempre viram o Sol girar em sua volta. Também em o *Discurso do Método*, obra fundadora da epistemologia moderna, René Descartes (1977: 35) determina que, para se obter um conhecimento isento de defeitos, a primeira regra é a de jamais receber por verdadeira alguma coisa que não se conheça evidentemente como tal. Assim, ao afirmar a necessidade de duvidar, institui-se a desconfiança como primeira lei do método científico moderno.

Desconfiança que, desde logo, obriga à rutura epistemológica para com os obstáculos do senso comum, que toldam e enviesam a possibilidade de um conhecimento seguro e válido da realidade. Rutura que, segundo Gaston de Bachelard, deve estar antes da elaboração teórica e do processo de verificação empírica. Por outro lado, desconfiança para com o caráter opaco da realidade que se dissimula de diversas formas, não revelando a sua essência. Para aceder a essa realidade escondida, as propostas epistemológicas balançaram entre o racionalismo, que elabora esquemas relacionais de conceitos como explicação prévia de realidades concretas, e o empirismo que advoga a observação controlada dos factos para aceder à sua essência. Assim

avançou o conhecimento científico, em que a teoria prévia, o pensamento dedutivo ou mesmo a especulação, não dispensaram a observação dos factos enquanto instância de confirmação última dos fenómenos naturais (Santos, 1988: 13).

Fenómenos naturais que, apesar de não serem evidentes na sua essência, não têm forma de se esconder. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a ciência moderna ao quantificar a natureza, desqualificou-a: “é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios” (*ibidem*: 13). Ou seja, através do método científico a natureza é violentada na sua intimidade, convertida numa realidade subordinada a leis mecanicistas, passível de ser, dominada e explorada.

A partir do século XIX, os fenómenos sociais foram sujeitos à ciência moderna. Da mesma forma que era possível conhecer os fenómenos astronómicos, físicos, químicos e fisiológicos, seria possível conhecer os fenómenos sociais. Para tal, Auguste Comte propôs uma *física social* como objetivo do seu curso de filosofia positiva: “agora que o espírito humano fundou a física celeste, a física terrestre, quer mecânica, quer química, e a física orgânica, quer vegetal, quer animal, resta-lhe terminar o sistema das ciências de observação fundando a física social” (*apud* Cruz, 1989: 149). Assim se constituíram as ciências sociais, em particular a Sociologia, como um conhecimento científico da sociedade, justificando o seu estatuto através do recurso aos mesmos princípios epistemológicos e metodológicos que permitiram a afirmação das ciências da natureza. É esse o esforço que Émile Durkheim faz quando, em 1895, publica as *Regras do Método Sociológico*, e estabelece os *factos sociais* como objeto de investigação sociológica. Diz Durkheim,

os fenómenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas [...]. É coisa, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece, ou antes, se impõe à observação. Tratar fenómenos como coisas é trata-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência [...]. Devemos, portanto, considerar os fenómenos sociais em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que deles têm representações; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, porque é deste modo que se nos apresentam. Se esta exterioridade não é senão aparente, a ilusão dissipar-se-á à medida que a ciência for avançando e ver-se-á, por assim dizer, o exterior entrar no interior (1987: 51-52).

As sociedades e as pessoas que as constituem, converteram-se assim em objeto de investigação, submetidas a relações de causalidade, as quais são passíveis de

observar, medir e conseqüentemente conhecer. O que se procura conhecer é a intencionalidade das ações sociais dos sujeitos, como afirmou Max Weber, ou seja, aquilo que interessa é saber porque é que as pessoas se comportam e relacionam em sociedade.

No entanto, as ciências sociais em geral, e em particular a Sociologia, por comparação com as ciências da natureza, confrontam-se com dificuldades adicionais: têm um objeto de estudo que não pode ser sujeito a experimentações. O sentido das ações sociais dificilmente é matematizável; os elementos da sociedade têm consciência da sua condição e facilmente se “escondem” oferecendo resistência ao olhar científico; as ações sociais estando localizadas no espaço e no tempo não permitem estabelecer leis universais, nem tão pouco produzir previsões; a realidade social surge como facilmente explicável pelo que é muito vulnerável a interpretações do senso comum; o próprio cientista social, porque é elemento da sociedade que estuda, pode ser influenciado na sua neutralidade pelos preconceitos que comporta. Também estes motivos contribuem para a desconfiança sociológica, pois se os sujeitos que são objeto de estudo têm consciência da sua própria condição, têm igualmente capacidade de “encobrir” o sentido das suas ações.

Considerando que a sociedade não acontece de forma óbvia, na medida em que quase todas as ações sociais têm sentidos latentes e manifestos (Merton, 1968), em que os indivíduos são atores sociais na medida em que modificam o seu comportamento em função dos contextos em que se encontram (Goffman, 1993), o pensamento sociológico constitui-se como a *arte da desconfiança*, e a perspectiva sociológica, pode ser resumida numa frase coloquial, como um *olhar para além das fachadas* (Berger, 1980). Desta forma, a sociedade deverá ser concebida como um edifício contendo realidades ocultas por fachadas institucionais, como sejam o Estado, as famílias, empresas, e os demais grupos sociais. Geralmente as fachadas mantêm-se e, se há a pretensão de perceber a realidade que as mesmas ocultam, então é preciso um considerável esforço intelectual.

Considera-se assim que os factos sociais possuem diferentes níveis de significados, alguns dos quais ocultos, pelo que também as ciências sociais assumem a sua suspeita para com as evidências que as sociedades lhe oferecem. Segundo Seda Nunes, as interrogações sociológicas são sinal dessa desconfiança, pois “pressupõe, que o sociólogo esteja interessado em olhar para além das metas das ações humanas comumente aceites ou oficialmente definidas” (1972: 810), por isso “a ciência é, na

verdade, sempre ciência do escondido, do que se não deixa ver e explicar imediatamente” (*ibidem*, 825). Por isso, para aceder à essência ou verdade dos fenómenos, é necessária a elaboração de estratégias metodológicas que permitam superar os subterfúgios do que se esconde, do que não se deixa ver, do que está para lá das fachadas.

Mas a Sociologia é também uma ciência difícil pelo seu carácter combativo. Não se conformando com as evidências, por vezes denúncia coisas escondidas e recalcadas, as quais são social e politicamente melindrosas para diversos setores da sociedade. Segundo Pierre Bourdieu, “uma das dificuldades maiores reside no facto de os seus objetos serem paradas em jogo de lutas; coisas que se escondem, que se censuram, pelas quais há quem esteja disposto a morrer” (2003: 25). Sendo um espaço de luta e conflito com interesses instalados e com poderes instituídos, onde se faz a denúncia das violências simbólicas, a Sociologia é um *desporto de combate*.¹

A combatividade e desconfiança da Sociologia leva-a a romper com os pressupostos das ciências, afirmando a existência de algo que se convencionou ignorar. Assim, Boaventura de Sousa Santos apela a uma *sociologia das ausências*, visando “demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (2002: 247), e a uma *sociologia das emergências*, que “consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear [...], por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente” (*ibidem*: 254). Desta forma se contesta a racionalidade hegemónica que, depois de subordinar outras racionalidades, as oculta e encobre não lhes dando espaço de expressão, pelo que é importante uma sociologia de ação que afirme o multiculturalismo e a pluralidade de visões do mundo.

As migrações e o desporto necessitarão do olhar desconfiado da Sociologia? Terão fachadas que encobrem processos e dinâmicas que não são imediatamente visíveis? Migrações e desporto são dois fenómenos sociais muito importantes nas sociedades contemporâneas, não apenas pela magnitude que têm à escala global, mas também pelas implicações noutros setores da vida social. Ambos os fenómenos são aparentemente de fácil caracterização: do lado das migrações, uma situação em que alguém, por motivos laborais, deixa o respetivo país e, durante algum tempo vai

¹ Frase proferida por Pierre Bourdieu no documentário “La Sociologie est un Sport de Combat”, de Pierre Carles, do ano de 2001.

trabalhar para outro país; no lado do desporto, uma situação em que um, ou vários indivíduos, desenvolvem uma atividade de cariz lúdico, enquadrada por uma organização que impõe regras e reconhece os vencedores. No entanto, a simplicidade revela-se ilusória, porque na realidade estes são dois fenómenos complexos na forma como sucedem. Cada fluxo migratório tem as suas próprias especificidades: as características do país de origem; o perfil social e demográfico dos migrantes; as suas motivações; o percurso que segue; as características dos países de destino; os segmentos de trabalho em que se vão inserir; a forma como são socialmente integrados. Todos estes aspetos contribuem para que as migrações não possam ser consideradas com um fenómeno uniforme. Também o desporto está longe de constituir um fenómeno homogéneo: pela diversidade de modalidades desportivas; pelas exigências físicas e intelectuais de cada desporto; pelo perfil dos praticantes; pelas competições que são organizadas; pelas instituições que regulam cada modalidade. Assim, conhecer a pluralidade de possibilidades de cada um destes fenómenos justifica a existência de uma investigação científica de cariz sociológico, pois a finalidade da Sociologia deve “tornar conhecida qualquer coisa previamente desconhecida para os seres humanos. É alargar o conhecimento, torná-lo seguro e mais ajustado” (Elias e Dunning, 1992: 40).

Mas, para além da complexidade implícita, em cada um dos fenómenos, estes também erguem fachadas que necessitam de ser ultrapassadas pelo olhar crítico da Sociologia. Nas migrações, por exemplo, erguem-se as fachadas das políticas migratórias desenvolvidas pelos países; das razões para que as populações fluam dos países pobres para os mais ricos; da questão das fronteiras físicas e das fronteiras simbólicas; dos clandestinos e a sua invisibilidade; do tráfico de migrantes. No desporto também são muitas as fachadas que se levantam: a transformação do desporto em atividade económica; o aproveitamento político dos eventos desportivos; a adulteração da verdade desportiva através de processos de corrupção e *doping*; as atitudes racistas e sexistas, entre outras.

A conjugação das migrações e do desporto, naquilo que são as migrações de trabalho desportivo, também justificam um olhar sociológico que, para além de conhecer uma realidade da qual não há muito conhecimento, desconfie das evidências que se lhe oferecem. Os trabalhos de Sociologia que até ao momento abordaram as migrações de trabalho desportivo confrontaram-se com dificuldades em superar as fachadas que lhes foram levantadas. Dificuldades que resultam fundamentalmente da

contagem dos migrantes, dada a ausência de fontes ou da incongruência das mesmas (Takahashi e Horne, 2004 e 2006) e do acesso a um universo que não está disponível para ser questionado sobre o seu quotidiano (Maguire, 1996; Magee e Sugden, 2002; Rial, 2008). De seguida serão apresentadas e justificadas as estratégias metodológicas desenvolvidas neste trabalho que aborda a problemática das migrações de jogadores no futebol português.

4.2. Modelo analítico: problema, objetivos e hipóteses de investigação

Mandam as regras da metodologia de investigação que a parte concetual dessa investigação se deve iniciar com a eleição de um tema, a determinação de um problema, a definição de objetivos e, finalmente, a elaboração de hipóteses. Sendo que todos estes momentos deverão posteriormente contribuir para a eleição da estratégia metodológica que deve presidir ao trabalho empírico. Assim, cumprindo o ritual de passar por todas estas etapas começa-se por apresentar o tema de investigação: as migrações internacionais de futebolistas em Portugal. Este tema reflete a conjugação de dois interesses, os quais, por sua vez, também têm uma dupla origem: o interesse pelas migrações resulta simultaneamente da perplexidade sociológica em perceber as motivações que levam alguém a sair do seu país e ir para outro destino e, por outro lado este interesse resulta também da emoção com que se observam as condições em que decorrem essas “odisseias pessoais”. O interesse pelo futebol decorre da perplexidade sociológica em perceber a transcendência da expressão social que um simples jogo tem no quotidiano das sociedades, e por outro lado da emotividade de quem é adepto do *beautiful game*.

O problema sociológico que o tema das migrações internacionais de futebolistas em Portugal suscita, é o da compreensão de um fenómeno social que não foi até ao momento sujeito a qualquer abordagem académica. Esta circunstância coloca algumas questões: quem são estes migrantes futebolistas; de onde vêm e para onde vão; quais as suas motivações; quais as implicações que têm no futebol nacional? A ausência de respostas prévias a estas interrogações constitui assim um problema sociológico que será “solucionado” com o decurso da investigação.

Tendo como objeto central de análise os migrantes internacionais do futebol português, ou seja, os jogadores estrangeiros que estão imigrados em Portugal e os

portugueses que estão emigrados no estrangeiro, definem-se a partir daí os seguintes objetivos:

1. A migração global de atletas de diferentes modalidades desportivas aumentou significativamente nos últimos anos, quer no volume, quer na composição, e até na orientação dos fluxos. Contudo, este tem sido um fenómeno quase ausente da investigação sociológica, sendo que a investigação na área das migrações nem sequer lhe faz alusão. Os trabalhos desenvolvidos sobre este tema têm sido essencialmente de cariz descritivo, efetuados a partir da Sociologia do Desporto, não havendo um contributo a partir de outros domínios, nomeadamente da Sociologia das Migrações. Assim, este trabalho propõe-se como primeiro objetivo, caracterizar as migrações de futebolistas como fluxos migratórios de trabalho desportivo que, apesar das suas especificidades, estão inseridas na dinâmica global e geral das migrações;
2. As investigações efetuadas no campo das migrações de trabalho desportivo têm incidido em fluxos singulares de modalidades específicas. Ou seja, têm sido estudados movimentos emigratórios a partir de determinados países de origem, ou então movimentos imigratórios para determinados destinos. Também não existem trabalhos de síntese que complementem as análises efetuadas de forma avulsa. Porventura, esta circunstância deve-se ao facto deste ser um campo de estudo relativamente recente. Por essa razão, outro dos objetivos consiste em rentabilizar o trabalho teórico já efetuado, sistematizando-o para a análise das migrações de futebolistas em Portugal;
3. O futebol português não ficou à margem das dinâmicas migratórias de futebolistas. Antes pelo contrário, é marcado intensamente pelo volume de estrangeiros que chegam e de portugueses que partem. Partindo desta constatação, estabelece-se igualmente como objetivo, a caracterização da dinâmica migratória do futebol português, tomando como unidade de análise, os futebolistas que integram os clubes que participam no campeonato nacional da I Liga;
4. A partir destes objetivos gerais, decorre um outro conjunto de objetivos que lhe são subsidiários:

- a) Caracterizar os fluxos migratórios de futebolistas em Portugal, tendo em consideração o futebol como um setor de atividade específico que, apesar de se estruturar em torno de uma racionalidade empresarial, é também condicionado pela emotividade decorrente do fenómeno desportivo;
- b) Determinar o estatuto migrante dos futebolistas. Assumi-los como migrantes passa por os considerar não apenas como jogadores, mas também como trabalhadores, neste caso, trabalhadores altamente qualificados;
- c) Caracterizar a evolução das migrações de futebolistas em Portugal. Num percurso histórico de pouco mais de um século, os processos de entrada e saída de futebolistas não decorreram com a mesma intensidade. Importa, por isso, conhecer essa dinâmica histórica para melhor compreender o atual contexto;
- d) Quantificar os fluxos de entrada e saída, tendo em consideração as proveniências dos jogadores estrangeiros e os destinos dos portugueses, e identificar regularidades nos processos de entradas e saídas;
- e) Identificar as lógicas que estão subjacentes aos processos migratórios. Sendo estas migrações reguladas por organismos nacionais e internacionais, e estando implicados vários protagonistas, é importante perceber as estratégias e interesses envolvidos;
- f) Determinar quais as motivações dos migrantes: quais os motivos que os levam a migrar; porque é que para os estrangeiros Portugal é destino migratório; porque é que os jogadores portugueses migram para um conjunto diversificado de destinos.

Posteriormente à definição do objeto de estudo e dos objetivos que uma investigação se propõe alcançar, surgem as hipóteses como uma resposta temporária ou provisória, que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação (Huot, 2002: 53); Assim, o papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os factos, sendo que essas sugestões devem posteriormente nortear o processo de investigação. Assim, as hipóteses que são propostas para este trabalho são as seguintes:

1. O futebol português é parte integrante da *arena desportiva global*, sendo condicionado e participando de dinâmicas globais comuns ao futebol de todos os outros países, e também comuns a outras modalidades desportivas. Esta integração do futebol português num contexto internacional, não apenas a nível desportivo, mas também económico e cultural, é condição para que Portugal faça parte do itinerário dos fluxos de migrações internacionais de trabalho desportivo;
2. As migrações de futebolistas em Portugal reproduzem características das migrações gerais. Ou seja, apesar das especificidades inerentes à atividade futebolística que inevitavelmente convertem as migrações de futebol em processos particulares de mobilidade, estas migrações são também subsidiárias das características e dinâmicas da sociedade portuguesa;
3. Os fluxos migratórios do futebol português encontram-se inseridos em vários sistemas, sendo o sistema migratório lusófono, aquele que é mais relevante. O volume de jogadores brasileiros no total de estrangeiros contratados pelos clubes portugueses decorre em parte, desse sistema migratório lusófono que estabelece um corredor privilegiado para este fluxo;
4. O futebol português caracteriza-se por simultaneamente receber jogadores estrangeiros e enviar para o estrangeiro jogadores portugueses, os quais têm na generalidade perfis semelhantes, incorporando-se em clubes com ambições ou características idênticas. Nesse sentido, o futebol português constitui-se como uma entidade social anómala;
5. A principal motivação dos jogadores estrangeiros na sua vinda para Portugal, é utilizarem clubes nacionais como porta de entrada para clubes de outros países europeus, o que contribui para que o futebol português se constitua como uma placa giratória de distribuição de jogadores;
6. A emigração de jogadores portugueses é consequência de várias circunstâncias, nomeadamente da entra volumosa de jogadores estrangeiros que lhes limitam as possibilidades de empregabilidade, bem como de problemas estruturais do futebol nacional que lhes suscitam fatores de repulsão;
7. Os clubes desempenham um papel importante na dinâmica migratória dos jogadores, nomeadamente porque na qualidade de entidades empregadoras,

estabelecem critérios de escolha de jogadores, e desenvolvem estratégias de contratação dos mesmos, determinando a forma das migrações acontecerem

8. Tendo em consideração as características do fenómeno desportivo, que numa lógica de maximização dos resultados procura atletas de qualidade que assegurem vitórias, a mobilidade entre países desses jogadores, configura um processo migratório de trabalhadores altamente qualificados;

4.3. Exercício metodológico

Em o *Discurso do Método*, Descartes afirma, “não é meu propósito ensinar aqui o método que deve cada um seguir para bem guiar a sua razão, mas tão-só fazer ver de que modo procurei guiar a minha” (1977: 21). De forma muito mais modesta, também aqui se pretende mostrar a forma pela qual foi conduzido este trabalho de investigação, o desenho metodológico e as opções pelas técnicas consideradas mais adequadas para aceder ao objeto de estudo e assim dar resposta aos problemas inicialmente colocados.

Por método de investigação entende-se um conjunto de procedimentos realizados para atingir objetivos definidos, ou um conjunto concertado de normas que permitem seleccionar e coordenar técnicas (Grawitz. 1976), ou dito de outra forma, um “programa regulado antecipadamente de uma sequência de operações a efetuar e assinalando certos erros a evitar, em vista da obtenção de um resultado determinado” (Javeau, 1998: 70). Ou seja, os métodos constituem de maneira mais ou menos abstrata ou concreta, uma estratégia de abordagem à realidade que se quer estudar, em função de finalidades específicas. Por outro lado, as técnicas são definidas como procedimentos operatórios rigorosos e bem definidos, através dos quais se executa essa estratégia de abordagem à realidade, sendo passíveis de serem aplicados de novo em circunstâncias idênticas, adaptadas ao tipo de problemas e fenómenos em causa. Torna-se aqui desnecessário argumentar no sentido de realçar as virtudes e defeitos das várias metodologias e técnicas. Em cada domínio metodológico há procedimentos próprios de abordagem à realidade que poderão ser acionados em conformidade com os problemas específicos de investigação. Poderá seguir-se a utilização de técnicas metodológicas qualitativas, quantitativa e a triangulação de dados, sendo que, os pressupostos metodológicos utilizados tiveram em consideração as pretensões de cada estudo. Assim, apesar da tentação metodológica de tudo justificar, tudo dizer, tudo legitimar, fazendo

com que em alguns casos se explicita mais a forma do que o conteúdo (Ianni, 2011: 38), considera-se que o método deve estar subordinado à realidade, e não constituir-se como uma imposição sobre essa mesma realidade.

Conforme sugerem Norbert Elias e Eric Dunning quando afirmam que “os sociólogos têm de descobrir por si próprios quais os métodos de investigação mais adequados à realização de descobertas no seu campo particular de pesquisas” (1992: 43), também neste trabalho se procurou seguir uma estratégia metodológica que estivesse em conformidade com as pretensões da investigação. Tendo em conta que o tema deste trabalho é um fenómeno multifacetado, produto da conjugação de dois universos distintos, o das migrações por um lado e o do futebol por outro, complexificado pelas várias escalas de ocorrência do fenómeno, diferentes fluxos e ainda pela diversidade de protagonistas, considerou-se mais adequado trabalhar na base de um pluralismo metodológico que permitisse conjugar procedimentos de abordagens metodologias distintas, nomeadamente de cariz quantitativo e qualitativo. Para além do mais, a opção pela diversidade metodológica, para além de pressupor a possibilidade de cobrir de forma mais completa o domínio temático em causa, permite também superar possíveis enviesamentos dos estudos baseados num único método ou numa única técnica. Teve-se neste caso em atenção que “na aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos, convém ter sempre presente que os critérios de avaliação respetivos, bem como os objetivos a atingir, são bastante distintos e implicam pressupostos metodológicos diversos” (Mendes, 2002: 2).

4.3.1. Os dados que se contabilizaram

Nem todas as dimensões da vida social podem ser reduzidas à mediação, resumo estatístico e linguagem matemática das técnicas metodológicas quantitativas. No entanto, o trabalho quantitativo revela-se de enorme importância ao permitir determinar a magnitude dos fenómenos sociais e medir a sua intensidade, com o rigor que caracteriza a linguagem matemática. É um recurso metodológico valioso, em particular nos estudos descritivos, permitindo estabelecer relações e correlações entre as variáveis dos fenómenos em causa.

Nos estudos de migrações internacionais, a quantificação dos contingentes migratórios constitui um momento importante, pois permite aferir a dimensão do

fenómeno em causa, detetar a sua dinâmica e expressão. No entanto este exercício de contabilização nem sempre é fácil de ser feito, desde logo pela complexidade do fenómeno bem como pela sua maleabilidade e dinâmica.

Um dos objetivos que este trabalho se propõe alcançar, é o de determinar o número de migrantes do futebol português, não apenas o de jogadores estrangeiros em Portugal, mas também o número de portugueses no estrangeiro. Através da expressão quantitativa, procura-se traçar sociograficamente os contornos de uma realidade em movimento, de forma a se obter um retrato o mais próximo possível dos processos migratórios de futebolistas. Este objetivo resulta da ausência de dados estatísticos, nacionais ou internacionais, que permitam descrever de forma mais detalhada a realidade em causa.

Assim procuraram realizar-se as seguintes tarefas: elaborar uma série estatística longa, de 1990 a 2011, relativa à emigração de jogadores portugueses; fazer uma série idêntica com os jogadores estrangeiros que imigraram para clubes da I Liga; construir uma base de dados que permita, ao longo de cinco anos, contabilizar o número de jogadores migrantes que em algum momento desse período integraram equipas da I Liga do campeonato nacional, que permita também determinar o seu percurso migratório, e ainda estabelecer perfis tipológicos desses jogadores.

Para a concretização destas tarefas, a principal dificuldade encontrada foi a da ausência de fontes ou, quando essas fontes existiam, revelarem-se incongruentes ou incompletas. Por exemplo, não foi possível estabelecer uma série longa da emigração dos jogadores portugueses porque esses dados aparentemente não existem. Ou seja, quando foram solicitados, nomeadamente à FPF e à LPFP, foi comunicada a inexistência dos mesmos. No entanto, considerando que aquando das transferências internacionais há lugar à emissão de um certificado, então é de supor que esses dados existam, podendo não estar tratados. Apenas o SJPF tinha dados que se aproximavam do número de jogadores no estrangeiro. No entanto, esses dados eram recentes, e para além disso baseados num critério que pode não cobrir todos os jogadores em causa. Assim, o número de jogadores no estrangeiro é determinado pelo número de revistas do Sindicato, que este envia para os jogadores que são seus sócios, e para todos os outros que o solicitem. Por esta razão, apenas se apresentam dados relativos à época futebolística de 2010/11.

Para a obtenção da série de jogadores imigrados em Portugal, recorreu-se a duas fontes que se complementaram. Por um lado, o website ZeroZero,² onde é feito um registo da composição dos plantéis das equipas de futebol ao longo de vários anos. Por outro lado, os Cadernos de A Bola, que constituem uma espécie de anuário do futebol nacional. Ambas as fontes revelam também fragilidades: o website ZeroZero, por ser uma base de dados aberta, construída através do contributo de vários colaboradores, e cujos critérios que presidem aos registos não serem conhecidos; os Cadernos de A Bola, por serem publicados no início do mês de agosto, numa altura em que os plantéis das equipas ainda estão em formação, pelo que os dados publicados são sempre incompletos. No entanto, o cruzamento entre estas duas fontes permite que elas se complementem, e se obtenha uma sequência confiável.

A elaboração de uma base de dados que cobre cinco épocas futebolísticas, de 2007/08 a 2011/12, foi construída com recurso a três fontes: o website da LPFP;³ os websites de cada um dos clubes participantes na I Liga; e o website ZeroZero. Em nenhuma das três fontes os dados relativos à constituição dos plantéis de cada uma das equipas são coincidentes, verificando-se discrepâncias relativas ao número de jogadores inscritos em cada um clube. Enquanto os dados apresentados no website da LPFP apresentam plantéis com elevado número de jogadores por equipa, os websites oficiais dos clubes apresentam um número mais reduzido. Esta discrepância deve-se ao facto da Liga apresentar todos os jogadores registados por cada clube, sendo que alguns não fazem parte do grupo de trabalho, nomeadamente por serem jogadores sub-19, por estarem integrados nas equipas B,⁴ estando referenciados apenas para suprir possíveis carências momentâneas dos plantéis. Por outro lado, os websites dos clubes apresentam apenas os jogadores que fazem parte das equipas principais e que quotidianamente participam nos trabalhos das respetivas equipas. Como forma de controlo procede-se ao cruzamento destas duas fontes com o website ZeroZero, que permite também estabelecer comparações no percurso profissional dos futebolistas.

² www.zerozero.pt/. Este website dedica-se a compendiar informações sobre jogadores, equipas, jogos, estádios e treinadores, cobrindo todo o universo futebolístico. É um website aberto em que os visitantes podem converter-se em colaboradores adicionando informações às já existentes. Não sendo uma fonte totalmente fidedigna, no cruzamento com outras fontes revela-se a validade e importância da informação publicada.

³ www.lfpf.pt/

⁴ Uma equipa B é a equipa secundária de um clube, criada no seio deste, encontrando-se competitivamente subordinada à equipa principal e devendo necessariamente competir em escalão inferior.

Importa aqui fazer menção a alguns critérios que presidiram à construção da base de dados: foram registados todos os jogadores que no período considerado, que estiveram pelos menos meia época inscritos em representação de um clube português da I Liga; o registo incidiu sobre os jogadores estrangeiros e portugueses, independentemente destes terem ou não tido alguma experiência migratória; para os estrangeiros e portugueses que migraram foi feito um registo descritivo dos clubes e países em que esteve anteriormente; para os futebolistas estrangeiros, a descrição desse percurso migratório cessa quando esses jogadores deixam o futebol da I Liga, podendo ser retomado se os mesmos eventualmente regressarem; porque as informações relativas à dupla nacionalidade dos jogadores não eram esclarecedoras, nem tão pouco se aplicam a todos os jogadores, em situações em que os futebolistas surgiam com dupla nacionalidade foi considerada a nacionalidade do país onde nasceu; o registo dos jogadores jovens iniciou-se quando estes ascenderam ao escalão sénior; considerou-se como clube de pertença do jogador, o clube no qual se encontrava registado em determinada época independentemente do vínculo laboral que matinha.

O registo da informação na base de dados foi efetuada em função de um conjunto de variáveis previamente definidas: nacionalidade do jogador; experiência ou não de migração; países em que esteve inscrito. Esta informação depois de recenseada, foi posteriormente tratada através do *software* Statistical Package for the Social Sciences com o objetivo de se obterem frequências descritivas e alguns cruzamentos.

Para além da dificuldade inerente às fontes, outras das grandes dificuldades deste registo teve a ver com o caráter sinuoso dos percursos migratórios dos jogadores. Estes migrantes estão sujeitos a uma intensa mobilidade interna e internacional, por períodos de tempo por vezes reduzidos, e integrando clubes de países com calendários desportivos muito discrepantes. Ou seja, estes migrantes não estão “quietos”, o que se por um lado levam problemas em termos de registo para tratamento estatístico, por outro é sintomático do da elevada mobilidade que caracteriza as migrações de trabalho desportivo.

4.3.2. As perguntas que se fizeram

As definições da técnica metodológica da entrevista são sensivelmente idênticas independentemente de quem as faça. Aludem a um processo de interação, entre duas ou

mais pessoas, em que uma delas, o entrevistador, coloca questões à outra, o entrevistado. A sequência dessas questões deve obedecer a uma estrutura, a qual pode variar de intensidade em função dos objetivos da entrevista. Esta é uma técnica que se revela adequada para abordar realidades simbólicas, e a forma como os membros de uma dada categoria ou grupo social reproduzem um discurso através do qual dão sentido aos contextos de pertença (Mendes, 2003: 9).

O recurso à técnica da entrevista no âmbito deste trabalho, resulta do facto de se considerar que não basta quantificar uma realidade para que dela se tenha conhecimento. Os números, sendo importantes permitem apenas uma imagem parcial e reducionista do que se pretende conhecer. Para alcançar os sentidos, as razões, os simbolismos, as intencionalidades, é necessário perguntar sobre a visão do mundo dos protagonistas, as suas sensações e interpretações. Daí a importância da técnica metodológica da entrevista para se obter um retrato o mais próximo possível da realidade. Essa foi também a razão pela qual se optou neste trabalho por esta técnica. Os números das migrações de futebolistas dizem-nos quantos são, quem são, de onde vêm e para onde vão os futebolistas, mas não dizem quais são as suas motivações e qual o sentido que atribuem ao processo em que estão envolvidos. As entrevistas, ao dar voz a vários protagonistas envolvidos nos processos internacionais de transferências, permitem um entendimento mais “qualitativo” da forma como estas migrações acontecem.

Foram realizadas 26 entrevistas a um conjunto amplo de protagonistas que, de forma direta ou indireta, estão implicados no campo do futebol e se constituem como observadores privilegiados dos processos migratórios de futebolistas. Procurou-se que esses protagonistas, pelas funções que desempenham, representassem a pluralidade de perspetivas sobre a realidade em apreço. Assim, foram determinados seis perfis de entrevistados: a) dirigentes de órgãos futebolísticos nacionais, em concreto da FPF, LPFP e SJPF, por se considerar que têm responsabilidades ao nível das intervenções e discursos, relativamente às migrações de jogadores; b) diretores desportivos de clubes da I Liga, por serem aqueles a quem cabe a gestão do departamento de futebol dos clubes, e que são os responsáveis pelos processos de contratação de jogadores; c) treinadores de futebol da I Liga, aos quais cabe a responsabilidade de seleccionar jogadores para integrarem as equipas e, essencialmente, trabalhar com esses jogadores com vista à obtenção de resultados desportivos; d) agentes de jogadores, por se

constituírem como os protagonistas que respondendo às solicitações de jogadores e/ou clubes, procedem às transferências dos primeiros, sendo assim promotores de processos migratórios; e) futebolistas, por serem os migrantes do futebol; f) outros protagonistas que pela sua relevância e disponibilidade foram entrevistados, nomeadamente um diretor de comunicação de um clube da I Liga, um inspetor de um serviço estatal, e ainda, um adepto esclarecido com passado de dirigente desportivo.

Para cada um dos perfis, os indivíduos a entrevistar foram “encontrados” de acordo com critérios variáveis. Assim, para o grupo dos dirigentes, foi solicitado aos respetivos organismos a realização de um entrevista, tendo sido dada a disponibilidade de um dirigente por entidade. Para os grupos de diretores desportivos e treinadores de futebol, foi solicitada a alguns clubes entrevistas com esses atores. Os agentes de jogadores foram escolhidos a partir de uma lista de agentes credenciados pela FPF, publicada no website da FIFA, seguindo um critério de proximidade geográfica e de disponibilidade dos mesmos. Os jogadores foram escolhidos em função da sua experiência migratória. Os demais entrevistados foram escolhidos em função de conhecimentos prévios e contactos pessoais e, por se considerar que a sua perspetiva era uma mais-valia para a investigação em curso. A caracterização dos entrevistados é efetuada no Quadro 4.1. Importa referir que a sua identificação é feita através de pseudónimos, circunstância que se deve ao facto de alguns dos entrevistados proferirem afirmações incómodas relativamente a pessoas e instituições, pelo que se considerou pertinente “diluir” a sua identidade.

A identificação de cada um dos entrevistados é feita através pseudónimos. Esta circunstância deriva do facto de dois dos entrevistados não se terem mostrado disponíveis para serem identificados pelo seu nome próprio, e ainda, porque alguns entrevistados fazem referências a situações e entidades que eticamente não será correto revelar.

Quadro 4.1.
Caracterização do perfil dos entrevistados

Pseudónimo	Caracterização
André Pinto	Dirigente da FPF, aproximadamente 65 anos de idade.
Carlos Sousa	Dirigente da LPFP, aproximadamente 55 anos de idade.
João Marinhãs	Dirigente do SJPF, aproximadamente 50 anos de idade.
Mário Simões	Diretor desportivo em clube da I Liga. Foi treinador de futebol de clube da I Liga. Licenciado em Engenharia. Cerca de 50 anos de idade.

Edgar Fava	Diretor desportivo em clube da I Liga. Foi observador de jogadores, trabalhou no <i>scouting</i> de vários clubes. Licenciatura em Comunicação. Trinta e cinco anos de idade.
António Abraços	Diretor desportivo em clube da I Liga. Possui o curso de treinador, e treinou equipas de escalões jovens. Trabalhou como observador e responsável pelo <i>scouting</i> de diversos clubes da I Liga. Licenciatura em Engenharia Informática. Quarenta anos de idade.
João Paulo	Treinador de futebol em clube da I Liga. Foi jogador de futebol, tendo sido em várias ocasiões campeão nacional, vencendo também troféus internacionais. Foi campeão do mundo no escalão sub-20. Foi internacional A em várias ocasiões. Enquanto jogador, foi emigrante em dois clubes europeus. Cerca de 43 anos de idade.
Francisco Velhinho	Treinador de futebol em clube da I Liga. Formado em Educação Física, iniciou nesse âmbito a sua atividade como treinador. Já treinou clubes em n a Arábia Saudita, Grécia e Roménia. Cerca de 45 anos de idade.
Matias Guerreiro	Treinador de futebol em clube da I Liga. Aproximadamente 50 anos.
Pedro Pina	Treinador num país africano. Com quase 30 anos de carreira, foi treinador em Portugal e no estrangeiro. Venceu vários troféus internacionais. Foi selecionador nacional de um país africano. Cerca de 65 anos.
Delfim Ribeiro	Agente de jogadores desde 2002, credenciado pela FPF em 2003. Representa 23 jogadores. Licenciado em Ciências do Desporto. Tem aproximadamente 32 anos.
Artur Fernandes	Agente de jogadores desde 2001, altura em que foi credenciado pela FPF. Anteriormente já trabalhava numa empresa própria, de gestão de carreiras desportivas. Representa 20 jogadores, sendo que a maioria estão em clubes estrangeiros. Licenciado em Economia. Tem aproximadamente 33 anos.
Fernando Mateus	Agente de jogadores. Foi credenciado pela FPF em 2001. Anteriormente trabalhava na área de gestão de carreiras desportivas de futebolistas. Faz a representação de 43 jogadores, alguns dos quais são estrangeiros. A sua carteira de jogadores inclui alguns que são internacionais. É licenciado em Gestão. Tem cerca de 40 anos de idade.
António Regadas	É agente de jogadores, credenciado pela FPF desde 1999. Iniciou-se no universo do futebol como jogador, sendo posteriormente treinador, e ainda observador de jogadores. Na atualidade trabalha também como observador para clubes um clube italiano e outro inglês. Faz a representação de 25 jogadores. Tem aproximadamente 45 anos de idade.
Carlos Vale	Agente de jogadores. Começou informalmente a fazer representação de jogadores, e só posteriormente, em 2007, ficou credenciado pela FPF. Iniciou a sua atividade no futebol como jogador, sendo depois diretor desportivo num clube da I Liga. Faz a representação de 25 jogadores. Tem o 12º ano como habilitações académicas. Tem cerca de 42 anos de idade.
Jorge Lameiras	Agente de jogadores. Iniciou a atividade por convite de um amigo futebolista. Em 2004 foi credenciado pela FPF. Paralelamente é funcionário administrativo na função pública. Faz a representação de 28 jogadores. Tem aproximadamente 47 anos de idade.
Rui Vieira	Agente de jogadores. Foi um importante jogador de futebol, com participação em diversos clubes portugueses. Jogou também em Espanha e Inglaterra.
Edu Junior	Futebolista brasileiro contratado por um clube da I Liga. Encontra-se há três anos em Portugal. Já jogou num clube da Argentina e num outro do Uruguai. Cerca de 29 anos de idade.

Édson Prazeres	Futebolista brasileiro contratado por um clube da I Liga. É a primeira época em Portugal. Cerca de 22 anos.
Arnaldo Ventura	Futebolista português contratado por um clube da I Liga. Esteve alguns meses contratado por um clube espanhol. Cerca de 23 anos.
Kalidou Sow	Futebolista costamarfinense contratado por um clube da I Liga. É a primeira época em Portugal. Cerca de 20 anos
Hans Polster	Futebolista austríaco contratado por um clube da I Liga. Está há três anos em Portugal. Cerca de 26 anos.
Habib N'Doy	Futebolista senegalês contratado por um clube da I Liga. Chegou a Portugal com 19 anos, estando no país há seis anos
Bruno Martins	Diretor de comunicação num clube da I Liga. Jornalista de profissão trabalhou em órgãos de comunicação social especializada em desporto. Foi observador de futebolistas ao serviço de uma empresa de agenciamento de jogadores. Aproximadamente 42 anos de idade.
Nuno Serra	Funcionário de serviços inspetivos do Estado.
Paulo Figueiredo	Adepto de futebol. Foi dirigente desportivo num clube da I Liga. Licenciatura em Direito

A principal dificuldade encontrada na realização das entrevistas foi o estabelecimento de contactos para a realização das mesmas. O universo do futebol, apesar do seu mediatismo e exposição pública na comunicação social, é um espaço social fechado. Os clubes, em particular, são muito herméticos, fechados sobre si próprios, desconfiados de alguém que vem de fora colocar questões sobre o quotidiano dos jogadores e a forma como são geridos determinados assuntos. Esta dificuldade acaba por não ser estranha tendo em consideração a intensa competitividade e rivalidade na qual os clubes estão envolvidos, bem como a frequente fuga de informações e especulações efetuadas pela comunicação social. Assim, entende-se esta dificuldade de estabelecer contactos, não como uma resistência ao trabalho de investigação, mas antes como uma forma de preservação da intimidade. Esta dificuldade contribuiu para que o número de entrevistas efetuadas a diretores de clubes de futebol, e respetivos jogadores, fosse menor do que aquele inicialmente se tinha estabelecido fazer. No entanto, esta dificuldade não impediu que se realizassem as entrevistas consideradas necessárias para um adequado trabalho empírico.

As entrevistas foram realizadas ao longo da época de futebol de 2010/11, sendo a primeira foi efetuada em setembro de 2010, e a última em maio de 2011. No período durante o qual foram realizadas as entrevistas, não se registaram quaisquer factos, que relevando da atividade futebolística pudessem condicionar as respostas dos entrevistados.

O contexto no qual foram realizadas as entrevistas variou de acordo com os entrevistados, tendo sido estes a sugerir o local no qual as mesmas se efetuaram. Assim, houve 18 entrevistas que se realizaram em espaços institucionais, correspondentes aos locais de trabalho dos entrevistados, entre as quais estão as entrevistas efetuadas aos dirigentes desportivos, treinadores (com uma exceção), alguns agentes, jogadores, e ao diretor de comunicação. Por outro lado, houve sete entrevistas efetuadas em espaços públicos, nomeadamente cafés e restaurantes, por serem locais de fácil encontro, entre as quais está a entrevista a um treinador, algumas entrevistas a agentes, e a um funcionário de um serviço inspetivo do Estado. Houve uma entrevista realizada no espaço doméstico, neste caso efetuada ao adepto. Em todas as circunstâncias se considera que o local das entrevistas não condicionou os entrevistados, e que houve a privacidade necessária para que os mesmos não se sentissem constrangidos nas suas respostas.

O registo das entrevistas foi efetuado através de gravação áudio digital. Houve uma entrevista que foi respondida por escrito, em virtude do entrevistado não ter disponibilidade de agenda para uma entrevista presencial. Nesta situação o guião foi reduzido, focando-se nas questões fulcrais, sem no entanto sofrer uma alteração na sua essência. O facto de não estar presente o entrevistador, e as respostas ao serem escritas não terem a espontaneidade das respostas orais, faz com que esta entrevista seja distinta das demais.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião adaptado ao perfil e funções de cada entrevistado. Procurou-se que a todos os participantes fossem colocadas questões sobre as mesmas áreas temáticas, sendo que, em função respetivos perfis, as questões incidiram mais em determinados assuntos. O desenvolvimento das entrevistas decorreu com elevado grau de flexibilidade, adaptando-se ao discurso do entrevistado, pelo que não seguiu uma ordem rígida na aplicação das questões. A duração média das entrevistas foi de 50 minutos, sendo que a maior durou uma hora e quarenta e sete minutos, e a mais pequena vinte e oito minutos.

A duração das entrevistas teve variações significativas, sendo que a mais longa teve um tempo de 1h48, e a mais curta apenas 25min. Em média, as entrevistas tiveram uma duração de cerca de 50 minutos. As entrevistas efetuadas a jogadores foram as que demoraram menos tempo, enquanto as aplicadas a dirigentes desportivos e alguns agentes de jogadores, demoraram mais tempo.

O tratamento do conteúdo das entrevistas foi efetuado através de um procedimento conjugado de audição e transcrição. Ou seja, todas as entrevistas foram sujeitas a um processo de audição, durante o qual foram tomadas notas sobre a pertinência dos discursos dos entrevistados. Procurou-se nesses discursos encontrar uma sequência argumentativa que permitisse estabelecer um diálogo em função dos temas e subtemas definidos. Posteriormente, depois de identificadas as partes discursivas mais relevantes em cada entrevista, as mesmas foram transcritas, e colocadas numa sequência com as transcrições das outras entrevistas efetuadas.

A utilização dos excertos das entrevistas no último capítulo, segue um procedimento em que depois da citação proferida pelo entrevistado, refere-se o seu pseudónimo, a sua profissão, e ainda o tempo em que na gravação digital da entrevista a citação em causa se localiza.

II Parte
O FUTEBOL COMO UM JOGO DE MIGRANTES

CAPÍTULO V

AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DE FUTEBOLISTAS

5.1. Breve história das migrações de futebolistas

Enquanto fenómeno inserido nos processos das globalizações, o futebol está relacionado com as dinâmicas mais amplas de fluxos de pessoas, tecnologias, dinheiro, imagens e ideologias (Maguire, 2008: 455). Desde que o futebol se constituiu como modalidade desportiva, em meados do século XIX, até à atualidade, foi sempre marcado pela mobilidade geográfica de jogadores, refletindo muitas das características da “idade das migrações” (Castles e Miller, 2007). Ao longo deste tempo, muitos milhões de pessoas migraram em busca de melhores condições de vida, alterando significativamente a composição da população mundial, num processo em que praticamente todos os países foram envolvidos, uns como países de origem e outros de destino. Também os futebolistas estiveram sempre envolvidos em dinâmicas migratórias, deslocando-se em função de contextos económicos e políticos, em processos condicionados por restrições impostas pelos Estados, bem como por regulamentos das federações nacionais e internacionais de futebol (Taylor, 2006: 13).

Inicialmente, as migrações de futebolistas estiveram relacionadas com a conceção cosmopolita do mundo que predominou até à época da I Guerra. Depois, os movimentos migratórios dos jogadores foram limitados por regulamentações protecionistas impostas pelos organismos federativos em conformidade com interpretações políticas sobre a nação. Contudo, os processos de profissionalização de muitos campeonatos não se compadeceram com as restrições nacionalistas e, através de transferências de jogadores, alimentaram diversos fluxos migratórios internacionais de trabalho futebolístico. O século XX foi assim marcado pela dicotomia entre imposições restritivas à contratação de jogadores estrangeiros e a sua liberalização. Nos anos 90 do século passado, em virtude de uma série de circunstâncias resultantes da estruturação e rentabilização do espetáculo desportivo, assistiu-se portanto à liberalização dos

mercados de transferência, com a consequente intensificação das migrações de futebolistas.

A forma como o futebol se desenvolveu ao longo do século XX presta-se a uma interpretação ambivalente entre o espaço global e nacional. Ao mesmo tempo que foi uma atividade que exaltou a universalidade e dinamizou processos de globalização, foi também um meio de afirmação de identidades nacionais, em que as seleções nacionais reproduziram a lógica westphaliana dos Estados e os jogadores, enquanto representantes da nação, recriaram o espaço das “comunidades imaginadas” de que fala Benedict Anderson (2006). Norbert Elias e Eric Dunning (1992) assinalam, por outro lado, a ambivalência do futebol na relação entre o espaço nacional e local. Ou seja, ao mesmo tempo que se constitui como o meio ideal para favorecer a emergência de uma identidade nacional, o futebol tem um enorme potencial para constituir uma identidade local ou regional contrária à pretensão unificadora ou homogeneizadora da nação. Esta dimensão ambivalente é constatada na história geopolítica das migrações de futebolistas, em concreto na forma como foram geridas pelos poderes nacionais, “traçando a fronteira entre o ‘nós’ e os ‘outros’, ou como os ‘outros’ foram integrados no ‘nós’ como estratégia de reforço da nação” (Poli, 2004: 2).

Em função dos contextos económicos e políticos, dos desenvolvimentos na profissionalização e das regulações que as instâncias futebolísticas nacionais e internacionais implementaram, a história das migrações de futebolistas não teve uma evolução linear (Taylor, 2006: 13). É uma história de fluxos e refluxos, de continuidades e rupturas, umas vezes constrangida pelas dinâmicas políticas e económicas, outras pela própria estratégia inerente à competitividade futebolística. É ainda uma história que não foi contada, encoberta pela exaltação dos resultados das competições e pela narrativa dos grandes jogadores. Por isso, não há sobre ela séries estatísticas, nem relatos relevantes; apenas tendências e episódios que permitem, apesar dos constrangimentos, traçar percursos e afirmar que os futebolistas sempre estiveram em movimento (*ibidem*: 13).

5.1.1. O cosmopolitismo dos primeiros futebolistas estrangeiros

O futebol, enquanto modalidade desportiva racionalizada pelos ingleses na segunda metade do século XIX, rapidamente se expandiu pelo mundo. Segundo Lloyd

Hill (2009: 14), o termo “difusão” não é o mais adequado para caracterizar o modo como o futebol se disseminou, porque este não foi um processo natural de dispersão, mas expressão de um sistema complexo de práticas que, para além da dimensão lúdica, comportou também uma expressão cultural, política e económica, intrinsecamente relacionada com o imperialismo inglês e a sua vasta área de influência. Assim, progressivamente, todos os espaços que estavam em contacto com o império britânico foram adotando o modelo desportivo inglês, sendo que o futebol foi a modalidade que mais rapidamente se expandiu.

As malhas que o império teceu proporcionaram as vias de propagação do futebol, tendo sido os marinheiros, engenheiros, militares, colonos e comerciantes britânicos os pioneiros desse processo. É desse contexto que surge o primeiro clube em França, em 1872, na cidade portuária de Havre, quando comerciantes ingleses aí se instalaram e fundaram Le Havre Athletic Club com o objetivo, entre outros, de jogar futebol (Ravenel, 1996: 15). Fundados por britânicos e para britânicos, os clubes prosperaram em circuito fechado, acessíveis aos cidadãos do Reino Unido e excepcionalmente à elite local, modelo que se generalizou por toda a Europa (Ravenel, 1997: 82). Em Itália, o Genoa Cricket and Football Club foi fundado em 1893 por um grupo de técnicos e engenheiros ingleses que trabalhavam na Riviera para que pudessem ter um clube onde jogar cricket, sendo o acesso inicialmente vedado aos italianos. Só em 1897 é que o clube se abriu a italianos e cidadãos de outras nacionalidades, nomeadamente austríacos e suíços (Taylor, 2006: 14). Também o Milan Cricket and Football Club, fundado em 1899 por Alfred Edwards e Herbert Kilpin,¹ ingleses de Nottingham, restringiu-se inicialmente a sócios britânicos, o mesmo sucedendo com os clubes de Nápoles e Palermo,² entre outros, que foram surgindo por iniciativa inglesa em finais do século XIX, princípios do século XX (Missiroli, 2002: 2). Em Espanha, o primeiro clube de futebol surgiu em Huelva, quando funcionários britânicos de uma companhia mineira, também ela britânica, fundaram o Huelva

¹ Herbert Kilpin quando foi para Itália já era jogador de futebol, o que faz com que seja apontado como o primeiro futebolista britânico a jogar no estrangeiro. A este propósito cf. http://www.bbc.co.uk/nottingham/content/articles/2008/11/07/herbert_kilpin_founder_ac_milan_feature.shtml [consulta a 20 de março de 2012].

² Clubes fundados com os nomes de Naples FootBall & Cricket Club e Anglo Panormitan Athletic and Football Club, que deram respetivamente origem aos atuais SSC Napoli e US Palermo.

Recreation Club³ (Mascarenhas, 2001). Em Bilbao, Sevilha, Málaga, e em muitas outras cidades, foram também criados clubes sob impulso dos britânicos (Masià, 2011).

O geógrafo Loïc Ravenel (1997: 82-84), ao analisar a implantação do futebol em França, identifica três tipos de expansão da modalidade que, de forma genérica, se aplicam também à expansão mundial da modalidade. O primeiro, designado como *transplante britânico*, corresponde à forma mais evidente de como os britânicos, a viver noutros países, para aí transportaram o seu modelo de desporto, reproduzindo em clubes por si criados a prática do futebol. Importa referir que este transplante britânico ocorreu também por via indireta, nomeadamente através de agentes suíços e alemães que se deslocaram para a França e aí implementaram práticas futebolísticas, numa reprodução do modelo britânico. O segundo tipo é designado como *relação*, e resulta da forma como os cidadãos de um país, ao estarem em relação com a Inglaterra ou com britânicos no estrangeiro, ao regressarem ao seu país colocam em prática a modalidade que aí estava em voga. As situações mais comuns, correspondentes a este tipo de expansão, são aquelas onde estão implicados estudantes ou comerciantes, que com frequência iam a Inglaterra, ou a outros países estrangeiros, onde contactavam com britânicos, e que ao regressarem ao país de origem reproduziam localmente o mais popular jogo de então. O terceiro tipo, referido como *imitação*, acontece quando os autóctones, ao assistirem ao futebol jogado por estrangeiros, os imitam nas suas práticas futebolísticas, promovendo jogos e organizando-se em clubes. Segundo Ravenel, esta imitação resulta do facto de, em muitas circunstâncias, os clubes de estrangeiros interditem a participação dos indivíduos locais, levando-os a organizarem-se em clubes com os quais vão rivalizar. Seja por *transplante*, *relação* ou *imitação*, os britânicos estiveram sempre implicados na forma como o futebol foi acontecendo na Europa e no resto do mundo, estando também sempre subjacente o movimento migratório de indivíduos neste contexto.

A fácil adoção do modelo britânico de *sport*, em particular o *football*, deveu-se ao facto da modernidade, e todos os seus indicadores de desenvolvimento, terem o seu centro em Inglaterra, e os *sportsmen* de então falarem todos inglês (Lanfranchi e Taylor, 2001: 20). A tradução inglesa do nome das cidades incorporadas nas designações dos clubes é disso exemplo: *Genoa FC*, *Naples FC*, *Royal Antwerp FC*, *AC Milan* e *Austria de Vienna*. A designação dos clubes suíços do *Grasshoppers* de Zurique, *Old Boys* de Basileia, *Young Boys* de Berna ou os *Young Fellows* de Zurique, expressam a influência

³ Clube que corresponde ao atual Recreativo de Huelva.

anglófona. Também na América do Sul, onde o futebol chegou ainda no século XIX, a denominação dos clubes é também reveladora da influência britânica: na Argentina o *River Plate* e o *All Boys* de Buenos Aires, o *Newell's Old Boys* da cidade do Rosário; na Bolívia, *The Strongest* de La Paz; no Brasil, o *Corinthians* de São Paulo; no Chile, os *Rangers* de Tecla; no Peru, o *Sport Boys Association*; no Uruguai, o *Montevideo Wanderers*, o *Liverpool* e o *River Plate*, todos de Montevideo.

O futebol terá sido o produto mais bem-sucedido e duradouro exportado pelo império britânico (Missiroli, 2002: 3). Contudo, essa circunstância não pode escamotear a presença de pioneiros de outras nacionalidades, com um importante papel na forma como o futebol se implantou. Por exemplo, o Internazionale Football Club⁴ de Milão, fundado em 1908 por dissidentes do Milan Cricket and Football Club, que tinha como objetivo, para além da integração de italianos, incluir cidadãos de outras nacionalidades, daí a sua designação de *internazionale*. Também fundado em 1908, o Bari Football Club foi formado por alemães, austríacos, franceses, espanhóis, britânicos e italianos, todos homens de negócios juntos na mesma equipa (Taylor, 2006: 14). Em 1910, em Nápoles, os dois clubes da cidade, o Naples e o Internapoli, incluíam um jogador egípcio, um belga, um maltês, dois suíços, três alemães, três britânicos e dois noruegueses, e entre os italianos dois irmãos que tinham estudado em Inglaterra (Lanfranchi e Taylor: 2001: 29).

É importante de referir aqui o desempenho do suíço Hans-Max Gamper (1877-1930), que constitui um dos exemplos que melhor ilustra o cosmopolitismo desportivo existente na transição do século. Nascido na Suíça, foi um atleta multifacetado, praticante de diversas modalidades, sendo também responsável pela criação de clubes de futebol no seu país e no estrangeiro, locais para onde se deslocava em função dos seus compromissos empresariais. Depois de uma experiência precoce no ciclismo, dedicou-se ao futebol, tendo sido jogador do FC Basileia e do FC Excelsior, e fundador do FC Zurich. Em 1897, Gamper mudou-se para Lyon e aí tornou-se jogador de *rugby*. Em 1899 chegou a Barcelona e, inserindo-se facilmente na comunidade estrangeira existente na cidade, fundou, a 29 de novembro de 1899, juntamente com mais onze entusiastas britânicos, suíços, alemães, austríacos e espanhóis, o Futbol Club Barcelona. O primeiro presidente do clube foi o inglês Walter Wild, que combinou as funções

⁴ Clube atualmente mais conhecido como Inter de Milão.

administrativas com as de jogador.⁵ Envolvendo-se em vários setores da vida social catalã, o FC Barcelona foi progressivamente passando de um clube de estrangeiros para o clube representativo da cidade e simbolicamente da Catalunha, sendo por isso *més que un club* (Taylor, 2006: 15).

Na ilustração do manifesto cosmopolitismo futebolístico, pode ainda fazer-se referência à composição das primeiras equipas que venceram campeonatos nacionais. O primeiro clube do mundo a vencer um campeonato nacional foi o Preston North End de Inglaterra, na época 1888/89, com uma equipa onde constavam sete jogadores de outras federações, ainda que britânicos, ou seja escoceses, galeses e irlandeses. Importa referir que o primeiro clube a vencer o campeonato inglês de futebol com uma equipa apenas constituída por ingleses foi o Aston Villa FC, na época de 1909/10, 22 anos depois do início da competição. Em 1891, o clube que venceu o primeiro campeonato argentino foi o Saint Andrew Scotch Athletic Club, totalmente composto por jogadores escoceses. O primeiro campeão belga de futebol, em 1895/96, foi o Lüttich Football Club de Liège, com uma equipa da qual constavam cinco jogadores britânicos. Em 1899/00 Le Havre Athletic Club Football foi campeão de França, com uma equipa onde havia cinco jogadores estrangeiros. O primeiro campeão romeno foi o Clubul Atlético Colentina em 1909, contudo durante quase 100 anos o título não lhe foi reconhecido, exatamente pelo facto de a equipa ser constituída por muitos jogadores estrangeiros.⁶ Estes foram os pioneiros da expansão do futebol pela Europa e América. Um jogo ao qual se aderiu facilmente, por refletir o ideal de um mundo sem fronteiras, sem constrangimentos à mobilidade de pessoas, aberto aos negócios e à circulação das conceções de modernidade.

Perante este breve retrato da dinâmica migratória inicial do futebol, fica a questão de considerar, ou não, os primeiros jogadores de futebol estrangeiros como migrantes. Segundo Lanfranchi e Taylor, “claramente, eles não eram migrantes no sentido de profissionais que viajavam para o estrangeiro para ganhar dinheiro jogando à bola, contudo o futebol fazia parte da sua bagagem cultural” (2001: 31). Ou seja, as motivações migratórias dos primeiros jogadores estrangeiros não eram futebolísticas, mas sim laborais, em domínios diversificados que iam dos negócios até à criação de

⁵ Informação do website do clube FC Barcelona, <http://www.fcbarcelona.es/club/historia/presidentes> [consulta a 10 de abril de 2011].

⁶ Todos os dados referidos têm como fonte a IFFHS, <http://www.iffhs.de/index.php?50948c02> [consulta 12 de abril de 2011].

infraestruturas, seguindo um percurso idêntico ao do capital, o que contribuiu para que estes primeiros clubes sejam marcados pelo elitismo dos seus praticantes. Contudo, e na medida em que as vitórias no futebol se converteram em fonte de prestígio, os clubes começaram a ser seletivos quanto aos estrangeiros que integravam nas suas equipas, sendo que em alguns casos esses jogadores estavam próximos do profissionalismo.

5.1.2. Restrições nacionalistas no período entre guerras

Na transição do século XIX para o século XX, o futebol veiculou um intenso sentido cosmopolita e valores de liberdade que se refletiram na forma como o jogo se expandiu por toda a Europa (Lanfranchi e Taylor, 2001: 1). Contudo, desde cedo o futebol foi também marcado pela contradição entre essa dimensão universalista e a dimensão nacional (Benoit, 2008: 533). Por esta altura, uma das mais importantes questões que se colocava aos líderes do futebol europeu, tinha a ver com a regulamentação dos movimentos migratórios de jogadores que, livres de constrangimentos, podiam representar mais do que um clube e estar inscritos em mais do que uma federação nacional no mesmo ano (Dietschy, 2006: 31). Os primeiros estatutos da FIFA, em 1904, refletiam essa preocupação. Apesar de terem ainda um caráter provisório e estarem vocacionados essencialmente para a aceitação de novos membros, estabeleciam desde logo a proibição dos futebolistas poderem jogar simultaneamente por diferentes associações, e a obrigatoriedade das associações nacionais reconhecerem as suspensões aplicadas aos jogadores por outras associações congêneres, condicionando assim a sua circulação. Esta intenção de limitar os movimentos dos jogadores, preservando o caráter nacional do futebol, resume a primeira intenção de regulação internacional do futebol.

As tensões políticas que conduziram à Primeira Guerra Mundial, que continuaram até 1945, tornaram-se cada vez mais expressivas. O futebol, convertido em jogo de nações, em que as vitórias e derrotas valiam mais do que um simples jogo, rapidamente se tornou expressão de sentimentos nacionalistas. Em muitos países o *football* foi substituído por outras designações, como *fußball* na Alemanha, em Itália *calcio*, na Hungria *labdarugas* e na Croácia *nogomet* (Lanfranchi, 2002: 16). Progressivamente, as principais federações europeias introduziram quotas limitadoras ao número de jogadores estrangeiros nos clubes nacionais. Procurava-se a homogeneidade e a afirmação de uma pátria idealizada, ao mesmo tempo que se

defendia o suposto interesse do futebol nacional, priorizando os jogadores nacionais para que fossem estes a representar o país em competições internacionais (Poli, 2008: 85). Na Inglaterra, onde havia um relativo isolacionismo em relação ao futebol continental, foi determinado que os estrangeiros só poderiam jogar como profissionais desde que tivessem dois anos de residência no país. Na Alemanha, em 1933, o futebol profissional foi proibido e a federação germânica interditou a atividade de jogadores e treinadores estrangeiros (Taylor, 2006: 19). Neste contexto, a França constituía-se uma exceção. Desde finais dos anos 20 que aí se fazia o recrutamento de jogadores africanos provenientes dos seus territórios coloniais, em particular magrebinos (Poli, 2006b; Solberg, 2008). Já em 1932, aquando do seu primeiro campeonato profissional, a França permitiu que os clubes tivessem até cinco estrangeiros. Apesar de tudo, promoveu a naturalização de muitos jogadores como os austríacos Jordan, Hiden e Hiltl, ou o jugoslavo Ivan Beck⁷ (Lanfranchi, 2002: 19).

O país que tornou mais evidente a imposição de limitações à utilização de estrangeiros, e instrumentalizou o futebol em proveito de um determinado ideal de nação, foi a Itália fascista de Mussolini. Em 1926, através da Carta Viareggio,⁸ foi oficializada a intromissão política no futebol, determinando-se a supervisão pelo Estado da organização da modalidade. Um dos pontos mais importantes desse documento foi a imposição de restrições à utilização de jogadores estrangeiros por parte dos clubes italianos. Assim, numa fase transitória, os clubes poderiam inscrever até dois jogadores estrangeiros nos respetivos plantéis, mas desde que não participassem em simultâneo nos jogos. Depois desta fase transitória, os clubes ficaram proibidos de inscrever qualquer jogador estrangeiro. Esta interdição à utilização de jogadores estrangeiros é contraditória em relação a outros aspetos da Carta, em concreto a reorganização do futebol numa liga nacional, e a distinção entre o estatuto de jogador amador e não amador, o que permitiu a profissionalização do futebol em Itália (Martin, 2005: 58). Ou seja, ao mesmo tempo que aumentaram as exigências competitivas dos clubes, e em que se organizou a competição no sentido de maior espetacularidade, limitaram-se as possibilidades de competitividade pela exclusão dos jogadores não italianos. Assim, na

⁷ Em 1934, Ivan Beck tornou-se o primeiro cidadão naturalizado a capitanear a seleção francesa de futebol.

⁸ Documento que se constituiu como uma espécie de constituição do futebol italiano e que, de acordo com a visão fascista de então, procedeu a um profundo reordenamento estrutural do futebol através de intervenções ao nível do estatuto dos jogadores, da estrutura federativa e da reorganização das competições (Martin, 2011: 67).

época de 1925/26 foram banidos do futebol italiano 80 jogadores estrangeiros, sobretudo húngaros e austríacos (Foot, 2007: 38).

A contradição na existência de uma competição profissional que interditiou a possibilidade de contratar jogadores estrangeiros tornou-se evidente quando os clubes italianos, com a cumplicidade do regime fascista, recorreram a um argumento que converteu determinados futebolistas estrangeiros em nacionais. Ao invés da contestação da lei, os clubes aproveitaram as suas possibilidades, nomeadamente o reconhecimento da nacionalidade italiana através do conceito de *jus sanguinis*, para recrutarem futebolistas com origens italianas na América Latina, em particular na Argentina, Uruguai e Brasil. Os *rimpatriati*, tal como eram designados, eram descendentes de italianos na diáspora que, desde que fosse invocada essa condição, adquiriam automaticamente a dupla nacionalidade, sem necessidade de processo de naturalização, ficando aptos a representar a seleção nacional italiana. O primeiro *rimpatriati* foi o argentino Julio Libonatti, sendo também, provavelmente, o primeiro futebolista a iniciar a rota migratória transatlântica quando, em 1925, se transferiu do Newell's Boys, clube da sua cidade natal de Rosário, para o Torino FC. Desde logo, Libonatti converteu-se num dos mais proeminentes jogadores do campeonato e da seleção italiana,⁹ abrindo a porta a muitos outros sul-americanos (Lanfranchi e Taylor, 2001: 74). Por exemplo, em 1934, na segunda edição do Campeonato do Mundo de Futebol, realizada precisamente em Itália, a seleção transalpina era constituída por cinco *rimpatriati*, nomeadamente os argentinos Luis Monti, Attilio Demaria (que já haviam jogado pela Argentina no Mundial de 1930), Raimundo Orsi, Enrique Guaitae ainda o brasileiro Anfilogino Guarisi (Witzig, 2006: 40).

O futebol sul-americano não era desconhecido dos europeus. Já desde o início do século XX que clubes ingleses, italianos e espanhóis se deslocavam com regularidade à Argentina, Brasil e Uruguai, entre outros países, para jogar com equipas locais. Os jogos constituíam momentos excepcionais para cada país exhibir os seus progressos na senda da modernidade, tendo por isso um impacto significativo nas cidades onde se

⁹ Filho de italianos imigrados na Argentina, Libonatti jogou no Newell's Boys entre 1917 e 1925, período durante o qual representou a seleção nacional da Argentina por 15 vezes. Entre 1925 e 1937 jogou em Itália pelos clubes do Torino FC, Génova e Rimini, sendo também internacional pela seleção italiana em 17 ocasiões.

realizavam.¹⁰ Estes contactos futebolísticos entre europeus e sul-americanos são a expressão de uma relação marcada simultaneamente pela amizade e confronto, produto de relações coloniais profundas e intensas dinâmicas migratórias, comportando uma dimensão diplomática na manutenção de laços políticos, económicos e culturais entre os dois lados do Atlântico (Lanfranchi e Taylor, 2001: 72). O futebol europeu, em particular o inglês, apresentava-se aos sul-americanos com um estatuto de superioridade pelo facto de terem sido eles a criar e difundir o jogo, mas também em virtude do desenvolvimento das sociedades europeias e do seu *status* colonizador. É por isso com alguma surpresa que se assiste, a partir da segunda década do século XX, à afirmação do futebol sul-americano. Em 1916 teve início a Copa América, numa altura em que o futebol europeu estava condicionado pela Primeira Guerra Mundial. Também nesse ano foi criada a Confederación Sudamericana de Fútbol, apenas 12 anos depois da fundação da FIFA e quase 40 anos antes da criação de qualquer outra confederação continental. A qualidade do futebol sul-americano acabaria por se evidenciar nos anos seguintes, quando o Uruguai venceu os torneios de futebol nas olimpíadas de 1924, em Paris, e de 1928, em Amesterdão, culminando com a conquista do primeiro campeonato do mundo disputado em 1930 no Uruguai. Também o Brasil, no Campeonato do Mundo de 1938, em França, deslumbrou os europeus com o seu estilo de jogo. As vitórias revelaram um novo tipo de futebolistas: elegantes, elásticos, artistas, que driblam como quem dança tango ou samba. Estas foram formas de exprimir o fascínio pelos jogadores uruguaios, argentinos e brasileiros por oposição aos jogadores europeus, que recorriam mais à força física e estavam constrangidos por esquemas táticos rígidos.

A sedução pela arte futebolística dos jogadores sul-americanos foi tão intensa que os clubes europeus os começaram a cobiçar. Numa altura em que o profissionalismo não estava instituído na América do Sul, nem os clubes tinham qualquer vínculo com os jogadores, estes eram facilmente aliciados e contratados para jogar na Europa (Nolasco, 2013: 326). Um episódio que ilustra a euforia na contratação destes jogadores ocorreu em 1933, quando um dirigente da Lazio de Roma chegou a São Paulo e contratou os melhores jogadores do Palestra Itália, Corinthians e Santos, formando uma equipa que tinha 12 brasileiros e que ficou conhecida como *Brazilázio*

¹⁰ É nesse contexto que em 1913, a convite do Botafogo FC, uma seleção de jogadores da Associação de Futebol de Lisboa se deslocou ao Brasil para realizar uma digressão pelo Rio de Janeiro e São Paulo, disputando sete jogos com equipas das duas cidades. Para o Governo republicano recentemente implantado em Portugal, esta foi uma excelente oportunidade diplomática de aproximação entre os dois países, razão pela qual a comitiva foi acompanhada por um representante do Governo português.

(Alvito, 2007: 532). Neste contexto, entre 1929 e 1942, os clubes italianos contrataram 60 argentinos, 32 uruguaiois e 26 brasileiros (Lanfranchi e Taylor, 2001: 83).

Uma outra história da mobilidade de jogadores, e que se tornou representativa dos refugiados políticos e das pessoas no exílio, aconteceu durante a Guerra Civil de Espanha. Face aos avanços do franquismo no País Basco, os republicanos, conscientes do importante papel propagandístico do futebol, decidiram criar uma equipa que fosse representativa dos interesses nacionalistas bascos, com o objetivo de funcionar como um corpo diplomático que em jogos internacionais propagandeasse a causa nacional e angariasse fundos para a luta contra Franco. Assim, em 1937, em plena guerra civil, é criada uma equipa de nome Euzkadi, formada por 23 jogadores.¹¹ A intenção inicial era realizar dois jogos em Paris e regressar a Bilbao, mas as circunstâncias políticas obrigaram a que a Euzkadi protagonizasse uma larga digressão internacional pela Europa e América, culminando com a efetivação de processos migratórios para um número relevante dos jogadores. A equipa iniciou a digressão em abril de 1937, em França, seguindo-se depois Checoslováquia, Polónia, União Soviética, Noruega e novamente França. Face à vitória de Franco no País Basco, a equipa Euzkadi decidiu prosseguir para a América, passando por México, Cuba, Chile e Argentina. Não havendo desenvolvimentos positivos no seu país, a equipa basca regressou ao México e participou no campeonato mexicano na época de 1938-39. A vitória de Franco na Guerra Civil e da perda de objetivo para a atuação da equipa, levaram a que esta se dissolvesse em agosto de 1939. Os jogadores da Euzkadi não regressaram a Espanha, dispersando-se pela América, em particular em clubes mexicanos e argentinos (Etxepare, 2007).

Como refere Paul Dietschy (2006: 41), a forma como se desenrolaram os processos migratórios no período entre guerras é ilustrativo de como o futebol, enquanto desporto, foi e pode ser manipulado politicamente. As questões económicas e os fatores de atração e repulsão, enquanto determinantes dos processos migratórios, não estando aqui totalmente afastados, são no entanto moldados por fatores institucionais, políticos e culturais.

¹¹ Dos 23 jogadores, 14 eram oriundos do Athletic de Bilbao, dois do Real Unión de Irun, dois do Real Madrid, sendo os restantes provenientes do Arenas de Getxo, Baracaldo, Oviedo, Racing de Santander e FC Barcelona.

5.1.3. Entre protecionismos e liberalismos

A história das migrações internacionais de futebolistas, dos anos 30 até ao final do século XX, é caracterizada por ciclos inconstantes de jogadores, determinados por fatores económicos, culturais e institucionais. Em determinados momentos, como por exemplo nos anos 50, houve uma intensa circulação de jogadores, que teve restrições nos anos seguintes, aos quais se seguiram novas tendências migratórias. Num mercado de contratações aparentemente protecionista, as origens e destinos dos migrantes foram variadas e seletivas, consoante os momentos da vida política do século XX. A tendência geral das migrações foi no sentido da periferia para o centro, sendo que estes dois pólos no universo do futebol não são exatamente coincidentes com o centro e a periferia do sistema mundo. Contudo, ao longo do século XX a Europa foi o centro para onde afluíram os jogadores das periferias, seguindo percursos de afinidades culturais, em ritmos marcados por vontades institucionais (Taylor, 2006: 15). Ou seja, houve uma importante dimensão cultural a mediar os fluxos, verificando-se que tendencialmente entre a origem e destino migratório havia afinidades étnicas e culturais, resultantes de processos coloniais e de migrações gerais anteriores. Houve ainda uma dimensão institucional, resultante da expressão política dos Estados e da orientação das federações nacionais e internacionais que regulam o futebol, em facilitar ou limitar os fluxos de jogadores, quer nas saídas, quer nas entradas.

Entre as principais tendências migratórias no período considerado, destacam-se, pelo seu caráter estrutural, a manutenção do fluxo sul-americano e o crescente fluxo africano, e pelo seu caráter conjuntural as migrações da Europa de Leste e a imigração para os Estados Unidos. Estes fluxos serão abordados de seguida.

Fluxo sul-americano

A América do Sul, que desde cedo se revelou um precioso filão de futebolistas para os clubes europeus, continuou no pós-guerra a alimentar inúmeros fluxos migratórios, inclusive no próprio continente americano. Entre 1945 e 1946, cerca de 60 futebolistas argentinos foram para o México e muitos outros para o Peru. Entre 1947 e 1949, período durante o qual houve uma greve dos jogadores argentinos,¹² cerca de 50 futebolistas emigraram para a Colômbia. O campeonato colombiano convertera-se num

¹² Os jogadores reclamavam assistência médica para as suas famílias, um salário mínimo e a possibilidade de negociarem os seus contratos sem constrangimento dos anteriores clubes.

El Dorado, com os clubes a aliciarem os melhores jogadores da América e alguns europeus através de salários muito elevados. Argentinos, peruanos, paraguaios, brasileiros, italianos, jugoslavos, húngaros e até britânicos, desvincularam-se dos seus clubes e rumaram à Colômbia. Os clubes colombianos tinham como prática não pagar indenizações de desvinculação aos clubes dos jogadores que contratavam, pelo que os jogadores reclamaram junto da FIFA. Na sequência das queixas, a FIFA expulsou a Associação Colombiana da sua organização, decretou a liga como “pirata” e ainda interditou a participação dos clubes e jogadores do campeonato colombiano de competirem com clubes de outros países (Jaramillo Racines, 2011: 126). Esta situação manteve-se até 1953, quando os clubes colombianos começaram a ter dificuldades financeiras e os melhores jogadores abandonaram o país.

Alfredo Di Stéfano, de nacionalidade argentina, considerado um dos melhores jogadores de todos os tempos, esteve envolvido na “Liga Pirata” colombiana, e o seu percurso como migrante é ilustrativo das tendências migratórias do futebol. Filho do cruzamento multicultural das migrações transcontinentais, Di Stéfano tinha quatro avós originários de países diferentes: os avós paternos da Argentina e de Itália; os avós maternos da França e da Irlanda. Foi ídolo do River Plate na Argentina, dos Millonários na Colômbia, e do Real Madrid em Espanha. Foi seis vezes internacional pela Argentina, quatro pela Colômbia e 31 por Espanha (Polanía Castro, 2012: 100). A sua chegada em 1953 a Espanha coincide com o surgimento de um novo conceito, *oriundo*. Este expressava a condição dos jogadores que não sendo nacionais, não eram exatamente estrangeiros, usufruindo de um estatuto especial que lhes permita ter dupla nacionalidade e jogarem por mais do que uma seleção nacional. Em Espanha e Itália, esta nova categorização dos jogadores traduziu-se numa nova vaga migratória proveniente da América do Sul (Lanfranchi e Taylor, 2001: 91). Também em França e Portugal se assistiu a um crescendo na presença de jogadores sul-americanos, em particular brasileiros.

A transferência de jogadores da América do Sul para a Europa manteve-se até meados dos anos 60, quando as principais federações europeias começaram a impor limitações à contratação de jogadores estrangeiros. França e Espanha, em 1962, proibiram a contratação de futebolistas de outras nacionalidades, e a Itália faz o mesmo em 1966. Todas estas interdições têm a ver com os maus resultados das seleções nacionais e a atribuição dessa responsabilidade aos jogadores estrangeiros, por se

considerar que limitavam as possibilidades dos jogadores nacionais. Outro facto relevante foi a decisão da FIFA, com base num novo conceito de nacionalidade desportiva, de proibir que futebolistas que já tivessem jogado por uma seleção nacional o fizessem novamente por uma outra seleção, independentemente de usufruírem de dupla nacionalidade. Apesar das limitações, Espanha, França e Itália mantiveram-se disponíveis para receber jogadores vindos do estrangeiro que, através do princípio de *jus sanguinis*, adquirissem dupla nacionalidade e que cumprindo ainda o critério da FIFA pudessem ser utilizados pelas respetivas seleções nacionais.¹³

A esta prática continuada de nacionalização dos melhores jogadores sul-americanos responderam, nos anos 70, alguns países com medidas restritivas à emigração. Por exemplo, a Argentina, aquando do início dos trabalhos de preparação para o Mundial de 1978, que se realizava no seu país, determinou que só integrariam a lista dos 40 jogadores pré-convocados os que jogassem no país.¹⁴ Brasil, Uruguai, Peru, foram outros dos países que limitaram as saídas dos seus melhores jogadores, não através da formalização de medidas restritivas, mas através da persuasão.

Entretanto, os países europeus levantaram as proibições à contratação de jogadores estrangeiros, mas estabeleceram quotas limitadoras quanto ao número de jogadores por clube. Assim, no início dos anos 80, os sul-americanos tinham um papel relativamente marginal nos campeonatos de futebol na Europa. Na época de 1980/81, havia 130 jogadores sul-americanos, sendo os argentinos a nacionalidade mais representada com 67 jogadores, seguidos dos brasileiros com 27. Da totalidade de jogadores, mais de metade estavam migrados em Espanha, país onde se encontravam 39 argentinos, 15 paraguaios, 10 uruguaios e quatro brasileiros. Portugal, com 19 jogadores brasileiros, era o principal destino dos 27 jogadores “canarinhos” na Europa. A França, com 12 argentinos, quatro uruguaios e dois brasileiros, era o terceiro destino migratório para os sul-americanos. A Itália, que tinha sido um destino tradicional no processo migratório destes jogadores, tinha apenas quatro brasileiros e dois argentinos como jogadores no seu campeonato. À semelhança do que se passara anteriormente, a forma

¹³ A estes jogadores foi atribuída a designação de *oriundi* ou *oriundos*, que correspondia a jogadores que não sendo naturais do país adquiriam a dupla nacionalidade, e assim podiam representar as seleções nacionais, como ítalo-argentino ou ítalo-brasileiros, ou hispano-argentino, por exemplo. Esta categoria de *oriundo* distingue-se da de *rimpatriati* por não se aplicar apenas a Itália, e por outro lado por não se reconhecer aos jogadores a genuinidade da sua nova nacionalidade, mas a duplicidade de nacionalidades.

¹⁴ A única exceção foi a grande estrela do futebol argentino de então, Mário Kempes, que se encontrava na altura a jogar no Valência de Espanha.

como os jogadores da América do Sul se distribuíam pela Europa reflete o legado das relações coloniais e afinidades entre países (Lanfranchi e Taylor, 2001: 102).

Fluxo africano

A transferência de jogadores de territórios coloniais foi iniciada por clubes britânicos, quando ainda no século XX procederam à contratação de alguns jogadores naturais de espaços da Commonwealth. No entanto, a sua expressão sempre foi reduzida e limitada a jogadores de origens britânicas, não existindo qualquer referência a jogadores negros provenientes das colônias africanas (Lanfranchi e Taylor, 2001: 48). A presença de jogadores africanos no futebol europeu remonta, assim, aos anos 30, quando clubes franceses começaram a recrutar jogadores na zona do Magrebe, em especial em Marrocos. É nesse contexto que chega a França, em 1938, Larbi Ben Barek, o primeiro jogador negro a ter sucesso na Europa. Proveniente do US Marocaine, Barek jogou no Olympic de Marselha na época de 1938/39, adquiriu a nacionalidade francesa e integrou a seleção nacional de França.¹⁵ De Marrocos, Argélia e Tunísia transferiram-se muitos outros jogadores, alguns dos quais viriam também a representar a França em competições internacionais. Entre esses jogadores estavam Rachid Mekhloufi e Mustapha Zitouni, respetivamente do AS Saint-Étienne e do Mónaco, ambos convocados para integrar a seleção francesa que iria estar presente na fase final do campeonato do Mundo de 1958 e que, juntamente com 31 outros jogadores argelinos do campeonato francês, foram para Tunes integrar a National Liberation Front¹⁶ (Evans, 2010). Entre o contingente de africanos, dominado por magrebinos, encontrava-se Raoul Diagne, natural da Guyana Francesa, mas de origem senegalesa, e que se converteu no primeiro jogador negro a integrar a seleção de França.¹⁷ As transferências de jogadores das colônias subsarianas só adquirem expressão a partir de 1955, quando a

¹⁵ Durante os anos da guerra, entre 1939 e 1945, Barek voltou a Marrocos. Voltou depois a França para jogar no Stade Francais, foi para Espanha contratado pelo Atlético de Madrid, regressou a França e ao Olympique de Marselha e terminou a carreira na época de 1955/56, na Argélia, a jogar no USM Bel-Abbès. Foi internacional pela França em 19 ocasiões. Ficou conhecido com o cognome de “Pérola Negra”.

¹⁶ A equipa National Liberation Front, formada por argelinos, tinha como intenção representar e dar visibilidade internacional ao movimento de independência da Argélia, propondo-se jogar com seleções nacionais. A França rapidamente conseguiu que a FIFA proibisse esses jogos. No entanto, a National Liberation Front ainda realizou várias digressões por África, Europa e América.

¹⁷ Raoul Diagne chegou a França em 1930, como estudante, filho de um deputado representante do Senegal na Assembleia Nacional da França. Começou a jogar futebol no RC Paris, tornou-se profissional, e jogou pela França em 18 ocasiões, tendo participado na fase final do campeonato do mundo de 1938.

França interditou a contratação de jogadores estrangeiros, levando os clubes franceses a procurar alternativas em África, transferindo no período de cinco anos 43 jogadores (Lanfranchi e Taylor, 2001: 175). Neste âmbito da transferência colonial de jogadores africanos, o futebol português e belga também tiveram um papel relevante. Em Portugal, os primeiros jogadores provenientes das colónias africanas chegaram nos anos 30, dando início a um fluxo que se manteve ininterrupto até ao final do império colonial português em 1974, e que contribuiu de forma significativa para os êxitos tanto dos clubes como da seleção portuguesa na década de 60. Na Bélgica, ao contrário da França e de Portugal, a transferência de jogadores africanos, particularmente do Congo, aconteceu no início dos anos 60,¹⁸ num processo que foi rapidamente interrompido pela independência da colónia africana.

Com a emancipação política das colónias e a constituição de novos países, a partir da década de 60, assiste-se a uma atitude protecionista de conservação dos jogadores, impedidos de sair por parte das jovens federações africanas. Até então, a transferência dos jogadores africanos traduzia-se na sua assimilação por parte das metrópoles e numa significativa perda para as colónias. Conscientes da importância simbólica do futebol no concerto das nações, os jovens países africanos levantam inúmeros obstáculos à saída para a Europa dos seus jogadores. Por exemplo, o maliano Salif Keita,¹⁹ em 1967, proibido de deixar o seu país, chegou a França através de um voo da Libéria (Poli, 2006: 396). No período pós-colonial, os jogadores de África voltam a ser novamente cobiçados pelos clubes europeus na sequência de boas exibições das seleções africanas em provas internacionais. Jogadores dos Camarões, Nigéria, Costa do Marfim, Senegal, Gana, Marrocos, Argélia e Tunísia, entre outros, voltam a integrar de forma expressiva as equipas de muitos clubes de França, Bélgica e Portugal, mas também de outros países como Holanda, Alemanha, Itália, Turquia, Espanha.

Importa ter em consideração que, apesar do carácter mais evidente e estrutural dos fluxos migratórios sul-americano e africano, outros houve com relevância na história do futebol que medeia entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do século XX. Entre esses movimentos, serão de realçar as transferências de jogadores da

¹⁸ Kialunda, Bonga Bonga, Kimoni, Kasongo e Assaka, foram os mais conhecidos desses jogadores.

¹⁹ Keita foi um dos grandes jogadores africanos dos anos 60 e 70, tendo jogado em França, Espanha, Portugal e nos Estados Unidos. Em Portugal jogou pelo Sporting CP entre 1976 e 1979, realizando 63 jogos e marcando 32 golos.

Europa de Leste para clubes da Europa Ocidental e ainda o movimento de jogadores em direção aos Estados Unidos a partir de 1968, quando aí se tentou criar uma liga de futebol.

Fluxo da Europa de Leste

Relativamente aos jogadores da Europa de Leste, o futebol por eles praticado sempre foi apreciado pelo virtuosismo técnico e, por isso, a contratação destes jogadores foi desejada. Antes da instauração da “cortina de ferro” no pós-guerra, os jogadores húngaros, checoslovacos e jugoslavos eram presença assídua nas equipas dos campeonatos da Europa Ocidental. Depois, o futebol nos países de Leste passou a ser controlado pelos aparelhos de Estado. Apesar de ser considerado um desporto burguês, que não combinava bem com a ideologia comunista, os regimes de Leste cedo perceberam que o futebol, juntamente com outros desportos, era uma forma de afirmação do comunismo por oposição ao capitalismo, e que até poderia ser utilizado como disputa entre várias formas de comunismo. Por isso, clubes e jogadores foram apropriados pelo Estado, convertidos em símbolos dos regimes. Esta situação suscitou tensões que levaram à deserção de muitos jogadores, os quais optaram por deixar o seu país e procuraram refúgio nos países ocidentais. Em 1949, o húngaro László Kubala protagonizou uma das primeiras fugas do Leste para Ocidente. Jogador do Vasas de Budapeste, deixou o país refugiando-se na zona austríaca ocupada pelos americanos. Depois de uma tentativa frustrada de jogar em Itália, chegou a Espanha, foi contratado pelo FC Barcelona, naturalizou-se espanhol e foi internacional por este país.²⁰ Depois de várias contestações por parte das autoridades do futebol húngaro, a situação foi resolvida pela FIFA como sendo um simples caso de migração económica, tendo sido a saída do jogador vista como forma de ele conseguir ganhar mais dinheiro no estrangeiro. Posteriormente, na sequência da insurreição húngara de 1956 e do esmagamento da mesma pelo Exército Vermelho, 240 jogadores magiares deixaram o país refugiando-se em clubes da Europa Ocidental, maioritariamente em Espanha. Entre esses jogadores encontravam-se nomes como Ferenc Puskas, Zlotán Czibor ou Sándor Kocsis (Dietsch, 2006: 38).

²⁰ Já anteriormente Kubala tinha deixado o país para fugir ao serviço militar na Hungria. Por essa ocasião foi para o Slavan de Bratislava, chegando a ser internacional pela Checoslováquia. Daqui regressou novamente à Hungria, foi reintegrado e jogou pela seleção húngara. Em Espanha, depois de naturalizado foi também internacional. Jogou ainda por uma quarta seleção, a da Catalunha, que no entanto não foi reconhecida pela FIFA.

A migração de jogadores jugoslavos decorreu de forma diferente. A Jugoslávia do General Tito sempre guardou distância relativamente ao regime soviético e essa situação refletiu-se no futebol. Em 1952, nos Jogos Olímpicos de Helsínquia, a Jugoslávia derrotou a União Soviética no torneio de futebol e o resultado desse jogo foi interpretado como uma vitória, ainda que simbólica, de Tito sobre Estaline. A rivalidade entre as duas partes fez com que, até ao final dos anos 50, a Jugoslávia não fosse convidada para nenhum jogo amigável com outros países que se encontrassem na órbita de Moscovo. A emigração de jogadores jugoslavos começa a acontecer a partir de 1957, quando o futebol adquire um estatuto semiprofissional. Os jogadores são motivados a assinar contratos com clubes estrangeiros, sendo Bernard Vukas, capitão do Hajduk Split e da seleção jugoslava, o primeiro a sair, neste caso para Itália. Até 1965, cerca de 50 jogadores teriam assinado contratos com clubes da Europa Ocidental, em particular na Alemanha, Holanda e Áustria. Com as reformas políticas e económicas de 1965, em que a Jugoslávia assume uma posição não-alinhada, mais direcionada para o mercado e tolerante relativamente às migrações, aumenta o número de jogadores a sair do país. Assim, na época de 1966/67 seriam 122 os futebolistas jugoslavos dispersos por vários campeonatos nacionais europeus, inclusive nos Estados Unidos. Por esta altura, a Jugoslávia era o único país não capitalista a aceitar o profissionalismo dos seus jogadores, a ter o futebol organizado com base numa racionalidade económica e a estar integrado no sistema internacional de transferências. Por isso, os clubes jugoslavos converteram-se em entidades exportadoras de jogadores, situação que se traduzia nos cerca de 300 futebolistas que em 1971 jogavam no estrangeiro, volume que se manteve nos anos seguintes. Na década de 80, os jogadores jugoslavos tiveram a concorrência de outros jogadores de Leste, nomeadamente polacos e búlgaros, que obrigaram a uma diminuição no valor das transferências e a procurar outros mercados.

Fluxo para a América do Norte

A importância económica e social do futebol contribuiu para que na América do Norte, em finais da década de 1960, se empreendessem algumas iniciativas com o objetivo de criar uma competição que fosse possível de rentabilizar como espetáculo. Contudo, os promotores dessa iniciativa confrontaram-se com o problema de os jogadores norte-americanos não oferecerem a qualidade suficiente para cativar espetadores e, por consequência, não haver patrocinadores que sustentassem o evento.

A ausência de jogadores competitivos e de qualidade foi, desde sempre, um dos principais problemas que se colocaram ao desenvolvimento do futebol na América do Norte, superado pontualmente com a imigração de jogadores estrangeiros.

Em 1967 foi feita uma primeira tentativa de criação de uma liga. Para superar a carência de jogadores convidaram-se clubes da Europa e da América Latina,²¹ para que num sistema de *franchising* representassem diversas cidades dos Estados Unidos e Canadá, e disputassem entre si um campeonato de futebol. Esta experiência durou apenas uma época, tendo sido interdita pela FIFA.

Em 1968, iniciou-se uma nova experiência que durou até 1984 e que foi sujeita a muitas contingências que a colocaram sistematicamente à beira da falência desportiva e financeira. A North American Soccer League (NASL) colocava em competição um número variável de equipas por época e, por consequência, também o número de jogos era variável. Essas equipas estavam sediadas em cidades dos Estados Unidos e do Canadá, e através de sistemas de *franchising* podiam fundir-se em função de interesses económicos. O problema da qualidade dos jogadores foi minimizado com a “importação” de futebolistas estrangeiros. Na época inicial da NASL, em 1968, num total de 398 jogadores, apenas 8,5% eram de América do Norte, 21,2% eram ingleses, 43,7% eram escoceses, irlandeses ou galeses, 17,8% eram latino-americanos e 8,8% eram do resto do mundo. Progressivamente, perante as críticas de se estar a desenvolver um jogo de estrangeiros, aumentou a presença de jogadores dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo estes nunca foram relevantes no contributo para a qualidade de jogo. Foram também impostas algumas restrições que, mais do que limitar o número de estrangeiros, impunham a obrigatoriedade na utilização de jogadores nacionais. Os clubes europeus, de onde era originária a esmagadora maioria dos jogadores estrangeiros, também não se opunham às saídas, nomeadamente porque podiam daí retirar dividendos. Para além disso, muitos dos jogadores eram emprestados durante o período de férias, não causando grandes transtornos à organização dos programas de trabalho. Por outro lado, para muitos dos jogadores que imigravam para a NASL a perspectiva não era a de participarem numa grande competição, mas essencialmente de ganharem muito dinheiro num curto espaço de tempo. Como estratégia promocional, foram contratadas grandes estrelas do futebol mundial, a maioria das quais já em final

²¹ Entre esses clubes estavam, por exemplo, Stoke City, Wolverhampton e Sunderland de Inglaterra, o Aberdeen e o Dundee United da Escócia, Den Haag da Holanda, Cagliari de Itália, Bangu do Brasil e CA Cerro do Uruguai.

de carreira. Pelé e Eusébio chegaram em 1975, George Best em 1976, Carlos Alberto e Franz Beckenbauer em 1977, Johan Cruyff e Gerd Müller em 1979.

Entretanto, na sequência de vários erros, o projeto da NASL colapsou. Primeiro foram erros financeiros que levaram à falência de muitos dos clubes, depois erros organizativos que toleraram a mobilidade e fusão dos clubes entre cidades, e principalmente, nunca houve uma adaptação a um modelo organizativo que se adequasse ao modelo da FIFA. Assim, sem dinheiro e sem organização, o futebol da NASL não teve capacidade para concorrer internacionalmente pelos melhores jogadores e, conseqüentemente, o projeto terminou em 1984.

No início dos anos 80 havia na Europa uma enorme diversidade de situações relativamente à regulamentação das entradas e saídas de futebolistas. No que diz respeito às imigrações, a tendência era a de as limitar determinando um máximo de jogadores estrangeiros inscritos por clube. Por exemplo, em Itália apenas era permitido um estrangeiro por clube da I divisão e nenhum na divisão secundária. Na Inglaterra, França, Alemanha, Grécia, Portugal ou Espanha, eram permitidos dois estrangeiros na I divisão, havendo depois aspetos específicos a ter em consideração. Em Espanha, para além dos dois estrangeiros, era ainda possível ter um jogador *oriundi* que não tivesse sido utilizado pela seleção nacional do país de que era natural. Na Alemanha não eram considerados estrangeiros os jogadores provenientes de outros países que tivessem jogado nas equipas jovens do futebol alemão. Na Inglaterra havia critérios de qualidade na aquisição dos jogadores estrangeiros, determinando-se que apenas poderiam integrar os clubes ingleses os jogadores que já tivessem sido internacionais pelos respetivos países,²² contudo, para os jogadores da Comunidade Europeia não havia restrições de contratação pelos clubes ingleses. Na Holanda eram permitidos três jogadores estrangeiros, mas que estavam sujeitos a autorização de permanência. Também na Bélgica eram permitidos três estrangeiros, mais um número ilimitado de estrangeiros que já tivessem jogado um mínimo de cinco anos em clubes belgas. Em contrapartida, nenhum destes países impunha restrições às saídas dos seus jogadores.

Outros países caracterizavam-se pelo encerramento das suas fronteiras. A União Soviética só excepcionalmente permitiu, em 1980, a transferência de Anatoly Sinchenko do Zenit para o Rapid de Viena, impondo a condição do seu regresso ao fim de dois

²² Um jogador internacional é aquele que já participou em jogos internacionais pela seleção nacional do seu país.

anos. Alemanha Democrática, Roménia, Checoslováquia ou Albânia proibiam totalmente a emigração dos seus jogadores. A Polónia permitia que os seus jogadores saíssem depois dos 30 anos de idade, abrindo uma exceção para a ida de Boniek, em 1982, para a Juventus de Itália. Esta situação, verificada nos países da Europa de Leste, manteve-se até ao processo da *perestroika* e à queda do Muro de Berlim em 1989.

No longo período que vai desde o final da Segunda Guerra Mundial até ao final dos anos 80, assistiram-se a várias posições, mais liberais ou mais protecionistas, relativamente à mobilidade de jogadores que, por vezes, impediram os jogadores nacionais de saírem, e que noutras ocasiões impediram os jogadores estrangeiros de entrar.

5.2. Novas tendências migratórias no futebol

Desde o início dos anos 90 até à atualidade que os fluxos migratórios de futebolistas se caracterizam pela crescente intensificação, quer no volume, quer na amplitude espacial com que têm vindo a acontecer. Aos países que ao longo do século XX alimentaram os fluxos migratórios de jogadores, juntaram-se novos países de origem e de destino, contribuindo para que as migrações internacionais de futebolistas adquirissem uma expressão global.

São vários os fatores que contribuíram para a intensificação destes fluxos migratórios. Desde logo, a reorganização das competições futebolísticas nacionais e internacionais, em particular na Europa, com a exigência de índices mais elevados de competitividade e espetacularidade. A comercialização das transmissões televisivas dos jogos que, ao injetarem dinheiro no universo futebolístico, contribuíram para que os clubes tivessem recursos para recrutar jogadores à escala global. Por outro lado, a formalização da figura do agente de jogadores, em resultado do seu reconhecimento pela FIFA em 1991, também contribuiu para as migrações no futebol. Quer como gestores da carreira dos jogadores, quer como representantes do interesse dos clubes, os agentes procuram no amplo mercado mundial do futebol o melhor contrato ou o melhor jogador, que corresponda às expectativas dos seus clientes. Assim, os agentes, ao se integrarem na estrutura das relações económicas do futebol, constituem-se como elementos promotores da mobilidade internacional dos jogadores (Maguire e Stead, 1998: 61). Mas, de todos os factos que contribuíram para a intensificação das migrações

internacionais de futebolistas, a mais referenciada é o desfecho do caso Bosman em 1995.²³

O fluxo dos Balcãs

O primeiro grande fluxo migratório dos anos 90, contudo, pouco teve a ver com as razões aludidas. A partir de 1991, quando deflagrou a guerra dos Balcãs, verificou-se a saída em massa de jogadores das várias repúblicas que compunham a Jugoslávia. Bósnios, sérvios, croatas, eslovenos e montenegrinos dispersaram-se então pela Europa. Já no final dos anos 80, na sequência da desintegração do modelo comunista, a Federação Jugoslava de Futebol aboliu algumas das interdições que limitavam a saída de jogadores, nomeadamente o limite de idade e a obrigatoriedade de cumprimento do serviço militar, facilitando a saída de muitos jogadores do país. Na época de 1989/90 eram 205 os futebolistas jugoslavos que atuavam em 10 campeonatos europeus.²⁴ Com o início dos conflitos, na época de 1991/92, o número de jogadores emigrados aumentou para 249, e em 1992/93 passou para 342. Em 1998 eram cerca de 2000 os jogadores dispersos por quase toda a Europa. O facto da maioria destes jogadores estarem livres contratualmente, não tendo que ser pagas indemnizações de desvinculação, tornou-os ainda mais atraentes, em particular para campeonatos de menores rendimentos como o cipriota, grego, português ou turco (Lanfranchi e Taylor, 2001: 137). A dispersão destes jogadores pela Europa não seguiu nenhuma lógica espacial ou diplomática, verificando-se inúmeras situações em que futebolistas imigrados, com origens em lados opostos do conflito, conviviam harmoniosamente nos mesmos clubes estrangeiros. Por exemplo, no AC Milan coexistiram o montenegrino Dejan Savićević e o bósnio Zvonimir Boban, no Real Madrid o croata Davor Suker e o montenegrino Pedja Mijatovic, no FC Barcelona o croata Robert Prosinečki e o bósnio Mehmed Kodro, no FC Porto o croata Darko Butorovic, o eslovaco Zlatko Zahovič e o sérvio Ljubinko Drulović. Progressivamente, com a resolução dos conflitos e a restauração das estruturas futebolísticas nos novos países, os jogadores destas repúblicas, apesar de continuarem a emigrar, passam a fazê-lo de forma menos intensa.

²³ A este propósito cf. o ponto 4.7. do capítulo III.

²⁴ 42 na Áustria, 27 na Bélgica, 3 no Chipre, 63 na França, 26 na Alemanha, 10 na Grécia, 6 na Itália, 1 em Portugal, 19 na Espanha e 8 na Turquia (Lanfranchi e Taylor, 2001: 137).

Transferências internacionais em 1994

Em 1994, o número total de transferências internacionais de jogadores em todo o mundo foi de 2377. Com base na emissão dos Certificados Internacionais de Transferência,²⁵ Joseph Maguire e David Stead (1998: 63) fazem um retrato das tendências migratórias de jogadores (Quadro 5.1.). É importante considerar que, entre os 2377 certificados emitidos, se encontram histórias variadas: de jogadores que iniciam percursos emigratórios, de outros que retornam aos seus países, bem como de jogadores que, estando já emigrados, mudam de país de destino.

Quadro 5.1.
Transferências internacionais de jogadores por confederação, 1994

Confederação emissora	Confederação recetora						Total
	Ásia	África	América do Norte	América do Sul	Oceânia	Europa	
Ásia	10	--	1	1	9	58	79
África	--	26	--	--	--	22	48
América do Norte	--	--	8	2	--	64	74
América do Sul	48	3	111	426	2	137	727
Oceânia	19	2	--	--	7	16	44
Europa	85	16	31	111	17	1145	1405
Total	162	47	151	540	35	1442	2377

Fonte: Maguire e Stead, 1998: 63

Das 2377 transferências internacionais, 1145 ocorreram entre federações europeias, correspondendo este valor a 48,2% da totalidade das deslocações internacionais de jogadores. As federações da Europa foram o destino de 60,7% de todos os movimentos ocorridos nesse ano. Os 243 certificados emitidos por federações europeias para federações de outros continentes correspondem, na sua maioria, a processos de retorno de jogadores que tendo estado emigrados na Europa regressaram aos seus países. Só assim se justificam as saídas dos 111 jogadores que deixaram a Europa com destino a países da América do Sul, ou os 16 jogadores que foram para África. Contudo, o facto de o futebol estar, desde os anos 90, em expansão na Ásia e a reabilitar-se na América do Norte, também poderá justificar os 85 futebolistas que foram para Oriente e os 31 que se deslocaram para o Norte da América. A centralidade da Europa na mobilidade internacional de jogadores não é de estranhar, tendo em

²⁵ Conforme o nº 1 do artigo 9 do Regulamento da FIFA sobre o Estatuto e Transferência de Jogadores, os jogadores inscritos numa federação, apenas poderão inscrever-se numa outra desde que esta última tenha recebido da federação anterior o Certificado Internacional de Transferência (FIFA, 2012b). Assim, o número total de certificados atesta a totalidade de transferências internacionais de jogadores num determinado ano.

consideração o facto de se ter constituído como destino privilegiado das migrações de futebolistas ao longo de todo o século XX, e de ser na Europa que estão os clubes financeiramente mais poderosos e as ligas mais competitivas.

O segundo continente com mais movimentos internacionais é a América do Sul. As federações sul americanas emitiram 727 certificados internacionais e acolheram 540 jogadores. Os movimentos entre países da América do Sul significaram 17,9% da totalidade do movimento de jogadores. As restantes confederações tiveram uma reduzida expressão nos movimentos internacionais de jogadores, sendo que a Ásia, África, América do Norte e Oceânia juntas não representaram mais do que 10,3% da totalidade de certificados emitidos. Os movimentos internos a cada uma destas confederações são ilustrativos da reduzida importância que futebol aí tem: entre federações asiáticas apenas ocorreram 10 transferências; entre federações africanas houve 26 transferências; entre federações da América do Norte houve a transferência de 8 jogadores; e 7 foi o número de jogadores que se deslocou entre federações da Oceânia.

O caso Bosman

Na análise das migrações internacionais de futebolistas, o ano de 1995 é de especial importância. O Tribunal de Justiça (TJCE), ao decidir sobre o caso Bosman impôs importantes modificações nos processos de transferências. Desde logo, os jogadores de países membros da União Europeia, bem como os jogadores provenientes de países com os quais a UE tinha acordos de associação, deixaram de ter limitações à sua contratação, pelo que libertaram vagas que foram ocupadas por outros jogadores estrangeiros. Por outro lado, o fim do pagamento de indemnizações de transferência quando terminados os contratos de trabalho, liberou os jogadores para decidirem sobre o seu destino profissional, ao mesmo tempo que os clubes tiveram que aumentar os índices salariais para reterem os seus melhores jogadores. Esta situação ampliou enormemente o leque de oferta de jogadores, que numa relação preço/qualidade se tornaram mais interessantes para os clubes. Assim, “o caso Bosman atuou como um lubrificante, acelerando e facilitando a circulação de jogadores através das fronteiras europeias e mundiais” (Magee e Sugden, 2002: 425).

A título ilustrativo, pode exemplificar-se esta nova realidade com a constituição das equipas que em três épocas distintas venceram a mais importante competição de

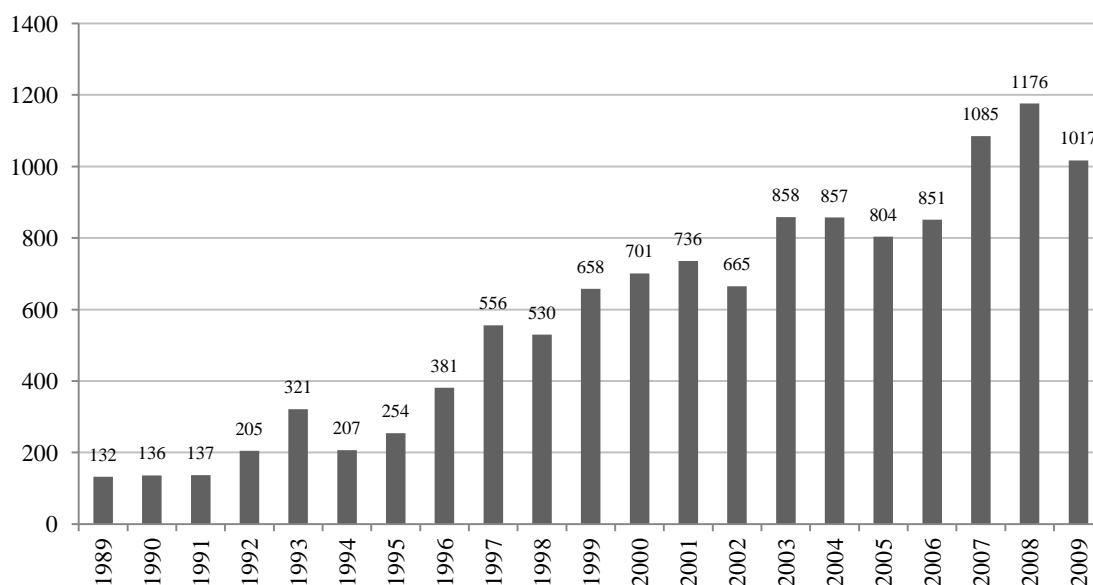
clubes em Inglaterra, a Premier League. Assim, na época 1994/95, que antecedeu a decisão do TJCE, o campeão inglês foi o Blackburn Rovers, com uma equipa constituída por 25 jogadores, dos quais 17 eram ingleses e oito estrangeiros, sendo que três eram irlandeses, dois escoceses, dois australianos e um norueguês. Cinco anos depois foi campeão o Manchester United, com um plantel de 34 jogadores, dos quais 19 eram ingleses e 16 estrangeiros, sendo estes, três irlandeses, três noruegueses e três holandeses, e mais um galês, um escocês, um australiano, um sueco, um sul-africano, um francês e um trinitino-tobaguense. Na época de 2004/05 o Chelsea FC venceu o campeonato, com uma equipa formada por 33 jogadores, dos quais nove eram ingleses e os restantes 21 estrangeiros, entre os quais havia cinco portugueses, dois checos, dois franceses, e mais um irlandês, um escocês, um alemão, um belga, um holandês, um italiano, um islandês, um romeno, um sérvio, um camaronês, um costa-marfinense e um nigeriano.²⁶ Independentemente das especificidades de cada clube e das circunstâncias na constituição dos respetivos plantéis, a comparação entre os campeões da Premier League nas três épocas em causa revela uma substancial alteração no perfil das equipas. Se em 1994/95 o Blackburn Rovers tinha 68% de jogadores nacionais para 32% de estrangeiros, na época de 1999/2000 o Manchester United tinha 56% de jogadores ingleses e 44% de estrangeiros, para em 2004/05 o Chelsea FC ter 26% de futebolistas nacionais para 74% de estrangeiros. Ou seja, no espaço de 10 anos, a liberalização e globalização do mercado de transferências alterou a composição das equipas, convertendo-as em contingentes multiétnicos, multilingísticos e multiculturais. O Chelsea FC, em 2004/05, apresentou-se aos seus adeptos com jogadores de 16 nacionalidades, provenientes dos vários quadrantes do espaço europeu e ainda africanos. Os discursos sobre estas circunstâncias foram dicotómicos: de um lado aqueles que defendiam a “pureza” das equipas, considerando que com tantos estrangeiros se descaracterizava a expressão identitária do futebol local; do outro os que argumentam com a universalidade expressiva do futebol e que o elevado volume de estrangeiros nas equipas mais não era do que a consequência das leis de procura e de oferta de um mercado aberto. Certo é que esta foi a realidade que paulatinamente foi sucedendo por toda a Europa.

²⁶ Informação recolhida do website FootballSquads, <http://www.footballsquads.co.uk/archive.htm> [consulta a 25 de maio de 2013].

As migrações de jogadores brasileiros

O Brasil foi o país que mais se evidenciou neste novo contexto migratório. Usufruindo do prestígio de ter vencido cinco mundiais de futebol, de muitos dos seus jogadores serem considerados os melhores do mundo e de genericamente serem conceituados a nível técnico, houve desde sempre grande procura internacional por jogadores brasileiros, a qual se intensificou a partir de meados de 1990. Tomando como análise o número de transferências internacionais de jogadores brasileiros (Gráfico 5.1.), constata-se que, apesar de ligeiras quebras em alguns anos, as transferências internacionais de jogadores tiveram uma progressão crescente, desde as 132 saídas em 1989 até ao máximo de 1176 jogadores que emigraram em 2008. Esta circunstância converte o Brasil no maior país de origem migratória de futebolistas (PFPO, 2012: 18).

Gráfico 5.1.
Número de transferências internacionais de jogadores brasileiros, 1989-2009



Fonte: Confederação Brasileira de Futebol²⁷

Para além das circunstâncias já assinaladas, que facilitaram os processos migratórios de futebolistas a partir dos anos 90, o aumento do número de jogadores brasileiros a emigrar fica também a dever-se a uma alteração legislativa. Em 1998 o Brasil aprovou a lei 9615, conhecida como “Lei Pelé” que, à semelhança do caso Bosman, também determinou o fim do passe, ou seja, o fim do vínculo que mantinha o jogador refém do clube para uma possível transferência. A mobilidade dos jogadores

²⁷ Informação publicada no website da CBF, <http://www.cbf.com.br/> [consulta a 14 de setembro de 2010]. Apenas se tem conhecimento destes dados, publicados pela CBF, até ao ano de 2009.

entre clubes deixou de ser feita com base no vínculo desportivo e passou a realizar-se com base no vínculo laboral. Os jogadores que até aí quase não eram tidos em consideração nos processos das suas transferências, com as novas regras passaram a assumir, juntamente com os seus agentes, a capacidade de negociar salários elevados e de fazer prevalecer a sua vontade e os seus interesses.

As big five leagues

Um outro indicador da evolução das migrações de jogadores, é a presença de futebolistas estrangeiros nas cinco grandes ligas europeias. Ao conjunto das ligas da Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália, convencionou-se designar como as *Big Five Leagues*, por concentram em si um conjunto amplo de aspetos e desempenhos que as convertem nas mais relevantes a nível europeu e até mundial. Desde logo, pelos triunfos internacionais do futebol praticado em cada um desses países;²⁸ mas também pela importância dos clubes que neles participam.²⁹ Por razões desportivas e por questões financeiras, a *Bundesliga* alemã, a *Liga* espanhola, a *Ligue 1* francesa, a *Premier League* inglesa e a *Serie A* italiana, converteram-se em competições sedutoras para jogadores de todo o mundo e, conseqüentemente, dos mais apetecíveis destinos migratórios do universo futebolístico (Silva, 2012). A análise dos fluxos migratórios para as *Big Five Leagues*, podendo não ser extensível a todas as ligas europeias permite, no entanto, constatar as transformações recentes na constituição das equipas, bem como as tendências específicas de cada campeonato.

A composição de cada um dos campeonatos é muito semelhante. Com exceção da liga alemã, que é composta por 18 equipas, as outras quatro têm 20 equipas. O

²⁸ São 10 os títulos de campeão do mundo que as cinco seleções dos referidos países totalizam em conjunto: Itália quatro triunfos, Alemanha três, Inglaterra, França e Espanha um título cada. Os outros países que conquistaram o campeonato do mundo foram o Brasil, em cinco ocasiões, Uruguai e Argentina por duas vezes cada uma, <http://www.fifa.com/worldcup/archive/index.html> [consulta a 2 dezembro de 2012]. Também ao nível da UEFA Champions League, nas 57 edições da prova, clubes dos cinco países conquistaram em 44 ocasiões o título de campeões.

²⁹ Entre os 18 clubes considerados os melhores do século XX, pela FIFA, nove são dos países em causa, <http://web.archive.org/web/20070423161359/http://www.fifa.com/events/playergala00/documents/Club.pdf> [consulta a 2 dezembro de 2012]. Segundo a IFFHS, os dez clubes que mais vezes foram considerados os melhores do mundo são todos dos cinco países referidos <http://www.iffhs.de/?bca384f02788705f94b40385fdcdc3bfcdc0aec28d6ed403> [consulta a 24 maio de 2013]. Segundo a revista Forbes, 19 das 20 mais valiosas equipas de futebol do mundo são das cinco ligas, e dos 20 mais bem pagos futebolistas do mundo em 2012, 17 jogavam em clubes de uma das ligas em causa, <http://www.forbes.com/sites/christinasettimi/2013/04/17/the-worlds-best-paid-soccer-players/> [consulta a 18 de março de 2013].

número de jogadores por campeonato e por época (Quadro 5.2.) é variável, sendo que a liga inglesa é a que apresenta, em termos absolutos, um maior volume de jogadores.

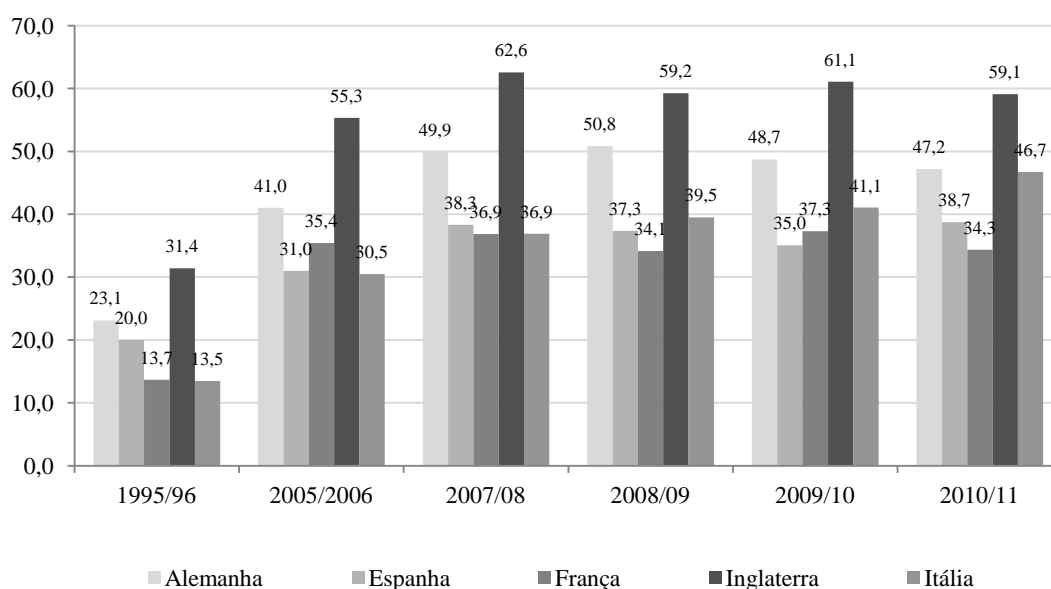
Quadro 5.2.
Jogadores nacionais e estrangeiros por liga e época

	2007/08			2008/09			2009/10			2010/11		
	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total
Alemanha	256	255	511	234	242	476	256	243	499	261	233	494
Espanha	304	192	501	324	193	517	330	178	508	307	194	501
França	358	209	567	388	201	589	358	213	571	350	183	533
Inglaterra	204	341	545	249	362	611	237	372	609	236	341	577
Itália	342	200	542	323	211	534	323	225	548	292	256	548

Fonte: elaborado pelo autor com base nos websites dos clubes da cada liga

A presença de jogadores estrangeiros em cada uma das cinco ligas também é evidente. Numa análise evolutiva, em que se compara a quantidade de jogadores estrangeiros em cada liga, nomeadamente na época de 1995/96, 2005/06 e nas épocas mais recentes, constata-se o significativo aumento do volume de futebolistas estrangeiros (Gráfico 5.2.). Se na soma das cinco ligas os jogadores estrangeiros eram 463 em 1995/96, passaram a ser 998 em 2005/06 e na época de 2010/11 eram 1207. Assim, o número médio de futebolistas estrangeiros por clube passou sucessivamente de 4,7 para 10,2 e 12,3.

Gráfico 5.2.
Evolução da percentagem de jogadores estrangeiros por liga



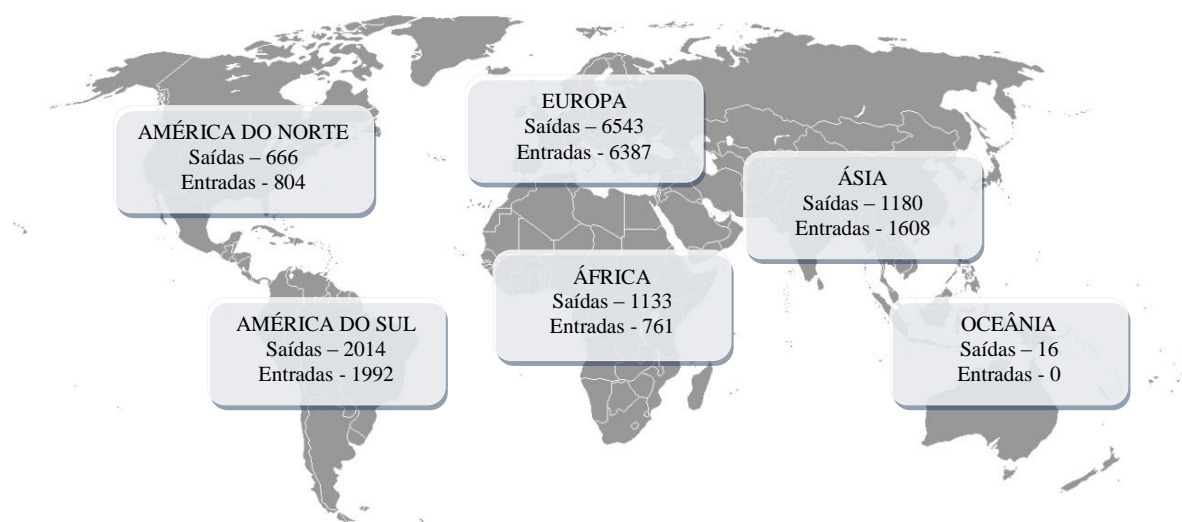
Fonte: Poli (2008: 87) para as épocas 1995/96 e 2005/06, e as restantes elaboradas pelo autor com base nos websites dos clubes da cada liga.

O aumento do número de jogadores estrangeiros nas cinco ligas europeias, decorreu, em larga medida, da decisão do TJCE relativamente ao caso Bosman (Poli: 2008: 88). Dez anos depois do julgamento ocorrido em 1995, o número desses jogadores quase que duplicou, para depois, continuar a aumentar mas de forma menos intensa. Para além da decisão do TJCE, outros factos terão contribuído para esse aumento, nomeadamente a institucionalização da figura dos agentes de jogadores em 2001, bem como a conversão dos clubes em empresas cotadas em bolsa. Mas o aumento do número de jogadores estrangeiros não quer significar uma massificação sem critérios, verificando-se que os fluxos para cada um dos campeonatos estão relacionados com preferências resultantes de aspetos históricos e sociais. Assim, apesar de em cada uma das ligas haver muitos estrangeiros, há no entanto mais estrangeiros de determinadas nacionalidades: na Alemanha predominam os jogadores da Europa de Leste; na Espanha, os jogadores de origem sul-americana, nomeadamente argentinos e uruguaios; na França, jogadores originários de país africanos de língua francesa; na Inglaterra, jogadores de países nórdicos; e em Itália jogadores sul-americanos, predominantemente brasileiros e argentinos (Poli, 2005; Poli e Besson, 2011).

Transferências internacionais de jogadores em 2012

O retrato mais recente e global que se pode fazer das migrações internacionais de futebolistas é proporcionado pelo relatório *Global Transfer Market 2012 – Highlights* da FIFA (2013), cuja análise incide sobre 5600 clubes profissionais existentes em 200 países das seis confederações. Assim, em 2012, o número de transferências internacionais de jogadores foi de 11.552. A distribuição espacial das mesmas (Mapa 5.1.) mostra mais uma vez a centralidade da Europa no futebol mundial, sendo que a percentagem de saídas e entradas de jogadores nos países europeus representou respetivamente 56,6% e 55,3% da totalidade de transferências mundiais. Importa referir que a esmagadora maioria das transferências internacionais na Europa decorrem entre países membros da UEFA, o que não implica que os jogadores transferidos sejam europeus, pois há muitos jogadores provenientes de outros continentes que circulam posteriormente entre países da Europa. No extremo oposto a toda esta mobilidade, a Oceânia regista um desempenho meramente residual, não havendo qualquer processo de entrada de jogadores nos seus países, e apenas 16 casos de saídas.

Mapa 5.1.
Distribuição do total de transferências internacionais de futebolistas em 2012



Fonte: FIFA, 2013: 15

Na diferença entre movimentos de entrada e saída, os países africanos são aqueles que registam o saldo migratório mais negativo, com 372 saídas a mais do que as entradas, seguindo-se os países europeus, com 156 saídas a mais e os sul-americanos com 22 saídas. Com o maior saldo migratório positivo estão os países asiáticos, com 428 entradas a mais do que as saídas, seguido pelos países da América do Norte com 138 entradas de jogadores.

A maior parte das transferências internacionais, sejam de entrada ou saída de jogadores, é determinada por um grupo restrito de países (Quadro 5.3). Os dez países mais ativos nas transferências de saída representaram 28% (3251) do total de transferências, enquanto os países mais dinâmicos nas transferências de entrada constituíram 34% (3870).

Quadro 5.3.
Países com mais transferências de entrada e saídas de jogadores em 2012

Transferências de entrada de jogadores		Transferências de saída de jogadores	
Brasil	696	Brasil	618
Inglaterra	501	Inglaterra	477
Alemanha	307	Argentina	436
Argentina	289	Espanha	432
Portugal	287	Portugal	400
Itália	263	França	359
Uruguai	233	Itália	339
França	227	Alemanha	311
EUA	225	Uruguai	256
Bélgica	223	Rússia	242

Fonte: FIFA, 2013: 21

Curiosamente, muitos dos países com maior número de entradas de jogadores são também os que registam maior número de saídas. Entre os 10 países com mais entradas e saídas, 8 são coincidentes. O Brasil encabeça as duas listas, sendo o país que em 2012 mais jogadores “exportou” e “importou”, num total de 1314, o que representa 11,4% do volume global de transferências. Segue-se a Inglaterra, com 8,5%, e a Argentina, com 6,6%. Portugal está entre os cinco primeiros, com um volume de transferências a envolver entradas e saídas de jogadores de 687, o que representa 5,9% do total.

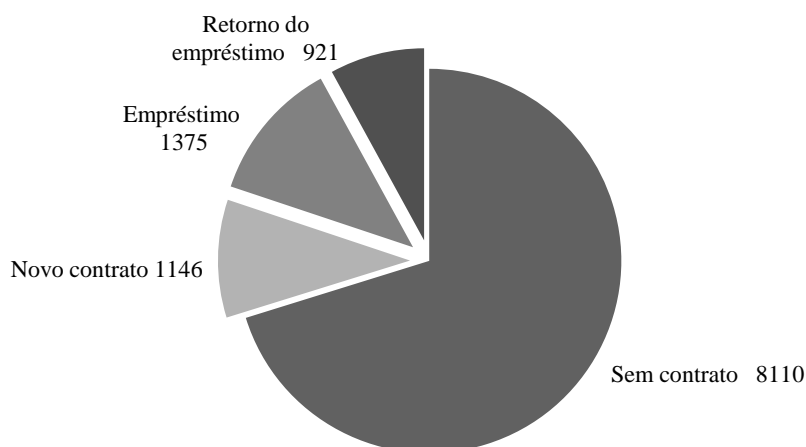
Importa assinalar que as posições que os países ocupam nas listas de transferências resultam de circunstâncias distintas. O Brasil é fundamentalmente um país de emigração de futebolistas, e por isso das 696 entradas de jogadores no país a grande maioria resulta de processos de retorno de jogadores. Argentina e Uruguai representarão situações idênticas. Pelo contrário, a Inglaterra é quase que exclusivamente um país de imigração de futebolistas, pelo que os 477 jogadores que deixaram o país serão essencialmente jogadores estrangeiros que migram para outros campeonatos ou retornam ao país de origem. Situações semelhantes serão as de Itália e Alemanha. Portugal e França representam nesta lista uma situação especial: funcionando como placa giratória, são simultaneamente países de emigração e imigração de futebolistas, sendo que muitos dos jogadores que saem são estrangeiros que se encontravam a jogar nestes países. Por esta razão, os 1463 brasileiros envolvidos em transferências internacionais em 2012, constituem um número superior à soma dos jogadores que saíram e entraram no Brasil.

Nas listas apresentadas, há ainda necessidade de fazer menção a dois outros países. Desde logo os EUA, que por via dos esforços em relançar o *soccer*, os clubes nacionais procedem à compra de muitos jogadores estrangeiros. Por outro lado, a Espanha, que sendo tradicionalmente um país de imigração futebolística, nos últimos anos, pela valorização dos jogadores espanhóis em virtude dos triunfos internacionais dos clubes e seleção nacional, se converteu num grande exportador de jogadores.

Das 210 associações nacionais que integram a FIFA, 140 (67%) realizaram pelo menos uma transferência de entrada, enquanto 165 (79%) das associações transferiram no mínimo um jogador para fora do país. Em 69 associações não foi reportada qualquer entrada de jogadores e em 44 qualquer saída.

O relatório da FIFA tipifica quatro grandes tipos de transferências internacionais: a) as que ocorrem sem que o jogador em causa tenha um vínculo contratual prévio com outro clube; b) as transferências em que o jogador, estando vinculado a um clube, tem o seu passe transacionado para um outro; c) aquelas em que o jogador que, tendo vínculo com um clube, é emprestado a outro clube; d) os jogadores cuja transferência representa um regresso do empréstimo. Como se pode constatar (Gráfico 5.3.), 70% das transferências envolvem jogadores livres, ou seja, jogadores que não têm qualquer vínculo contratual anterior.³⁰ Em 10% das situações houve um novo contrato, deixando o jogador de estar contratualmente vinculado a um clube para o estar a outro. As transferências por empréstimo entre clubes representaram 12% do total, e as transferências de jogadores regressados dos empréstimos constituíram 8% do total de transferências.

Gráfico 5.3.
Transferências internacionais de futebolistas por tipo de vínculo, em 2012



Fonte: FIFA, 2013: 30

Em função do tipo de transferências, aquelas que proporcionaram formas de pagamento entre clubes corresponderam apenas a 14% do total das 11.552. Ou seja, apenas as transferências que deram lugar a um novo contrato, e parte das transferências por empréstimo, é que implicaram o pagamento dos clubes que recebiam o jogador para com os clubes que os transferiam. No total, o volume de transferências traduziu-se em 2530 milhões de dólares americanos de compensações pagas pelos clubes. Os clubes brasileiros, com 121 milhões, os clubes portugueses, com 103 milhões, e os italianos,

³⁰ Dos 8110 jogadores transferidos sem contrato prévio, 49% das situações correspondem a jogadores cujo contrato havia expirado, 31% correspondem a situações de rescisão por mútuo acordo, 3% a situações de rescisão unilateral e, em 17% dos casos o jogador transferido não tinha efetivamente qualquer tipo de contrato.

com 91 milhões, foram os que mais dinheiro auferiram com as transferências; os ingleses com 314 milhões, russos com 256 milhões e turcos com 78 milhões, foram os que mais dinheiro despenderam. O valor médio das transferências foi de 280 mil dólares, sendo que a mais cara correspondeu à transferência do jogador brasileiro Hulk, do FC Porto para o Zenit, por 60 milhões de euros.³¹

A quantidade de jogadores implicados em transferências internacionais em 2012, os países envolvidos e os fluxos de conexão entre origem e destino, são o melhor retrato das dinâmicas migratórias do universo futebolístico. Um processo iniciado pelos ingleses em finais do século XIX, e que no início do século XX tem uma expressão global.

5.3. Os migrantes da UEFA Champions League

A UEFA Champions League, designada originalmente como Taça dos Clubes Campeões Europeus, é uma competição de clubes organizada pela UEFA desde a época de 1955/56, a mais importante da Europa e uma das mais prestigiadas do mundo. Inicialmente, os clubes que nela participavam eram os vencedores dos vários campeonatos europeus. A partir da época 1992/93 a competição modificou o formato, passando a ser disputada por 32 clubes, sendo que 22 se apuram automaticamente, qualificando-se os restantes 10 através da participação em eliminatórias prévias.³²

A alteração do figurino competitivo em 1992 implicou igualmente uma alteração no modelo de gestão do torneio. A mais importante foi a renúncia dos direitos televisivos dos jogos por parte dos clubes a favor da UEFA em troca de um pagamento fixo atribuído aos clubes que se classificam para a competição, bem como de um pagamento variável em função dos resultados desportivos.³³ A UEFA propunha-se

³¹ Edição do jornal Record de 3 de setembro de 2012, http://www.record.xl.pt/Futebol/Internacional/interior.aspx?content_id=776541 [consulta a 14 de abril de 2013].

³² A quantidade de clubes de um país a participar na UEFA Champions League é determinada pelo seu coeficiente no *ranking* da UEFA, que é calculado com base num período de cinco anos. Os três países com o coeficiente mais alto apuram diretamente três clubes (campeão nacional, vice-campeão e terceiro classificado), podendo ainda qualificar um quarto através de sistema de eliminatórias. Os países classificados de quarto a sexto lugar no *ranking* qualificam diretamente dois clubes (campeão nacional e vice-campeão) e podem apurar um terceiro através do sistema de eliminatórias. Assim sucessivamente, até ao 13º lugar do ranking, quando mesmo os campeões nacionais têm que se apurar para a competição através da sua participação no sistema de eliminatórias (UEFA, 2011: 1).

³³ A título de exemplo, na época de 2011/12, os clubes que se classificaram para a prova foram desde logo premiados com 7,2 milhões de euros; cada vitória na fase inicial foi recompensada com 800 mil euros e o empate com 400 mil euros; o apuramento para os oitavos de final rendeu 3 milhões, 3,3 em caso de

assim centralizar as atividades de *marketing*, maximizar rendimentos, beneficiar todas as entidades envolvidas, nomeadamente os clubes, televisões e patrocinadores, e promover globalmente a competição. Com esta nova forma de gestão, a UEFA Champions League ultrapassou as fronteiras da Europa, sendo transmitida para 230 países, num total de 20 mil horas de transmissão por temporada, e uma audiência que só na Europa se cifra em 488 milhões de telespetadores. Se em 1993 o novo figurino da prova gerou 45 milhões de euros, em 2010 rendeu mais de 1000 milhões de euros (Gómez, *et al.*, 2011: 2). Cerca de 75% do total da receita proveniente dos direitos de transmissão e contratos comerciais assinados pela UEFA, até um máximo de 530 mil euros, cabe aos clubes, enquanto os restantes 25% ficam para a UEFA, de modo a cobrir custos organizativos e administrativos, para além de pagamentos solidários a federações, clubes e Ligas.³⁴

Tendo em consideração os elevados rendimentos que estão implicados na Champions League, os clubes fazem avultados investimentos no sentido de alcançarem patamares competitivos que lhes permitam participar e ter bom desempenho na prova. Para tal, recrutam os melhores jogadores do mundo, os quais são atraídos pelos elevados salários, bem como pela possibilidade de participar numa prova tão importante. Na lista dos 20 mais bem pagos futebolistas do mundo em 2012,³⁵ apenas dois futebolistas não integravam clubes que participaram na Champions League. Dos restantes 18 jogadores, 14 são migrantes contratados por clubes estrangeiros, dos quais sete são naturais de países europeus, quatro de países sul-americanos e três africanos.

A presença de jogadores migrantes ao longo da história da competição é ilustrativa da forma como evoluiu a dinâmica migratória dos futebolistas. Os dois clubes finalistas de primeira edição da prova, em 1955/56, o Real Madrid e o Stade de Reims,

passagem aos quartos de final e 4,2 nas meias-finais. O finalista vencido da prova recebeu mais 5,6 milhões, enquanto o vencedor foi premiado com 9 milhões. Informação website da UEFA, <http://pt.uefa.com/uefa/management/finance/news/newsid=1676432.html> [consulta a 18 de março de 2013]. Os clubes que marcaram presença na UEFA Champions League nessa época receberam um total de 754,1 milhões de euros. O Chelsea FC, que conquistou a prova, recebeu 59,935 milhões de euros, correspondendo 29,9 milhões de euros a prémios de participação e desempenho da equipa, e 30,035 milhões provenientes do valor do mercado de televisão. O Bayern, por seu lado, recebeu um total de 41,73 milhões de euros, 26,9 milhões pela participação e *performance* e 14,83 milhões oriundos dos direitos de transmissão televisiva. Informação website da UEFA, <http://pt.uefa.com/uefa/management/finance/news/newsid=1840959.html> [consulta a 18 de março de 2013]. Perante estes números entende-se porque é que a UEFA Champions League é designada de Liga Milionária.

³⁴ Website da UEFA, <http://pt.uefa.com/uefa/management/finance/news/newsid=1676432.html> [18 de março de 2013].

³⁵ Revista *Forbes*, <http://www.forbes.com/pictures/mlh45lkd/the-worlds-best-paid-soccer-players2/> [18 de março de 2013].

apresentaram-se respetivamente com 11 jogadores de nacionalidade espanhola e 11 de nacionalidade francesa.³⁶ Na época de 2009/10, a final foi disputada pelo Bayern de Munique e o Inter de Milão, e pela primeira vez uma das equipas entrou em campo totalmente constituída por jogadores estrangeiros. A equipa italiana não incluía nenhum jogador italiano, sendo constituída por quatro jogadores argentinos, três brasileiros, um camaronês, um holandês, um macedónio e um romeno. Na equipa alemã alinhavam cinco alemães, dois holandeses, um argentino, um belga, um croata e um turco.³⁷ Assim, por imperativos competitivos e pelas razões económicas que lhe estão associadas, os jogadores estrangeiros sobrepuseram-se aos jogadores nacionais nos plantéis das várias equipas que têm participado na Champions. Nas últimas cinco edições da prova, o volume de estrangeiros, com pequenas variações que não são significativas, tem sido cerca de 55% do total de jogadores.³⁸

Uma análise mais pormenorizada da edição da Champions League de 2010/11 é reveladora da expressão global do futebol contemporâneo. Assim, nessa época estiveram inscritos 749 jogadores³⁹ em representação de 32 clubes de 18 países. Do total de jogadores, 332 tinham a mesma nacionalidade dos clubes pelos quais estavam a jogar, enquanto 417 eram estrangeiros, o que significa que mais de metade, ou seja 55,7% dos jogadores, eram migrantes. Esta circunstância faz com que na prova estivessem jogadores provenientes de 78 nacionalidades. Os países europeus são aqueles que estão em maior quantidade, com 205 jogadores de 39 nacionalidades, seguidos dos sul-americanos, com 133 jogadores de 10 nacionalidades, e dos africanos, com 68 jogadores de 22 nacionalidades. A América do Norte, com sete jogadores de

³⁶ Apesar dos 11 jogadores do Real Madrid serem de nacionalidade espanhola, dois deles eram de naturalidade argentina e já tinham uma significativa história migratória. Um desses jogadores era Alfredo Di Stéfano, que emigrou para a Colômbia em 1949 e posteriormente, em 1953, para Espanha. O outro jogador era Héctor Rial, que também em 1949 emigrou para a Colômbia, depois em 1952 para o Uruguai, em 1954 para França, e já em final de carreira, foi em 1962 para França, e em 1964 para o Chile.

³⁷ In website UEFA, <http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2010/matches/round=2000032/match=2000488/index.html> [consulta a 18 de março de 2013].

³⁸ Website da UEFA Champions League, <http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/index.html>

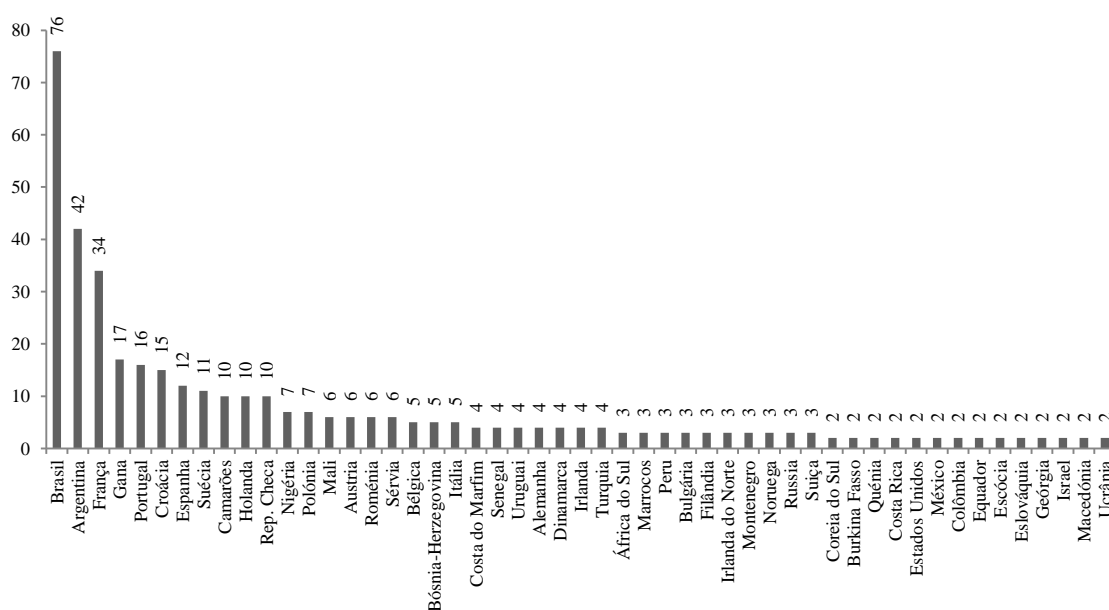
³⁹ São apenas tidos em conta os jogadores inscritos na Lista A. Segundo os regulamentos da prova (UEFA, 2011: 27), cada clube pode apresentar duas listas de jogadores: a “A” e a “B”. Na Lista A podem constar até um máximo de 25 jogadores, sendo que pelo menos oito desses jogadores têm que ser produto da escola de formação do clube e, destes, metade podem ter sido formados em clubes da mesma federação. A lista B continuará a existir – envolvendo um número ilimitado de jogadores Sub-21 que tenham estado no clube por um período de pelo menos dois anos seguidos desde o 15º aniversário dos atletas em causa. A razão porque se contabilizam apenas os jogadores da Lista A tem a ver com o facto de serem esses os jogadores que verdadeiramente constituem o grupo de trabalho das equipas. Os jogadores inscritos na Lista B normalmente constituem um recurso, ou obrigatoriedade, fazendo parte, em muitos casos, das equipas B.

quatro nacionalidades, e a Ásia, com quatro jogadores de três nacionalidades, têm uma expressão residual no elenco dos jogadores inscritos na Champions. A Oceânia não é representada por qualquer jogador.

Numa prova onde apenas participam clubes europeus, curiosamente a nacionalidade mais representada é a brasileira, com 76 futebolistas, seguida da francesa com 67, a espanhola com 59 e a argentina com 42. É no entanto de referir que o total de espanhóis e franceses resulta da soma dos jogadores que estão presentes nos clubes dos respetivos países, mais aqueles que estão migrados noutros clubes estrangeiros. A presença brasileira é de tal forma expressiva que, dos 32 clubes participantes na prova, apenas sete não têm qualquer jogador com essa nacionalidade, sendo que em três clubes o número de brasileiros se sobrepõe ao número de jogadores nacionais.⁴⁰

No Gráfico 5.4. estão representadas as nacionalidades dos jogadores migrados que tenham até pelo menos dois representantes inscritos na prova. Para além destas nacionalidades, há mais 27 com apenas um jogador.

Gráfico 5.4.
Jogadores por nacionalidade na UEFA Champions League de 2010/11



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do website da UEFA Champions League⁴¹

⁴⁰ Esses clubes são os portugueses SL Benfica e o SC Braga, com respetivamente sete e treze jogadores brasileiros para seis portugueses, e o Inter de Milão, com cinco brasileiros para quatro jogadores italianos.

⁴¹ <http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/index.html>

Desde logo, o que mais chama a atenção é a discrepância entre a quantidade de jogadores brasileiros e as outras nacionalidades. Depois, a diversidade de países, em particular os sul-americanos e africanos, contribuindo para que a competição tenha uma efetiva expressão global. Entre todos os clubes, o Arsenal de Inglaterra é o único que não tem qualquer jogador da mesma nacionalidade que o clube. Os 20 jogadores inscritos são provenientes de 14 nacionalidades, sendo os franceses os mais representados com seis atletas, seguidos dos espanhóis com dois. Dezas seis dos jogadores são provenientes de países europeus, três de países africanos, e o único sul-americano é um futebolista brasileiro. O segundo clube com menos jogadores nacionais é o Inter de Milão, com apenas quatro, seguido dos ingleses do Chelsea FC e romenos do Cluj, com cinco, e ainda dos clubes portugueses do SL Benfica e SC Braga, ambos com seis jogadores. Pelo contrário, os clubes com mais atletas nacionais são o Partizan da Sérvia e o Žilina da Eslováquia, ambos com 17 jogadores, seguidos dos israelitas do Hapoel e dos turcos do Bursaspor, com 16 jogadores cada.

Apesar da existência de algumas afinidades socioculturais entre clubes de determinados países e as nacionalidades dos jogadores imigrantes aí presentes,⁴² a observação das tendências migratórias da UEFA Champions League revela essencialmente um sistema global em rede. Ou seja, sendo uma competição de elite, muitos dos clubes sistematicamente presentes são representantes de cidades globais (Sassen, 1991), como Londres, Berlim, Paris, Milão, Amsterdão, Madrid, enquanto outros clubes representam *soft-global cities* (Baganha, 2001:145), como Lisboa, Copenhaga, Lyon, Atenas, Dublin, entre outras, sendo muito reduzido o número de cidades periféricas como Donetsk, Žilina ou Kazan. Estas cidades constituem-se como nódulos de interseção das malhas de redes globais, para os quais afluem informação, tecnologia, conhecimento, economia, poder e muitos migrantes. Consequentemente, os clubes dessas cidades são também clubes globais, para os quais afluem os melhores jogadores do universo futebolístico, pelo que se alguma regularidade migratória se pode identificar nestes fluxos é a de uma distribuição qualitativa dos jogadores, decrescente dos clubes globais para os clubes periféricos.

⁴² Por exemplo, os jogadores brasileiros nos dois clubes portugueses, os jogadores escoceses e irlandeses em clubes ingleses, jogadores checos no clube da Eslováquia.

5.4. Os migrantes do Campeonato do Mundo da África do Sul

Em 2010 decorreu na África do Sul a fase final do Campeonato do Mundo de Futebol. Foi o mundial *waka waka*, o mundial das vuvuzelas, da bola *jabulani*, do polvo Paul e da vitória da Espanha. Mas foi essencialmente o mundial de 32 países e 736 jogadores (FIFA, 2010). Enquanto megaevento desportivo, o mundial foi um momento excepcional para observar as tendências migratórias dos futebolistas.

Os países presentes no Campeonato do Mundo de 2010 qualificaram-se num processo competitivo global, no qual participaram 204 países,⁴³ organizado pelas respetivas confederações continentais, em conformidade com o número de vagas atribuídas pela FIFA (Quadro 5.4.). À confederação europeia foram atribuídas 13 vagas, correspondentes a 41% dos lugares disponíveis. A africana ficou com seis lugares, sendo que uma dessas vagas já era ocupada pela África do Sul na qualidade de país organizador. À América do Sul foram atribuídas quatro vagas, e à América do Norte, Centro e Caribe três vagas, havendo mais uma vaga a atribuir numa eliminatória de repescagem entre equipas destas duas confederações americanas, que no final seria conquistada pelos sul-americanos. À confederação asiática foram atribuídas 4 vagas, havendo a possibilidade de ter mais uma através de um processo de repescagem em confronto com a Oceânia. A Oceânia, que não tinha antecipadamente nenhuma vaga atribuída conquistou uma vaga em resultado do processo de repescagem com a confederação asiática. O número de vagas atribuído à UEFA torna desde logo evidentes as capacidades competitivas, bem como o poder económico e a força política que as ligas da confederação europeia têm no âmbito do futebol mundial.⁴⁴

Em conformidade com o Regulamento FIFA para o Campeonato do Mundo, as seleções presentes na África do Sul foram constituídas por 23 jogadores, tendo estes de ser obrigatoriamente cidadãos dos países que representavam e estar sujeitos à sua jurisdição.⁴⁵

⁴³ Das 208 associações nacionais membros da FIFA, apenas 4 não participaram nos torneios de qualificação para a fase final do Campeonato do Mundo.

⁴⁴ A percentagem de países qualificados em relação ao número de federações por confederações foi a seguinte: CONMEBOL 50%, UEFA 25%, CAF 11%, CONCACAF, AFC e OFC 9%, respetivamente. A CONMEBOL, com 10 associações nacionais inscritas, ao conseguir inscrever cinco delas, levou ao Mundial metade das suas seleções.

⁴⁵ Em conformidade com o nº1 do artigo 7º do Regulamento do Campeonato do Mundo.

Quadro 5.4.
Jogadores na fase final do Campeonato do Mundo 2010, por confederação e país

Confederação	País	Jogadores convocados						Total de Jogadores	
		a jogar no país		emigrantes		Outras situações			
		n	%	n	%	n	%		
Ásia	Austrália	2	8,7	20	87,0	1	4,3	23	
	Coreia	13	56,5	10	43,5	-	0,0	23	
	Coreia do Norte	20	87,0	3	13,0	-	0,0	23	
	Japão	19	82,6	4	17,4	-	0,0	23	
África	África do Sul	16	69,6	7	30,4	-	0,0	23	
	Argélia	3	13,0	20	87,0	-	0,0	23	
	Camarões	1	4,3	22	95,7	-	0,0	23	
	Costa do Marfim	1	4,3	22	95,7	-	0,0	23	
	Gana	3	13,0	20	87,0	-	0,0	23	
	Nigéria	-	0,0	23	100,0	-	0,0	23	
	Estados Unidos	4	17,4	19	82,6	-	0,0	23	
América do Norte	Honduras	14	60,9	9	39,1	-	0,0	23	
	México	14	60,9	9	39,1	0	0,0	23	
	Argentina	6	26,1	17	73,9	0	0,0	23	
América do Sul	Brasil	3	13,0	20	87,0	0	0,0	23	
	Chile	7	30,4	16	69,6	0	0,0	23	
	Paraguai	4	17,4	19	82,6	0	0,0	23	
	Uruguai	2	8,7	21	91,3	0	0,0	23	
	Oceânia	Nova Zelândia	9	39,1	12	52,2	2	8,7	23
UEFA	Alemanha	23	100,0	-	0,0	-	0,0	23	
	Dinamarca	7	30,4	16	69,6	-	0,0	23	
	Eslováquia	2	8,7	21	91,3	-	0,0	23	
	Eslovénia	2	8,7	21	91,3	-	0,0	23	
	Espanha	20	87,0	3	13,0	-	0,0	23	
	França	11	47,8	12	52,2	-	0,0	23	
	Grécia	14	60,9	9	39,1	-	0,0	23	
	Holanda	9	39,1	14	60,9	-	0,0	23	
	Inglaterra	23	100,0	-	0,0	-	0,0	23	
	Itália	23	100,0	-	0,0	-	0,0	23	
	Portugal	10	43,5	13	56,5	-	0,0	23	
	Sérvia	2	8,7	21	91,3	-	0,0	23	
	Suíça	7	30,4	16	69,6	-	0,0	23	
	Total	32 países	294	39,9	439	60,1	3	0,4	736

Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

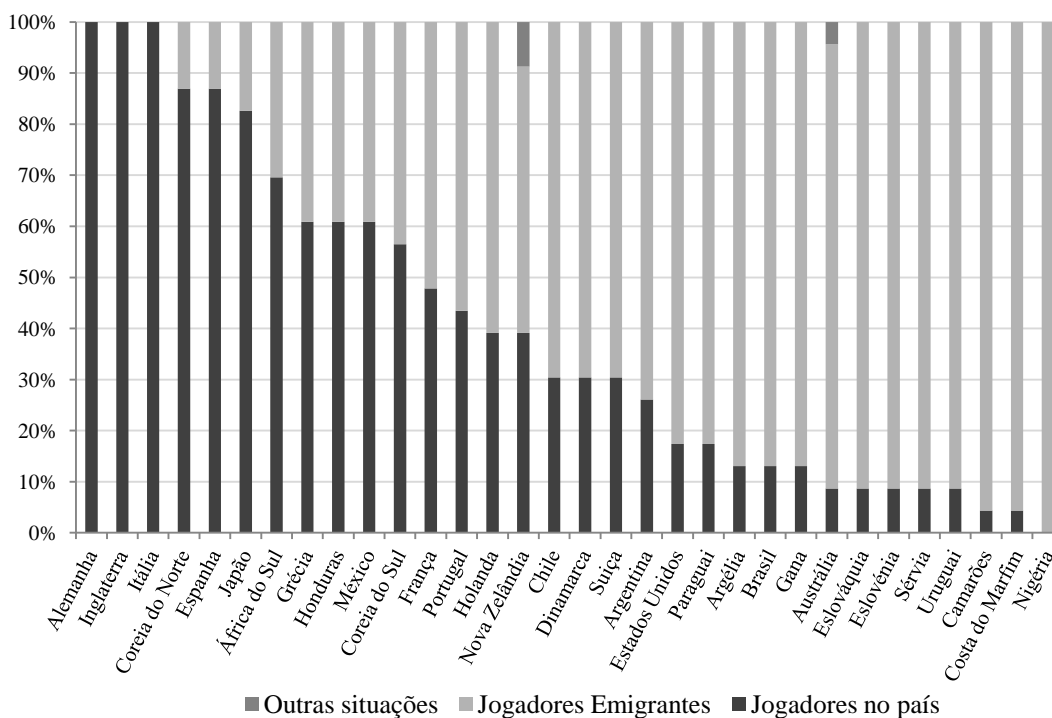
O simbolismo da nacionalidade dos jogadores é muito importante por estes se constituírem como representantes da nação, sendo os seus desempenhos associados às capacidades e potencialidades da nação. A sobreposição entre as seleções nacionais e os Estados-nação converte as equipas nacionais e os jogadores em seus representantes, alimentando sentimentos de pertença, muitas vezes instrumentalizados politicamente e explorados economicamente.

Sendo cada uma das 32 seleções nacionais composta por 23 jogadores, o número total de futebolistas presentes foi de 736. Neste universo de jogadores há uma ampla

diversidade de perfis: as grandes estrelas mediáticas do futebol mundial, que concentram todas as atenções; os jogadores que são titulares indiscutíveis, presentes em todos os jogos; os jogadores suplentes, cuja possibilidade de jogar é muito remota; os velhos jogadores, que outrora já foram estrelas; os jovens jogadores promissores, que são ainda e só uma promessa; os jogadores completamente anônimos, dos quais se desconhece tudo. Dos 736 jogadores, 439 eram emigrantes, ou seja, encontravam-se a jogar em clubes de países que não o da sua nacionalidade. Os restantes 294 jogavam em clubes domésticos, ou seja clubes dos seus países. Havia ainda 3 jogadores que no momento do mundial se encontravam sem clube, o que representa um valor meramente residual. Assim, do total de jogadores, perto de 40% jogavam no seu país e quase 60% eram emigrantes.

Observando a constituição de cada uma das 32 seleções (Gráfico 5.5.), verifica-se que 21 têm mais de metade dos seus elementos em clubes estrangeiros. Ou seja, 69% das seleções nacionais a disputar o torneio são maioritariamente constituídas por emigrantes.

Gráfico 5.5.
Relação entre o número de jogadores a jogar no país e no estrangeiro, por seleção



Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

A observação do Gráfico 5.6. chama a atenção para os extremos do contínuo que vai das seleções com mais futebolistas a jogar no próprio país para aquelas que têm menos. As seleções da Alemanha, Inglaterra e Itália eram totalmente constituídas por futebolistas a jogar no seu próprio país, sendo que no extremo oposto a Nigéria não tinha qualquer um dos seus 23 futebolistas a jogar por clubes nigerianos. Camarões e Costa do Marfim tinham apenas um único atleta a jogar nos respetivos campeonatos. Desde logo, esta dicotomia não apenas ilustra as posições dicotómicas entre um futebol central e um futebol periférico, como também reproduz a estrutura do sistema mundo.

A agregação dos jogadores de cada uma das seleções nacionais pelas respetivas confederações permite constatar algumas tendências (Quadro 5.5.). As seleções asiáticas são as que tinham o menor número de jogadores emigrados, ou seja, 41,3%. Esta situação deve-se essencialmente ao facto de a Ásia ser um continente onde o futebol é um jogo de implantação recente⁴⁶ e onde, apesar da popularidade, o jogo não está ainda suficientemente evoluído ao nível técnico e tático, pelo que os jogadores asiáticos não têm uma procura significativa no mercado internacional de transações futebolísticas. Entre as quatro seleções asiáticas verificavam-se algumas discrepâncias: Japão e Coreia do Sul têm campeonatos internos bastante competitivos, com equipas compostas por jogadores com significativas competências futebolísticas, alguns dos quais bastante apreciados pelos clubes europeus.

Quadro 5.5.
Relação entre o número de jogadores a jogar no país e no estrangeiro, por confederação

Confederações	Jogadores no país		Jogadores emigrantes		Total de jogadores
	N	%	N	%	
Ásia	54	58,7	38	41,3	92
África	24	17,4	114	82,6	138
América Norte, Centro e Caribe	32	46,4	37	53,6	69
América do Sul	22	19,1	93	80,9	115
Oceânia	9	39,1	14	60,9	23
Europa	153	51,2	146	48,8	299
Total	294	39,9	442	60,1	736

Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

⁴⁶ Em 2002 a FIFA realizou o primeiro campeonato do mundo na Ásia, atribuído conjuntamente à Coreia do Sul e ao Japão. Esta foi uma ação estratégica por parte da FIFA que visou três grandes objetivos: aproveitar a onda de popularidade que o futebol estava a ter na Ásia e assim tornar este jogo verdadeiramente global; inserir o futebol, enquanto espetáculo, num continente de milhares de milhões de consumidores; satisfazer os seus patrocinadores, muitos dos quais marcas asiáticas.

A Coreia do Norte, com apenas três jogadores a jogar fora do seu território nacional (dois no Japão e um na Rússia), constituiu uma incógnita em termos futebolísticos pelas questões do bloqueio político em que se encontra. A Austrália que até ao Mundial de 2006 pertencia à Confederação da Oceânia, integra pela primeira vez a Confederação Asiática,⁴⁷ e os seus 20 jogadores emigrados são a consequência de serem bastante ocidentalizados, não apenas pelas questões linguísticas e culturais, mas também pelo facto de muitos deles terem raízes familiares em países europeus.

Nas seleções europeias, mais de metade dos jogadores europeus jogavam nos respetivos campeonatos nacionais. No entanto, a grande disparidade de situações migratórias permite identificar três grupos de equipas: num primeiro grupo, constituído pela Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha e Grécia, apenas 10,4% dos futebolistas jogavam fora do seu próprio país; num segundo grupo, composto pela França, Portugal, Holanda, Dinamarca e Suíça, 70,4% dos jogadores estavam emigrados; num terceiro grupo, constituído pela Sérvia, Eslováquia e Eslovénia, 91,3% dos futebolistas eram emigrantes. Estes três grupos revelam a relação de forças do futebol europeu, com o primeiro grupo sendo constituído, com exceção da Grécia, pelas quatro mais fortes ligas europeias, depois um grupo intermédio e heterogéneo e, finalmente, um terceiro grupo composto por dois países estreantes em fases finais de Campeonato do Mundo, a Sérvia e a Eslováquia, e um outro que participava pela segunda vez, a Eslovénia.

Relativamente aos três países da América do Norte, têm conjuntamente 53,6% dos jogadores como emigrantes. Contudo, também aqui se constata uma discrepância entre países: México e Honduras, cada um com 9 jogadores emigrados, apresentam uma realidade distinta da dos Estados Unidos, com 19 jogadores. Ou seja, só os Estados Unidos têm mais futebolistas a jogar fora do país do que México e Honduras juntos. Esta circunstância terá a ver com o facto do futebol nos Estados Unidos não ser muito competitivo nem reconhecido, fazendo com que os jogadores norte-americanos com alguma qualidade saiam para outros campeonatos, nomeadamente para Inglaterra, onde se encontram 8 desses jogadores.

Quanto à confederação da Oceânia, com 60,9% dos jogadores emigrados, os dados apresentados não são significativos, na medida em que correspondem apenas a uma seleção. Esta é uma zona em que o futebol não tem a popularidade nem os apoios

⁴⁷ Decisão que se deve a fatores competitivos pela reduzida dimensão da Confederação da Oceânia.

de outros desportos, encontrando-se ainda numa fase de amadorismo, e esta circunstância constata-se no facto de dois dos futebolistas da equipa neozelandesa não estarem vinculados a qualquer clube.⁴⁸ Os 15 jogadores neozelandeses emigrados jogavam em países com os quais tinham afinidades, em concreto Inglaterra, Escócia, Austrália e Estados Unidos.

Os países da confederação sul-americana tinham 80,6% dos seus jogadores como emigrantes. Esta confederação é representada por países que em mais do que uma ocasião ganharam o Campeonato do Mundo,⁴⁹ e tendo o futebol como o mais popular dos desportos e um dos elementos mais importantes da sua vida social. Todo o entusiasmo em torno do jogo torna o futebol uma forma de vida; por consequência, não é de estranhar o investimento no futebol, com a consequente formação de jogadores que são cobiçados por clubes de outras nacionalidades, suscitando um intenso fluxo migratório destes países para quase todo o mundo, em particular a Europa.

Os países africanos eram os que tinham mais jogadores emigrados, ou seja, 82,6% dos seus futebolistas jogavam no estrangeiro. Apesar de haver algumas semelhanças relativamente ao papel social que o futebol tem na América do Sul, em África há um conjunto de circunstâncias que empurram os futebolistas para fora dos respetivos países, tornando quase inevitável o processo migratório, nomeadamente: o permanente estado de conflito militar e social; a debilidade das infraestruturas desportivas; a fragilidade da organização das competições; e os baixos salários pagos aos jogadores. Se a África do Sul fosse retirada destas contas, o número de emigrantes africanos subia para 93%. A África do Sul, com apenas sete jogadores emigrados, constitui uma exceção em resultados das condições políticas e desportivas, sendo a liga sul-africana uma das mais interessantes e competitivas, atraindo muito jogadores dos países vizinhos.

No conjunto dos países africanos importa ainda assinalar a situação excepcional da Argélia: dos seus 20 futebolistas a jogar no estrangeiro, 17 tinham naturalidade francesa, sendo que alguns já tinham representado a França nos escalões inferiores. Esta situação resulta do facto de estes futebolistas, apesar da sua qualidade, não conseguirem integrar a principal seleção francesa; não querendo ficar excluídos do mundial, optaram

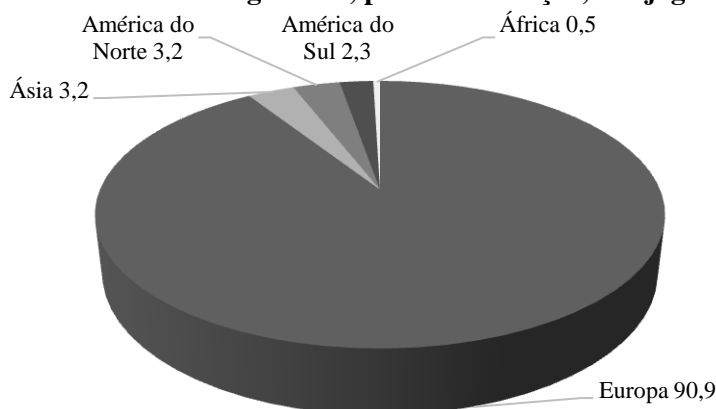
⁴⁸ Eram três os futebolistas sem clube, dois da Nova Zelândia e um da Austrália.

⁴⁹ Uruguai, duas vezes; Argentina, duas vezes; Brasil, cinco vezes.

por representar o país dos seus pais ou o país de onde saíram quando ainda eram crianças.

Quando se assinala o espaço de destino migratório dos futebolistas presentes no Mundial, facilmente se constata que a Europa é a opção inevitável e desejada para os jogadores (Gráfico 5.6.). Assim, 399 futebolistas, equivalente a 90,9% dos jogadores emigrantes, tinham nas ligas europeias o seu destino migratório, reservando para as ligas das outras confederações valores meramente residuais. Ásia e América do Sul eram destino migratório para 14 futebolistas, respetivamente, correspondendo a 3,2% dos jogadores migrantes do mundial. América do Norte, Centro e Caribe atraíam 10 jogadores, equivalente a 2,3%, e a confederação africana era destino para dois jogadores. Nenhum dos 399 jogadores optou pela Oceânia como destino migratório.

Gráfico 5.6.
Distribuição percentual do destino migratório, por confederação, dos jogadores migrantes

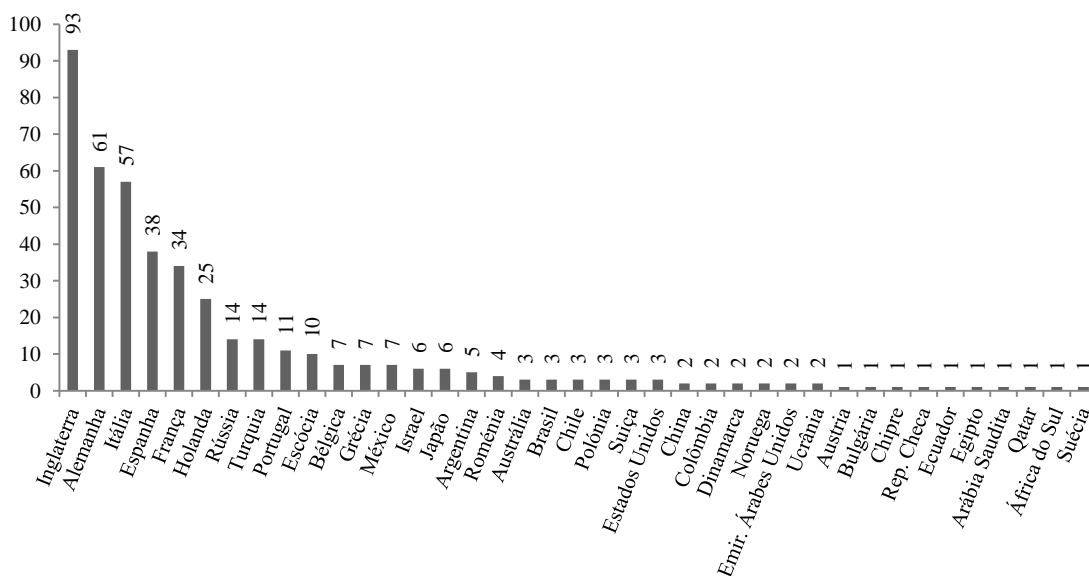


Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

A observação dos destinos migratórios por países revela os grandes pólos de atração do futebol contemporâneo. A Inglaterra, com 93 jogadores imigrantes, é de forma destacada o país que mais jogadores atrai. Contribui para esta circunstância um critério de qualidade que determina que só possam jogar na *Premier League* futebolistas que tenham um determinado número de internacionalizações.

O Gráfico 5.7. mostra que as cinco mais importantes ligas europeias são também as mais importantes ligas mundiais pelo número de jogadores que atraem. A inglesa *Premier League*, a *Bundesliga* alemã, a *Série A* italiana, *La Liga* espanhola e a *La Ligue* francesa, detêm conjuntamente 65% do total de jogadores emigrados presentes no mundial. Nesta sequência, o primeiro país não europeu é o México com 7 jogadores.

Gráfico 5.7.
Destino migratório dos jogadores presentes no Mundial, por país



Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

Importa referir que das 32 seleções presentes na África do Sul, 13 não eram destino migratório para nenhum dos 439 futebolistas do Mundial. Em contrapartida, havia países que não se qualificaram para a fase final do Mundial, mas que apesar dessa circunstância estavam representados por jogadores emigrantes de outras seleções que jogavam nos campeonatos desses países. Neste caso destacava-se a Rússia e a Turquia, com 14 jogadores cada uma, seguidos da Escócia com 10 jogadores, e da Bélgica com sete.

Analisando o destino migratório por clubes (Quadro 5.6.), em concreto nos 19 clubes com mais jogadores migrantes do Mundial, verifica-se que conjuntamente esses clubes tinham 125 jogadores, o que equivale a 28,5% do total de 439 jogadores migrantes. Os dois clubes com mais jogadores estrangeiros no Mundial eram o Arsenal de Londres e o Inter de Milão, cada um com 10 jogadores estrangeiros. É significativo assinalar que, sendo estes dois clubes dos mais importantes dos respetivos países, não contribuíram com nenhum jogador para a respetiva seleção nacional, o que reflete a constituição dos plantéis dessas mesmas equipas, que em alguns casos mais parecem autênticas sociedades das nações.

Os 19 clubes que constituem esta lista são significativamente heterogêneos na sua capacidade competitiva e financeira, podendo encontrar-se clubes como o Inter de Milão, que venceu na época 2009/2010 a Champions League, ou o Arsenal, que é um

dos clubes mais ricos do mundo, com outros clubes menos poderosos e ambiciosos. Entre estes 19 clubes estão oito ingleses, dois italianos, dois espanhóis, dois franceses, dois holandeses, um alemão, um português e um turco. Surpreendente é a existência de apenas um clube alemão, na medida em que o futebol germânico é dos que mais estrangeiros acolhe. É de assinalar o caso do FC Barcelona como sendo o clube que, na globalidade, com 13 futebolistas, mais contribuiu com jogadores para o Mundial, sendo sete espanhóis e os restantes seis estrangeiros. O Galatassaray da Turquia destaca-se como sendo o único clube de um país que não esteve presente na fase final do Mundial, mas tem cinco dos seus futebolistas no Campeonato do Mundo.

Tabela 5.6.
Os clubes com maior representação no Campeonato do Mundo

Clube	País	Total de jogadores no Mundial	Jogadores estrangeiros
Arsenal	Inglaterra	10	10
Inter	Itália	10	10
Wolfsburg	Alemanha	9	9
Liverpool	Inglaterra	12	9
Chelsea	Inglaterra	12	8
Portsmouth	Inglaterra	8	7
Everton	Inglaterra	7	7
Barcelona	Espanha	13	6
Ajax	Holanda	9	6
Twente Enschede	Holanda	7	6
Udinese	Itália	8	6
Benfica	Portugal	8	6
Real Madrid	Espanha	10	5
Monaco	França	5	5
Valenciennes	França	5	5
Manchester City	Inglaterra	7	5
Fulham	Inglaterra	5	5
Wigan	Inglaterra	5	5
Galatasaray	Turquia	5	5

Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

Se ao total de jogadores europeus se juntar a totalidade de jogadores emigrados na Europa, verificamos que 75% dos jogadores que estiveram no mundial da África do Sul jogavam na Europa. Esta questão é relevante, na medida em que tendo contratos com clubes europeus, estes jogadores não europeus, em muitas circunstâncias, acabam por ser mais representativos do futebol europeu, ou dos países onde trabalham, do que do futebol dos respetivos países e continentes. Por isso, e como foi referido por alguma imprensa crítica, a esmagadora representatividade dos jogadores de clubes europeus a

jogar a fase final do Campeonato do Mundo torna este torneio mais europeu do que mundial.

No desporto contemporâneo, os processos de naturalização de atletas são uma realidade polémica e contestada. Ou seja, atletas que são naturais de um país adquirem a cidadania de outro, o que lhes permite competir pela equipa nacional deste último. Assim, destacam-se as naturalizações de jogadores chineses de ténis de mesa; as naturalizações de corredores quenianos; as naturalizações de jogadores norte-americanos de basquetebol. Na história do futebol, e em particular dos Mundiais, esta é uma realidade que não é nova. Logo no primeiro Campeonato do Mundo, em 1930, os Estados Unidos tinham uma equipa onde constavam vários jogadores ingleses e escoceses e⁵⁰ em 1934, no mundial de Itália, o país anfitrião naturalizou alguns jogadores para reforçar a seleção transalpina.

Esta é uma realidade muito complexa e plural: pode referir-se a jogadores filhos de emigrantes; jogadores que emigraram muito novos para os países de destino; a jogadores que emigraram para esses países já como futebolistas profissionais e que aí permaneceram sem regressar ao país de origem; jogadores recém-chegados a um país e que são naturalizados, por conveniência, para suprirem carências competitivas da equipa nacional. Sendo complexa, é uma temática importante, na medida em que levanta a questão da representatividade das seleções nacionais. No Mundial da África do Sul a questão da naturalização foi mais uma vez colocada, em virtude do número elevado de jogadores naturalizados a representar outros países que não o de nascimento. Das 32 seleções nacionais, apenas oito eram constituídas exclusivamente por jogadores naturais do seu próprio país: Inglaterra, Espanha, Dinamarca, Eslováquia, Brasil, Uruguai, Honduras e Coreia do Sul. As outras 24 seleções tinham jogadores que foram sujeitos a processos de naturalização (Quadro 5.7.).

⁵⁰ As quatro federações nacionais de futebol do Reino Unido, discordando do profissionalismo e do pagamento aos jogadores, desvincularam-se da FIFA, e por consequência não participaram no Campeonato do Mundo de 1930, no Uruguai. Alguns jogadores britânicos ficaram assim disponíveis para jogar pelos Estados Unidos http://news.bbc.co.uk/sport3/worldcup2002/hi/history/newsid_1632000/1632201.stm [consulta a 28 de julho de 2011].

Tabela 5.7.
Jogadores naturalizados por país

Países	Jogadores naturalizados
Argélia	17
Portugal	6
Suíça	5
Alemanha	5
Cararões	3
Nova Zelândia	3
Gana	3
França	3
Paraguai	3
Grécia	3
Costa do Marfim	2
Estados Unidos	2
Coreia do Norte	2
Sérvia	2
Chile	1
Austrália	1
Argentina	1
Itália	1
Holanda	1
África do Sul	1
Nigéria	1
Japão	1
México	1
Eslovénia	1

Fonte: elaborado com base nos dados do website da FIFA

A Argélia foi a seleção que teve o maior número de jogadores naturalizados: 17 no total. Esta situação resultou do facto de muitos destes jogadores, de nacionalidade francesa e ascendência argelina, ao não terem acesso à seleção francesa, optarem pela equipa nacional da Argélia.⁵¹ Assim, desta forma, esses jogadores puderam participar no Mundial.

Portugal, com seis jogadores naturalizados, foi o segundo país neste *ranking*. Os processos de naturalização destes jogadores ocorrem em diferentes circunstâncias: dois jogadores, Danny e Daniel Fernandes eram filhos de portugueses nascidos respetivamente na Venezuela e no Canadá, não suscitando a sua naturalização qualquer polémica; Rolando, nascido em Cabo Verde, enquanto criança acompanhou os pais na sua emigração para Portugal, adquirindo com naturalidade a cidadania portuguesa, fazendo desde cedo um percurso futebolístico nos escalões jovens do futebol português; os brasileiros são três, Deco, Pepe e Liedson: vieram para Portugal com contrato de trabalho como futebolistas profissionais e, em conformidade com a legislação portuguesa, adquiriram dupla cidadania, tendo sido convocados para a seleção nacional num processo que suscitou alguma polémica.

⁵¹ Muitos destes jogadores integraram a seleção nacional francesa nos escalões juvenis e juniores.

De todas as seleções no Mundial, a que suscitou mais estranheza nos seus processos de naturalização foi a alemã. A Alemanha, tradicionalmente uma equipa estereotipada, surgiu no mundial com uma constituição multiétnica: três jogadores de origem polaca, um de ascendência brasileira e um de origem bósnia. Para além destes atletas, e refletindo a realidade migratória da Alemanha, entre os 23 jogadores germânicos estavam atletas de ascendência turca, tunisina, nigeriana, ganesa e espanhola.

Apesar da fama do Brasil, era a França quem tinha mais jogadores naturalizados por outros países. No total, eram 23 jogadores, espalhados por 5 seleções (Argentina; Argélia; Gana; Costa do Marfim e Camarões). Curioso é o facto da própria seleção francesa ter três jogadores naturalizados: Evra (Senegal), Mandada (Rep. Democrática do Congo) e Malouda (Guiana Francesa). Dezassete países, apesar de não estarem presentes no Mundial, tinham jogadores nascidos no seu território a participar na competição. A Polónia juntamente com o Kosovo, com três jogadores cada, a jogarem respetivamente na Alemanha e na Suíça, eram os que tinham mais atletas representados nestas circunstâncias.⁵²

⁵² Para além da Polónia e do Kosovo, os outros países foram o Senegal, Guiana Francesa, Rep. Democrática do Congo, Suazilândia, Uzbequistão, Rep. Checa, Albânia, Escócia, Bósnia, Ucrânia, Canadá, Herzegovina, Suriname, Cabo-Verde, Venezuela.

CAPÍTULO VI

AS MIGRAÇÕES NO FUTEBOL PORTUGUÊS

6.1. A expressão social do futebol português

Também em Portugal, o futebol, para além de um jogo, é um fenómeno social importante, transversal a toda a sociedade e com implicações em inúmeros domínios da vida quotidiana. É um fenómeno social de tal forma relevante que se pode falar num processo de *futebolização* da sociedade portuguesa: o dia a dia é preenchido por metáforas futebolísticas; os jogos de futebol e os programas derivados são líderes de audiências; entre as principais figuras do país estão jogadores, treinadores e dirigentes de clubes; os cidadãos discutem de forma intensa as contingências dos jogos em conformidade com as suas preferências clubistas; o país cai em depressão ou em desmedida euforia quando se perde ou ganha.

O futebol é a modalidade desportiva com mais praticantes federados. Em 2011, num total de 524 mil praticantes inscritos em federações desportivas, o futebol, com 154 mil, era o desporto que ocupava mais praticantes, seguido à distância pelo voleibol com 43 mil, basquetebol com 40 mil, e o andebol com 39 mil praticantes (INE, 2011: 169). Esta é ainda a atividade social com maiores audiências no país. Em 2011, quinze dos vinte programas mais vistos na televisão portuguesa foram jogos de futebol, havendo ainda mais dois programas sobre o mesmo desporto.¹ O programa mais visto foi o jogo da seleção nacional de qualificação para o Campeonato da Europa de 2012, com a Bósnia, que teve uma audiência de 2,42 milhões de espectadores. Também a imprensa é marcada pelo futebol, com os três jornais desportivos diários, “A Bola”, “Record” e “O Jogo”, com a quase totalidade das suas páginas dedicadas ao futebol, a terem tiragens

¹ O primeiro programa mais visto que não era de futebol posicionava-se no 13º lugar e referia-se a um episódio de uma telenovela. O debate entre José Sócrates e Pedro Passos Coelho, antes do início da campanha eleitoral para as eleições legislativas, ocupava o 17º lugar da lista. Em penúltimo lugar estava o terceiro programa extrafutebol e o episódio de estreia do *reality show* *Peso Pesado* (Público, 2 de janeiro de 2012).

que concorrem com os jornais generalistas.² Na internet, em novembro de 2011, o website de *A Bola online* era aquele que tinha maior número de visitas entre os websites de informação, com 494 mil utilizadores e um total de quase 14 milhões de páginas acedidas por mês (CEGEA, 2011).³

A importância do futebol é tão significativa que, em novembro de 1996, na sequência de várias controvérsias e escândalos do futebol nacional,⁴ António Guterres, então primeiro-ministro, lamentava a histeria coletiva, afirmando que “o país não pode viver como se o único problema fosse o futebol”.⁵ Outro episódio sintomático da importância do futebol ocorreu em 2007, quando Pedro Santana Lopes, ex-primeiro ministro, abandonou uma entrevista que estava a dar a um canal de televisão, depois de a sua intervenção ter sido interrompida por uma reportagem em direto sobre a chegada de José Mourinho a Lisboa: “Eu vim com sacrifício pessoal e sou interrompido por causa da chegada de um treinador de futebol... Acho que o país está doido. Não vou continuar a entrevista, acho que as pessoas têm de aprender”, disse Santana Lopes ainda em direto.⁶ Por tudo isto,

em Portugal, o futebol é desporto nacional e paixão partilhada por muitos milhões. Entre a generalidade dos portugueses parece apresentar-se como muito estranho não gostar ou dizer que não se “liga” ao futebol – o que habitualmente surge como uma expressão de rebeldia, uma fuga à normalidade, uma recusa de pertença à maioria sociológica – do que fazer dele uma questão central na vida (Coelho e Tiesler, 2006: 520).

A presença do futebol em todos os setores da vida do país caracteriza-se, também, pela constante alusão a uma entidade aparentemente concreta, mas de contornos bastante difusos e de entendimento subjetivo: o *futebol português*. Esta

² Segundo a Associação para o Controlo de Tiragem e Circulação, no último bimestre de 2011, o “Record” teve uma tiragem de 97 mil exemplares e “O Jogo” de 42 mil. O jornal “A Bola” não se encontrava registado na referida associação. Para o mesmo período, as tiragens dos principais jornais diários generalistas foram as seguintes: “Correio da Manhã”, 158 mil; “Jornal de Notícias”, 107 mil; “Diário de Notícias”, 51 mil; “Público”, 44 mil. Cf. <http://www.apct.pt> [consulta a 10 de maio de 2013].

³ <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~18de.aspx> [consulta a 10 de maio de 2013].

⁴ As controvérsias e escândalos eram os seguintes: o *totonegocio*, como a tentativa de resolução dos passivos fiscais dos clubes por diploma legal; o caso Guímaro, relativo ao primeiro julgamento de corrupção na arbitragem; a publicação duma conversa de António Oliveira, na altura treinador do FC Porto, onde aludia a situações de burla, corrupção e tráfico de influências; o caso das viagens da agência Cosmos, que terão servido para corromper árbitros; o monopólio da Olivedesportos relativamente às transmissões televisivas; a suspensão do juiz presidente da Comissão de Arbitragem, pelo Conselho Superior de Magistratura, depois de ter proferido afirmações sobre corrupção no futebol; o presidente da PPF ser chamado à sede da UEFA para prestar esclarecimentos pelos escândalos no futebol português.

⁵ Público, 20 de novembro de 1996.

⁶ Emissão da SIC Notícias do dia 26 de setembro de 2007, <http://www.youtube.com/watch?v=MpB1Ydko4NU> [consulta a 5 de fevereiro de 2011].

entidade “é uma espécie de equivalente funcional do ‘teatro português’, do ‘cinema português’, da ‘agricultura portuguesa’, etc.” (Coelho, 2001: 63). Pelo facto do futebol português se constituir por referência a instituições que regem a modalidade no país, a clubes, a jogadores e fundamentalmente à seleção nacional, por oposição a congéneres de outros países, cria-se uma linha de demarcação entre o que é nacional e estrangeiro.

Mas qual a consistência sociológica dessa entidade que é o “futebol português”? Desde logo, pode ser entendido como uma “entidade de contornos mais ou menos vagos que engloba tudo o que possa estar relacionado com as atividades e instituições ligadas ao futebol em Portugal” (*ibidem*: 63). Esta unicidade futebolística, porém, não se constitui como algo isolado ou independente da realidade em que acontece. Apresenta-se como uma configuração social, na qual interagem indivíduos com diferentes níveis de participação e de poder, diferentes práticas e valores, diferentes níveis de organização (Marivoet, 1998: 15). Ou seja, para além dessa expressão que advém da dimensão desportiva, o futebol tem também uma dimensão sócioantropológica conferida pela sociedade em que se insere. Por conseguinte, considera-se a existência de “um futebol português”, não apenas porque ele acontece no espaço nacional, envolvendo portugueses ou estrangeiros a jogar em Portugal, “mas essencialmente, porque a sociedade portuguesa reproduz, a nível futebolístico, as suas peculiaridades e contradições, suscitando um tipo específico de futebol” (Nolasco, 2009: 64).

A afirmação da existência do *futebol português* não se traduz, no entanto, numa forma portuguesa de jogar futebol. Alguns autores afirmam uma simbiose entre as características culturais de uma sociedade e a forma como essas se manifestam na prática concreta do jogo. A expressão futebolística de alguns clubes reproduz a expressão social das cidades a que pertencem (Bromberger *et al.*, 1987). Segundo DaMatta (1982: 16), cada sociedade tem, assim, o futebol que merece e consoante os valores, sentimentos, emoções e ações de uma sociedade, assim será o seu futebol. O futebol brasileiro, por exemplo, é um modo específico, à semelhança de outros, pelo qual a sociedade brasileira fala e se expressa, havendo por isso uma malandragem e jeito próprio de se jogar (*ibidem*). Não negando a existência de estilos muito genéricos que variam entre “a força da técnica e a técnica da força”,⁷ e que surgem associados à imagem idealizada de alguns países ou continentes, a atual racionalização técnica e tática do jogo tem vindo a retirar-lhes essa expressividade identitária. A este propósito,

⁷ Expressão popularizada pelo jornalista desportivo português, Gabriel Alves.

diz Nuno Domingos (2004: 30) que a forma como a teoria sobre a prática do futebol é desenvolvida e transmitida, em moldes semelhantes ao universo futebolístico, permitindo a configuração de modelos de jogo diversos consoante a interpretação dos protagonistas, sejam eles treinadores ou jogadores, mostra a impossibilidade de uma correspondência entre a pertença nacional e um estilo de jogo.

É pouco rigoroso, deste modo, admitir, num contexto actual em que o futebol se encontra fortemente profissionalizado e institucionalizado, a existência de um conjunto de gestos individuais e movimentos colectivos que perfaçam algo a que possamos chamar de “futebol português”, ou “futebol alemão”, ou “futebol africano”, ou “futebol chinês”. É pouco credível, nos dias de hoje, que uma equipa profissional egípcia, camaronesa, tailandesa, ou saudita, não tenha acesso às mesmas técnicas de treino, aos mesmos sistemas táticos, aos mesmos modelos de jogo que as equipas europeias há mais tempo profissionalizadas. É por este motivo que os estilos de jogo estão desencantados. O gesto individual e o movimento colectivo relacionam-se mais com este pensamento sobre o jogo, partilhado por um campo desportivo relativamente autónomo, do que com as características perigosamente naturalizadas de uma pertença nacional, étnica ou de classe (*ibidem*: 30).

Assumindo que o gesto individual e o movimento coletivo do trabalho futebolístico não estão naturalizados numa suposta pertença nacional, o futebol português corresponderá ao futebol praticado em Portugal e por portugueses no estrangeiro. Este entendimento tem assim em consideração os processos migratórios como factos relevantes, pois para o futebol português contribuem também os jogadores estrangeiros contratados por clubes portugueses, bem como os jogadores portugueses emigrados em clubes estrangeiros. A presença de jogadores estrangeiros, inevitavelmente, condiciona o futebol em Portugal, desde logo ao nível da empregabilidade no mercado de trabalho, bem como ao nível da competitividade que as competências, ou ausência delas, aportam para a dinâmica futebolista do país. Por outro lado, também os jogadores portugueses emigrados não deixam de se constituir como elementos do futebol português, não por referência a uma ideia romantizada ou saudosista do país, mas porque o seu processo migratório e o seu desempenho como futebolistas é marcado pelas condições que o futebol nacional lhes proporcionou.

Não cabe aqui narrar a história do futebol português; contudo, é relevante descrever como as migrações de futebolistas foram sucedendo. As entradas e saídas de jogadores foram um processo irregular e por vezes descontinuado no tempo, que apesar das circunstâncias revelam uma progressão crescente, que vai de casos migratórios singulares até à anónima massificação dos fluxos, sendo possível em determinados

momentos encontrar similitudes com a dinâmica internacional de mobilidade de jogadores, com as contingências evolutivas do futebol português, bem como com a vida social e política do país.

As primeiras entradas e saídas de jogadores ocorreram por motivos que nada tinham a ver com o futebol. Depois, ao longo do século XX, registaram-se diversas tendências. Os futebolistas estrangeiros começaram nos anos 30 a chegar ao futebol nacional, até que a partir dos anos 50 a sua presença se tornou assídua. Pelo contrário, os futebolistas portugueses só na década de 70 começaram a sair com regularidade do país, num processo que se revelou inicialmente pouco consistente. Na última década do século XX assistiu-se a um significativo aumento no volume de entradas e saídas de jogadores. Toda esta dinâmica foi acompanhada pelo intenso fluxo imigratório proveniente das colónias africanas. É a dinâmica desses processos que seguidamente se analisa.

6.2. Os primeiros estrangeiros em Portugal e o primeiro português fora do país

O futebol fez a sua aparição em Portugal no último quartel do século XIX, algures entre 1875 e 1889. A data e local onde se terá realizado o primeiro jogo surge envolta em incertezas; no entanto, a Inglaterra surge como o denominador comum de todas as referências, tanto pelo facto de, na altura, ingleses se encontrarem em Portugal, como pelos contactos mantidos pelos portugueses com Inglaterra.⁸ Em 1875, na Camacha, foi exatamente um inglês, Harry Hinton, residente na Madeira, e comerciante do vinho local, que realizou um jogo com um grupo de amigos ingleses e os portugueses necessários à composição das equipas. Em Lagos, em 1882, terá sido um grupo de marinheiros ingleses que, ao atracar na vila, realizou entre si um jogo em que se disputou uma bola com os pés, para espanto da população local. Em Cascais, em 1888, por iniciativa dos irmãos Guilherme, Eduardo e Frederico Pinto Bastos, estudantes em Inglaterra, de onde terão trazido uma bola, a mais recente moda londrina, realizou-se um jogo em que “alguns rapazes das melhores famílias lisboetas resolveram exhibir em público as suas qualidades de *sportsman* modernos através da realização de um *match de football*” (Dias, 2000: 29). Um ano depois, em 1889, por iniciativa de

⁸ Para além do futebol, os ingleses foram os responsáveis pela introdução de outras modalidades desportivas, nomeadamente o remo, o ténis e o ciclismo (Simões, 1995: VIII).

Guilherme Pinto Bastos, realizou-se novo jogo no Campo Pequeno, disputado por uma equipa de portugueses e outra de ingleses.

Noutras localidades, foi igualmente a presença de britânicos que esteve na origem da divulgação da modalidade, como sucedeu em Portalegre com os ingleses da indústria corticeira e têxtil da região (Gaspar, 1971: 493). Também na cidade do Porto o futebol foi introduzido por indivíduos que, tendo estudado em Inglaterra, se juntaram à comunidade britânica aí residente para, em 1890, disputarem algumas partidas. Um nome importante dos primórdios do futebol na cidade do Porto foi o de António Nicolau de Almeida, exportador de vinho, que, por se deslocar frequentemente a Inglaterra em negócios, tomou conhecimento do jogo e o trouxe para Portugal (Coelho e Pinheiro, 2002: 51).

No final do século XIX, o futebol era já uma realidade nos dois principais centros urbanos do país – Lisboa e Porto. Contudo, a simples presença da modalidade não significou a sua implementação imediata. Em Portugal, por esta altura, a tourada era o divertimento das classes populares, atividade privilegiada que reproduzia a ideia do que era ser português. Nesse sentido, na obra literária *Os Maias*, publicado em 1888, Eça de Queirós, numa crítica à sociedade burguesa de então, colocou a personagem Afonso da Maia a dizer o seguinte:

Pois é verdade, tenho esse fraco português, prefiro touros. Cada raça possui o seu sport próprio, e o nosso é o touro: o touro com muito sol, ar de dia santo, água fresca, e foguetes... Mas sabe o Sr. Salcede qual é a vantagem da tourada? É ser uma grande escola de força, de coragem e de destreza... Em Portugal não há instituição que tenha uma importância igual à tourada de curiosos. E acredite uma coisa: é que se nesta triste geração moderna ainda há em Lisboa uns rapazes com certo músculo, a espinha direita, e capazes de dar um bom soco, deve-se isso ao touro e à tourada de curiosos... [...], Nós não temos os jogos de destreza das outras nações, exclamava ele, bracejando pela sala e esquecido dos seus males. Não temos o *cricket*, nem o *football*, nem o *running*, como os ingleses; não temos a ginástica como ela se faz em França; não temos o serviço militar obrigatório que é o que torna o alemão sólido... Não temos nada capaz de dar a um rapaz um bocado de fibra. Temos só a tourada... Tirem a tourada, e não ficam senão badamecos derreados da espinha, a melarem-se pelo Chiado! (Queiroz, s/d: 308-309)

Mas o futebol foi granjeando popularidade. As classes populares, que não tinham hábitos desportivos, e que viram as classes abastadas praticarem futebol, depressa se apercebeu que esse jogo de regras simples e baixos custos, que fugia ao elitismo de outras modalidades de onde eram excluídos, estava ao seu alcance. “Sobretudo, não se tratava de um desporto escondido nas tertúlias, mostrava-se em lugares públicos, sem segredos, sem condicionalismos, sem grandes exigências de

aprendizagem” (Simões, 1995: XI). É nesse contexto que, na última década do século XIX, começam a surgir os primeiros clubes.

Em março de 1894 realizou-se um importante jogo que em muito contribuiu para a implantação e expansão do futebol em Portugal. Colocou frente a frente o Football Club Lisbonense e o Football Club do Porto para a disputa de uma taça denominada Football Championship das Cidades de Portugal. O Rei D. Carlos patrocinou o jogo, oferecendo a taça em prata e ouro com o seu próprio nome, tendo integrado o evento no programa oficial das comemorações do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique. Desta forma, este jogo tornou-se o primeiro grande acontecimento do futebol nacional. As duas equipas apresentaram-se com alinhamentos constituídos por um significativo número de jogadores britânicos.⁹

Nos anos subsequentes, os ingleses de Carcavelos, organizados em clube,¹⁰ dominam o futebol português. Provenientes de um país onde o conceito de *sport* era uma afirmação de desenvolvimento social, e onde o futebol já se jogava intensamente desde meados do século XIX, os jogadores de Carcavelos possuíam uma ampla cultura futebolística, por contraste com a embrionária experiência dos jogadores portugueses. Para além do mais, os ingleses, financiados pela poderosa empresa dos cabos submarinos, dispunham do seu próprio campo de jogos, com ótimas condições para a época (Serrado e Serra, 2010: 46).

Precisar quem foi o primeiro jogador estrangeiro do futebol português é uma tarefa vã, pois são estrangeiros que estão na origem do futebol em Portugal. À semelhança do que se passou noutros países, também em Portugal o futebol começou por acontecer num ambiente cosmopolita, em que a presença de cidadãos estrangeiros, em particular ingleses, se constituiu num elemento natural da paisagem futebolística.

Pelo facto do futebol ter permanecido, durante muito tempo, numa aparente condição de amadorismo, permitiu, até uma fase avançada do século XX, que outros

⁹ Pelo Football Club do Porto alinharam: Mac Geoc, F. Guimarães, A. Nugent, Arthur Dagge, Mac Millan, Eduardo Kendall, F. H. Ponsonby, Adolfo Ramos, Mac Kechnie, R. Ray e Alfredo Kendall. E pelo Football Clube Lisbonense: Guilherme Pinto Basto, Keating, Locke, Clyde, Barley, Valentim Machado, João Pereira, Artur Raposo, Afonso Vilar, Thompson e Carlos Vilar Fonte: <http://futebolarportugalmail.pt/artigo/20100702/capitulo-1-1893-1910> [consulta a 2 de setembro de 2010].

¹⁰ Ingleses que se encontravam em Portugal ao serviço da Telegraph Company para instalação dos cabos submarinos da rede telegráfica que unia a Europa à América e que tinha em Portugal um dos pontos de amaragem. Estes ingleses estavam sedeados em Carcavelos, e aí criaram o *Carcavelos Club*, que mais tarde deu origem ao *Carcavelos Sport Club*.

estrangeiros em Portugal se dedicassem à prática da modalidade, ainda que a sua presença se prendesse com outros motivos. Por exemplo, a equipa da Académica de Coimbra, em 1922, integrava dois brasileiros – João Ferreira e Francisco Ferreira – provenientes da cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo. Também em 1927, 1929 e 1931, respetivamente, José Amaral, Matias e Waldemar Amaral, todos originários de Manaus, jogaram na Académica (Santana e Mesquita, 2007: 398-399). Estes jogadores terão chegado a Coimbra para estudar na Universidade e, aproveitando a circunstância de existir uma equipa de futebol da associação académica, passaram a integrar o seu plantel.

Foi em circunstâncias idênticas que, pela primeira vez, um português jogou no estrangeiro: Francisco dos Santos que, entre 1906 e 1908, alinhou pelo clube Lázio de Roma. Formado em Belas Artes, por conta da Casa Pia, foi futebolista do clube da Casa Pia e do Sport Lisboa. Em 1903, como pensionista do Estado, foi para Paris estudar escultura. Em 1906 ganhou uma bolsa para ir para Roma continuar os estudos em escultura. Para quem já era pai e tinha uma família a sustentar, a bolsa veio a revelar-se escassa e Francisco dos Santos, para equilibrar o orçamento, recomeçou a jogar futebol na Lázio. Chegou a capitanear a equipa romana, sendo um jogador referenciado pela *Gazetta dello Sport* (Simões: 2011). Regressou a Portugal em 1909, tendo ainda jogado pelo Sporting antes de iniciar uma carreira artística.¹¹

6.3. A dinâmica emigratória do futebol português

A ocorrência de processos migratórios de futebolistas em Portugal é inevitavelmente determinada pela evolução do futebol nacional e internacional. Ao longo do século XX, o futebol português foi passando por diversas fases, a nível desportivo e organizacional, que marcaram as tendências de saída dos jogadores nacionais. De forma muito geral, até meados do século, o futebol em Portugal foi marcado pela precariedade das infraestruturas para a prática da modalidade. Os jogadores encontravam-se numa condição dúbia, entre o amadorismo e o profissionalismo, e vivia-se um clima de conflito entre as várias instâncias que governavam a modalidade, o que não contribuía para a superação das dificuldades. Para

¹¹ Em 1911 venceu o concurso do busto oficial da República Portuguesa. Foi responsável por vários monumentos, nomeadamente o dedicado ao Marquês de Pombal, em Lisboa (1915), e o “Marinheiro ao Leme” (1915), no Cais do Sodré <http://mjm.imc-ip.pt/pt-PT/biografias/ContentDetail.aspx?id=135> [consulta a 14 de janeiro de 2013].

além disso, a Seleção Nacional revelava uma confrangedora incapacidade de se impor internacionalmente,¹² o que não abonava a favor da imagem dos futebolistas portugueses. Os anos 50 marcaram uma nova tendência: a chegada ao país de alguns treinadores estrangeiros, nomeadamente os brasileiros Otto Glória e Yustrich, o chileno Fernando Riera e o húngaro Bella Guttmann, promoveram a profissionalização das competições, numa altura em que os principais campeonatos europeus e mundiais já eram profissionalizados. Foi por esta altura que se construíram estádios novos, nomeadamente os das Antas, Luz e Alvalade, acomodando muitos milhares de espetadores.¹³ Estas circunstâncias contribuíram para que, na década seguinte, se vivesse a primeira idade de ouro do futebol nacional, com os triunfos do Benfica na Taça dos Clubes Campeões Europeus em 1961 e 1962,¹⁴ do Sporting na Taça dos Vencedores das Taças em 1964 e a participação da Seleção Nacional no Campeonato do Mundo de 1966, em Inglaterra, tendo ficado em terceiro lugar. Com estes êxitos, o “f” de futebol veio a juntar-se definitivamente aos “f’s” de fado e Fátima, características da sociedade portuguesa do Estado Novo. Nos anos seguintes, o futebol português voltou a cair em depressão, tendo sido marcado pela rivalidade e conflitualidade entre os três grandes clubes nacionais: Sporting, Benfica e Porto. A década de 80 voltou a ser de ouro para o futebol nacional, com o inesperado terceiro lugar da Seleção Nacional no Campeonato da Europa de França, em 1984, e a segunda qualificação da sua história para o Campeonato do Mundo, em 1986, no México. Também as equipas nacionais voltam a brilhar, com a presença em finais de competições europeias, sendo que em 1987 o FC Porto se sagrou Campeão Europeu.¹⁵ Também os jovens futebolistas nacionais venceram, em 1989 e 1991, os Campeonatos do Mundo na categoria de sub-20, dando origem à denominada geração de ouro do futebol português. A partir deste momento, o futebol em Portugal sofre uma profunda metamorfose, com os jogadores a transferirem-se em função das leis da oferta e procura de um mercado de trabalho futebolístico que ultrapassou definitivamente as fronteiras do país. Há ainda a registar

¹² Apenas em 1928, nas Olimpíadas de Amesterdão, a Seleção Nacional obteve um resultado digno de realce, chegando aos quartos de final da prova, vencendo adversários supostamente superiores. Até essa altura, a Seleção contava apenas com duas vitórias no seu palmarés. Apenas em 1947 a Seleção venceu pela primeira vez a Espanha, a sua grande rival. Foi também nesse ano, ou seja, 26 anos depois do jogo inaugural, que a Seleção venceu pela primeira vez um jogo fora de “casa”, tendo ganho à Irlanda.

¹³ Entre outros estádios, foram construídos os de Braga, Marítimo, Amadora e Leiria.

¹⁴ O Benfica perderia ainda três finais na mesma competição, em 1963, 1965 e 1968.

¹⁵ As outras finais foram: em 1983, o Benfica na Taça UEFA; 1984, o FC Porto na Taça dos Vencedores das Taças; 1988 e 1990, Benfica na Taça dos Campeões Europeus.

outros factos marcantes, nomeadamente as vitórias do FC Porto na Taça UEFA, em 2003, na Champions League em 2004 e na Liga Europa em 2010. Em 2004, a fase final do Campeonato Europeu decorreu em Portugal e a Seleção Nacional foi finalista vencida, num momento marcante da história recente do país, onde se exaltou à exaustão o nacionalismo (Coelho e Pinheiro, 2002; Serrado e Serra, 2010 e 2010a).

A nível internacional, o futebol evoluiu de forma significativa ao longo do século XX, passando por várias etapas que o converteram em algo mais do que um jogo, nomeadamente uma atividade económica que, apesar de possuir uma racionalidade específica, não deixa de visar o lucro.¹⁶ Os ritmos dessa transformação tiveram consequências também no futebol português, acabando por se refletir na forma como decorreram as migrações de jogadores de e para fora do país.

Ao longo do século XX, é possível identificar, de forma ampla, três momentos distintos relativos aos processos migratórios de jogadores portugueses. Um primeiro momento, que vai da segunda década do século XX até sensivelmente meados dos anos 70, que se caracteriza pela quase ausência de um fluxo emigratório, tendo-se verificado, apenas, casos pontuais, fruto da conjugação de contingências e não reflexo de tendências estruturais. O segundo momento, entre meados dos anos 70 e o final da década de 80, é marcado pelo início de processos regulares de saída de jogadores portugueses para clubes estrangeiros, sendo possível identificar algumas características comuns relativamente ao perfil dos jogadores, aos destinos das migrações e ao desempenho desportivo desses migrantes. O terceiro período inicia-se no final dos anos 80 e ficou marcado pelo aumento dos fluxos de mobilidade de jogadores, predominantemente para clubes europeus, verificando-se também uma posterior massificação das saídas de clubes portugueses.

6.3.1. Emigrantes por acaso

Desde o início do futebol português até aos anos 70 do século XX, os casos registados de emigração de futebolistas foram meramente episódicos e dispersos no tempo. Algumas dessas experiências foram acidentais, ocorrendo em circunstâncias nas quais os jogadores, estando fora do país por motivos alheios ao futebol, aproveitaram para se juntarem a clubes locais. Noutros casos, os jogadores foram convidados e

¹⁶ Uma análise mais detalhada destes processos é feita nos capítulos III e V.

contratados pelo seu desempenho em Portugal para jogar fora do país, o que constituiu surpresa pelo inesperado da situação.

Em 1913, aquando do primeiro contacto luso-brasileiro em termos futebolísticos, motivado pela digressão de uma seleção de jogadores da Associação de Futebol de Lisboa pelo Brasil, um dos jogadores que integrava a comitiva foi convidado pelo Botafogo a integrar o plantel da equipa brasileira. Tratava-se de Luís Vieira, então jogador do Benfica, que aceitou o convite para ficar no clube do Rio de Janeiro (Serrado e Serrano, 2010: 110).¹⁷

Já em 1947, Rogério Carvalho, mais conhecido por Rogério “Pipi”, a maior referência do Benfica até à altura, foi contratado pelo Botafogo. O clube carioca queria contratar um jogador português para atrair ao futebol os imigrantes portugueses que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, tinham tendência a simpatizar mais com os rivais do Vasco da Gama. Rogério Carvalho relata assim esta contratação:

Um dia, estava a trabalhar com o Peyroteo quando apareceu um sujeito brasileiro lá no Grémio. Na altura, não havia brasileiros como agora e fiquei espantado. Chamaram-me a uma sala e apresentaram-mo. Ele disse logo que vinha da parte do Botafogo, que já estava em Lisboa há dois meses, que tinha visto os jogos de Sporting, Benfica, Atlético e Belenenses, que eu era o melhor jogador e que me queria levar para o Brasil. [...] mas eu não queria ir. Fiz de tudo para ficar aqui em Lisboa. Mas o homem insistia e insistia. Até que lhe disse que não, porque ia casar-me daí a dois meses. O que eu fui dizer! A resposta foi imediata: “Mas então, senhor Rogério, isso não é problema nenhum. Você leva a sua mulher e arranjam um apartamento em Copacabana para vocês”. Foi-se embora e deixou-me 25 contos para tratar do casamento, do copo d’água e para roupas de verão porque lá fazia muito calor. Pronto, casei-me em abril e fui para o Rio de Janeiro em maio. [...] No dia seguinte, encontrei-me com os dirigentes. Eles davam-me 5 mil cruzeiros de ordenado (6 mil escudos) mais 3500 por vitória (4200 escudos) em cada jogo. Eu disse-lhes que não queria assim, porque sabia lá se ia jogar, com a qualidade de jogadores do Botafogo. Eu queria 15 mil cruzeiros (18 mil escudos) mais um apartamento, a renda paga por eles e não queria os prémios de jogos. Eles aceitaram logo, só que não me arranjam um apartamento, porque estava difícil em Copacabana. Levaram-nos, a mim e à minha mulher, a dar uma volta para escolher um hotel para viver temporariamente. Fomos parar ao Luxor, um hotel de luxo ao pé do Pão de Açúcar, mas eu não quis aí. Pelo luxo e pela zona. Pedi uma coisa mais modesta e no centro, ali em Copacabana. Continuámos a andar por ali fora até que vejo o Hostal Leme e fiquei ali, num quarto com varanda para a praia.¹⁸

¹⁷ <http://mundobotafogo.blogspot.com/2009/07/os-portugueses-em-general-severiano.html> [consulta a 20 de janeiro de 2012].

¹⁸ <http://www1.ionline.pt/conteudo/73738-rogerio-pipi-ia-electrico-com-o-peyroteo-os-treinos> [consulta a 8 de março de 2012].

Os 100 mil escudos pagos pela desvinculação do jogador ao Benfica, mais 18 mil escudos de salário mensal, e ainda o pagamento da habitação, foi quanto o clube brasileiro pagou pelo jogador. Rogério esteve uma época no Botafogo, sem grande sucesso, por um lado porque não se adaptou ao futebol brasileiro, e por outro porque a mulher, que entretanto ficara grávida, quis ter o filho em Portugal. Ao fim de um ano regressou ao Benfica.

Em 1958, Jorge Mendonça, na altura jogador do SC Braga, transferiu-se para Espanha, onde passou o resto da sua carreira. Foi o primeiro português a conquistar um troféu por uma equipa estrangeira. Natural de Luanda, Mendonça começou a sua carreira nas categorias jovens do Sporting. Com 18 anos transferiu-se para o SC Braga, onde fez duas épocas, jogando ao lado dos seus dois irmãos. Em março de 1958, depois de findo o campeonato em Portugal, foi contratado pelo Deportivo da Corunha para fazer os últimos seis jogos do campeonato espanhol. Em resultado do seu desempenho nesses jogos foi contratado pelo Atlético de Madrid, onde permaneceu nove épocas.

As nove épocas no Atlético foram sensacionais. Ganhámos um campeonato, três Taças do Rei e uma Taça das Taças, em que marquei um golo na finalíssima, à Fiorentina. Mas esse até nem foi o meu momento europeu mais glorioso no Atlético. Esse foi em 65/66, quando marquei três golos ao Dínamo Zagreb, no Metropolitano. A loucura foi tal que os adeptos invadiram o campo e levaram-me em ombros até aos balneários. E queriam levar-me a casa, que era ali perto do estádio. Ora bem, estava eu muito bem no Atlético quando o presidente Vicente Calderón chamou-me a casa. Fui, claro, e estava lá o presidente do Barça. Eles já tinham negociado e só faltava a minha assinatura. Na altura, estava lesionado e não foi uma negociação muito ética. Para cúmulo, o primeiro jogo do campeonato foi com o Atlético, em Madrid. Fui apelidado de tudo e mais alguma coisa. Traidor e essas coisas.¹⁹

Ficou duas épocas em Barcelona. Transferiu-se depois para o clube de Palma de Maiorca, onde ficou apenas uma época, tendo abandonado o futebol devido a uma lesão. Apesar de ter jogado em grandes equipas e conquistado vários troféus, nunca conseguiu ter o destaque necessário para ser chamado à seleção nacional.

Jorge Humberto protagonizou, em 1961, a primeira grande transferência de um futebolista português para o futebol europeu. Natural de Cabo Verde, foi jogador na Associação Académica do Mindelo, filial da Académica de Coimbra. Em 1955, ao ir estudar Medicina para Coimbra, começou a jogar pela Académica. Na época de 1960/61, com 23 anos, estudante do 5º ano de Medicina, destacou-se como um dos

¹⁹ Jornal “i”, entrevista publicada em 21 de abril de 2012, <http://www.ionline.pt/artigos/desporto/jorge-mendonca-assinei-pelo-barca-na-casa-vicente-calderon> [consulta a 19 de janeiro de 2013].

melhores avançados portugueses, ao marcar 10 golos no campeonato nacional. Findo o campeonato, foi chamado por Helénio Herrera,²⁰ treinador do Inter de Milão, para ir fazer um jogo, à experiência, ao clube italiano. Encontrando-se em época de avaliações na faculdade, Jorge Humberto conseguiu adiar um exame por alguns dias e foi a Milão efetuar um jogo contra o Spartak da Jugoslávia, no qual marcou três golos. Não realizou novo jogo três dias depois, contra o Santos do Pelé, porque teve de regressar por causa do exame adiado. Como prémio de jogo ganhou seis mil escudos, muito mais do que os 2500 escudos que auferia mensalmente jogando pela Académica. Foi então contratado pelo Inter, tendo sido a transferência efetuada a troco de dois milhões de escudos para o jogador e um milhão de escudos para a Académica. Esteve no Inter apenas uma época, tendo sido pouco utilizado por opção do treinador, que tinha que escolher entre Jorge Humberto e dois outros estrangeiros do plantel.²¹ Ainda lhe tentaram arranjar um ascendente e apelido italiano, Giorgio Raggi, mas a Federação Italiana de Futebol não o considerou italiano. Foi posteriormente emprestado ao Vicenza, onde permaneceu até 1964, altura em que regressa novamente à Académica. Terminou o curso de Medicina, tendo começado a exercer (Santana e Mesquita, 2007: 176 e 510).

Em 1971, Francisco Matias, ou “Chico da Bólica”, como era conhecido, deixou o Olhanense e emigrou para a Noruega. Desde sempre jogador do Olhanense, decidiu emigrar quando o clube impediu a sua transferência para o Vitória de Setúbal, que oferecia 560 contos ao Olhanense pela desvinculação do jogador, mais oito de salário mensal. Indignado com o facto de não lhe permitirem melhorar as suas condições de vida, deixou o futebol e foi para a Noruega, onde tinha uma irmã que lhe arranjou trabalho numa fábrica de televisões. Aí juntou-se à equipa do Lillestrom. No entanto, numa primeira fase, limitou-se a exercer funções de treinador, porque o Olhanense não libertara a sua carta de desvinculação, pelo que só posteriormente se tornou também jogador.²² O caso de Francisco Matias pode ser ilustrativo de outras situações em que, de modo informal, os jogadores deixaram o futebol português e emigraram para outros

²⁰ Helénio Herrera, argentino naturalizado francês, é um dos mais prestigiados treinadores de todos os tempos, tendo vencido 17 títulos, entre os quais se incluem duas Taças dos Campeões, duas Taças Intercontinentais e duas Taças de Cidades com Feira, para além de ter sido o primeiro treinador de três seleções diferentes: França, Espanha e Itália. Na época de 1957/58 esteve em Portugal a treinar O Belenenses, sendo eventualmente dessa altura o conhecimento que tinha de Jorge Humberto.

²¹ Os outros estrangeiros eram o espanhol Luis Suárez e o inglês Hitchens. Dos três estrangeiros apenas podiam jogar dois. Edição *ionline* de 21 de junho de 2011, <http://www1.ionline.pt/conteudo/131678-jorge-humberto-ou-giorgio-raggi> [consulta em 22 de junho de 2011].

²² *A Bola*, edição de 4 de junho de 2011.

setores de atividade no estrangeiro. Estas migrações não tiveram na base motivações futebolísticas, mas o futebol acabou, mesmo assim, por tornar-se um modo de vida.

Em 1974, Fernando Peres, um dos mais importantes jogadores do futebol da sua geração, foi para o Brasil, contratado pelo Vasco da Gama. Era, na altura, jogador do Sporting. Estava em final de contrato e em litígio com a direção do clube, pelo que não aceitou a proposta de renovação. Como forma de penalizar o jogador, e ao abrigo da Lei de Opção, o clube não lhe concedeu a desvinculação, ficando sem jogar durante muito tempo. Entretanto, com a mudança de direção no Sporting, conseguiu transferir-se para o Vasco da Gama. Ao fim de um ano regressou a Portugal, fez uma época pelo FC Porto e regressou ao Brasil para jogar no Sport Recife, clube no qual terminou a carreira. A experiência migratória de Fernando Peres marca o fim de um período de transferências episódicas, quase acidentais, para o estrangeiro.

6.3.2. A regularidade das primeiras saídas

A partir dos anos 70, começam a verificar-se, com regularidade, saídas de jogadores. Estas situações não deixam de causar surpresa, desde logo porque não era habitual os futebolistas portugueses serem desejados por clubes estrangeiros. Por outro lado, como quase não havia experiência de emigrações futebolísticas, qualquer saída constituía-se notícia de destaque.

O contexto social e político que marcou 1974 alterou significativamente o país. Essa circunstância permitiu que, no âmbito do futebol, se tivessem feito reivindicações, designadamente a abolição de alguns constrangimentos à autonomia e liberdade dos jogadores. Por isso, entre as primeiras exigências do Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol²³ encontra-se a abolição do direito de opção, que permitia aos clubes reterem um jogador, impedindo-o de celebrar contrato com outro clube mesmo depois de terminado o contrato anterior. Por isso, em comunicado, se afirmou que "não se poderá manter um regime, como por exemplo o relativo à Lei da Opção, em atropelo das leis de trabalho vigentes entre nós, e que não tem em consideração os mais elementares direitos humanos".²⁴ Em maio de 1975, com o fim dos direitos de opção que os clubes detiveram sobre os seus futebolistas, a liberdade chegara e vários

²³ O Sindicato foi constituído a 23 de fevereiro de 1972, tendo sido Artur Jorge o primeiro presidente.

²⁴ SJPF, http://sjpf.pt/?pt=sobre_sindicato [consulta 29 de janeiro de 2013].

jogadores, estrelas de clubes portugueses, transferiram-se para clubes estrangeiros, depois de devidamente autorizados pelo Ministério do Trabalho.

Entre o contingente de jogadores que deixaram o país entre a década de 70 e meados dos anos 80, é possível, de forma genérica, detetar duas tendências migratórias: a primeira, de jogadores dos grandes clubes de futebol nacional em final de carreira desportiva, que foram contratados por equipas dos Estados Unidos ou Canadá para participar na Liga norte-americana; a segunda, de jogadores em início ou no auge da carreira, que se destacaram pelo seu desempenho em clubes nacionais, que foram contratados por clubes europeus, essencialmente espanhóis ou franceses. Se os que emigraram para a América do Norte tinham a pretensão de “ganhar dinheiro” numa fase já decadente da sua carreira desportiva, os segundos, sendo também atraídos pelos elevados salários pagos pelos clubes estrangeiros, tinham ainda a ambição de continuar a triunfar desportivamente. Em ambos os casos, o retorno ao país de origem torna-se uma realidade: uns para terminarem a carreira em clubes nacionais; outros frustrados pela experiência no estrangeiro. Foram poucos, aliás, os que tiveram sucesso nesta fase marcada por saídas regulares.

A experiência norte-americana

Relativamente à primeira tendência migratória, essa deve ser enquadrada no contexto da North American Soccer League (NASL), fundada em 1968. Esta Liga, formada por clubes dos Estados Unidos e Canadá, procurou seguir uma estratégia empresarial em que os clubes funcionavam como “veículo” publicitário para cativar os milhões de imigrantes provenientes de países onde o *soccer* era o desporto rei. Os clubes, através de sistemas de *franchising*, podiam fundir-se entre si e, como não estavam forçosamente vinculados a um local, podiam deslocar-se para outras cidades. O modelo de organização da competição era também substancialmente distinto, tendo sido sujeito a um processo de *americanização*, de forma a ficar conforme com os modelos competitivos de outras modalidades desportivas. Assim, o torneio era organizado num sistema de várias ligas, que posteriormente dava origem a um *play-off*, e o campeão nacional era encontrado através de um jogo final. Registavam-se algumas especificidades nas regras, mas mantendo a integridade da expressão universal do futebol. O sistema de contratação de jogadores era, no entanto, algo peculiar, com os clubes a celebrar contratos de curta duração, favorecendo a mobilidade dos atletas. Em

alguns casos, os jogadores vindos da Europa nem sequer se desvinculavam dos clubes a que pertenciam. Aproveitavam o período de férias dos campeonatos nacionais europeus, iam durante um mês ou dois fazer alguns jogos, ganhando bastante dinheiro. A constituição das equipas era, por norma, bastante heterogénea, com jogadores norte-americanos tecnicamente pouco evoluídos, jogadores europeus e sul-americanos com carreiras frustradas nos respetivos países e jogadores veteranos com o estatuto de estrelas da modalidade (Lanfranchi e Taylor, 2001: 154; Van Rheenen, 2009).

Foi neste contexto que, em 1975, Eusébio deixou o Benfica e o campeonato português e foi para a NASL. Ingressou inicialmente na equipa de Rhode Island Oceaners e mudou-se depois para os Boston Minutemen. Entre 1975 e 1976 jogou no México, pela equipa CF Monterrey, e regressou à NASL para jogar pela equipa canadiana Toronto Metros-Croatia. Na época de 1976/77 regressou a Portugal para jogar no Beira-Mar. Em 1977 voltou aos Estados Unidos, para ingressar no clube Las Vegas Quicksilver e depois no New Jersey Americans. Em 1978 regressou novamente a Portugal, desta vez para jogar no União de Tomar, terminando, nessa época, a sua carreira.

Foram muitos os jogadores que seguiram este itinerário da América do Norte: António Simões,²⁵ Jorge Calado²⁶ e Carlos Manaca²⁷ foram em 1975; Diamantino Costa,²⁸ Toni,²⁹ Jorge Alberto Costa,³⁰ Malta da Silva,³¹ saíram em 1977; Seninho³² em

²⁵ Futebolista do Benfica, de 1961 a 1975, emigrou para os EUA onde fez um périplo por vários clubes, sendo que nos intervalos do campeonato norte-americano ainda regressou a Portugal para jogar pelo Estoril Praia e União de Tomar. Assim em 1975 jogou pelos Boston Minutemen, em 1976 pelos San Jose Earthquakes, em 1978 pelos New Jersey Americans, em 1979 pelo Dallas Tornado. Até 1982 representaria ainda mais três clubes, mas na modalidade de *indoor soccer*.

²⁶ Jogador natural de Moçambique. Chegou a Portugal em 1961 para jogar no Benfica, onde permaneceu até à época de 1970/71. No verão de 1975 foi aos EUA jogar pelo Boston Minutemen, retornando a Portugal e à sua equipa, a União de Tomar. No verão de 1976 voltaria novamente a jogar pelos Boston Minutemen e terminaria a carreira ainda nesse ano a jogar pelos Rochester Lancers.

²⁷ Jogador moçambicano, a jogar no Sporting desde 1965. Deixou o clube no verão de 1975 e foi para os Estados Unidos fazer cinco jogos pelos Boston Minutemen. Regressou a Portugal no início da época de 1975/76 para jogar pelo Vitória de Setúbal.

²⁸ Depois de oito épocas seguidas no Benfica, o jogador experimentou o sonho americano e foi em 1977 para os EUA jogar pela Team Hawaii. Esteve aí pouco tempo, uma vez que a equipa se retirou do futebol. Foi então para o Las Vegas Quicksilver, onde encontrou antigos colegas de quando jogava no Benfica. Regressou a Portugal ainda em 1977 para jogar pelo Portimonense.

²⁹ De nome próprio António Oliveira, foi como jogador do Benfica que, em 1977, de maio a agosto, durante o defeso do Campeonato Nacional, jogou nos Estados Unidos, na equipa Las Vegas Quicksilver. A sua ida para os EUA foi temporária, de muito curta duração, não significando qualquer desvinculação do Benfica, nem tão pouco uma interrupção do seu trabalho como jogador em Portugal.

³⁰ Jogador da Académica, no verão de 1977 foi aos EUA jogar pelos Rochester Lancers, tendo feito oito jogos. Retornou a Portugal para representar a Académica, ainda na época de 1977/78.

1978; Artur Correia³³ e Artur Jorge³⁴ em 1979; Vítor Batista,³⁵ um dos últimos, saiu em 1980.

Foi possível apurar que, na constituição das equipas que preencheram os quadros competitivos da NASL, entre 1968 e 1984, houve 34 jogadores de nacionalidade portuguesa.³⁶ Desses jogadores, seis tinham dupla nacionalidade – portuguesa e estado-unidense – e dois deles já tinham sido internacionais pela seleção nacional norte-americana. Em face da ausência de dados mais consistentes, pode-se especular que a presença destes jogadores não se devia a uma migração futebolística, mas ao fluxo geral de migrações de Portugal para os Estados Unidos. Entre os restantes 28 jogadores, alguns surgem também com dupla nacionalidade, nomeadamente portuguesa e de países africanos ex-colónias de Portugal. Todos os 28 jogadores tinham origem no futebol português e haviam emigrado para os Estados Unidos para jogarem futebol. No início dos anos 80, este fluxo esmoreceu, acompanhando a tendência de falência dos clubes americanos, até à falência total da NASL em 1984.

A experiência europeia

A segunda tendência migratória deste período é marcada pela saída de jogadores portugueses para clubes europeus. Esses jogadores eram predominantemente jovens, em início ou a meio da sua carreira desportiva, e tinham como destino equipas medianas dos campeonatos de Espanha e França. Habitados à sociedade portuguesa e aos ritmos e métodos de trabalho do futebol português, muitos revelaram dificuldades de

³¹ Futebolista natural de Angola que se notabilizou ao serviço do Benfica. Em 1977, já em final de carreira, foi para os Estados Unidos para jogar mais uma temporada, tendo nesse ano representado os San Jose Earthquakes e Rhode Island Oceaners.

³² Natural de Angola, o jogador do FC Porto foi contratado em 1978 pelo Cosmos de Nova Iorque por 20 mil contos. Aí permaneceu por cinco temporadas, transferindo-se posteriormente para os Chicago Sting, onde esteve mais dois anos, até terminar a carreira em 1984.

³³ Jogador internacional por Portugal. Representou a Académica, Benfica e Sporting. Em 1979, já em final de carreira desportiva, emigrou para os EUA para jogar pelos New England Tea Men. Ainda regressou a Portugal para fazer uma última época pelo Sporting e regressou aos EUA para jogar pela mesma equipa.

³⁴ O jogador foi emprestado pelo Belenenses, no período de defeso, entre as épocas de 1976/77 e 1977/78, ao Rochester Lancers dos Estados Unidos, disputando sete jogos.

³⁵ Futebolista conhecido pela sua genialidade e excentricidade. Depois de ter passado por vários clubes nacionais, deixou o Boavista em 1980 e foi para os EUA jogar no San Jose Earthquakes. Contudo, a experiência não terá resultado e ao fim de duas semanas, com apenas um jogo realizado, regressou a Portugal, <http://www.ionline.pt/desporto/simoes-vitor-batista-nao-fazia-cocegas-ao-best> [consulta a 20 de janeiro de 2012].

³⁶ Dados recensados pelo autor a partir de uma base de dados não oficial, com a constituição das equipas da NASL, http://www.nasljerseys.com/Rosters/NASL_Rosters.htm [consulta a 20 de janeiro de 2012].

adaptação, tendo regressado passado algum tempo. Este foi também um momento em que os clubes se confrontavam com limitações na contratação de jogadores estrangeiros. Por esta razão, os jogadores portugueses, nas suas experiências migratórias, enfrentavam a inevitável concorrência de futebolistas de outras nacionalidades pela titularidade, sendo sido em muitos casos preteridos pelos treinadores a favor desses outros estrangeiros.

Humberto Coelho e Carlos Alinho foram jogadores que ingressaram em ambos os fluxos migratórios que caracterizam este período. Na época de 1975/76, Humberto Coelho deixou o Benfica e emigrou para França, para ingressar no Paris Saint-Germain, onde permaneceu uma época e meia. Estando lesionado, na sequência de uma operação ao menisco, e podendo jogar apenas dois estrangeiros na equipa francesa, Humberto Coelho foi preterido por dois jugoslavos.³⁷ De janeiro a junho 1977 ainda jogou nos Estados Unidos pelo Las Vegas Quicksilver, tendo regressado posteriormente ao Benfica.

Alinho foi um dos poucos futebolistas que jogou pelos três grandes clubes do futebol português. Natural de Cabo Verde, veio para Portugal em 1968 para jogar na Académica de Coimbra. Em 1975 transferiu-se do Sporting para o Bétis de Sevilha, mas não realizou qualquer jogo pelo clube espanhol. Regressou passado pouco tempo a Portugal para jogar no FC Porto. Na época seguinte transferiu-se para o Benfica e, em 1977/78, voltou a emigrar, desta feita para a Bélgica, onde ficou uma época no Molenbeek. Regressou a Portugal e ao Benfica, e já em final de carreira foi novamente emprestado ao New England Tea Men de Boston, nos EUA, onde realizou 16 jogos. Foi internacional “A” por Portugal em 15 ocasiões e considerado o melhor futebolista cabo-verdiano do século XX.

Na época de 1975/76 Quinito transferiu-se do Belenenses para o Racing de Santander. Aí permaneceu durante três épocas, tendo disputado 72 jogos e marcado seis golos. Regressou a Portugal com trinta anos, para ir jogar no Braga.

Vítor Damas, que jogava na equipa principal do Sporting desde a época de 1966/67 e que era o guarda-redes da seleção nacional, com o fim da lei da opção no pós-25 de Abril foi aliciado para ir para o FC Porto por um salário de 100 contos por mês. Na época de 1977/7, o presidente do Sporting não quis perder o jogador para um

³⁷ Ionline, edição de 17 de março de 2011, <http://www1.ionline.pt/conteudo/110978-humberto-coelho-no-psg> [consulta a 22 de janeiro de 2012].

clube rival e transacionou-o para Espanha onde, durante quatro épocas, representou o Racing de Santander. Rubricou boas exibições no futebol espanhol, tendo sido pretendido pelo Atlético de Madrid, mas essa contratação não se efetivou. Sofreu 180 golos em 130 jogos.³⁸ Terminado o contrato com o Santander regressou a Portugal e ingressou no Vitória de Guimarães.

Vitorino Bastos, jogador do Sporting, transferiu-se na época de 1975/76 para o Saragoça de Espanha. Aí permaneceu três épocas, após as quais regressou a Portugal e novamente para o Sporting.

João Alves, na época de 1976/77, deixou o Boavista e emigrou para Espanha, onde veio a representar o Salamanca por duas épocas, tendo o clube português recebido 12 mil contos pela desvinculação do jogador. Segundo o jogador,

Naquela altura as transferências dos jogadores portugueses para o estrangeiro não eram comuns, como agora. A saída era um acontecimento. Tirando as aventuras nos EUA, havia para aí uns seis na Europa. E depois eu. O Boavista ganhou 12 mil contos do Salamanca pela venda do meu passe. Foi um ótimo negócio para todos. [...] Uma experiência sensacional. A liga espanhola era o campeonato mais charmoso do mundo, porque era o mais aberto aos estrangeiros, ao contrário de Itália, com as fronteiras ainda fechadas pela desastrosa campanha no Mundial-66. Aquilo em Espanha era um campeonato do Mundo domingo sim, domingo sim. Todos os fins de semana havia jogos com estrelas deste e daquele país. As equipas estavam bem reforçadas e isso animava qualquer um.³⁹

Na segunda época em Salamanca, João Alves foi considerado o melhor futebolista estrangeiro a atuar em Espanha.⁴⁰ Regressou a Portugal para jogar pelo Benfica, auferindo um salário de 200 contos mensais, o ordenado mais elevado pago até então em Portugal. Mas logo na época de 1979/80 tornou a emigrar, desta feita para França, onde veio a jogar pelo Paris Saint-Germain, que por ele pagou 32 mil contos:

Foi então que apareceu o Paris SG e contratou-me por um balúrdio [32 mil contos]. Cheguei a Paris com o estatuto de estrela internacional, como o mais bem pago do plantel [50 mil francos por mês, qualquer coisa como 7600 euros]. O presidente deles tinha acabado de me ver em ação na final do Torneio de Paris, em que o

³⁸ Ionline de 3 de setembro de 2011, <http://www1.ionline.pt/interior/index.php?p=news-print&idNota=146932> [consulta a 22 de janeiro de 2012].

³⁹ <http://www1.ionline.pt/conteudo/60022-joao-alves-eu-era-ca-uma-peste-mas-agora-estou-melhor> [consulta a 5 de maio de 2011].

⁴⁰ Foi eleito o melhor jogador estrangeiro e o jogador mais regular da Liga Espanhola por dois jornais ("Marca", de Madrid, e "El Mundo Deportivo", de Barcelona), batendo uma concorrência de peso, como o holandês Crujff do Barcelona, o argentino Kempes do Valencia, e o alemão Breitner do Real Madrid.

Benfica goleou o Estrela Vermelha por 4-0, e queria empurrar o PSG para junto dos grandes do futebol francês e também queria aproximar o clube da comunidade portuguesa em Paris, que vibrava com o PSG, criado apenas em 1970. Mas antes do PSG, o Bordéus estava na jogada. Dois ou três dias depois de saber dessa novidade, e comigo de férias em Roma, recebo um telefonema do tal presidente do PSG a dizer-me isto, aquilo, aqueloutro e lá fui para Paris.⁴¹

Devido a uma lesão, acabou por não ter sucesso em França, regressando a Portugal e ao Benfica. Apesar da experiência frustrante em França, João Alves foi, em rigor, o primeiro jogador português com substancial sucesso fora do país (Serrado e Serra, 2010b: 314).

Luís Norton de Matos, em 1978, saiu do Belenenses para ingressar no Standard Liège que militava na segunda divisão belga, clube onde permaneceu por três épocas. Numa entrevista recente, as suas palavras ilustram a diferença entre o Portugal da altura e o resto da Europa, destacando-se o provincianismo de um futebol nada habituado a outras realidades:

Mal assinei pelo Standard, recebi da Adidas três pares de chuteiras com pitons de alumínio, outras três com pitons de borracha, fatos de treino, sapatilhas, tudo e mais alguma coisa. O meu carro ficou cheio com aquela tralha toda. E eu só jogava com um par, o outro estava religiosamente guardado lá em casa. Em Portugal, era preciso juntar, juntar e juntar o dinheiro para comprarmos um par de Adidas. E isso também vale para um par de calças da Levi's, um casaco desta marca, uma blusa da outra. A diferença entre Portugal e Bélgica era enorme [...]. A Bélgica estava consolidada, Portugal a refazer-se de uma revolução. Ainda não havia dinheiro. Lembro-me que os meus amigos pediam-me que trouxesse uma garrafa de J&B, veja lá. Ou uma de gin.⁴²

Rui Jordão, jogador natural de Benguela em Angola, veio para Portugal em 1970 para jogar pelo Benfica. Notabilizando-se como avançado, foi o melhor marcador do campeonato português na época de 1975/76, despertando a cobiça de alguns clubes europeus. Em 1976, o Real Saragoça pagou pelo seu passe 9 mil escudos ao Benfica e o jogador foi para Espanha. Problemas físicos denunciados pelo médico e, sobretudo, as invejas do paraguaio Arrua, a estrela da equipa, criaram, desde logo, um grande mal-estar, razão pela qual permaneceu apenas uma época em Espanha. Regressou a Portugal para ingressar no Sporting.⁴³

⁴¹ <http://www1.ionline.pt/conteudo/60022-joao-alves-eu-era-ca-uma-peste-mas-agora-estou-melhor> [consulta 5 de maio de 2011].

⁴² <http://www1.ionline.pt/conteudo/117138-norton-matos-em-liege> [consulta 10 de outubro de 2011].

⁴³ <http://www1.ionline.pt/conteudo/88076-jordao> [consulta 14 de janeiro de 2013].

António Oliveira, jogador proeminente no FC Porto, depois de enfrentar alguns problemas com a direção do clube, foi contratado pelo Bétis de Sevilha no verão de 1978. O clube espanhol desembolsou pela sua transferência 36 mil contos e pagava ao jogador um salário de 60 contos mensais. No entanto, o jogador não se adaptou à nova realidade do futebol espanhol e, passados poucos meses, pediu para regressar ao FC Porto. Os dirigentes do Bétis ofereceram alguma resistência, mas acabaram por ceder aos pedidos do jogador que, logo no início de 1979, regressou a Portugal. Em entrevista posterior diria: “a minha visão do mundo é demasiado provinciana. Foi a conclusão a que cheguei depois de ter vivido seis meses de solidão espiritual. É por isso que volto”.⁴⁴

Em 1980, Fernando Gomes, jogador do FC Porto, na sequência de um conflito com a direção do clube, transferiu-se para o Sporting de Gijón. A sua transferência custou ao clube espanhol 35 milhões de pesetas. Devido a problemas com lesões o jogador foi pouco utilizado, acabando por ter uma prestação abaixo das expectativas. Ao fim de duas épocas, o FC Porto, sob nova direção, pretendia resgatar o jogador. O Gijón pediu pela libertação do seu passe 50 milhões de pesetas, mas o clube português pretendia pagar apenas o que recebeu quando o jogador foi para Espanha. Fernando Gomes chegou a ameaçar deixar o futebol caso os dirigentes do Gijón mantivessem a sua intransigência. O jogador acabou transferido pelo preço pretendido pelo clube português.

A última transferência relevante deste período foi a de Fernando Chalana. Jogador do Benfica, em 1984, participou com a seleção nacional no Campeonato da Europa, sendo considerado pelo jornal *L'Équipe* o melhor jogador da prova. A sua prestação valeu-lhe, ainda nesse ano, a contratação pelo Bordéus, que assim efetuou a transferência mais cara do futebol francês até à altura, pagando ao Benfica cerca de 232 mil contos (Serrado e Serrano, 2010b: 312), auferindo o jogador um salário de cinco mil contos mensais. Nunca um futebolista português tinha ganho tanto dinheiro.⁴⁵ Segundo o próprio,

A minha apresentação à imprensa foi uma confusão, com jornalistas e mais jornalistas. Eles eram franceses e portugueses, todos ali misturados. A sala parecia

⁴⁴ <http://www1.ionline.pt/conteudo/47369-a-visao-provinciana-oliveira-na-viagem-porto-sevilha-porto> [consulta 14 de janeiro de 2013].

⁴⁵ Devido às semelhanças com o personagem Astérix, o jogador rapidamente foi alcunhado de *Chalanix*, e sobre ele recaíram enormes expectativas.

pequena com tanta gente. Depois, o meu primeiro treino foi a pagar. Eram 10 francos para cada pessoa que me quisesse ver. E digo-lhe que aquilo estava composto. E aquilo era um centro de treinos que, repare bem, em 1984, já tinha 12 campos relvados! Nos jogos os adeptos cantavam o meu nome, tal como os dos outros jogadores, mas o meu era novidade para mim, porque em Portugal isso ainda não se fazia. Nem na Luz, onde os adeptos puxavam muito pela equipa.⁴⁶

Mas esta foi uma saída falhada: em três épocas realizou apenas 18 jogos, estando sistematicamente afastado da competição devido a lesões. Findo o contrato com os franceses regressou ao Benfica.

Todas estas histórias migratórias são, assim, marcadas pela frustração, inadaptação e saudade. “A maioria destes atletas teria uma vida difícil no estrangeiro, regressando após curtos períodos de permanência. A saudade e a inadaptação aos novos clubes, bem como aos campeonatos muito competitivos e profissionais, eram as razões mais comuns para os jogadores portugueses não alcançarem o sucesso desejado” (Coelho e Pinheiro, 2002: 520). O retorno, normalmente aos clubes a que anteriormente pertenciam, revelava-se assim uma inevitabilidade.

6.3.3. Dos emigrantes de sucesso à massificação das saídas

A emigração de futebolistas portugueses a partir de finais dos anos 80 foi marcada por factos que não se tinham verificado nas saídas anteriormente ocorridas. Em 1987, a transferência de Paulo Futre do FC Porto para o Atlético de Madrid, e logo no ano a seguir, de Rui Barros, também do FC Porto para a Juventus, inauguraram um ciclo migratório de sucesso, que progressivamente se viria a intensificar até alcançar valores inusitados na ordem das centenas de jogadores fora do país. Para este facto concorreram vários motivos. Desde logo os bons resultados desportivos obtidos ao longo da década de 80 e princípios de 90. A Seleção Nacional esteve em grande destaque no Campeonato da Europa em 1984 e qualificou-se para a fase final do Campeonato do Mundo do México, em 1986, facto que ocorria pela segunda vez na sua história. Por outro lado, Benfica e FC Porto estiveram em grande destaque, com sucessivas presenças em finais de competições europeias, tendo aquele último conquistado a Taça dos Clubes Campeões Europeus em 1987. Esta visibilidade do futebol nacional colocou em destaque a qualidade de alguns jogadores portugueses, cobiçados então pelos clubes europeus.

⁴⁶ <http://www1.ionline.pt/conteudo/48550-chalana> [consulta a 10 de outubro de 2011].

Por outro lado, a conversão do futebol em negócio, como um bem que é transacionado à escala global em conformidade com uma racionalidade de mercado, cavou um significativo fosso entre o futebol português e o futebol de outros países na Europa. Em Portugal, parte da década de 90 foi passada a discutir os moldes em que devia ocorrer a separação institucional entre o futebol amador e o profissional, com a criação de um organismo autónomo que gerisse a parte profissional e a criação de sociedades desportivas que tivessem igual incumbência ao nível dos clubes. Esta situação deu origem a enormes tensões e conflitos entre os vários organismos que geriam o futebol, assim como entre clubes. Sobre os resultados desportivos pairavam enormes suspeitas de corrupção, com acusações constantes de vários protagonistas. Enquanto isso, em Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha e França, os clubes reorganizavam os seus quadros competitivos com o intuito de aumentarem as receitas através dos ingressos provenientes da venda dos direitos televisivos, da publicidade e da assistência nos estádios. Esta situação contribuiu para que os clubes destes países adquirissem enorme capacidade financeira, que lhes permitia adquirir os melhores jogadores do mundo. Em contrapartida, os clubes portugueses, financeiramente em crise, revelaram-se impotentes para segurarem os seus melhores jogadores, tendência que se acentuaria ao longo deste período, com países como o Chipre, Roménia, Bulgária, Rússia e Turquia, entre outros, a recrutarem um número relevante de jogadores portugueses.

Um terceiro motivo para a intensificação da emigração de futebolistas decorreu da decisão do caso Bosman, em 1995. Os jogadores portugueses, enquanto cidadãos comunitários, deixaram de ser considerados estrangeiros, podendo ser contratados sem qualquer restrição na UE. Esta situação levou à liberalização dos mercados de transferências, verificando-se então que, numa relação preço/qualidade, os portugueses eram jogadores aliciantes para clubes de muitos países.

Ainda antes da emigração dos jogadores da chamada geração de ouro,⁴⁷ há dois futebolistas que, de certa forma, simbolizam a transição entre uma emigração mais modesta e algo frustrante, para uma emigração rica e triunfante. Como foi referido atrás, esses jogadores foram Paulo Futre, que emigrou em 1987 para Madrid, para jogar no Atlético, e Rui Barros, que saiu em 1988 para Turim, para jogar pela Juventus. A saída destes dois jogadores para grandes clubes do futebol europeu, independentemente do

⁴⁷ Os jogadores que venceram os Campeonatos do Mundo de sub-20 em 1989 e 1991.

seu valor e qualidade, causou alguma perplexidade. Paulo Futre assinala essa falta de “hábito”, quase que uma “suspeita” na mobilidade dos jogadores portugueses, quando se estava para fazer a sua transferência:

Antes, os jogadores portugueses não triunfavam cá fora, não se adaptavam e havia uma desconfiança em relação a nós. Recordo-me que, depois de ser campeão da Europa com o FC Porto, tive três reuniões - Real Madrid, Barcelona e Juventus - só para me conhecerem. Também era diferente porque só podiam jogar dois estrangeiros por equipa na liga. Queriam saber tudo - o que comia, o que bebia, quantas vezes fazia amor... Depois percebi que era por causa dos jogadores portugueses terem fama de serem muito fracos psicologicamente e de não se adaptarem. Não duvidavam do talento, queriam era perceber como é que eu era como pessoa. Eu já estava chateado, tanta reunião e nenhum vinha com uma proposta. Até que aparece o [Ernesto] Pellegrini da Inter de Milão para me contratar. Mas no dia seguinte vim para Madrid.⁴⁸

Também Rui Barros refere essa falta de deferência para com o futebol nacional quando diz que, na altura da sua transferência,

havia algum respeito pelo futebol português, mas não muito, pois sentia-se uma distância enorme [...]. Sentiam-se um bocado superiores, diziam que o futebol português era uma enorme confusão, que as equipas não eram tão fortes.⁴⁹

A transferência de Futre revestiu-se, na altura, de enorme sensacionalismo. Tornara-se profissional aos 17 anos no Sporting. Um ano depois, em 1984, incompatibilizou-se com a direção do clube por não lhe quererem aumentar 70 contos ao salário quando o jogador estava a pedir um montante de 18 mil contos por três anos. Por isso transferiu-se para o FC Porto, onde veio a auferir 30 mil contos em dois anos. Três anos depois transferiu-se para o Atlético de Madrid por 130 mil contos por ano (Coelho e Pinheiro, 2002: 587). “Era a loucura”, como o próprio afirmou:

Foi das maiores loucuras. O Gil y Gil era candidato à presidência e não discutiu uma vírgula do que pedimos. Há a história do Porsche que é conhecida, mas tanto eu como o FC Porto podíamos ter pedido o dobro que ele aceitaria. De manhã tínhamos tudo certo com o Inter de Milão e à tarde estava numa discoteca em Madrid com cinco mil pessoas a gritar pelo meu nome. Pedi um Porsche, mas devia ter pedido um Ferrari. [...] Aí fiz a chamada que é das coisas que tenho mais orgulho na vida:

⁴⁸ Diário Económico, 17 de agosto de 2010, http://economico.sapo.pt/noticias/a-bola-era-o-meu-melhor-amigo_97062.html [consulta a 8 de abril de 2013].

⁴⁹ Jornal Record, 13 de janeiro de 2013, http://www.record.xl.pt/Futebol/Nacional/1a_liga/Porto/interior.aspx?content_id=798619 [consulta a 8 de abril de 2013].

“Pai, se ele ganha as eleições no domingo, na segunda-feira despedes-te”. E até hoje o meu pai nunca mais trabalhou.⁵⁰

Paulo Futre esteve cinco anos e meio no Atlético de Madrid. Depois seguiu-se um regresso por poucos meses a Portugal, onde jogou no Benfica, iniciando então um périplo por clubes de França, Itália, Inglaterra, novamente Espanha e Japão.

A transferência de Rui Barros também foi algo surpreendente. Jogador humilde, em apenas dois anos passou do modesto Varzim para o todo-poderoso clube da Juventus de Turim, com uma passagem pelo FC Porto, onde conquistou títulos europeus. Essa surpresa está patente nas palavras de Rui Barros, quando afirma:

Na altura só pensava em sobressair no FC Porto, pelo que o salto para a Juventus foi uma total surpresa para mim. Da noite para o dia, estava num grande de Itália. Mas como?! [...] Despedi-me [dos colegas de equipa], sim. Claro. Quando fui buscar o meu saco e as chuteiras, eles perguntaram-me onde é que eu ia e gozaram comigo quando lhes disse que ia para a Juventus. Julgavam que estava a brincar!⁵¹

No FC Porto tinha um salário de 400 contos mensais. A transferência valeu 630 mil contos para o FC Porto (o mesmo valor de Futre para o Atlético Madrid, no ano anterior) e Rui Barros passou a ganhar cinco mil contos por mês, mais prémios de jogo e contratos de publicidade.⁵² O jogador permaneceu em Itália duas épocas, transferindo-se depois para o Mónaco e para o Olympique de Marselha, antes de regressar ao FC Porto em 1994. As experiências migratórias de Futre e Rui Barros abriram as portas ao êxodo de jogadores portugueses. Oceano saiu em 1990 para a Real Sociedad e no ano a seguir Carlos Xavier foi para o mesmo clube.

Seguiram-se depois os chamados jogadores da “geração de ouro”: João Vieira Pinto, em 1990, saiu para o Atlético de Madrid e retornou ao país; Gil, em 1992, foi para França, regressou a Portugal e depois iniciou um périplo que o levou à Suíça, Estados Unidos, Itália e Inglaterra; Paulo Sousa saiu em 1994 para a Juventus, depois foi para a Alemanha, regressou a Itália, seguiu-se a Grécia e terminou a carreira em Espanha; Rui Costa também saiu em 1994 para a Fiorentina, transferindo-se depois para o AC Milan, regressando a Portugal em 2006 para terminar a carreira no Benfica; nesse

⁵⁰ Semanário Sol, edição de 19 de maio de 2011, http://sol.sapo.pt/inicio/Desporto/Interior.aspx?content_id=19541 [consulta a 21 de junho de 2012].

⁵¹ Jornal Ionline, edição de 25 de fevereiro de 2012, <http://www.ionline.pt/desporto/rui-barros-maradona-respeitava-me-comecar-eramos-quase-da-mesma-altura> [consulta a 21 de junho de 2012].

⁵² Jornal Ionline, edição de 14 de maio de 2010, <http://www1.ionline.pt/conteudo/59807-rui-barros-formiga-atomica-que-nao-se-via-da-bancada-vip> [consulta a 21 de junho de 2012].

ano saiu também Fernando Couto para o Parma, que posteriormente se transferiu para o FC Barcelona, regressou a Itália e aí terminou a carreira; Luís Figo foi, em 1995, para o Barcelona, saiu depois para o Real Madrid, na transferência mais cara do futebol no século XX, e foi ainda encerrar a carreira em Itália; Emílio Peixe, em 1995, esteve uma época em Espanha e regressou a Portugal; Vítor Baia saiu em 1996, foi para Barcelona e regressou a Portugal três anos depois; Abel Xavier emigrou em 1995, passando por Itália, Espanha, Holanda, Inglaterra, Turquia, Alemanha, novamente Itália e Inglaterra, finalizando a carreira nos Estados Unidos; Túlipa foi, em 1996, para Espanha, regressou a Portugal e ainda voltou a Espanha mais tarde; Nelson saiu em 1996 para Inglaterra, regressando dois anos depois; em 1996 Paulo Torres foi para Espanha, onde representou três clubes, retornando depois a Portugal; Bizarro, em 1997, emigrou para Espanha e regressou ao país dois anos depois; Paulo Alves jogou em 1997 em Inglaterra, no ano seguinte em França e depois voltou a Portugal; Toni foi, em 1998, para Espanha, regressaria a Portugal e viria a terminar a carreira no Luxemburgo; em 2000 Folha transferiu-se para o Standard de Liège, ainda passou pela Grécia e terminou em Portugal; Jorge Costa, em 2001, esteve meia época em Inglaterra, regressou depois a Portugal e terminou a carreira na Bélgica; Paulo Madeira, em 2002, transferiu-se para o Fluminense, sendo um dos poucos jogadores portugueses a experimentar o futebol do Brasil, regressando ainda para terminar a carreira em Portugal; Capucho, em 2003, foi terminar a carreira no estrangeiro, jogando ainda uma época na Escócia e outra na Espanha.⁵³ Dos 34 jogadores que constituíram a “geração de ouro”, 18 tiveram experiências migratórias, ainda que distintas. Alguns jogaram em grandes clubes europeus, ganharam troféus, dinheiro e prestígio, outros tiveram percursos discretos e pouco terão ganho, outros ainda tiveram percursos inusitados.

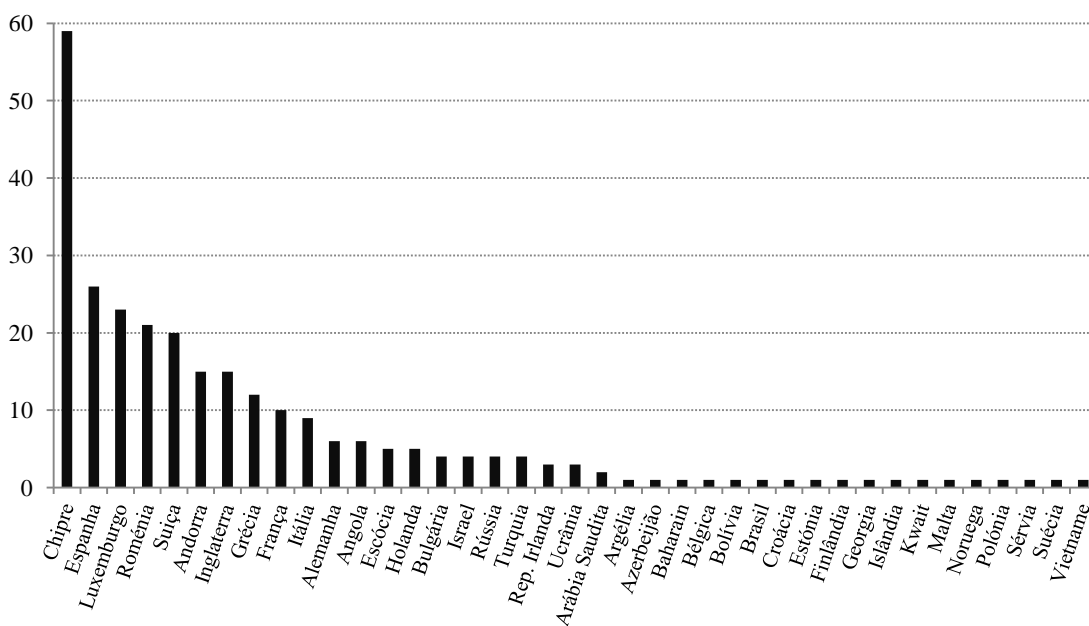
A par destes nomes, muitos outros seguiram processos migratórios idênticos. Uns mais ou menos famosos, outros completamente anónimos, dos quais a imprensa não deu notícia, mas que contribuíram para a intensificação do êxodo de jogadores nacionais e que mostraram a vocação exportadora do futebol português. Vocação que se traduziu, na época de 1990/2000, num total acumulado de 341 jogadores portugueses emigrados (Serrado e Serra, 2010a: 408).

⁵³ A informação relativa a todos os jogadores referidos foi coligida pelo autor a partir da fonte www.zerozero.pt.

A ausência de dados não permite estabelecer uma série estatística que ilustre a evolução da emigração de jogadores portugueses. Segundo o SJPF,⁵⁴ o volume de jogadores portugueses no estrangeiro, ao longo da primeira década do século XXI, foi de aproximadamente três centenas por ano, havendo contudo variações consoante as épocas.

Chegados à época de 2010/11, o número de jogadores portugueses no estrangeiro era de 274 (Gráfico 6.1).⁵⁵ Encontravam-se presentes em 39 países, em paragens tão distintas como Espanha e Vietname, Bolívia e França, Azerbaijão e Inglaterra. Tendo em consideração as regiões geográficas das confederações, verificou-se que os futebolistas portugueses se encontravam maioritariamente em clubes de países europeus, mais concretamente em 31. As outras regiões representadas eram a Ásia, com jogadores portugueses em quatro países, África e América do Sul, com jogadores em dois países, respetivamente. Na América do Norte, bem como na Oceânia, não foi assinalada a presença de qualquer futebolista português.

Gráfico 6.1.
Jogadores portugueses emigrados em campeonatos estrangeiros, 2010/2011



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações do SJPF.

⁵⁴ Informação disponibilizada ao autor pelo SJPF.

⁵⁵ Os dados referentes aos jogadores portugueses no estrangeiro têm como fonte o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol. Segundo o Sindicato, esses valores não são exatos, pois resultam dos contactos que os jogadores emigrados mantêm com o sindicato. Contudo, esta fonte é a que melhor ilustra os fluxos migratórios dos jogadores portugueses.

O principal destino dos futebolistas portugueses era o Chipre, onde atuavam 59 jogadores. O avançado Rui Lima, depois da experiência nos clubes cipriotas do Omonia e Neo Salam, afirma:

ninguém esconde que uma das primeiras razões para um futebolista emigrar é o aspeto financeiro. Posso dizer que no Chipre as equipas oferecem contratos bem mais vantajosos em relação aos que estão a ser praticados em Portugal [...]. Depois, o facto de em Portugal se apostar, cada vez mais, em atletas estrangeiros, com a ideia de que são mais 'baratos', faz com que haja menos oportunidades para os atletas evoluírem em equipas competitivas.⁵⁶

Segundo Jordi Cruyff, diretor desportivo do clube cipriota AEK Larnaca:

o jogador português é profissional e tem uma rápida capacidade de adaptação. Trabalham, não levantam ondas, são talentosos e táticos, sinal de que os vossos treinadores evoluíram. Além disso, os empresários mexem-se bem aí. Têm contactos com os clubes de Chipre, e isso facilita.⁵⁷

Os motivos invocados para emigrar para o Chipre são simples de determinar: melhor remuneração, poucas possibilidades de progressão na carreira desportiva em Portugal, o facto de os jogadores portugueses serem bem vistos pelos clubes cipriotas e a capacidade dos agentes em negociar a transferência dos atletas portugueses.

A Espanha, com 26 jogadores, é o segundo país com mais portugueses. Os atletas que migram para este país apresentam perfis distintos. Há jogadores que saem exclusivamente por questões financeiras, em busca de rentabilizarem uma carreira profissional que em Portugal não tem significativas possibilidades de evolução, sendo contratados por clubes mais modestos. Há outros futebolistas que, para além da questão financeira, apresentam a ambição desportiva de integrarem clubes competitivos que tenham objetivos de conquista de troféus.

O terceiro país com mais portugueses é o Luxemburgo, onde se encontram 23 jogadores. País com um campeonato nacional modesto, com equipas sem expressão no futebol europeu, justifica-se a presença dos 23 jogadores pelo contingente de portugueses aí imigrados. A maioria desses jogadores não emigraram para o Luxemburgo para jogar futebol, mas por outras razões, não enfeitando contudo a possibilidade de integrarem equipas luxemburguesas.

⁵⁶ http://www.dn.pt/desporto/interior.aspx?content_id=1670831&page=-1 [consulta a 4 de outubro de 2010].

⁵⁷ Expresso, edição de 12 de Novembro de 2011.

Se for considerado o prestígio associado ao nome dos jogadores, os países de destino e ainda os clubes onde atuam, verifica-se que o processo emigratório dos futebolistas portugueses cobre um largo espectro de situações. Por exemplo, no processo emigratório para as cinco ligas europeias mais poderosas, há jogadores portugueses a representar clubes que jogam declaradamente para vencer competições internacionais, nomeadamente a Champions League, bem como o título de campeão nacional, enquanto outros jogam em clubes com aspirações a classificarem-se para as provas da UEFA, outros que estão em equipas onde se joga para não descer de divisão, e outros ainda que jogam nos escalões secundários desses países. Depois há os futebolistas que emigram para países como o Chipre ou a Roménia, onde os objetivos competitivos não vão além das aspirações a vencerem algo no âmbito doméstico. E também se registam emigrações para destinos inusitados, para países onde a modalidade tem pouco significado. Em todas estas circunstâncias há estratégias pessoais de gestão de carreiras: futebolistas que estão no início da sua profissionalização e procuram no estrangeiro a oportunidade que lhes é negada em Portugal; outros que estão em fim de carreira e procuram fazer no estrangeiro o contrato das suas vidas; outros que são filhos de emigrantes, sempre viveram no estrangeiro e jogaram nos clubes locais; outros ainda que, tendo começado a jogar em Portugal, adquiriram tal visibilidade que se tornou impossível para os clubes nacionais mantê-los.

6.4. A dinâmica imigratória do futebol português

Como foi anteriormente referido, os primeiros jogadores estrangeiros do futebol português foram sobretudo ingleses que se encontravam no país por motivos diversos não ligados ao futebol, facto que não os impediu de jogarem e marcarem os primeiros anos desta modalidade em Portugal. Só nos anos 20 do século passado os primeiros estrangeiros exclusivamente contratados para jogar futebol chegam ao país. A partir dessa altura, progressivamente, o número de jogadores estrangeiros aumenta a um ritmo que é marcado pelo desenvolvimento do futebol, bem como da conjuntura política internacional. A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, bem como o estabelecimento de quotas relativas à contratação de futebolistas estrangeiros, o facto de Portugal ter o mercado colonial como espaço privilegiado de recrutamento de futebolistas, e ainda a liberalização dos mercados foram factos determinantes para caracterizar o ritmo com que os estrangeiros chegaram ao país.

Assim, em conformidade com o perfil e origem dos futebolistas, é possível determinar três períodos nas migrações de jogadores estrangeiros para Portugal. O primeiro momento, balizado entre meados dos anos 20 até à Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se por casos pontuais, acidentais até, na chegada dos primeiros estrangeiros. O segundo momento situa-se entre o pós-Guerra, quando se assiste com alguma naturalidade à presença de estrangeiros nos principais clubes do futebol nacional, e o final dos anos 70, quando o Benfica supriu o impedimento estatutário que lhe interditava a contratação de jogadores não portugueses. O terceiro momento, a partir dos anos 80, corresponde à progressiva massificação da presença de estrangeiros, antes mesmo da liberalização dos mercados de transferências proporcionado pela decisão do caso Bosman em 1995, de tal forma que esses jogadores superaram em número os portugueses que participam no campeonato nacional.

6.4.1. Os primeiros estrangeiros contratados por clubes portugueses

A contratação dos primeiros jogadores estrangeiros por parte dos clubes nacionais foi envolta na polémica da profissionalização. A modalidade, nos anos 20, já era um fenómeno popular, movimentando muitos espetadores e interesses. As exigências de competitividade implicavam uma dedicação maior por parte de todos os agentes envolvidos na modalidade, facto que não se compadecia com o amadorismo puro dos atletas e a ambição dos clubes. O debate fazia-se entre duas perspetivas: uma conservadora, que considerava a profissionalização dos jogadores como adulteração dos valores desportivos e via no amadorismo a forma de manter a identidade da “raça” e preservar a verdade desportiva; outra que afirmava que a verdade desportiva só poderia ser preservada se fosse superado o falso amadorismo de alguns clubes, assumindo-se o profissionalismo como condição de progresso da modalidade (Serrado e Serra, 2010: 169 e ss).

Outra circunstância que dificultava a contratação de jogadores estrangeiros resultava do nível de desenvolvimento do futebol em Portugal. Ou seja, apesar da popularidade da modalidade, esta encontrava-se condicionada pela debilidade das instâncias organizativas, por uma deficiente estrutura competitiva e pela débil visibilidade internacional do futebol português. Por estas razões, foi quase de forma acidental que chegaram ao país alguns jogadores estrangeiros na década de 20.

Em 1924 chegou ao país o primeiro estrangeiro contratado por um clube português. Tratou-se de Mihaly Siska, guarda-redes de nacionalidade húngara, contratado ao Vasas de Budapeste para jogar no FC Porto. A contratação foi da responsabilidade do então treinador do Porto, o também húngaro Akos Teszler. Mesmo no FC Porto a contratação de Mihaly Siska implicou a realização de uma Assembleia Geral extraordinária, requerida por alguns sócios que consideravam vergonhosa a contratação de um jogador de futebol, para mais sendo estrangeiro. Argumentavam que não havia qualquer tipo de glória em vencer se para o efeito se utilizassem jogadores provenientes de clubes estranhos e de outras regiões e que, para além disso, ainda eram pagos para jogar. Assim, Siska chegou a Portugal como um profissional dissimulado, ao que consta auferindo um salário mensal de 1000 escudos, mas disfarçando o seu profissionalismo com um trabalho como mecânico na Sociedade dos Vinhos Borges & Irmão (Coelho e Pinheiro, 2002: 219). Apesar de todas as polémicas, o talento de Siska como guarda-redes tornou-o um dos jogadores mais influentes do FC Porto e do futebol português da altura.⁵⁸ O jogador ter-se-á sentido tão cómodo em Portugal que alterou o primeiro nome para Miguel, adotou a nacionalidade portuguesa e ficou definitivamente na cidade do Porto.⁵⁹

Em 1926 chegou o também húngaro Joseph Szabo. Jogador do Ferencvaros de Budapeste, Szabo foi emprestado como reforço à equipa Szombattheley para uma digressão por Portugal. Na deslocação à ilha da Madeira, o jogador foi convidado pelo Nacional da Madeira a ingressar no clube. O convite foi aceite e aí permaneceu uma época, transferindo-se depois para o Marítimo e, posteriormente, em 1930, para o FC Porto, onde assumiu a dupla função de jogador e treinador. Nesta qualidade, a sua contratação não suscitou tanta polémica como a do seu compatriota. O seu trabalho no futebol português prolongar-se-ia até meados dos anos 60. Também se naturalizou português e mudou o nome para José Szabo.

Os primeiros brasileiros a chegarem a Portugal para expressamente jogarem futebol foram Fernando Giudicelli, Jaguaré Bezerra de Vasconcelos e Vianinha.

⁵⁸ Era de tal forma significativa a influência de Mihaly Siska na equipa do FC Porto que o alcunharam de “Meia-equipa”. Logo na primeira época em Portugal, 1924-25, foi preponderante para que o Porto obtivesse o título de campeão de Portugal.

⁵⁹ Depois de deixar de jogar, Siska fez carreira como treinador do FC Porto tendo conquistado dois campeonatos nacionais, nomeadamente em 1938-39 e 1939-40. Abandonado o comando técnico dos portistas Miguel Siska passou a desempenhar funções de funcionário da secretaria do clube até à sua morte, a qual ocorreu em 1947, apenas com 41 anos de idade.

Chegaram na época de 1935-36 para o Sporting. Ao que consta, os três jogadores terão atravessado o Atlântico com a intenção de irem jogar para Itália, mas ao atracarem em Lisboa souberam da guerra italo-etíope, optando por ficar em Lisboa,⁶⁰ tendo sido contratados pelo clube português. Giudicelli foi internacional três vezes pelo Brasil, integrando a seleção que participou no primeiro campeonato do Mundo, em 1930. Depois do Mundial jogou em Itália pelo Torino FC, depois na Suíça representando o Young Fellows de Zurique, e na França alinhando pelo Girondins de Bordeaux, regressando depois ao Brasil. Torna à Europa e é contratado então pelo Sporting, clube onde realizou apenas um jogo. Ainda nesse ano foi para Espanha, tornando-se no primeiro futebolista brasileiro a representar o Real Madrid, onde também só fez um jogo, seguindo para França, onde terminou a carreira.

Jaguará foi um famoso guarda-redes do Vasco da Gama nos anos 20, com três internacionalizações pelo Brasil. Em 1931, aquando de uma digressão do seu clube pela Europa, ficou em Barcelona juntamente com outro colega, seduzido pelo dinheiro que o clube catalão lhe ofereceu, onde permaneceu uma temporada, retornando depois ao Brasil (Agostinho, 2002: 59). No regresso à Europa foi contratado pelo Sporting, realizando apenas sete jogos por este clube. Seguiu para França, onde se tornou numa grande figura do Olympique de Marselha. Mais tarde Jaguaré ainda jogou em Portugal, representando o Académico do Porto e o Leça.⁶¹

Martins Alves de Araújo Viana, conhecido como Vianinha, o mais novo dos três brasileiros, foi o único que triunfou, tendo realizado 28 jogos pelo Sporting. Na época seguinte Vianinha transferiu-se para o FC Porto, que pagou sete contos ao Sporting pela sua desvinculação, 14 contos ao jogador pela assinatura do contrato e mais 1500 escudos mensais em salários. Também no FC Porto Vianinha foi o primeiro jogador brasileiro a integrar a equipa de futebol.

O argentino Francisco Reboredo chegou a Portugal em 1937 e, durante três épocas, representou o FC Porto. Em 1941/42 mudou-se para Espanha para ingressar no Deportivo da Corunha, clube que representou durante cinco temporadas, até terminar a

⁶⁰ <http://hemeroteca.mundodeportivo.com/preview/1935/10/23/pagina-1/629889/pdf.html?search> [consulta a 10 de dezembro de 2012].

⁶¹ O final da carreira aconteceu no Brasil, onde terá jogado pelo São Cristóvão do Rio de Janeiro. Tendo gasto todo o dinheiro que ganhara no futebol, Jaguaré trabalhou como estivador até ser espancado até à morte pela polícia. Como curiosidade fica o facto de ser considerado o primeiro guarda-redes brasileiro a usar luvas durante os jogos.

carreira de futebolista em 1948. Regressou mais tarde a Portugal para prosseguir a carreira de treinador.

Na época de 1939/49 assiste-se à chegada de alguns jogadores estrangeiros fugidos da guerra. Eram jogadores de várias nacionalidades, que se encontravam em França, e que com a dissolução do campeonato nacional ficaram sem clube, procurando então refúgio em Portugal. Dois desses jogadores eram originários da Europa de Leste e foram contratados pelo FC Porto. O croata Slavko Kodrnja, avançado internacional pelo seu país, de onde saíra em 1936, e que já tinha passado pela Suíça, onde jogara no Young Boys de Berna, e também por França, onde representara os clubes de Saint-Étienne, FC Antibes e FC Sochaux-Montbéliard. Na única época em que esteve em Portugal foi o melhor marcador do campeonato nacional.⁶² Voltaria no ano seguinte ao seu clube de origem na Croácia, o HŠK Concordia.

Ivan Petrak, também ele croata, e internacional pelo seu país, jogava pelo HASK Zagreb antes de emigrar para França na época de 1936/37. Em França passou sucessivamente pelo FC Sete, AS Cannes e, em 1938/39, pelo Roubaix. Com o despoletar da guerra veio para Portugal, onde jogou no FC Porto entre 1939 e 1941, e no Estoril na época 1943/44. Depois de finda a carreira, casou com uma portuguesa e ficou a viver na zona de Cascais (Lanfranchi e Taylor, 2001: 115).

A estes dois jogadores juntou-se o húngaro Bela Andrasik, guarda-redes, proveniente do clube Hungaria FC. Este jogador esteve em Portugal até 1943, tendo desaparecido misteriosamente. Numa história nunca esclarecida, suspeita-se que seria um agente antifascista e que fugira do país com receio que tal fosse descoberto pela polícia portuguesa.

Também fugidos da guerra, provenientes de França, chegaram a Portugal, em 1939, os argentinos Óscar Tarro, Telechia e Alejandro Scopelli, contratados pelo Belenenses. De todos, o mais famoso era Scopelli, que integrou a Seleção Argentina que participou na final da primeira edição do Campeonato do Mundo de Futebol. Com o estatuto de *rimpatriati* jogou em Itália, nos clubes do AS Roma e Inter de Milão, e foi por uma vez internacional pela seleção italiana. Transferiu-se depois para França, jogando no Red Star e no RCF de Paris. Já com 31 anos de idade veio para Portugal representar o Belenenses, onde acumulava as funções de técnico com as de jogador.

⁶² A par de Fernando Peyroteo, ambos com 29 golos.

Duas épocas depois, deixou Portugal e foi para o Chile, também como treinador-jogador. Regressaria mais tarde a Portugal como treinador.

6.4.2. A assiduidade dos jogadores estrangeiros no futebol português

O futebol português do pós-guerra passou por várias transformações, que contribuíram para acentuar o processo imigratório de jogadores. Como foi anteriormente referido, houve uma reformulação das estruturas federativas no sentido de as tornar mais eficientes; verificou-se a edificação de novos estádios, com capacidade para albergar maior número de adeptos; os clubes estabeleceram contactos internacionais com congéneres estrangeiros, o que lhes permitiu ter conhecimento de outras realidades e experiências futebolísticas; e, fundamentalmente, foi finalmente assumido o profissionalismo dos jogadores (Serrado e Serra, 2010: 332). Daqui resultaram duas consequências para a dinâmica imigratória de futebolistas: por um lado, os clubes adquiriram capacidade e condições para a procura de jogadores estrangeiros a integrar nos seus plantéis; por outro lado, os jogadores estrangeiros passaram a ter em consideração Portugal como destino migratório.

Os grandes clubes, mais dotados financeiramente, iniciam um processo regular de aquisição de jogadores. Por exemplo, o Sporting, ao longo da década de 50, contratou os seguintes estrangeiros: Leon Mokuna, congolês, contratado na época de 1953/54, foi um dos primeiros africanos não provenientes das colónias portuguesas a jogar em Portugal e o primeiro negro do futebol belga, para onde se transferiu alguns anos depois;⁶³ na época de 1955/56 foram contratados os brasileiros Miltoninho e Vallone, e ainda o espanhol Juan Santos; na época seguinte chegaram o argentino Mário Imbelloni e o brasileiro Osvaldinho; em 1957, o brasileiro Vadinho e o sul-africano David Julius; na época de 1958/59 vieram o argentino Diego Arizaga e o brasileiro Faustino Pinto; na época 1959/60 chegaram os brasileiros Fernando Puglia e Lúcio Soares e ainda o peruano Juan Seminário; na época seguinte foi contratado o brasileiro Geo; em 1961 o brasileiro Pacoti.⁶⁴ No FC Porto, os estrangeiros foram: os brasileiros Gastão e Jubaru, na época de 1955/56; no ano seguinte o brasileiro Osvaldo Silva; o

⁶³ *Record*, edição 4 de novembro de 2010.

⁶⁴ Deste elenco de jogadores, David Julius e Lúcio Soares merecem destaque especial por terem sido os primeiros estrangeiros, naturalizados portugueses, a jogar pela Seleção Nacional, em 1960.

brasileiro Luís Roberto em 1958; na época seguinte, o checoslovaco Yanko Daucík; e na época de 1961/62, o brasileiro Azumir.

Neste novo contexto, os futebolistas da América do Sul, em particular os brasileiros, tornaram-se particularmente atrativos para os clubes portugueses. O Brasil alcançara a glória futebolística nos anos cinquenta, com duas vitórias nos campeonatos do mundo, e os seus jogadores gozavam de reputada fama. Para além disso, havia um “lastro” de contactos entre Portugal e o Brasil, o que facilitava a imigração de jogadores. Um caso ilustrativo desta situação foi a transferência de Ernesto Paraíso, na época de 1956/57, para o Vitória de Guimarães. O clube encontrava-se na IIª Divisão Nacional, e a Direção, apostada em formar uma equipa que promovesse novamente o clube à Iª Divisão, solicitou a um primo⁶⁵ de um dos vice-presidentes, radicado no Brasil, que lhes indicasse um avançado como reforço do plantel, tendo sido sugerido Ernesto Paraíso. O jogador veio para Portugal em 1955 com um salário de 1500 escudos mensais, mais habitação e alimentação, tendo recebido 20 mil escudos de gratificação e o clube brasileiro 35 mil escudos pela desvinculação. Em face do bom desempenho do jogador, nas épocas seguintes chegariam a Guimarães, através do mesmo contacto, mais três brasileiros, Carlos Alberto, Edmur e Caiçara. Entretanto, porque a “lei dos estrangeiros” apenas permitia a utilização de três jogadores não portugueses, Ernesto Paraíso adquiriu a nacionalidade portuguesa e ficou definitivamente em Guimarães.⁶⁶

Em 1956 eram 21 os estrangeiros na I Divisão. Na época de 1958/59 eram 33 os jogadores estrangeiros. Na época de 1960/61, jogaram em Portugal 82 estrangeiros, 37 distribuídos pela I Divisão, 27 pela II e 18 pela III (Serrado e Serra, 2010: 451). Numa publicação de 1963, onde é feita referência aos jogadores brasileiros no estrangeiro, dá-se conta que, dos cerca de 100 jogadores que estavam fora do país, 21 jogavam em Portugal, sendo este o maior contingente de jogadores brasileiros emigrados (Fontan *apud* Lanfranchi e Taylor, 2001: 95).

O volume crescente de jogadores estrangeiros no futebol nacional suscitou entretanto intensa contestação. Argumentava-se que a “invasão dos estrangeiros” era uma ameaça para os jogadores portugueses, porque lhes retirava espaço de atuação nos clubes, e que essa circunstância condicionava não apenas os jovens jogadores nacionais,

⁶⁵ António Pimenta Machado, assim se chamava o emigrante português radicado no Recife, e ao qual os dirigentes vimaranenses recorreram com frequência para lhes indicar jogadores passíveis de serem contratados.

⁶⁶ <http://gloriasdopassado.blogspot.pt/2009/04/ernesto.html> [consulta 20 de dezembro de 2012].

como as suas possibilidades de recrutamento para a Seleção Nacional. Nestes discursos de inquietação apelava-se para a imposição de medidas protecionistas que limitassem as possibilidades de contratação de jogadores estrangeiros por parte dos clubes portugueses. Por outro lado, os triunfos europeus do Benfica, sem qualquer jogador estrangeiro na equipa, e o percurso da Seleção Nacional no Campeonato do Mundo de 1966, fundamentaram a argumentação de quem considerava que os estrangeiros eram dispensáveis do futebol português. Esta argumentação acabou por triunfar em termos regulamentares, quando em 1962 foi aprovado o Estatuto do Jogador, onde se determinava que cada clube só podia utilizar um estrangeiro por jogo e que a FPF podia decidir, em função da idade, currículo e divisão em que iria jogar, se esse futebolista estrangeiro podia integrar as competições nacionais. A consequência desta imposição foi a natural diminuição do número de jogadores estrangeiros em Portugal, situação que se manteve até meados dos anos 70. É de referir que o estabelecimento destas quotas não foi um exclusivo português, pois Espanha e Itália também determinaram a interdição na contratação de estrangeiros.

Importa assinalar que, a partir de 1971, os jogadores brasileiros deixaram de estar incluídos nas limitações à contratação de jogadores estrangeiros por parte dos clubes portugueses. Esta situação deveu-se à celebração, em 1971, do Estatuto de Igualdade entre o Brasil e Portugal, um regime jurídico que assegurava, aos brasileiros que viviam em Portugal e aos portugueses a viver no Brasil, o exercício da cidadania em igualdade de circunstâncias.⁶⁷ Desta forma, os futebolistas brasileiros deixavam de ser considerados estrangeiros, podendo integrar sem limitações os plantéis dos clubes portugueses.

Em 1971, o Sporting contratou o argentino Héctor Yazalde. Este era um jogador que, devido aos seus dotes goleadores, era bastante cobiçado por diversos clubes europeus, o que obrigou o clube português a pagar a soma de 3500 contos. No Sporting confirmaria essas qualidades quando, na época de 1973/74, marcou 46 golos e ganhou a Bota de Ouro, galardão atribuído ao melhor marcador de todo o futebol europeu. Em 1973, o peruano Teófilo Cubillas, considerado então um dos melhores jogadores do mundo, foi contratado pelo FC Porto por 11 mil contos, o mais alto valor pago até então no futebol português pela transferência de um jogador. A qualidade destes dois

⁶⁷ O Estatuto da Igualdade foi, em 2001, substituído pelo *Estatuto de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal*, permitindo aos cidadãos de ambos os países usufruir de direitos idênticos aos dos nacionais do país em que se encontram, mantendo intacta a sua nacionalidade.

jogadores, e o seu desempenho no futebol português, contribuíram simultaneamente para contestar as acusações relativas à falta de qualidade dos jogadores estrangeiros a atuar em Portugal e, simultaneamente, mostrar que os futebolistas imigrados no país eram uma mais-valia para os clubes que os possuíam, pelo que se tornava necessária a supressão das limitações à sua contratação.

6.4.3. “Depois de mim veio tudo”

Académica de Coimbra⁶⁸ e Benfica eram os únicos clubes a militar na Primeira Divisão que ainda não tinham “caído na tentação” de contratar jogadores estrangeiros. Já no final dos anos 70 não resistiram mais. Primeiro foi a Académica, em 1977, com o brasileiro Jaderson e na época seguinte com Marcos e Eldon, o que suscitou imensa polémica, de tal forma que a Direção do clube se justificou “dizendo que ‘este Académico à brasileira é uma emergência’, e que os jogadores ‘não vieram a Coimbra para fazer fortuna’, assegurando que ‘não houve passes a pagar’ e que ‘os jogadores vieram em condições de super amizade’” (in Santana e Mesquita, 2007: 267).

O Benfica também permanecia na irredutível posição de apenas jogar com portugueses. As pressões para adquirir estrangeiros faziam-se no entanto sentir no próprio clube, por se considerar que a ausência desses jogadores lhe retirava capacidade competitiva. Este debate ainda mais se intensificou depois da independência das colónias africanas e do encerramento de um mercado de recrutamento ao qual o Benfica tinha frequentemente recorrido com sucesso. Em 1976, numa Assembleia Geral do Clube para a discussão do Relatório e Contas, um dos membros do Conselho Fiscal do clube propôs que, tendo em conta o fim do mercado africano, fosse permitida à direção a aquisição de jogadores estrangeiros. A proposta foi recusada pelos sócios e temporariamente esquecida. Para mais, o clube acabara de se sagrar campeão pelo terceiro ano consecutivo sem jogadores estrangeiros. No entanto, o facto de ter perdido o campeonato nas épocas seguintes, atrás do FC Porto, que tinha muitos estrangeiros, reavivou a questão. Por isso, a 1 de julho de 1978, em Assembleia Geral Extraordinária, uma das mais concorridas até então, foi revogada a regra que proibia que o Benfica fosse representado por jogadores estrangeiros. Foram oito horas, com 1468 sócios à entrada e apenas 534 à saída. Destes, 472 aprovaram a utilização de estrangeiros, os

⁶⁸ No final dos anos 70 o clube designava-se Clube Académico de Coimbra.

restantes 62 votaram contra. Caía a resistência. Apesar de tudo, a direção mostrava-se prudente, afirmando que não era intenção comprar jogadores por atacado. De facto, na época que se seguiu, 1978-1979, o Benfica não contrataria qualquer estrangeiro, terminando o campeonato em segundo lugar.

Os resultados abaixo das expectativas, bem como a saída de alguns jogadores importantes do plantel, determinaram que a direção do clube contratasse um jogador estrangeiro. Assim, a 6 de julho de 1979, o Benfica comprou ao Boavista, por 4 mil contos, o brasileiro Jorge Gomes, primeiro estrangeiro do Benfica (Coelho e Pinheiro, 2002: 534). Trinta anos depois, Jorge Gomes afirma que “é um orgulho ter sido o primeiro, ter sido eu a abrir as portas. Depois de mim veio tudo, mais brasileiros, suecos, uruguaios, tudo!”.⁶⁹

Efetivamente, depois de Jorge Gomes “veio tudo”. A partir desse momento, em todos os clubes, os jogadores imigrados sucederam-se, numa lista extensa, da qual a memória retém alguns nomes: Filipovic, Stromberg, Manniche, Negrete, Paulinho Cascavel, Madjer, Mlynarczyk, Balakov, Iordanov, Geraldão, Valdo, Yuran, Kostadinov, Mozer, Isaías, Timofte, Acosta, Jardel, Mladenov, Naybet, Abazi, Erwin Sánchez, Caniggia, Peter Schmeichel, Preud’Homme, William, Sánchez, Ricky, Zahovic, Drulović. A par destes nomes sonantes e mediáticos, foram chegando a Portugal muitos outros jogadores anónimos para representar clubes discretos, dos quais poucas ou nenhuma lembranças restam.

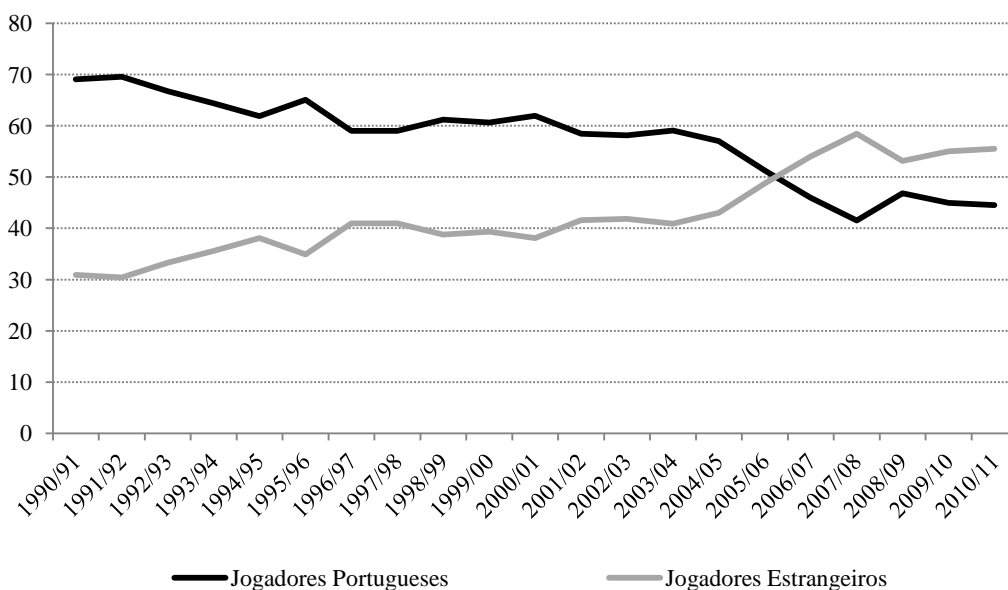
Apesar da limitação na utilização de jogadores estrangeiros, os clubes recorreram a estratagemas para a superarem. De facto, na altura, e com exceção para os atletas brasileiros, só podiam jogar dois estrangeiros em simultâneo. Em 1982, chegaram ao Sporting os búlgaros Dusan Bukovac e Vanio Kostov. Na altura, estes dois jogadores protagonizaram a rábula dos casamentos fictícios, ou seja, foram ambos naturalizados portugueses pela via do casamento, iniciativa que visou ultrapassar o problema da limitação de estrangeiros no plantel. Este expediente, entre outros, prolongou-se até meados dos anos 90. Por exemplo, na época de 1993/94, a União da Madeira tinha 10 jogadores naturalizados, Benfica e Boavista tinham nove, e o Sporting e FC Porto tinham sete (Serrado e Serra, 2010a: 407).

⁶⁹ Jornal Ionline, edição 29 de agosto de 2009, <http://www1.ionline.pt/conteudo/20406-jorge-gomes-depois-mim-veio-tudo-brasileiros-suecos-tudo> [consulta a 23 de junho de 2012].

A necessidade de naturalização de jogadores foi entretanto ultrapassada em 1996. Na sequência da decisão do Tribunal de Justiça Europeu relativamente ao caso Bosman, que considerou ilegais as cláusulas que impunham limitações à contratação de jogadores comunitários, a Liga Portuguesa de Futebol, em 23 de maio de 1996, aprovou o fim das limitações à utilização de jogadores estrangeiros pelos clubes portugueses. Desta forma, o mercado de transferências ficou totalmente liberalizado em Portugal, contribuindo para que, a médio prazo, os jogadores estrangeiros se sobrepusessem aos jogadores nacionais.

Entre as épocas de 1990/91 e 2010/11, a evolução do número de jogadores estrangeiros nos clubes do Campeonato Nacional da I Liga, ainda que de uma forma não constante, evoluiu no sentido da sua intensificação (Gráfico 6.2.). Em 1990/91, num total de 537 jogadores, 371 eram portugueses e 166 estrangeiros, ou seja, os atletas nacionais representavam 69,1% do total de jogadores, tendência que se inverteu no período de 20 anos. Na época de 2010/11, os jogadores portugueses eram 235 e os estrangeiros 293, numa relação percentual de 44,5% para 55,5%. O ponto de inversão ocorreu na época 2006/07, quando os 287 jogadores estrangeiros superaram os 244 jogadores portugueses, numa relação percentual de 54% para 46%. A partir de então, a presença de estrangeiros foi sempre superior à dos jogadores nacionais.

Gráfico 6.2.
Evolução da percentagem de jogadores portugueses e estrangeiros na I Liga, 1990/91 a 2010/11



Fonte: Dados elaborados pelo autor através de informação do website ZeroZero.

A evolução do volume de jogadores portugueses e estrangeiros no futebol nacional, no período considerado, resulta da conjugação de algumas variáveis, algumas específicas do futebol português, outras de âmbito mais geral.

A partir do início da década de 1990, o futebol europeu passou por algumas transformações legais e estruturais que o converteram definitivamente numa entidade económica. A nova estrutura competitiva das cinco grandes ligas europeias (Schimdt, 2007) forçou os clubes de outros países a assumirem uma vocação empresarial. Por outro lado, em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Desportivo de 1990 obrigou à separação entre o futebol amador e o profissional, com este último a ter de se organizar numa Liga e os clubes a assumir em formas de gestão específicas, nomeadamente com o perfil de sociedades anónimas desportivas (Meirim, 1995). Estas circunstâncias contribuíram para que os clubes, nacionais e de outros países, procurassem gerir os seus jogadores como ativos financeiros, dentro de uma lógica de mercado, promovendo relações de procura e oferta com vista à transação dos mesmos.

Não foi, assim, necessário esperar pela decisão do caso Bosman, em dezembro de 1995, para se verificar uma intensificação do fluxo de jogadores estrangeiros. No entanto, o caso Bosman acabou inevitavelmente por ter implicações na presença desses jogadores. Se em 1995/96 os futebolistas estrangeiros representavam 34,9% do total de jogadores, em 1996/97, quando a decisão do acórdão começou a surtir efeito, aumentaram para 41%. Este valor manteve-se depois relativamente estável, variando entre um mínimo de 38,8% e um máximo de 43% até à época de 2004/05.

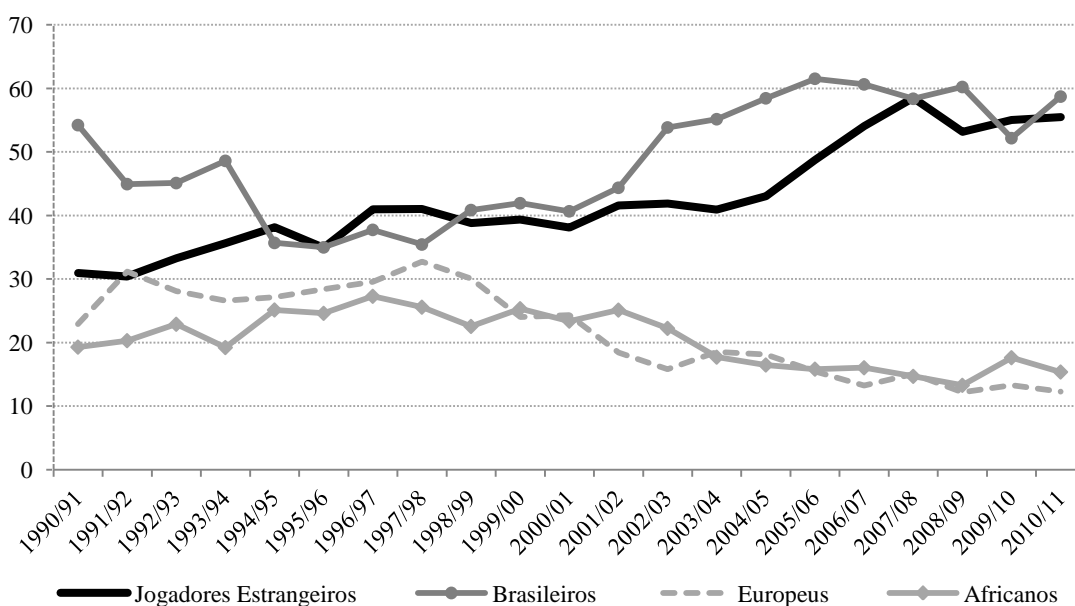
Outro fator que contribuiu para o aumento de jogadores estrangeiros na I Liga foi o processo emigratório de jogadores portugueses. Como foi referido anteriormente, a década de 1990 foi marcada pelo crescente número de saídas de jogadores nacionais. Os campeonatos de alguns países europeus tornaram-se atrativos para os futebolistas portugueses, não apenas pelo fator financeiro, mas também desportivo. Os clubes portugueses revelaram-se incapazes de os reter, recorrendo então a futebolistas estrangeiros. Assim, o seu aumento pode também ser interpretado como consequência de um efeito de substituição.

O impulso no número de futebolistas estrangeiros a partir da época de 2004/05, que os levaria a tornarem-se maioritários na I Liga duas épocas depois, decorre, principalmente, de uma gestão estratégica dos clubes que privilegiavam os estrangeiros

em detrimento dos jogadores nacionais. As razões para esta preferência prendem-se essencialmente com questões financeiras, nomeadamente: o facto da contratação de um jogador estrangeiro, sendo proveniente de países da América do Sul e África, ser mais acessível do que a contratação de um jogador português; e a contratação de jogadores portugueses, em particular de atletas jovens, se revelar dispendiosa em virtude da obrigatoriedade de pagamento de direitos de formação aos clubes pelos quais o jogador passou anteriormente. Acresce ainda o facto de, a partir de 2001, a FIFA ter regulamentado a figura dos agentes de jogadores, o que teve como consequência a dinamização do mercado de transferências nos anos seguintes.

A evolução do total de jogadores estrangeiros, no período considerado, foi também determinado pela forma como evoluíram os fluxos que, desde origens diversas, tiveram Portugal como destino (Gráfico 6.3.). Consideram-se aqui três fluxos: brasileiro, europeu e africano. Conjuntamente, representaram, ao longo do período considerado, mais de 80% do total de jogadores estrangeiros, sendo que no início da década de 1990 esses valores chegaram aos 96%, e na época de 2005/06 aos 93%. Os restantes fluxos acabam por ter uma expressão residual na evolução dos jogadores estrangeiros em Portugal.

Gráfico 6.3.
Evolução da percentagem do fluxo brasileiro, europeu e africano na I Liga, 1990/91 a 2010/11



Dados elaborados pelo autor através de informação do website ZeroZero

Tomando em consideração o fluxo de jogadores europeus, africanos e brasileiros, verifica-se que houve tendências evolutivas divergentes. Os jogadores europeus atingiram uma presença máxima na época de 1997/08, com 32,7% do total de estrangeiros, para depois diminuírem até aos 12,3% em 2010/11. O volume de jogadores europeus na década de 90 fica a dever-se, em grande medida, à presença de jogadores provenientes das antigas repúblicas da Jugoslávia que, em virtude da guerra e do desmantelamento das competições de futebol, se haviam dispersado pela Europa. A partir da época de 1997/98 verifica-se uma diminuição progressiva de jogadores europeus em resultado de duas situações relacionadas: por um lado, o facto da contratação destes jogadores ser muito dispendiosa para os clubes portugueses; por outro, o facto dos clubes portugueses terem privilegiado outro mercado de contratações.

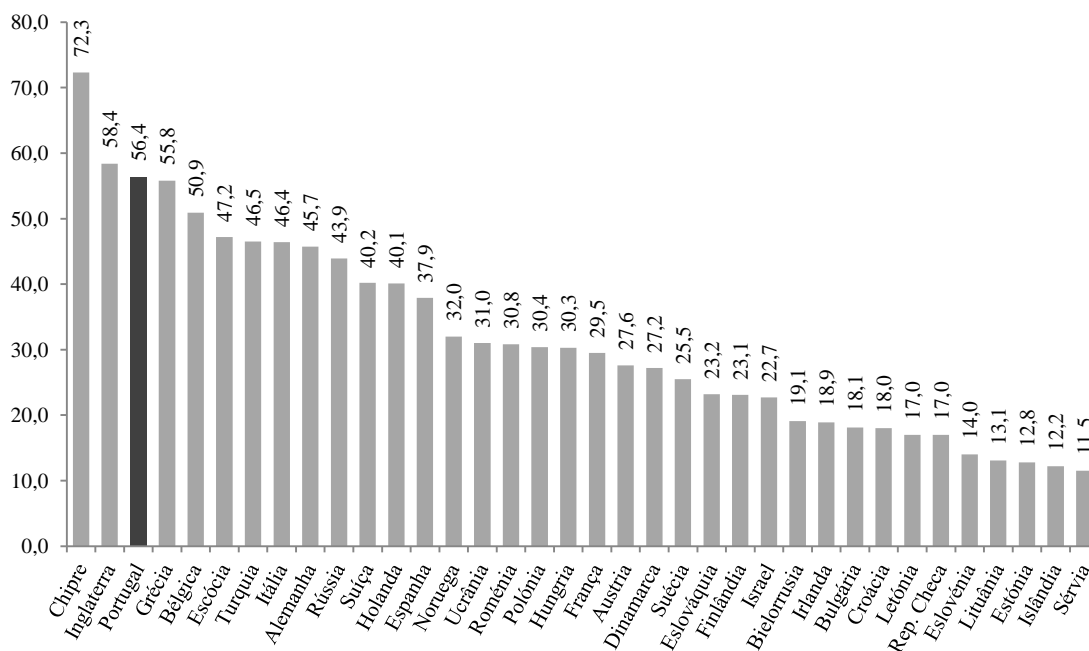
Relativamente aos jogadores africanos, verifica-se uma tendência semelhante, ou seja, alcançaram a sua máxima expressividade em 1996/97, com 27,3%, para depois decrescerem de forma progressiva até aos 15,4% em 2010/11. Esta tendência está relacionada com a evolução do número de jogadores dos países africanos de expressão portuguesa. Até ao final da década de 1990, os jogadores de nacionalidade angolana e cabo-verdiana, em particular, eram em número relevante no futebol nacional, para depois começarem progressivamente a diminuir. No entanto, é apenas aparente a ausência destes jogadores do futebol português, pois o facto da grande maioria ter dupla nacionalidade contribui para que se diluam entre a totalidade de jogadores portugueses.

Os jogadores brasileiros são aqueles que têm maior expressão no futebol nacional. Numa relação de causa e efeito, o aumento do contingente de jogadores brasileiros foi diretamente proporcional à diminuição de jogadores europeus e africanos. Por razões de ordem financeira, de cultura futebolística e de adaptação,⁷⁰ os clubes portugueses preferiram os brasileiros em detrimento de outras nacionalidades. O acentuado aumento de futebolistas brasileiros, no final da década de 1990, está também relacionado com alterações legais no futebol no Brasil, em concreto com a Lei Pelé, que de forma semelhante ao processo Bosman libertou os jogadores para migrarem. Numa sobreposição entre os gráficos 6.3 e 5.1, verifica-se que, ao longo da década de 2000, a chegada destes jogadores a Portugal se insere numa dinâmica massificadora das emigrações de futebolistas no Brasil.

⁷⁰ Uma análise mais desenvolvida destas razões é efetuada no capítulo VII.

A presença de jogadores estrangeiros na Liga portuguesa, por comparação com outras 36 ligas europeias, em 2010 (Gráfico 6.4), revela o futebol português como um dos mais “estrangeirados”. Com efeito, depois do Chipre, com 72,3% de estrangeiros,⁷¹ e da Inglaterra, com 58,4%, segue-se Portugal, com 56,4%, à frente da Itália, Alemanha, Espanha e França, e muito acima do valor médio de 33,6%.

Gráfico 6.4
Percentagem dos jogadores estrangeiros nas ligas europeias, 2010



Fonte: Besson *et al.*, 2011: 44

Em termos absolutos, a liga inglesa, com 320 estrangeiros, era, de forma destacada, aquela que possuía mais jogadores estrangeiros. A liga cipriota tinha 240 e a portuguesa 230.

6.5. O fluxo migratório colonial

O recrutamento colonial de futebolistas por parte dos clubes dos países colonialistas não foi uma originalidade portuguesa. Já por volta de 1910 os clubes ingleses contavam com o contributo de futebolistas egípcios e sul-africanos. Também a França, nos anos 30, passou a usufruir do desempenho de jogadores oriundos das suas colónias do norte de África, enquanto a Bélgica, a partir de 1960, recrutou jogadores africanos, em particular no Congo (Lanfranchi e Taylor, 2001).

⁷¹ Do contingente de jogadores estrangeiros na liga cipriota, os portugueses são os mais numerosos, com 55 jogadores num total de 240.

Em África, o futebol chegou de múltiplas formas e por intermédio de muitos agentes: pela dinâmica associativa dos colonos, que desenvolveram uma componente desportiva; pelo esforço dos missionários, que viam no desporto uma forma de educação, disciplina e integração; pelos fluxos migratórios continentais, nomeadamente os que tinham a África do Sul como destino. À semelhança do que se passara na Europa, o futebol cresceu nas grandes cidades, junto de empreendimentos industriais, e dispersou-se para o interior através do caminho de ferro. Como era uma atividade que não estava sujeita a controlos pelos organismos coloniais, rapidamente ocorreu uma *crioulização* do jogo pela adesão das populações locais. Esta apropriação local pode ter diversos sentidos, alguns contraditórios: desde logo, querer significar uma adesão aos valores e práticas do colonizador através da mimetização dos seus jogos; o futebol permitir uma ascensão social através da integração na sociedade colonial, ou até mesmo a mobilidade para a sociedade metropolitana; e ainda, o futebol constituir-se como espaço de resistência ao poder, com as associações desportivas a serem espaços de atuação política (Domingos, 2006: 403; Domingos, 2012). Assim,

enquanto forma de cultura popular, o futebol criou (...) um capital social específico, manejado por *habitus* urbanos nas interações quotidianas. Este uso do futebol deve ser interpretado como uma forma de participação na vida pública, um meio de realização de juízos morais, éticos e estéticos mediante performances retóricas e muitas vezes conflituosas. Esta espécie de cidadania informal adquire uma importância particular no contexto do colonialismo em Lourenço Marques, onde as formas de cidadania formal se encontravam severamente restritas (Domingos, 2012: 250).

Ainda que com processos evolutivos distintos, o futebol teve nas colónias africanas portuguesas, em particular Moçambique e Angola, um enorme desenvolvimento. Em ambos os territórios havia um dualismo nos torneios: o dos colonizadores e o dos colonizados. Quando os jogadores africanos colonizados se destacavam pelos seus préstimos desportivos, ingressavam em equipas dos colonizadores e, em muitas das situações, eram chamados para ingressar em clubes da metrópole. Em face desse desenvolvimento, e na sequência da importância que alguns jogadores africanos tiveram em torneios locais, os clubes da metrópole, a partir dos anos 30, começam a estar atentos e a interessar-se por alguns deles. Através de redes de afinidades entre clubes, em que os da metrópole criaram filiais nas colónias, alguns jogadores africanos começam a ser “exportados” para as equipas em Portugal. É assim que em 1934 Adriano Dias do Prado, conhecido como “Virsocas”, deixa o Clube

Académico de Luanda para vir jogar para o Académico do Porto. Outros jogadores angolanos seguem os seus passos: Guilherme Espírito Santo, do Sport Lisboa e Luanda, em 1936, é transferido para o Benfica; Aníbal Paciência e Fernando Peyroteo, do Sporting de Luanda, em 1937, são ambos transferidos para o Sporting (Serrado e Serra, 2010: 281). Miguel Arcanjo foi outro desses futebolistas: nascido em Nova Lisboa, Angola, filho de uma família de negros empregados na administração, veio para Portugal em 1948 para estudar num seminário. Dois anos depois, com a idade de 18 anos, foi contratado pelo FC Porto, onde militou durante 16 épocas, tornando-se um importante defesa central que representou por nove vezes a seleção portuguesa.

Em Moçambique, entre os casos mais conhecidos destacam-se, na viragem dos anos 40 para 50, Mário Wilson, Juca, Vicente e Matateu. Foi essencialmente através deste último que Moçambique se tornou num mercado apetecível e proveitoso para os clubes portugueses. Seguiram-se, na década seguinte, Pérides, Costa Pereira, Santana, Hilário, Mário Coluna e Eusébio, o mais popular de todos os jogadores. Néné e Shéu Han, entre muitos outros jogadores, chegariam mais tarde.

Eusébio nasceu em 1942, num bairro pobre de Lourenço Marques, em Moçambique. Destacando-se como futebolista no clube local, veio para Portugal com 18 anos, envolto numa enorme polémica pelo facto dos dois grandes clubes de Lisboa, Sporting e Benfica, ambicionarem a sua contratação. Assinou pelo Benfica em dezembro de 1961 e, ainda nessa época, ajudou o clube a conquistar a 2ª Taça dos Campeões Europeus. Durante os 15 anos em que representou o Benfica, em todas as competições, disputou 614 jogos e marcou 618 golos, venceu 11 campeonatos nacionais, cinco Taças de Portugal, uma Taça dos Campeões Europeus e foi mais três vezes finalista nesta competição. Pela seleção nacional fez 64 jogos, marcou 61 golos, sendo que, em 1966, foi o melhor marcador do Campeonato do Mundo de Inglaterra, considerado o melhor jogador da prova e eleito o melhor futebolista a atuar na Europa. No auge da sua carreira, surgiram vários convites para jogar no estrangeiro, tendo a Juventus de Turim feito várias propostas milionárias de contratação. Contudo, a sua saída não terá sido autorizada por Salazar que, em determinado momento, terá dito que o jogador era “património nacional”. Apesar das circunstâncias, Eusébio nunca foi excecionalmente bem pago pelo Benfica. Até 1969 o seu salário não ultrapassou os 300 contos. Apenas nesse ano, depois de muita insistência e perante a possibilidade do jogador sair, a direção do clube renovou-lhe o contrato, tendo-lhe pago 4000 dos 7500

contos que Eusébio pedia (Coelho e Pinheiro, 2002: 474). Os últimos três anos de carreira foram assombrados por lesões, tendo emigrado para jogar nos Estados Unidos, Canadá e México, com regressos a equipas de menor expressão do futebol português.

Quando nos anos 40 os primeiros jogadores moçambicanos chegam a Portugal para jogar futebol, a sua adaptação foi fácil, na medida em que já tinham interiorizado da expressão técnica da prática da modalidade (Domingos, 2006: 415). Apesar das particularidades de cada contexto, a mesma situação pode ser também referida para os jogadores provenientes das outras colónias e que revelaram uma adaptação fácil ao futebol português, como, aliás, atesta o gradual aumento das contratações (Darby, 2006: 425).

Nos anos 30, altura em que se iniciaram estes fluxos migratórios, o Estatuto Indígena aplicado às colónias de Angola, Moçambique e Guiné determinava que todos os indivíduos de raça negra, que pela sua ilustração e costumes não se distinguissem do comum daquela raça, deveriam ser considerados indígenas. Por consequência, não seriam detentores da cidadania portuguesa, salvo em determinadas circunstâncias que não eram esclarecidas no referido estatuto (Castelo, 2007: 292; Alexandre, 1995: 40). No entanto, muitos dos jogadores provenientes destas colónias foram rapidamente convertidos em cidadãos portugueses, para que representassem Portugal em jogos internacionais. Em virtude da crescente pressão internacional para Portugal conceder a independência aos territórios coloniais, o Estado Português atribuiu em 1951, a esses territórios, a designação de províncias ultramarinas, para que internacionalmente surgisse como um território unificado. A partir de 1954, o regulamento da população indígena introduziu a figura do “assimilado”, que se aplicará aos africanos culturalmente “europeizados” do ultramar, e em 1961 estende-se a cidadania portuguesa a todos os habitantes dessas províncias.

Nesse ano de 1961, quando se inicia a guerra colonial e Portugal fica mais isolado no panorama político internacional, os futebolistas africanos, migrantes de um processo colonialista, serviram os interesses do Estado. As vitórias internacionais do futebol português nos anos 60, quer ao nível de clubes, quer da Seleção Nacional, nas várias situações com equipas compostas por muitos jogadores africanos, serviu para o Estado português rebater as acusações internacionais de racismo e colonialismo. Já no final do Campeonato do Mundo de 1966, um jornalista britânico argumentava que Eusébio não deveria jogar pela Seleção de Portugal por ser moçambicano, ao que lhe

terá sido respondido que as lágrimas do jogador eram por Portugal, e que a euforia vivida em Moçambique pelo desempenho da Seleção, tiravam qualquer dúvida acerca da nacionalidade de Eusébio (Coelho e Pinheiro, 2002: 471). Como refere Ana Santos, “uma equipa multirracal que ilustrava um ideal: jovens da ‘Metrópole’ e jovens das ‘Províncias Ultramarinas’ a colaborar em equipa, disciplinados na conquista de um objetivo comum. A equipa como que simbolizava o colonialismo ideal” (Santos, 2004: 82).

Com o fim do Estado Novo, em 1974, surgem as denúncias sobre a idealização desse colonialismo. Nesse ano, a revista *Flama* publicou um artigo intitulado *Futebol: o fim da escravatura*, onde se denunciava a forma como em Portugal se olhava para os futebolistas provenientes das colónias. Se, para os dirigentes, esses jogadores eram uma mercadoria em bruto que podia ser comercializada, para a imprensa eram jogadores em que se destacavam pelas aptidões físicas. Aí se afirmava a exploração e o tratamento diferenciado a nível salarial. Nesse artigo, Dinis, jogador angolano do Sporting, assumia essa denúncia:

A maioria dos jogadores angolanos que emigraram para Portugal jamais experimentou um sentimento de satisfação. Não porque tivesse faltado calor ao acolhimento do público, mas pelas atitudes e maneiras de atuar dos patrões do futebol português. Angolanos e moçambicanos têm sofrido continuamente uma exploração vergonhosa por parte dos grandes clubes. Assinei pelo Sporting um contrato muito barato. Ganhei o Campeonato Nacional e a Taça de Portugal; sou internacional e, apesar de tudo isso, tinha vencimentos inferiores aos dos reservistas da equipa (*apud* Coelho e Pinheiro, 2002: 516).

O processo de independência das colónias e o fim do império levaram ao encerramento do “filão” ultramarino de futebolistas. Por um lado, os jogadores africanos em Portugal tinham de optar entre naturalizarem-se portugueses ou regressarem aos países de onde eram naturais. Com exceção de alguns jogadores, entre os quais está Dinis, anteriormente do Sporting e depois do FC Porto, a maioria, nomeadamente Jordão, Shéu ou Seninho, assumiram nacionalidade portuguesa. Por outro lado, as federações de futebol recentemente criadas nos territórios tornados independentes interditarão a saída dos seus jogadores (Darby, 2006). Os clubes portugueses viram-se, assim, com dificuldades em recrutar jogadores num mercado que lhes era habitual e confortável tendo, por consequência, que procurar outras alternativas.

CAPÍTULO VII

O JOGO DAS MIGRAÇÕES: ESTRANGEIROS QUE ENTRAM, PORTUGUESES QUE SAEM

7.1. Histórias de migrações em torno de uma bola de futebol

Hugo Machado é um futebolista português. Formado no Sporting, foi no início da sua carreira profissional, emprestado a clubes da II Liga, nomeadamente ao Estrela da Amadora e ao Barreirense. Na época 2006/07, transferiu-se para o Chipre onde, em três anos, representou três clubes diferentes. Para a época 2009/10 foi contratado por um clube do Azerbaijão. No verão de 2010 regressou a Portugal para ingressar na Naval 1º de Maio e, pela primeira vez, jogar no campeonato nacional. Finda a época, voltou a emigrar, desta feita para o Irão, país onde permaneceu até final de 2012. Depois de seis meses de desemprego, assinou mais um contrato com um clube indiano.¹

Nuno Ribeiro, mais conhecido por Maniche, foi um futebolista português que se aposentou em 2011. Começou a carreira profissional no Benfica e, depois de alguns problemas disciplinares, transferiu-se para o FC Porto. Neste clube, venceu em 2003 a Taça UEFA, e em 2004 a Champions League. Em virtude do seu desempenho profissional, jogou pela Seleção Nacional em 57 ocasiões. Em 2005 foi transferido para o Dínamo de Moscovo por 16 milhões de euros. Seis meses depois, em janeiro de 2006, foi emprestado pelo clube russo aos ingleses do Chelsea FC, onde permaneceu até ao final da época. Em 2006/07 transferiu-se para Espanha, contratado pelo Atlético de Madrid, que pagou 9 milhões de euros pelo seu passe. Em janeiro de 2008 voltou a ser emprestado, desta feita para Itália, para com o Inter de Milão fazer a segunda metade do campeonato italiano. Voltou depois a Espanha, para cumprir mais um ano de contrato com o Atlético. No início da época de 2009/10, como jogador livre, transferiu-se para o Colónia FC da Alemanha. Finda essa época, regressou a Portugal, ingressando no

¹ <http://www.zerozero.pt/jogador.php?id=9021> [consulta a 1 de junho de 2013].

Sporting, clube no qual permaneceu um ano, terminando então a sua carreira de futebolista.²

Liedson é um futebolista brasileiro naturalizado português. Iniciou a atividade futebolística em pequenos clubes, participando em campeonatos regionais, chegando ao futebol profissional já com 22 anos. Em 2002 foi contratado pelo Flamengo e na época seguinte pelo Corinthians, onde se destacou pelos seus dotes goleadores. No verão de 2003 transferiu-se para Portugal, para jogar no Sporting, clube no qual permaneceu oito anos, tornando-se num dos ídolos do clube e uma das referências do futebol português (Moreira, 2006). Em agosto de 2009 adquiriu dupla nacionalidade e, imediatamente, foi convocado para a Seleção Nacional, revelando-se um jogador decisivo no apuramento de Portugal para o Campeonato do Mundo da África do Sul, em 2010. Em janeiro de 2011, com 33 anos, regressou ao Brasil, transferindo-se para o Corinthians por cerca de 2 milhões de euros. Passadas duas épocas, em janeiro de 2013, e de forma inesperada, regressou a Portugal para fazer a segunda parte do campeonato pela equipa do FC Porto. No final da época retornou novamente ao Brasil.³

Claudino Bezerra da Silva, conhecido por Kaká, é um jogador brasileiro de 32 anos. Até aos 25 anos jogou no seu país, fazendo parte de clubes modestos, até que em 2006 transferiu-se para Portugal, contratado pela Académica de Coimbra. Volvidas duas épocas, foi contratado pelo clube Hertha de Berlim da Alemanha, que pagou pelo seu passe 1,9 milhões de euros. Permaneceu na Alemanha durante época e meia, tendo sido emprestado ao Omonia, clube do Chipre. Retornou ao Hertha, para novamente ser emprestado, desta vez ao SC Braga. Terminada a época em Portugal, o Hertha de Berlim empresta-o de novo a um clube cipriota, o Hapoel. Findo o contrato com o clube alemão, e como jogador livre, transferiu-se no início da época de 2012/13 para a Hungria, contratado pelo clube Videoton. Terminou, contudo, a época em Espanha, emprestado ao Deportivo da Corunha.⁴

Ally Cissokho é um futebolista francês de ascendência senegalesa. Começou a jogar futebol na sua cidade natal, até que em 2004 assinou o primeiro contrato profissional com uma equipa da terceira divisão, sendo que apenas se estreou como sénior em 2007. Sem vínculo contratual, no verão de 2007 transferiu-se para Portugal,

² http://www.transfermarkt.co.uk/en/maniche/profil/spieler_9822.html [consulta a 1 de junho de 2013].

³ <http://www.forumscp.com/wiki/index.php?title=Liedson> [consulta a 1 de junho de 2013].

⁴ http://www.transfermarkt.co.uk/en/kaka/transfers/spieler_41234.html [consulta a 7 de maio de 2013].

ingressando no Vitória de Setúbal. Em Janeiro de 2008 foi contratado pelo FC Porto, que pelo seu passe pagou 300 mil euros. Finda a época em Portugal, foi transferido por 15 milhões de euros para França, para o Lyon, aí permanecendo por três anos. No verão de 2012 foi contratado por cinco milhões de euros pelo Valência, clube no qual ainda permanece.⁵

Niquinha, de nome próprio Edson de Barros, é um ex-futebolista brasileiro. No Brasil representou dois clubes discretos, o Capibaribe e o Manchete FC. Em 1997 transferiu-se para Portugal para jogar no Rio Ave. Neste clube permaneceu onze anos, até terminar a carreira profissional em 2009. Regressou ao Brasil com 38 anos.

O relato destas seis trajetórias migratórias descreve o itinerário pessoal de cada um dos jogadores. Para todos eles houve circunstâncias particulares que motivaram a decisão de emigrar, a escolha do país de destino, as negociações que presidiram à transferência internacional, a inserção num novo clube, numa outra realidade de trabalho, num contexto social distinto. Apesar de cada um destes migrantes transportar consigo uma história singular, há circunstâncias que são comuns a outros jogadores migrantes. As seis histórias referidas estão incluídas na totalidade de futebolistas que foram recenseados em cinco épocas do futebol português, e que é caracterizada em seguida, bem como as narrativas que sobre essa realidade são produzidas por diversos protagonistas do mundo do futebol.

7.1.1. Os estrangeiros do futebol português

Ao longo de cinco anos, entre as épocas de 2007/08 e 2011/12, foi efetuado o recenseamento dos jogadores que integraram as equipas que participaram no campeonato nacional da I Liga.⁶ Ao todo foram registados 1150 jogadores, inscritos em 23 clubes.⁷ O número de jogadores inscritos por época não teve variações significativas ao longo do período considerado, sendo que, por exemplo, na época de 2010/11 estiveram inscritos 495 jogadores.

⁵ http://www.transfermarkt.co.uk/en/aly-cissokho/transfers/spieler_57515.html [consulta a 7 de maio de 2013].

⁶ Para uma justificação metodológica dos critérios que presidiram ao registo de todos os jogadores, ver o capítulo IV.

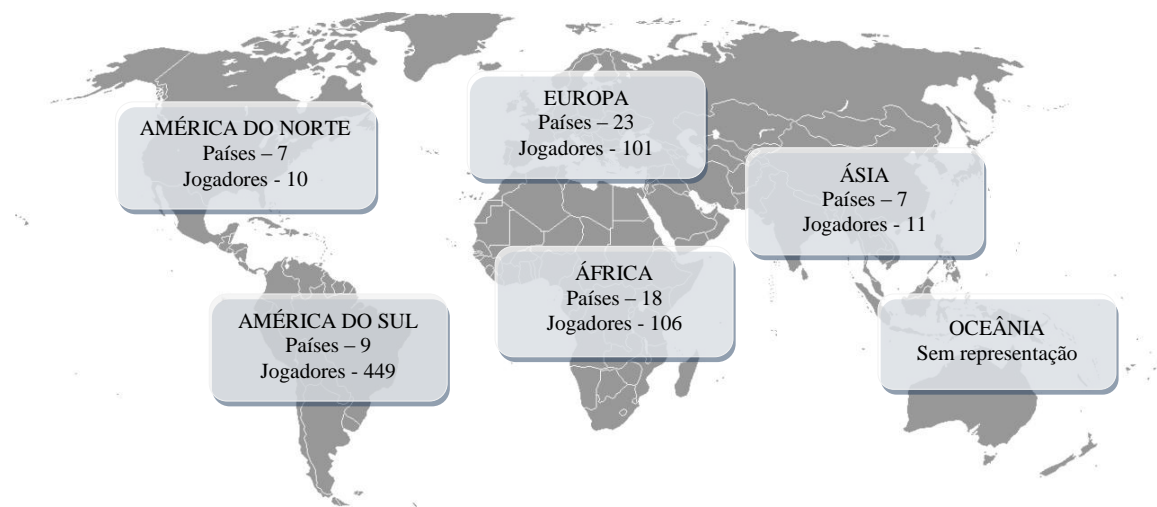
⁷ Em cada época há 16 clubes a participar na I Liga, sendo que no final transitam para a época seguinte 14 clubes, havendo outros dois que ascendem da II Liga. Nas cinco épocas em questão, houve 16 clubes que permaneceram sempre na I Liga, e outros sete que estiveram apenas algumas épocas em resultados dos processos de despromoção. A União de Leiria foi o único clube que, no período considerado foi despromovido e reacendeu de novo à competição. Assim, foram contabilizados os 23 clubes referidos.

O registo de cada um desses jogadores revela a singularidade do seu percurso pessoal: alguns permaneceram os cinco anos inscritos em clubes da I Liga; outros saíram para clubes estrangeiros ou clubes nacionais de divisões secundárias; enquanto outros chegaram à I Liga vindos de outros campeonatos; houve também aqueles que saíram e retornaram à competição; os jogadores juniores que ascenderam a seniores; e ainda os jogadores veteranos entretanto retirados da competição.

A principal distinção feita à totalidade dos jogadores assenta na dicotomização entre nacionais e estrangeiros. Assim, do total de 1150 jogadores, 473 são portugueses e 677 são estrangeiros, o que corresponde a uma relação percentual de 41,1% para 58,9%.

O contingente estrangeiro do futebol português é constituído por 64 nacionalidades, provenientes de distintas origens geográficas. Considerando as áreas institucionais das confederações que administram o futebol, verifica-se que 23 nacionalidades são europeias, 18 africanas, nove sul-americanas, sete norte-americanas e sete asiáticas. A confederação da Oceânia não tem qualquer representação (Mapa 7.1.).

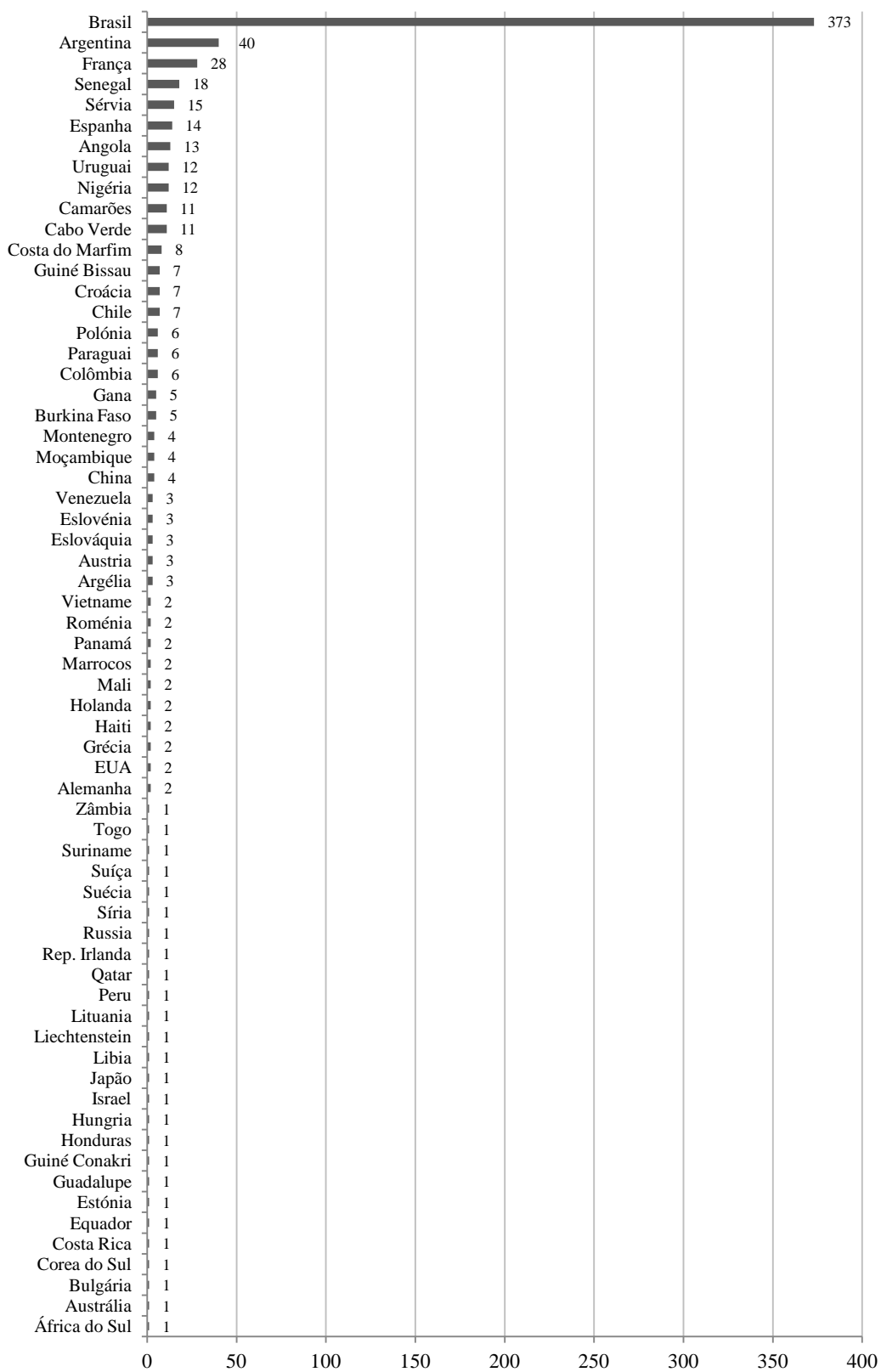
Mapa 7.1.
Proveniência dos jogadores estrangeiros por confederações



Fonte: elaborado pelo autor

A existência de jogadores provenientes de 64 países e de cinco das seis confederações, confere ao futebol nacional a imagem de um espaço cosmopolita. No entanto, essa imagem desvanece-se quando se constata que 26 dos países são representados por apenas um jogador e que dez países não têm mais do que dois jogadores (Gráfico 7.1.).

Gráfico 7.1
Jogadores estrangeiros por nacionalidade



Fonte: Dados elaborados pelo autor através do cruzamento de informação da LPFP, dos websites dos clubes e do website ZeroZero.

Conjuntamente, mais de metade das nacionalidades não expressam mais do que 6,8% do total de estrangeiros, o que se traduz numa expressão mitigada da condição cosmopolita do futebol português.

O Brasil, com 373 jogadores, representa só por si 55,1% da totalidade de estrangeiros do futebol nacional. A expressividade dos jogadores brasileiros ainda se torna mais significativa quando, por comparação, a Argentina, que é a segunda nacionalidade mais representada tem apenas 40 jogadores, e a França, que é terceira, tem 28 jogadores. Senegal, com 18 jogadores é o país africano com mais jogadores no campeonato nacional. Das ex-colónias portuguesas, Angola é que a tem maior representação, com 13 jogadores, seguida de Cabo Verde com 11, Guiné-Bissau com sete, e Moçambique com quatro jogadores. Conjuntamente, estes países apresentam 35 jogadores, o que se traduz em 5,2% do volume total de jogadores estrangeiros.⁸

7.1.2. Os migrantes do futebol português

Para além da distinção entre jogadores nacionais e estrangeiros, os 1150 jogadores que foram recenseados, podem ser divididos em duas outras categorias: os que são ou que já foram migrantes e os que nunca emigraram. Assim, aos 677 jogadores estrangeiros recenseados em Portugal, e que conseqüentemente são imigrantes, juntam-se 189 jogadores portugueses que são ou foram emigrantes. São 866 os jogadores que no período considerado tiveram alguma experiência migratória, por relação aos 284 que não tiveram qualquer experiência desse tipo, o que se traduz numa proporção de 75,3% para 24,7%. Significa isto que, do total de 1150 jogadores, 3 em cada 4 apresenta uma trajetória migratória.

A dinâmica migratória do futebol nacional resulta, portanto, da sua inserção na *arena desportiva global* (Bale e Maguire, 1994). À semelhança de outros países, e em simultâneo com outros fluxos, também as fronteiras portuguesas, sejam elas políticas, culturais ou desportivas, são atravessadas por uma força de trabalho futebolístico. Quase

⁸ Importa referir o volume significativo de jogadores com dupla nacionalidade, nomeadamente portuguesa e de um dos países africanos em causa. Contudo, por questões metodológicas já identificadas no capítulo IV, não é possível apresentar o número de jogadores que se encontram nessa situação, e que de certo modo contribuiria para tornar mais expressiva a presença desses jogadores no futebol português.

como que uma inevitabilidade, a *sportscape*⁹ (Nolasco, 2002: 283) do futebol português é constituída por uma *legião estrangeira* de jogadores em movimento, uns que entram outros que saem, de nacionalidades muito diversas.

No universo do futebol, cada processo migratório tem uma história biográfica que lhe está associada. A necessidade de reduzir a complexidade em virtude da multiplicidade de possibilidades migratórias suscita um processo de simplificação através da junção dos jogadores migrantes em diferentes tipos, de acordo com os respetivos percursos e características mais evidentes. Tempo, distância, questões legais e laborais, entre outras variáveis (Peixoto, 1998; Portes, 1999; Cohen, 2005), são critérios usuais nas tipologias das migrações gerais, enquanto nas migrações de trabalho desportivo se realçam aspetos que são específicos das modalidades, nomeadamente as motivações, experiências individuais e contingências dos percursos migratórios (Maguire, 1996; Maguire e Pearton, 2000; Magee e Sugden, 2002).

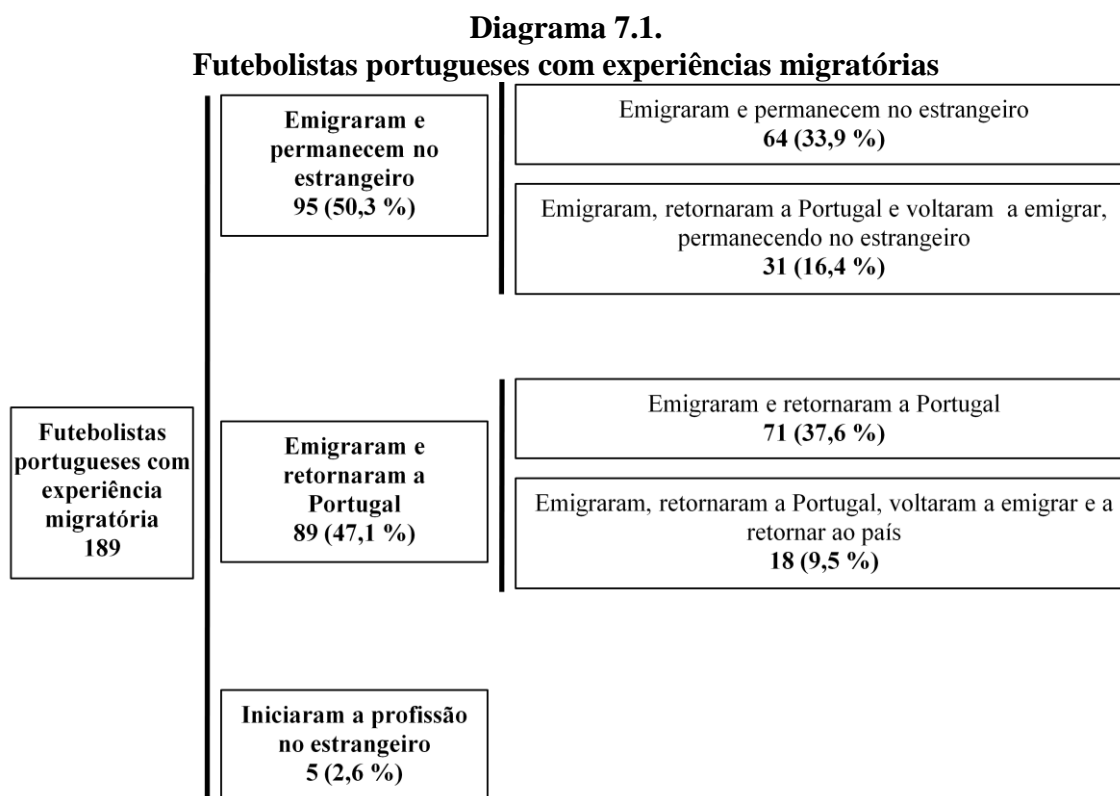
O registo dos 866 futebolistas migrantes do futebol português permite, assim, a elaboração de uma tipologia que, não sendo ampla na determinação de perfis permite, contudo, uniformizar percursos migratórios tendo como critério a sua chegada ao, ou, partida do futebol português. Considerando o percurso migratório desses 866 futebolistas, é possível traçar cinco categorias específicas: a) jogadores portugueses que emigram; b) jogadores estrangeiros que têm em Portugal a sua primeira experiência migratória vindos diretamente do seu país de origem; c) jogadores estrangeiros que chegam provenientes do país de origem, mas já com uma experiência migratória noutro país; d) jogadores estrangeiros com uma trajetória migratória prévia e que chegam a Portugal vindos de outro país que não o de origem; e) jogadores estrangeiros que iniciam a carreira profissional em Portugal.

Cada uma das categorias desta tipologia subdivide-se ainda em três subcategorias. Na primeira categoria, relativa aos processos migratórios de jogadores portugueses, as subcategorias discriminam entre jogadores que emigram e não regressam, os que regressam, e ainda os que, tendo iniciado a carreira profissional no estrangeiro, regressam a Portugal. Nas restantes categorias referentes à imigração de jogadores estrangeiros, as subcategorias são de três tipos: a) futebolistas que imigram para Portugal e retornam ao país de origem; b) futebolistas que imigram para Portugal

⁹ Da mesma forma que Arjun Appadurai (1990) elaborou as suas paisagens mediáticas, pode-se acrescentar ao desporto o sufixo *scape* e assim falar-se duma *sportscape* como resultado da difusão do acontecimento desportivo, que pela sua intensidade ajuda a refazer o mundo como uma paisagem única.

para depois prosseguirem o seu percurso migratório noutros países que não o de origem; c) futebolistas que imigram para Portugal e permanecem no país.¹⁰ Cada subcategoria, por sua vez, ainda se fragmenta em várias situações tipo resultantes da complexidade do percurso profissional de cada jogador.

São 189 os jogadores portugueses que entre as épocas de 2007/08 a 2011/12, estando no futebol português, tiveram anteriormente, ou no período considerado, alguma experiência migratória, o que corresponde a 21,8% do total de jogadores migrantes (Diagrama 7.1.). Desses jogadores, 95 emigraram e permaneceram no estrangeiro e 31 tiveram um interregno no seu percurso migratório que contou com o seu regresso a Portugal para depois voltarem a emigrar.



Fonte: elaborado pelo autor

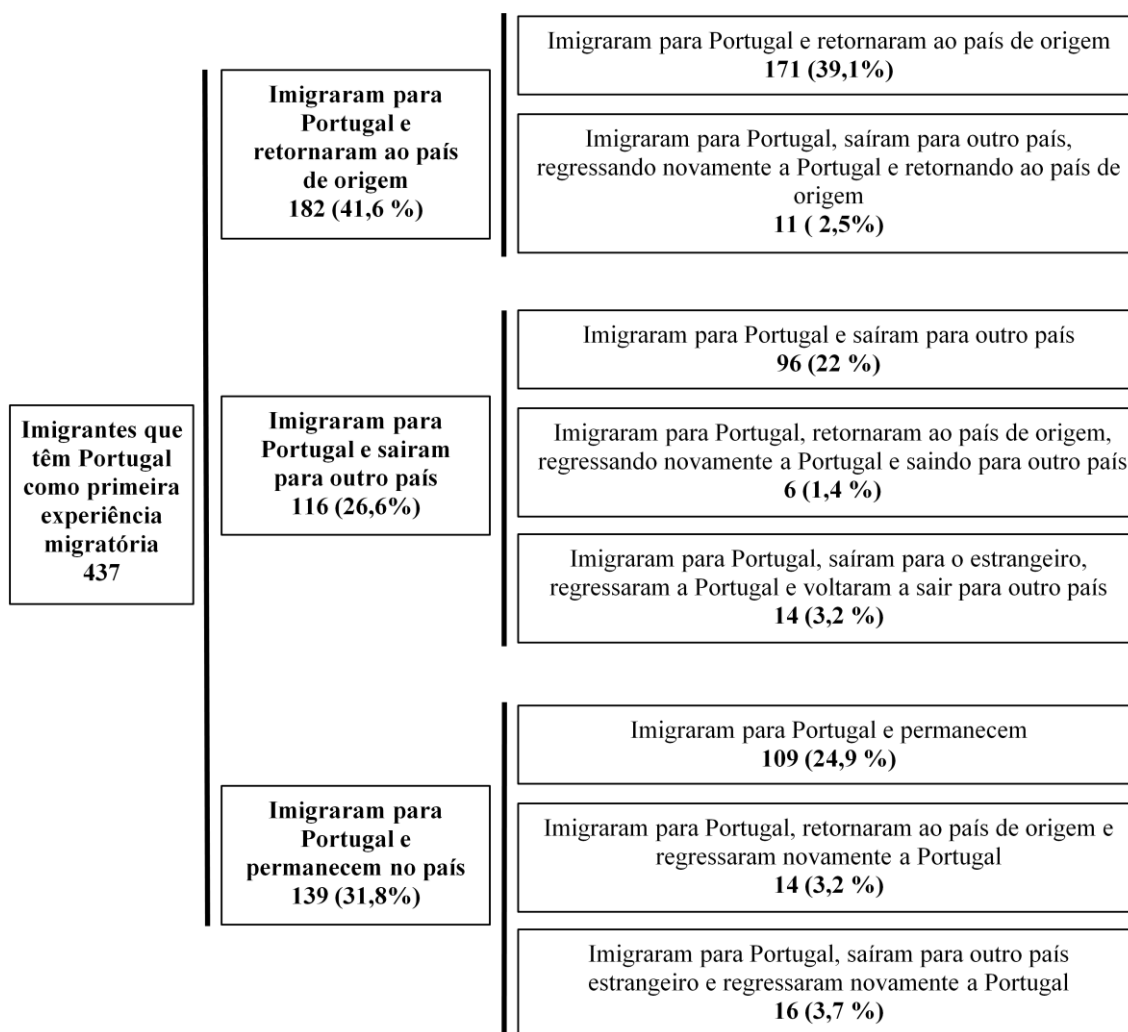
Os futebolistas portugueses em Portugal depois de terem emigrado eram 89, sendo que 18 desses jogadores reingressaram no processo migratório para posteriormente retornarem ao país. Da totalidade de futebolistas portugueses com

¹⁰ Importa ter em consideração que os futebolistas contabilizados nas subcategorias “permanência no país” são aqueles que, tendo chegado a Portugal, permanecem no país até à altura do encerramento do registo dos jogadores, sendo que essa permanência engloba situações diversas que podem ir de cinco anos a meia época apenas. A este propósito consultar o ponto 4.5.3. do capítulo III.

experiência migratória, cinco tornaram-se profissionais em clubes estrangeiros, vindo posteriormente para Portugal.

A segunda categoria é referente aos jogadores estrangeiros que ao imigrarem para Portugal tiveram aqui a sua primeira experiência migratória (Diagrama 7.2.). Com 437 jogadores, equivalente a 50,5% do total de jogadores migrantes, esta é a categoria mais densa quanto ao volume de migrantes, facto que se deve a várias circunstâncias, nomeadamente: por afinidades diversas, Portugal constituir-se como o destino privilegiado e mais “cómodo” para imigrantes de nacionalidades como a brasileira, por exemplo; a migração para Portugal ser considerada uma etapa prévia que permite posteriormente a saída para outros campeonatos; e ainda, os clubes portugueses desenvolverem uma estratégia de contratação que privilegia os jogadores jovens, os quais não tiveram ainda qualquer experiência migratória.

Diagrama 7.2
Futebolistas estrangeiros que têm Portugal como primeira experiência migratória

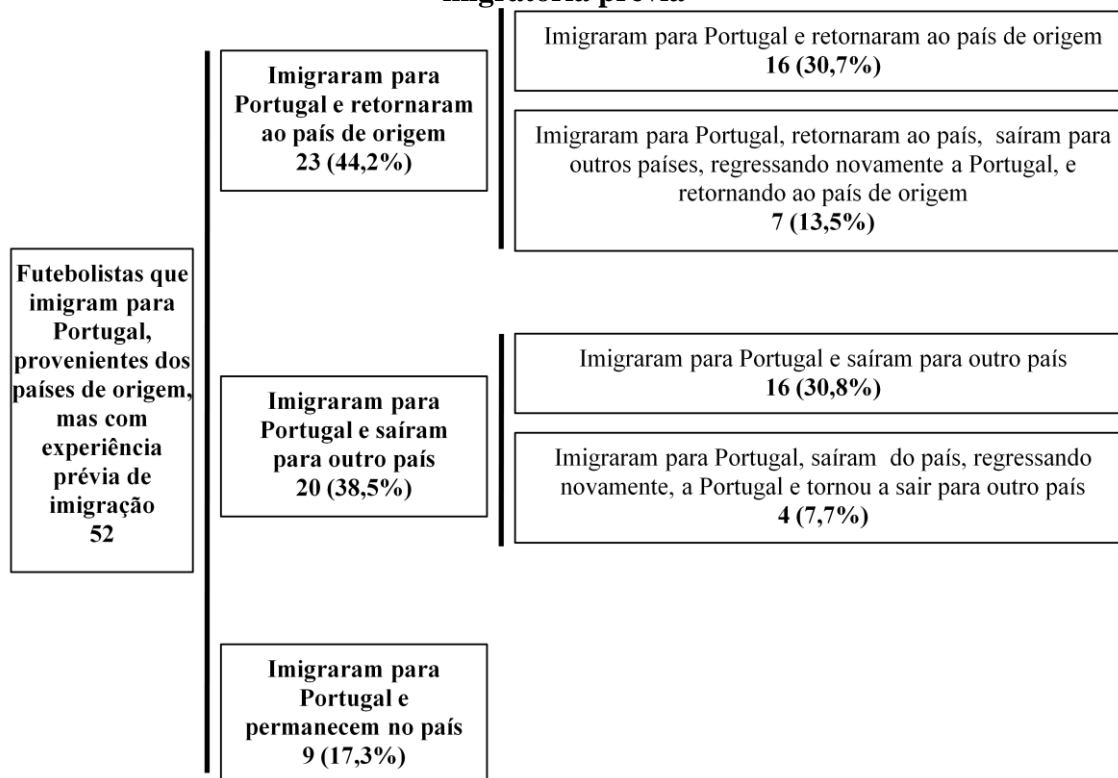


Fonte: elaborado pelo autor

Da totalidade de jogadores que compõem esta categoria, 182 regressaram ao país de origem depois de terem estado ao serviço de clubes portugueses, sendo que alguns ainda emigraram para outros países, regressando novamente a Portugal, e só posteriormente retornando ao seu país. Na segunda subcategoria, 116 jogadores optaram por deixar Portugal para ir para outros países. Já a terceira subcategoria é referente aos 40 jogadores que permaneceram em Portugal. Para cada uma destas situações, verificam-se ainda percursos migratórios complexos, marcados por várias saídas e regressos.

A terceira categoria surge na sequência da anterior e é referente aos jogadores que, apesar de chegarem a Portugal vindos dos países de origem, tinham já migrado e regressado ao seu país (Diagrama 7.3.). Estes jogadores representam 6% do total de futebolistas com experiências migratórias em Portugal. A sua reduzida frequência no futebol nacional resulta, assim, do facto de serem jogadores de elevada mobilidade, permanecendo por isso pouco tempo no mesmo clube ou país. O valor da subcategoria referente aos imigrantes que permanecem no país é, aliás, ilustrativo dessa situação, com apenas 17,3% a ficarem em Portugal.

Diagrama 7.3.
Futebolistas estrangeiros, provenientes do país de origem, mas com experiência migratória prévia

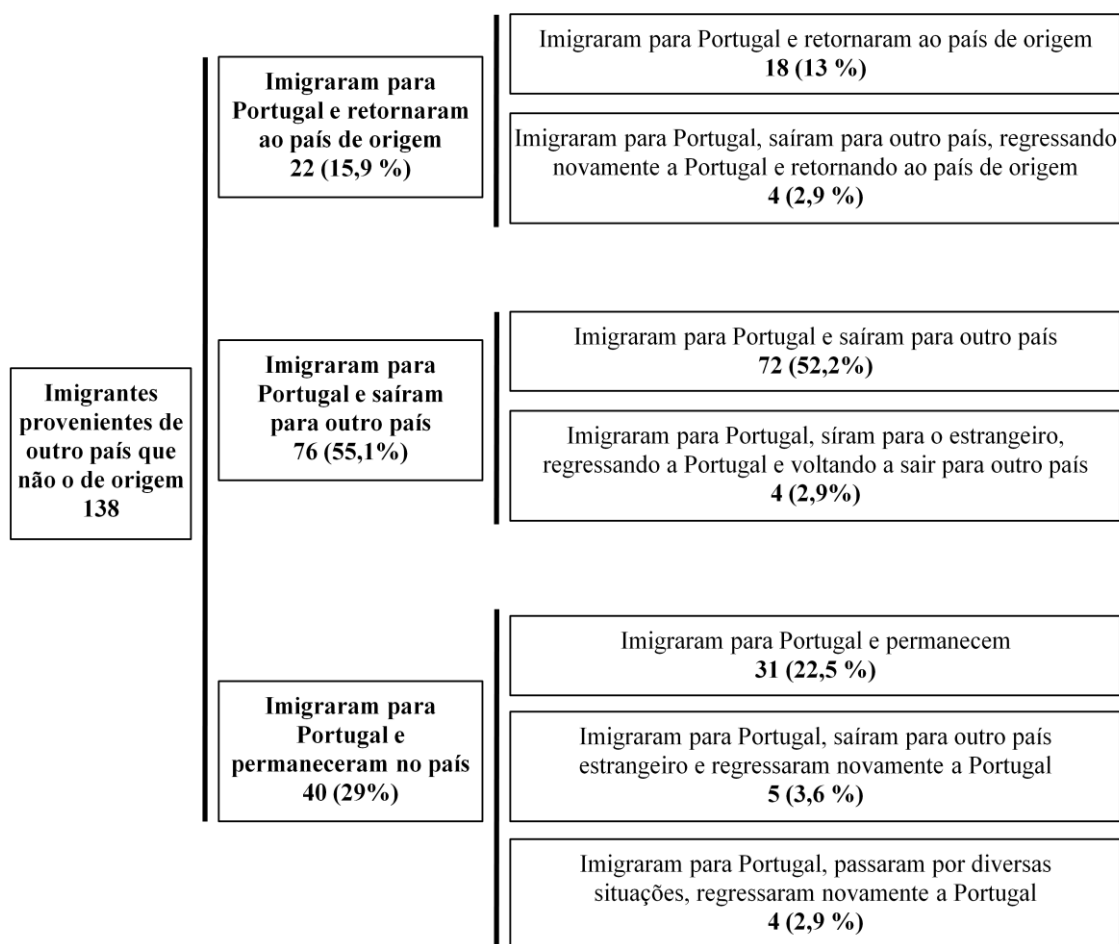


Fonte: elaborado pelo autor

A subcategoria dos jogadores que retornaram ao país de origem é a mais expressiva, com 23 atletas, sendo que apenas 16 o fizeram de forma imediata, pois os restantes sete tiveram percursos pautados por saídas, entradas e regressos, quer para Portugal, quer para o país de origem.

A quarta categoria refere-se aos jogadores que imigraram para Portugal vindos de outros países que não o de origem (Diagrama 7.4.). Ou seja, saíram do seu país, contratados por clubes estrangeiros, e depois dessa ou de outras experiências migratórias, chegaram a Portugal. Os 180 jogadores que integram esta categoria representam 15,9% do total de futebolistas migrantes.

Diagrama 7.4.
Futebolistas estrangeiros, provenientes de outros países que não o de origem



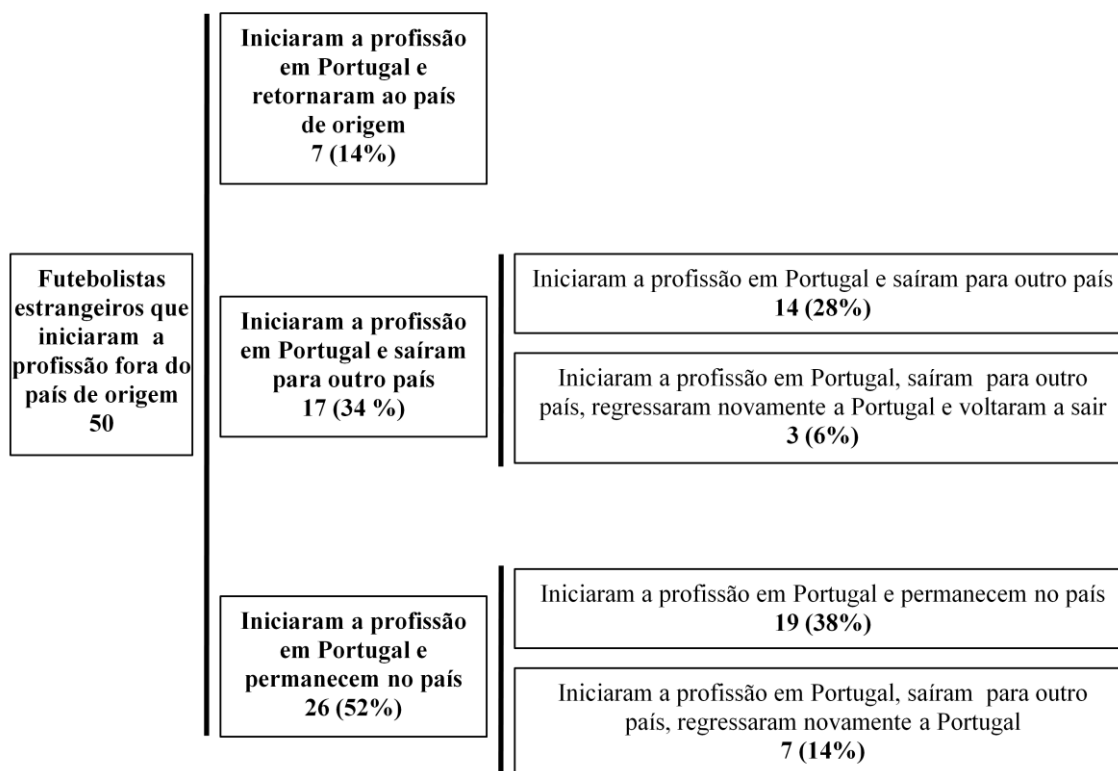
Fonte: elaborado pelo autor

Também esta categoria de futebolistas se caracteriza por uma mobilidade significativa. Se atendermos às subcategorias, verifica-se que 55,1% destes jogadores continuam o seu percurso migratório, sendo Portugal um ponto de passagem. Para 29%

a sua trajetória migratória passa pela continuidade em Portugal, apesar de 6,5% terem percursos de saídas para outros países e regressos a clubes portugueses. Por sua vez, 15,9% regressaram ao país de origem.

A quinta categoria compreende os futebolistas estrangeiros que iniciaram a sua atividade profissional em Portugal (Diagrama 7.5.). Estes jogadores representam 5,8% do total de jogadores com percursos migratórios. Trata-se essencialmente de futebolistas que integraram os escalões jovens de clubes nacionais e que quando ascendem a seniores se profissionalizam e tendem a ficar em Portugal. O regresso ao país de origem acontece, assim, apenas para 7%, sendo que 34% prossegue o seu processo migratório para outro país.

Diagrama 7.5.
Futebolistas estrangeiros que iniciaram a sua atividade profissional em Portugal



Fonte: elaborado pelo autor

Os nove tipos ideais de atletas migrantes que resultam da síntese das tipologias de Joseph Maguire e Robert Pearton (2000) e de Jonathan Magee e John Sugden (2002),¹¹ não se revelam particularmente úteis para a caracterização das categorias apresentadas relativas aos migrantes do futebol português. Essas tipologias foram

¹¹ Síntese apresentada no ponto 2.2. do capítulo II.

elaboradas para trabalhos específicos, através de metodologias qualitativas, aplicadas a um número limitado de atletas. As categorias apresentadas não permitem assim afirmar se os futebolistas migrantes da I Liga são *pioneiros*, *mercenários*, *ambiciosos*, *exilados*, *expulsos*, *nómadas cosmopolitas* ou *celebridades superstar*. Permitem apenas uma aproximação aos tipos de *retornado* e *colono*.

Retornados são os jogadores que depois de estarem migrados, retornam ao país de origem. A observação dos percursos migratórios dos jogadores na I Liga permite constatar que há diversos processos de retorno, sendo que em muitas situações esse regresso ao país de origem aconteceu em mais do que uma ocasião: o número de futebolistas estrangeiros que retornaram ao respetivo país é de 396, correspondendo a 45,7%; os futebolistas portugueses que depois de terem emigrado regressaram a Portugal são 94, o que significa que metade destes jogadores retornou; e ainda que não configure um processo de retorno ao país de origem, pode afirmar-se que 99 de futebolistas estrangeiros, ou seja 14,6%, depois de saírem de Portugal regressaram a clubes portugueses.

Relativamente à duração dos percursos migratórios verificam-se situações muito díspares: 37 jogadores migrantes estiveram apenas meio ano fora do país e em contrapartida há um jogador que mantém um percurso migratório há 19 anos. Agrupando os jogadores em função da duração dos percursos migratórios (Quadro 7.1), verifica-se que a maioria dura entre 1 a 4 anos, sendo essa situação mais evidente no caso do tempo de permanência dos jogadores estrangeiros em Portugal.

Quadro 7.1
Duração dos processos migratórios dos futebolistas da I Liga

	Tempo de permanência no estrangeiro		Tempo de permanência em Portugal		Tempo de permanência dos portugueses no estrangeiro	
	nº	%	nº	%	nº	%
Até um ano	161	18,6	196	29,0	78	41,3
De 1 a 4 anos	380	43,9	332	49,0	81	42,9
De 5 a 10 anos	279	32,2	133	19,6	29	15,3
Mais de 5 anos	46	5,3	16	2,4	1	0,5
Total	866	100	677	100	189	100

Fonte: elaborado pelo autor

A duração do percurso migratório é mais prolongada para os jogadores estrangeiros em Portugal do que para os portugueses no estrangeiro, o que acaba por ser natural tendo em consideração que estes dados têm como unidade de análise o futebol

português, e se os jogadores portugueses com experiências migratórias retornaram ao país, é sinónimo de que não tenham permanecido por muito tempo no estrangeiro.

Na síntese tipológica dos atletas migrantes é identificada a categoria do *colono*, ou seja o atleta que emigra para um destino e aí permanece por um período superior a quatro anos. Ilações sobre esta categoria só podem ser retiradas relativamente ao tempo de permanência dos jogadores estrangeiros em Portugal, na medida em que os portugueses no estrangeiro podem ter estado em mais do que um país. Assim, considera-se que os *colonos* do futebol português são aqueles que estão em Portugal há mais de quatro anos, mais concretamente 149 jogadores.

Relativamente à mobilidade espacial, desde logo se afirma que esta é uma profissão de elevada “rotatividade”. Como já se assinalou, 75% dos jogadores está ou esteve envolvido em processos migratórios, já para não referir a mobilidade interna que os jogadores têm quando são transferidos entre clubes de um mesmo país. No entanto, o registo dos 866 jogadores migrantes mostra que a maior parte tem uma experiência que reporta a um ou dois países. Assim, dos estrangeiros em Portugal, 290 (42,8%) tem apenas Portugal como destino, 221 (32,6%), para além de Portugal, estiveram noutra país, dos restantes, 91 (13,4%) estiveram em três países, e 75 (11,1%) estiveram em quatro ou mais países, em ambos os casos incluindo Portugal. Entre estes jogadores, embora com reduzida expressão, há autênticos *globetrotters*, nomeadamente um jogador que já jogou em dez países e dois em nove países. Quanto aos portugueses no estrangeiro, verifica-se uma situação relativamente idêntica, ou seja: 128 (67,7%) dos jogadores estiveram apenas emigrado num país, 35 (18,5%) em dois países e 26 (13,8%) em três ou mais países, sendo que um deles passou por clubes de cinco países.

Tendo em consideração a elevada mobilidade dos jogadores, seguindo percursos por vezes inusitados de sucessivas saídas e retornos, as tipologias que sobre eles se façam não podem ser rígidas. Por isso, este exercício de categorização do percurso migratório de futebolistas é necessariamente limitado, na medida em que a realidade é sempre mais complexa do que os esquemas que sobre ela se possam elaborar.

7.2. A condição migrante dos jogadores de futebol em Portugal

O migrante define-se, por referência, a um conjunto de aspetos que, conjugados, determinam o seu perfil. Esses aspetos derivam do entendimento do que são as

migrações.¹² Assim, migrantes serão todos os indivíduos que por motivos laborais, mudam de residência, deslocando-se no espaço, percorrendo distâncias variáveis, e permanecendo por períodos que vão de longos anos a permanências mínimas. Se essa deslocação implicar a transposição de fronteiras entre países, os migrantes são considerados internacionais. Se regressarem ao fim de um tempo mínimo, são considerados migrantes temporários e, pelo contrário, se apenas o fizerem ao fim de muito tempo, são migrantes permanentes. Se a transposição das fronteiras for autorizada, são ainda migrantes legais, senão são clandestinos ou ilegais. Esta mobilidade que acontece no espaço e no tempo, deverá ter consequências nos contextos de sociabilidade e no estatuto social do migrante, implicando alterações na sua condição de cidadão (Jackson, 1991; Peixoto, 1998; Baganha, 2001).

Os futebolistas que se transferem em função de um contrato de trabalho para um clube estrangeiro, para aí exercerem a sua atividade profissional, são migrantes. São migrantes porque, por motivos laborais, se deslocam para outro país, por um determinado período de tempo. A sua permanência no estrangeiro pode ter a vigência do contrato de trabalho, o qual tem, no mínimo, a duração de um ano, podendo no entanto ser inferior na eventualidade de ter sido efetuado a meio de uma época desportiva. Mas o jogador pode também não ter sido contratado, mas apenas “emprestado”, o que significa que o clube com o qual tem contrato cedeu temporariamente os seus direitos desportivos a um clube estrangeiro, estando a sua permanência nesse país dependente dos termos do acordo estabelecido. Estando migrado, o jogador pode ficar sempre no mesmo clube, mudar de clube dentro do mesmo país, mudar de país, ou retornar ao país de origem.

Enquanto migrantes, os futebolistas profissionais são legais. A sua transferência internacional tem dois processos regulamentares que decorrem em paralelo: um processo exigido pelas federações nacionais e internacionais, em que a inscrição do jogador deve ser acompanhada de um passe internacional, ou seja, um documento que atesta a sua desvinculação de um clube num país, permitindo a sua inscrição noutra país diferente; um processo legal, determinado pelo país de destino, em que caso o jogador não seja cidadão comunitário, deverá ser acompanhado de um visto e demais exigências de legalização.

¹² A este propósito ver o ponto 1.2. do capítulo I.

A condição migrante dos futebolistas é ainda determinada pela situação na profissão e pelo setor de atividade em que laboram. Os futebolistas são trabalhadores por conta de outrem ao abrigo de uma atividade económica particular.¹³ Nesta atividade, os clubes são empresas, que através dos seus trabalhadores, treinadores e jogadores, produzem conteúdos, os jogos, para serem consumidos ao vivo ou através de meios audiovisuais, gerando-se também, a partir daí produtos de marketing. Os outros clubes, sendo adversários, são entidades com as quais se trabalha em conjunto para que aconteça a produção de jogos. Os adeptos são clientes que aderem a este negócio de forma emocionada (Soriano, 2010: 22). Assim, sendo um negócio, não é idêntico aos outros, como sublinham dois dirigentes desportivos em entrevista para este trabalho:

De todo. Isto não é como semear batatas, no fim colher o produto e depois tentar escoá-lo. Aqui há uma série de condicionantes e de variáveis que interferem no negócio em si. O desempenho desportivo, a bola que bate na trave e entra ou não. É um negócio em que nem sempre os resultados são fruto da competência e qualidade do trabalho que é feito. Ou seja, não tem que haver uma ligação direta entre a qualidade do trabalho e o resultado final. (António Abraços, diretor desportivo, 4:35).

Esta atividade tem uma característica muito própria, que muitas das vezes extravasa a racionalidade das decisões que são tomadas. Há um lado emotivo, um lado de paixão, que muitas das vezes faz tomar algumas decisões que, numa melhor ponderação e numa maior racionalidade, não as tomaríamos noutros sectores de atividade (Carlos Sousa, dirigente, 1:38).

A especificidade desta atividade económica contribui para que os jogadores, sendo trabalhadores, o sejam de forma distinta, já que combinam essa dimensão económica com a lúdica. Assim, da mesma forma que o futebol, antes de qualquer outra dimensão é inicialmente assumido como um jogo e só posteriormente como atividade económica, também os futebolistas, apesar da sua condição de profissionais, são considerados em primeira instância como jogadores. Nessa condição, são os elementos fulcrais da atividade, sem os quais não há jogo. Encarados primeiramente como jogadores, remete-se para segundo plano a sua condição laboral, ou seja, a dimensão sujeita a leis de compra e venda da sua força de trabalho em troca de um salário. Sobre isto, são elucidativos os seguintes excertos de entrevistas a dirigentes desportivos.

São os artistas. Eu não gosto de lhes chamar trabalhadores, apesar de eles trabalharem muito. São os *prima donna*, os artistas, e têm que ser

¹³ De acordo com a classificação portuguesa das atividades económicas, o futebol sendo uma atividade desportiva, pertence ao grupo das “atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas”.

tratados como tal. São eles que nos proporcionam o espectáculo, o futebol. Sem eles não há nada disso. Apesar de andar muita gente no futebol à procura de protagonismo, e de vender a sua imagem, mas os verdadeiros artistas são só eles. [...] Mesmo quando o espectáculo não é atrativo, são eles os artistas. Isto é como o teatro, há bons e maus atores. No futebol é igual, há bons e maus jogadores. Os bons jogadores também têm maus dias, e os maus jogadores também têm bons dias (Edgar Fava, diretor desportivo, 3:23).

Todos são jogadores. Alguns deles fazem dessa actividade a sua profissão. Mesmo neste caso, são trabalhadores especiais dadas as vicissitudes de uma carreira curta, de desgaste rápido, onde a pressão é enorme e a concorrência para chegar aos poucos lugares de elite é muito grande (André Pinto, dirigente desportivo).

A conjugação da especificidade da atividade económica com o exercício da profissão contribui, para que os futebolistas, quando migram não sejam imediatamente percecionados como migrantes.

7.2.1. Os jogadores como “ativos” que migram

Inerente à profissão de futebolista está a sua mobilidade entre clubes e países. Esta não é uma novidade, pois desde que o futebol se constituiu como um desporto, ainda no século XIX, que os jogadores mudaram de clubes em função de várias motivações, das quais se destacam as desportivas e financeiras. As transformações recentes na organização da modalidade acentuaram ainda mais essa mobilidade.

Hoje os jogadores tornaram-se nómadas. Deixaram de ser sedentários. Os jogadores antigamente jogavam 8, 10 anos no mesmo clube. Hoje são casos raros. Eu acho graça às vezes os jogadores marcarem um golo, ou coisa do género, e fazerem o gesto de beijar o emblema do clube e, 7 meses depois, estão num outro clube qualquer. Mas isso faz parte das novas regras do jogo (Pedro Pina, treinador, 17:35).

A terminologia para assinalar estes processos de mobilidade englobam ações de “compra” e “venda” de jogadores. Quando um futebolista assina contratado por um clube, é “comprado”, e quando se transfere para outro clube, é “vendido”. A comunicação social, os adeptos, os próprios agentes desportivos, referem-se ao processo de transferência de jogadores nesses termos, quase como se de uma mercadoria se tratasse. Por outro lado, os elevados valores envolvidos nos processos de transferências, acentuam essa imagem dos jogadores como objetos transacionáveis. Sobre isto, porém, quem se encontra vinculado à prática do futebol, nem sempre concorda com esta associação que refere o jogador como mercadoria.

Não concordo que o jogador seja uma mercadoria, mas reconheço ser essa a ideia que muitas vezes passa para o cidadão comum, para o adepto em geral. Que o jogador é um bem transacionável e que está na dependência da lei da oferta e da procura (João Marinhos, dirigente sindical, 9:20).

[...] é uma questão de semântica que está desajustada da realidade. Os jogadores não são, nem pouco mais ou menos, uma mercadoria. Aquilo que normalmente se designa, “eu vou vender este jogador” ou “vou comprar aquele jogador”, é a aquisição do direito de utilizar os jogadores. Portanto, esta é a verdadeira aceção dos valores que muitas vezes são justificados para as respetivas transferências. Basicamente, aquilo que o clube está a fazer é comprar o direito de utilizar o jogador em seu próprio benefício. Por outro lado, o clube que está a vender está a ceder esse direito a outro clube (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 5:06).

Para muitos, o futebol, é apenas um contexto peculiar, condição de excecionalidade essa que deve ser tida em consideração em qualquer análise que sobre ele incida.

O futebol tem um conjunto de regras próprias, que não existem em mais nenhuma atividade. Tem um léxico próprio. Quando vemos uma bancada inteira a chamar gatuno ao árbitro, não tem o mesmo sentido pejorativo de quando numa outra profissão se chama gatuno a uma pessoa. Tem a sua própria autorregulação. O que eu vejo é que se utiliza para os jogadores o “comprou” e “vendeu”, mas não se utiliza a mesma expressão para o gestor que está na multinacional “A” que passa para a “B”. É um léxico próprio que se utiliza no futebol. Noutras atividades também se verificam estas trocas de profissionais, mas não com esta carga algo pejorativa de comprar e vender. Comprar e vender é a referência à transação dos passes dos jogadores. Não sou assim tão radical que entenda que no futebol há a “coisificação” do humano (Paulo Figueiredo, adepto, 24:50).

De acordo com perspetivas como esta, os jogadores não são transacionados, o que é comprado e vendido são os passes dos jogadores, ou seja, os seus direitos desportivos. No entanto, e uma vez que os direitos não são dissociados da dimensão humana, e o facto de a força de trabalho ser inerente ao indivíduo que a detém, a recusa em assumir o jogador como uma entidade transacionável não fica suficientemente esclarecida.

Eu não gosto de tratá-los como mercadorias, mas eles são o objeto do negócio. São os artistas. E quando há negócio é normal que eles sejam assim encarados. Mas são pessoas, são seres humanos. Para a imprensa talvez sim, e para o leigo que está fora do futebol talvez sim. Para quem está com eles todos os dias, sabe perfeitamente que eles não são uma mercadoria. São um objeto de negócio, mas todos nós o somos hoje em dia. Não são só os jogadores de futebol. Há transações

a nível administrativo, em grandes empresas. Os bons publicitários também são transacionados dentro das grandes agências, nos bancos é igual. Só que o mediatismo é menor. [...] Pelo negócio, pelo dinheiro, pelo sucesso, os clubes trocam jogadores como as empresas trocam funcionários. As empresas crescem e os clubes crescem, têm que se redimensionar. Mas para nós não são uma mercadoria. São os nossos artistas (Edgar Fava, diretor desportivo, 4:49).

Considerados como “artistas”, os jogadores são os profissionais que dinamizam o negócio do futebol, na medida em que, como já foi referido, sem eles não há jogo. E nesse sentido, os jogadores podem ser comparados aos gestores, ou outros profissionais altamente qualificados, que circulam entre empresas. No entanto, a perspetiva que os clubes têm sobre os seus profissionais, não se reduz apenas a considerá-los como “artistas”, ou como alguém que exerce uma profissão, mas também como uma entidade que, sendo valorizada, se constitui como um “ativo” que pode ser negociado.

Se quisermos ser básicos na análise, são mercadoria. Mas acho que é completamente errado olhar para um jogador de futebol como mercadoria. Eu chamar-lhe-ia, e até pela sociedade em que vivemos hoje, ativos. Um ativo é algo que qualquer sociedade, qualquer empresa gosta de rentabilizar (Paulo Figueiredo, adepto, 10:07).

Não é como uma batata que semeamos para depois vender. Um jogador que nós contratamos, é no sentido de que ele possa ter um crescimento desportivo, e que possa vir a dar uma margem financeira ao clube. Temos que ver que o fenómeno como está hoje em Portugal, e excluindo os 4 ou 5 clubes, os clubes não têm grande capacidade para obter receitas de *merchandising* e de cotização, e ter estádios cheios. Ou seja, as receitas extraordinárias que conseguem obter passam pela venda de jogadores, ou a venda dos ativos do clube. É por aí que de alguma forma o jogador poderá ser visto como uma mercadoria (António Abraços, diretor desportivo, 8: 28).

Mercadoria é uma palavra demasiado forte para ser usada. Mas não podemos ser hipócritas, e pensar que o futebol é o que era há cinquenta anos atrás. Não é! O futebol é um negócio que gera e movimenta muito dinheiro e há muitos interesses instalados. Mas o jogador não se pode sentir como uma mercadoria, porque o que ele auferem em termos salariais é bastante elevado (Rui Vieira, agente de jogadores e ex-futebolista, 31: 39).

A posição politicamente correta por parte dos atores desportivos leva a que se recuse a ideia do “jogador mercadoria”, argumentando que o objeto de negócio num processo de transferência é o passe do jogador e a sua força de trabalho, e nunca o atleta propriamente dito. Tenta respeitar-se a dimensão humana do jogador, porque nenhuma transação é feita sem o seu consentimento e concordância. Reforça-se que o que sucede no futebol não é uma situação específica, pois noutros ramos de atividade sucede o

mesmo. No entanto, constata-se que os clubes contratam jogadores com uma dupla intenção: rentabilizar desportivamente o desempenho do jogador em proveito do clube e rentabilizar financeiramente o jogador para que numa futura transferência o clube possa auferir um valor superior ao que despendeu pela sua contratação. Desta forma, tenta-se que os jogadores não sejam tratados como “mercadoria”, mas como “objeto de negócio”, sem que no entanto fique claro o que distingue as duas situações.

Isso é uma coisa de termos. As palavras têm muitos sentidos. Eu não tenho problemas com isso. Tem tudo a ver com o negócio. Para mim é a lei do mercado. Mas nós não somos animais ou produtos. São os contextos que condicionam os termos (Habib N'Doy, futebolista, 19:33).

7.2.2. Os jogadores como migrantes de “luxo”

Ser futebolista profissional é ser um trabalhador altamente qualificado. Pelo facto de ser uma profissão para a qual é necessário haver uma formação prévia, muito precoce, pelas muitas horas de preparação que são exigidas, pelas competências técnicas e táticas que o atleta têm de ter, a sua condição profissional é, de certa forma, especial. A utilização da categoria de “migrante” para designar os jogadores de futebol transferidos entre países não pode ser feita por aproximação aos migrantes gerais e indiferenciados, que ao emigrarem, muitas vezes, são direcionados para segmentos secundários do mercado de trabalho, caracterizados por baixas remunerações e precariedade profissional. Os futebolistas profissionais, na sua condição de migrantes, equiparam-se a trabalhadores altamente qualificados, inserindo-se no segmento primário do mercado trabalho dos países de destino, à semelhança dos intelectuais, engenheiros, profissionais da saúde, entre outros (Rial, 2006: 164). A este propósito, um dos entrevistados assume essa segmentação de forma clara.

Eu fui para Londres em dezembro. O meu filho tinha acabado de nascer em outubro. Eu meti-me num avião e quando lá cheguei comecei a fazer montes de exigências. Só quando lá cheguei é que me apercebi o que tinha feito, “então eu acabei de ser pai, tenho necessidade disto?”. Fiz algumas exigências extras e eles concordaram com tudo. Tive uma facilidade muito grande. Jogávamos ao sábado, apanhava um avião e à hora de jantar já estava no Porto. Ficava domingo, segunda, e ia na terça-feira. Treinava na quarta, quinta, sexta, jogava ao sábado, e vinha. Tive a felicidade de estar num clube que percebeu o meu drama e que me deu esta facilidade de poder vir. Quando eu não podia, ia a minha mulher ter comigo. Quase passava mais tempo em casa, estando em Londres, do que quando jogava no

Porto. Mas essa foi uma experiência boa, uma cidade fantástica, num clube fantástico, sendo uma coisa familiar (João Paulo, treinador, ex-futebolista, 27:55).

[...] Os futebolistas são emigrantes de luxo. Eu acho que o jogador de futebol até está acima desses emigrantes que fazem parte de empresas e tal. Para mim, quando me falam num emigrante, é sinónimo de dificuldades, de sacrifícios. O jogador de futebol não faz. Viaja em executiva, vai a família. O jogador de futebol também emigra para melhorar a qualidade de vida, mas não abdica de nada, antes pelo contrário. Eu sei o que digo, porque convivi com muitos. Estágios na Suíça, no Luxemburgo, na Alemanha, e encontrava-os aí. Sei o que são as dificuldades de um emigrante. É completamente diferente de um jogador de futebol, regras geral. Se calhar, os que vão para o Chipre não é assim (João Paulo, treinador, ex-futebolista, 32:25).

[...] Nada a ver. Eu acho que não me senti como emigrante. Fui muitas vezes jogar a França, Luxemburgo, e conseguíamos ter uma relação muito próxima com emigrantes. Em Inglaterra convivi com alguns emigrantes, na Bélgica também. Conheço essa realidade. Mas acho que o jogador de futebol não se pode considerar como um emigrante. Aquilo que é a verdadeira essência do emigrante, que vai trabalhar, e não vai jantar fora porque tem que amealhar, e nas férias não vem de avião mas de autocarro para poupar... até parece mal considerar-me um emigrante quando comparo com os sacrifícios que os emigrantes fazem quando estão fora do país. Quando cheguei à Bélgica a primeira coisa que fiz foi pôr uma parabólica, estava lá como se estivesse na minha casa em Portugal, não tinha as dificuldades que a maior parte dos emigrantes tem (João Paulo, treinador, ex-jogador, 33:53).

[...] De forma geral, um jogador que vai para fora, que vai para a Roménia, por exemplo, fica a onde? Fica num hotel! Um emigrante quando vai para o estrangeiro fica a onde? O que vai para as obras fica num contentor. O jogador de futebol vai de executiva, o que vai para as obras vai de autocarro. Há diferenças que são gritantes (João Paulo, treinador e ex-jogador, 38:08).

São emigrantes com mais facilidade em obter as coisas e se integrar na sociedade, do que um emigrante que vá para fazer outras funções, principalmente aquelas menos qualificadas. Os jogadores, mesmo aqueles que vão para a Bulgária, vão para clubes de cidades, são clubes de primeiras ligas, mais ou menos importantes nos seus países. O facto de ser jogador de futebol no clube da cidade abre-lhes logo uma série de portas. Mesmo o jogador que não vá com grande ordenado, normalmente tem uma boa casa. Dos jogadores que eu represento, o que está pior, está numa belíssima casa, com televisão com canais portugueses, tem carro (Artur Fernandes, agente de jogadores, 41:18)

São emigrantes que têm qualidade de vida no sítio onde estão inseridos. Obviamente há problemas com barreiras linguísticas, cultura, mas é assim mesmo [...]. Muitas vezes ligam-me a chorar. Aí

eu sou obrigado a dizer-lhes a verdade. Eles são privilegiados relativamente aos outros emigrantes, vão de certeza ter melhores condições que têm aqui e vão fazer aquilo que gostam. “Vais continuar a fazer aquilo que mais gostas fora do teu país, porque no teu país não tinhas oportunidade de o fazer. Vais ganhar mais dinheiro do que ganhas no teu país. Com privilégios que a maior parte dos emigrantes não têm”. (Artur Fernandes, agente de jogadores, 1:16:37).

Eu senti-me claramente emigrante quando estive a trabalhar fora, e é o que eles se sentem [...]. Eu sentia-me um emigrante de luxo. O futebol é um mundo à parte, mesmo em termos dos vencimentos é um mundo à parte. E nós sentimo-nos emigrantes de luxo, porque as pessoas conhecem-nos, as pessoas apaparam-nos, gostam de nós. E para além disso, somos pagamos e bem pagos por aquilo que gostamos de fazer. Quando se chega ao estrangeiro está tudo resolvido (Francisco Velhinho, treinador, 33:37).

Os futebolistas são, assim, “migrantes de luxo” que se hospedam em hotéis com todas as regalias que os demais imigrantes não têm. Podem facilmente regressar ao país de origem, estar com a família, ou fazerem-se acompanhar por familiares. Ficam instalados em hotéis, com acesso a recursos diversificados, e não têm qualquer problema ou preocupação adicional com o seu quotidiano no país de destino. Todos os trâmites legais relativos à regularização num país estrangeiros são tratados pelos clubes, pelo que não têm que passar pelas mesmas dificuldades legais e sociais que passam a generalidade dos migrantes. Esta situação contribui para que a assunção da condição migrante não seja imediata.

Não me sinto assim, como um emigrante. Nunca tive problemas de visto. Trataram-me de tudo. O jogador de futebol não é um emigrante como os emigrantes (Kalidou Sow, futebolista, 17:13).

Em particular para os futebolistas provenientes de países não comunitários, nomeadamente africanos, as condições, comodidades, e essencialmente as facilidades legais de entrada, impede-os de se sentirem como migrantes. Quando um jogador refere que não se sente migrante porque não teve problemas com o visto, tal condição é tomada por referência às dificuldades que compatriotas seus enfrentam para deixar o país. Por outro lado, quem é proveniente de países europeus, refere que não se sente migrante, mas sim estrangeiro. Assumem uma condição particular de alguém que é de fora, que está presente numa sociedade, mas que não lhe pertence.

Para mim o futebol é sempre o mesmo. Tu fazes isso todos os dias. Fazes o teu trabalho, o teu treino, os teus jogos. É tudo igual em todo o lado. Na Alemanha eram mais profissionais, mas é sempre a mesma coisa. Agora o país, as pessoas, a língua, isso é diferente e mais difícil

[...], por isso nunca me senti imigrante. Imigrante não, mas estrangeiro. Estou num outro país e queria-me adaptar o mais rápido possível a tudo: à língua, às pessoas, à comida, ao clima, à cultura. Vim para outro país e tentei-me adaptar rapidamente (Hans Polster, futebolista, 27:11).

Em casos como o anterior, o jogador desenvolve o seu trabalho em Portugal da mesma forma que o faria no país de origem, ou noutra país qualquer. Treina e joga, de acordo com uma linguagem universal do futebol e não estabelece distinções em função do espaço, por consequência, não se identifica com a condição de emigrante. A diferença substancial está no contexto social envolvente, e na tentativa de uma rápida adaptação.

No entanto, nem todos os futebolistas se encontram em igualdade de circunstâncias. Nem todos são ídolos ou auferem salários milionários e, apesar de terem um estatuto especial que resulta da atividade que exercem, confrontam-se com um quotidiano que tem aspetos em comum com o contingente geral das migrações.

São imigrantes iguais aos outros. Se calhar é melhor ser imigrante jogando no Porto, Benfica ou Sporting, do que jogando aqui no clube. Imigrantes são claramente, e a lei portuguesa olha-os como tal. Precisam de um visto de trabalho tal como os outros. Nem todos os emigrantes do futebol ganham 500 mil euros por ano. Há aqueles que auferem 50 mil e menos [...]. Aqui, os jogadores vão à mesma igreja onde vai o pedreiro da terra deles. Têm saudades como os outros e tudo isso. O apoio é que provavelmente difere dos outros imigrantes. Mas aí está, ele é um artista, ele é o nosso artista. Se o Miguel Fallabela, ou o Roberto Carlos, ou a Daniela Mercury vierem a Portugal, também vão ter um apoio diferente do apoio dado ao Sr. Narbal que me faz o pão que eu como todos os dias ao almoço. É um apoio diferente, porque as condições são diferentes. São artistas e têm que ser tratados como artistas (Edgar Fava, diretor desportivo, 37:10).

Eu não acho que tenha facilidade, porque como qualquer outro, para obterem um visto têm que ter um vínculo profissional. Aliás, qualquer jogador que vem, eu na véspera, envio uma carta para o SEF a afirmar que o jogador que vem, e é para assinar contrato com clube, e que durante 30 dias eu sou responsável pela sua alimentação. No momento em que ele abandona o país, eu informo o SEF que tal acontece. A esse nível já não é tão fácil assim como já foi. Ainda há pouco tempo eu queria ter cá 4 jogadores malianos para fazerem um período experimental e estive 6 meses à espera de visto. Cancelei, não valia a pena. A própria embaixada entrou em contacto comigo e eu disse que já não valia a pena porque a janela de inscrição já fechou e por isso já não tem interesse (António Abraços, diretor desportivo, 56:59).

A mobilidade migratória não se reduz apenas à transposição de fronteiras administrativas durante um determinado período de tempo. Essa transposição implica

sempre uma alteração do quotidiano, com quebras de vínculos sociais e a constituição de novos. Ou seja, para que as migrações o sejam efetivamente, têm que ter consequências pessoais e sociais (Jackson, 1991: 5). Os privilégios que acompanham a mobilidade dos jogadores não conseguem atenuar as implicações que as transferências têm nas alterações de relacionamento.

No início eu sentia-me imigrante. Tinha saudades. Estava sempre à espera que a época acabasse para ir logo para o meu país, para estar com os meus pais, irmãos e amigos. Mas agora que casei aqui com uma portuguesa, que tenho um filho aqui, já não tenho pressa de ir. Mesmo nas férias, vou no início ao Senegal para ver a minha família, e depois volto (Habib N'Doy, futebolista, 26:38).

Em Inglaterra, os primeiros 6 meses foram difíceis. Mais pelo clima. Em Inglaterra senti que as pessoas viviam de uma forma pouco limitada, sem vida social. Em Espanha nós acabávamos o treino, almoçávamos todos, íamos para uma esplanada. Em Inglaterra não. Treinávamos de manhã e depois cada um ia para sua casa. Às 3 horas da tarde era de noite. Era uma vida direcionada apenas para o futebol e casa. Senti alguma dificuldade em ser feliz. Senti-me realizado em termos profissionais, mas a vida social ficava aquém. Na altura tinha casado, estava só com a minha esposa. Depois fizemos amigos e começámos a ter vida social (Rui Vieira, agente de jogadores e ex-futebolista, 22:02).

Quando és jogador, tens os colegas de equipa. E nessa altura tive alguns jogadores, como o NP, que joga agora no Olhanense, que me ajudou imenso. Íamos jantar, sair. Ele falava inglês comigo, e foi bom para conhecer outras pessoas (Hans Polster, futebolista, 10:43).

Designados como “artistas”, *prima donnas*, “trabalhadores especiais”, “bens transacionáveis”, “ativos”, “objetos de negócio”, a forma como cada jogador se concebe ou não como migrante está relacionada com o estatuto que adquiriu como futebolista. Os jogadores que são *celebridades superstar*, ou *nómadas cosmopolitas*, encontram-se em circunstâncias em que a condição migrante surge muito difusa: os primeiros porque são atletas globais, para os quais as fronteiras administrativas pouco representam; os segundos porque se encontram em permanente itinerância, com uma elevada mobilidade entre países, pelo que a ultrapassagem de fronteiras se torna banal. Os restantes jogadores, independentemente de serem mais ou menos *mercenários* ou *colonos*, têm maior probabilidade de se aperceberem da sua condição migrante. Provavelmente, quanto menor for a relevância do jogador, ou a importância do clube pelo qual é contratado, e ainda o país para o qual migra, mais acentuadas serão as circunstâncias que permitem aos futebolistas afirmarem ou não a sua condição migrante.

7.3. Fluxos de entrada e saída de jogadores

Como foi referido no início deste capítulo, o futebol português é densamente preenchido por jogadores migrantes. Entre 2007/08 e 2011/12, 58,9% dos jogadores eram de outra nacionalidade, o que converte Portugal num dos países com maior número de jogadores estrangeiros a integrar os clubes que participam na I Liga. Esta não é uma circunstância exclusiva do futebol nacional, na medida em que, apesar de variações de intensidade, se verificam situações idênticas noutros países. Para além disso os jogadores portugueses alimentam também trajetórias migratórias. No período considerado, dos 473 jogadores portugueses da I Liga, 39,9% já tinha tido experiências migratórias, e em 2010/11 o número de portugueses no estrangeiro rondava os 274. Em termos migratório, o futebol nacional surge assim com uma dupla face: os estrangeiros que chegam, os portugueses que partem. Sendo esta uma circunstância que já não é comum a outros países.

O último relatório da FIFA (2013: 21) relativo às transferências internacionais ocorridas em 2012¹⁴ mostra que alguns dos país com mais entradas de jogadores, são também países com muitas saídas. Entre esses países está Portugal, com 287 entradas de jogadores e 400 saídas. A maior parte dos países dessas listas, nomeadamente o Brasil e a Argentina, são fundamentalmente países exportadores, sendo o volume de entradas relativo ao retorno dos jogadores aos respetivos países. Pelo contrário, Inglaterra ou Alemanha, são quase exclusivamente países importadores, sendo o volume de saídas referente aos jogadores estrangeiros que se transferem para outros países ou regressam aos seus países. Os dados do PFPO (2012) corroboram esta interpretação, mostrando precisamente que são muito poucos os ingleses, alemães ou italianos migrados noutros campeonatos, sendo, em contrapartida, dos países de onde mais saem jogadores para retornar aos respetivos países. O futebol português é, a par do francês, aquele em que um número significativo dos jogadores que entram são estrangeiros, e não apenas portugueses que retornam, ao mesmo tempo que o número de saídas, para além de ser composto por estrangeiros que retornam aos respetivos países, é também composto por portugueses que saem para o estrangeiro.

Uma situação de entrada e saída de migrantes com perfis relativamente idênticos e que se inserem, quer na origem, quer no destino, em segmentos iguais do mercado de

¹⁴ Ponto 5.2. do capítulo V

trabalho, constitui uma anomalia teórica (Baganha, 2001: 142). Também o futebol português, apesar das suas especificidades é, neste campo das migrações, uma entidade teoricamente anómala, desde logo na forma como se conjugam em simultâneo fatores *push* e *pull*.

A análise dos fenómenos migratórios através de forças de atracção e repulsão tem origem nos trabalhos de Ravenstein, e prolongam-se ao longo do século XX através da teoria neoclássica das migrações. Assinalam as discrepâncias ao nível económico e social entre os lugares de origem e de destino, com os primeiros a “empurrarem” os indivíduos para fora do país, e os segundos a atraí-los.

7.3.1. Fatores que atraem os futebolistas estrangeiros

No futebol português, os fatores de atracção começaram por ser mais importantes do que os de repulsão. Desde os anos 50 do século passado que os futebolistas estrangeiros chegam com regularidade a Portugal, sendo que a massificação deste fluxo aconteceu ainda antes dos fluxos de saída de jogadores portugueses.

Na atualidade, e em função dos argumentos invocados pelos entrevistados, são duas as grandes ordens de razões que atraem os jogadores estrangeiros: a primeira está relacionada com o futebol nacional, e aquilo que representa para esses jogadores; a segunda tem a ver com questões sociais.

Assim, o que o futebol português tem em primeiro lugar para oferecer é a possibilidade dos jogadores estrangeiros integrarem clubes que participam na I liga, significando isto que esses jogadores passam a ter a possibilidade de se exibirem a nível nacional, de participarem em jogos que são televisionados, e por consequência, de poderem ser observados por clubes de outros países.

O principal fator que há para oferecer é uma primeira divisão. Porque os jogadores que vêm, nenhum vem da primeira divisão francesa. Ou seja, são jogadores que vêm de divisões mais baixas e a vinda para Portugal significa poder ser visto e observado. E de alguma forma também, o que se paga em Portugal na primeira divisão, em termos de média, é superior ao que ganha em França no nível do III escalão. Penso que nos últimos anos é também procurar o efeito Sissoko, ou seja um jogador de 20 anos, que era desconhecido, que estava numa equipa de reservas da III Divisão, vem para Portugal e ao fim de 6 meses assina pelo Porto, e ao fim de outros 6 meses é vendido novamente por 15 milhões de euros. Ou seja, muitos jogadores vêm

em busca do sonho (17:28) [...]. Do ponto de vista económico, sim. Um jogador de segundo e terceiro escalão em França vem para cá e é possível cativá-lo do ponto de vista financeiro. Se bem que alguns jogadores até preferem prescindir de algum dinheiro para jogar numa primeira divisão e estar na montra. Porque são 6 jogos televisionados por semana, são grandes estádios, são jogos contra o Benfica, o Porto, o Sporting, o Braga. Ou seja, por vezes pode haver o abdicar de uma parte financeira no sentido desse desafio desportivo (António Abraços, diretor desportivo, 24:37).

O futebol português constitui-se assim como uma montra, através da qual os jogadores estrangeiros se podem exhibir e, eventualmente, transferir para clubes de outros campeonatos mais poderosos. Esse argumento é acentuado por outros entrevistados:

Tive convites de outros países, mas optei por Portugal. Era uma oportunidade de estar num país que abre as portas para outros meios muito grandes. Jogamos com clubes que estão disputando a Champions League e a UEFA, e isso dá uma oportunidade muito grande de ser visto. Mas também pela facilidade do idioma, da alimentação, da adaptação. Para mim, como primeira experiência, está sendo muito bom (Edson Prazeres, futebolista, 7:43).

Eu ganhava melhor na Áustria do que aqui. Mas eu tomei a decisão de vir, porque a Liga portuguesa é mais competitiva, vi melhores oportunidades para depois me transferir para outro clube, e acho que fiz uma boa aposta aqui. É um clube respeitado (Hans Polster, futebolista, 14:55).

Para além das questões desportivas, há as questões sociais. Portugal é visto pelos jogadores estrangeiros como um país tranquilo, não violento, sem discriminações, que recebe bem os que vêm de fora, onde se come bem e o clima é agradável. Estas razões são invocadas pelos entrevistados para justificar a opção por clubes portugueses apesar de confrontados com a possibilidade de irem para outros países.

De uma forma generalizada, aquilo que eu poderia dizer é que o futebol português tem alguns fatores que levam muitos desses jogadores a darem o salto, ou a fazerem a sua amostra no mercado português. Por um lado, é um país relativamente tranquilo, com um nível de vida pacífico, em que a adaptação, até pela hospitalidade, se torna relativamente simples. É um futebol com uma competitividade elevada e apreciada nos campeonatos europeus. Em face destes fatores, e apesar de eventualmente não ganharem aquilo que poderiam ganhar se fossem jogar para a Ucrânia ou para esses países onde eventualmente pagam muito mais, optam por vir para Portugal (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 20:20).

Na altura tive três convites: Bulgária, França e Portugal. Na Bulgária era 1ª divisão, na França II Divisão, e Portugal I Divisão. Então disse:

“prefiro ir para Portugal jogar na I Divisão do que ir para França para a II”. Mas se nessa altura tivesse um clube da primeira divisão francesa, eu ia para lá. Para a Bulgária não, porque a temperatura é mais fria. Na altura, Portugal estava a organizar o Euro 2004 e comecei-me a interessar em vir para aqui (Habib N´Doy, futebolista, 17:35).

Somos um país de costumes brandos. Sabemos receber, come-se bem, bebe-se bem. Depois, os jogadores fazendo qualquer coisa, podem chamar a atenção dos grandes (António Regadas, agente de jogadores, 34:01).

7.3.2. Fatores que “empurram” os futebolistas portugueses

Na teoria neoclássica, os fatores *push* são aqueles que levam a que os indivíduos deixem os respetivos países e iniciem um percurso migratório. São normalmente fatores associados à precariedade das condições de vida, aos baixos salários e à inexistência de trabalho nos seus países. No âmbito das migrações de futebolistas, estas são também algumas das razões invocadas para que os jogadores portugueses emigrem.

O país de destino é revelador das causas que estão subjacentes à decisão de emigrar. Se a saída ocorrer para clubes de qualquer uma das cinco mais importantes ligas europeias, a decisão de emigrar é o resultado da capacidade de atração que o futebol desses países possui. Não são apenas os jogadores estrangeiros que ambicionam aí jogar, os futebolistas portugueses também têm essa ambição. No entanto, há países como o Chipre, Roménia, Bulgária, Turquia, entre outros, para os quais os jogadores portugueses emigram, não tanto pela capacidade de atração que esses países revelam, mas pela ausência de condições que o futebol português tem para oferecer a esses jogadores.

Se há 10 anos fosse falar com um jogador jovem e lhe perguntasse se ele queria jogar lá fora, ele tremia e era muito complicado. Estou a falar de mercados como o Chipre, Bulgária, Roménia, Turquia. Para outros mercados em Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, esses são outra realidade, e aí qualquer um tem a ambição de jogar. Para os outros mercados nunca iria, e hoje, vão a correr e a saltar (Artur Fernandes, agente de jogadores, 10:20).

Os portugueses que vão para Inglaterra, Espanha, França, Itália ou Alemanha, saem por questões desportivas, competitivas e também por questões financeiras. Mas os que saem para outros campeonatos fazem-no por dois grandes motivos: por motivos laborais, porque não têm trabalho em Portugal; por motivos financeiros, porque os clubes estrangeiros pagam salários mais elevados. Para muitos jogadores, em particular

aqueles que estão a iniciar a carreira profissional, é a conjugação destes dois fatores que motiva a emigração.

Segundo os entrevistados, o motivo para a ausência de trabalho deve-se ao facto dos clubes preterirem os jogadores nacionais em favor dos jogadores estrangeiros, em particular brasileiros. Num mercado de trabalho onde o número de profissionais está limitado à dimensão dos plantéis de 16 entidades empregadoras, a contratação de muitos jogadores estrangeiros reduz, inevitavelmente, as possibilidades de empregabilidade dos jogadores nacionais. A alternativa é encontrar trabalho no estrangeiro.

A razão é que em Portugal está-se a pagar pouco. Os clubes vivem asfixiados com dificuldades económicas e o jogador procura uma saída melhor. Essencialmente, os jogadores jovens não têm oportunidades para aparecer nos clubes portugueses. Importamos muito, temos um excesso de jogadores brasileiros que é uma coisa anormal e isso retira-nos espaço. Muitas vezes é mais fácil dar uma oportunidade ao jogador brasileiro do que a um jogador português, e o português depois, como não tem espaço, é obrigado a seguir a carreira lá fora (Delfim Ribeiro, agente de jogadores, 23:24).

Quando eu digo que vão pela questão financeira, não digo que esses jogadores vão ganhar fortunas, não vão para esses países para resolver a sua vida futura. Isso acontece com os jogadores que vão jogar em grandes campeonatos, aqueles que se ouvem e veem todos os dias na televisão, esses sim. Esses vão ganhar muito dinheiro, e são bons, são dos melhores. Os outros não. A maior parte dos outros vai porque aqui não têm qualquer possibilidade de jogar nos campeonatos profissionais. Há muitos que vão caindo nas divisões inferiores (Artur Fernandes, agente de jogadores, 11:35).

Falta de espaço no futebol português. Claramente, se lhe oferecer menos dinheiro mas um lugar aqui na I Divisão, ele fica cá e não vai para fora. O jogador vai para o Chipre, ou para a Bulgária, ou para a Grécia, por falta de espaço no futebol português, ou porque lhe pagam aquilo que não lhe pagam aqui, mas tem que ser uma diferença grande, porque se for uma diferença pequena ele fica aqui (Edgar Fava, diretor desportivo, 34:38).

Seguem-se as questões financeiras como fatores de repulsão. A argumentação para justificar a migração em função destas questões, baseia-se em diversas circunstâncias. A precariedade do futebol nacional e a sua incapacidade para cumprir os compromissos que os clubes têm para com os jogadores, nomeadamente ao nível salarial.

A primeira circunstância é não terem trabalho e depois o trabalho que se encontra ser precário. Temos clubes falidos que não honram os seus compromissos, que tratam mal os jogadores, que não lhes pagam o

salário atempadamente. Ainda há uma cultura do “quero, posso e mando” (João Marinhas, dirigente sindical, 58:11).

A possibilidade de auferirem um salário maior do que aquele que lhes seria pago se permanecessem em clubes portugueses é um fator de repulsão. Como normalmente os jogadores transitam de clubes de divisões inferiores para clubes que participam em campeonatos nacionais conseguem fazer contratos por valores superiores àqueles que lhes são oferecidos pelos clubes portugueses.

Claramente, é o dinheiro. São jogadores que perceberam que aqui nunca passariam das segundas divisões, ou mesmo que tenham estado na 1ª Liga, estavam numa fase da carreira que iriam para clubes que teriam dificuldade financeira. O clima no Chipre é bom, a vida no Chipre é simpática, e então juntaram o útil ao agradável. Ou seja, aqui a tal perspectiva falência técnica de muitos clubes, o poderem oferecer apenas salários básicos aos jogadores, fizeram com que os jogadores procurassem na Roménia e no Chipre o conforto financeiro. O Simão saiu do Benfica para o Atlético de Madrid porque lhe pagaram mais. O Miguel Veloso saiu do Sporting para o Génova por essa razão. A proposta de trabalho que lhe oferecem é aliciante. Então e o jogador não quer ganhar títulos? Obviamente que quer, mas também sabe que ao 30 e poucos anos, essa capacidade que tem de poder ganhar muito dinheiro também acaba. Ou seja, prefere ganhar menos títulos, mas ganhar 10 ou 20 milhões que lhe permitam depois ter uma estabilidade maior. Hoje joga-se cada vez menos por amor à camisola. [...] O jogador português também vai atrás do seu negócio (Bruno Martins, diretor de comunicação, 33:18).

A possibilidade de terem um salário que lhes permita ter alguma segurança depois de terminarem a profissão é outro dos motivos invocados. Esta é uma profissão intensa, de curta duração, em que a partir dos 35 anos os jogadores começam a aposentar-se. Por isso se ponderam os contratos, não apenas em função da componente desportiva, mas também financeira. Se os clubes portugueses não conseguem responder a essa aspiração dos jogadores, então estes procuram no estrangeiro quem lhes pague o que desejam, sendo que, em alguns casos, esse processo migratório a favor de questões financeiras acabam por prejudicar a componente desportiva.

A carreira de futebolista tem um problema: a duração da carreira. Quanto tempo dura a carreira e quantos anos tem o Bruno Alves? Há oportunidades únicas para ganhar dinheiro. Isto é uma carreira muito curta, e o tempo passa a correr. Isto é a diferença entre o Bruno ser um jogador rico ou um jogador milionário. Há que preparar até aos 30 anos os outros 30 de vida. Eles quando terminam a carreira, eles estão a meio do que é a sua vida como seres humanos. Há que ganhar dinheiro na primeira metade para gastar na segunda. E a carreira de

um jogador a ganhar dinheiro, não são 14 ou 12 anos, são 4 ou cinco no máximo. O Bruno Alves, antes de começar a ganhar dinheiro andou aqui e ali, andou emprestado e agora é que pode ganhar dinheiro. Indo para a Rússia teve uma oportunidade de ganhar dinheiro a sério. Se calhar equacionou “eu vou ficar no Porto, e recebo um ordenado bom, ou vou lá para a Rússia um ano ou dois, ou três, e vou ganhar realmente muito dinheiro”. E tudo isso pesa e faz sentido (Edgar Fava, diretor desportivo, 35:46).

Nós não andamos aqui para dizer que jogámos no clube A, B ou C. Andamos aqui para ganhar dinheiro. Tal como os professores dão aulas para ganhar dinheiro, ou outros funcionários trabalham para ganhar dinheiro para dar estabilidade às suas famílias. Eu não fujo à regra. Nós sabemos que o facto de ir lá para fora poderá ajudar-nos mais, porque o futebol em Portugal está muito complicado (Arnaldo Ventura, futebolista, 8: 54)

7.3.3. A gestão estratégica dos clubes

Os clubes são as entidades empregadoras do universo futebolístico. Contratam jogadores que cumpram determinados requisitos e que tenham perfis específicos, para que se adequem aos seus objetivos, estratégias e interesses. Se um clube se propõe ganhar o campeonato nacional, terá que ter um plantel de jogadores que deem garantias de competitividade e desempenho lhe permita superiorizar-se aos adversários. Para isso são contratados os melhores jogadores. Se esse clube for de uma das *big five* ligas europeias, então os clubes terão que contratar jogadores de qualidade superlativa, na medida em que os adversários têm jogadores de muita qualidade. Pelo contrário, se esse clube for de um país da periferia do futebol europeu, então diminui-se o patamar de qualidade dos jogadores para haver uma adequação ao nível do futebol em causa. A procura desses jogadores é feita predominantemente no mercado interno e quando este não oferece o perfil de jogador desejado, então a procura alarga-se ao mercado global de trabalho desportivo. Esta racionalidade aplica-se a várias escalas consoante o patamar competitivo em que os clubes se encontrem. Assim, os clubes concebem perfis de jogadores que consideram mais adequados às suas pretensões, procurando-os depois no mercado de trabalho.

Pelas questões de adaptação preferimos portugueses. Primeira prioridade: portugueses. Segunda prioridade: europeus. Terceira prioridade: sul-americanos, brasileiros, que estejam já na Europa, adaptados já à alimentação, ao futebol, à tática, aos treinadores, a tudo isso. Só depois é que vêm os brasileiros (Mário Simões, diretor desportivo, 36:45).

Aparece um português em primeiro lugar, sempre. Só que depois há uma série de condicionantes que me obrigam a virar-me para o mercado internacional. E virando-me para o mercado internacional não me interessa se é brasileiro, se é chinês. Aliás, temos um chinês, falar português, toda a gente o adora. Não tenho uma preferência particular pelo jogador brasileiro. Mas o Brasil é um país onde já nascem com uma bola nos pés (Edgar Fava, diretor desportivo, 25:20).

Pode haver questões culturais que interfiram na minha escolha. E cada vez mais, com o passar do tempo, nós vamos vendo também que o perfil de um jogador, com determinadas características culturais, também pode colocar, ou não, determinado tipo de problemas. Vou-lhe dar um exemplo. Eu tinha aqui um jogador magrebino que não comia carne nem peixe sem ser sangrada. Íamos para estágio e ele só comia omeletes. Do ponto de vista do rendimento desportivo, esse tipo de alimentação também tem interferências. Da mesma forma que o jogador que faz o Ramadão. Depois também depende se o jogador tem comportamentos radicais a esse nível cultural e religioso, ou é flexível. Nós nos clubes também nos vamos apercebendo muito mais das coisas. Porque independentemente das situações, ele é um profissional, tem que estar preparado para desempenhar esse tipo de tarefas. A partir do momento em que ele tem comportamentos que vão ter implicações no rendimento dele enquanto profissional, a escolha também tem que ser dele. Os clubes também cada vez mais pensam nisso. Não fazendo disso qualquer factor de exclusão, mas no momento da escolha, se calhar pode interferir (António Abraços, diretor desportivo, 36:05).

Pelas razões invocadas, a preferência dos clubes relativamente ao perfil dos jogadores recai sobre os portugueses. Essa preferência não se prende com questões nacionalistas, mas sim com competências desportivas e adaptação ao contexto no qual decorre o trabalho desportivo. Os jogadores portugueses foram formados no âmbito de uma pretensa cultura técnica e tática de jogo português e, por consequência, serão os intérpretes que mais habilitados estão para integrar o plantel dos clubes nacionais. Por outro lado, esses jogadores também não levantam dificuldades de integração, na medida em que fazem parte do meio que os acolhe. Nesta ordem de preferências, seguem-se os jogadores europeus, ou de outras proveniências que tenham experiência do futebol europeu, e só depois é que estão os jogadores brasileiros.

É mais fácil treinar jogadores portugueses, porque já sabem. A ocupação do espaço por um brasileiro é diferente. Perde-se menos tempos nos aspetos táticos com um português. Já vem educado da formação. Por exemplo, o jogador brasileiro recebe a bola, pára, olha para um lado, olha para outro. É isso que faz no Brasil. Aqui, recebe a bola, olha para um lado, quando olha para o outro já levou ou vai levar. É um ritmo diferente que demora algum tempo a perceber. É

mais veloz, que se dá muito valor à ocupação dos espaços. É quase como um miúdo que vai para a primeira classe, que fez pré-primária e outro que não fez. O professor tem mais dificuldade, mas eles formam-se todos (João Paulo, treinador, 51:28).

Quando chega a hora do jogo a questão da nacionalidade desaparece completamente. É a competência, a perseverança. Não tem nada a ver como facto de ser branco, preto, amarelo, azul, nada (Matias Guerreiro, treinador, 50:57).

Os critérios preferenciais são apenas de ordem desportiva. Mesmo quando se invocam questões religiosas ou culturais, o critério que preside à escolha dos jogadores é o da sua rentabilização desportiva, das suas qualidades como jogador. Se o imperativo é ganhar, então os jogadores são escolhidos em função das suas competências e não em função de questões nacionalistas, étnicas, ou outras.

Importa ter em consideração que não basta aos clubes quererem contratar determinados jogadores, é também fundamental que tenham capacidade para o fazer, e por outro lado que esses mesmos jogadores estejam disponíveis para serem contratados. Se os clubes preferem ter nos seus plantéis jogadores portugueses, então qual a razão para que predominem os jogadores estrangeiros? São vários os motivos apresentados pelos clubes para a não contratação de jogadores portugueses. Desde logo a inexistência de jogadores que apresentem características que correspondam às expectativas dos clubes.

Dou-lhe um exemplo: defesas centrais nascidos em 1991, não havia com qualidade. Era a situação dos sub-18 do Benfica, onde eu estava. Precisava-se de um defesa central e em Portugal não há um defesa central, nascido em 1991, que vá dar garantias de sucesso, ou que tenha sequer hipóteses de vir a ser jogador da primeira equipa do Benfica. Então o que é que se faz? Vai-se à procura fora do país. Vai-se à globalização do futebol (Edgar Fava, diretor desportivo, 13: 33).

Eu dou-lhe um exemplo: hoje de manhã estava aqui na internet a trocar uns comentários com um treinador de guarda-redes e ele lamentava-se que os guarda-redes são todos estrangeiros. Não há guarda-redes portugueses com qualidade para estarem na I Divisão. A verdade é essa! Porque fisicamente, metabolicamente, chamemos-lhe o que quisermos, o português não é grande, não tem mãos grandes, não é ágil. Se calhar somos a melhor escola de extremos do mundo, porque somos mais pequenos, mais magros, rápidos. Ou seja, se você analisar os grandes guarda-redes que estão a brilhar em Portugal, não são portugueses. Tirando o caso do Eduardo que está no Génova, como vê o guarda-redes do Porto é brasileiro. Para mim, o melhor guarda-redes em Portugal é nosso, o E.B., é brasileiro. Se você for a Braga, é o Artur Morais, é brasileiro. Se for ao Marítimo é brasileiro,

se for ao Nacional é brasileiro. Não é que as pessoas queiram. Eu tenho cá o M., tem 20 anos, vai ser um bom guarda-redes, mas não está ainda preparado para ser o guarda-redes titular. Teria que estar se todos nós competíssemos em circunstâncias iguais. Ou seja, se se fizesse como na China ou na Arábia, em que não pode haver guarda-redes estrangeiros. Aí sim, o M. era muito bom. Dentro do nível dos guarda-redes portugueses o meu M. é muito bom. Mas quando os outros clubes começam, para ser mais competitivos, a trazer guarda-redes estrangeiros, nós temos que fazer o mesmo (Edgar Fava, diretor desportivo, 16:17).

Outro argumento apresentado para a não contratação de jogadores portugueses, em particular jogadores jovens, é o seu preço. Dado o pagamento dos direitos de formação, os clubes que contratem jogadores com idade até aos 23 anos são obrigados a pagar uma indemnização a todos os outros que participaram na formação do jogador, segundo uma tabela de equivalências relativa ao tempo de permanência dos mesmos nesses clubes iniciais. Segundo o Regulamento da FPF, essa indemnização só deverá ter lugar se o clube de precedência do jogador tiver manifestado interesse em renovar contrato por um valor remuneratório no mínimo igual ao do ano da cessação.¹⁵ Esta circunstância torna os jovens jogadores portugueses pouco interessantes para eventual contratação.

Penso que isso se deve à lei dos direitos de formação. Todos os jogadores com menos de 23 anos, na assinatura do seu primeiro contrato profissional, o clube que com ele formaliza o contrato é obrigado a pagar direitos de formação aos clubes que esse mesmo atleta representou entre os 12 e os 23 anos. Obviamente, se ele formalizar o contrato com 20 anos, será só entre os 12 e os 20 anos. E esse valor pode chegar aos 100 mil euros. Isso faz com que o jogador, na transição de júnior para sénior, não seja aproveitado pelos clubes, porque são jogadores sem experiência, com pouca maturidade, e que têm um custo financeiro equivalente a 3 salários mínimos. Ou seja, é um jogador que nada provou e que, deste logo, custa ao clube 14 vezes 1500 euros por ano. Isto se o jogador tiver feito a formação toda no clube. Porque senão o tiver feito... Temos aqui um jogador que fez a formação no Moitense, cinco anos no Sporting, 2 anos de júnior na Naval. Eu para formalizar contrato profissional com ele, tinha que ou pagar direitos de formação ao Moitense e ao Sporting, ou chegar a um entendimento com esses clubes no sentido de eles abdicarem dos direitos de formação, para que no futuro pudéssemos ter alguma mais-valia. É esse o grande fator que na minha opinião impede que mais jogadores portugueses fiquem na I Liga (António Abraços, diretor desportivo, 12:08).

¹⁵ Artigo 5º do Regulamento de Provas Oficiais da FPF (2011: 19).

O jogador jovem português é um jogador muito complicado de contratar por causa dos chamados direitos de formação. Um jogador que faz parte da formação num clube, quando assina o contrato profissional, acaba por se tornar muito oneroso para o clube que faz esse contrato (10:36). [...] Eu vou-lhe dar um exemplo: nós temos um jogador jovem que fomos buscar com 18 anos a um clube da 3ª divisão. Fizemos um acordo com esse clube, escrito e assinado pela nossa Direção e pela Direção desse clube, em que se esse jogador fosse vendido o clube teria uma determinada percentagem, que é o caso do L., um jogador que está agora no Trofense. Deparou-se-nos uma queixa do clube com o qual tínhamos tudo assinado, em como o documento não é válido em termos de direitos de formação, e o nosso clube teve que pagar 70 mil euros. O que é que nós dizemos? Até aos 23 anos não contratamos mais ninguém (34:42). [...] Eu falo com presidentes de clubes que me dizem, “eu com menos de 23 anos não contrato mais nenhum jogador português. Nem com acordos firmados, nem sem acordos firmados. Só a partir de 23 anos”. Precisamente para fugir aos chamados direitos de formação. Estamos a falar de 75, 80, 100 mil euros, o que para os clubes portugueses, ao contrário do que as pessoas possam pensar, tirando os 4 ou cinco clubes de topo da classificação, 100 mil euros é muito dinheiro. Aqui o clube, posso-lhe dizer, não consegue contratar um jogador por 100 mil euros. Estamos a falar da compra do passe. Não consegue! Esta é a realidade. Isto para lhe dizer porque é que os clubes portugueses vão ao Brasil com maior facilidade. Essencialmente é esta. É uma questão financeira, e a facilidade com que se contrata um jogador brasileiro ao contrário de um jogador português (Mário Simões, diretor desportivo, 11:41).

O pagamento da formação é um problema. Eu tenho jogadores que saem dos juniores, estão um ano na segunda divisão como amadores. Se querem assinar um contrato com um clube da I ou II liga, os clubes começa logo a pedir muito dinheiro pela formação. E hoje em dia, os clubes portugueses, tirando os 3 grande, mais os Braga ou Guimarães, é muito difícil encontra rum clube a pagar taxas de formação. Só com milagre é que alguém quer pagar essa formação (Carlos Vale, agente de jogadores, 22:29).

Esta circunstância da não contratação de jogadores portugueses jovens acaba por ter consequências nos seus processos emigratórios. Sucede que, se os clubes que formaram os jogadores não fizerem com eles um contrato profissional, os outros clubes das competições profissionais (I e II Ligas), ao contratarem-nos terão que indemnizar o clube formador. Como os clubes profissionais não manifestam interesse nesses jogadores pelas razões que assinalaram, então, eles apenas poderão ser contratados pelos clubes amadores da II ou III divisões, sem pagamentos adicionais de formação. Como estes clubes não têm capacidade para pagar salários elevados, nem para oferecer relevantes ambições desportivas, então os jogadores optam por emigrar para outros campeonatos, onde as suas valências futebolísticas correspondem às ambições dos

clubes que os contratam. Ou seja, o mesmo processo que conduz jogadores estrangeiros, provenientes de clubes de segunda ou terceira categoria, para o campeonato português, é o mesmo processo que conduz jogadores portugueses para outras competições primodivisionárias. Por isso,

Há duas dimensões migratórias: há os jogadores de sucesso; e há os jogadores que não tendo espaço em Portugal procuram no estrangeiro uma alternativa. Assim, da mesma forma, também há dois destinos: os países de sucesso, Inglaterra, Itália, Alemanha, Espanha e França; e os países emergentes, Grécia, Chipre, Roménia, que têm dificuldades, onde há mais problemas que em Portugal (João Marinhas, dirigente sindical, 25:16).

Importa referir que o pagamento de direitos de formação também é devido aquando da contratação de um jogador estrangeiro. A FIFA determinou que deve existir uma “contribuição de solidariedade” que, independentemente do país, deverá ser paga aos clubes que formaram o jogador. No entanto, o valor dessa contribuição é inferior quando comparado com os valores em causa na indemnização pela formação do futebol português. Para além disso, em muitos casos, os clubes portugueses conseguem contratar esses jogadores sem pagar esse mecanismo de solidariedade.

Outro motivo invocado para a não contratação de jogadores portugueses, tem a ver com o facto de serem jogadores significativamente onerosos, em particular quando comparados com outros jogadores numa relação de preço/qualidade

Eu acho que o jogador português é um jogador tendencialmente caro. Não só pelos direitos de formação. Porque um jogador para vir para a I Liga já não vem abaixo de um certo salário [...]. O salário desses jogadores depende, mas por exemplo, um jogador de clubes como a Naval, a União de Leiria, o Paços de Ferreira, o Rio Ave, a Académica, a média dos salários deve andar em volta dos cinco a seis mil euros mensais. Se for os 5 mil euros, são 50 mil ao ano. Porque pagam 10 vezes. Há países onde se paga 12 vezes. Para os clubes portugueses é muito (António Abraços, diretor desportivo, 27:31).

Nesta época fomos contratar um francês, o P., contratámos depois o L., brasileiro. Contratámos o J.P., brasileiro. Contratámos depois o espanhol. Mas sabe porque é que os contratámos? Porque eu não consigo contratar um português. Repare, não havia em Portugal a relação preço/qualidade, que nós entendíamos ser adequada para a o clube. Não há. É pá, você podia dizer, “preferir o J.P. a um jogador ali do Farense!”. Não! A relação preço/qualidade fez com que o jogador fosse a nossa alternativa. Nós até estabelecemos prioridades para os jogadores portugueses, mas não conseguimos. Porque o jogador português não é um jogador barato, porque precisamente em Chipre aparecem clubes. Os empresários têm boas propostas para os

jogadores portugueses, superiores àquilo que lhes podemos pagar (Mário Simões, diretor desportivo, 31:51).

Estes argumentos são contestados no sentido de afirmar que os jogadores portugueses não são caros e que estão disponíveis para ser contratados mesmo por salários inferiores.

O argumento que se utiliza é que os jogadores portugueses são mais caros, o que é falso. Nós realizamos sessões com jogadores desempregados nas nossas iniciativas de natureza social e sabemos bem que há jogadores portugueses, com qualidade, que estão desempregados. Nós, há dois anos, tínhamos no estágio o Miguel Garcia, que saiu do estágio para Olhanense, a meio da época foi para o Braga que está a disputar a Champions. O Paulo Santos que é guarda-redes no Rio Ave aconteceu o mesmo (João Marinhos, dirigente sindical, 38:25).

É imputada responsabilidade aos clubes pelo facto de preterirem os jogadores portugueses em favor dos jogadores estrangeiros. A premência na obtenção de resultados obriga a que não se contratem jogadores jovens sem a exigida experiência competitiva, optando-se por jogadores mais experientes e acessíveis às finanças dos clubes.

De um lado, a premência dos clubes de rapidamente terem dificuldade em apostar em jogadores jovens saídos dos escalões de formação. Há aqui problemas que têm a ver com os modelos competitivos, em que o jogador saído dos escalões de formação ainda não estão suficientemente maduros para dar um rendimento imediato que dê alguma confiança aos próprios clubes a dar uma resposta rápida. Daí, muitas das vezes, a procura de jogadores mais maduros, que lhes dê algum carácter de maior sustentabilidade relativamente aos jogadores jovens. Por outro lado, também o facto de haver um país, neste caso o Brasil, que até há pouco tempo tinha uma situação económica menos positiva, e que permitia a vinda de jogadores, dentro do tal estatuto de igualdade de direitos, em condições económicas mais vantajosas relativamente ao custo dos jogadores portugueses (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 10:17).

7.4. Entre o *feet drain* e o *feet invasion*

No âmbito das migrações gerais usou-se designar a mobilidade dos trabalhadores altamente qualificados como um *brain drain* ou “fuga de cérebros”. Com este conceito, inicialmente utilizado nos anos 60, procurou-se expressar-se o fenómeno relativo à perda ou prejuízo económico por parte dos países de origem, advindo da emigração dos/as cidadãos/ãs mais qualificados/as. No seguimento, outros conceitos

foram derivados: *brain gain*, para afirmar a saída de trabalhadores qualificados com um retorno positivo para os países de origem; *brain circulation*, para assinalar a elevada mobilidade transnacional desses migrantes; ou ainda, o *brain hunting*, para referir as políticas agressivas de captação desses trabalhadores.¹⁶ Por analogia, e para caracterizar o intenso fluxo de atletas do Sul em direção ao Norte, recorreu-se a conceitos como *brawn drain*, *muscle exodus* ou *feet drain*.¹⁷ Também assim se sinaliza o processo migratório de atletas como perda para os países de origem e ganho para os países de destino, afirmando até, que em muitos casos, essa perda é total quando os atletas adquirem a nacionalidade do país para onde vão.

O futebol português, com a peculiaridade de ser simultaneamente país de origem e destino de jogadores tem uma dupla condição de *feed drain*. Ou seja, é um país que se confronta com a perda de jogadores, quando os portugueses saem, e é confrontado com os ganhos do *feed drain* dos jogadores estrangeiros que entram. Contudo, os argumentos desenvolvidos em torno desta “fuga de pés” nem sempre expressam perdas ou ganhos evidentes. Assim, quando é feita referência aos jogadores portugueses que vão para clubes estrangeiros, o argumento da perda incide fundamentalmente num grupo restrito de jogadores que integravam o plantel dos grandes clubes portugueses, ou que com regularidade são chamados a integrar os trabalhos da Seleção Nacional. Nestes casos, o argumento da perda aplica-se às questões desportivas, mas tal é relativizado quando se atenta nos ganhos financeiros que os clubes obtêm com os processos de transferência desses atletas. Para além disso, o grande contingente de jogadores portugueses que saíram dos restantes clubes e se transfere para campeonatos mais modestos, não é percecionado como uma perda na medida em que se considera que esses jogadores não são considerados relevantes. O lado menos positivo que resulta da saída destes jogadores deve-se fundamentalmente ao facto de muitos dos lugares de trabalho do futebol português estarem ocupados por jogadores estrangeiros, revelando a complexidade da relação entre entradas e saídas de jogadores nesta modalidade.

O jogador que vai para o Chipre, não é um jogador bom. É um jogador mediano. Não estou a dizer que são jogadores fracos, são jogadores que têm dificuldade em atingir um determinado patamar (Jorge Lameiras, agente de jogadores, 38: 29).

¹⁶ Ver o ponto 1.5. do capítulo I.

¹⁷ Ver o ponto 2.4.3. do capítulo II.

Porque é que houve um aumento de saídas de jogadores portugueses para os mercados emergentes, nomeadamente para a Roménia, Rússia, Chipre? Porque o mercado português ficou saturado com os jogadores estrangeiros, e os nossos tiveram menos oportunidades e procuraram a sua vida no estrangeiro. É o facto do mercado de trabalho estar saturado em Portugal, sendo por isso que há uma maior tendência para os jogadores procurarem trabalho noutra país. Porque se houver condições no próprio país, os casos de saída que vão ocorrer serão só os de sucesso, daqueles que vão para condições substancialmente melhores, o que não é o caso neste momento. Eu diria que 80% do fluxo é daqueles que vão à procura daquilo que não têm em Portugal, e 20% é daqueles que vão para melhores campeonatos (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 57: 01).

Quem é o português que começou por ir para o Chipre? E 90% dos portugueses que vão para o Chipre, quem são? São jogadores que não têm espaço no futebol português. São jogadores da II e III divisão, ou da II Liga e da II B. Nós estamos a deixar ir embora jogadores que não têm uma qualidade elevada, e estamos a tentar trazer mais qualidade. (Edgar Fava, diretor desportivo, 19: 14).

Por outro lado, os ganhos que o futebol português pode ter com o *feet drain* quando se contratam jogadores estrangeiros, é também ele relativizado. Ao nível dos clubes grandes, a vinda de futebolistas é encarada como uma forma de colmatar as saídas dos “bons” jogadores portugueses considerando-se que há um ganho desportivo; assim como há uma mais-valia financeira quando esses jogadores são transferidos para outros campeonatos. Mas, em contrapartida, a grande massa de jogadores estrangeiros, quase anónimos, que chegam ao futebol nacional, é considerada negativamente, desde logo pelas implicações que provoca na empregabilidade dos portugueses.

Não me parece que o fator da presença de jogadores estrangeiros seja um fator de perda de competitividade. Aquilo que nos preocupa é que esses jogadores venham acrescentar algo relativamente àquilo que é a nossa competitividade. Ter jogadores estrangeiros, por ter jogadores estrangeiros, para colmatar uma saída, em algumas circunstâncias sem grande qualidade, que não trazem por essa via valor acrescentado à nossa competição, não estou, nem posso estar de acordo. Agora, jogadores estrangeiros que possam trazer, através da sua qualidade e do seu exemplo, poderem ajudar alguns jogadores que consigo trabalham, e que consigo jogam, e daí retirem alguns ensinamentos que possam servir para o futuro, acho ótimo. Acho positiva a presença de jogadores estrangeiros que possam trazer algo de qualidade à nossa competição. Tudo o que seja trazer estrangeiros só por serem estrangeiros, e sem grande qualidade, parece-me mau (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 25:56).

Essencialmente pela ocupação de posto de trabalho que poderiam ser ocupados por jogadores nacionais, a imigração de jogadores para Portugal mais do que ser entendida como um ganho, é encarada como uma verdadeira “invasão de pés”.

Não é negativa para o futebol português a vaga de estrangeiros, desde que esses estrangeiros tenham qualidade. Quando estamos a falar de jogadores de grande nível, de certeza que não é prejudicial. Os melhores campeonatos na Europa também se fazem com atletas de elite portugueses. Portanto, não me parece que seja esse o problema. O que eu acho é que tem de haver o mínimo de qualidade. Devia-se arranjar um mecanismo que protegesse o jogador nacional face a esses estrangeiros. Quando vemos plantéis de 23 jogadores em que quinze são estrangeiros... (Fernando Mateus, agente de jogadores, 42:10)

Mas também se avança com o argumento de que a presença de jogadores estrangeiros pode ser uma resposta à saída de jogadores portugueses. Coloca-se aqui a questão de saber qual o fenómeno que ocorreu primeiro: a saída de jogadores portugueses ou a entrada de jogadores estrangeiros. Os portugueses só começaram a sair no início dos anos 90, mas já nessa altura havia muitos estrangeiros em Portugal. Por outro lado, a intensificação das saídas de portugueses acentuou-se a partir do ano 2000, altura em que os jogadores estrangeiros já eram muitos, mas não se tendo ainda sobreposto aos jogadores nacionais.

Desses 300 jogadores que saem, se calhar 10 ou 11 saem para bons clubes, e os restantes para campeonatos mais fracos do que o português. E saem porque se calhar entram muitos brasileiros que tapam o lugar aos portugueses. É, portanto, um ciclo vicioso, eles vêm para cá e nós temos que ir para outro lado (João Paulo, treinador, 4:40).

As duas coisas estão indissociavelmente ligadas. É uma pescadinha de rabo na boca. O jogador português sai porque vêm jogadores estrangeiros, mas os jogadores estrangeiros também vêm porque os jogadores portugueses procuram melhores condições. Em algumas circunstâncias têm melhores oportunidades de trabalho noutros mercados (Carlos Sousa, dirigente desportivo 35:50).

Considerando que os portugueses emigraram porque procuram melhores condições, nomeadamente salariais e competitivas, noutros países, então a presença de jogadores estrangeiros também pode ser encarada como um ganho. Essa “invasão de pés” deixa de ser encarada como uma ofensiva, mas um reforço e um estímulo. Não obstante, a propósito da Seleção Nacional, mais uma vez essa nota de invasão e o seu lado negativo assumem relevância, sobretudo dadas as supostas dificuldades em seleccionar jogadores portugueses que sejam garantia de qualidade. Uma vez mais, face

ao facto de os jogadores estrangeiros retirarem espaço de trabalho aos jogadores portugueses, estes ficam condicionados na sua progressão profissional, reduzindo-se o leque de potenciais jogadores seleccionáveis.

As pessoas, a comunicação social, os *opinion makers* acabam por dizer isso, “que não se aposta no jogador português. Que os dirigentes portugueses não têm atenção ao jogador português”. Depois metem-se os problemas da seleção nacional, porque a seleção nacional vai aos poucos sofrendo dessas questões (Mário Simões, diretor desportivo, 10:00).

Adultera a nossa seleção que cada vez está mais diminuta. Se nós exportamos talento, os Figos, os Ruis Costas, os Ronaldos, e por aí fora, eles não deixam de estar ao dispor da nossa seleção. Mas quando nós importamos massivamente para os juvenis e juniores do nosso futebol, jogadores estrangeiros, e que não temos em absoluto a certeza que eles vão fazer a diferença, ou que vão continuar no nosso mercado, e que vão ser jogadores interessantes para o nosso campeonato ou um bom negócio para os nossos clubes, então estamos a impedir a entrada e progresso do jogador português. Jogador português que cada vez mais é menos, que cada vez mais acredita menos, e que cada vez lhe falta mais espaço. Espaço de formação, para que quando chegue à transição do futebol jovem para o profissional, se possa integrar (Matias Guerreiro, treinador, 13: 38).

A ocupação do futebol português por parte dos jogadores estrangeiros contribui, assim, para um défice de jogadores nacionais em determinadas posições.

Há posições na seleção nacional muito deficitárias de jogadores que não existem no futebol português. É consequência desta quantidade enorme de jogadores estrangeiros que não podem representar a seleção nacional [...]. A formação em Portugal não é muito boa. Um jogador quando chega aos 18 ou 19 anos tem dificuldade em impor-se no futebol profissional. Com mais esta quantidade enorme de jogadores jovens brasileiros e de outros países que aparecem a tapar-lhes os lugares, mais difíceis as coisas se tornam (Mário Simões, diretor desportivo, 24: 01).

Sobre a possibilidade de jogadores estrangeiros, presentes no futebol português, poderem ser naturalizados para colmatarem as carências de jogadores na Seleção Nacional, as posições dos entrevistados são algo divergentes. Desde logo são invocadas questões legais, nomeadamente o direito de um estrangeiro que se naturalizou poder exercer a sua plena cidadania, participando em todos os setores da vida do país, inclusive da Seleção Nacional.

Aquilo que temos que analisar é que a naturalização de qualquer indivíduo em termos daquilo que são as leis do país. E se em função do cumprimento desses pressupostos tiver qualidade suficiente para

poder representar o país do qual se tornou legitimamente cidadão, obviamente não posso deixar de estar de acordo. Agora, fazer processos de naturalização acelerados, ultrarrápidos para que tal aconteça, aí não estou minimamente de acordo. Aquilo que eu digo é que se um cidadão estrangeiro que vive no país, depois de ter passado seis anos que lhe permitem ter a cidadania para ser português, e se tiver qualidade demonstrada para poder representar a seleção nacional, não vejo rigorosamente nenhum problema nesse sentido [...]. Acima de tudo, nós temos que respeitar as leis que regem cada um dos países. Não podemos estar a invocar, por uma ou outra razão, argumentos de uma outra índole para inviabilizar que um cidadão que, por esse meio se transforma cidadão desse país, não o poder representar em situações de igualdade perante os outros. Se ele tem exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações que outro cidadão qualquer, não vejo rigorosamente porque é que não pode representar a seleção (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 29:23).

Genericamente, os entrevistados não concordam com os processos de naturalização com a finalidade de se obterem jogadores para a Seleção Nacional. Contudo, em face das circunstâncias, consideram que essas naturalizações são uma inevitabilidade, sob risco do mau desempenho desportivo da equipa nacional. Ou seja, não se concorda, mas aceitam-se as circunstâncias.

Eu não concordo. Não gosto. Acho que não é correto, mas também compreendo que atendendo à realidade e às dificuldades que há em formar equipas capazes de disputar títulos, que os treinadores, presidentes, responsáveis da federação optem por isto. Não concordo mas compreendo. Agora veja bem, a seleção nacional sem Pepe, sem Deco... Agora pergunto, quando fizemos aquela campanha, se não tivéssemos o Deco, éramos a mesma equipa? Seguramente não éramos a mesma equipa. Teve que ser um brasileiro (Mário Simões, diretor desportivo, 26:33).

Acaba por ser uma situação normal porque toda a gente o faz. Não só no futebol como em todas as modalidades. Vai um pouco de encontro à falta de perfis em cada um desses países onde isso acontece. Nós já o tínhamos feito no basquete, há muitos anos, com o Mike Plowden e com outros jogadores, devido a não conseguirmos 3 jogadores altos. Do ponto de vista do rendimento desportivo, eu acho que era desnecessário em Portugal. Mas não critico [...]. Não sei se poria em causa a identidade nacional se Einstein fosse vivo e quisesse naturalizar-se português. Não acho. Isso não seria um factor de reconhecimento para o país. Se for no sentido de se conseguir algo que não se tem cá, e isso possa trazer dividendos, trazer uma melhoria do rendimento desportivo, eu penso que é positivo (António Abraços, diretor desportivo, 47:22).

A não concordância com as naturalizações tem a ver com a especificidade da Seleção Nacional. Esta é uma entidade à parte, não é uma equipa como as outras. Ao

contrário dos clubes, que participam numa lógica de mercado, comprando e vendendo jogadores, a Seleção Nacional devia permanecer “pura” na sua essência nacional, não se adulterando com jogadores que, apesar de legitimamente naturalizados, não são por eles considerados de plena nacionalidade. Assim, dever-se-ia “ser bom ou mau com o que se tem”.

Eu sou contra as naturalizações. Eu acho que devemos ser bons ou maus com aquilo que temos. Sou contra as naturalizações que têm por objetivo jogar numa seleção nacional. Sou contra a naturalização do Pepe, do Deco, do Liedson (14:56) [...]. Eu acho que nós temos que lutar com as armas que temos, e a seleção portuguesa têm que se os portugueses e com portugueses. Há exceções, como houve as colónias antigamente. E acho muito bem que o Sr. Eusébio tenha representado a seleção. Mas o Eusébio é um português, muito mais do que qualquer um que se naturalize agora com o objetivo de jogar na seleção. Olhe os exemplos? Acha que o Deco é português? O Deco quando fez uma fundação para ajudar os meninos carenciados, não foram os meninos de Lisboa, nem do Porto, foram os meninos de São Paulo. Ele agora teve a oportunidade de acabar a carreira a jogar onde quis, e não quis acabar a carreira a jogar em Portugal, quis acabar no Brasil. O Deco é Brasileiro. Ele não adulterou as regras, nem fez nada de mal, ele apenas utilizou o sistema que está montado para jogar na seleção portuguesa. Há miúdos brasileiros a jogar hoje em dia nos seniores, mas estão a jogar cá porque o pai veio para cá, e estão cá desde os 8 ou 9 anos de idade. Têm uma identidade muito mais portuguesa do que brasileira. Estou a dar o exemplo do Brasil como podia dar o exemplo de um outro país qualquer, até africanos. Eles têm muito mais identidade com Portugal do que com o país de origem, ou o país onde nasceram. Outra coisa é um jogador naturalizar-se para jogar na seleção. Sou completamente contra (Edgar Fava, diretor desportivo, 41: 41).

Fica completamente descaracterizada. E vê-se! Na hora de cantar o hino, nem sabem. A seleção é diferente, tem uma identidade própria, é o país, é a nossa alma. E aí já não gosto muito. Porque mesmo tendo dupla nacionalidade, a seleção é algo muito próprio (João Paulo, treinador, 16: 40).

Ao contrário do que se passa noutros domínios de atividade, onde a naturalização de trabalhadores altamente qualificados constitui algo de importante para os países de destino, no futebol prefere-se excluir esses migrantes. Oferece-se resistência a esses jogadores estrangeiros, ainda que naturalizados, cheguem à Seleção, no entanto, os desenvolvimentos recentes, mesmo noutras seleções nacionais, parece mostrar que essa invasão é uma inevitabilidade.

7.5. O futebol português como placa giratória

Os desenvolvimentos migratórios da sociedade portuguesa, no final da década de 90, à semelhança do que se passou com outros países do Sul da Europa, resultaram em larga medida da posição que ocupavam no sistema internacional de divisão de trabalho (Malheiros, 1996: 64). A liberdade de circulação de capitais, serviços, bens e pessoas na Europa determinou uma redistribuição da força de trabalho, convertendo Portugal num país de destino migratório. Desta forma, Portugal, que já tinha uma ancestral tendência emigratória, converte-se também num país de imigração. Por isso, como afirma Maria Ioannis Baganha: “Portugal deverá ser percecionado como uma placa giratória que distribui (importa e exporta) mão-de-obra consoante a estrutura institucional em que opera” (2001: 147).

Esta metáfora da placa giratória pode ser concetualizada de duas formas. Primeira, como uma etapa intermédia no percurso migratório, pela qual é necessário passar para chegar ao país de destino. Nesse sentido Portugal constitui-se como um país de trânsito, no qual se permanece o tempo necessário para dar o salto para outro destino. Por exemplo, na rota entre Cabo Verde e a Holanda, parte dos migrantes cabo-verdianos vem inicialmente para Portugal com vista à obtenção de condições, nomeadamente legais, que lhe permitam depois prosseguir viagem (Góis, 2006). Ou migrantes brasileiros que utilizam Portugal como plataforma para posterior deslocação para outros países europeus ou para os Estados Unidos (Peixoto *et al.*, 2005). Segunda, uma placa de distribuição, que simultaneamente “importa” imigrantes e “exporta” emigrantes, com perfis económicos semelhantes que se vão incorporar, em Portugal e no estrangeiro, nos mesmos segmentos do mercado de trabalho (Baganha, 2001: 142).

No âmbito das migrações de futebolistas, o futebol português reproduz duplamente a metáfora da placa giratória, funcionando como país de trânsito para os futebolistas estrangeiros acederem a outros países europeus, mas também como país que simultaneamente importa e exporta jogadores com perfis idênticos.

7.5.1. O futebol português como “porta de entrada” para a Europa

A referência ao futebol português como país de trânsito implica vários entendimentos. Desde logo, os clubes nacionais funcionarem como “lugares de estágios”, nos quais os jogadores estrangeiros procuram adaptar-se a uma nova

realidade competitiva, diferente da dos países de onde são originários, com o objetivo de transitarem posteriormente para outros campeonatos na Europa, eventualmente mais exigentes e competitivos.

Muitos jogadores, até com receio de irem diretamente para campeonatos mais competitivos, onde se torna mais difícil entrar numa primeira fase, veem esta oportunidade de passar uma fase intermédia da sua própria afirmação, de se mostrarem para depois darem o salto para outros mercados. Há vários casos, recentemente o Ramires e o Di Maria, o Lisandro, o Sissoko, Lucho, entre outros. Se analisarmos, eventualmente a entrada direta de muitos jogadores para campeonatos de outra índole, sem passarem por este patamar intermédio, poderá ser uma razão de insucesso (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 23: 24).

Por outro lado, o futebol português também se constitui como uma “montra”. À semelhança de outros ramos comerciais, em que os produtos são exibidos para se darem a conhecer a potenciais clientes. Assim, também os jogadores estrangeiros procuram exhibir em Portugal as suas capacidades e competências com a intenção de chamarem sobre si a atenção de clubes de outros países europeus. Os clubes portugueses são, assim, montras privilegiadas, nomeadamente porque nos últimos anos têm dado a conhecer muitos jogadores, promovendo-os com sucesso. Este processo iniciou-se por volta dos anos 80 com jogadores como Mozer, Valdo, Ricardo Gomes, Casagrande, Silas, Jardel, Duscher, e mais recentemente Anderson, Lucho González, Di Maria, Ramires, Falcão, Hulk, James, entre muitos outros jogadores que não tiveram o mesmo destaque mediático.

Quem são os jogadores estrangeiros que querem vir para Portugal? Raramente vê um jogador espanhol, italiano, inglês, ou francês, de algum nível, em Portugal. Aqueles que querem vir para Portugal são atletas de outros mercados. O facto de Portugal estar na Europa, e continuar a ser muito procurado por equipas estrangeiras que acompanham o mercado português é, de facto, uma forma de poderem dar o salto nas suas carreiras. O mercado português é usado como uma montra para depois poderem dar esse salto para outros países com outra capacidade financeira. E, de facto, em todas as jornadas temos emissários de equipas estrangeiras a assistir aos jogos. E nos últimos anos têm sido atletas do futebol português que têm feito as grandes transferências no futebol europeu. É mais difícil para um jogador brasileiro ser visto a jogar na segunda divisão ou no campeonato estadual do Brasil por um observador de uma equipa espanhola, do que quando está em Portugal (Fernando Mateus, agente de jogadores 43: 47).

É significativa a referência ao facto destes jogadores não serem europeus, e necessitarem de se aproximar do centro do futebol mundial, recorrendo a um espaço intermédio. Desta forma o futebol português também se constitui uma “porta de entrada”, uma plataforma de acesso a um espaço europeu de acesso restrito, não apenas em termos legais, mas também de exigências em termos competitivos.

Vão buscar jogadores que depois, chegam aqui e projetam-se, são transferidos para um futebol mais rico do que o nosso, mais profissional do que o nosso, com uma visibilidade muito maior do que aquela que nós temos. Mas para esses clubes da América do Sul, é bom que eles venham, porque é uma porta de entrada para um futebol mais exigente na Europa (Pedro Pina, treinador, 24: 12).

Portugal é uma porta de entrada na Europa. Se dúvidas houvesse, temos o exemplo do Estoril. O Estoril é um clube que foi comprado na totalidade pela empresa Traffic. Tem 17 ou 18 jogadores brasileiros, com a ideia de os valorizar para depois os vender. A ideia é funcionar como trampolim, para clubes europeus (João Marinhos, dirigente sindical, 53: 07).

Qualquer brasileiro que venha para aqui, vem à procura do sonho europeu. E Portugal será a porta de entrada. E ainda bem que pensam assim, porque enquanto cá estiverem, darão o seu melhor (Francisco Velinho, treinador, 32: 06).

Estas são razões que se podem invocar para assinalar a atração que o futebol português exerce sobre certos futebolistas estrangeiros. Afinal o que é que o futebol nacional tem para oferecer?

Obviamente que é o salto. Eles não querem vir para Portugal para jogar no Trofense ou no Tirsense. E um dos argumentos que nós temos para os convencer a vir para cá, é dando-lhes exemplos iguais aos do Jardel, do Derlei, do Maciel, que foram jogadores de sucesso que saíram para outros países (Edgar Fava, diretor desportivo, 34: 23).

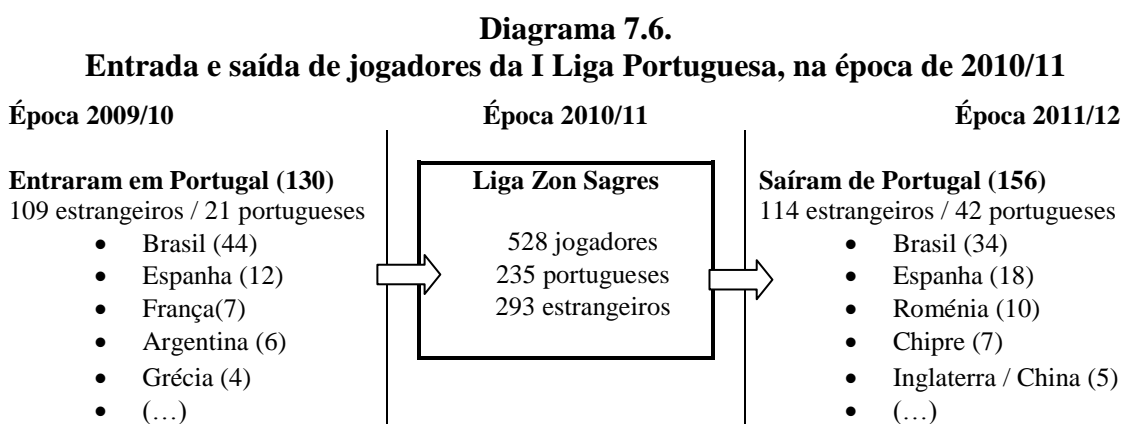
O “estágio”, a “montra”, a “porta de entrada” ou o “salto” são argumentos relevantes para atrair os jogadores ao futebol português. Segundo Fagner Carniel e Lennita Ruggi (2007: 9), na perspetiva dos jogadores brasileiros, Portugal não corresponde ao destino sonhado quando comparado com outros destinos possíveis, nomeadamente Espanha, Itália, Inglaterra, Alemanha ou França. Portugal não é um país atrativo, tanto pelo aspeto desportivo como financeiro, quando comparado com outros mercados futebolísticos. Esta é uma das razões por que os futebolistas portugueses também emigram em grande quantidade. Para alguns brasileiros, vir para Portugal é mais atrativo do que permanecer no Brasil ou ir para outros países, mas para outros,

Portugal é apenas uma etapa de uma viagem mais longa rumo ao centro futebolístico da Europa.

7.5.2. O processo distributivo do futebol português

O conceito de placa giratória aplicada ao futebol português implica que, o mesmo, não seja considerado apenas como local de trânsito, mas que funcione igualmente como um espaço de distribuição. Ou seja, como uma placa que recebe jogadores de diversas proveniências e que, em simultâneo, os redistribui para destinos diversos, sendo que os jogadores que saem não têm que ser forçosamente os mesmos jogadores que entraram.

Tomando como referência a época de 2010/11 da I Liga Portuguesa,¹⁸ procura-se ilustrar o carácter distributivo do futebol português (Diagrama 7.6.). Nessa época, o número de jogadores na I Liga era 528, sendo 235 portugueses e 293 estrangeiros. Destes 528 jogadores, 130 chegaram na sequência de um processo migratório: 21 eram portugueses e estavam a retornar ao país; 109 eram estrangeiros e enquadravam-se nas diversas categorias migratórias que já foram assinaladas neste capítulo. Os países de onde esses jogadores vieram não eram forçosamente os países de origem dos mesmos. Por exemplo, os jogadores provenientes de Espanha não eram forçosamente espanhóis, podendo ser portugueses ou de outras nacionalidades, os quais se transferiram para Portugal.



Fonte: elaborado pelo autor

¹⁸ Dados obtidos a partir do recenseamento, efetuado pelo autor, de todos os jogadores que integraram os jogadores que integraram os clubes portugueses da I Liga entre as épocas de 2007/08 e 2008/09.

Os países que mais jogadores proporcionaram a Portugal foram o Brasil, Espanha e França. Os 44 jogadores provenientes do Brasil eram todos eles brasileiros, assim como os seis jogadores provenientes da Argentina. Pelo contrário, entre os jogadores provenientes de Espanha e da Grécia, nenhum era espanhol ou grego. Entre os jogadores vindos de Espanha, cinco eram portugueses; provenientes de França vieram dois e eram portugueses; e da Grécia, com referido, chegaram dois outros portugueses.

Finda a época 2010/11, saíram do país 156 jogadores: 114 estrangeiros e 42 portugueses. Dos estrangeiros que saíram, 30,8% retornaram ao país de origem. Por exemplo, os 34 jogadores que saíram para o Brasil eram todos de nacionalidade brasileira. A Espanha foi o país que mais jogadores recebeu: 11 eram portugueses, seis de outras nacionalidades e um era espanhol que regressava ao país. A migração para a Roménia aconteceu essencialmente por parte dos jogadores estrangeiros, sendo sete os que deixaram Portugal com esse destino, e três portugueses. Situação idêntica sucedeu com a migração para o Chipre, sendo este fluxo constituído por cinco estrangeiros e dois portugueses. Para Inglaterra e China foram respetivamente dois portugueses e três estrangeiros.

Este funcionamento como placa distributiva é resultado de dois motivos: por um lado, como resultado da estratégia desenvolvida pelos clubes nacionais na contratação de jogadores estrangeiros; e por outro, pela saída dos jogadores portugueses em busca de melhores condições laborais.

Relativamente à contratação de jogadores estrangeiros, e ainda que em distintos níveis, consoante a capacidade aquisitiva e ambições dos clubes portugueses, a estratégia desenvolvida é simples: consiste em adquirir o passe desportivo desses jogadores, a baixo custo, rentabilizá-los no mercado interno, daí retirando dividendos desportivos, ao mesmo tempo que os jogadores se valorizam. Passado algum tempo estes devem ser transferidos por preços mais elevados, sendo que essa transferência pode ser interna ou internacional.

A maior transferência, o melhor negócio que o clube fez na sua história é esta que lhe vou contar. Em Junho de 2006 contratámos um jogador brasileiro que veio da série C do Brasil. A terceira divisão do Brasil. Do Estado de Mato Grosso, lá para os fins do mundo. Contratámos esse jogador baratíssimo, a custo zero e dois anos depois vendemo-lo para o Herta de Berlim por dois milhões de euros. Veja

bem o que os clubes portugueses querem no fundo. Contratar jogadores destes para depois rentabilizá-los e vendê-los. O clube fez dois milhões, sendo este o melhor negócio da sua história (Mário Simões, diretor desportivo, 15: 31).

Os próprios clubes têm aí uma oportunidade de terem jogadores de qualidade por um valor interessante e acessível. Têm a oportunidade de rentabilizar esse ativo durante três ou quatro anos, e potenciarem uma venda que possa contribuir para o equilíbrio das suas contas (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 24: 42).

Com este processo de gestão das contratações de jogadores, os clubes procuram uma fonte de rendimento que lhes permita equilibrar os orçamentos.

O clube tem que fazer uma venda por ano, senão tem grandes dificuldades de se manter, de liquidez. Nós este ano fizemos quase um milhão de euros. Foi bom. O nosso orçamento é de 4 milhões e meio. Fizemos um milhão com a venda do treinador, com a venda dos jogadores. Mas o clube tem que fazer isso, obrigatoriamente. Chame-lhe o que quiser. Isso é fundamental nos dias de hoje (Mário Simões, diretor desportivo, 1: 11: 56).

Ferran Soriano (2010: 52), ex-vice presidente do FC Barcelona, refere o FC Porto como o clube que, de forma exímia, mais proveitos obteve comprando jogadores desconhecidos, valorizando-os, e vendendo-os muito caro a clubes da Europa. Trabalhando sobretudo com brasileiros, e nos últimos anos também com outros sul-americanos, o clube é plataforma de passagem destes jogadores para virem a ingressar nos principais clubes das ligas europeias. Em 2003/04, quando reuniu um conjunto de jogadores talentosos, dirigidos pelo treinador José Mourinho, chegou mesmo a quebrar o ciclo de vitórias dos clubes ricos da Europa, vencendo a Champions League. Depois desses jogadores se terem exibido a nível internacional, na época seguinte o clube negociou os melhores, obtendo uma receita extraordinária de cerca de 80 milhões de euros, com os quais poderia financiar o seu défice estrutural e recorrente dos oito anos seguintes.

Essa estratégia é repetida à exaustão e está espelhada nos valores relativos às transferências efetuadas pelos clubes portugueses. Na época de 2010/11, foram despendidos 85 milhões de euros em compras de jogadores e capitalizados 176 milhões de euros em vendas, havendo um saldo positivo de 91 milhões de euros.¹⁹ No início da época de 2012/13, o Benfica que havia contratado o belga Witsel por nove milhões

¹⁹ <http://www.futebolfinance.com/as-20-ligas-que-mais-dinheiro-movimentaram-em-transferencias-20101> [consulta a 23 de dezembro de 2011].

euros, transferiu-o por 40 milhões, por sua vez, o FC Porto tinha contratado o brasileiro Hulk por 14 milhões de euros, transferiu-o por 55 milhões.²⁰

O segundo motivo para que Portugal funcione como espaço de distribuição, prende-se com a saída dos jogadores portugueses. Ao longo da década de 90, e por motivo de várias circunstâncias já assinaladas,²¹ os jogadores portugueses despertaram o interesse de clubes europeus.

O jogador português ganhou muita visibilidade nos últimos anos. Algumas vitórias do FC Porto e alguns êxitos da seleção deram a conhecer a realidade dos nossos jogadores [...]. O Figo e o Cristiano Ronaldo, com os seus sucessos, também serviram para potenciar o mercado português. Para além disso, as equipas jovens de Portugal conseguiram sempre demonstrar alguma qualidade. Mesmo que não tenham ganho muito, demonstraram sempre uma capacidade competitiva grande. E por isso, se calhar era mais fácil para um clube europeu vir contratar a Portugal do que ir contratar a Espanha, Itália ou a Inglaterra. Por isso mesmo há um “boom”. De repente o jogador português conseguiu ter expressão em termos europeus e mundiais, o que permitiu aos clubes ver que havia aqui potencial para poder explorar (Bruno Martins, diretor de comunicação, 28: 07).

Para além dos motivos de interesse que os clubes estrangeiros manifestam pelos jogadores portugueses, estes também estão interessados nos clubes estrangeiros, em particular naquilo que podem auferir em termos salariais. Assim, a par da entrada e saída de jogadores estrangeiros, ocorre também migração de jogadores portugueses.

Há uma grande migração de jogadores estrangeiros para Portugal, mas atenção, os jogadores portugueses também estão a sair. Estão a sair, e ao contrário do que as pessoas pensam, não é porque não tenham lugar nas equipas portuguesas. É porque ganham mais dinheiro nesses países, Roménia, Chipre. Qualquer equipa de Chipre paga mais do que a maioria das equipas da I Divisão portuguesa. Aqueles jogadores mais jovens ainda ficam um bocadinho, ainda preferem ganhar menos dinheiro ficando na Académica, no Paços de Ferreira, ficando na 1ª Divisão, em termos desportivos, para depois poderem dar o salto para um clube melhor. Mas os jogadores a partir dos 27, 28 ou 29 anos começam a ver a carreira a aproximar-se do fim, preferem fazer dois ou três anos no estrangeiro e ganhar dinheiro (Mário Simões, diretor desportivo, 29: 18).

²⁰ <http://www.transfermarkt.es> [consulta a 15 de maio de 2013].

²¹ A este propósito ver o capítulo VI.

Este processo de distribuição é feito com jogadores com características idênticas.²²

Eu até compreendia que o fluxo fosse até maior, desde que a qualidade o justificasse. É que muitas das vezes, o que vem não acrescenta nada, e portanto também não se compreende o fenómeno. No plano competitivo, se um clube contrata um jogador estrangeiro é porque isso tem vantagens competitivas, mas a verdade é que não é assim. A verdade é quase uma substituição de um jogador que está em Portugal por um jogador que está no Brasil (João Marinhas, dirigente sindical, 1: 07: 42).

Mas os clubes vão pelo mais fácil, e o mais fácil é normalmente ir buscar jogadores de qualidade duvidosa, principalmente em países como o Brasil. Eu não tenho nada contra os jogadores brasileiros, principalmente aqueles que vêm acrescentar uma mais-valia ao futebol português. O jogador brasileiro, apesar de normalmente ter um perfil mais ou menos igual, vem por menos do que um jogador português (Artur Fernandes, agente de jogadores, 5: 40).

Este processo de distribuição serve fundamentalmente o interesse dos clubes. Comprando “barato” na América do Sul e vendendo “caro” para a Europa, e inserindo também nesse processo os jogadores portugueses que procuram alternativas no estrangeiro, o futebol português tem nesse carácter distributivo uma das suas principais características.

7.6. Os futebolistas no sistema migratório lusófono

Em Portugal, o futebol joga-se com um intenso sotaque brasileiro, dado o elevado número de futebolistas oriundos do Brasil que nele participam, como já várias vezes mencionado ao longo deste trabalho. Todas as equipas da 1ª Liga têm brasileiros nos seus plantéis e há equipas com mais jogadores brasileiros do que jogadores nacionais. Os brasileiros são, de longe, a nacionalidade mais representada entre os jogadores estrangeiros a jogar em Portugal.

A presença de um tão significativo número de jogadores brasileiros em Portugal resulta da conjugação de vários fatores. Desde logo, pela quantidade e qualidade de futebolistas que o Brasil oferece.

²² Esta afirmação tem um carácter hipotético na medida em que se desconhece a existência de indicadores que permitam aferir o perfil competitivo ou a qualidade desportiva dos jogadores.

O Brasil possui jogadores que têm qualidades inatas para a prática do futebol. E tem muitos, é um país grande. Por isso estão representados em quase todos os países (João Marinhas, dirigente sindical, 59: 49).

O Brasil, por razões demográficas, tem um campo de recrutamento de jogadores bastante amplo quando comparado com outros países. No entanto, a questão demográfica não é suficiente para explicar o facto de o Brasil ser um país com tantos jogadores de futebol. Outros países há, com aproximado volume demográfico, que não têm o futebol como fenómeno central da vida social, tal como acontece no Brasil. Por isso, a elevada quantidade de jogadores brasileiros advém também da adesão da população à prática do futebol.

Sendo um jogo de baixos recursos, que não carece de infraestruturas sofisticadas para ser praticado, a “rua” constituiu-se como espaço de aprendizagem e expressão da linguagem futebolística, o que, na realidade, converteu o Brasil na “pátria das chuteiras”. Como é referido por um dos entrevistados, é da rua que saem os génios do futebol.

[...] a componente mais importante é a técnica. A África e a América do Sul ainda têm duas coisas fundamentais: a rua e os espaços abertos para poderem jogar. Na Europa isso já não existe. Têm-se as academias. A rua cria uma capacidade de relação com a bola que começa muito cedo. Ficam com uma habilidade, uma capacidade técnica a todos os níveis: receção, passe, drible, capacidade de improvisação [...]. Os nórdicos, os germânicos têm uma componente muito mais física. Mas os grandes génios do futebol têm saído com essa componente de rua (Pedro Pina, 13: 59).

Como foi anteriormente referido por Arlei Damo (2005), quando assinalou os vários tipos de futebol, no Brasil o *futebol bricolado* e o *comunitário* são campos privilegiados de aprendizagem para a prática do futebol *espetacularizado*. Muitos recursos técnicos são aprendidos nestes tipos de futebol, sendo depois potenciados para o futebol formal. Em virtude desse futebol de rua – informal e precoce –, a astúcia, a criatividade e a ginga surgem como pretensas qualidades inatas dos jogadores, tornando-os bastante apreciados, em particular pelos clubes europeus, que desde há muito os contratam.

A grande quantidade de jogadores cria dificuldades na sua empregabilidade. Ou seja, as competições de futebol são constituídas por um número limite de equipas, as quais têm plantéis que empregam menos de 30 jogadores, pelo que, quando os jovens futebolistas ascendem ao escalão sénior e aspiram ficar nas equipas onde fizeram a sua

formação, ou noutras dos escalões primodivisionários, verificam que não têm espaço de empregabilidade, sendo preteridos por jogadores com mais idade e experientes.

Lá no Brasil há muitos jogadores e poucos lugares. Muitos não podem escolher. Por exemplo, um jogador sobe dos juniores, quer ser profissional, e o clube já está cheio de jogadores. Então, de repente aparece um empresário que lhe apresenta uma proposta para ele ir para um país a troco de dinheiro e ele nem pensa duas vezes. Muitos preferem, em vez de brigar por um lugar lá no Brasil, emigrar. Muitos vão pela parte financeira, nem sequer pensam na questão desportiva. (Edu Júnior, futebolista brasileiro, 31: 35).

A quantidade de jogadores que saturam o mercado futebolístico brasileiro cria condições para o início de processos migratórios. Os clubes estrangeiros aproveitam o excesso de oferta para adquirirem jogadores que numa relação de preço/qualidade se revelem interessantes para as suas pretensões. Por isso, contratar futebolistas brasileiros é relativamente fácil.

Há uma quantidade enorme de jogadores no Brasil, e uma quantidade enorme de agentes de futebol que se movimentam no Brasil. Perante essa quantidade de jogadores, há facilidade de contratação. A maior parte desses jogadores são jogadores jovens. São jogadores de clubes mais pequenos do Brasil, de divisões inferiores, que apresentam alguma qualidade. Depois, a relação qualidade/preço é quase sempre melhor que a portuguesa [...]. Por isso, hoje em dia, contratar um jogador jovem brasileiro é fácil. É acertar o salário com ele. Normalmente é baixo. Trazê-lo para Portugal e esperar que ele reúna os requisitos e que seja uma mais-valia em termos financeiros numa posterior venda. (Mário Simões, 10: 18).

A vinda de jogadores brasileiros para Portugal, no entanto, não está apenas relacionada com os fatores mencionados. A quantidade e a qualidade dos jogadores, bem como o preço da sua contratação, enquanto fatores importantes da sua transferência para clubes portugueses, são também variáveis para que eles se encontrem em quantidades significativas nos campeonatos de outros países. Na época de 2010/11, foram identificados 577 futebolistas brasileiros em 36 ligas europeias. Em oito dessas ligas, os brasileiros representavam a nacionalidade estrangeira mais numerosa, sendo que em 15 eram a segunda ou terceira nacionalidade. No conjunto das cinco mais importantes ligas europeias o número era de 123, nomeadamente 38 em Itália, 25 em Espanha, o mesmo número na Alemanha, 20 em França e 15 em Inglaterra. No entanto, se é significativo o número de jogadores brasileiros em toda a Europa, em Portugal é-o ainda mais: de todas as ligas europeias, Portugal era a que tinha mais brasileiros, com uma percentagem de 36,4% por clube, enquanto a liga cipriota, em segundo lugar, tinha

8,4%, e a italiana, 7,2% (Besson *et al.*, 2011). Ou sejam, não bastam as razões anteriormente aludidas para se justificar a expressiva presença de futebolistas brasileiros em Portugal, outros motivos há que contribuem para essa situação. Desde logo há também um passado histórico comum.

O que está na base é histórico, nomeadamente da relação com as ex-colónias. Em Portugal é o Brasil, em Espanha o Chile e a Argentina, a França com os países africanos francófonos. Por essa via da relação com Portugal, os brasileiros entram na Europa (João Marinhos, dirigente sindical, 59: 49).

Os Espanhóis têm os sul-americanos que falam espanhol, os franceses com os jogadores africanos de origem francófona, os portugueses viram-se para os brasileiros. Até por uma questão de hábitos, pois são países que são ex-colónias e quando os jogadores chegam adaptam-se muito mais rapidamente (Pedro Pina, treinador, 26: 26).

Este fluxo migratório é ainda revelador do lastro pós-colonial entre Portugal e Brasil. Como é referido por Lennita Ruggi (2009: 44), não é por acaso que Portugal é o maior importador de jogadores brasileiros, não se devendo esse facto exclusivamente à existência de uma língua comum ou a outros aspetos culturais, como à continuidade do ciclo colonial. Esta situação é também assinalada por Raffaele Poli e Roger Besson (2011: 20) quando afirmam que apesar da diversificação das rotas migratórias de futebolistas através da integração de novos espaços no mercado internacional de transferências, as antigas potências coloniais como França, Espanha e Portugal continuam a recorrer à mão-de-obra das suas antigas colónias.

Há ainda as questões socioculturais, como a língua ou hábitos sociais, entre fatores como o clima, a mediar a transferência dos jogadores brasileiros para Portugal.

A facilidade de integração, pela língua, pelos hábitos, pela comida. Em Portugal é mais fácil integrar um brasileiro do que um romeno ou um jugoslavo. (João Paulo, treinador, 10: 54).

Na altura já tinha quase tudo acertado para ir para a Suíça. A escolha foi por Portugal, por causa da adaptação familiar e minha. A proposta da Académica nem era melhor, mas preferi ficar aqui pelas questões familiares e pessoais (Edu Junior, jogador, 15: 43).

Primeiro, por uma questão linguística, cultural. Depois porque nós permitimos aos jogadores brasileiros que tenham o estatuto de igualdade que lhe permite jogar como um jogador português. Isso já não acontece com jogadores de outras nacionalidades. Essa é uma aposta para clubes com uma determinada abordagem ao mercado (Fernando Mateus, 49: 47).

Como referido nesta última citação, há ainda aspetos legais a serem tidos em consideração para justificar o intenso fluxo migratório entre o Brasil e Portugal. Desde o início dos anos 70 está em vigor um acordo que determina um estatuto de igualdade entre cidadãos brasileiros e portugueses.²³ Desde então, e ao abrigo deste estatuto, foi permitido aos clubes portugueses jogarem com um número ilimitado de jogadores brasileiros, pois estes, sendo estrangeiros, não eram considerados como tal.

Há uma razão cultural associada a esse fenómeno. Nós não nos podemos esquecer que existe um acordo de igualdade de direitos entre Portugal e o Brasil, e que os jogadores Brasileiros em Portugal são considerados como se de portugueses se tratassem. Da mesma forma que os portugueses no Brasil têm exatamente a mesma característica (Carlos Sousa, dirigente desportivo, 8: 33).

Entre Portugal e o Brasil há um longo passado compartilhado, uma relação que nem sempre foi harmoniosa, mas cuja cumplicidade nunca foi posta em causa, alimentada consoante as contingências políticas. Cumplicidade estabelecida ao longo das antigas relações de colonização, intensificadas pelo movimento emigratório transatlântico que desde meados do século XIX, até meados do século XX, enviou muitos portugueses para o Brasil. A partir dos anos 80 verifica-se a existência de uma contracorrente, com o fluxo de brasileiros para Portugal a tornar-se progressivamente mais significativo (Malheiros, 2007: 16).

Este passado comum, com partilha de muitas cumplicidades, justifica a intensidade do fluxo de jogadores brasileiros para Portugal. Aliás a vinda de jogadores brasileiros para Portugal pode ser inserida no sistema migratório lusófono tal como foi caracterizado por Maria Ioannis Baganha (2009). Este é um sistema consolidado através da história, composto por Portugal, Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, e que para além dos fluxos significativos de migrantes, há também intercâmbios diversos a nível político, económico e cultural que mantêm os países ligados entre si, apesar da existência de múltiplas diferenças ao nível dos rendimentos e bem-estar. É com base nesses diferenciais que o sistema funciona e que se justificam os

²³ O Estatuto da Igualdade é um regime jurídico que assegura aos brasileiros que vivem em Portugal e aos portugueses que vivem no Brasil o exercício da cidadania em igualdade de circunstâncias. Celebrado pela primeira vez em 1971, o Estatuto da Igualdade foi, em 2001, substituído pelo *Estatuto de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal*, permitindo aos cidadãos de ambos os países usufruir de direitos idênticos aos dos nacionais do país em que se encontram, mantendo intacta a sua nacionalidade. Este estatuto traduz-se, no futebol, numa situação de igualdade que permite a dupla cidadania, escapando assim ao estatuto de jogadores extra-comunitários, o que implicaria uma limitação do número de jogadores por equipa.

fluxos migratórios. A vinda de jogadores brasileiros para Portugal não é assim um processo acidental, ou uma tendência que resulte exclusivamente do funcionamento do mercado futebolístico. Estas migrações estão imbricadas num sistema amplo que lhe dá sentido e consistência, assim se justificando que esta seja a maior rota migratória de futebolistas do mundo (PFPO, 2012: 18). A reduzida presença de jogadores africanos, provenientes dos outros países que constituem o sistema, resulta de vários fatores, sendo mais relevante o facto de uma grande quantidade desses futebolistas ter dupla nacionalidade, não sendo por isso considerados estrangeiros, nem tão pouco contabilizados como naturais de outros países. Se é relevante a expressão do fluxo migratório de jogadores brasileiros para Portugal, esse facto mostra também a importância e vitalidade do sistema migratório lusófono.

CONCLUSÃO

Perguntaram uma vez a um futebolista português qual seria o seu prognóstico para um jogo no qual ia participar, ao que ele respondeu que “prognósticos só no final do jogo”. Agora que se está no final deste trabalho, os “prognósticos” tornam-se inevitáveis, não apenas porque se está no fim, mas porque o desenrolar do “jogo” nos permite tirar ilações sobre as questões que inicialmente se colocaram e os resultados que se alcançaram. No entanto, é importante ter em consideração que esta conclusão ainda não é o “fim”, devendo ser metaforicamente considerada como o tempo adicional de descontos que os árbitros concedem no final dos jogos, como forma de compensação.

Uma das razões que motivou o interesse pelo tema abordado nesta tese foi o número considerável de futebolistas estrangeiros presentes em clubes portugueses e de jogadores portugueses a representar clubes de outros países. A comunicação social, com alguma regularidade, noticia esses números, fazendo também alusão, sobretudo, ao facto de as equipas de clubes de outros países serem constituídas por muitos jogadores estrangeiros. Ao longo deste trabalho foram referidos inúmeros exemplos ilustrativos desta realidade, em que futebolistas ultrapassam fronteiras internacionais, deslocando-se para clubes de outros países para aí exercerem trabalho desportivo. Os futebolistas estão assim em movimento; aliás, sempre estiveram em movimento, configurando-se essa mobilidade como um processo de migração internacional.

A necessidade de fazer esta afirmação resulta da especificidade da atividade futebolística. O futebol é antes de mais um jogo e, enquanto tal, caracteriza-se por um conjunto de regras que o demarcam da restante realidade social, contribuindo para que se constitua como um espaço de exceção. Assim se legitimam, por exemplo, alguns comportamentos por parte de jogadores, agentes desportivos e adeptos, que noutros contextos seriam censuráveis e penalizados. A evolução da atividade lúdica do jogo para uma atividade mais racionalizada como é a desportiva, e posteriormente a sua metamorfose em atividade económica, não anulou a especificidade de um “mundo à parte” que o futebol reclama para si. Por exemplo, até 1995, o TJCE considerava-se sem competência para julgar processos que lhe fossem interpostos por agentes do futebol,

remetendo para as instâncias futebolísticas a resolução desses casos. Esta situação permitia que as federações nacionais e a UEFA tivessem regras de gestão do futebol contrárias ao direito comunitário. É no âmbito da resolução do caso Bosman que se afirma o futebol profissional como atividade económica e, como tal, conforme ao direito comunitário da livre circulação de pessoas e da liberdade contratual. No entanto, passados quase 20 anos, as instâncias futebolísticas europeias continuam a reivindicar uma situação de exceção, afirmando que o futebol não é uma atividade económica como as outras e que, por isso, se deviam impor restrições à mobilidade de jogadores.

Sendo as transferências de jogadores entre clubes de países distintos considerada como migração internacional, os futebolistas são, por consequência, migrantes, à semelhança dos demais trabalhadores que deixam os respetivos países para ir trabalhar para o estrangeiro. No entanto, o estatuto migrante dos futebolistas não é tão evidente como o dos demais migrantes. Ou seja, os futebolistas sendo os protagonistas de um jogo, são considerados em primeira instância como jogadores. Quando o jogo se profissionaliza, passam a ser assumidos como jogadores profissionais; contudo, quase nunca esse exercício laboral é referido como “trabalho”. Por outro lado, o protagonismo social que é atribuído aos jogadores profissionais, mesmo em contextos onde o futebol não é de alto nível, confere-lhes um estatuto especial de distinção. Também, o valor elevado dos salários que são auferidos por parte de alguns, generaliza uma imagem de privilégio que nada tem de comum com os demais trabalhadores migrantes. Assim, se como profissionais são distintos do comum dos trabalhadores, como migrantes também são diferentes, já que quase nunca são designados como tal, mas sim como “estrangeiros”.

Outra circunstância que contribui para que os futebolistas não sejam imediatamente percecionados como migrantes, tem a ver com o facto de serem trabalhadores altamente qualificados. As suas “qualificações” não resultam das habilitações académicas, tal como acontece com os migrantes que habitualmente são referenciados como tal. As qualificações de um jogador de futebol resultam de um longo processo de formação, iniciado precocemente, e que através de sucessivas triagens, seleciona os melhores como jogadores profissionais. É-lhes exigido que saibam defender, atacar, passar, rematar, fintar e executar todos os demais gestos futebolísticos de forma tecnicamente evoluída. Os futebolistas profissionais têm estas competências, ou parte delas, e por isso são contratados para as executar. É em função

destas habilitações que são internacionalmente procurados. Quando migram vão para países e clubes de destinos diversificados, de acordo com as suas competências. Por exemplo, os jogadores que migram para clubes da Premier League inglesa têm que fazer prova da sua qualidade futebolística através das internacionalizações pela respetiva seleção nacional, ou então demonstrar que são jogadores de utilidade desportiva para o país, sob risco de lhes ser interdita a possibilidade de aí trabalhar. Os jogadores que, por sua vez, migram para clubes mais modestos, de países futebolisticamente menos cotados, apesar de não apresentarem as mesmas competências e qualidades, não deixam de ser trabalhadores qualificados. Esse estatuto é ainda realçado pelos valores financeiros que são pagos pelas suas transferências, os salários que auferem, a facilidade que têm em obter vistos de entrada nos países, as condições que lhes são proporcionadas nos países de destino, o acesso privilegiado a diversos serviços, a atenção que recebem da comunicação social, entre outros privilégios.

Um outro fator de diferenciação entre os futebolistas e os demais migrantes, reside na forma como acontece o seu processo migratório. Um jogador profissional, para deixar o seu país e ir jogar num clube de outro país, raramente o faz por iniciativa própria, havendo um conjunto de procedimentos e protagonistas que enquadram a transferência. Desde a promoção do jogador, efetuada por agentes que o representam, passando pelo processo negocial de desvinculação de um clube e a assinatura por um outro, e ainda os trâmites regulamentares de transferência em que as federações do país de origem e do país de destino trocam registos sobre a sua situação laboral, o percurso migratório do jogador está sempre enquadrado. Assim, da parte do jogador não há uma decisão individual de risco, como sucede com a generalidade dos migrantes, desde logo porque as questões laborais estão asseguradas por via de um contrato, bem como pelo registo que é efetuado nas instâncias federativas, e ainda pela rede de intermediários profissionais que conduzem todo o processo de transferência. Todo este enquadramento resulta também da forma como o jogador é concebido como parte de um negócio de talento desportivo, e por isso, mais do que migrar, ele é “transferido” entre entidades que não estão interessadas apenas no seu rendimento desportivo, mas também nas mais-valias que daí possam extrair.

Num contexto de intensa competição nacional e internacional, no qual os clubes procuram maximizar desempenhos, torna-se imperativa a procura de jogadores, ou seja, trabalhadores altamente qualificados, com características físicas, capacidades

competitivas e competências técnicas que materializem em vitórias as aspirações de adeptos, patrocinadores e dirigentes, criando condições para a obtenção de mais financiamento. Quando esses jogadores não existem no espaço nacional, são procurados no estrangeiro, o que alimenta um intenso processo migratório. À semelhança do que se passa noutros setores de atividade económica, em que há grande procura de trabalhadores qualificados, e se implementam políticas de contratação de cientistas, médicos, engenheiros, professores, entre outros, também no futebol se verificam processos idênticos, com o desenvolvimento de estratégias agressivas de contratação dos melhores jogadores à escala global. Da mesma forma que alguns países antecipam a contratação de trabalhadores qualificados através de políticas educativas de sedução de jovens estudantes estrangeiros, também os clubes, através da prospeção e observação de jovens futebolistas promissores, os procuram cativar através de contratos, para que mais tarde, quando seniores, os possam rentabilizar em termos desportivos e financeiros. Também em países onde há grande potencial futebolístico, se criam “academias”, muitas delas financiadas por clubes europeus, ou agentes de jogadores, com vista à deteção de potenciais jogadores que serão depois encaminhados para esses clubes. Em face desta procura internacional de jogadores, em muitas situações está-se perante uma situação de *muscle drain*, ou *feet drain*, porque é de futebol que aqui se trata. De forma idêntica ao conceito de *brain drain*, também no futebol há uma “fuga” de trabalhadores qualificados, sendo essa migração percecionada como uma perda para o futebol dos países de origem dos jogadores e um ganho para os países de destino.

Esta intensa procura internacional de futebolistas dá, assim, origem a uma diversidade de fluxos migratórios. Por norma, os jogadores seguem uma orientação sul/norte, em direção aos clubes das ligas europeias, e em particular às cinco ligas mais importantes: alemã, espanhola, francesa, inglesa e italiana. Mas também há um fluxo norte/norte, com jogadores de países europeus a migrarem para essas ligas, ou a seguirem outras rotas, rumo a campeonatos menos cotados. Também há fluxos migratórios sul/sul, com os jogadores a migrarem para campeonatos de países que são regionalmente importantes. Por exemplo, Marrocos, Egito e África do Sul são destino migratório para muitos jogadores africanos.

Os fluxos migratórios, longe de serem acidentais ou ocorrerem num espaço global sem fronteiras, são resultado de relações históricas, culturais, económicas e políticas entre espaços de origem e de destino. Assim, muitos dos fluxos de futebolistas

decorrem dentro de sistemas migratórios onde se reproduzem afinidades diversas entre os países de origem e os de destino, razão pela qual os jogadores africanos de países de língua francesa migram preferencialmente para França, os argentinos e uruguaios para Espanha, e os brasileiros para Portugal. Assim, muitos destes fluxos migratórios de futebolistas são consequência de reminiscências de uma antiga relação colonial.

Por outro lado, os fluxos migratórios de jogadores assumem tendencialmente a orientação das periferias para o centro do sistema futebolístico mundial. Apesar deste sistema mundo não ser exatamente coincidente com o sistema mundo político e económico, reproduz uma estrutura relacional idêntica. As periferias constituem-se como espaços de reserva de mão de obra de jogadores, sendo estes “produzidos” dentro de uma estratégia de vantagens comparativas por relação a outros territórios, com a intenção de serem “exportados”. Esses jogadores migrarão para destinos diferenciados em função das suas qualidades futebolísticas, havendo sempre um aproveitamento dos mesmos de acordo com as competências que possuem. A significativa presença de jogadores de origem costamarfinense, senegalesa, ganesa, argentina e brasileira em clubes de ligas europeias é ilustrativa desta situação.

O futebol português não ficou à margem destas dinâmicas migratórias. Ainda que com ritmos próprios, ao longo do século XX até à atualidade, foram sendo contratados jogadores estrangeiros por parte dos clubes nacionais, verificando-se que a partir dos anos 70 também os jogadores portugueses começaram a ser contratados, com alguma regularidade, por clubes de outros países. No entanto, o número de entradas e saídas de jogadores do futebol português nunca teve a ordem de grandeza que apresenta atualmente. A I Liga portuguesa é a terceira com mais jogadores estrangeiros, logo depois da cipriota e da inglesa, ao mesmo tempo que os jogadores portugueses estão dispersos por clubes de várias ligas europeias, sendo a nacionalidade portuguesa uma das que mais jogadores expatriados tem.

Importa referir que o maior fluxo mundial de migrações de futebolistas tem o Brasil como país de origem e Portugal como país de destino. O Brasil é o maior “produtor” e “exportador” mundial de futebolistas, sendo possível encontrar jogadores brasileiros migrados em praticamente todos os campeonatos do mundo. No entanto, Portugal é o país onde mais jogadores brasileiros estão presentes. Esta situação não se deve apenas ao virtuosismo futebolístico dos brasileiros, ou à sua capacidade de se adaptarem ao futebol português, existindo razões que estão para além dos motivos

exclusivamente desportivos. Portugal e Brasil compartilham um passado histórico, a mesma língua e muitos outros aspetos culturais, jurídicos, políticos e económicos. Por estas e outras razões, os dois países, conjuntamente com outros países de língua oficial portuguesa, estão integrados num sistema migratório lusófono, no qual se estabelecem canais privilegiados de mobilidade de pessoas. As migrações de jogadores do Brasil para Portugal são também tributárias deste sistema.

A situação paradoxal o futebol português se constituir simultaneamente como país de entrada e saída de jogadores é, em parte, consequência da condição semiperiférica da sociedade portuguesa. Uma sociedade ambígua na forma como conjuga características que a aproximam dos países mais desenvolvidos do sistema mundo, com características geralmente atribuídas aos países periféricos, ao mesmo tempo que apresenta discrepâncias internas entre modos de produção e regulação. Esta condição anómala ou híbrida da sociedade portuguesa reflete-se nas migrações gerais, com Portugal a constituir-se simultaneamente como país de entrada e saída de migrantes com perfis económicos semelhantes. Situação idêntica pode ser constatada nos fluxos migratórios dos futebolistas, com os jogadores estrangeiros que chegam a Portugal a apresentarem características muito próximas das dos jogadores portugueses que saem para o estrangeiro.

Desta forma, o futebol português constitui-se como uma placa giratória que recebe e distribui jogadores em função dos mercados futebolísticos onde opera. A maioria dos jogadores estrangeiros que chegam ao futebol português consideram-no uma “montra”, através da qual podem ser observados por clubes de outros países europeus, o que torna Portugal uma “porta de entrada” para outros campeonatos. Nesse sentido, os clubes nacionais são instâncias intermédias que funcionam como trampolim para que os jogadores estrangeiros possam continuar o seu percurso migratório. Também os jogadores portugueses ingressam nesta placa giratória, sendo a sua saída uma consequência do processo distributivo implementado pelos clubes nacionais. Para além disso, nem todos os jogadores que circulam nesta placa giratória têm garantido o acesso a outros campeonatos, sendo muitos os que permanecem nos clubes portugueses ou retornam aos países de origem.

Nesta sobreposição de fluxos migratórios é possível identificar uma complementaridade de perfis de jogadores e motivações para migrar. Relativamente aos jogadores portugueses, são dois os perfis que se destacam: jogadores portugueses que

migram para clubes das ligas mais competitivas da Europa, detentores de elevados indicadores de qualidade, e sendo o seu processo migratório motivado pela atração desportiva e financeira que esses clubes lhes oferecem; e jogadores que emigram para clubes de ligas menos cotadas ou periféricas, na Europa ou noutros continentes, os quais são menos dotados, sendo a sua migração motivada essencialmente pela dificuldade de empregabilidade em clubes da I Liga portuguesa, ou pelos salários mais baixos que, em comparação com o que lhes é oferecido nesses países, os levam a emigrar. Relativamente aos jogadores estrangeiros é possível identificar dois perfis: os jogadores estrangeiros de qualidade, contratados normalmente pelos clubes “grandes” de Portugal, e que imigram atraídos pelas condições desportivas e financeiras que estes lhes oferecem, bem como pela possibilidade de transitarem para outros clubes europeus; e os jogadores estrangeiros com menores competências futebolísticas, que nos países de origem estavam relegados para clubes de escalões secundários e que, mais do que serem atraídos pelas condições que lhes são oferecidas em Portugal, procuram superar as condições precárias de trabalho que tinham nos países de origem. Assim, em função do perfil dos jogadores, há uma segmentação do mercado de trabalho que ocorre a diferentes escalas, e que a nível internacional remete para os clubes das ligas mais importantes os melhores futebolistas, enquanto os menos dotados se distribuem por ligas de qualidade inferior. Porque nem os jogadores, nem os clubes, constituem uma entidade uniforme e homogénea, entre os dois tipos de cada uma das categorias há um *continuum* diversificado de situações e motivações migratórias.

O funcionamento do futebol português como placa giratória resulta, em grande medida, da estratégia contratual de jogadores desenvolvida pelos clubes portugueses. Porque o futebol não é apenas um jogo, mas também uma atividade económica, os clubes, quando procedem à contratação de um jogador, para além de ponderarem os ganhos que esse futebolista pode significar em termos desportivos, ponderam igualmente as mais-valias financeiras implícitas nessa contratação, em face de uma futura transferência. Por esta razão, a saída de jogadores portugueses e estrangeiros para clubes de outros países raramente é assumida como uma perda, pois os ganhos financeiros auferidos com a transferência compensam eventuais prejuízos desportivos. Assim, os clubes desenvolvem uma estratégia contratual que privilegia a aquisição de jogadores “baratos”, a sua valorização em termos desportivos, e a sua posterior venda por valores mais elevados. Os clubes portugueses especializaram-se nesta estratégia,

sendo os nomes de Hulk, Witsel, Falcão, David Luiz, di Maria ou Cissokho, os mais sonantes de uma estratégia negocial de sucesso. Porque a aquisição de jogadores portugueses é mais dispendiosa, em virtude da obrigatoriedade de pagar direitos de formação aos clubes nos quais os atletas já estiveram anteriormente, privilegia-se a contratação de jogadores estrangeiros, principalmente jovens jogadores brasileiros. Também sobre estes jogadores se têm que pagar direitos de formação; no entanto, são valores mais baixos, tal como mais baixos são os valores implicados nas transferências para Portugal. Em face de uma menor procura por parte dos clubes nacionais, os jogadores portugueses optam pela migração. Desta forma, as migrações do futebol português são uma inevitabilidade.

Resta reconhecer que, por muito que este estudo contribua para o conhecimento e compreensão das migrações internacionais de futebolistas, e em particular para as migrações do futebol português, ficam por abordar outras dimensões deste fenómeno, nomeadamente: as migrações de jovens futebolistas, que contrariando a regulamentação imposta pela FIFA relativamente às transferências de jogadores jovens, são intensamente procurados para rentabilização desportiva e financeira dos clubes; as transferências internacionais de jogadores efetuadas para clubes dos escalões secundários e para o futebol amador, onde não há o mediatismo nem a visibilidade proporcionada pela comunicação social, e nas quais os processos migratórios terão formas específicas de acontecer; as migrações de jogadoras de futebol, que face à crescente importância do futebol feminino também são procuradas internacionalmente, sendo importante verificar se têm formas específicas de acontecer, se seguem os mesmos itinerários e orientação, ou se reproduzem processos diferentes do futebol masculino; as migrações noutras modalidades desportivas, procurando conhecer se em função dos desportos se alteram origens e destinos dos migrantes, a sua expressão e volume; os processos de naturalização de atletas estrangeiros com vista à utilização nas seleções nacionais; a posição das entidades públicas e privadas que regulam o desporto, a nível nacional e internacional, relativamente a um mercado liberalizado de migrações de trabalho desportivo.

Resta dizer que “fintar fronteiras” não é uma tarefa fácil. Os futebolistas, bem como muitos outros trabalhadores qualificados, nunca tiveram grande dificuldade em o fazer. Aliás, os futebolistas revelaram sempre enorme habilidade em transpor fronteiras, sejam elas físicas ou políticas, e mesmo as rígidas fronteiras do espaço Shengen são

dribladas em grande estilo. Para outros migrantes, no entanto, as fronteiras afiguram-se como obstáculos difíceis de transpor. Não que esses migrantes não tenham capacidade de drible, ou “jogo de cintura”, mas sucede que para eles as fronteiras são violentas e ainda beneficiam da cumplicidade dos “árbitros”. A este propósito, e para terminar, fica a história de um destes migrantes que queria ser futebolista e que quase fintou uma enorme fronteira. Chama-se Bilal, e é personagem ficcionada do filme *Welcome*. Bilal é um jovem curdo iraquiano, que foi “fintando” fronteiras com a intenção de chegar a Inglaterra onde está a sua namorada. No entanto, ao chegar a França, ficou retido em Calais, e não consegue atravessar os escassos 34 quilómetros do Canal da Mancha. Bilal queria ser jogador de futebol como Cristiano Ronaldo, mas ao contrário deste, que facilmente chegou a Manchester, Bilal jogou contra uma enorme fronteira líquida que não conseguiu fintar.

BIBLIOGRAFIA

- Agergaard, Sine (2008), "Elite athletes as migrants in Danish women's handball", *International Review for the Sociology of Sport*. 43, 5-18.
- Agergaard, Sine; Botelho, Vera (2011), "Female football migration. Motivational factors for early migratory processes" in Maguire, Joseph; Faloutsos, Mark (eds.) *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 157-172.
- Agostinho, Gilberto (2002), *Vencer ou morrer. Futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora.
- Alarcón, Rafael (2000), "Skilled immigrants and cerebros: foreign-born engineers and scientists in the high technology industry of Silicon Valley" in Nancy Foner, Rubén Rumbaut; Gold, Steven (eds.), *Immigration Research for a New Century*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 301-321.
- Alexandre, Valentim (1995), "África no imaginário político português", *Penélope*. 15, 39-52.
- Alonso Martínez, Rafael (2000), "Consecuencias de la Sentencia Bosman: el problema de los llamados 'Comunitarios B'", *Lecturas: Educación Física y Deportes*. 28, <http://www.efdeportes.com/efd28/bosman.htm> [12 de outubro de 2007].
- Alvito, Marcos (2006), "A parte que te cabe neste 'latifúndio': o futebol brasileiro e a globalização", *Análise Social*, XLI (179), 451-474.
- Alvito, Marcos (2007), "Our Piece of the Pie: Brazilian Football and Globalization", *Soccer & Society*, 8(4), 524-544.
- Amado, João Leal (1998), "O caso Bosman e as cláusulas de nacionalidade", *Revista Jurídica da Universidade Moderna*. 1, 361-383.
- Anderson, Benedict (2006), *Imagined communities*. Londres: Verso.
- Andreff, Wladimir (2009), "The economic effects of 'muscle drain' in sport", *Birkbeck Sport Business Centre Research Paper Series*, 2(2), 9-31.
- Andreff, Wladimir (2011), "Why tax international athlete migration? The 'Coubertoin' tax in a context of financial crisis" in Maguire, Joseph; Faloutsos, Mark (eds.) *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 31-45.
- Appadurai, Arjun (1990), "Disjuncture and difference in the global cultural economy" in Featherstone, Mike (ed.), *Global culture*. Londres: Sage: 295-310.

- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: Minnesota Press.
- Appleyard, Reginald (1991), *International migration: challenge for the nineties*. Geneva: IOM.
- Arango, Joaquín (1985), “Las ‘leyes de las migraciones’ de E. G. Ravenstein, cien años despues”, *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas*. 32, 7-26.
- Arango, Joaquín (2000), “Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración”, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 165, 33-47.
- Arango, Joaquín (2007), “Las migraciones internacionales en un mundo globalizado”, *Vanguardia Dossier*, 22, 6-15.
- Arbena, Joseph (1994), “Dimensions of international talent migration in Latin American sport” in Bale, John; Maguire, Joseph (eds.), *The global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass, 99-110.
- Aron, Raymond (1987), *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Aula, Inkeri (2012), “A capoeira angola dos praticantes europeus e bahianos: uma comunidade transnacional experienciada”, *Revista de Antropologia Experimental*. 12, 113-134.
- Azevedo, Aldo (2008), “O trabalho imaterial do pé-de-obra no futebol” in *1º Encontro da Associação Latinoamericana de Estudos Socioculturales del Deporte*. Curitiba, Brasil 30 de Outubro a 1 de Novembro de 2008. <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/103.pdf> [10 de janeiro de 2010].
- Baganha, Maria Ioannis (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*. 29 (128), 959-980.
- Baganha, Maria Ioannis (2001), “A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal” in Santos, Boaventura de Sousa (ed.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 135-159.
- Baganha, Maria Ioannis (2009), “The Lusophone migratory system: patterns and trends”, *International Migration*. 47(3), 5-20.
- Baganha, Maria Ioannis *et al.* (2004), “Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 69, 95-115.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1999), “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis; Peixoto, João (1997), “Trends in the 90’s: the portuguese migratory experience” in Baganha, Maria Ioannis (ed.), *Immigration in the southern Europe*, Oeiras: Celta. 15-40.

- Bale, John (1989), *Sports Geography*. Londres: E. & F.N. Spon.
- Bale, John (1991), *The brawn drain: foreign student-athletes in American Universities*. Chicago: University of Illinois Press.
- Bale, John; Dejonghe, Trudo (2008), "Sports Geography: an overview", *Belgeo*, 2, 157-166.
- Bale, John; Maguire, Joseph (eds.) (1994), *The global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass.
- Bale, John; Sang, Joe (1996), *Kenyan running: movement change, geography and global change*. Londres: Frank Cass.
- Bauman, Zygmunt (1998), *Globalization: the human consequences*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Béal, Xavier (s/d) "Football et immigration: les figures de Kopa, Platini, Zidane dans les medias" in *We Are Football*, <http://www.wearefootball.org/PDF/venus-d-ailleurs.pdf> [14 de junho de 2009]
- Becerril, Juan (2005), "Inserción laboral de los migrantes calificados de origen mexicano en Estados Unidos, 1990-2000", *Revista Argentina de Sociología*, 3(5), 88-106.
- Benoit, Macon (2008), "The politicization of football: the European game and the approach to the Second World War", *Soccer & Society*, 9(4), 532-550.
- Ben-Porat, Amir (2002), "The Political economy of soccer: The importation of foreign soccer players to the Israeli League", *Soccer & Society*, 3(1), 54-68
- Berger, Peter (1980), *Perspectivas sociológicas: uma visão humanista*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Besson, Roger, et al. (2011), *Demographic study of footballers in Europe*. Neuchâtel: CIES.
- Bhagwati, Jagdish; Strinivasan, T. (1974). "On reanalysing the Haris-Todaro model: rankings in the case of sector specific wages", *American Economic Review*, 64 (3), 502-508.
- Biss, Levon; Rushin, Steve (2006), *One love: soccer for live*. Nova Iorque: Universe.
- Blanco, Cristina (2000), *Las migraciones contemporâneas*. Madrid: Alianza Editorial.
- Boniface, Pascal (2002), *A Terra é redonda como uma bola. A geopolítica do futebol*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Bourdieu, Pierre (2003), *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.

- Bourke, Ann (2003), “The Dream of Being a Professional Football Player: Insights on Career Development Options of Young Irish”, *Journal of Sport and Social Issues*, 27 (4):399-419
- Braudel, Fernand (1989), *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Brettell, Caroline B.; Hollifield, James F. (2000), “Migration theory. Talking across disciplines” in Brettell, Caroline B.; Hollifield, James F. (eds.) *Migration theory. Talking across disciplines*. Londres: Routledge, 1-26.
- Brohm, Jean-Marie (1992), *Sociologie Politique du Sport*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy.
- Brohm, Jean-Marie; Perelman, Marc (2006), *Le football, une peste émotionnelle*. Paris: Éditions Gallimard.
- Bromberger, Christian (1995), *Le match de football. Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Bromberger, Christian (1998), *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard Centurion.
- Bromberger, Christian (2005), “Le football comme drame philosophique”, *Le Nouvel Observateurs*. Hors-Série, 22-27.
- Bromberger, Christian *et al.* (1987), “Allez l’O.M.! Forza Juve! La passion pour le football à Marseille et à Turin” *Terrain*. 8, 8-41.
- Brownstone, Jordana (2010), *The Bosman Ruling: Impact of Player Mobility on FIFA Rankings*. Haverford College – Economics Department. <http://thesis.haverford.edu/dspace/bitstream/handle/10066/4917/2010BrownstoneJ.pdf?sequence=1> [1 de fevereiro de 2011].
- Calvo, Guillermo A. (1978). “Urban unemployment and wages determination in LCDs: trade unions in the Harris-Todaro model”, *International Economic Review*, 19, 65-81.
- Carniel, Fagner; Ruggi, Lennita (2007), “Esporte e pós-colonialismo: Portugal no imaginário dos jogadores de futebol” in *XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, Brasil, 29 de Maio a 1 de Junho de 2007. http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=157&Itemid=171 [3 de fevereiro de 2010]
- Carrad, Philippe (2002), “L’équipe de France du monde: sport and national identity” *French Cultural Studies*, 13, 65-82.
- Cashmore, Ellis (1996), *Making sense of sports*. Londres: Routledge.

- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-76)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castles, Stephen (2003), “Toward a sociology of forced migration and social transformation”, *Sociology*, 37(1), 13-34.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Castles, Stephen; Miller, Mark (2003), *The age of migration. International population movements in the modern world*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- CEGEA (2011), *Competição fora das 4 linhas. Reflexão estratégica sobre a sustentabilidade do futebol profissional em Portugal*. Porto: Faculdade de Economia do Porto da Universidade Católica.
- Cervantes, Mario; Guellec (2002), “The brain drain: old myths, new realities”. OECD Observer, nº 230. http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/673/The_brain_drain:_Old_myths,_new_realities.html [21 de setembro de 2009].
- Cheney, George (2009), “Introduction to special issue on international migration”, *International Journal of Comparative Sociology*, 50(2), 99-102.
- Chiba, Naoki (2004), “Pacific professional baseball leagues and migratory patterns and trends: 1995-1999”, *Journal of Sport and Social Issues*. 28(2), 193-211.
- Chiba, Naoki; Jackson, Steve (2006), “Rugby player migration from New Zealand to Japan”, *Football Studies*. 9(2), 67-78.
- CIES OBServatory (2012), *International Basketball Migration Report 2012*. Neuchâtel: CIES.
- CMMI (2005), *As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Acção*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coelho, João (2001), *Portugal, a equipa de todos nós. Nacionalismo, futebol e media. A reprodução da nação nos jornais desportivo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, João; Pinheiro, Francisco (2002), *A paixão do povo. História do futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, João; Tiesler, Nina (2006) “O paradoxo do jogo português: a omnipresença do futebol e a ausência de espectadores dos estádios”, *Análise Social*, 41(179), 519-551.
- Cohen, Robin (2005), “Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano” in Barreto, António (ed.), *Globalização e migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 25-43.

- Collins, Tony (2000), "From Bondi to Batley: Australian players in British rugby league 1907–1995", *Sporting Traditions*, 16(2), 71-86.
- Connor, James; Griffin, Amy (2009), "The muscle trade: international track and field athlete mobility, colonialism and development" in *The Future of Sociology*, TASA, Canberra, Australia, presented at The Australian Sociological Association 2009 Annual Conference, ANU, Canberra, 1-4 de dezembro de 2009
- Coppens, Yves (2004), *Human origins. The story of our species*. Londres: Hachette Illustrated.
- Cornelissen, Scarlett; Solberg, Eirik (2007), "Sport mobility and circuits of power: the dynamics of football migration in Africa and the 2010 World Cup", *Politikon*. 34(3), 295-314.
- Cornelius, Wayne; Espenshade, Thomas (2001), "The international migration of the highly skilled: 'high-tech *braceros*' in the global labor market" in Wayne Cornelius *et al.* (eds), *The International Migration of the Highly Skilled. Demand, Supply, and Development Consequences in Sending and Receiving Countries*. San Diego: Center for Comparative Immigration Studies University of California, 3-19.
- Corrêa, Daniel *et al.* (2002), "Excelência na produtividade: a performance dos jogadores de futebol profissional" *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 15(2), 447-460.
- Cruz, Manuel Braga da (1989), *Teorias sociológicas. I Volume – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DaMatta, Roberto (1982), "Esporte na Sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro in DaMatta, Roberto (ed.), *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke.
- DaMatta, Roberto (1994), "Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro", *Revista USP*. 22, 11-17.
- Damo, Arlei Sander (2005), *Do dom à profissão. Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000468905&loc=2005&l=24a7bc666aac4e57> [15 de dezembro de 2010].
- Darby, Paul (2000), "Africa's place in FIFA's global order: a theoretical frame", *Soccer & Society*. 1(2), 36-61.
- Darby, Paul (2006), "Migrações para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial", *Análise Social*. 179, 417-433.

- Darby, Paul (2011), "Out of Africa: the exodus of elite african football talent to Europe" in Maguire, Joseph; Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 245-258.
- Darby, Paul *et al.* (2007), "Football academies and the migration of african football labor to Europe", *Journal of Sport and Social Issues*. 31, 143-161.
- Defrance, Jacques (1995), *Sociologie du sport*. Paris: Éditions La Découvert.
- Descartes, René (1977), *Discurso do método*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Dias, Marina Tavares (2000), "Os primeiros 50 anos do futebol português", *História*.37, 14-21.
- Dietschy, Paul (2006), "Football players' migrations: a political stake" *Historical Social Research*. 31(1), 31-41.
- Dimeo, Paul; Ribeiro, Carlos Henrique (2009), "'I am not a foreigner anymore': a micro-sociological study of the experiences of brazilian futsal players in european leagues", *Movimento*. 15(2), 33-44.
- Diminescu, Dana (2009), "The connected migrant: an epistemological manifest", *Social Science Information*, 47(4), 565-579.
- Domingos, Nuno (2004), "O futebol e o trabalho" in Neves, José; Domingos, Nuno (eds.), *A época do futebol. O jogo visto pelas Ciências Sociais*. Lisboa, Assírio & Alvim, 306-327.
- Domingos, Nuno (2004a), "O gesto no jogo" in Neves, José; Domingos, Nuno (eds.), *A época do futebol. O jogo visto pelas Ciências Sociais*. Lisboa, Assírio & Alvim, 23-54.
- Domingos, Nuno (2006), "Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: o caso moçambicano", *Análise Social*, 179, 397-416.
- Domingos, Nuno (2012), "Futebol como cultura popular no período tardo-colonial em Lourenço Marques" in Castelo, Cláudia *et al.*(eds.), *Os outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Domingos, Nuno (2012a), "Os usos da narrativa futebolística portuguesa em Maputo", *Etnográfica*, 16(1), 163-183.
- Dowty, Alan (1987), *Closed borders: the contemporary assault on freedom of movement*. New Haven: Yale University Press.
- Durkheim, Émile (1987), *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Durkheim, Émile (1991), *A divisão do trabalho social* (vol. II). Lisboa: Editorial Presença.

- Elias, Norbert; Dunning, Eric (1992), *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Elliot, Richard e Weedon, Gavin (2010), “Foreign players in the English Premier Academy League: ‘feet-drain’ or ‘feet-exchange’?”, *International Review for the Sociology of Sport*, 46(1), 61-74.
- Elliott, Richard; Maguire, Joseph (2008), “Thinking outside the box: exploring a conceptual synthesis for research in the area of athletic labor migration”, *Sociology of Sport Journal*. 25(4), 482-497.
- Elliott, Richard; Maguire, Joseph (2011), “Net-gains: informal recruiting, Canadian players and British professional ice hockey” in Maguire, Joseph; Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 102-111.
- Etxepare, Fernando Estomba (2007), “El equipo Euzkadi: del mito político a la realidad histórica (1937-1939)”, *Historia Contemporánea.*, 35, 791-816.
- Evans, Martin (2010), “Patriot games: Algeria’s football revolutionaries”, *History Today*.60, <http://www.historytoday.com/martin-evans/patriot-games-algeria%E2%80%99s-football-revolutionaries> [consulta a 18 de abril de 2013].
- Fairchild, Henry P. (1925), *Immigration: a world movement and its American significance*. Nova Iorque: Macmillan.
- Faist, Thomas (2000), *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*. Oxford: Oxford University Press.
- Falcous, Mark; Maguire, Joseph (2011), “Globetrotters in local contexts: basketball migrants, fans and local identities” in Maguire, Joseph; Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 175-188.
- Felner, Ricardo Dias; Clifford, David (2006), *Voltar a ser médico. Médicos bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fiengo, Sergio Villena (2003), “Gol-balización, identidades nacionales y fútbol” in Alabarces, Pablo (ed.) *Futbologías, Fútbol, identidad y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- FIFA (2007), “Blatter: ‘Es el momento adecuado para apoyar el fútbol en la India’”, <http://es.fifa.com/aboutfifa/organisation/president/news/newsid=123758/index.html> [10 de Março de 2009].
- FIFA (2007a), “FIFA big count 2006: statistical summary report by gender/category/region”, http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/bcoffsurv/bigcount.summaryreport_7022.pdf [15 de abril de 2012].
- FIFA (2007b), “FIFA big count 2006: statistical summary report by association” in FIFA Communication Division,

- http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/bcoffsurv/statsumrepassoc_10342.pdf [15 de abril de 2012].
- FIFA (2008), *Regulations players' agents*, http://pt.fifa.com/mm/document/affederation/administration/51/55/18/players_agents_regulations_2008.pdf [20 de fevereiro de 2012].
- FIFA (2012), *FIFA statutes 2012*. Zurique: FIFA.
- FIFA (2012a), *FIFA Laws of the game 2012-2013*. Zurique: FIFA.
- FIFA (2012b), *Regulations on the status and transfer of players*. Zurique: FIFA.
- FIFA (2013), *Global Transfer Market 2012 – Highlights*. Zurique: FIFA.
- Foot, John (2007), *Winning at All Costs: A Scandalous History of Italian Soccer*. Nova Iorque: Nations Books.
- FPF (2012), Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol. <http://www.fpf.pt/portals/0/Documentos/Institucional/EstReg/EstatutoseRegulamentoEleitoral/estatutos.pdf> [14 de fevereiro de 2013].
- Freitas Jr., Miguel Archanjo de (2006), “O futebol como objecto de estudo das Ciências Sociais: a urgência de novas abordagens”, *Efdeportes.com*. 94 <http://www.efdeportes.com/efd94/sociais.htm> [26 de dezembro de 2009].
- Freitas, José Manuel (2004), *Pauleta: o ciclone dos Açores*. Carcavelos: Prime Books.
- Freyre, Gilberto (1938), “Foot-ball multado”, *Diário Pernanbucano* (edição de 17 de junho).
- Gaillard, Jacques; Gaillard, Anne Marie (1997), “Introduction: The international mobility of brains: exodus or circulation?”, *Science Technology & Society*, 2(2), 195-227.
- Galeano, Eduardo (2006), *Futbol a Sol y Sombra*. Madrid: Editores Siglo XXI de España.
- García Candau, Julián (1996), *Épica e lírica del fútbol*. Madrid: Alianza Editorial.
- García Ferrando, Manuel; Lagardero Otero, Francisco (1998), “La perspectiva sociológica del deporte” in García Ferrando, Manuel *et al* (eds.) *Sociología del deporte*. Madrid: Alianza Editorial, 13-39.
- Gaspar, Jorge (1971), “Aspectos Geográficos do Futebol em Portugal”, *Brotéria*, 4, 491-505.
- Giddens, Anthony (1992), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony (2005), *Capitalismo e moderna teoria social*. Queluz: Editorial Presença.

- Gil Araújo, Sandra (2002), “Fútbol y migraciones. La sentencia Bosman en el proceso de construcción de la Europa comunitaria (Crónicas desde España)” *Migraciones Internacionales*. 1(3), 55-70.
- Giulianotti, Richard (2004), *Football: a sociology of the global game*. Cambridge: Polity Press.
- Giulianotti, Richard; Robertson, Roland (2004), “The globalization of football: a study in the glocalization of the ‘serious life’”, *The British Journal of Sociology*, 55(4), 545-568.
- Giulianotti, Richard; Robertson, Roland (2012), “Mapping the global football field: a sociological model of transnational forces within the world game”, *The British Journal of Sociology*, 63(2), 216-240.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), “L’émigration portugaise (XV-XX siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- Goffman, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio de Água.
- Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2007), *Estudos Prospectivos Sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Goldblatt, David (2008), *The ball is round: a global history of soccer*. Londres: Pinguin.
- Gómez, Sandalio, *et al.* (2011). UEFA Champions League: el éxito de una estrategia empresarial y deportiva. *Documento de investigación DI-927*. IESE Business School – Universidade de Navarra.
- Goñi Zubieta, Carlos (2002), *Futbolsofía – filosofar a través del fútbol*. Madrid: Ediciones del Laberinto.
- Grainger, Andrew (2011), “Migrants, mercenaries and overstayers: talent migration in Pacific Island rugby” in Maguire, Joseph; Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 129-140.
- Grawitz, Madeleine (1976), *Méthodes des sciences sociales*. Paris, Dalloz.
- Grosfoguel, Ramón (2008), “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-colonais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, 115-147.
- Groves, Andrea (2011), *Molding and moving bodies in a neoliberal world: African football labor migrants in Egypt*. Dissertação de Mestrado, American University of Cairo, http://dar.aucegypt.edu/bitstream/handle/10526/2363_/ETD_2011-Summer_Andrea-Groves_Thesis.pdf?sequence=3 [6 de fevereiro 2013]

- Guttman, Allen (1994), *Games & empires. Modern sport and cultural imperialism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Hammar, Tomas; Tamas, Kristof (1997), "Why do People Go or Stay?" in Hammar, Thomas *et al.* (eds.), *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Oxford: Berg, 1-19.
- Hargreaves, John (1986), *Sport, power and culture*. Cambridge: Polity Press.
- Harris, John R.; Todaro, Michael P. (1970). "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, 60 (1), 126-142.
- Hatton, Timothy J.; Williamson, Jeffrey G. (1998), *The age of mass migration. Causes and economic impact*. Oxford: Oxford University Press.
- Held, David *et al.* (1999), *Global transformations: politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press.
- Hendrickx, F (2005), "The Simutenkov Case: Russian player are equal to European Union players" in *The Hague*, T.M.C. Asser Press.
- Hill, Jeffrey (1994), "Criket and imperial connection: overseas players in Lancashire in the inter-war years" in Bale, John; Maguire, Joseph (eds.), *The global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass, 49-62.
- Hill, Lloyd (2009), "Football as code: the social diffusion of 'soccer' in South Africa", *Soccer & Society*, 11 (1), 12- 28.
- Hödl, Gerald (2006), "The second globalisation of soccer". Funders Network on Transforming the Global Economy. <http://www.fntg.org/news/index.php?op=read&articleid=1237> [16 de março de 2010].
- Hopcraft, Arthur (2006), *The football man: people and passions in soccer*. Londres: Aurum Press Ltd .
- Horne, John; Manzenreiter, Wolfram (2010), "An introduction to the sociology of sports mega-events" in Horne, John; Manzenreiter, Wolfram (eds.) *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon*. Oxford: Blackwell Publishing, 1-24.
- Houaiss, Antônio, *et al.* (2003), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa (I volume)*. Lisboa: Tema e Debates.
- Huizinga, Johan (1972), *Homo Ludens*. Madrid: Alianza Editorial.
- Huot, Réjean. 2002. *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Piaget.
- Ianni, Octavio (1994), "Metáforas da globalização", *Ideias*, 1, 7-27.

- Ianni, Octavio (2011), *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- INE (2011), *Anuário estatístico de Portugal, 2011*. Lisboa: INE.
- Jackson, John A. (1991), *Migrações*. Lisboa: Escher.
- Jameson, Frederic (2003), "Preface" in Jameson, Frederic; Miyoshi, Mansão (eds.), *The cultures of globalization*. Durham: Duke University Press, xi-xvi.
- Jameson, Fredric (2003), *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press.
- Jansen, Clifford J. (1969), "Some sociological aspects of migration" in J.A. Jackson (ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, 60-73
- Jaramillo Racines, Rafael (2011), "El fútbol de el dorado 'el punto de inflexión que marco la rápida evolución del amaterismo al profesionalismo'", *Revista de ALESDE*.1(1), 111-128.
- Jarvie, Grant; Maguire, Joseph (1994), *Sport and leisure in social thought*. Londres: Routledge.
- Javeau, Claude (1998), *Lições de sociologia*. Oeiras: Celta.
- KEA, et al. (2009), Study on sports agents in the European Union, http://ec.europa.eu/sport/documents/study_on_sports_agents_in_the.pdf [22 de julho de 2012]
- Klein, Alan (1994), "Trans-nationalism, labour migration and Latin American Baseball" in Bale, John; Maguire, Joseph (eds.), *The global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass, 183-204.
- Kritz, Mary; Zlotnik, Hania (1992), "Global interactions: migration systems, processes and policies" in Kritz, Mary et al. (eds.), *International Migration Systems. A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press, 1-16
- Kunz, Matthias (2007), "265 million playing football", *FIFA Magazine*, julho, 10-15.
- Kuper, Simon (2005), *Magnum soccer*. Londres: Phaidon Press.
- Lahav, Gallya; Messina, Anthony M. (2006), "Introduction" in Lahav, Gallya; Messina, Anthony M. (eds.) *The migration reader. Exploring politics and policies*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Lanfranchi, Pierre (2002), "Football, cosmopolitisme et nationalism", *Pouvoirs*, 101, 15-25.
- Lanfranchi, Pierre; Taylor, Matthew (2001), *Moving with the ball. The migration of professional footballers*. Oxford: Berg.

- Lechner, Elsa (2009), “Diálogos de vida: a abordagem biográfica no estudo da migração” in Elsa Lechner (ed.) *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*. Porto: Edições Afrontamento, 91-103.
- Lee, Everett S. (1966), “A theory of migration”, *Demography*, 3(1), 47-57.
- Lee, Ping-Chao; Lin, Chien-Yu (2007), “The Global Flows of International Professional Baseball System”, *The Sport Journal*, 10(4), <http://www.thesportjournal.org/article/global-flows-international-professional-baseball-system> [5 de março de 2011].
- Lenz, Carl (1995), Conclusões do Advogado-Geral Carl Otto Lenz, processo C-415/93. 4930-5039. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:61993CC0415:PT:PDF> [21 de Maio de 2011].
- Lévi-Strauss, Claude (2008), *Raça e história*. Queluz: Editorial Presença.
- Lobo, Eulália Maria L. (2000), *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Lobo, Luís Freitas (1999), “Campeão do mundo de 1998: as cores unidas da França”, *Planeta Futebol*, <http://www.planetadofutebol.com/artigos/campeao-do-mundo-1998as-cores-unidas-da-franca>, [29 de agosto de 2011].
- Love, Adam; Kim, Seungmo (2011), “Sport labor migration and collegiate sport in the United States: a typology of migrant athletes” *Journal of Issues in Intercollegiate Athletics*. 4, 90-104.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras, Celta.
- Pugliese, Enrico; Maciotti, Immacolata (2003), *L’esperienza migratoria. Immigranti e rifugiati in Italia*. Roma: Laterza.
- Magee, Jonathan (2006), “Crossing the gain line?’ Rugby Union and the South African Labour Migration”, *Football Studies*, 9(1), 50-65.
- Magee, Jonathan; John Sugden (2002), “The world at their feet. Professional football and international labor migration”, *Journal of Sport & Social Issues*, 26(4), 421-437.
- Maguire, Joseph (1988), “The commercialization of English elite basketball 1972-1988. A figurational perspective”, *International Review for the Sociology of Sport*. 23(4), 305-23.
- Maguire, Joseph (1996), “Blade runners: canadian migrants, ice hockey and the global sports process”, *Journal of Sport and Social Issues*. 21(3), 335-360.
- Maguire, Joseph (1999), *Global sport: identities, societies, civilizations*. Cambridge: Polity Press.

- Maguire, Joseph (2002), "Sport and Globalization" in Coakley, Jay J.; Dunning, Eric (eds.). *Handbook of Sports Studies*. Londres: Sage.
- Maguire, Joseph (2004), "Sport labor migration research revisited", *Journal of Sport & Social Issues*. 28(4), 477-482.
- Maguire, Joseph (2008), "'Real politic' or 'ethically based': sport, globalization, migration and nation-state policies", *Sport in Society*, 11(4), 443-458.
- Maguire, Joseph (2011), "Preliminary observations on globalization and the migration of sport labour" in Maguire, Joseph; Faloutsos, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 73-87.
- Maguire, Joseph (2011a), "Cruzando fronteras: comprendiendo el sentido de la migración y el deporte", *EFDeportes*, ano15, 154, <http://efdeportes.com>, [28 de Julho de 2012].
- Maguire, Joseph et al. (2002), *Sport Worlds. A sociological perspective*. Lees: Human Kinetics.
- Maguire, Joseph; Faloutsos, Mark (2011), "Introduction. Borders, boundaries and crossings: sport, migration and identities" in Maguire, Joseph; Faloutsos, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge, 1-12.
- Maguire, Joseph; Pearton, Robert (2000), "Global sport and the migration patterns of France'98 World Cup finals players: some preliminary observations", *Soccer & Society*. 1(1), 175-189.
- Maguire, Joseph; Stead, David (1998), "Border crossings: soccer labour migration and the European Union", *International Review for the Sociology of Sports*, 33(1), 59-73.
- Mahroum, Sami (2000), "Highly skilled globetrotters: the international migration of human capital", *R&D Management*, 30(1), 23-31.
- Malheiros, Jorge (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, Jorge (2007), "Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos" in Malheiros, Jorge (ed.) *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 11-37.
- Maranhão, Tiago (2006), "'Apolíneos e dionísacos' — o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do 'povo brasileiro'", *Análise Social*, 41(179), 435-450.
- Marivoet, Salomé (1998), *Aspectos sociológicos do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Marivoet, Salomé (2002), “Um olhar sociológico sobre o desporto no limiar do século XXI”, in actas das III Jornadas de Sociologia do Desporto Organizadas pela SESD da APS e FMH Lisboa : Centro de Estudos e Formação Desportiva, 17-20.
- Marivoet, Salomé (2007), *Ética do desporto – princípios, práticas e conflitos. Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do séc. XX*. Tese de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Marques, José Carlos (2008), *Os portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.
- Marques, José Carlos; Pedro Góis (2012), "A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa", *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*. 24, 213-232.
- Martin, Simon (2005), *Football and fascism. The national game under Mussolini*. Oxford: Berg.
- Martin, Simon (2011), *Sport Italia: The Italian Love Affair with Sport*. Nova Iorque: Tauris & Co. Lda.
- Mascarenhas, Gilmar (2000), “Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol”, *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. 29(23), <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-23.htm> [20 de Maio de 2010].
- Mascarenhas, Gilmar (2001), “A adoção do futebol na Espanha: o papel das redes e da configuração do território” *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. 87, <http://www.ub.edu/geocrit/sn-87.htm> [20 de Março de 2012].
- Masià, Cigent (2011), “Las orígenes del fútbol español” in *Historias de fútbol*, <http://lafutbolteca.com/los-origenes-del-futbol-espanol/> [20 de Março de 2012].
- Mason, Tony (1994), *Passion of the people? Football in South America*. Londres: Verso.
- Massey, Douglas *et al.* (1998), *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press.
- Massey, Douglas *et al.* (2006), “Theories of International Migration: a Review and Appraisal” in Messina, Anthony M. e Lahav, Gallya (eds.), *The Migration Reader. Exploring Politics and Policies*. Londres: Lynne Reinner Publishers, 34-62.
- McConnell, Harold (1983), “Southern major college football: Supply, demand, and migration of players”, *Southeastern Geographer*, 23 (2): 78-106.
- McGovern, Patrick (2000), “The Irish Brawn Drain: English League Clubs and Irish Footballers, 1946-95”, *British Journal of Sociology*, 51(3): 401-15.

- McGovern, Patrick (2002), "Globalization or internationalization? Foreign footballers in the English League, 1946-95", *Sociology*, 36(23), 23-42.
- McGrew, Anthony (1994), "A global society?" in Hall, Stuart *et al.* (ed.), *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press.
- McNeill, William H. (1978), "Human Migration: A Historical Overview" in McNeill, William e Adams, Ruth (ed.). *Human Migration: Patterns and Policies*. Indiana University Press, 3-19.
- McNeill, William H. (1984), "Human Migration in Historical Perspective", *Population and Development Review*, 10(1).
- Meirim, José Mael (1995), *Dicionário jurídico do desporto*. Lisboa: Edições Record.
- Mendes, José M. (2003), "Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas", *Oficina do CES*, nº 194.
- Menezes, Maria Aparecida (ed.) (1992), *Histórias de Migrantes*. São Paulo: Edições Loyola.
- Merêncio, João dos Santos (2013), *Fuga de músculos e cooperação entre organizações desportivas de países lusófonos: o caso do atletismo de alta competição em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG/UTL.
- Merton, Robert K. (1968), *Social theory and social structure*. New York: Free Press.
- Merton, Robert K. (1973), *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press.
- Meyer, Jean-Baptiste (2001), "Network approach versus brain drain: lessons from the diaspora", *International Migration*, 39(5): 91-10.
- Mignon, Patrick (1998), *La Passion du Football*. Paris: Odile Jacob.
- Missiroli, Antonio (2002), "European football cultures and their integration: the 'short twentieth century'", *Culture, Sport, Society*, 5, 1-20.
- Molnar, Gyozo (2006), "Mapping migrations: hungary related migrations of Professional footballers after the collapse of communism", *Soccer and Society*, 7, 463-85.
- Molnar, Gyozo (2011), "From the Soviet Bloc to the European Community: migrating professional footballers in and out of Hungary" in Maguire, Joseph e Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge. 56-70.
- Moorhouse, H. F. (1994), "Blue bonnets over the border: Scotland and the migration of footballers" in Bale, John; Maguire, Joseph (Eds.), *The global sports arena:*

- Athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass, 78-96.
- Moreira, João A. (2006), *Liedson – A minha história*. Carcavelos: Prime Books.
- Moreras Martin, Berta (1997), “Sentencia Bosman. Perspectivas de aplicación y alcance”, *iusport*, <http://www.iusport.es/opinion/bertabos.htm> [26 de julho de 2003].
- Morris, Desmond (1981), *A tribo do futebol*. Mem Martins: Europa-América.
- Moses, Jonathon W. (2006), *International Migration: Globalization's Last Frontier*. Nova Scotia: Fernwood Publishing.
- Murad, Maurício (1996), *Dos pés à cabeça - elementos básicos de Sociologia do Futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural.
- Murphy, Patrick *et al.* (1994), *O futebol no banco dos réus: violência dos espetadores num desporto em mudança*. Oeiras: Celta Editora.
- Musumarra, Lina (2005), “La qualificazione degli sportivi professionisti e dilettanti nella giurisprudenza comunitária”, *Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*, vol.1, 2, 39-44.
- Nolasco, Carlos (1999), *Dos pontapés na bola aos pontapés no direito. Para um entendimento do direito do desporto*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Nolasco, Carlos (2002), “O desportivismo institucional do desporto” in Pureza, José Manuel; Ferreira, António Casimiro (eds.), *A teia global. Movimentos sociais e instituições*. Porto: Edições Afrontamento, 281-302.
- Nolasco, Carlos (2009), “Entre regates y remates. Una mirada sobre el fútbol português” in Going, Ramón Llopis (ed.), *Fútbol postnacional. Transformaciones sociales y culturales del ‘deporte global’ en Europa y América Latina*. Barcelona: Anthropos Editorial, 63-77.
- Nolasco, Carlos (2010), “Migrantes de calções e chuteiras: dinâmicas migratórias do futebol português”, *Cabo dos Trabalhos*, 4, http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/16_Carlos_Nolasco.pdf [11 de dezembro de 2010].
- Nolasco, Carlos (2013), “Tchau Brasil, Alô Portugal! A migração de futebolistas brasileiros para Portugal” in Pinheiro, Francisco; Melo, Victor Andrade (eds.), *A bola ao ritmo de fado e samba*. Porto: Edições Afrontamento, 323-342.
- Nunes, Adérito Sedas (1972), “Materiais de uma experiência pedagógica: sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais”, *Análise Social*. 9(36-36), 790-856.

- Oliveira, Ailton *et al.* (2007), “Copa da Alemanha 2006: Futebol Globalizado e o Mundo de Negócios na Pós-Modernidade”. Comunicação apresentada no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado de 16 a 21 setembro de 2007. <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/075.pdf> [15 de fevereiro de 2010].
- Oliveira, Cândido de (1947), *Os segredos do futebol*. Lisboa: Edição A Bola.
- Osório, António, (2000), “A magia do futebol”. *Ler*, nº 48.
- Papastergiadis, Nikos (2000), *The turbulence of migration*. Cambridge: Polity Press.
- Park, Robert (1928), “Human Migration and the Marginal Man”, *American Journal of Sociology*, 33: 881-893
- Patarra, Neide Lopes (2006), “Migrações internacionais: teoria, políticas e movimentos sociais”, *Estudos Avançados*, 20(57), 7-24.
- Peixoto, João (1998), *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Peixoto, João (1999), *A mobilidade internacional dos quadros – migrações internacionais*. Oeiras: Celta.
- Peixoto, João (2002), “Os mercados da imigração. Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho: Imigração e Mercado de Trabalho*, 2, 57-68.
- Peixoto, João (2004), “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”, Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers 2/2004.
- Peixoto, João (2004a), “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”. *Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers*, 11/2004.
- Peixoto, João (2007), “Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal”, *Análise Social*, 42(183), 445-469.
- Peixoto, João (2012), “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos”, Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers 5/2012.
- Peixoto, João *et al.* (2005), *O tráfico de migrantes em Portugal. Perspetivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Lisboa: ACIME.
- Pereira, Victor (2012), “Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol”, *Etnográfica*, 16(1), 97-115.

- Petersen, William (1958), "A general typology of migration", *American Sociological Review*, 23(3), 256-266.
- Petersen, William (1968), "Migration. Social Aspects" in Sills, David L. (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova Iorque: The Macmillan Company & The Free Press, 10, 286-292.
- Petras, Elizabeth (1981), "The global market in the modern world-economy" in Kritz, Mary M., et al.(eds.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, 44-63.
- PFPO (2009), *Demographic study of footballers in Europe 2008*. Neuchatel: Professional Football Players Observatory.
- PFPO (2012), *Global player migration report 2011*. Neuchatel: Professional Football Players Observatory.
- Piastro, Julieta (2008), Consideraciones epistemológicas y teóricas para una nueva comprensión de las identidades" in Santamaría, Enrique (ed.), *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales*. Barcelona: Antropos Editorial. 17-29.
- Piore, Michael (1979), *Birds of passage. Migrant labor and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PNUD (2009), *Desarrollo Humano 2009. Superando barreras: movilidad y desarrollo humanos*. Nova Iorque: PNUD.
- Poch, Gabriel Martínez (2008), "Caracterização do futebol", *Efdeportes.com Revista Digital*, 13(127). <http://www.efdeportes.com/efd127/caracterizacion-del-futbol.htm> [23 de março de 2011].
- Polanía Castro, Daniel (2012), *Fútbol y ocio. Del circo de toros a la época de El Dorado, Bogotá 1850- 1953*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Historia, da Facultad de Ciencias Sociales da Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, <http://repository.javeriana.edu.co/bitstream/10554/2465/1/PolaniaCastroDanielFernando2012.pdf> [20 de abril de 2013].
- Poli, Raffaele (2004), "L'Europe à travers le prisme du football. Nouvelles frontières circulatoires et redéfinition de la nation", *Cybergeo : Revue européenne de géographie*, documento nº 294, <http://cybergeo.revues.org/2802>[26 de Abril de 2010].
- Poli, Raffaele (2004a), *Les footballeurs africains en Europe. Migrations, globalisation et transnationalisme*. Relatório da Bolsa Havelange 2003.
- Poli, Raffaele (2006), "Africans' status in the European football players' labour market", *Soccer & Society*. 2(2), 278-291.

- Poli, Raffaele (2007), “Migrations de footballeurs et mondialisation: du système-monde aux réseaux sociaux”, *M@ppemonde*, 88(4), <http://mappemonde.mgm.fr/num16/articles/art07401.pdf> [31 de Janeiro de 2012].
- Poli, Raffaele (2008), *Production de footballeurs, reseaux marchands et mobilites professionnelles dans l'économie globale. Le cas de joueurs africains en Europe*. Tese de doutoramento, Université de Neuchâtel.
- Poli, Raffaele (2010), “Understanding globalization through football. The new international division of labour, migratory channels and transnational trade circuits”, *International Review for the Sociology of Sport*, 45(4), 491-506.
- Poli, Raffaele e Besson, Roger (2011), “From the south to Europe: a comparative analysis of African and Latin American football migration” in Maguire, Joseph e Faloutsos, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge. 15-30.
- Poli, Raffaele *et al.* (2011), *Annual Review of the European Football Players' Labour Market*. Neuchâtel: CIES Football Observatory.
- Poli, Raffaele; Rossi, Giambattista (2012), Football agents in the biggest five European football markets. CIES/ Football Observatory.
- Portes, Alejandro (1997), “Immigration theory for a new century: some problems and opportunities”, *International Migration Review*, 31(4), 799-825.
- Portes, Alejandro, (1999), *Migrações internacionais. Origem, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta.
- Portes, Alejandro; Böröcz, József (1998), “Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación” in Malgesini, Graciela (ed.), *Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial*. Barcelona: ICARIA, Fundación Hogar del Empleado, 43-73.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (2009). *Human Development Report 2009. Overcoming barriers: Human mobility and development*, PNUD, Nova Iorque, http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf [23 de junho de 2011]
- Proni, Marcelo Weishaupt (2000), *A metamorfose do futebol*. Campinas: Unicamp.
- Pureza, José Manuel (1995), *O património comum da humanidade: rumo a um Direito Internacional da Solidariedade*. Tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Queiroz, Eça (s/d), *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Ravanel, Loïc (1997), *Le football de haut niveau em France: espaces et territoires*. Tese de doutoramento, Universidade de Avignon e Pays de Vaucluse.

- Ravenel, Loïc (1996), “La diffusion du football de haut niveau em France”, *Mappemonde*. 96(2), 14-18.
- Ravenel, Loïc (1997), *Le football de haut niveau en France: espaces et territoires*. Tese de doutoramento, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse.
- Ravenstei, Erneste G. (1885), “The laws of migrations”, *Journal of the Statistical Society of London*, 48(2), 167-235.
- Rémond, René (1994), *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.
- Rial, Carmen (2006), “Jogadores brasileiros na Espanha: emigrantes, porém...”, *Antropologia em Primeira Mão*, 87, 163-190.
- Rial, Carmen (2008), “Rodar – a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior”, *Horizontes Antropológicos*, nº 30, 21-65.
- Rial, Carmen (2009), “Fronteiras e zonas na circulação global dos jogadores brasileiros de futebol”, *Antropologia em Primeira Mão*. 109, 1-26.
- Riaño, Yvonne;Nadia Baghdadi (2007), “Understanding the labour market participation of skilled immigrant women in Switzerland: the interplay of class, ethnicity, and gender”, *International Migration & Integration*, 8,163–183.
- Rioux, Jean-Pierre (1982), *A Revolução Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Robertson, Roland (1994), *Globalization*. Londres: Sage Publications.
- Roderick, Martin (2006), *The work of professional football. A labour of love?* Nova Iorque: Routledge.
- Roderick, Martin (2006a). “A very precarious profession: uncertainty in the working lives of professional footballers”, *Work Employment Society*, 20(2), 245-265.
- Rooney, John (1969), “Up from the mines and out from the prairies: Some geographical implications of football in the United States”, *Geographical Review* 59 (3). 471-492.
- Rooney, John (1974), *A Geography of American Sport*, Reading: Addison Wesley.
- Rooney, John (1980), *The Recruiting Game*, Lincoln: University of Nebraska Press.
- Rothstein, Frances e Blim, Michael (eds.) (1992), *Anthropology and the Global Factory. Studies of the new industrialization in the late twentieth century*. Nova Iorque: Bergin & Garvey.
- Ruggi, Lennita Oliveira (2009), *Sonhos em Campo. Transferências Internacionais de Futebolistas Brasileiros*. São Paulo: Blucher Acadêmico.

- Salt, John (1997), “International Movements of the Highly Skilled”, *Directorate for Education, Employment, Labour and Social Affairs – International Migration Unit – Occasional Papers*, 3. Paris: OCDE.
- Santamaría, Enrique (1994), “‘Extranjero’, nada menos que una palabra mayor”. *Papers*, nº43, 63-70.
- Santana, João; Mesquita, João (2007), *Académica. História do futebol*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (1988), *Um discurso sobre as ciencias*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a new common sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997), “Uma concepção multicultural de direitos humanos”, *Lua Nova*, 39, 105-124.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos de globalização” in Santos, Boaventura de Sousa (ed.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa *et al.* (2008), *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Sardinha, João (2012), “Negociações identitárias dos luso-descendentes no Canadá através do futebol português e do hóquei no gelo canadiano”, *Etnográfica*, 16(1), 143-162.
- Sassen, Saskia (1991), *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (1994), *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Sayad, Abdelmalek (1999), *La double absence: des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*. Paris : Seuil.
- Schimdt, Daniel (2007), *The effects of the Bosman-case on the Professional football leagues with special regard to the top-five leagues*. Bachelor thesis in European Studies. Twente: University of Twente, http://essay.utwente.nl/57990/1/scriptie_D_Schmidt.pdf [31 de março de 2011].
- Schmidt, Christoph *et al.* (1994), “Mass migrations, unions, and government intervention”, *Journal of Public Economics*, 55 (2), 185-201.
- Seara, Fernando (1996), “Só é cego quem não quer ver...”, *A Bola*, 22 de fevereiro.

- SEF (2012), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*. Oeiras: SEF.
- Serrado, Ricardo, Serra, Pedro (2010a), *História do futebol português. Do 25 de Abril à actualidade*. (vol. II). Carcavelos: Prime Books.
- Serrado, Ricardo; Serra, Pedro (2010), *História do futebol português. Das origens ao 25 de Abril* (vol. I). Carcavelos: Prime Books.
- Serres, Michel (2004), *O incandescente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Shelley, Arlene M. e Shelley, Fred M. (1993), “Changing migration patterns of major league baseball players”, *Sport Place: an International Journal of Sports Geography*, 7, 1, 23-35.
- Silva, Ivanilda (2006), “Teorias do emprego segundo o enfoque do capital humano, da segmentação e dos mercados internos”, *Revista da Fapese*, 2(2), 129-140.
- Silva, Marcos Sérgio (2012), “Premier League: 20 anos da Liga que tornou-se a maior do mundo” Placar, <http://placar.abril.com.br/futebol-internacional/ingles/materias/premier-league-20-anos-da-liga-que-tornou-se-a-maior-do-mundo.html>, [8 de dezembro de 2012].
- Simmel, Georg (1986), *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial.
- Simões, António (1995), *Glória e vida de três gigantes*. Lisboa: A Bola.
- Simões, António (2011), *Desporto com política: nos 100 anos da República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Simpson, Mark (2010), Sporno. How sport and porn got into bed with one another. *MarkSimpson.com*, <http://www.marksimpson.com/blog/2010/04/17/sporno/> [14 de Março de 2011].
- SJPF (2011), “Análise: utilização de jogadores portugueses e estrangeiros – época 2010-2011”, Newsletter, nº 40, 27-37.
- Smart, Barry (1993), *A pós-modernidade*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Solberg, Eirik (2008), The contours, dynamics and impacts of African football migration to South Africa. Dissertação de mestrado apresentada em Stellenbosch University, <http://scholar.sun.ac.za/handle/10019.1/2129> [consulta 4 de Fevereiro de 2012].
- Soriano, Ferran (2010), *A bola não entra por acaso. O que o futebol tem a ensinar à gestão*. Lisboa: Gestão Plus.
- Souza, Denaldo (2008), *O Brasil entra em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume.
- Stalker, Peter (1997), *Global nations: the impact of globalization*. Geneva: ILO.

- Stalker, Peter (2000), *Workers without frontiers. The impact of globalization on the international migration*. Londres: Lynne Rienner.
- Sugden, John e Tomlinson, Alan (1998), *FIFA and the contest for world football*. Cambridge: Polity Press.
- Takahashi, Yoshio; Horne, John (2006), "Moving with the bat and the ball: preliminary reflections on the migration of Japanese baseball labour", *International Review for the Sociology of Sport*. 41(1), 79-88.
- Tapinos, Georges e Delaunay, Daniel (2000), *Globalization, migration and Development*. Paris: OECD.
- Tavares, Miguel Sousa (1996), "O caso Bosman: a face insuportável da EU", *Público*, 23 de fevereiro.
- Taylor, Matthew (2006), "Global players? Football, migration and globalization, c. 1930-2000", *Historical Social Research*, 31(1), 7-30.
- Thomas, Raymond (1993), *Sociologie du sport*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Thomas, Raymond *et al.* (1991), *Le Football*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Tiesler, Nina Clara (2012), "Diasbola: futebol e emigração portuguesa", *Etnográfica*, 16(1), 77-96.
- Tiesler, Nina Clara; Bergamo, Nélia (2012), "Ligações culturais entre portuguesas na Alemanha: o futebol e a gastronomia como espaços sociais para convívios internacionais", *Etnográfica*, 16(1), 117-142.
- Toledo, Luiz (2008), "Jogo livre: analogias em torno das 17 regras do futebol". *Horizontes Antropológicos*, 14(30), 191-219.
- Trifari, Elio; Miers, Charles (1994), *Soccer! The game and the world cup: world cup USA 1994 book of soccer*. Nova Iorque: Rizzoli.
- UEFA (2010), *UEFA statutes 2010*. Nyon: UEFA
- UEFA (2011), *Regulations of the UEFA Champions League*. Nyon: UEFA
- United Nations (1953), "International Migration Statistics", *Statistical Papers*, 20. Sales N° E.53.XIII.10.
- United Nations (1998), *Recommendations on Statistics of International Migration. Statistical Papers Series M, ST/ESA/STAT/SER.M/58/Rev.1*.
- UNOSDP (2012), *Annual Report, 2011*. Genebra: UN.
- Van Rheenen, Derek (2009), "The promise of soccer in America: the open play of ethnic subcultures", *Soccer & Society*, 10(6), 781- 794.
- Vargas Llosa, Mario (2004), "El corazón goleador", *Etiqueta Negra*. 2(11).

- Vitorino, António (2007), “Imigração: Oportunidade ou Ameaça Introdução aos relatórios dos *workshops* realizados no âmbito do Fórum Gulbenkian Imigração” in Vitorino, António (ed.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 20-44.
- Waters, Malcom (1995), *Globalization*. Londres: Routledge.
- Williams, Gareth (1994), “The road to Wigan pier revisited: the migration of Welsh rugby talent since 1918” in Bale, John e Maguire, Joseph (eds.), *The global Sports Arena: athletic talent migration in an interdependent world*. Londres: Frank Cass, 25-38.
- Witzig, Richard (2006), *The global art of soccer*. New Orleans: Cusiboy Publishing
- Wong, Lloyd; Trumper, Ricardo (2002), “Global Celebrity Athletes and Nationalism: Fútbol, Hockey, and the Representation of Nation”, *Journal of Sport & Social Issues*. 26 (2), 168-194.
- World Bank (2011), Migration and remittances. Factbook 2011. Washington: World Bank, <http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf> [5 fevereiro de 2011].
- WTO (2006), *Tourism Market Trends*. Madrid: World Tourism Organization.
- Yapp, Nick (2000), *Football: soccer (pictures collections)*. Nova Iorque: Konemann Publishers.
- Yoshio, Takahashi; Horne, John (2004), “Japanese football players and the sport talent migration business” in Manzenreiter, W. e Horne, John (eds.), *Football goes East: the business and culture of the people’s game in East Asia*. Londres: Routledge, 69-86.
- Yoshio, Takahashi; Horne, John (2011), “Moving with the bat and the ball: the migration of Japanese baseball labour, 1912-2009” in Maguire, Joseph e Falcous, Mark (eds.), *Sport and migration. Borders, boundaries and crossings*. Londres: Routledge. 46-55.
- Zolberg, Aristide (1989), “The next wave: migration theory for a changing world”, *International Migration Review*, 23(3), 403-430.

LISTA DE WEBSITES

Websites citados

A Bola	http://www.abola.pt/
Albert Camus Society	http://www.camus-society.com/index.html
APCTC	http://www.apct.pt/index.php
Australian Football League	http://www.afl.com.au
BBC	http://news.bbc.co.uk
Bill Shankly	http://www.shankly.com/
CNN	http://www.cnn.com
Confederação Brasileira de Futebol	http://www.cbf.com.br
Diário de Notícias	http://www.dn.pt
Económico	http://economico.sapo.pt
El Mundo	http://www.elmundo.es
Euro Handball Federation	http://www.eurohandball.com
Euroleague Basketball	http://www.euroleague.net
European Rugby Cup	http://www.ercrugby.com
Expresso	http://expresso.sapo.pt
FC Barcelona	http://www.fcbarcelona.es
Federação Portuguesa de Futebol	http://www.fpf.pt/
FIBA Europe	http://www.fibaeurope.com
FIFA	http://pt.fifa.com
Football Squads	http://www.footballsquads.co.uk
Forbes	http://www.forbes.com
Futebolar	http://futebolar.portugalmail.pt
Gaelic Athletic Association	http://www.gaa.ie

Glórias do Passado	http://gloriasdopassado.blogspot.pt
I online	http://www.ionline.pt
IFFHS	http://www.iffhs.de
Le Tour de France	http://www.letour.fr
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	http://www.lfpf.pt
Marktest	http://www.marktest.com/wap
Mundo Botafogo	http://mundobotafogo.blogspot.pt
Mundo Deportivo	http://www.mundodeportivo.com
Museu José Malhoa	http://mjm.imc-ip.pt
Nasljerseys	http://www.nasljerseys.com
National Football League	http://www.nfl.com
NHL	http://kings.nhl.com
Pluriconsultoria	http://www.pluriconsultoria.com.br
Portada	http://www.pordata.pt
Público	http://www.publico.pt
Record	http://www.record.xl.pt
RSSSF	http://www.rsssf.com
SJPF	http://sjpf.pt
Sol	http://sol.sapo.pt
Transfer Markt	http://www.transfermarkt.co.uk
UEFA	http://www.uefa.com
UN	http://www.un.org
UN/Dep. of Economic and Social Affairs	http://esa.un.org/migration
UNWTO – World Tourism Organization	http://www2.unwto.org/en
Wiki Sporting	http://www.forumscp.com
Youtube	http://www.youtube.com
ZeroZero	www.zerozero.pt

Websites consultados

Futebol Alemão

Bundesliga	http://www.bundesliga.de/de/
1899 Hoffenheim	http://www.tsg-hoffenheim.de/
Bayer 04 Leverkusen	http://www.bayer04.de/
Borussia Dortmund	http://www.bvb.de/
Borussia Mönchengladbach	http://www.borussia.de/
DSC Arminia Bielefeld -	http://www.arminia-bielefeld.de/
Eintracht Frankfurt	http://www.eintracht.de/
FC Bayern München	http://www.fcbayern.t-com.de/
FC Energie Cottbus	http://www.energiecottbus.de/
FC Hansa Rostock	http://www.fc-hansa.de/
FC Köln	http://www.fc-koeln.de/
FC Nürnberg	http://www.fcn.de/
FC Schalke 04	http://www.schalke04.de/
FSV Mainz	http://www.mainz05.de/
Hamburger SV	http://www.hsv.de/
Hannover 96	http://www.hannover96.de/
Hertha BSC Berlin	http://www.hertha.de/
Karlsruher SC	http://www.ksc.de/
MSV Duisburg	http://www.msv-duisburg.de/
SC Freiburg -	http://www.mainz05.de/
VfB Stuttgart	http://www.vfbstuttgart.de/
VfL Bochum 1848	http://www.vfl-bochum.de/
VfL Wolfsburg	http://www.vflwolfsburg.de/
Werder Bremen	http://www.werder.de/

Futbol Espanhol

Liga de Fútbol Profesional	http://www.lfp.es/
Athletic Club	www.athletic-club.net
Club Atlético de Madrid S.A.D.	www.clubatleticodemadrid.com
Club Atlético Osasuna	www.osasuna.es
Club Deportivo Numancia S.A.D.	http://www.cdnumancia.com/
Club Deportivo Tenerife S.A.D .	www.clubdeportivotenerife.es
Fútbol Club Barcelona	www.fcbarcelona.cat
Getafe Club de Fútbol S.A.D.	www.getafecf.com
Levante Unión Deportiva S.A.D.	www.levanteud.com
Málaga Club de Fútbol	http://www.malagacf.com/
Real Betis Balompié S.A.D.	www.realbetisbalompie.es
Real Club Deportivo de La Coruña S.A.D.	www.canaldeportivo.com
Real Club Deportivo Mallorca S.A.D.	http://www.rcdmallorca.es/
Real Club Recreativo de Huelva S.A.D.	http://www.recreativohuelva.com/
Real Madrid Club de Fútbol	www.realmadrid.com
Real Murcia Club de Fútbol S.A.D.	www.realmurcia.es
Real Racing Club S.A.D.	www.realracingclub.es
Real Sporting de Gijón	http://www.realsporting.com/
Real Valladolid Club de Fútbol S.A.D.	www.realvalladolid.es
Real Zaragoza S.A.D.	www.realzaragoza.com
Reial Club Dep. Espanyol de Barcelona S.A.D.	www.rcdespanyol.com
Sevilla Fútbol Club S.A.D.	www.sevillafc.es
Unión Deportiva Almería S.A.D.	www.udalmeriasad.com
Valencia Club Fútbol S.A.D.	www.valenciacf.es
Villarreal Club de Fútbol S.A.D.	www.villarrealcf.es

Xerez Club Deportivo S.A.D. www.xerezcd.com

Futebol Francês

Fédération Française de Football <http://www.fff.fr>
Ligue de Football Professionnel <http://www.footpro.fr>
AJ Auxerre <http://www.aja.fr>
AS Mónaco FC <http://www.asm-fc.com>
AS Nancy Lorraine <http://www.asnl.net>
AS Saint-Etienne <http://www.asse.fr>
FC Lorient Bretagne Sud FC <http://www.fclweb.fr>
FC Metz <http://www.fcmetz.com>
FC Sochaux Montbéliard <http://www.fcsochaux.fr>
Girondins de Bordeaux <http://www.girondins.com>
Grenoble Foot 38 <http://www.gf38.fr/fr/>
Havre Athletic Club <http://www.hac-foot.com>
Le Mans Union Club 72 <http://www.muc72.fr>
Losc Lille Metropole <http://www.losc.fr>
Montpellier Herault Sport Club <http://www.mhscfoot.com>
OGC Nice <http://www.ogcnice.com>
Olympique de Marseille <http://www.om.net>
Olympique Lyonnais <http://www.olweb.fr>
Paris Saint Germain <http://www.psg.fr>
Racing Club de Lens <http://www.rclens.fr>
RC Strasbourg <http://www.rcstrasbourg.fr>
SM Caen <http://www.smcaen.fr>
Stade Rennais FC <http://www.staderennais.com>
Toulouse FC <http://www.tfc.info>
Union des Clubs Professionnels de Football <http://www.ucpf.fr/>

Union Nationale des Footballeurs Professionnels	http://www.unfp.org/site/page.php
US Boulogne Cote d'Opale	http://www.usbco.com
Valenciennes Football Club	http://www.va-fc.com/

Futebol Inglês

Premier League	http://www.premierleague.com
Arsenal Football Club	http://www.arsenal.com/
Aston Villa Football Club	http://www.avfc.premiumtv.co.uk/
Birmingham City Football Club	http://www.blues.premiumtv.co.uk/
Blackburn Rovers Football Club	http://www.rovers.premiumtv.co.uk/
Bolton Wanderers Football Club	http://www.bwfc.premiumtv.co.uk/
Burnley Football Club	http://www.burnleyfootballclub.com/
Chelsea Football Club	http://www.chelseafc.com/
Derby County Football Club	http://www.dcfc.premiumtv.co.uk/
Everton Football Club	http://www.evertonfc.com/home/
Fulham Football Club	http://www.fulhamfc.com/
Hull City Association Football Club	http://www.hullcityafc.net/page/Welcome
Liverpool Football Club	http://www.liverpoolfc.tv/
Manchester City Football Club	http://www.mfc.co.uk/default.sps
Manchester United Football Club	http://www.manutd.com/
Middlesbrough Football Club	www.mfc.premiumtv.co.uk/
Newcastle United Football Club	www.nufc.premiumtv.co.uk/
Portsmouth Football Club	http://www.portsmouthfc.co.uk/
Stoke City Football Club	http://www.stokecityfc.com/page/Welcome
Sunderland Association Football Club	http://www.safc.com/page/Welcome
Tottenham Hotspur Football Club	http://www.tottenhamhotspur.com/
West Bromwich Albion Football Club	www.wba.co.uk/

West Ham United Football Club	http://www.whufc.com/page/Welcome
Wigan Athletic Football Club	http://www.wiganlatics.co.uk/
Wolverhampton Wanderers Football Club	http://www.wolves.co.uk/page/Home/

Futebol Italiano

Lega Nazionale Professionisti	http://www.lega-calcio.it/
A.S. Livorno Calcio s.r.l.	http://www.livornocalcio.it
ACF Fiorentina s.p.a.	http://www.acffiorentina.it
Associazione Calcio Chievo Verona s.r.l.	www.chievoverona.it
Associazione Calcio Siena s.p.a.	http://www.acsiena.it
Associazione Sportiva Bari s.p.a.	www.asbari.it
Associazione Sportiva Roma s.p.a.	http://www.asroma.it
Atalanta Bergamasca Calcio s.p.a..	http://www.atalanta.it
Bologna Football Club 1909 s.p.a.	www.bolognafc.it
Cagliari Calcio s.p.a.	http://www.cagliaricalcio.it
Calcio Catania s.p.a.	http://www.calciocatania.it
Empoli F.C. s.p.a.	http://www.empolifc.com
Football Club Internazionale Milano s.p.a.	http://www.inter.it
Genoa Cricket and Football Club s.p.a.	http://www.genoacfc.it
Juventus Football Club s.p.a.	http://www.juventus.com
Lazio Società Sportiva s.p.a.	http://www.sslazio.it
Milan Associazione Calcio s.p.a.	http://www.acmilan.it
Parma Football Club s.p.a.	http://www.fcparma.com
Reggina Calcio s.p.a.	http://www.regginacalcio.com
Sampdoria Unione Calcio s.p.a..	http://www.sampdoria.it
Società Sportiva Calcio Napoli s.p.a.	http://www.sscnapoli.it
Torino Football Club s.p.a.	http://www.torinofc.it

Udinese Calcio s.p.a.	http://www.udinese.it
Unione Sportiva Città di Palermo s.p.a.	http://www.ilpalermocalcio.it
Unione Sportiva Lecce s.p.a.	www.uslecce.it

Futebol Português

Associação Académica de Coimbra	www.academica-oaf.pt
Associação Naval 1º Maio	www.naval1demaio.com
Boavista Futebol Clube	http://www.boavistafc.pt/
Club Sport Marítimo	www.csmaritimo.pt
Clube de Futebol “Os Belenenses”	www.osbelenenses.com
Clube de Futebol Estrela da Amadora	http://www.estreladaamadora.pt/
Clube Desportivo Nacional	www.cdnacional.pt
Clube Desportivo Trofense	www.cdtrofense.pt
Futebol Clube do Porto	www.fcporto.pt
Futebol Clube Paços de Ferreira	www.fcpcf.pt
Leixões Sport Club	www.leixoessc.pt
Rio Ave Futebol Clube	www.rioave-fc.pt
Sport Lisboa e Benfica	www.slbenfica.pt
Sporting Clube de Braga	www.scbraga.pt
Sporting Clube de Portugal	www.sporting.pt
Sporting Clube Olhanense	www.scolhanense.com
União Desportiva de Leiria	http://www.udl.leirianet.pt/
Vitória Futebol Clube	www.vfc.pt
Vitória Sport Clube	www.vitoriasc.pt

